

Comissão Externa a fim de acompanhar a situação da estiagem no Rio Grande do Sul - CEXESTRS

RELATÓRIO FINAL

Coordenador: Deputado Marco Maia (PT/RS)

Membros: Afonso Hamm (PP/RS)
Claudio Diaz (PSDB/RS)
Darcisio Perondi (PMDB/RS)
Luís Carlos Heinze (PP/RS)
Luiz Carlos Busato (PTB/RS)
Vilson Covatti (PP/RS)
Onyx Lonrenzoni (DEM/RS)

dezembro de 2009

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ATIVIDADES	3
2.1.	DILIGÊNCIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3
2.2.	AUDIÊNCIAS EM MINISTÉRIOS	15
2.3.	AUDIÊNCIA PÚBLICA EM BRASÍLIA	17
2.4.	ANÁLISE DOS DADOS DA DEFESA CIVIL	22
2.5.	CLIMA, ESTIAGEM E PERDAS AGRÍCOLAS	24
2.6.	RECOMENDAÇÕES ENCAMINHADAS PELA EMBRAPA CLIMA TEMPERADO	25
2.7.	MP 463/2009	27
2.8.	PROGRAMAS DO GOVERNO ACESSADOS PELOS ATINGIDOS PELA ESTIAGEM	28
2.9.	FUNDOS PÚBLICOS	29
3.	CONQUISTAS	30
4.	PROPOSTAS	32
4.1.	Sugestões das Lideranças Locais	32
4.2.	Soluções Legislativas	36
4.3.	Indicações ao Governo Federal	38
5.	CONCLUSÕES	40
6.	ANEXOS	43
6.1.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública no Município de Erval Seco	43
6.2.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública no Município de Erechim	70
6.3.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública na Câmara dos Deputados	96
6.4.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública no Município de São Pedro do Sul	146
6.5.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública no Município de Constantina	181
6.6.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública no Município de Bagé	220
6.7.	Notas Taquigráficas da Audiência Pública no Município de Santo Ângelo	245
6.8.	Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969	274
6.9.	Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994	275
6.10.	Decreto nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005	277
6.11.	Decreto nº 6.882, de 12 de junho de 2009	286
6.12.	Licenciamento Ambiental de Açudes no Rio Grande do Sul	288
6.13.	Municípios Afetados pela Estiagem no Rio Grande do Sul	291
6.14.	Execução Orçamentária 2009 - MAPA	298
6.15.	Execução Orçamentária 2009 - MDA	301
6.16.	Execução Orçamentária 2009 - MDS	302
6.17.	Execução Orçamentária 2009 - MINTER	304
6.18.	Restos a Pagar 2008/2009 - MAPA	306
6.19.	Restos a Pagar 2008/2009 - MDA	306
6.20.	Restos a Pagar 2008/2009 - MDS	307
6.21.	Restos a Pagar 2008/2009 - MINTER	307

1. INTRODUÇÃO

A presente Comissão Externa foi criada mediante aprovação em Plenário do Requerimento nº 4.623, de 2009, do Sr. Marco Maia. Tal requerimento justificou-se pela necessidade de apoiar a população atingida e as administrações municipais que decretaram situação de emergência em função da longa estiagem que atingiu o sul do País.

A Comissão teve a seguinte composição:

1. Afonso Hamm (PP/RS)
2. Claudio Diaz (PSDB/RS)
3. Darcisio Perondi (PMDB/RS)
4. Luís Carlos Heinze (PP/RS)
5. Luiz Carlos Busato (PTB/RS)
6. Marco Maia (PT/RS)
7. Vilson Covatti (PP/RS)

2. ATIVIDADES

2.1. Diligências no Estado do Rio Grande do Sul

Entre maio e outubro, deputados deslocaram-se de Brasília à Porto Alegre e cumpriram roteiro de viagem no Estado do Rio Grande Do Sul, reunindo-se com lideranças locais – prefeitos, secretários de agricultura, presidentes de sindicatos e agricultores – nos municípios de Erval Seco, Erechim, São Pedro do Sul, Constantina, Bagé e Santo Ângelo.

Em Erval Seco, reunidos no Pavilhão Evangélico às 10h43min do dia 8 de maio, além dos membros desta Comissão Externa, estiveram presentes e se manifestaram publicamente Gilmar Leschewitz (Prefeito do Município de Erval Seco), Carlos Reginaldo Santos Bueno (Prefeito Municipal e representante da Associação dos Municípios da Zona da Produção – Amzop), Vilson Alba (Coordenador de Organização da Produção e Sócio

Economia Solidária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil – FETRAF-Sul), Amauri Miotto (Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS), Plínio Simas (Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores e da Via Campesina), Cléber Alabarelo (membro da Coordenação Regional do Movimento dos Pequenos Agricultores), Paulo Farias (Coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores de São José das Missões), Vergílio Matias da Rosa (Secretário de Agricultura do Município de Palmeira das Missões), Beno Ritter (Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul), Dionilso Marcon (Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul), Neiva Pereira de Marques (pequena agricultora), Elvino Bohn Gass (Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul) e Gerson Burmann (Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul).

Na tarde do mesmo dia, no Centro de Tradições Gaúchas “Sentinela da Querência” de Erechim, às 15h55min, debateram com os membros da Comissão Externa os senhores Paulo Alfredo Polis (Prefeito do Município de Erechim), Altemir Tortelli (representante da FETRAF/RS), Nestor Bonfanti (Representante da FETAG/RS), João Picoli (representante da FARSUL), Neri Montepó (representante da Associação dos Prefeitos do Alto Uruguai), Aurivan Chiocheta (Major da Defesa Civil do Rio Grande do Sul), Ivar Pavan (Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul) e Natalino José Ribeiro Padilha (representante da Associação dos Aposentados de Passo Fundo).

Em 12 de setembro a Comissão Externa promoveu reunião de audiência pública no Município de São Pedro do Sul. Participaram os senhores Marcos Ernani Senger (Prefeito do Município de São Pedro do Sul), Rogério Porto (Secretário de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul), Gilmar Luiz Pastorio (Representante da FETRAF-SUL), Pedro Pereira (Deputado Estadual), Waldyr Stumpf (Chefe-Geral da EMBRAPA), Izabel Minussi (Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de São Francisco de Assis), Altamiro D’Ávila (Secretário Municipal de Agricultura de São Pedro

do Sul), João Vespena (Prefeito de Júlio de Castilhos), Camasseto (Vereador, Engenheiro e Presidente da Associação Institucional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Maria), Luís Adolfo (Prefeito de Tupanciretã) e Sérgio Renato Rossi de Freitas (Conselheiro do Instituto Rio Grandense do ARROZ – IRGA).

O município de Constantina foi visitado pelos integrantes da Comissão em 25 de setembro, evento que contou com a presença de Braulio Zatti (prefeito municipal), Gilmar Leschewitz (prefeito de Erval Seco), Mario Soares da Silva (Secretaria Especial Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul), João Leonardo Pires (chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA Trigo), Altemir Tortelli (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), Olivar Lazzaretti (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina), Antônio Rodrigues de Almeida, Ademar Bianchi (Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Flávio Smaniotto (presidente da Associação de Municípios da Zona da Mata – AMZOP), João Pedroso (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fontoura Xavier), Paulo Alencar Rugeri (EMATER-RS), Claudinei Tomazeli (Presidente da CRESOL Constantina), João Leonardo (EMBRAPA), Luis Weber (vereador do município de São Lourenço do Sul).

Na Câmara de Vereadores da cidade de Bagé, em 23 de outubro, outra audiência pública foi promovida, contando com as contribuições de Silvio Nunes Machado (Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé), Luís Eduardo Colombo (Prefeito Municipal de Bagé), Gilmar Luiz Pastorio (Assessor da Primeira-Vice-Presidência da Câmara dos Deputados), Rogério Porto (Secretário Extraordinário de Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul), Rodrigo Borba Mógliã (Vice-Presidente da Associação Rural de Bagé), Luiz Carlos Folador (Prefeito de Candiota-RS e membro do Fórum Regional de Desenvolvimento, Manejo das Águas e Combate aos Efeitos da Estiagem), Emílio Caetano Martins (representante da União Bageense de Associações de Moradores de Bagé), Naylor Peres (Pesquisador da EMBRAPA Pecuária Sul) e Romeu Lacerda (Presidente da Associação dos Moradores dos Olhos D'Água).

Por fim, em 26 de outubro, foi realizada a última audiência pública, na Câmara de Vereadores da cidade de Santo Ângelo. Participaram dos debates os senhores Adolar Queiroz (Vice-Prefeito em exercício do Município de Santo Ângelo), Gilmar Luiz Pastorio (Assessor da Primeira-Vice-Presidência da Câmara dos Deputados), Mário Soares Silva (representante da Secretaria Extraordinária de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul), Adroaldo Loureiro (Deputado Estadual/RS), Diomar Formenton (Secretário Municipal da Agricultura de Santo Ângelo), Pedro Reus Nardes (Presidente da Associação de Produtores de Soja — APROSOJA), Mariovane Weis (Prefeito de São Borja), Ardi Jaeger (Prefeito de Bossoroca), Gilberto Corazza (Vereador de Santo Ângelo), Dirceu Dornelles (Presidente do Sindicato Rural de São Borja) e Victor Reisdorfer (professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões — URI).

Uma extensa pauta de reivindicações foi entregue à Comissão pelos representantes dos municípios e dos produtores rurais atingidos. A seguir listam-se as principais solicitações de encaminhamento, algumas das quais já equacionadas pelo Governo Federal em atendimento aos requerentes e aos parlamentares. No quadro 1 constam as demandas das prefeituras municipais, no quadro 2, as das associações de produtores.

Quadro 1 – Solicitações por município durante as audiências públicas realizadas no Rio Grande do Sul (08 de maio)

ALPESTRE Valdemir Scalvi Pres. Sind. Trab. Rurais de Alpestre Ver. Valmor Greseli – PT (55)3796-1216 Ofício nº 12/2009, 07 de maio de 2009	1) Solução das dívidas dos agricultores do Pronaf Custeio e Investimento do ano de 2009. 2) Mudança nas normas do Proagro Mais, pois quem acessou três vezes acaba ficando fora da realização do custeio agrícola para a próxima safra.
ARATIBA Luiz Ângelo Poletto Prefeito Municipal (54) 3376-1114 Ofício s/n, 07 de maio de 2009	1) Perfuração de três poços artesianos; 2) Execução de 50.000 metros lineares de rede de abastecimento; 3) Execução de 150 cisternas; 4) Execução de 30 micro açudes
ÁUREA Edson Rustik Secretário de Agricultura (54) 3527-1141 Ofício nº 003/2009, 29 de abril de 2009	1) Ampliação de redes de água existentes: a) Linha 6; Linha Lajeado mambira; Linha Rio Carola 2) Um caminhão-pipa com capacidade de 8.000 litros para abastecimento de outras propriedades do interior

	3) Quatro poços artesianos a) Comunidades: Treze de Maio; L5 Campinas; L6 Campinas e Rios Carola
ÁUREA Ver. Junior Fabiano Vargas Câmara Municipal de Vereadores	1) Rebate de financiamentos da agricultura familiar 2) Política de preços mínimos dos produtos 3) Controle do preço dos insumos 4) Rede de água 5) Incentivo as associações, coopertivas e entidades sindicais 6) Aquisição de um caminhão-pipa (água)
BARÃO DO COTEGIPE Vladimir Luis Farina Prefeito Municipal (54) 3523-1344 pmagricultura@awo.com.br Ofício nº 012/03, 08 de maio de 2009	1) Retro escavadeira para abertura de cisternas e micro-açude no valor de R\$ 250.000,00 2) Caminhão para transporte de água e dejetos suínos com valor estimado R\$ 260.000,00 3) Tubulações para rede d'água 4) Quatro perfurações de poços artesianos no interior
BARRA DO RIO AZUL Loecir José Feranti Secretário Municipal da Agricultura (54) 3613-1166 Ofício nº 01/2009, 08 de maio de 2009	1) Poços e rede de distribuição de água nas seguintes localidades: Linhas Taquari, Caçador, Lagoa Seca, Segueto, Rio Brasil, Coruja, Poço Escuro e Palometa.
BENJAMIN CONSTANT DO SUL Waldecir Dysarz Prefeito Municipal (54) 3613-2175 Ofício Gab. 097/2009, 08 de maio de 2009	1) Liberação de emenda parlamentar cadastrada no Siconv, para abertura de fontes drenadas e pequenos açudes junto ao MAPA. 2) Recursos na ordem de 200 mil reais, destinados a aquisição de canos de água, bomba e rede elétrica para distribuição de água potável nas comunidades do interior. 3) Perfuração de 3 poços artesianos no interior do município. 4) Recursos na ordem de 150 mil reais, destinados a construção de cisternas em pontos estratégicos do município, visando a coleta de água da chuva para os animais. 5) Prorrogação dos financiamentos bancários, com carência de 3 anos e 7 anos para pagamento. 6) Recursos na ordem de 150 mil reais para construção de pequenos açudes em pontos estratégicos do interior do município.
CAIÇARA Zilio Roggia Prefeito Municipal	1) Emenda parlamentar, R\$ 300.000,00, com vistas a apoiar a execução do projeto Edificação de Cisterna no Meio Rural.

(55) 3738-1212 pmcaicara@gmail.com Ofício nº 0242/09, 08 de maio de 2009	2) Recuperação de Pontes, Pontilhões e Estradas 3) Execução de sistemas de abastecimento de água
CAMPINAS DO SUL Neri Montepo Prefeito Municipal (54) 3366-1490 administracao@campinasdosul.rs.gov.br Ofício s/n, 07 de maio de 2009	1) Perfuração de 02 poços artesianos (Linhas São Pedro e Paris. 2) Rede de água na Linha Paris 3) Aproximadamente 100 caixas d'água de 1000 litros.
CARLOS GOMES Egidio moreto Prefeito Municipal (54) 3613-4152 Ofício nº 038/2009, 08 de maio de 2009	1) Incentivo a bovinocultura leiteira para recuperação de solo e implantação de pastagens de alto rendimento – R\$ 250.000,00 2) Caminhão pipa para fornecimento de água aos agricultores em períodos de estiagem – R\$ 200.000,00. 3) Perfuração de um poço artesiano no interior do município para atender a comunidade com menos recursos hídricos – R\$ 80.000,00.
CENTENÁRIO Luiz Alberto Pollom Prefeito Municipal Ofício nº 72/2009, 08 de maio de 2009	1) Construção de poços artesianos e redes de água nas seguintes comunidades: Lajeado Grande, Lajeado Valeriano, Barão do Rio Branco, Rio dos Índios, Linha Menegatti, Linha Zanella, Vila Hortência. 2) Aquisição de encanamentos (canos, mangas) para melhorias no abastecimento de água nas propriedades. 3) Melhorias e construção de fontes de água e caixa de água para reservatório.
CHARRUA Gerso Roncaglio Secretário Municipal da Agricultura Ofício s/n, 07 de maio de 2009	1) Perfuração de 03 poços artesianos: Linhas Fogaça, Perondi e Floresta. 2) Perfuração de poço artesiano na Linha Daronch. 3) Canalização da água com necessidade de 29 mil metros de cano. 4) Caixa d'água: 04 caixa de 15 mil litros e 15 caixas de 2 mil litros. 5) Instalação de 50 cisternas de 10 mil litros. 6) Construção de 50 micro açudes.
CRUZALTENSE Volmir João Bampi Secretário Municipal de Agricultura (54) 3366-6117 pmcruzaltense@tolrs.com.br Ofício s/n, 08 de maio de 2009	1) Bolsas de água 2) Perfuração de 03 poços artesianos no interior. 3) Vinte mil metros de tubulação em PVC ou mangueira em PEAD 4) Dez cisternas 5) Quinze micro açudes

ENTRE RIOS DO SUL Zilmar Antonio Romano Sec. Mun. da Agricultura e Fomento Econômico (54) 3544-1085 pmetrisul@via-rs.net Ofício s/n, 04 de maio de 2009	1) Três poços artesanais para as comunidades: Linha Usina, Ferreira, Santa Rita, Souza, Narcetina e Alto Alegre. 2) Sementes de milho e feijão para a safra 2009/2010 3) Adubo e uréia subsidiada para fornecer ao produtores. 4) Recursos de subsistência para as famílias atingidas.
EREBANGO Altemir Pilar Secretario da Agricultura Ofício s/n, 07 de maio de 2009	1) Adquisição de equipamentos de irrigação para pastagens (subsidiar imposto) 2) Recursos para a formação de pastagens melhoradas em 50ha. 3) Auxílio na legalização do licenciamento ambiental no município. 4) Construção de açudes e cisternas nas propriedades 5) Perfuração de e poços profundos para atender duas comunidades 6) Aquisição de maquinário (ensiladeiras, conjunto fenação, semeadeira de inverno) para a Patrulha Agrícola 7) Aquisição de equipamento para a secretaria de agricultura (computador, veículo, data-show, câmara digital) 8) Equipamento de inseminação artificial,. Para a central de criação de terneiras. 9) Apoio a criação de agroindústrias no município, de derivados de produção animal. 10) Recursos para aquisição de equipamentos para o viveiro de mudas municipal (tubets, sombrite, etc.) 11) Programa de fornecimento de sementes de feijão, pastagens, no troca troca e outros insumos.
ERECHIM Paulo Polis Prefeito Municipal Eloir Griseli Secretário Municipal da Agricultura Ofício s/n, 08 de maio de 2009	1) Projetos abastecimento de água para as propriedades rurais do município onde existe escassez de água e apoio a produção na agricultura familiar.
ERVAL GRANDE Amélio Francisco Kwiecinski Prefeito Municipal Lauri Tessaro Secretário da Agricultura (54) 3375-1233	1) 67 cisternas 2) Instalação de redes de água em 3 comunidades rurais. 3) Um caminhão tanque, para auxiliar no transporte de água. 4) 25 caixa d'água com capacidade de

	5000 litros cada. 5) Perfuração de 2 poços artesianos.
FAXINALZINHO Irienu Bertani Prefeito Municipal (54) 3546-1011 Ofício s/n, 06 de maio de 2008	1) Liberação de recursos no valor de R\$ 180.000,00, para perfuração de um poço artesiano e rede de distribuição da água para as comunidades da Linha Quatro e Rio Pinheiro atendendo 30 famílias. 2) Prorrogação da parcela de financiamentos de investimentos. 3) Liberação de recursos no valor de R\$ 200.000,00 para aquisição de um caminhão equipado com tanque para transporte de água. 4) Inclusão do município no desconto do Programa Troca-Troca de sementes FEAPER. 5) Rebate no pagamento da prestação do Crédito Fundiário.
FETRAF-BRASIL	Pauta de reivindicações – V Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar.
GAURAMA Leandro Marcio Puton Secretário Municipal de Administração e da Fazenda	1) Perdas com prejuízos causados na cultura da: a) soja R\$ 1.987.200,00. b) milho R\$ 3.784.100,00 c) feijão R\$ 192.000,00 d) leite R\$ 1.096.200,00 e) transporte de água consumo humano e animal R\$ 7.117.920,00
HORIZONTINA Ricardo Alexandre Sauer Vice-Prefeito Municipal (55) 3537-1422 adm@pmhorizontina.com.br Ofício nº 156/2009	1) Viabilizar recursos e providências para o reconhecimento e homologação do decreto de situação de emergência, bem como auxílio de recursos aos atingidos.
IJUÍ Denilton Moraes Presidente do Fórum da Pesca Vilmar Kaiser Pres. Assoc. Mun. das Missões (55) 3331-8400 Ofício nº 002/2009, 22 de abril de 2009	1) Suspensão da pesca na Bacia do Rio Uruguai por um período de 60 dias.
IRAÍ Ver. Carlinhos Bertin - PT	1) Recursos para cisternas 2) Patrulha agrícola: 32 famílias 3) Aparelho de mamografia 4) Infra-estrutura para as comunidades – Pavilhão – Linha Camboatã, Santa Julia, S. Índios. 5) Duas quadras poli-esportivas: 01 estadual na cidade (fechar ao redor); 01

	municipal interior (fechar ao redor). 6) Entrada nas propriedades para retirada das produções.
ITATIBA DO SUL Inidio Pedro Munari Prefeito Municipal (54) 3528-1170 Ofício nº 092/2009, 07 de maio de 2009	1) Liberar com urgência as emendas parlamentares que foram indicadas para o nosso município junto ao Ministério da Agricultura.
JACUTINGA Edegar Antonio Menin Prefeito Municipal (54) 3368-1291 pmjacutinga@jacutinga.rs.gov.br Ofício nº 089/2009, 07 de maio de 2009	1) Recursos para perfuração de 2 poços artesianos na Linha Nova e Linha Biazus, e 4.000 metros de cano para atender moradores destas localidades. 2) Recursos para aquisição de um tanque de 7.000 litros (reservatório) para transporte de água para as propriedades do interior do município. 3) Recursos para aquisição de sementes de aveia, visando refazer as pastagens (R\$ 10.000,00) pois o município tem segmento significativo atuando no setor leiteiro. 4) Anistia de 100% no programa troc-troca da semente do milho. 5) Recursos para aquisição de 10 reservatórios de água com capacidade de 1.000 litros. 6) Disponibilização de cestas básica de alimentos. 7) Desconto nos empréstimos enquadrados no Pronaf, sendo 60% no pecuário (bacia leiteira é a mais afetada no momento) e 40% no de lavoura.
MARCELINO RAMOS Paulo Fernando Tapia Prefeito Municipal	1) Decreto, certidão de situação de emergência
MARIANO MORO Amarildo Boni Secretário de Agric., Abast., Pesca e Aquic. (54) 3524-1202 contabilidade@pmmarianomoro.com.br Ofício s/n, 06 de maio de 2009	1) 02 bombas monofásicas e 01 bomba trifásica 8HP. 2) 3.000 metros de cano 40mm 3) 3.000 metros de cano 25mm. 4) 4 caixas de água 10.000 litros. 5) Lona para sísterna para 40 famílias.
MARIANO MORO Ver. Isidoro Falkoski – PT Ver. Ricardo Luiz Pasini – PT (54) 3524-1209 Ofício s/n, 07 de maio de 2009	1) Bolsa estiagem – liberação de recursos do Governo Federal e Estadual de um salário por família durante doze meses (para famílias que perderam a sua produção de subsistência) 2) Liberação de recursos para armazenamento de água nas propriedades

	rurais: irrigação da terra de pequenas propriedades familiares para a produção de alimentos. 3) Sementes – isenção total do pagamento das sementes de troca-troca nos municípios com decreto de emergência. 4) Seguro agrícola – anistia total dos financiamentos feito pelos agricultores familiares enquadrados no Pronaf – justificando que ocorrem há cinco anos de seca na região.
PALMEIRA DAS MISSÕES Vergílio Matias da Rosa Secr. de Agric. e Meio Ambiente Ofício nº 026/09, 08 de maio de 2009	1) Recursos a fim de construir poços artesianos com redes de distribuição de água e ampliação das redes já existentes nas comunidades do interior do Município.
PAULO BENTO Gabriel Jevinski Prefeito Municipal Ofício nº 081/09, 08 de maio de 2009	1) Necessidade de perfuração de pelo menos três poços artesianos, e a construção de suas respectivas redes de distribuição, para que se possa pelo menos amenizar os efeitos da escassez de água. 2) Aquisição de um caminhão tanque para auxiliar no transporte de água até as propriedades atingidas. 3) Projetos cadastrados no Siconv.
PONTE PRETA Itamar Balbinot Secretário Municipal de Agricultura (54) 3568-0002 popntepreta@tolrs.com.br Ofício nº 02/2009, 07 de maio de 2009	1) Uma caixa de água, com capacidade para 20.000 litros, e 1.000 metros de cano de pvc 25 mm para a comunidade de Valentim Berto – R\$ 3.700,00 2) Uma caixa de água, com capacidade para 20.000 litros para a comunidade de Linha Cinco São José – R\$ 3.000,00 3) Perfuração de poço tubular profundo completo, com caixa de água com capacidade para 20.000 litros, 600 metros de cano de pvc 40mm e 1.000 metros de cano de pvc de 32mm – R\$ 20.000,00 4) 15 filtros de água para colocação nos poços existentes do Município, após a saída da bomba, propiciando a melhora na qualidade da água presente – R\$ 15.000,00 5) Duas bombas submersas, trifásicas de 6HP para poço artesiano, para substituir bombas que estão com a vida útil comprometida – R\$ 8.000,00.
SÃO VALENTIM	1) Poços artesianos nas seguintes comunidades: Linha Canarinho, Valentini, Sete, Seis, Cinco, São Luis, São Pedro, Arini, Bigolin, Corsan, Gaboardi.

	2) Cisternas com 300 mil litros cada nas seguintes comunidades: São João, Vista Alegre, Canarinho, Sete, Tapir, São Pedro, Santo Isidoro, Gaboardi, Seis, Cinco, Arini, Bigolin, Corsan, Galina, Valentini, São Luiz, Deboni
SEVERIANO DE ALMEIDA Ademar José Basso Prefeito Municipal (54) 3525-1122 pmsa@awo.com.br Ofício nº 66/2009, 06 de maio de 2009 Ofício nº 74/2009, 06 de maio de 2009	1) 09 poços 2) 09 bombas para poços 3) 05 bombas de recalque 4) 12 caixa de água 5) 90 mil metros de redes de encanamento. 6) Redes de energia elétrica para poços artesanais. 7) Uma retro-escavadeira hidráulica para abertura de fontes, açudes e ou reservatórios de água. 8) Construção de 200 cisternas.
TRÊS ARROIOS Luis Bisol Secretário Municipal de Agricultura (54) 3526-1122 Ofício s/n, s/data	1) 25 cisternas (05 encaminhados) 2) 05 açudes 3) 01 poço artesanais 4) 10 fontes rasas de água
VIADUTOS Ari Carlos Bonatto Secretário de Agricultura e Obras Ofício nº 070/2009, 18 de fevereiro de 2009	1) Abertura de depósitos (reservatórios) ou bebedouros. 2) Transporte de água com carro pipa. 3) Um carro pipa com capacidade de 8 mil litros. 4) Perfuração de poços tubulares. 5) Construção de redes d'água. 6) Construção de cisternas e açudes. 7) Ajuda financeira aos pequenos produtores com maior carência (insumos para instalação de novas culturas, anistia as dívidas)

Quadro 2 – Comparação entre as reivindicações encaminhadas pelas entidades Amuceleiro e Fetraf-Sul

AMUCELEIRO	FETRAF-SUL
Anistia das dívidas dos agricultores que possuírem até 4,0 módulos fiscais no valor de R\$ 10.000,00, o restante da dívida será pago em 15 anos com rebate de 30% em cada parcela;	Adiamento de todos os vencimentos bancários dos financiamentos (linhas) por um prazo mínimo de 120 dias para agricultores e agroindústrias familiares que adquirem esta produção das regiões atingidas; <i>* Durante este período serão discutidos e analisados novos prazos para pagamentos, juros, quem já efetuou pagamento, novas linhas de crédito.</i>
Destinar 1,0 salário mínimo mensal para as famílias dos agricultores com até 4,0 módulos fiscais para um período de 6,0 (seis) meses como auxílio de manutenção familiar;	Que o governo federal disponibilize 01 salário mínimo mensal de manutenção familiar durante o período de 6 meses (seguro desemprego do agricultor). E que o

	enquadramento seja aprovado por um conselho representativo que conte com a participação de agricultores (lideranças) das comunidades e linhas onde vivem, para que esses recursos de fato cheguem às famílias mais necessitadas, de forma transparente e pública. <i>* Uma das grandes reivindicações dos nossos agricultores é que precisamos de um recurso para manutenção familiar que contemple a necessidade de pagamento de água, luz, medicamentos para os animais que estão morrendo em virtude de doenças (tristeza). Essas doenças são ocasionadas pela falta de alimentação, principalmente pasto de qualidade, entre outras, pois as pequenas receitas estão totalmente comprometidas nas propriedades dos Agricultores Familiares. Se somos reconhecidos como uma categoria que gera renda, também precisamos de um seguro desemprego para o Agricultor Familiar.</i>
Liberação imediata dos recursos para os projetos do programa Mais Alimentos;	
Agricultores que tenham dívidas agrícolas vencidas e tenham retrições financeiras que sejam regularizadas suas situações através da reabilitação ao crédito;	
Liberação de R\$ 300.000,00 para os municípios com até 10.000 habitantes e R\$ 500.000,00 para os municípios acima de 10.000 habitantes para a formação de um fundo para solucionar problemas relativos à água;	Liberação imediata de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) à cada prefeitura com decreto de emergência, afim de que possam disponibilizar água aos agricultores familiares através da contratação de transporte desta classe; <i>* Com diminuição da arrecadação dos municípios em consequência da diminuição de atividades econômicas, não resta outra alternativa senão o aporte emergencial destes recursos. Devemos salientar ainda que parte dos recursos dos municípios são marcados para saúde, educação, etc. O que também inviabiliza a relocação destes;</i>
Inclusão da Região Sul nos programas do governo em relação à seca;	
Apoio financeiro para realizar um estudo e mapeamento das condições geológicas do solo da região Celeiro;	
Contemplar as obras do PAC para o conjunto de municípios da região.	
	Visita de uma equipe ministerial para avaliar pessoalmente os efeitos dos fenômenos nos próximos dias; <i>* Memso com as visitas do Presidente Lula em áreas do Nordeste, faz-se necessária a presença de equipes do governo nas áreas rurais para poderem dimensionar os prejuízos desta classe;</i>
	Autorização imediata para utilização das águas dos lagos das hidrelétricas; <i>* Enquanto, ainda, os poços artesianos e algumas fontes naturais atendem a demanda</i>

	<i>do consumo humano é indispensável a possibilidade de utilização dos lagos para atender a demanda animal, uma vez que não precisam ser águas tratadas;</i>
	Promover ações imediatas entre governo federal e estaduais no sentido de disponibilizar equipamentos para perfuração de poços artesianos onde necessário, bem como suas instalações; <i>*Se faz necessário justamente para atender a demanda humana enquanto as demais atenderão o setor animal, cabe também uma revisão nos poços já perfurados porque podem agilizar a oferta e redistribuição das águas às famílias;</i>
	Liberação de estoques para alimentação de animais; <i>*A região sul atingida é caracterizada pela predominância da agricultura familiar, onde as atividades estão calcadas em pequenas áreas possuidoras de plantéis para a produção de leite, aves, suínos e outros animais. Salientamos que, como esta região se aproxima do período de inverno e vem consumindo as reservas de alimentos para o período de frio, fará com que o período de escassez de alimentos se prolongue por mais tempo. Esse estoque a ser disponibilizado deverá vir acompanhado de linha de crédito com juros e prazos compatíveis.</i>
	Disponibilizar cesta de alimentos para as famílias atingidas pela seca e enchentes no meio rural na modalidade CONAB; <i>*As famílias rurais, normalmente não utilizam este mecanismo, contudo gostaríamos da disponibilização, uma vez que o episódio ainda está ocorrendo;</i>
	Construir um grupo de trabalho para construir um diagnóstico e um conjunto de políticas sobre o Código Florestal Ambiental; <i>*Grupo este que se concentraria em viabilizar e negociar as ações emergenciais e em ato contínuo encaminharia a discussão sobre a pauta geral encaminhada,. Provocando discussões sobre temas que estamos constantemente reivindicando, mas que precisam ser encontrados soluções mais duradouras, tais como o modelo agrícola, formas de financiamento e etc.</i>

2.2. Audiências em Ministérios

A Comissão realizou cinco audiências nos ministérios (quadro 3), em Brasília, com vistas a sensibilizar o governo federal para a

grave crise que atinge o Rio Grande do Sul, expor a situação dos municípios que sofrem com a estiagem e solicitar adoção de medidas emergenciais para atendimento à população afetada.

Quadro 3 – Audiências realizadas com ministros de Estado.

Ministério	12 de maio	13 de maio	14 de maio
Integração Nacional	15 horas		
Justiça	18:30 horas		
Desenvolvimento Agrário		14 horas	
Desenvolvimento Social		15 horas	
Agricultura		17 horas	
Casa Civil			11 horas

Estiveram presentes nas audiências os deputados Marco Maia, Vilson Covatti, Manuela D'Ávila, Mendes Ribeiro Filho, Darcísio Perondi, Luis Carlos Heinze e o senador Sergio Zambiasi. Além dos parlamentares, compareceram representantes de três entidades fundamentais para o desenvolvimento da região afetada, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-Sul (Rudimar Schöter), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag (Alberto Broch) e a Associação dos Municípios da Região Ceileiro – Amuceleiro (Prefeito Claudemir Locatelli). Prefeitos e secretários municipais também estiveram presentes (quadro 4).

Quadro 4 – Representantes municipais presentes na audiência com o Ministro da Integração Nacional (12 de maio)

Município	Representante
Braga	Luis Carlos Balestrin - Prefeito Municipal
Crissiumal	Iran Trenti - Secretário Municipal de Planejamento
Erechim	Paulo Polis - Prefeito Municipal Eloir Griseli - Secretário de Municío da Agricultura
Inhacorá	Evoli Neves da Silva - Prefeito Municipal
Redentora	Nilson Paulo Costa - Vice-Prefeito
São Martinho	Jeancarlo Hunoff - Prefeito Municipal
Sede Nova	Iloi werner - Prefeito Municipal
Tenente Portela	Clairton Carboni - Prefeito Municipal
Tiradentes do Sul	João Carlos Hickmann - Prefeito Municipal
Três Passos	Cleri Camilotti - Prefeito Municipal
Vista Gaúcha	Claudemir Locatelli - Prefeito Municipal e Presidente da Associação dos Municípios da Região Ceileiro – Amuceleiro

Uma pauta de reivindicações foi entregue ao Ministro Geddel Lima Vieira, que se prontificou a buscar dois tipos de medidas: uma de caráter emergencial e humanitário para levar cestas básicas e água em caminhões-pipa para a população mais necessitada. A outra ação é estruturar projetos de perfuração de poços artesianos e a construção de açudes.

O Ministro anunciou que teria, no dia seguinte, uma reunião com o presidente Lula para discutir os termos da Medida Provisória a ser enviada ao Congresso. *"É uma MP exclusivamente para abrir crédito no Orçamento Geral da União em caráter extraordinário para atendimento aos municípios em situação de emergência"*, confirmou o Ministro.

A audiência foi positiva, pois o Ministro pôde perceber a dificuldade que as Prefeituras estão enfrentando e se comprometeu a levar as reivindicações ao Presidente Lula, para incluir na medida provisória recursos visando amenizar a forte crise enfrentada no Estado.

Com relação especificamente ao município de Erechim, a Comissão encaminhou ao Ministro uma solicitação especial: a união de esforços para a transposição do rio Cravo. Trata-se de uma transposição de bacias, ou seja, tomando água do rio Cravo e destinando-a à barragem da Corsan, distante 15 km. A obra de transposição do rio Cravo deve durar um ano e custar R\$ 25 milhões.

A Comissão entregou uma pauta de reivindicações também ao Ministro Tarso Genro, que se colocou à disposição para buscar medidas preventivas junto ao governo federal. Por designação do Dep. Marco Maia, a audiência foi acompanhada por Aramis Teixeira.

2.3. Audiência Pública em Brasília

Em 24 de junho a Comissão realizou audiência pública para debater o tema "Elaboração de políticas públicas permanentes que visem a mitigar os efeitos da seca no Estado do Rio Grande do Sul". Foram convidadas e compareceram as seguintes pessoas:

- CARLOS ANTONIO LOPES – Representante da Universidade Regional Integrada – URI.
- DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Gerente de Conservação de Água e Solo da Agência Nacional de Águas – ANA.
- DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY – Pesquisadora da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS.
- EGON KRAKHECKE – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.
- JOEHL GHISO – Vice-Presidente da FAMURS e Prefeito do Município de Mariana Pimentel.
- JOSÉ CARLOS ZUKOWSKI – Coordenador-Geral do Seguro da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- LUCIANO MARCOS DE CARVALHO – Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- MARIA INEZ RESENDE CUNHA – Assessora do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil.
- MARY CÉLIA GUIRADO – Assessora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.
- MOACIR VAZ DE SOUSA – Representante da EMBRAPA.
- ROGÉRIO ORTIZ PORTO – Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul.
- SEBASTIÃO CARNEIRO – Assessor Parlamentar da Agência Nacional de Águas – ANA.

- VITOR KOCHHANN REISDORFER – Professor da Universidade Regional Integrada – URI.

As notas taquigráficas da audiência pública constam nos anexos, mas destacam-se a seguir as principais informações trazidas pelos expositores.

Maria Inez Resende Cunha detalhou a Política Nacional de Defesa Civil e o Sistema Nacional de Defesa Civil, e ressaltou a necessidade, além de um plano de contingência para a estiagem, de se elaborar um plano preventivo de longo prazo na Região Sul. Defendeu inclusive que os planos sejam elaborados no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica, enfocando a acumulação de água para uso durante as secas.

Egon Krakhecke disse ser necessária a implementação de um sistema de alerta precoce da estiagem para o sul do país, a exemplo do sistema elaborado para a seca no nordeste. Mencionou algumas soluções técnicas adotadas no semi-árido, e que poderiam ser adaptadas para o sul, como a construção de cisternas e de barragens subterrâneas.

Rogério Ortiz Porto afirmou que, para garantir produtividade suficiente e habilitar a maioria dos agricultores ao PRONAF, a irrigação é imprescindível. Destacou a necessidade de uma política de acumulação de água que garanta a irrigação, o que pode ser feito com cisternas, microaçudes, açudes e barragens, dependendo do tamanho das propriedades.

Mary Célia Guirado esclareceu que há dois tipos de cisternas, para dessedentação humana e para atender à animais e irrigação. Informou que 180 poços e 500 cisternas existentes no Rio Grande do Sul serão revitalizados, a um custo de R\$14 milhões.

Devanir Garcia dos Santos apresentou dados da série histórica de precipitação no Rio Grande do Sul, entre 1994 e 2007, para destacar que não são incomuns os anos com baixa precipitação, e que a precipitação média é alta, permitindo planejamento para enfrentar a escassez

que se repete de tempos em tempos. Destacou também um efeito colateral do plantio direto, a impermeabilização do solo e a resultante deficiência de infiltração no lençol freático. Citou estudo da Universidade Federal de Santa Maria¹ que avaliou o efeito do *mulching* vertical (sulcos produzidos na terra para aumentar a infiltração) como mecanismo para aumentar a infiltração de água das chuvas e reduzir o escoamento superficial.

Dirce Maria Antunes Suertegaray esclareceu as diferenças entre os fenômenos da arenização, que ocorre em parte do pampa gaúcho (em decorrência de anos mais secos e frios, apesar da elevada precipitação média anual) e da desertificação, no nordeste do Brasil (por falta de precipitação). Destacou que a porção nordeste do Rio Grande do Sul é a região mais úmida do estado, e a estiagem ocorre por falta de retenção de água nos períodos chuvosos. Comentou sobre as características das chuvas no verão, que são esporádicas, porém torrenciais, gerando muito escoamento e pouca infiltração (retenção), motivo por que a implantação de cisternas seria bem sucedida – as mesmas ficariam rapidamente cheias, reservando água para os dias sem precipitação.

José Carlos Zukowski frisou que a cobertura do seguro agrícola em 2009 tem sido dez vezes maior que o montante destinado à região atingida pela estiagem. Isso ocorre pois o Rio Grande do Sul apresenta maior risco agrícola que o Mato Grosso, em virtude da indefinição das estações seca e chuvosa, acentuada pela ocorrência de “veranico” na época da colheita. As perdas gaúchas estão associadas a manejo e uso do solo inadequados. A previsão de pagamento de seguro para a agricultura familiar no ano corrente é de R\$ 300 milhões.

Vitor Kochhann Reisdorfer apresentou dados sobre perdas nas lavouras e na pecuária, para chamar atenção à necessidade de melhoramento genético dos cultivos, com plantas mais resistentes ao déficit hídrico. Salientou que a diversificação de culturas implica irrigação, com

¹ GARCIA, Sandra Maria and RIGUES, Afranio Almir. Vertical Mulching e manejo da água em semeadura direta. Rev. Bras. Ciênc. Solo [online]. 2008, vol.32, n.2 [cited 2009-07-09], pp. 833-842 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-06832008000200037&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-0683. doi: 10.1590/S0100-06832008000200037.

investimentos em estoques de água, equipamentos e energia. Ressaltou a possibilidade de alcançar grande produtividade com irrigação, desde que haja investimentos em pesquisa, planejamento e na implementação de políticas duradouras, os quais serão compensados pela redução dos pagamentos de seguro agrícola e pelo incremento da economia.

Carlos Antonio Lopes trouxe dados sobre a produtividade da região em função de efeitos climáticos e das práticas agrícolas. Defendeu a idéia de que cerca de 40% das perdas de produtividade são decorrentes das condições climáticas, porém o restante se deve à manejo inadequado do solo, falhas na gestão do negócio, etc. Mencionou a necessidade urgente de reconversão vocacional da agricultura no Rio Grande do Sul.

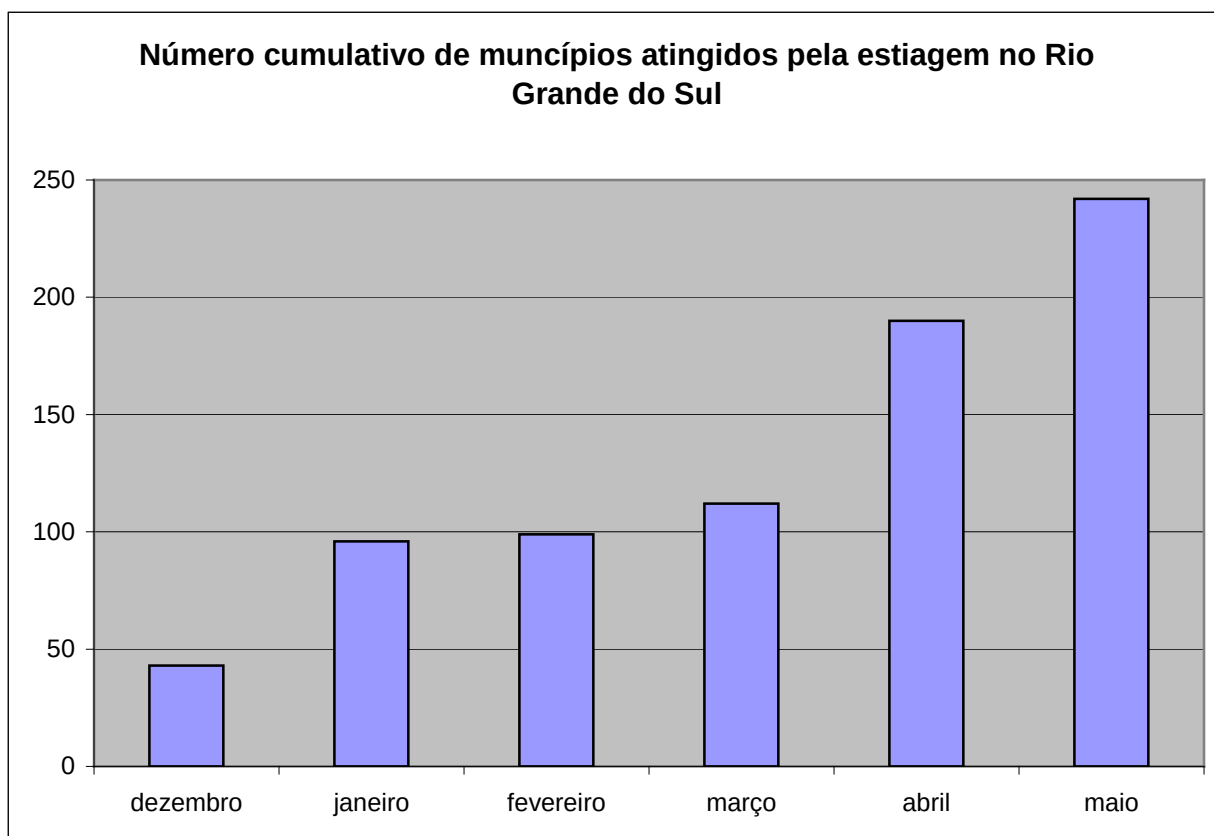
As recomendações dos painelistas podem ser resumidas nos seguintes tópicos:

- Elaboração de um plano de contingência para a estiagem;
- Elaboração de um plano preventivo de longo prazo para as estiagens do sul do Brasil, no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica;
- Implementação de um sistema de alerta precoce da estiagem;
- Ampliação da capacidade de armazenamento de água na zona rural (cisternas, açudes e barragens);
- Ampliação da agricultura irrigada com a água armazenada;
- Adoção de práticas de manejo de solo que aumentem a infiltração e reduzam o escoamento superficial;

- Planejamento da atividade agrícola para adaptação/reconversão vocacional em vista das estiagens recorrentes.

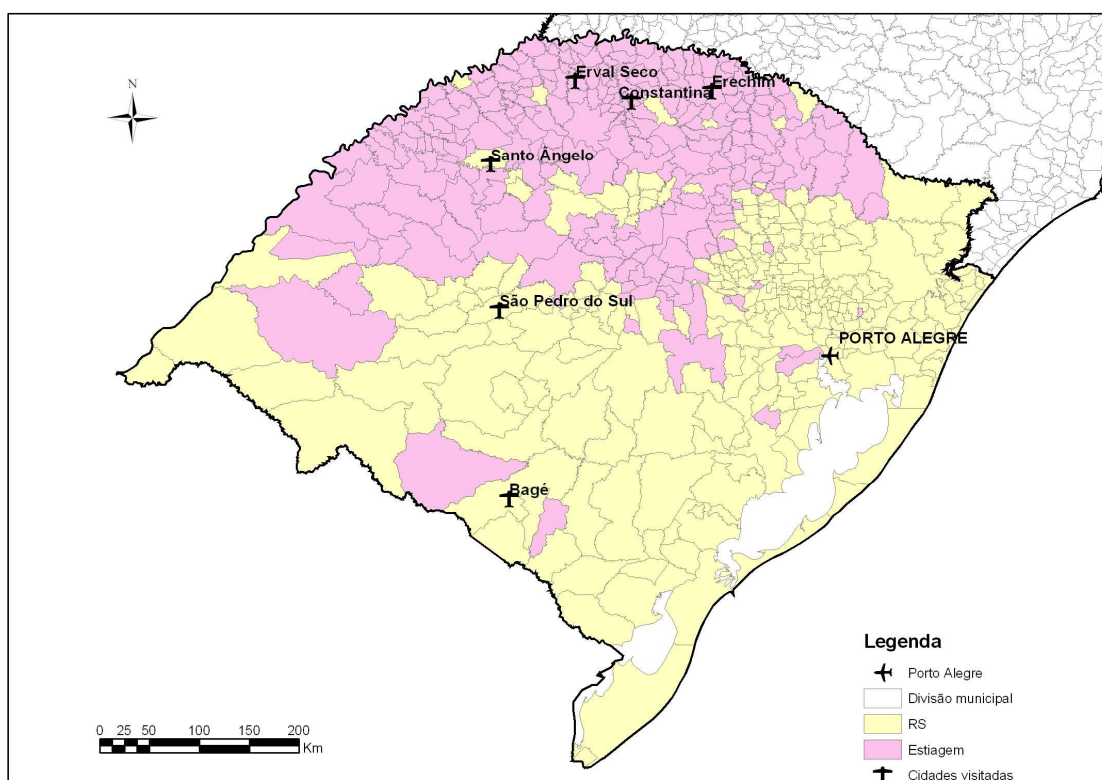
2.4. Análise dos dados da Defesa Civil

Constam nas informações divulgadas pela Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul 245 municípios afetados pela estiagem nos últimos meses². A falta de chuvas acompanhou o início do verão (dezembro de 2008), e a área atingida estabilizou-se nos primeiros meses de 2009. Em abril e maio, no entanto, a seca estendeu-se geograficamente, e muitos municípios prorrogaram a situação de emergência, concomitantemente à decretação em outros. Dos municípios afetados, somente 10 não decretaram situação de emergência.

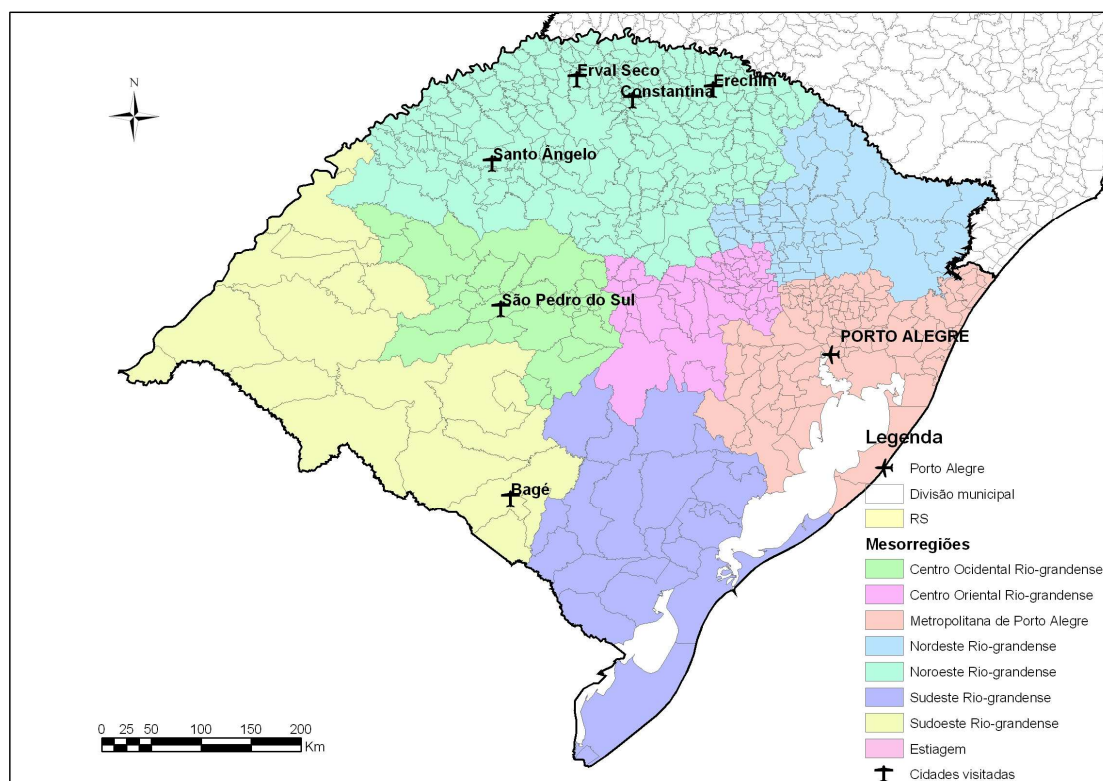


A região nitidamente mais afetada pela estiagem é a porção norte do Rio Grande do Sul, embora alguns outros municípios também

se encontrem muito prejudicados pela falta de chuvas. Em termos da divisão territorial adotada pelo IBGE, a mesorregião Noroeste Rio-grandense é a que sofreu maior impacto da seca, com 193 municípios. As mesorregiões Centro-oriental e Centro-ocidental aparecem com 17 e seis municípios, respectivamente. O Nordeste figura com 15 municípios, Sudoeste e Sudeste, respectivamente com seis e um, e a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, com quatro municípios.



² <http://www.defesacivil.rs.gov.br>



2.5. *Clima, estiagem e perdas agrícolas*

Estudo da Embrapa Clima Temperado, comparando dados de décadas de registros climáticos no Rio Grande do Sul, concluiu que o estado convive com estiagens recorrentes, cerca de cinco a cada 10 anos. Na safra 2008/2009, por exemplo, não há influência dos fenômenos El Niño e La Niña, e por isso a quantidade e distribuição das chuvas ficam mais irregulares.³

As principais lavouras de verão, e que, portanto, são sensíveis à estiagem no sul do Brasil, são as de soja, fumo, milho e feijão, que representam em torno de 60% do total do valor da produção das lavouras temporárias do Rio Grande do Sul.⁴

Conforme estimativas da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul – FEE, a perda no agronegócio atingirá a cifra de bilhões de reais. Os maiores prejuízos serão nas lavouras de milho e trigo, que juntas registram uma queda na produção de 28,4%. Os

³ <http://www.deolhonotempo.blogspot.com/2009/01/rio-grande-do-sul-tem-estiagem-em-cinco.html>

⁴ Fochezatto, A. & Grando, M. Z. 2009. Efeitos da estiagem na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem Multissetorial. Textos para Discussão FEE N° 62, 21 p.

prejuízos totais da estiagem levam em consideração outros setores que colaboram com o agronegócio gaúcho. A perda direta, decorrente apenas da queda na produção, chega a R\$ 541 milhões (redução de 2,6% em relação a safra de 2008).⁵

2.6. Recomendações encaminhadas pela Embrapa Clima Temperado

Para contribuir com a elaboração de estratégias de convivência com a seca no estado do Rio Grande do Sul, a Embrapa Clima Temperado encaminhou uma descrição sucinta das linhas de pesquisa e atuação da unidade localizada em Pelotas, RS:

a) Zoneamento agrícola

A Unidade tem disponibilizado diversos zoneamentos agrícolas para culturas anuais (arroz irrigado, canola, soja, girassol, mamona) e perenes (pêra, pêsego, ameixeira, nectarineira, eucalipto, citros, oliveira), bem como diversos levantamentos de solos de municípios do Estado. Estes zoneamentos são ferramentas importantes para a minimização dos riscos de déficit hídrico para as culturas de interesse econômico.

b) Sistemas conservacionistas de manejo do solo

A Unidade tem desenvolvido estudos com base no desenvolvimento e validação de práticas conservacionistas de manejo do solo como o sistema plantio direto na palha e preparo reduzido e/ou cultivo mínimo, avaliação de espécies para cobertura de solo, desenvolvimento de sistemas rotacionados de manejo e práticas mecânicas de contenção da enxurrada em escala de microbacias hidrográficas.

c) Melhoramento genético vegetal

As principais linhas de pesquisa dos programas de melhoramento relacionadas ao problema da deficiência hídrica e convivência

⁵ <http://www.clicrbs.com.br/pioneiro/rs/plantao/10,2518190,Seca-gera-perda-bilionaria-para-o-agronegocio-gaucho-aponta-FEE.html>

com a seca em andamento na Embrapa Clima Temperado estão listadas a seguir:

- Desenvolvimento de cultivares de batata e de soja com tolerância a seca e ao calor (em andamento);

- Desenvolvimento de cultivares de ciclo precoce (contribuem para redução no uso da água). Como exemplo, citam-se cultivares de ciclo precoce de pêssigo e nectarina, por exemplo a cultivar de pêssigo BRS Precocinho e a cultivar de arroz irrigado BRS Atalanta;

- Desenvolvimento e avaliação de germoplasma de milho, soja, sorgo e trigo com adaptação ao agroecossistema de terras baixas. O agroecossistema de terras baixas representa uma oportunidade para diversificação da matriz de produção de grãos, carne e leite pois já dispõe de infra-estrutura apropriada para irrigação oriunda da cadeia de produção do arroz irrigado.

d) Diversificação da matriz produtiva

A Embrapa Clima Temperado vem fortalecendo sua carteira de projetos e oferta de tecnologias com foco na diversificação da matriz produtiva em diferentes regiões do estado. Como exemplos citam-se i) desenvolvimento de sistemas rotacionados de manejo de solo e cultura para terras baixas, incluindo culturas alternativas ao arroz irrigado tais como soja, milho e sorgo; ii) desenvolvimento de sistemas agrossilvipastoris adaptados a região da Fronteira Oeste do RS; iii) desenvolvimento de sistemas de produção para culturas produtoras de matéria-prima para agroenergia e biocombustíveis, incluindo mamona, cana-de-açúcar, tungue, sorgo sacarino e pinhão manso (com maior tolerância a seca), mandioca, batata-doce e girassol.

Algumas recomendações técnicas gerais de convivência com o problema da deficiência hídrica em culturas anuais:

- a) Para a definição da época de semeadura, consultar o zoneamento agrícola para a cultura;

- b) Escalonar época de semeadura/plantio, utilizando cultivares de ciclo diferentes;
- c) Utilizar a densidade de plantas indicada para a cultura;
- d) Dar preferência ao plantio direto na palha ou mobilizar o mínimo possível o solo por ocasião do preparo do solo e semeadura;
- e) Descompactar o solo, quando necessário;
- f) Observar a prática da rotação de culturas;
- g) Consultar o serviço de previsão de tempo e clima para o planejamento, manejo e execução das operações agrícolas;
- h) Racionalizar o uso da água e irrigar quando necessário, preferencialmente nos períodos críticos, utilizando métodos mais eficientes para irrigação.

Essas recomendações gerais e outras específicas para as diferentes culturas podem ser obtidas no Conselho Permanente de Agrometeorologia Aplicada do Estado do Rio Grande do Sul (COPAAERGS)⁶.

Como suporte a formulação de políticas públicas, a Embrapa sugere: i) o fortalecimento da Rede de Estações Meteorológicas no RS; ii) apoio/incentivo a programas de captação, armazenamento e uso eficiente da água na agricultura e iii) fortalecimento/ampliação de linhas de pesquisa relacionadas ao tema, especialmente para desenvolvimento de germoplasma com tolerância a seca.

2.7. MP 463/2009

O Poder Executivo Federal editou, em 20 de maio de 2009, a Medida Provisória 463, na qual, entre um montante superior a R\$1,2 bilhão, destinou parcela considerável dos recursos a áreas atingidas por desastres. Os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Integração Nacional, Gedel Vieira, que, dos R\$ 880 milhões liberados pelo Governo

Federal para amenizar prejuízos com a seca e enchentes no país, apenas R\$ 20 milhões irão para o Rio Grande do Sul ⁷ (cerca de R\$ 80 mil por município atingido), e igual montante para Santa Catarina⁸.

Posteriormente, outros R\$ 20 milhões foram incluídos na Medida Provisória, durante sua tramitação na Câmara dos Deputados. A proposição foi votada no Senado Federal e transformada na Lei nº 11.981, de 9 de julho de 2009.

2.8. Programas do governo acessados pelos atingidos pela estiagem

A União mantém uma série de programas acessíveis aos produtores rurais, e à população em geral, afetados pela estiagem:

- Plano Safra Mais Alimentos da Agricultura Familiar;
- Programa Garantia-Safra;
- Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda – Proger
- Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem – Moderinfra;
- Programa Produtor de Água;
- Pronaf convencional;
- Pronaf Eco;
- Seguro da Agricultura Familiar – Seaf (Proagro Mais);
- Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater;
- Sistema Nacional de Defesa Civil.

⁶ www.agrometeorologia.rs.gov.br

2.9. Fundos públicos

Em função dos desastres naturais que assolam, nesse momento, o Nordeste, é pleito dos governadores regionais a criação de um fundo nacional de defesa civil, com o argumento de que não existe, no Brasil, um fundo específico para essa atividade.

A Defesa Civil, além dos recursos orçamentários da União (Ministério da Integração Nacional), estados e municípios (naqueles que têm órgão de defesa civil estruturado), se vale, de fato, do Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap, instituído pelo Decreto-Lei 950/1969 (em anexo a este relatório). Tem por finalidade financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas, mas não permite efetivamente a estruturação do Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec, e da logística permanente de que todas as esferas executivas necessitam para atender aos desastres naturais.

Os recursos do Funcap podem ser aplicados tanto nos casos de calamidade pública quanto de situação de emergência, devidamente homologados pela unidade da federação e pelo Ministério do Interior, conforme preconizado pelo Decreto 1.080/1994, modificado pelo Decreto 5.376/2005 (ver anexos):

DECRETO Nº 1.080, DE 8 DE MARÇO DE 1994.

Regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e dá outras providências.

...

Art. 2º A condição para a aplicação dos recursos previstos nas ações estabelecidas no art. 1º deste Decreto é o reconhecimento do estado de calamidade pública ou da situação de emergência pelo Governo Federal.

§ 1º O reconhecimento do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional, é condição para ter efeito jurídico no âmbito da administração federal, e ocorrerá quando solicitado pelo Governo Estadual ou do Distrito Federal, que declarará as medidas e ações estaduais em curso, sua capacidade

⁷ <http://www.clicrbs.com.br/pioneiro/rs/plantao/10,2519368,Estiagem-prefeituras-do-RS-reclamam-da-verba-destinada-pelo-governo.html>

⁸ <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=45344>

de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados e não suficientes para o restabelecimento da normalidade dos Municípios.

§ 2º Em casos excepcionais, o Governo Federal poderá emitir o reconhecimento, à vista do decreto municipal antes da homologação estadual.

DECRETO Nº 5.376 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil, e dá outras providências.

...

Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:

...

III - situação de emergência: o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - estado de calamidade pública: o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

3. CONQUISTAS

A Comissão Externa fez gestões junto aos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social, obtendo para o apoio aos atingidos pela estiagem recursos importantes.

Medidas adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- Prorrogação de Parcelas de Custeio do Pronaf não cobertas pelo seguro (144 mil contratos – R\$ 594 milhões, incluídos os atingidos pelas enchentes no norte do país)
- Prorrogação (até 1º de agosto de 2009) das parcelas vencidas ou por vencer dos empréstimos dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo das operações de custeio do Pronaf da safra 2008/2009 que não estejam cobertas pelo seguro. O mutuário deverá comparecer a sua agência bancária até 1º de

agosto para renegociar esta parcela de custeio em até 3 anos, com a 1ª parcela vencendo em 2010. O agricultor familiar terá um desconto no pagamento das parcelas prorrogadas de:

- 30% na parcela de 2009 caso não queira a prorrogação, ou
 - 20% na parcela de 2010
 - 15% na parcela de 2011
 - 10% na parcela de 2012
- Prorrogação dos demais Contratos (123 mil contratos – R\$ 961 milhões, incluídos os atingidos pelas enchentes no norte do país). Para os contratos de investimentos e custeio do Pronaf (prorrogados de safras anteriores), do Banco da Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e do Procefa, o agricultor familiar deverá comparecer na sua agência bancária antes do vencimento de sua parcela, para solicitar prorrogação da parcela por mais 1 ano após o vencimento do contrato.⁹
 - Crédito Emergencial. Disponibilização imediata de uma linha especial de crédito de até R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por família. Proposta simplificada de crédito em parcela única, independente dos limites nas outras modalidades do Pronaf; Taxa 0,5% a.a. Prazo de reembolso: até 2 anos. Recursos da ordem de R\$ 380 milhões.
 - Apoio para alimentação animal da Região Sul do País (RS, SC e PR): Venda de milho pela CONAB ao preço mínimo (R\$ 16,50 / saca – valor de mercado R\$ 20,00/ saca - RS); limite de até 50 sc / agricultor familiar; apoio da Cooperativas de agricultores familiares para distribuição; recursos: R\$ 50 milhões.
 - Pagamento de seguro (Seaf/Proagro Mais): previsão superior a R\$ 300 milhões em todos os estados atingidos pela estiagem.

Medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- Linha Emergencial de Crédito Rural para financiamento de atividade da produção rural dos atingidos por enchentes ou estiagens. RS, SC, PR, MS e SP – decretos reconhecidos até 27/maio/09); até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); prazo para contratação até 31/12/2009; prazo de pagamento em 2 anos, taxa de 6,75% a.a. Prorrogação dos contratos do PROGER, e custeio não cobertos pelo seguro agrícola, a exemplo do que está sendo feito para o Pronaf.

Medidas adotadas pelo Ministério da Integração Nacional:

- Para o Estado do Rio Grande do Sul, R\$ 40 milhões para convênios com Prefeituras Municipais para construção de açudes, pequenas barragens, cisternas de placas, sistema de abastecimento d'água, poço artesiano e semi-artesiano, dentre outros.

Medidas adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- Construção de 500 cisternas (R\$ 3,6 milhões – acesso à água para a produção de alimentos para autoconsumo) e recuperação de 300 poços perfurados (R\$ 10,5 milhões), totalizando R\$ 14,1 milhões.

4. PROPOSTAS

4.1. Sugestões das lideranças locais

No decorrer de 2009, várias contribuições chegaram à Comissão, em manifestações do setor produtivo, do poder público local e da Academia. Essas sugestões foram apresentadas nas audiências públicas constantes nos anexos 6.1 a 6.6 deste relatório, e em correspondências enviadas aos parlamentares.

⁹ Não estão incluídos os contratos renegociados pela Lei 11.775 de 17 de setembro de 2008 (lei das dívidas).

Em audiência pública no Município de Erval Seco destacou-se a situação financeira precária das prefeituras, com a redução do FPM no início do ano, e a necessidade de dotar imediatamente as prefeituras dos recursos para atendimento a emergências e calamidades provocadas pela estiagem recorrente. Da parte dos agricultores, pleiteia-se a suspensão imediata das dívidas de custeio e de investimentos, quando da ocorrência de eventos climáticos desse tipo, bem como o aporte de recursos públicos para diversificar a matriz produtiva da região afetada. Para as famílias de pequenos produtores que tiveram perda total da lavoura, a reivindicação, além da renegociação de dívidas, é de implementação de uma bolsa-estiagem no valor de um salário mínimo, por 12 meses. Mencionou-se também a utilização do Aquífero Guarani, explorado em outros estados, e necessário no Rio Grande do Sul para atender a população em situações como essa.

No município de Erechim, além das reivindicações recorrentes de suporte financeiro aos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade e de renegociação de dívidas agrícolas, houve menção ao PAC e à necessidade de investir em obras de saneamento e captação de água. Surgiu também a discussão sobre utilização pelos agricultores dos reservatórios de hidrelétricas (o que gera conflitos com a necessidade de geração de energia), e a disponibilização de equipamentos para perfuração de poços artesianos, bem como o encanamento da água dos poços já perfurados. Em função da situação financeira precária dos agricultores, também houve sugestão de anistia para pagamento de energia elétrica e do Programa Troca-Troca de Sementes, além de doação de grãos para alimentação animal.

Em São Pedro do Sul, o Deputado Luis Carlos Heinze apresentou à platéia a proposta de implantação de redes de abastecimento e, principalmente, de um grande programa de açudagem no Rio Grande do Sul, de forma a atender boa parcela das 430 mil propriedades rurais do Estado. Do ponto de vista de pesquisa, destacou-se a utilização de zoneamentos agrícola e de solos, e a busca, pela Embrapa, de cultivares mais adaptados às diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, que produzam com um período

vegetativo menor e permitam escapar do período de seca. A falta de eletrificação rural foi citada como empecilho instalação de pivôes de irrigação e à utilização de poços artesianos, visto que os kits de irrigação e as bombas submersas não têm condições de funcionar sem energia elétrica.

Os participantes da audiência pública no município de Constantina reiteraram as preocupações, manifestadas das demais reuniões, de necessidade de investimentos em soluções de longo prazo para a agricultura, com ênfase na reserva de água, em linhas de crédito para irrigação e na seleção de plantas geneticamente adaptadas a menor disponibilidade hídrica. Outras questões que afetam a atividade agrícola e a renda dos produtores rurais também foram mencionadas, como a necessidade de renegociar dívidas, investir na eletrificação rural e promover mudanças na legislação ambiental.

Na audiência pública em Bagé, defendeu-se a isenção de IPI para equipamentos de irrigação. Também mencionou-se a falta de uma política agrícola de longo prazo, que contemple investimentos para superação de problemas recorrentes, como a estiagem, incluindo-se aí a simplificação do licenciamento de açudes e barragens, que necessita de aprovação por diversos órgãos públicos.

O Secretário Municipal de Agricultura de Santo Ângelo, Sr. Diomar Lino Formenton, durante audiência pública no referido município, encaminhou as propostas discutidas e aprovadas pela 1ª Conferência Regional da Agricultura Familiar, realizada em 16 de outubro de 2009, envolvendo 24 municípios integrantes da Associação dos Municípios das Missões. Destacamos as propostas diretamente vinculadas ao tema desta Comissão Externa:

- Implantação de um laboratório regional para análise de solos;
- Análise de solos em todas as propriedades da região a custo menor;
- Manejo do solo incluindo correção de fertilidade com churume, plantio direto, pastoreio rotativo e uso de forrageiras e leguminosas;

- Recomendações de uso do solo conforme aptidão agrícola ou florestal;
- Preservação de fontes de água e nascentes;
- Divulgação do Programa Estadual de Irrigação;
- Criação de um programa federal de retenção de água através de cisternas ou outros meios.

A Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul – Aprosoja, na pessoa de seu Presidente Pedro Reus Ribeiro Nardes, encaminhou correspondência em que propõe:

- Viabilizar o financiamento de equipamentos de irrigação e redução de impostos dos mesmos;
- Desburocratizar e municipalizar o licenciamento de atividades relativas à irrigação e retenção de águas;
- Implementar o seguro agrícola abrangendo todas as escalas de produção, incluindo abertura de mercado à seguradoras e resseguradoras internacionais;
- Executar uma política de comercialização e garantia de preços para produtos agrícolas;
- Criar o Programa Assistido de Recuperação de Produtores Rurais e do Fundo Garantidor de Operações de Investimentos de máquinas e implementos agropecuários do BNDES.

O Projeto CooperATIVO 2009, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo em parceria com a Prefeitura Municipal, recomendou à Comissão que envie esforços para:

- Aprovação urgente do Projeto de Lei 6.381/2005, que cria a Política Nacional de Irrigação;

- Criação do Programa Regional de Irrigação e Correção do Solo, integrando ações da União, do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios;
- Criação de um Programa Regional de Assistência Técnica Produtiva e de Gestão Integrada da Propriedade, no âmbito do PNATER e PRONATER, visando ao planejamento agrícola para adaptação ou reconversão vocacional das propriedades;
- Instalação de unidade da Embrapa na região oeste do Rio Grande do Sul;

4.2. Soluções legislativas

Tramitam na Câmara dos Deputados quatorze projetos de lei versando sobre defesa civil, estiagem, seca ou irrigação (quadro 5). Sugere-se que os Líderes priorizem a votação daqueles que se encontram prontos para pauta do Plenário, e que os respectivos relatores das demais proposições se empenhem na análise e apresentação dos relatórios, para que o arcabouço legal seja aprimorado nos assuntos relacionados ao tema desta Comissão Externa.

Quadro 5 – Projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados dispendo sobre defesa civil, estiagem, seca ou irrigação.

PL	Autor	Ementa	Situação
1869/2007	Gustavo Fruet	Institui incentivo fiscal, no âmbito do imposto de renda, para doações ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP)	CFT Pronta para Pauta
2283/2003	Luiz Carreira	Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria a Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica	CFT Aguardando Parecer
2447/2007	Senado Federal - Inácio Arruda	Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e dá outras providências	CMADS Aguardando Parecer
328/2007	Edson Duarte	Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências	CMADS Tramitando em conjunto (apensado ao PL 2447/2007)
3359/2008	Eunício Oliveira	Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica	CAPADR Tramitando em conjunto (apensado ao PL 511/2007)
4395/1998	Senado Federal	Estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil	PLEN Pronta para Pauta
4466/2008	Milton Monti	Dispõe sobre a dedução no imposto de renda das contribuições efetuadas à defesa civil no caso de calamidade pública	CFT Pronta para Pauta
4810/2005	Edson Duarte	Dispõe sobre a aplicação de recursos do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-BRASIL) nas áreas susceptíveis a desertificação	CCJC Pronta para Pauta
4955/2009	Paulo Bornhausen	Altera o art. 51 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008	CAINDR Pronta para Pauta
4971/2009	Acélio Casagrande	Institui, no Ministério da Integração Nacional, o Fundo Nacional de Defesa Civil - FUNDEC, e dá outras providências	CAINDR Tramitando em conjunto (apensada ao PL 3890/2008)
5194/2009	José Guimarães	Cria o Fundo Especial para Ações Emergenciais de Defesa Civil - FUNDEC e dá outras providências	CAINDR Tramitando em conjunto (apensado ao PL 4971/2009)
5283/2009	Paulo Roberto	Dispõe sobre dedução do imposto de renda da pessoa física sobre valores doados para a defesa civil em situações de calamidade pública e dá outras providências	CAINDR Aguardando Parecer
6381/2005	Senado Federal - Comissão Especial "Vale do São Francisco"	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências	PLEN Pronta para Pauta
6494/2009	Ademir Camilo	Cria o Fundo Nacional de Defesa Civil - FUNDEC, em substituição ao Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP	SECAP(SGM) Aguardando Despacho

Destaque especial merece o Projeto de Lei 6.381/2005, do Senado Federal - Comissão Especial "Vale do São Francisco", que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. A proposição sujeita-se à apreciação do Plenário, e encontra-se pronta para pauta, relatada pelo Deputado Afonso

Hamm. Os expositores da audiência pública na Câmara dos Deputados foram unânimes em atestar que a estiagem no sul é mais um problema de distribuição das chuvas ao longo do ano, que de baixa precipitação. Havendo reserva de água no período chuvoso e um planejamento cuidadoso da irrigação, seria possível garantir a produção agropecuária nos períodos com déficit hídrico.

Subsidiariamente, deve-se destacar a PEC 564/2006, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. A matéria é sujeita a tramitação especial e à apreciação do Plenário. O relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Dep. Maurício Rands, manifestou-se pela admissibilidade. Em abril de 2009 o Presidente criou Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno. Atualmente aguarda-se constituição de Comissão Temporária para analisá-la.

4.3. Indicações ao Governo Federal

Recomenda-se ao Governo Federal que realize as seguintes ações, na sua esfera de competência, de forma a combater os efeitos da estiagem nos estados do sul do Brasil:

- Coordenação, pelo Ministério da Integração Nacional, de todas as ações da União em relação à estiagem.
- Criação de um programa federal de retenção de água, incluindo todos os meios técnicos disponíveis (cisternas, açudes, barragens, manejo do solo para aumento da infiltração, controle do assoreamento dos rios, etc).
- Determinar à Secretaria Nacional de Defesa Civil e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que realizem estudo conjunto sobre risco climático no sul do Brasil, com base nas séries históricas de dados

meteorológicos e de decretações de situação de emergência e estado de calamidade pública.

- Adaptar à região periodicamente afetada pela estiagem no sul do Brasil as recomendações técnicas relativas ao Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD.
- Consolidar as políticas de crédito e de seguro agrícola voltadas à reconversão de terras e apoio aos produtores rurais severamente afetados por estiagens.
- Promover a integração das ações da União, Estado e Municípios para mitigação e adaptação à estiagem, envolvendo as respectivas pastas de:
 - Agricultura e desenvolvimento agrário (reconversão agrícola);
 - Meio ambiente (licenciamento de reservatórios e outorga de uso de recursos hídricos);
 - Defesa civil (estrutura regional de atendimento a emergências e calamidades);
 - Ciência e tecnologia (pesquisa induzida nas áreas de eficiência de uso dos recursos hídricos, agricultura, conservação do solo e genética vegetal).

5. CONCLUSÕES

Esta Comissão Externa a fim de acompanhar a situação da estiagem no Rio Grande do Sul – CEXESTRS entende que há dois conjuntos de medidas a serem tomadas, por um lado para atender às necessidades prementes da população afetada pela estiagem, e por outro para prevenir e mitigar os efeitos de futuros eventos dessa natureza.

Medidas emergenciais

- Pagamento integral dos "Restos a Pagar" ainda pendentes para o Rio Grande do Sul, referentes aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Integração Nacional (constantes nos anexos deste relatório).
- Execução das emendas da bancada do Rio Grande do Sul ao Orçamento da União, destinadas aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Integração Nacional (constantes nos anexos deste relatório).

Medidas permanentes:

- Alteração do Funcap ou criação Fundo Nacional de Defesa Civil, para plena estruturação do Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec.
- Realização de grandes investimentos iniciais em soluções técnicas para retenção de água (poços, cisternas, microaçudes, açudes, barragens), e implantação de um programa permanente de fomento a essas práticas.

- Ampliação da agricultura irrigada associada às obras de retenção de água.
- Diversificação da matriz produtiva e apoio à reconversão nas propriedades rurais.
- Extensão agrícola e apoio às empresas rurais para melhorar as práticas de manejo do solo, dos cultivos e da própria gestão do negócio.
- Implementação completa do PRONAF Sustentável, criado pelo Decreto nº 6.882/2009, que prevê assistência técnica integral para todas as atividades da propriedade.
- Ampliação da rede meteorológica para maior previsibilidade dos efeitos climáticos.

É o Relatório.

Sala da Comissão, de 2009.

Deputado Marco Maia
Coordenador

2009_17890

6. ANEXOS

6.1. Notas taquigráficas da audiência pública no município de Erval Seco

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA SOBRE A SITUAÇÃO DE ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0528/09	DATA: 08/05/2009
INÍCIO: 10h43min	TÉRMINO: 12h43min	DURAÇÃO: 02h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h00min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GILMAR LESCHEWITZ – Prefeito do Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.
CARLOS REGINALDO SANTOS BUENO – Prefeito Municipal e representante da Associação dos Municípios da Zona da Produção – AMZOP.
VILSON ALBA – Coordenador de Organização da Produção e Sócio Economia Solidária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil – FETRAF-Sul.
AMAURI MIOTTO – Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS.
PLÍNIO SIMAS – Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores e da Via Campesina.
CLÉBER ALABARELO – Membro da Coordenação Regional do Movimento dos Pequenos Agricultores.
PAULO FARIAS – Coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores de São José das Missões, Rio Grande do Sul.
VERGÍLIO MATIAS DA ROSA – Secretário de Agricultura do Município de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul.
BENO RITTER – Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.
DIONILSO MARCON – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
NEIVA PEREIRA DE MARQUES – Pequena agricultora.
ELVINO BOHN GASS – Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul.
GERSON BURMANN – Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Debate sobre a estiagem no Estado do Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.
O início da reunião não foi gravado.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) -... de emergência. Quase 40% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul encontram-se nessa situação. Daí a importância

de a Câmara dos Deputados realizar essas atividades. Nossa contribuição será, sem dúvida nenhuma, muito efetiva, a partir deste levantamento que estamos fazendo.

Convido para fazer parte da Mesa o Coronel José Luiz D'Ávila Fernandes, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, aqui representando o Ministério da Integração Nacional. *(Palmas.)*

Trouxemos S.Sa. conosco por sabermos que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos municípios diz respeito ao decreto de emergência e a sua efetividade na resolução dos problemas da estiagem — trabalhar de forma organizada e articulada, mas também rápida.

Temos também aqui um representante da Defesa Civil Estadual, cujo nome peço à organização que nos seja passado, para que possamos convidá-lo a também fazer parte da Mesa.

Já está à mesa o Deputado Estadual Gérson Burmann, para quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Vamos conceder a palavra aos representantes de entidades e representações dos Prefeitos, primeiramente, para ouvir suas considerações sobre a estiagem. Segundo o Regimento da Câmara dos Deputados, S.Sas. terão, cada um, o prazo de 5 minutos para suas exposições.

Logo após, vamos passar a palavra aos Deputados, para que também façam suas considerações. Para finalizar os trabalhos, vamos dar ao Plenário e a outras lideranças a oportunidade e de se pronunciarem e darem suas contribuições.

Nossa intenção é encerrar os trabalhos por volta do meio-dia, meio-dia e quinze. Está bem assim? *(Pausa.)*

Obrigado.

Agradecendo a acolhida, concedo a palavra ao Sr. Gilmar Leschewitz, Prefeito de Erval Seco.

O SR. GILMAR LESCHEWITZ - Deputado Marco Maia, demais senhoras e senhores aqui presentes, bom dia. É uma satisfação tê-los aqui em Erval Seco.

O tema a ser debatido aqui não é, com certeza, o mais reconfortante, mas é de suma importância. Na pessoa do 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Marco Maia, quero cumprimentar todas as autoridades, federais, estaduais e municipais, em especial, porque é nos municípios que as coisas de fato acontecem.

Agradeço a presença aos colegas Prefeitos de toda a região e também a todas as lideranças dos agricultores e do pessoal da cidade.

Em nome do Presidente do Conselho Municipal de Agricultura, Sr. Rudi Riegel, se S.Sa. me permite, quero cumprimentar todos os agricultores e agricultoras que estão aqui presentes e que são, de fato, os que mais estão sofrendo com a estiagem.

Esperamos que o dia de hoje sirva como marco para toda a nossa região e, — por que não dizer? —, para o Estado e até todo o País, porque algumas das ideias, das propostas, das medidas que com certeza serão aqui levantadas poderão ser aplicadas em âmbito nacional,

porque o que serve para o agricultor de Erval Seco e de nossa região serve para os agricultores de todo o País.

Agradecemos a presença à Comissão que aqui está e a parabenizamos por isso. Não é sempre que temos a satisfação de receber membros de uma Comissão tão importante do Congresso Nacional.

Quero dizer que os municípios — e não falo em nome dos Prefeitos, porque o Carlos é quem vai fazê-lo — enfrentam situação muito difícil. As Prefeituras não têm dinheiro suficiente para enfrentar sozinhas toda essa situação. Precisamos que todos os entes federativos — o Município, através da Prefeitura; o Estado, através de seu Governo; a União, através do Governo Federal e do Congresso Nacional — se deem as mãos e que cada um cumpra com seu papel.

Vejo o pessoal da Defesa Civil e agradeço a presença. Nós temos um problema muito sério — e agora falo como Prefeito — na região: de nada está valendo, neste momento, o decreto de situação de emergência. É apenas mais um número na estatística. Está demorando em média de 1 a 2 anos para termos o resultado prático, eficiente, dos projetos encaminhados durante o período de situação de emergência. Se dependermos deles, o pessoal do interior vai morrer de sede.

Então, quero dizer que a situação de emergência está aí, foi decretada. Como disse o 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Marco Maia, são mais de 200 municípios em situação de emergência. E que bom que temos a Defesa Civil avalizando os municípios de que de fato existe essa situação. Mas hoje, aqui, trataremos de medidas emergenciais que saciem a sede tanto do povo quanto dos animais. E trataremos também, com certeza, de medidas a médio e longo prazos, porque esta seca que nos está assolando não é a primeira e, com certeza, não será a última.

Nós precisamos juntar forças para fazer o enfrentamento dessa situação, porque, sozinhos, Deputado Marco Maia e demais membros da Comissão, os municípios não estão conseguindo. O povo bate à porta dos Prefeitos e não consegue resposta. Se nós fizermos o que o povo exige de nós, o Tribunal de Contas nos pega pelo pé.

Quero dar os parabéns para a região aqui representada, para o Congresso Nacional e, também, para as autoridades do Estado aqui presentes, pelo debate que está sendo levantado. Várias mobilizações realizadas pelos movimentos sociais estão culminando nesta reunião. Temos aqui presentes o pessoal do campo, os agricultores, e também o pessoal da cidade — do comércio, das escolas etc. —, formando um grande elo.

Portanto, queremos dar as boas-vindas a todos e dizer que todos aqui são heróis, porque estão resistindo e estão aqui para debater a permanência do homem no campo e do comércio na cidade.

Obrigado a todos pela presença. Espero que tenhamos um grande debate e que a partir deste dia, desta manhã, surjam outras tantas propostas para contribuir com a vida de todos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Prefeito Gilmar.

Passo imediatamente a palavra ao Prefeito Carlos Bueno, da Associação dos Municípios da Zona da Produção — AMZOP.

O SR. CARLOS REGINALDO SANTOS BUENO - Cumprimentando o Deputado Marco Maia, cumprimento os representantes do Governo Federal e também as lideranças estaduais.

Gostaria de cumprimentar o Prefeito Gilmar e agradecer pela recepção e organização deste grande evento que acontece em Erval Seco, para tratar dos problemas enfrentados em nossa região.

Demais representantes da Defesa Civil, autoridades e imprensa, represento neste momento a AMZOP, que passa por uma fase de transição. Na próxima sexta-feira, tomará posse, no Município de Novo Barreiro, o Presidente Flávio Smaniotto e eu, na condição de Vice-Presidente.

Serei breve, porque os Prefeitos que estão na plenária estão aqui mais para ouvir e, em cima disso, tirar as coordenadas para ações futuras.

A nossa região vive, lamentavelmente, uma grande crise, e os Prefeitos estão vivenciando isso na carne.

Iniciamos o ano com a redução do FPM, o que é de conhecimento de todos. Logo depois veio a estiagem. E isso tudo gerou uma crise social que descapitaliza os nossos cidadãos, os nossos agricultores.

E a primeira medida, o primeiro socorro para o agricultor ou para quem seja também da cidade é chegar à Secretaria da Agricultura e pedir apoio a seus governantes. Mas o município, descapitalizado, já tem uma estrutura montada, já tem um orçamento previamente aprovado e não tem condições de socorrer de forma imediata o cidadão, mesmo sabendo que o cidadão bate sempre na porta de quem está mais próximo.

Nesse sentido, a AMZOP e os Prefeitos da nossa região pedem socorro às nossas lideranças estaduais e federais, independentemente do grau de exigência, seja municipal, seja estadual, seja federal. E esse socorro, de certa forma, está acontecendo no dia de hoje. A questão é suprapartidária, uma questão de Governo, de estrutura. Esperamos chegar a um entendimento, e espero que seja breve. Essa é a nossa esperança. E, quando isso acontecer, com certeza, serão resolvidos os problemas dos nossos agricultores, o problema do Prefeito, o problema do Vereador, o problema do Secretário, enfim, o problema de todos nós, que estamos no mesmo barco.

Muito obrigado. Vamos continuar com esta reunião, que, com certeza, vai gerar bons frutos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Prefeito Carlos Bueno.

Quero registrar o nome dos Prefeitos que estão presentes. Gostaria que levassem assim que eu chamasse o nome de cada um, para que todo o mundo possa vê-los. Estão entre nós: Lourenço Ardenghi Filho, Prefeito de Palmeira das Missões *(palmas)*; Osvaldo Dalla Nora, de Frederico Westphalen *(palmas)*; Mário Antônio da Silva, Prefeito de Iraí *(palmas)*; Gelson Pelegrini, que representa aqui o Prefeito de Taquaruçu do Sul *(palmas)*; Sérgio Valentim Tres,

Prefeito de Pinhal (*palmas*); Alencar Gross, Prefeito de Miraguaí (*palmas*); Luís Carlos Balestrin, Prefeito de Braga (*palmas*); Luiz Queiroz, Vice-Prefeito de Seberi (*palmas*); Jair Alberto Albarello, Prefeito de Palmitinho (*palmas*); Valcir Pedro Graebin, Vice-Prefeito de Cristal do Sul (*palmas*); Gilmar Damiani, Vice-Prefeito de Braga (*palmas*); Vilmar Quadrado, Vice-Prefeito de Rio dos Índios (*palmas*); Cirilo, Vice-Prefeito de Planalto (*palmas*); Valdir Ericson, que representa aqui o Prefeito de Constantina (*palmas*); Vanderlei Carlos, que representa aqui o Prefeito de Jaboticaba. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - É o Prefeito que está aí?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Ah, está lá o Prefeito. Muito obrigado, Prefeito.

Se houver algum Prefeito, Vice-Prefeito, representante de Prefeitura que ainda não foi chamado, por favor, procure a organização para passar o nome. (*Pausa.*) O Prefeito Tinho, de Rodeio Bonito, também está aqui conosco. (*Palmas.*) Também temos a presença de Secretários e Vereadores. O Prefeito Zílio, de Caiçara, também está aqui conosco. (*Palmas.*) Muito obrigado, Prefeito. Está aqui também o Cleber Albarello, Vice-Prefeito de Vista Alegre. (*Palmas.*) O Vice-Prefeito de Dois Irmãos das Missões está aqui também. (*Palmas.*)

Muito boa a representação dos nossos Prefeitos e Vice-Prefeitos.

Se algum Prefeito ou Vice-Prefeito chegar a tempo, peçam a eles que passem aqui para nos dar a informação e assim podermos anunciar a presença.

O Secretário da Agricultura de Três de Maio está aqui representando o Prefeito do Município também. (*Palmas.*) Muito obrigado, companheiro. Qual é o nome do companheiro? Pegou o nome aí para nós? É bom pegar o nome para registrarmos e ficar gravado nos Anais deste nosso encontro.

Vou passar imediatamente a palavra ao representante da FETRAF-Sul, o agricultor Vilson Alba.

O SR. VILSON ALBA - Quero saudar o Deputado Federal Marco Maia, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, e, na sua pessoa, saudar toda a Mesa, que já foi mencionada.

Gostaria de saudar também os representantes do Poder Público, das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores e, de modo especial, as agricultoras e agricultores familiares e seus representantes de sindicatos, de movimentos e de cooperativas. Parabênizos todos por essa iniciativa. É importante resolvermos, pelo menos, o problema dos agricultores.

Temos de pensar juntos o papel dos municípios que enfrentam essa problemática. Acho que os 2 lados, o Poder Público municipal e a agricultura, enfrentam essa dificuldade.

Nós, da FETRAF-Sul, e alguns movimentos, em função de todos os anos, nos meses de maio e junho, haver a negociação da pauta com o Governo Federal para lançamento do Plano Safra, já vínhamos discutindo esse problema na base do nosso sindicato, a partir dos meses de janeiro e fevereiro, traçando um plano de negociação e de mobilização.

Semana passada, aqui no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do País, promovemos várias ações no sentido de abriremos negociação com o Governo Federal e com o Governo Estadual em relação à pauta de reivindicações da agricultura familiar. Mas um tema se torna emergencial em função da seca.

É fundamental pautarmos alguns pontos para, de fato, avançarmos: primeiro, é preciso suspender imediatamente todas as dívidas dos agricultores, tanto as de créditos de custeio como as de investimentos, porque no próximo dia 15 de maio começam a vencer os contratos de custeio e de investimento.

Então, precisamos da imediata suspensão dessas dívidas de investimentos e custeio, a fim de negociarmos, de fato, uma solução para as dívidas da agricultura familiar, a fim de viabilizarmos o agricultor. Se não avançarmos nesse sentido, todos os anos discutiremos o problema da dívida, que se vem aglutinando em função dos investimentos e em função dos problemas da seca. Em 15 anos, houve 11 secas na nossa região.

Nos últimos anos, tivemos 5 ou 6 renegociações da dívida. Isso vai-se acumulando, deixando o agricultor sufocado, impossibilitado de pagar a dívida. Segundo, pleiteamos um crédito de manutenção de um salário mínimo por 6 meses para as famílias atingidas. Por quê? Porque 60%, 70% dos agricultores familiares tiveram diminuída a produção de leite e destruída toda a agricultura de subsistência. Além de ter sido destruída a horta, não se está conseguindo plantar para a frente. É necessário um crédito imediato para que essas famílias continuem na roça. Caso contrário, haverá uma grande saída de agricultores para os grandes centros. Terceiro, trazemos também como questão emergencial o debate da renda.

Para nós, o tema da renda passa por 2 questões: primeiro, o PROAGRO Mais tem de ser, de fato, um programa de seguro para garantir a estimativa sobre a produção que pagamos, não apenas para garantir o pagamento do banco, o que não garante renda para o agricultor familiar; segundo, precisamos garantir o preço dos produtos e resolver o problema dos insumos.

Estivemos aqui na época em que foram plantados alguns produtos. A uréia custava mais de 90 reais; o milho, mais de 100 reais; e algumas variedades de adubo, entre 23 e 24 reais. O preço desses insumos hoje está lá embaixo. Há uma preocupação para a frente com relação a isso.

Um outro ponto que temos de debater com responsabilidade é o do meio ambiente. Dentro dele — uma questão mais emergencial — trabalhamos o problema da água. Em alguns municípios, os agricultores precisam de água para os animais e para consumo próprio. Então, temos de pensar em cisternas, microaçudes, a fim de as pessoas terem água para a produção de subsistência e para os animais.

São esses alguns elementos que trazemos para o debate.

É preciso haver compromisso desta Mesa e dos Deputados para, de fato, resolvermos esse problema. Para isso, precisamos juntar as organizações sociais aqui representadas e o Poder Público — Deputados Estaduais e Federais —, a fim de discutirmos soluções com o Governo do Estado e com o Governo Federal, os quais, companheiras e companheiros,

sinceramente, não estão sensibilizados com a situação por que passa hoje a agricultura. Precisamos enfrentar esse debate.

O grande desafio que temos a discutir é o modelo de produção colocado hoje, porque está em crise. Não adianta discuti-lo este ano se ele continuar no ano que vem e nos próximos anos. Há toda uma perspectiva. Observando os dados da EMBRAPA e dos órgãos que trabalham essa questão do clima, vemos que há muitas dificuldades.

Precisamos repensar, sim, a matriz produtiva. Para isso, é necessário uma grande quantidade de recurso público e de investimento, a fim de mudarmos, de fato, essa situação.

Gostaria de reafirmar aqui o compromisso das organizações sociais. Temos clareza de que para avançar precisamos negociar. Teremos de colocar o povo na rua. Só assim traremos resultado concreto para resolver esse problema, que é bastante sério.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Sr. Vilson Alba, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Concedo a palavra ao Sr. Amauri Miotto, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.

O SR. AMAURI MIOTTO - Bom dia, agricultores e lideranças presentes.

Na pessoa do Deputado Marco Maia, cumprimento a liderança pujante desta Mesa.

Não quero ser repetitivo. Na qualidade de agricultor que mora a 5 quilômetros daqui, está representando, em Porto Alegre, há 10 anos, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e que tem 45 anos de luta, não poderia me furtar também de dizer algo a esta Mesa, que tem responsabilidade e muito boa vontade, senão não estaria aqui em Erval Seco.

Certamente, é preciso que esse povo de boa vontade olhe para nós, agricultores, porque também temos boa vontade há muito tempo. Por tê-la e por querermos produzir comida é que sofremos. São Pedro também nos castigou um pouquinho, mas não foi só ele.

Há hoje na mão da agricultura familiar do Rio Grande do Sul 4 bilhões de reais para a produção de comida. Queremos pagar esse dinheiro. Só que não pagaremos enquanto tivermos de pagar para produzir. Foi o que aconteceu há um tempo neste País.

Quando conseguimos construir o PRONAF, companheiro Vilson, tínhamos esperança de que ele nos fortaleceria, de que poderíamos produzir com mais tranquilidade e ganhar dinheiro suficiente para viver bem na roça. Esse é o objetivo desse programa. Infelizmente, passados 12 anos, sentimos que teremos de pedir anistia para uma parte desses 4 bilhões de reais que tomamos emprestado. Por quê? Porque quando nós, pequenos agricultores, ano passado, vendíamos leite, ao capricho das indústrias, elas nos pagavam 28 centavos, 35 centavos, Vilson. Isso acontecia em Palmitinho, onde vendíamos leite. Na Perdigão, onde vendíamos leite, também era assim. Isso faz falta agora. Esse é um problema que não ocorre por causa da seca. Temos problemas crônicos que precisamos sanar.

O PGPAF veio um pouco tarde. Está no jornal hoje que temos um bônus, mas isso não corrige a nossa dívida dos tempos passados. Ficou uma lacuna. Temos que achar um jeito para que alguém nos ajude a pagar a dívida. Queremos continuar produzindo comida. Cheguei

a minha casa ontem à noite, e meus filhos de 26 anos e de 20 anos tiveram que comprar uma ordenhadeira, porque a desgraçada queimou, depois de 5 anos. Só conseguiram comprar porque plantam fumo. Compraram uma ontem e já tinham de tirar leite a mão de novo hoje de manhã, como fizemos durante muito tempo nos últimos 5 anos. Nós conseguimos comprar uma ordenhadeira, mas custa dinheiro.

Então, precisamos ter dinheiro, sim, para produzir com uma agricultura moderna, o que o mundo está exigindo. Mas precisamos de renda. Precisamos de renda também para produzirmos com uma agricultura moderna. Para ficarmos só pagando conta e vivendo pior do que estávamos, não vale a pena ser agricultor. Os nossos filhos vão embora. Vão se juntar àqueles que já estão atrapalhando a vida da cidade. Por isso, precisamos ter uma política séria neste País. E acho que esses Deputados que aqui estão querem construir isso.

As entidades há muito tempo apelam para essa política pública, a fim de que ela nos dê o suporte necessário para competir no mundo, que manda leite pela Argentina a 1,8 mil dólares a tonelada. Aí não vamos produzir leite, com o custo que temos no Brasil.

Então, essas coisas precisamos dizer aqui, na condição de agricultores, para que as autoridades, a partir dos Vereadores — aqui há muitos —, Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais, até o nosso amigo Lula, possam fazer aquilo que é preciso ser feito neste País: dar oportunidade ao povo bom que nasce na roça e na roça quer continuar produzindo comida, prosperando e fazendo uma sociedade feliz. Para isso precisamos de uma política séria.

Já foi dito pelo Vilson que precisamos melhorar os nossos programas de seguro agrícola. Não pode ser um seguro só para garantir o banco. Quando financia, quem está ganhando dinheiro mesmo é o banco, não é o agricultor, que planta. O PGPAF é um programa de garantia de preços, então, no mínimo, o custo de produção, incluída a mão de obra do produtor, tem que ser coberto, senão não dá para competir com o mundo lá fora. Eles nos matam aqui dentro e matam o agricultor. Aí morrem as finanças e os impostos também.

O Prefeito Gilmar, com muita propriedade, disse que não temos como resolver o problema, porque o dinheiro está lá em Brasília. Muitas vezes, ele custa a chegar aqui na roça, aonde precisa chegar. Às vezes, vemos que fazem isenção de impostos. Mas esses impostos que isentam lá fazem falta aqui, onde mora o povo e é preciso produzir comida.

Entregamos uma pauta ao Presidente Lula no dia 29. Fomos muito bem recepcionados. Foram 2 horas de conversa. Foi muito bom. Teremos nos dias 26 e 27 o retorno do Presidente sobre a nossa pauta. Nela está o pedido para que esses agricultores que não têm como pagar suas dívidas possam ter uma anistia de 10 mil reais, sim, e renegociar o restante, para podermos continuar na roça produzindo comida, pagando nossas contas e sendo vistos como gente séria, não como caloteiros. Além de sofrer a vida inteira produzindo, ainda temos que passar vergonha? Dizem que somos caloteiros ou que não somos sérios.

Por isso, precisamos do apoio, sim, Deputado Marco Maia, da Comissão de Agricultura da Câmara, porque certamente esse assunto vai bater lá, entre outras tantas dificuldades que a agricultura tem.

Vamos estar, sim, companheiros e companheiras, mobilizados. Essa é a nossa função. Vou reforçar uma questão e vou dizer por quê. Precisamos conscientizar o núcleo de Governo para que tenha mais agilidade. Sabem por quê? Há pagamentos vencidos de 15 de abril. No dia 9, o Ministro Guilherme esteve na FETAG e disse que estava tudo acertado para sair um voto do Conselho Monetário para jogar tudo isso para 31 de julho. Infelizmente, hoje de manhã, o voto ainda não tinha saído. Já venceram os de 30 de abril. Dia 15 de maio, vence mais uma porção. Esse voto tem que sair urgentemente, para dar esse tempo necessário para que se estruture uma renegociação digna. Precisamos que esse voto saia esta semana ainda, se possível. Refiro-me à semana que vai entrar, porque o Conselho não vai mais se reunir hoje não. Mas que na semana que vem isso possa seja votado. Senão, o gerente do banco diz que não há lei que ampare a prorrogação, então ele tem que cobrar. O camarada vai para casa e, se tem alguém que ainda tem dinheiro, vai vender a vaca e pagar. E a vaca vai fazer falta depois para tratar da família.

Temos que agilizar o processo, porque às vezes a demora é motivo de desastre, de prejuízo e de muito sofrimento para esse povo que está lá no dia a dia produzindo. Um abraço. Muito trabalho, muita coragem e muita união nessa nossa tarefa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Sr. Amauri Miotto, da FETAG.

Continuando o registro das representações, temos aqui o Sr. Carlos Berwian, Secretário da Indústria e Comércio, representando o Prefeito de Horizontina; o Sr. Narciso Lenz, Secretário de Finanças, representando o Prefeito de São Pedro do Butiá; Vereador Brizola, representando o Prefeito de São Pedro das Missões; Cristiano Desconsi, Secretário de Planejamento, representando o Prefeito de Três Passos; Jari Luft Seidl, Secretário de Educação, representando o Prefeito de Pinheirinho do Vale; Dorival Werkhausen, Secretário de Administração, representando o Prefeito de Novo Xingu; Robson Machado, assessor de gabinete, representando o Prefeito de Sagrada Família; Valmor Borba de Oliveira, Secretário da Agricultura, representando o Prefeito de Crissiumal; Alex Milani, Secretário da Agricultura, representando o Prefeito de Nova Boa Vista; Oscar Fornari, Secretário de Agricultura, representando o Prefeito de Sarandi. Uma salva de palmas para essa turma toda. *(Palmas.)*

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Plínio Simas, do Movimento dos Pequenos Agricultores, da Via Campesina.

O SR. PLÍNIO SIMAS - Queria cumprimentar o Deputado Marco Maia e, na pessoa dele, cumprimentar todos os Deputados Estaduais e Federais; cumprimentar o Prefeito Gilmar, de Erval Seco; e o Prefeito Carlos, representante da AMZOP, que desde o início esteve junto na articulação e na organização dos atos que já aconteceram. Queria cumprimentar também o Amauri, representante da FETAG; o Vilson, da FETRAF-Sul; e cada um e cada uma de vocês que estão presentes.

Essa iniciativa dos Deputados de se deslocar em caravana para cá, em um momento em que precisamos de solução para essa região tão afetada, é muito importante. São Deputados comprometidos com a classe. Este momento é propício para o debate.

Temos aí Deputados desde dezembro do ano passado fazendo negociações. Inclusive, em dezembro, juntamente com o Prefeito Tinho, que está aí, fomos a Porto Alegre com uma caravana de Prefeitos para falar sobre o problema da estiagem. Depois, em janeiro, fevereiro, houve várias audiências, reuniões, inclusive mobilizações com 2 mil, 3 mil agricultores. Fizemos audiência pública em Palmeira das Missões com 1.200 agricultores. Não couberam todos na Câmara de Vereadores. Vários Deputados Estaduais e Federais estavam lá. Fizemos uma audiência pública em Porto Alegre também. Isso tudo porque o tema é muito importante.

Mais do que isso, em Erechim, que está com a mesma problemática dessa grande região aqui, 7 companheiros foram presos porque foram ao Banco do Brasil entregar uma pauta dizendo que não podiam pagar as dívidas. É sério esse assunto. As pessoas estão transtornadas, estão com dificuldades. Todo o mundo quer honrar suas dívidas, mas os agricultores estão com problemas. Mais do que as dívidas, estão com fome, porque estão perdendo a subsistência. Estão perdendo mandioca, batata, feijão e arroz, e não têm água. Portanto, temos que tratar com muita seriedade essa situação.

Ontem, estiveram aqui em Três Passos 21 Prefeitos reunidos, e vão paralisar também semana que vem. Não temos como não resolver essa problemática.

Quero ir direto aos pontos.

A questão das dívidas. As dívidas nunca foram negociadas com os pequenos agricultores. Isso tem de ficar bem claro. Foram jogadas para a frente: 1 ano a partir da última parcela, ou parceladas em 4 ou 5 vezes. Nunca houve negociação. Nunca foi feita uma proposta, por exemplo, de um subsídio de até tantos mil reais para quem pagar a dívida. Não houve isso uma vez sequer na história, até agora. Tem que ser resolvida essa problemática.

Estamos propondo 10 mil reais de subsídio nas dívidas de todos os agricultores dos municípios que estão em estado de emergência. Sabem quanto dá isso? Na avaliação que fizemos — constatamos 200 mil famílias atingidas —, chega à monta de 2 bilhões de reais. É a metade do que nosso Presidente emprestou ao FMI.

Achamos que há como resolver essa problemática, e temos que fazer esse esforço para resolvê-la.

Algumas famílias perderam toda a sua produção de alimentos, então é preciso que haja uma bolsa-estiagem de um salário mínimo por família, por 12 meses. É impossível se negar isso. Isso totaliza 1 bilhão de reais; não chega a 2 bilhões de reais. Há como fazer isso.

Queremos discutir a questão da água. Temos que ter cisternas, poços artesianos. E temos que romper com a burocracia que impede, muitas vezes, de se fazer um poço artesiano. E muitos ambientalistas ou órgãos, em vez de terem compreensão estão propondo fechamento de poços artesianos. E neste momento não dá para fechar poços artesianos. Não dá para acreditar que estão propondo isso. Quanto às sementes troca-troca, é impossível oferecer só 40% de anistia. Isso é uma ofensa aos agricultores. Tem que ter anistia de toda a semente troca-troca.

O seguro agrícola tem que ser melhorado. É impossível dizer que o agricultor que em 5 anos perdeu 3 safras não pode mais financiar a mesma cultura. Isso é desconhecer que o

agricultor que tem vacas de leite, suínos e aves, se der 20 anos de seca, no 21º ano ele vai plantar milho de novo. Essas burocracias não podem existir. Elas têm que ser derrubadas. E temos de melhorar o seguro agrícola, que é uma coisa muito boa. Foi uma conquista dos trabalhadores do campo, mas tem que ser melhorado.

Também estamos propondo subsídio na energia elétrica. O Estado tem que bancar o pagamento de energia elétrica para as famílias que estão com dificuldades, no interior, para pagarem a energia elétrica. Essas empresas acumularam tanta gordura, somaram tantos milhões de lucros, agora têm que entrar com sua parte. Então, o Estado e as empresas têm que achar mecanismos, não somente para os agricultores, mas também para os desempregados, que somam quase 1 milhão de pessoas de novembro para cá. Temos que resolver essa problemática.

Queremos discutir também um fundo de reserva, que é uma coisa mais estruturante, porque essa problemática da estiagem no Sul e chuva no Nordeste é o desequilíbrio ambiental que foi causado por nós mesmos. Temos que assumir isso. Temos que admitir que foram os homens que causaram isso. Agora, muitas vezes somos obrigados a derrubar o mato para plantar, porque nossos pedaços de terra são muito pequenos. E ninguém é contra fazer a recuperação ambiental, mas o agricultor não pode ser punido por não ter os 20% de reserva legal e não ter as APPs. Ele não pode ser punido, porque as empresas que sempre poluíram continuam da mesma forma e não recebem multas. Os motoristas que vivem com o pé no fundo, acelerando, queimando combustível e prejudicando a camada de ozônio também não recebem multa por isso. Então, que seja criado um fundo para que as empresas poluidoras paguem impostos por isso. Aqueles que desobedecerem à lei dos 20% de reserva devem pagar multas ambientais, e essas multas devem compor esse fundo para pagar para aos agricultores 1 salário mínimo por mês, para aqueles que têm os 20% de reserva legal e aqueles que têm as APPs. Temos que criar esse fundo, porque temos que incentivar as pessoas a fazerem a preservação ambiental, em vez de multar os agricultores. Temos que dar condições para a preservação. E há como fazer isso taxando com imposto quem está poluindo, porque são sempre os agricultores que têm de preservar o meio ambiente. Agora, na cidade, podem jogar lixo onde quiser que não há problema nenhum.

Há recursos. Queremos repudiar essa ideia. Estivemos em Porto Alegre, na Casa Civil, numa reunião, e nos informaram que o Estado dispunha de 4 milhões de reais para a estiagem. Eu estava fazendo as contas e concluí que 4 milhões de reais dá 20 reais por agricultor. Isso é impossível. A Governadora estava querendo comprar um avião de 65 milhões de reais, e diz que tem 4 milhões de reais para resolver a situação de quase 200 Municípios que estão em estado de emergência? isso é impossível para nós.

Governadora, Governo Lula, Deputados Federais, temos de nos unir aos Deputados Estaduais, aos Prefeitos, aos movimentos sociais, às entidades representativas de classe e ir a Porto Alegre e a Brasília para chamar a atenção para esse fato. A coisa é grave.

O tempo está passando, Deputado, e não vamos esperar só realizando audiências. Vamos para a estrada na semana que vem e na outra, porque só esperar não dá. Achamos

que juntos podemos resolver esse problema. Juntos vamos construir uma saída para essa situação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Sr. Plínio Simas, do MPA e da Via Campesina.

Dando continuidade aos trabalhos, o Deputado Vilson Covatti havia feito uma proposta para que abrissemos a palavra, antes de os Deputados falarem, para quem quisesse ainda apresentar algumas questões e complementar as intervenções feitas pelos representantes.

Com relação ao tempo, fui mais condescendente com os 3 ou 4 que se inscreveram, e com os Deputados serei mais rígido.

Quem quer se inscrever? Primeiro o companheiro Cléber, que pode falar daí mesmo. Ao falar, já pode se apresentar, dizer quem é, de onde vem e fazer a sua defesa. Vou avisar quando faltarem 30 segundos para acabar o tempo, o.k.?

O SR. CLÉBER ALBARELO - Sou membro da Coordenação Regional do MPA.

Quero cumprimentar o Deputado Marco Maia e em seu nome as autoridades que nos honram neste evento com sua presença e que representam a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Congresso Nacional. Cumprimento também as demais Lideranças que compõem a Mesa.

Quero aproveitar esta oportunidade — e isso já foi muito bem colocado pelos companheiros representantes das entidades dos agricultores — para fazer uma denúncia publicamente.

Primeiro, quero dizer que, quando da safra cheia, quando corre bem o tempo, todo mundo comemora: os agricultores, os Municípios, os Estados e a União, porque entra muita grana de impostos e produção de alimentos. Quando da seca, que dá sinistro, que dá problema, quem paga a conta é somente o agricultor. E fora da propriedade só se ouvem discursos.

Espero que, com essa atividade de hoje, possamos sair do discurso e partir para a prática, porque, ao longo da história deste País, a classe mais sofrida e que tem sustentado este País são os pequenos agricultores, que produzem mais de 70% dos mais diversos tipos de alimentos que vão à mesa dos brasileiros, mas o trabalho deles não é reconhecido. O que estamos pedindo, 10 mil de anistia no investimento, não é uma esmola, e sim um direito, pela história que cada um tem na produção de alimento neste País. A classe mais sofrida é a mais esquecida. E, dentro do Congresso Nacional, há aqueles que defendem o agronegócio, os grandes produtores. Quanto aos pequenos produtores, não há quem os defenda. Se há, são muito poucos.

Quero denunciar, Deputado, na minha intervenção, o Banco do Brasil, que é dos brasileiros e que se diz banco público, e que tem uma prática de banco privado e explora os pequenos agricultores. Ele está truncando os projetos dentro do banco. Eles não saem. A burocracia é muito grande. O banco está preocupado em acumular lucro a cada ano. Sabem o que está ocorrendo neste momento em que nós estamos reunidos em defesa da difícil crise

que estamos enfrentando, que não é consequência só dessa estiagem, mas de uma série de fatores? Sabe, minha gente, o que o Banco do Brasil está fazendo na região? O banco está telefonando para os agricultores para dizer que eles têm de ir ao banco pagar a dívida. Isso é uma vergonha. Se o banco é público, ele tem de ser solidário nessa situação de emergência que existe nos municípios.

Aproveito a oportunidade para dizer aos Deputados que o Banco do Brasil não está fazendo o seu papel de banco público no dia-a-dia, na relação direta com os pequenos produtores.

Há muitas questões a apresentar, mas a minha intervenção é nesse sentido. Eu espero que, quando vencerem as dívidas, nos meses de julho e agosto, os agricultores não tenham de novo de vender a sua vaquinha de leite, de pegar suas reservas para a sua sobrevivência, para pagar estudos para os seus filhos, para comprar remédios e correr para o banco e pagar dívidas.

O agricultor pegou dinheiro, Deputados, e investiu para produzir. Ele fez a sua parte. Agora, se o clima não contribuiu e os preços não ajudaram, não pode o agricultor pagar a conta sozinho.

Sr. Presidente, espero que esta reunião tenha resultado, porque nós vamos para a rua buscar os nossos direitos, pois até o momento só se ouve discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro.

Com a palavra o próximo orador inscrito. Vamos dizer o nome bem claramente da entidade, porque esta reunião está sendo gravada e depois fará parte do relatório da Comissão.

O SR. PAULO FARIAS - Sou Coordenador do MPA de São José das Missões.

Bem pessoal, em relação à pauta, acho que falta alguma coisa. O senhores sentem todos os dias no bolso o preço do petróleo, tanto o preço do *diesel* quanto o da gasolina. Na cozinha, o preço do gás. Essa questão tem de ser incluída na pauta, e isso é muito caro. O Brasil é um dos países que produz o petróleo mais caro do mundo. A Argentina, aqui do lado, vende a gasolina por um preço bem menor que o nosso. Na Venezuela, o litro da gasolina é 8 centavos. Por aí os senhores podem tirar uma base. Para nós, que estamos vivendo essa situação de crise, de seca, qualquer tostão é muito importante. O litro de óleo custa 2,20 reais e o litro de gasolina quase 3 reais. Isso pesa no nosso bolso. Não podemos de maneira nenhuma continuar pagando toda essa despesa. Por isso, nós vivemos assim. Na verdade, a questão do petróleo tem de ser incluída na pauta.

Destaco o anúncio da produção recorde de um poço de petróleo abaixo da camada de sal, mas o nosso petróleo continua o mesmo. Nós sabemos que a PETROBRAS tem uma parte do dinheiro que é da própria instituição, que é do Governo Federal, isto é, 37%. E se não baixa por que existem os acionistas, o Governo que trate de comprar as ações desses acionistas e colocar a PETROBRAS a serviço da população e não a serviço desses acionistas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Há mais 2 companheiros na fila. Nós vamos ouvir os 2 e depois vamos passar a palavra aos Deputados.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, registro a presença nesta audiência do Sr. Artur Alexandre Souto, Chefe de Gabinete do Deputado Estadual Gilmar Sossela, que está presente, e convido para fazer parte da Mesa o Deputado Estadual Elvino Bohn Gass, da Comissão de Agricultura. *(Palmas.)*

Pois não, companheiro.

O SR. VERGÍLIO MATIAS DA ROSA - Sou Secretário de Agricultura do Município de Palmeira das Missões. Saúdo a Mesa, em nome do Deputado Marco Maia, e, em especial, todo esse povo, agricultores e lideranças presentes.

Considero muito importante, Deputados e senhores que estão aqui para tratar da questão da estiagem nessa região, que V.Exas. conheçam a pauta das organizações sociais que já se pronunciaram, a fim de que possamos levá-la a Brasília e também aos Deputados Estaduais, para verem essa situação que já foi apresentada pelas entidades, a situação dos municípios no dia-a-dia. O Prefeito Gilmar disse que as pessoas batem à nossa porta na Secretaria e na Prefeitura, para pedir que sejam resolvidos os problemas dessa estiagem que vêm castigando a nossa região. Isso é muito sério.

Destaco que, além de estarmos agora enfrentando o problema da falta de água, vamos começar a enfrentar o problema das nossas vaquinhas de leite começarem a morrer porque não há mais pastos e muitos agricultores não conseguiram forragem para dar aos animais.

É muito importante também lembrarmos que muitas vezes as previsões anunciam chuva, e acaba chovendo, mas o pessoal acha que a situação dos agricultores está resolvida, mas isso não se resolve com uma ou duas chuvas.

Essas medidas têm de ser tomadas emergencialmente e levadas a Brasília e ao Estado para que o problema seja resolvido. Apelo para V.Exas. no sentido de que os recursos destinados ao município para resolver a situação sejam liberados imediatamente e não em 2 anos, como já foi dito. Por exemplo, há município que ainda tem dinheiro para receber devido à estiagem do ano passado. Esse problema tem de ser resolvido urgentemente. Nós vemos, por exemplo, no Município de Palmeira das Missões, que a água nunca foi levada para o interior — o Prefeito Lourenço está aqui. Nós estamos levando água para abastecer as famílias no interior. Temos também a questão dos poços artesianos. Essa situação de estiagem tem de ser resolvida imediatamente. Essa pauta do endividamento dos agricultores, em que se está pedindo anistia, tem de ser resolvida de imediato.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro.

Com a palavra o Sr. Beno Ritter.

O SR. BENO RITTER - Sou Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Martinho, pequeno agricultor e também representante da Região Ceileiro, dos sindicatos, mais conhecido no Estado do Rio Grande do Sul como Bergamote. Por quê? Porque eu vendia bergamota. Os senhores vendem produtos alimentares.

Parabenizo esta Mesa, que teve a coragem de vir até Erval Seco para ver a situação dos agricultores. Parabéns! Continuem com o trabalho, porque nós temos de fazer alguma coisa urgentemente. Nós não podemos ficar mais calados. Eu fui ao Sindicato de São Martinho porque vi que a responsabilidade da agricultura é urgente.

Vejam os senhores que hoje nós produzimos milho ao custo de 22 reais e 39 centavos; o leite, a 59 centavos; a soja, a 28 reais — é o único produto com o qual não estamos trabalhando no vermelho —; o trigo, a 28 reais e 80 centavos. No caso dos suínos, um quilo custa 1 real e 96 centavos. Nós estamos trabalhando em vermelho em todas as produções.

Com relação aos hortifrutigranjeiros, é uma vergonha! Nós estamos produzindo alimentos para o País, mas não somos reconhecidos por isso. Estamos importando leite da Argentina e de outros países, produto que nós podemos produzir.

Sr. Presidente, nós queremos urgentemente o apoio tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal. Nós temos condições, por meio de nossas lideranças, como a FETAG, a FETRAFSUL e a Campesina, de parar o País. É isso que nós temos de fazer.

Aproveito a oportunidade para fazer um convite a todos os Prefeitos e Vereadores para, no dia 22, terça-feira, parar a Região Celeiro. V.Exas. vão comunicar. Já estamos decididos. Vamos trancar as ruas e as cidades. E também vamos parar o ensino escolar. Vamos mostrar ao Governador do Estado que vamos parar tudo e ao Governo Federal que vamos trancar tudo na terça-feira.

Peço a todos os agricultores que façam o possível para ir até lá. Assim é que temos de fazer. Caso contrário, os nossos Deputados não terão forças suficientes para levar isso ao Governo do Estado e ao Governo Federal.

Meus parabéns a todos os Deputados, nossos representantes. Nós também fizemos a nossa obrigação. Quando eles precisaram do nosso voto, damos o voto. Agora, queremos respaldo para defender a agricultura em nosso País. *(Palmas.)*

Tenho certeza de que o agricultor que não tem condições de pagar a sua dívida, primeiro, não consegue dormir. Segundo, não consegue se alimentar. Terceiro, ele ficará desanimado e, quarto, poderá até se desentender com sua família. Que coisa triste quando uma família tem de ser abandonada por causa de dívida. Fico emocionado.

Temos de ter coragem para enfrentar esse problema. Se for preciso, levanto à meia-noite e vou enfrentar o que for necessário. Precisamos fazer uma coisa urgente para o nosso Governo Federal, para o nosso Governo do Estado. Estou aqui somente para defender o povo do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro.

Dando continuidade aos trabalhos, informo que a Mesa está sendo sempre condescendente com o tempo das pessoas da comunidade que estão falando, mas já aviso com antecedência que não terei a mesma condescendência com os Deputados que gostam de falar, que gostam de fazer discurso, até porque a nossa intenção é ouvir as reivindicações da comunidade.

Já estabelecemos o tempo de 3 minutos para cada Deputado.

Passo a palavra imediatamente ao companheiro Dionilso Marcon, que representa a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Por favor, Deputado Estadual.

O SR. DIONILSO MARCON - Quero saudar o Deputado Marco Maia, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e coordenador desta Comissão. Em nome de S.Exa., saúdo os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, membros dos movimentos presentes, e o Prefeito Gilmar, em nome de quem saúdo os demais Prefeitos. Quero também saudar os trabalhadores e trabalhadoras.

Estou aqui representando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Primeiro eu estava vendo as pautas de reivindicações dos 3 movimentos do Rio Grande do Sul — FETAG, FETRAFSUL e MPA. Falava-se muito do seguro agrícola do Governo Lula, que foi uma conquista. Estamos vendo agora que temos de fazer avançar o seguro agrícola, porque precisamos de mais do que aquilo foi construído.

Lembro muito bem que em 2002, Bohn Gass, estive aqui com o Governo Olívio Dutra para pagar o seguro agrícola do Governo do Estado. Onde está o nosso seguro agrícola do Rio Grande do Sul? O que a Yeda fez com o seguro agrícola do Rio Grande do Sul? Poderíamos ter hoje o seguro agrícola do Governo Federal, o seguro agrícola do Rio Grande do Sul. Não temos nada disso.

Outra questão. Precisamos ter, além das políticas emergenciais apresentada pelos movimentos, uma política reestruturante para os agricultores e um programa em que não precisemos a cada seca voltar a discutir.

Quero ser breve, Deputado Marco Maia, Presidente da Comissão de Agricultura, e seus membros. Temos discutido que é preciso que os Governos Estadual e Federal abram a caixa-preta. Não precisamos de migalhas. Nossa agricultura não precisa de migalhas. E a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul — foi isso que o companheiro Presidente me pediu para fazer... Está de parabéns o Congresso Nacional, que hoje tem audiência aqui e à tarde estará em Erechim. Semana que vem, juntamente com os Prefeitos, que estão fechando as Prefeituras pela situação da seca, que a Assembleia, o Congresso Nacional, Câmara e Senado, os Prefeitos, o representante da Câmara de Vereadores, junto com os 3 movimentos, possam ir à Governadora Yeda, porque o Estado tem dinheiro em caixa e não adianta chorar dizendo que não tem. Não são 2 milhões e 600 mil que foram dados esta semana pelo troca-troca de sementes. Precisamos de dinheiro do Governo do Estado e precisamos ir ao Governo Federal, Vice-Presidente Marco Maia.

A proposta da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul é colocar, junto com o Congresso Nacional, com as organizações e os movimentos, com representantes dos Prefeitos e das Câmaras de Vereadores, a pauta na mão do Governo Federal e do Governo do Estado. Essa a proposta da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, repito. E estamos juntos nessa situação dramática em que vivem os nossos agricultores.

Boa luta, boa peleia. Só o pé na estrada que fará essa situação mudar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Deputado Dionilso Marcon, que representa os nossos Deputados Estaduais e a nossa Assembleia Legislativa.

O Deputado Darcísio Perondi me fez uma cobrança real. Não há mulher nenhuma na Mesa e não tivemos depoimento de nenhuma delas.

Dessa forma, convido uma mulher, a Vereadora Marilene, de Pinhal, para representar as mulheres na Mesa. (*Palmas.*)

Vamos esperar que alguma agricultora faça também uma intervenção.

Passamos a palavra imediatamente ao Deputado Vilson Covatti, do PP do Rio Grande do Sul, para fazer o seu pronunciamento. Deputado, aqui não temos o botão para cortar o microfone. Então, vamos trabalhar dentro dos 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VILSON COVATTI - Deputado Marco Maia, quero colaborar para o encaminhamento desta audiência pública. Em primeiro lugar, quero dizer da importância dos senhores e das senhoras terem atendido ao nosso convite.

Não adiantaria criarmos uma Comissão no Congresso Nacional se não pudessemos ouvir da boca dos senhores e das senhoras a real situação.

Está aqui ninguém menos do que o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia, que representa o Deputado Michel Temer e a Comissão Externa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Conosco estão também os Deputados Darcísio Perondi, o Luiz Carlos Busato e Afonso Hamm.

É importante a presença dos Deputados Estaduais Elvino, Marcon e Burmann. Está sendo realizada uma reunião em Três Passos com a Governadora, da qual a Silvana está participando. Ela veio conosco até Palmeira e está participando da reunião em Três Passos. A importância da mobilização.

Gilmar, você, como Prefeito anfitrião, assim como o Prefeito Carlos, que representa a AMZOP, a União das Federações, o Vilson, o Amauri e o Plínio, que representam as nossas federações, sabem da importância de estarmos mobilizados, e não só agora, por motivo da seca. A mobilização tem de ser permanente, principalmente no que se refere à questão da reserva legal, que representa várias secas se nós efetivamente não estabelecermos o critério.

E esta Comissão Externa, se Deus quiser, liderada pelo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, esse extraordinário Deputado, poderá ter uma vida longa e se tornar a Comissão Externa também da reserva legal, que vai unir todos os produtores. Não se trata de uma questão apenas da agricultura, mas de toda a sociedade.

Sou coordenador da agricultura familiar no Congresso Nacional, uma Comissão Mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Quero saudar o Edegar, filho do nosso querido Deputado Adão Pretto, que era o nosso presidente e que nos deixou uma grande lacuna e nos faz uma grande falta no Congresso Nacional.

Então, estamos lá articulando. E vejam só, meus colegas Deputados e assessores dos Ministérios, a importância dessa mobilização. Por que o número elevado de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores?

A crise econômica, causada pelo sistema financeiro, reduziu a quase pela metade o retorno aos municípios. Agora vem a seca. Ainda criaram o problema da peste suína, que não é mais a gripe suína, recebeu um outro nome. Isso agrava a situação da nossa região. E há ainda a questão da reserva legal.

Então, precisamos ser organizados. Falava eu para o Amauri, para o Plínio e pedi ao Vilson que nos ceda para a Comissão, a fim de podermos sistematizar os pedidos.

Semana que vem, em nome da nossa Comissão, já temos uma reunião com o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. A Governadora ontem já anunciou anistia à safrinha e a 40% da safra, trabalho também muito importante feito em conjunto com o Governo do Estado. A Defesa Civil está em Três Passos. Aí estão também os nossos assessores da Defesa Civil em âmbito federal. Não adianta os municípios decretarem situação de emergência se o Estado não encaminhar.

Por isso, para concluir, está aqui, representando a Defesa Civil, o François. É importante. Dessa forma, encaminhados pelo Governo Estadual, Marco, teremos como chegar ao Governo Federal. Assim, levaremos fundamentalmente as reivindicações.

Temos, Marco, a maior riqueza de reserva mundial de água doce, o Aquífero Guarani. Precisamos, com responsabilidade social, fazê-lo aflorar, mas que se reverta também em qualidade de vida e fonte de renda para os nossos produtores. Porque São Paulo está explorando, de maneira irresponsável, o Aquífero Guarani. Até criamos a Comissão, Deputados Elvino Bohn Gass, Dionilso Marcon, Gerson Burmman.

Precisamos fazer com que a nossa região não tenha apenas aquilo que os senhores falaram: um atendimento emergencial, e sim um atendimento definitivo, pela situação vivida nos últimos anos.

Deputado Marco, eu estive na casa do meu irmão, em Palmitinho — está aqui o Prefeito de lá —, e não há mais nada para dar para as vacas nem água para os suínos. Então, a situação é emergencial, assim como o pedido que chegou à Mesa sobre a necessidade de apoiarmos a aquisição de feno para o gado leiteiro, porque o leite é o salário mínimo dos nossos produtores. Não adianta perfurar poço sem termos as redes e por aí adiante.

Concluo dizendo da importância desta reunião, pedindo desculpas aos senhores e às senhoras porque temos que nos ausentar à 1h, porque vamos nos dirigir a Erechim, de Palmeira das Missões.

É importante também que cada Deputado exponha a sua opinião. Eu, como anfitrião da terra, estou muito orgulhoso com a presença nesta audiência do Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Marco Maia. *(Palmas.)* Parabéns, Deputado. Estou também muito orgulhoso com a presença do meu colega de partido e de bancada, Deputado Afonso Hamm. *(Palmas.)* Estou orgulhoso com a presença sempre constante do Deputado Darcísio Perondi,

um batalhador, e do Deputado Luiz Carlos Busato, que também é de Canoas, como é Marco Maia, mas ligado diretamente aos nossos agricultores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Passo imediatamente a palavra ao Deputado Luiz Carlos Busato, para que S.Exa. possa fazer seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Obrigado. Agradeço a todos.

Deputado Marco Maia, eu não acho outra expressão que possa usar neste momento.

Ouvi várias sugestões, Deputado Marco Maia, e não sou do campo, sou um Deputado da região metropolitana, e muitos dos assuntos que ouvi nesta audiência, Deputado Vilson Covatti, para mim são novidade.

Confesso que esta reunião da qual estou participando, de iniciativa dos senhores que são da região, para mim, Deputado Jackson Burmann, foi a mais esclarecedora da qual participei em meus 2 anos de mandato. Eu vim aqui para aprender.

Prefeito Gilmar, que nos tem visitado em Brasília, no campo se produz o alimento que nós comemos lá na região metropolitana, produz-se tudo o que consumimos lá, e, se não olharmos para o campo, muitos dos filhos dos senhores irão para a região metropolitana, como V.Exa. bem falou, procurar emprego, e não vão achar. Aí vamos ter pobreza no campo e na região metropolitana.

Não vou comentar quais são as soluções, porque os senhores as conhecem muito melhor do que eu e, com o perdão da expressão, seria chover no molhado — embora talvez não fosse essa a melhor expressão para usar neste momento. Eu vim aprender e levo comigo grandes aprendizados. Podem contar que os senhores têm, a partir de hoje, mais um defensor dessa causa.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Busato.

Acho que uma das intenções ao criarmos esta Comissão Externa da Câmara dos Deputados para tratar sobre a estiagem no Estado do Rio Grande do Sul é exatamente para que esse problema não fique somente sob a responsabilidade dos agricultores ou dos municípios atingidos, mas que se transformasse numa questão nacional. E acho que o debate que estamos travando vai contribuir muito para que este tema se transforme em algo não só do Rio Grande do Sul, mas que seja tratado nacionalmente.

Ao ver o Deputado Vilson Covatti tomar um chimarrão, quero dizer que agora há pouco passou por aqui uma cuia do Inter. Como um bom gremista, eu me arrepiei para tomar o chimarrão. Se tiver uma cuia do Grêmio, podem trazer também.

Mas passo imediatamente a palavra ao Deputado Afonso Hamm, para S.Exa. fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, bom dia a todos. Para muitos talvez eu ainda não seja conhecido, mas as minhas origens são exatamente do meio rural, de uma colônia de origem alemã. Fiz minha vida pública também porque tive a oportunidade de

ser jogador profissional de futebol e a felicidade de ser treinado pelo Felipão. Tudo isso fiz para poder estudar e tenho hoje o curso de engenheiro agrônomo.

Ao longo da vida, traçamos essa trajetória e chegamos ao Congresso Nacional pela defesa da agricultura e dos agricultores. Trabalhei com o Ministro Pratini de Moraes, no Ministério da Agricultura, por 4 anos. Foi uma experiência absolutamente importante. Trabalhamos por 3,5 anos na EMATER/RS. Aí eu conheci o Estado e passei a conhecer esta região.

Quero cumprimentar o Prefeito Gilmar, assim como todos os Prefeitos que estão presentes, o Téio, como é chamado aqui em Pinhal. Talvez poucos saibam, mas tive a felicidade de ter 24 mil votos em todo o norte do Rio Grande do Sul.

Importante o meu compromisso de estar aqui, junto com Marco Maia, que tomou esta iniciativa. Eu estava angustiado porque, há 1 semana, vi pouco movimento do Governo Federal — quase nada —, vi pouquíssimo movimento do próprio Estado — e faço crítica e autocritica —, e nós nos movimentamos lá no Congresso.

Deputados Darcísio Perondi, Luiz Carlos Busato, Jackson Burmann e Deputado Marcon, quero dizer que vi uma matéria do Bohn Gass. Vi alguma coisa, mas não vimos ações. E nós nos mobilizamos.

Esta Comissão não vem para o vazio. Viemos aqui para debater. E temos até pouco tempo para falar, o que me angustia. Mas quero dar um recado, porque há poucos dias tivemos uma enchente no sul do Estado, em Pelotas. Morreram 14 pessoas e foram destruídas 143 pontes. Passados alguns dias, não mais choveu lá nem aqui. Estamos em situação de emergência em 200 Municípios, e alguém me disse: *“Não adianta se mobilizar porque não acontece nada”*.

E quero cumprimentar os movimentos: a FETRAF, a FETAG, o MPA, a Via Campesina. É importante a presença de tantos movimentos, de Prefeitos, de Vereadores. Nós, Deputados, representamos quem? Estamos aqui buscando representar a angústia de cada produtor. E eu sou um pequeno produtor. Sou produtor de uvas e pêssegos na fruticultura.

Quero dizer aos senhores que quando sobrevoamos a região num voo panorâmico, vimos que o Estado do Rio Grande do Sul está absolutamente seco. Não existe mais área verde. As matas também estão sofrendo com essa situação.

Esse é o quadro e o diagnóstico que os senhores estão nos trazendo: não há água para beber, cidades estão fazendo racionamento, não há água para os animais, não há água para a vida na agricultura. Algo tem que ser feito.

Disseram que não se consegue nada. Consegue-se sim. A Defesa Civil está aqui. Nós nos mobilizamos e conseguimos 30 milhões para recuperar estradas, pontes, residências e desta vez não pode ser diferente, de forma responsável, com a Defesa Civil do Estado, com a Defesa Civil Nacional, com os Governos, e temos a ação desta Comissão, que tem o respaldo inclusive do Presidente Michel Temer.

Para finalizar, quero dizer do absoluto sentimento de responsabilidade com que estamos aqui. Amenizar esse sofrimento é nossa preocupação. E é esse o nosso objetivo.

Por isso, de forma absolutamente responsável, nós, Presidente Marco Maia, acreditamos que haverá, sim, portas que vão se abrir. O Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o próprio Ministério da Integração, o Governo Federal, que fica com a maior fatia do bolo, têm que ajudar a quem produz. E o Estado não pode mandar só 4 milhões não. O Estado tem que assumir o seu papel e, neste momento, respaldar quem produz alimentos. Quem é agricultor, quem sustenta este Estado neste País tem absoluta prioridade. Por isso, eu deixei, a exemplo de meus colegas, outros compromissos — sou Presidente da Comissão de Esportes e Turismo, tinha uma agenda em outros Estados para tratar da Copa do Mundo —, mas não há prioridade maior do que esta de que estamos tratando.

Por isso, contem conosco, contem com este Deputado, porque podemos, sim, juntos, com os que aqui não estão, com todas as esferas, buscar um projeto de futuro.

Só quero finalizar dizendo que sou Relator da lei que cria o Plano Nacional de Irrigação. Ela está pronta e quero pedir o apoio de todos, porque é um instrumento, uma ferramenta para acumular, para reservar água, para produzir. Isso é uma política definitiva.

Aproveito para trazer um dado para todos: de cada 5 safras aqui no Rio Grande do Sul, nós perdemos uma. Um ano se perde 30%, outro se perde 20%. A cada 5 safras, uma tira-se dos resultados. Isso não pode continuar! Acho que tem que se construir uma política definitiva. Temos, sim, condições e tenho a convicção de que podemos ajudar. Parabéns a todos. Fiquem mobilizados e vamos em frente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Afonso Hamm.

Parece que surgiu uma agricultora para fazer uso da palavra. Onde é que ela está? Vamos lá. Uma salva de palmas. *(Palmas.)* Diga a que entidade pertence.

A SRA. NEIVA PEREIRA DE MARQUES - Sou pequena agricultora e falo aqui com grande responsabilidade. Há 15 anos sou companheira do Deputado Marcon nas lutas em defesa do jovem rural. E quero dar de presente às mães, como eu que, há 16 anos, chorei a saída da minha filha mais velha em busca de emprego, porque lá em Erval Seco não tem...

A minha grande responsabilidade — e falo como representante das mulheres que moram em um pedaço de chão menor que 5 hectares e dali tem que tirar o sustento — na missão jovem, em 1997, era conscientizar de que ela é a mais rica do que qualquer outra da cidade, porque se a mãe que mora em 2 hectares de terra deixar de plantar batata-doce, deixar de plantar mandioca e deixar de criar galinha para botar ovo, nós aqui da cidade morreremos de fome.

E quero pedir ao Deputado Marco Maia que se reporte ao nosso Presidente Lula para que S.Exa. pare de dar dinheiro para construir usinas hidroelétricas em Erval Seco.

Em Erval Seco está para ser construída a sexta e sétima usina hidroelétrica. Eu falei na rádio nativa outro dia e pedi ao Prefeito que me dissesse qual era o retorno de ICMS que tem Erval Seco. É zero! Essas usinas — já são em número 5 em funcionamento — têm uma

produtividade em torno de 24, 25 mil reais/dia. E não há 1 centavo de retorno de ICMS para Erval Seco.

Deputado Marco Maia, eu quero uma resposta, em nome das mães, pequenas agricultoras, à pergunta: onde está o retorno do ICM das usinas hidrelétricas? Onde está, Deputado Vilson Covatti? Onde está, Darcísio Perondi?

Quero dizer que o meu melhor presente do Dia das Mães, das pequenas agricultoras, é que, a partir de domingo, Dia das Mães, nenhuma mãe mais chore como eu chorei por ver um filho de 16 anos ir a Porto Alegre para arrumar emprego. Eu fui feliz. Em agosto, recebi o prêmio no IPA de mãe educadora, porque para a minha filha mais velha aqui não havia emprego, mas lá ela foi condecorada com um curso para a formação de juíza. Ela estudou em Erval Seco, fez o curso no nosso sindicato, quando o Prof. Ivo ministrava o curso de datilografia, e agora é aluna nota 9,9 em Direito. Sinal de que em Erval Seco tem gente capaz, gente que faz.

Deputado Marcon, jovem que está no MPA, levantarei a bandeira, como na primeira marcha pelo Brasil. Nós as mães vamos para as ruas, sim, impedir mais 2 construções de usina em Erval Seco, até que se prove o contrário e que venha o retorno de ICMS.

Erval Seco é um Município em maior extensão territorial. A nossa Secretária Municipal da Saúde, Maria Clélia Castro, está sofrendo pressão. Esquecem que Erval Seco tem 40 anos, e o mandato do PT só tem 4 meses. Acho que Nossa Senhora é que é milagrosa. O Espírito Santo age aqui. Age, sim, mas não tanto. Um Prefeito jovem, criado aqui, foi meu aluno. Querem que ele, em 4 meses, faça o que em 40 anos os outros partidos não fizeram!

Então, esse é o meu presente do Dia das Mães: eu quero, sim, fazer o movimento de todas as mães atingidas pelas barragens. Eu sou uma, e digo para vocês: meu pai é fruto daqui, eu sou fruto da terra. Há 40 anos — tenho 59 anos —, meu pai tinha herança de mil hectares. Hoje, com a morte da minha mãe, eu tenho 10 hectares de terra. Eu fiz uma projeção: meus netos não vão ter onde morar. Se meus filhos não têm emprego, meus netos não vão ter onde morar.

Então, fica o meu abraço a todas as mães.

E quero resposta imediata do retorno do ICMS das 5 usinas construídas em Erval Seco.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Meus parabéns, Neiva.

Quando passei a entender um pouco das coisas, o primeiro conselho que meu pai me deu foi: “Meu filho, nunca provoque uma mulher”. Está aí um exemplo. Ela veio aqui e deu um bom recado.

Parabéns, Neiva!

A Vereadora Marilei quer também dar um recadinho. Vamos ouvir mais uma voz feminina.

A SRA. MARILEI - Obrigada pela oportunidade de também estar aqui representando as mulheres, a convite do Deputado.

Cumprimento todas as autoridades da Mesa, as autoridades estaduais, federais, municipais, todas as mulheres que com o marido tiveram a coragem de hoje estar aqui para reivindicar essa pauta que estamos trazendo a esta Comissão.

Sou filha de agricultor, hoje moro na cidade, sou Vereadora, e tenho um comércio na cidade de Pinhal. Está presente também o nosso Prefeito Sérgio, representando o nosso Município.

Estou aqui defendendo, além da classe agricultora, a classe do comércio. Com certeza existem muitos comerciantes aqui. Se não houver uma agricultura forte, sustentável, como nós do comércio vamos vender e manter a nossa família, os nossos filhos estudando, como disse a colega agricultora?

Então, quero deixar um apelo a esta Comissão: que não somente leve em pauta a crise dos agricultores, mas também a crise de que o comércio irá enfrentar a partir de agora.

Com certeza, no meu Município, ao lado do MPA, dos Poderes Públicos e dos agricultores, estarei à frente dessa mobilização. Já estive à frente ao lado do MPA, representando a Câmara de Vereadores, e estarei disponível representando o meu Município ao lado de outros movimentos.

Sou mãe de 3 filhas e quero deixar um abraço a todas as mães. Nesse domingo, será o nosso dia. Com certeza, Deputados e representações, teremos boas notícias a partir desse movimento, a partir dessa pauta que estamos trazendo às autoridades.

A todas um feliz Dia das Mães!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Vereadora Marilei.

Passo imediatamente a palavra ao nosso último Deputado Federal inscrito, Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Esta sala está tomada por tristeza, desesperança, desânimo e angústia. Mas do outro lado há esperança, coragem, confiança, energia e fé.

Deus não devia fazer isso conosco. Deus levou Tancredo e às vezes leva um filho, um irmão nosso.

A seca é de séculos e séculos. Nós temos o cimento da coragem que nos une, para nos mobilizarmos.

Ouvi este grande líder Amauri falar sobre o PRONAF. Não havia nada, há 10 anos. Vocês brigaram. Como brigaram! Surgiu o PRONAF, que cresceu, mas tem de melhorar. Então estamos todos juntos, apoiados pelos Deputados.

Vocês têm, sim, de cobrar, cobrar e cobrar de nós políticos, dos Prefeitos, dos Vereadores neste momento de crise.

Quebramos 1 vara de vime — apanhávamos quando apeado ao pai —, quebramos 2 varas, 3 varas de vime, mas um feixe de vime não se quebra. E nós somos isso. Podemos ser: mobilização, mobilização e mobilização!

As montadoras de automóveis conseguem isenção de IPI, não vou discutir; as fábricas de geladeira e liquidificador conseguem isenção de impostos, com o objetivo de gerar emprego, não discutirei; as grandes exportadoras, que não têm essa força que temos, mas têm a força do poder econômico e da mídia, conseguem recursos extraordinários do Banco Central, do BANRISUL ou do Banco do Brasil, mas nós temos a arma da mobilização.

Tanto a Governadora Yeda como o Presidente Lula são sensíveis. E o Lula, ao longo dessa história, mostrou generosidade. A mobilização fará com que a Yeda, que já deu 40% de troca-troca... Se é pouco, vamos pelear. Nós, os mais próximos, que podemos chegar a Yeda, vamos pelear para que ela dê os 100%, sim. Ela fez o choque fiscal do Estado, fez a recuperação. (*Palmas.*) Vamos a ela. Não sei se conseguiremos, mas vamos pedir-lhe que dê essa parte e jogue mais dinheiro na água, mas a médio e longo prazo. A curto prazo é o troca-troca. O que estamos pedindo, Covatti, equivale à quantia da construção de uma estrada. E vamos que ela dê! Há o BANRISUL, que está bancando muitas coisas.

Lá em cima, a peleia é para nós. Dinheiro existe, tanto no Estado como lá. Temos de fazer mobilização.

Ficou claro: é uma bolsa seca. A CONTAG fala em 2.500, aqui se falou em 5 mil. Uma bolsa seca forte, para ser paga em 2 vezes.

Reavaliar quem pegou PRONAF; alguns não pegaram. Isso é possível para os Prefeitos.

Na quarta-feira à noite, nós votamos uma lei, de que fui o Relator — estão aqui 53 Prefeitos. E o Presidente Lula está liberando, na próxima semana, 1 bilhão de reais, que compensará a perda de impostos que ocorreu com a crise econômica. No ano passado, uma Prefeitura, nos 4 meses, faturou 1 milhão em imposto. Nos 4 meses deste ano, faturou só 600 mil. O Presidente Lula, o Governo Federal, dará esses 400 mil. Votamos a matéria na quarta à noite. A medida provisória deve ser emitida na segunda-feira ou na terça-feira e já valerá. Então, o Prefeito receberia já os 300 mil e no outro mês mais 100 mil. Deve ser dito que grande parte desse dinheiro vocês já estão até gastando por conta.

Nós Parlamentares, nas emendas regionais, que às vezes não se recebe, reivindicamos recurso pesado para cisterna, etc., mas a longo prazo.

A esperança e a coragem são o cimento da mobilização, que os senhores sabem fazer muito bem, quando nos cutucam de vara curta, mas têm de mobilizar, com muita força, o Município, a região e o Estado.

Quanto ao Código Florestal, acho um horror manter o atual.

Reserva e APP. Com certeza, temos que preservar a nossa terra. Não dá para plantar dentro de rio. Não é, Cel. Ávila? Ele representa a Defesa Civil. O homem do Lula aqui agora é o Cel. Ávila. Nós somos os agentes políticos.

Não dá para plantar dentro de rio. O Código que está aí é muito pesado. Nós estamos nos empenhando para melhorá-lo, mas precisará mobilização também por parte de vocês.

Contem com os Deputados, contem comigo.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Agradeço a intervenção a todos os Deputados Federais.

Estamos nos encaminhando para o encerramento, mas antes, por uma questão de democracia, concederei a palavra aos nossos 2 Deputados Estaduais aqui presentes, Elvino Bohn Gass e Gerson Burmann, por 1 minuto, para que façam a saudação.

O SR. ELVINO BOHN GASS - Serei breve.

Diz o pensador que quando a cidade está destruída, o campo a reconstruíra; se o campo está destruído, a cidade morrerá por si só. Essa é a síntese da realidade do campo, dos homens e das mulheres que produzem comida. Por isso nós estamos aqui.

Neste 1 minuto, apenas quero dizer que estou acompanhando todos aqui. Há uma pauta, estaremos em Brasília. Quero homenagear muitos dos que estão presentes. Assim que eu soube que o Deputado Marco Maia, nosso companheiro e Vice-Presidente, tomou a iniciativa de criar esta Comissão, eu liguei para ele, para combinar.

Estão aqui os Deputados Federais Darcísio Perondi, Luiz Carlos Busato, Vilson Covatti, Afonso Hamm, o companheiro Deputado Estadual Marcon, que representa nossa Assembléia Legislativa, o Deputado Burmann, os movimentos sociais, todas as entidades, para dizer que, juntos, acompanharemos essa pauta.

Acho que a negociação em Brasília já será na quarta-feira e na quinta-feira, da semana que vem. É importante que toda essa comissão dos Deputados Federais faça uma reunião também em Brasília e em Porto Alegre, com o Governo do Estado. Covatti, isso é muito importante.

Aqui eu vejo os sindicatos, as cooperativas, as Prefeituras, os secretários de agricultura. Precisamos discutir o futuro.

Outro dia, disse à Ministra Dilma que da mesma maneira que se criou, acertadamente, o Programa Luz para Todos, há de se criar um programa chamado Água para Todos (água encanada).

Abraço com carinho o Gilmar, querido Prefeito desta terra, e os demais Prefeitos.

Temos que tirar do papel o programa de irrigação, do Governo do Estado, a fim de se irrigar 1 hectare, 2 hectares para plantar o milho, para a pastagem, para assegurar o leite, a grande alternativa desta região.

Para garantir o tema, Deputado Marco Maia, quero ter o nome de todos os que ajudaram no zoneamento da cana, que é a alternativa para essa região: das Vereadoras, dos Vereadores, do pessoal da Defesa Civil, dos Deputados Federais e Estaduais que estão acompanhando esta reunião. Todos se empenharam para diversificar produções mais resistentes.

Temos de dar continuidade à pauta. A chuva parou, mas a crise ficou. A renegociação tem de ser feita e é preciso haver crédito de emergência para alimentação humana e para o trato animal, porque muitos já torraram a reservinha do inverno. Então, temos de continuar construindo essa pauta.

Estaremos com vocês.

Programas estruturantes. O Gilmar, quando era o Secretário da Agricultura, me enchia o saco — como se diz na boa gíria — para que tivesse o SUASA, programa de agroindústrias, alternativa permanente na região, renda para os nossos Municípios, irrigação, zoneamento em algumas culturas, planos para o futuro, porque infelizmente temos de conviver com a estiagem.

Portanto, temos de ter presentes no dia a dia pesquisa da EMBRAPA, da FEPRAGO e do Departamento de Climatologia na nossa região. Gostaria que esse tema fosse incluído na pauta, porque é futuro. Hoje o que precisamos para a agricultura é de pesquisa.

Mais uma vez: se a cidade está destruída, o campo a reconstruirá, mas se o campo estiver destruído, as cidades morrerão por si só. Levemos isso como recado, pela importância que vocês representam para nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Elvino Bohn Gass.

Convido o Deputado Gersonn Burmann para se pronunciar.

O SR. GERSON BURMANN - Saudamos o Marco Maia, em nome de quem saudamos todos os Deputados Federais, e o Gilmar, em nome de quem saudamos todos os Prefeitos.

Esta estiagem veio justamente no momento em que os Prefeitos tiveram enormes dificuldades na arrecadação em função da crise. Então, as dificuldades de solucionar, de ajudar, de levar água para as comunidades que estão enfrentando este momento foram muito grandes. Por isso, precisamos de socorro tanto por parte do Governo Federal como por parte do Governo Estadual.

Segunda questão: que os Prefeitos não sejam apenados por conta daquelas ações que fizeram de forma imediata. Neste momento eles têm de agir de forma imediata e não podem ficar pautados pela burocracia. Eles precisam atender as suas comunidades. Então, devemos também manter um alerta com relação a essa questão.

Terceira questão é com relação aos produtores e às produtoras que estão aqui, engajadas nessa mobilização. Já estivemos presentes em Palmeira das Missões, em Três Passos, para onde levamos uma pauta de reivindicações. As federações também estiveram aqui representadas, mas já se levantaram.

Há a questão da anistia de até 10 mil reais, da renegociação de dívidas que estão vencendo agora.

Há também uma questão fundamental, para a qual é preciso, sim, uma pauta de união do Governo Federal e do Governo Estadual: o Bolsa Estiagem, para podermos socorrer aqueles que passam por extremas dificuldades neste momento.

Já avançamos com algumas questões no âmbito do Governo do Estado. Na pauta de reivindicações que levantamos, tivemos, primeiro, só 40%, tanto das safras quanto das safrinhas, de isenção por parte do Governo Estadual, que já anunciou que, no safrinha, a isenção é de 100%. Queremos essa isenção também para a safra do milho. Acreditamos que

seja importante avançar ainda mais. Então, temos de continuar essa mobilização e negociação com o Governo do Estado.

Todas essas questões são emergenciais, a curto prazo, mas temos de pensar a médio e longo prazo. E aí, minha gente, temos de pensar em recursos tanto federais quanto estaduais para rede de distribuição da água, para construção de cisterna e açudes.

Essa é a pauta que queremos levar ao Governo Federal.

Um grande abraço a todos.

Contem conosco nessa caminhada!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Gerson Burmann.

Antes de mais nada, quero informar-lhes que todas as ponderações aqui feitas estão devidamente registradas. Portanto, estamos trabalhando para, na semana que vem, marcarmos agendas, em Brasília, com os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, com o intuito de levar-lhes tudo o que aqui foi abordado pelos senhores e pelas senhoras. Vamos iniciar o processo de negociação deste tema da estiagem em Brasília.

Vamos também — proposta aqui feita — encaminhar o mesmo pedido de agenda, no Estado do Rio Grande do Sul, à Governadora Yeda Crusius e às Secretarias responsáveis por esse tema. A partir de agora, vamos trabalhar diuturnamente nesse assunto.

Companheiros e companheiras, antes de encerrar, peço ao Prefeito Gilmar que faça a entrega das reivindicações dos Municípios por escrito.

Com a palavra o Prefeito Gilmar.

O SR. GILMAR LESCHEWITZ - Não sei se alguém observou que naquela parede estão sendo passadas fotos retratando a situação dos Municípios, um pouquinho do que vocês enfrentam nas propriedades. Só para retratar em meia dúzia de palavras o que os Municípios estão passando.

Srs. Deputados, os Prefeitos estão de coração partido, porque não sabemos se levamos água para as famílias do interior, ou se abrimos o bebedouro com a única máquina que temos, ou se vamos enterrar animal morto de fome. A dificuldade é grande. Que as palavras ditas aqui não passem de mero discurso. Que isso se concretize, porque o povo cobra do Prefeito, do Deputado, do Vereador e de todas as lideranças. E nós precisamos ser cobrados. Nós precisamos!

Então, peço ao Sérgio que entregue, em ato simbólico, um potinho de mel a cada uma das autoridades de fora que aqui se encontram — talvez não dê para todos. Desculpem. Esse mel simboliza a união, porque abelha só consegue produzir se trabalhar em grupo. E a abelha é brigadora. Se precisar, ela perde a vida para defender a colmeia. Ela morre, mas defende. *(Palmas.)*

Nesse sentido, agradecemos a todos a presença.

Parabenizamos quem veio de fora e também quem é do Município por estarem presentes nesta reunião.

Reforçando, peço-lhes que desta reunião de trabalho saiam, de fato, resultados e soluções.

Não é apenas nós que sentiremos, mas os nossos filhos e netos, porque queremos permanecer nas propriedades e quem é do comércio pretende dar continuidade ao seu trabalho.

Deputado, vou entregar alguns pedidos dos Municípios e das entidades, mas, com certeza, outros tantos cairão na mão de V.Exa.

Muito obrigado a todos pela presença. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Gilmar.

Convido todos a se levantarem. Para encerrar esta atividade, vamos cantar o *Hino Nacional*.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado.

Agradeço a presença aos senhores.

Temos certeza de que as exposições de todos ajudarão esta Comissão Externa a encaminhar soluções ao drama que hoje vivem os nossos irmãos gaúchos.

Agradeço aos Parlamentares, às demais autoridades e aos presentes por terem acompanhado toda a reunião.

Lembro que a próxima reunião será realizada no Município de Erechim, no CTG Sentinela da Querência, às 15h de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

6.2. Notas taquigráficas da audiência pública no município de Erechim

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA SOBRE ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0529/09	DATA: 08/05/2009
INÍCIO: 15h55min	TÉRMINO: 17h45min	DURAÇÃO: 01h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h49min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO ALFREDO POLIS – Prefeito do Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.
 ALTEMIR TORTELLI – Representante da FETRAF/RS.
 NESTOR BONFANTI – Representante da FETAG/RS.
 JOÃO PICOLI – Representante da FARSUL.
 NERI MONTEPÓ – Representante da Associação dos Prefeitos do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul.
 O SR. AURIVAN CHIOCHETA – Major da Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

IVAR PAVAN – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. NATALINO JOSÉ RIBEIRO PADILHA - Representante da Associação dos Aposentados de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Debate sobre a necessidade de medidas emergenciais, de âmbito estadual e federal, para combate aos efeitos da prolongada estiagem no Estado do Rio Grande do Sul.
--

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. O início da reunião não foi gravado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - (...) aqui do Estado do Rio Grande Sul e das comunidades que estão sendo atingidas pela estiagem. Hoje, pela manhã, 202 Municípios haviam decretado situação de emergência ou calamidade pública em função da estiagem, o que representa quase 45% dos municípios gaúchos.

Portanto, o tema é de alta relevância para o Estado do Rio Grande do Sul.

Esta Comissão, além de auscultar as nossas comunidades, terá também a responsabilidade de propor a implementação de mudanças, programas, projetos, bem como a destinação de recursos do Orçamento da União, para que os Governos Federal e Estadual possam minimizar os efeitos dessa crise. Para isso, depois de realizadas essas diligências, iremos realizar na semana que vem em Brasília — e as autoridades já estão convidadas — um conjunto de reuniões com os Ministérios afins a esse tema da estiagem, para que esse olhar que estamos tendo no Estado sobre o efeitos que essa estiagem está ocasionando possa ser transmitido aos Ministros, ao Governo Lula, ao próprio Presidente Lula.

Iremos ouvir e, após receber as reivindicações e manifestações das nossas lideranças, vamos produzir também ações em âmbito nacional que possam ajudar a amenizar ou minimizar os efeitos da estiagem aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Já estivemos hoje na parte da manhã no Município de Erval Seco. Realizamos uma sessão como esta com os municípios daquela região. De lá, vimos para cá, para a cidade de Erechim. Por isso, os Deputados, ao chegarem aqui, já abriram os pacotes de bolachas, porque estamos desde manhã nessa correria para cumprir todas as agendas que teremos de cumprir até o final da noite.

O nosso planejamento é levar esta nossa sessão até as 17horas. Depois, retornaremos a Porto Alegre para cumprir outros compromissos, marcados para o dia de amanhã e relacionados a esta Comissão.

Como iremos fazer os trabalhos aqui? A nossa ideia — quem olha para esta mesa pergunta se todo mundo vai falar — é organizar um pouco as nossas falas.

Desse modo, iremos ouvir, primeiro, o nosso Prefeito Paulo Polis, da cidade de Erechim. Logo depois, passaremos a palavra ao Deputado Ivar Pavan, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, na representação dos Deputados Estaduais. Não sei se o

Ivar quer falar antes ou quer falar depois de ouvir um pouco aqui a comunidade, Ivar. Talvez depois, quando forem falar os Deputados. *(Pausa.)*

Depois do Polis, passaremos ao Tortelli, nosso companheiro da FETRAF, para falar pelas entidades. Em seguida, abriremos 3 ou 4 intervenções para que o plenário aborde as suas preocupações. E, por último, abriremos para a fala dos Deputados que têm regimentalmente o direito de se pronunciar nas sessões de caráter oficial na Câmara dos Deputados.

Dando início aos trabalhos, peço ao Prefeito de Erechim, Paulo Alfredo Polis, que faça uso da palavra.

O SR. PAULO ALFREDO POLIS - Senhoras e senhores, boa tarde a todos!

Em nome do Deputado Marco Maia, saúdo todos os Deputados que estão presentes e digo que é uma satisfação enorme recebê-los na nossa cidade, muito embora para falar de um tema penoso, como esse, neste momento em que não podemos fugir da nossa linha de atuação.

Quero também saudar os Prefeitos que estão aqui presentes, bem como os vice-prefeitos, secretários municipais e representantes de entidade, e dizer a todos que é muito importante debatermos um pouco sobre os rumos da nossa região, que está passando por essa dificuldade.

Quero agradecer ao Presidente da Assembleia, Deputado Ivar Pavan, e registrar a presença do nosso amigo Tortelli, que está sempre presente nas nossas lutas. Neste momento, ele não poderia estar longe.

É muito bom tê-los aqui!

Em nome da Prefeitura Municipal de Erechim, quero dizer que este momento é crítico em função de alguns agravantes desta estiagem. Na estiagem passada, em 2005, a mais forte que até então tivemos aqui, a nossa agricultura foi afetada, predominantemente. Mas, hoje, a estiagem está afetando também os animais e até seres humanos.

Na nossa região, Neri, quantos Prefeitos já decretaram estado de emergência? Parece que 26 municípios da região já estão em estado de emergência. Pois é, a cada dia os senhores podem observar a importância que ganha este tema.

Hoje, aproveitando a presença dos Deputados, os convidamos para que fossem ver a nossa Barragem da CORSAN, que está com apenas 20% da sua capacidade de água. De modo que estamos sofrendo racionamento 14 por 14; isto é, temos 14 horas com água, e outras 14 horas sem água.

Lógico que teremos que trabalhar sobre esse tema, mas neste momento temos que trabalhar sobre as consequências, que são nefastas, principalmente numa região como esta, que é predominantemente de agricultura familiar.

Hoje, pela manhã, discutimos a questão da cadeia do leite. Mas, ao falarmos da água, vemos que ela afeta todos os segmentos. No entanto, quem produz soja, milho, trigo, feijão, isto é, alimentos, está sofrendo muito mais.

Neste momento, esperamos que os Deputados tenham uma visão real sobre o que está acontecendo aqui. Não é preciso ir muito longe — nem mais de 3 ou 4 falas aqui para

chegar a uma conclusão. Basta só dar uma sobrevoada para ver o que está acontecendo na nossa cidade.

Entretanto, precisamos de políticas que vão além, isto é, de políticas que sejam efetivas, que cheguem na ponta realmente. Se tem política pública do Governo Federal para o setor automobilístico, para o setor bancário, para o setor de eletrodoméstico, por que não pode chegar aqui uma política efetiva para a parte agrícola? (*Muito bem!*)

Por outro lado, quero dizer que muito se avançou na política agrícola. Mas, para o tema da estiagem, que ciclicamente está ocorrendo na nossa realidade local e regional, temos de fazer políticas, primeiro, imediatas, para tentar amenizar o quadro. Porque não se pode falar em melhorar a autoestima do nosso agricultor se ele não tem renda no bolso. Então, precisamos de política pública concreta que chegue às famílias, para que elas possam perguntar: “*Olha, como é que eu faço para pagar as minhas contas?*”

Isso, para mim, é fundamental.

A mensagem do Governo Municipal de Erechim, que os senhores podem levar, é a de que a situação aqui é grave. Produzimos alimentos, como leite. Há uma cadeia produtiva do Alto Uruguai muito rica, de agricultura familiar. Por sinal, 95% da nossa agricultura são de agricultura familiar, de pequeno porte. Então, é aí onde sofre mais, onde o calo aperta mais.

A mensagem é esta: que realmente o recurso chegue em tempo hábil. Não adianta daqui a pouco dizer que recomeça a chover. Vamos lá! Daí retornamos ao problema no próximo ano ou daqui a 2 anos. Não. Temos que fazer com que o recurso chegue rápido. É a mesma coisa se eu perguntar como é que vamos resolver o problema da barragem da CORSAN agora. Porque não há como; temos de abastecer indústrias, hospital, moradias. Não adianta só falar agora.

Peço a V.Exas. que consigamos incluir os recursos do nosso glorioso PAC, que são também para saneamento, para captação de água. Espero que eles cheguem aqui efetivamente, porque, hoje, ainda estamos abastecendo os agricultores familiares da nossa região; mas, se continuar assim... Não dá, se for assim todos os anos. Antes que chegue a seca, temos que promover políticas — políticas proativas, feitas com antecedência, com planejamento. Porque o Governo Federal tem que saber fazer a sua parte — e aqui há representantes do Governo Federal que, tenho certeza, vão fazer sua parte.

Muito obrigado! Bom trabalho a todos! E contem conosco! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Prefeito Polis.

Quero chamar os representantes de duas entidades para compor a Mesa: Sr. Ricardo, que representa a Via Campesina, e João Picoli, Vice-Presidente da FARSUL e Presidente do Sindicato Rural de Erechim. Por favor, venham para cá compor a Mesa conosco.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Altemir Tortelli, que representa a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar — FETRAF/Sul.

Não estabeleci um tempo, mas se pudermos ficar com o tempo de 5 minutos cada um, estará de bom tamanho.

O SR. ALTEMIR TORTELLI - Obrigado, Deputado Marco Maia. Quero primeiro saudar, em nome de V.Exa., toda a delegação da Comissão Externa da Câmara Federal que nos visita, gaúchos desta grande região, a macronorte gaúcha, em que estamos vivemos toda esta crise por causa da estiagem, mais uma vez.

Saudar o Prefeito Polis e, em nome de S.Exa., todos os prefeitos, vice-prefeitos, todas as pessoas que estão envolvidas nos governos municipais desta região e das regiões vizinhas, do Alto da Serra, da região do planalto.

Vemos aqui o companheiro Rui, Vereador em Passo Fundo.

Quero saudar também o nosso Deputado Ivar Pavan, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; também o Sr. Serra, que é Deputado por esta nossa grande região.

Saudamos o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Erechim e, em nome de S.Exa., todos os Vereadores das Câmaras de Vereadores do Alto Uruguai e região; os representantes das cooperativas de crédito de produção, como SICREDI, CRESOL, e de várias cooperativas da nossa região; todos os dirigentes sindicais, urbanos e rurais; nossos dirigentes da FETRAF/Sul, do Alto Uruguai; sindicatos de outras regiões aqui presentes; companheiros da Via Campesina e da FETAG.

Saúdo também os representantes das demais entidades presentes: Defesa Civil, EMATER e outras entidades de pesquisa, de assessorias e universidades.

A todos muito obrigado.

Fiz este lembrete hoje de manhã, e quero refazê-lo à tarde, porque talvez nem todos os Deputados saibam: há 7 anos, por um motivo semelhante a este, neste mesmo dia, nesta mesma região, fizemos uma grande mobilização, uma ação conjunta da FETRAF e da Via Campesina. Foram de 3, 4 dias de luta, de acampamento, e, na ocasião, infelizmente, 22 companheiros foram presos. Mas nós conseguimos fazer com que uma das reivindicações de mais de 20 anos, que era um seguro para a agricultura familiar, saísse do papel. E, se hoje nós temos o que temos, que é o seguro da agricultura familiar, o PROAGRO, isso se deve mais à luta das companheiras e dos companheiros que se entrincheiraram no Sul do Brasil. Porque paramos a região por 2 ou 3 dias. Próximo de Erechim, na divisa com Marcelino Ramos e Concórdia, nós e os companheiros ficamos 3 dias lá acampados; resistimos a um despejo da rodovia, e 22 companheiros foram presos. Mas foi uma causa justa. E, dessa luta, com certeza, milhares de agricultores familiares no Brasil, em especial os que amargam a seca, vêem seus prejuízos minimizados pelo seguro da agricultura familiar, implantado a partir daquela luta, daquele 8 de maio de 2002.

Temos que dar uma salva de palmas aos companheiros que se dedicaram a essa luta com resistência e coragem, para conquistar o seguro da agricultura familiar. Esses merecem uma salva de palmas de todos. (*Palmas.*)

Aos Deputados da Comissão que aqui estão, é importante dizer aos senhores que não estamos vivendo somente o problema da estiagem, da falta de água nas propriedades, nas comunidades; estamos sim vivendo 3 problemas simultâneos. Vivemos um problema muito

grave que impactou a renda da produção da agricultura, especialmente da agricultura familiar, que foi o preço altíssimo dos insumos. Acho que os senhores sabem que foi feita uma CPI na Assembleia Legislativa, que constatou que de fato existe o monopólio, o oligopólio de meia dúzia de empresas; que não há justificativa de aumentar um saco de adubo para 100 reais — foi o que pagamos na safra passada. Esse custo impactou violentamente a renda sobre aquilo que produzimos e fez subir muito o custo de produção.

Esse é o primeiro problema.

O segundo. Todos imaginávamos que, quando fôssemos escolher o produto, o trigo, os produtos da safra de verão último, teríamos um preço mais justo pelo que produzimos. Mas, infelizmente, com exceção da soja, que permanece na faixa de 40 a 50 reais, todos os outros produtos sofreram uma baixa, um achatamento de preço, com certeza por motivos locais, pela crise financeira internacional. Mas é que nós estamos pagando novamente. Os agricultores estão arcando com esse achatamento de preços; nós, com certeza, estamos pagando por isso, porque estamos perdendo muito do resultado econômico daquilo que investimos para produzir.

Em algumas cidades, em alguns municípios, já desde outubro se vive com a estiagem. Em algumas regiões voltou a chover em novembro, dezembro; em outras, a partir de janeiro. E, mais recentemente, nos últimos meses, nesses 90 dias, vivemos uma das maiores estiagens na região, que impacta a produção do milho, do feijão, da soja, do leite — aliás, há um impacto muito grande na produção de leite. Temos situações em que há perda de 70% a 80% na produção do leite porque não há mais comida para as nossas vacas.

Na verdade, vivemos um conjunto de problemas. São 3 problemas inter cruzados que agravam profundamente o quadro.

Se os senhores consultarem os agricultores, se perguntarem a quem está aqui, se forem indagar das comunidades, dos prefeitos, dos secretários de agricultura, de funcionários das prefeituras, de sindicatos e cooperativas, vão saber do nível de depressão, de desânimo que há nas nossas famílias, nas nossas comunidades. Com certeza, se forem feitas ofertas de compra de propriedades na nossa região, na macronorte, vai haver fila de agricultores que vão querer vender a terra para ir embora, para voltar para a cidade.

Nós não podemos permitir que isso aconteça. Seria uma irresponsabilidade de todas as entidades, da Câmara Federal, do Governo Federal e do Governo do Estado permitir que continue se aprofundando o êxodo rural, o abandono das propriedades, o aumento de alguns minifúndios, que só estão produzindo eucalipto nas nossas terras. Isso não podemos permitir.

Por isso estamos aqui, compartilhando este momento importante. Queremos parabenizar a Câmara Federal. Estamos nessa empreitada. No dia 30, fizemos mobilização, em que mais de 20 mil agricultores, no sul do Brasil, se mobilizaram, sendo 4 cidades do Rio Grande do Sul. Estivemos em Brasília, a semana toda, negociando com o Governo Federal, e vamos voltar a negociar a partir de segunda-feira, às 14 horas, com o MDA, com a Casa Civil, com a Secretaria-Geral do Governo; na terça-feira, voltaremos às ruas da região de Celeiro, com os sindicatos, as várias entidades, as prefeituras; e, na quarta e quinta-feira, vamos a Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, porque entendemos que, para fazer com que nossas

propostas cheguem com força a Porto Alegre e Brasília, elas têm de estar associadas à mobilização. E precisamos construir muitas unidades, além do apoio de V.Exa., para que nossas propostas não só cheguem efetivamente ao Presidente da República, mas também sejam decididas e implementadas rapidamente.

Os companheiros farão agora a distribuição das propostas que defendemos. São em número de 8 as propostas.

Primeira, de prorrogação de todos os investimentos e financiamentos agrícolas por 4 meses, para que, nesse período, possamos discutir o que vamos fazer com eles, se será anistia, rebate parcial ou prorrogação dos investimentos e financiamentos para 10 anos, com 3 de carência. Mas, de imediato, que nenhum financiamento seja pago a partir de segunda-feira, para que tenhamos condição de negociar uma forma efetiva de enfrentar essa questão dos financiamentos.

A segunda, para que, de fato, o Governo Federal faça o mesmo que a Câmara está fazendo. Por isso, parabeno novamente esta iniciativa. Que o Governo Federal venha para cá! Estivemos terça e quarta-feira em Brasília, e achamos que os Ministros deste Governo ainda não se deram conta da gravidade dos prejuízos que a estiagem tem causado às Prefeituras, às comunidades, às casas de nossos agricultores. Estamos reivindicando que uma comissão venha para cá imediatamente para ver *in loco* os problemas que estamos vivendo.

Queremos nos somar aos Prefeitos e às Prefeituras nas reivindicações, pois quem está sendo onerado e penalizado são as Prefeituras, por estarem usando seus orçamentos, com redução de retorno de FPM, para pagar pelo deslocamento de água, para garantir o funcionamento de poços artesianos e deslocar caminhões-pipa. O Governo Federal bem que poderia destinar, pelo menos, 100 mil reais a cada Município, para que, de fato, os agricultores possam receber água potável para suas famílias e seus animais — isto o mais rápido possível; não daqui a 2 ou 3 meses, mas já semana que vem. Precisamos disso já, de liberação imediata para as Prefeituras!

Quarta proposta: que possam ser liberadas as águas dos lagos das hidrelétricas para as Prefeituras. Aqui há muitos lagos de hidrelétrica. Estamos reivindicando um salário mínimo para a manutenção das famílias nos próximos 6 meses. Muitos agricultores, centenas quiçá milhares não têm o que comer porque perderam tudo. Então, precisamos fazer com que eles tenham algum salário, pelo menos um salário mínimo, durante 6 meses, para poderem sobreviver.

Outra proposta: promover ações imediatas junto aos Governos Federal e Estadual, no sentido de disponibilizar equipamentos para perfuração de poços artesianos. Precisamos trazer para a região norte do Estado todas as máquinas que for possível arranhar para perfurar poços artesianos. Queremos também encanar a água desses poços, muitos abertos há 2, 3, 5 anos, para que ela possa chegar às comunidades.

Outra: liberação dos estoques da CONAB para que os animais também possam receber alimento, como o milho, pois muitas propriedades não têm mais o que dar para os

animais. Eles precisam de água e comida, e as famílias também precisam de uma cesta de alimentos.

Concluindo, precisamos criar, atacando as questões emergenciais, um grupo de trabalho na Câmara Federal, nas entidades e no Governo, para que se produza um projeto ou uma estratégia mais geral para podermos sobreviver numa situação de estiagem como esta. A EMBRAPA tem pesquisas que apontam que vamos viver, na região norte gaúcha, no oeste catarinense e no sudoeste do Paraná, estiagens quase que permanentes nos próximos anos.

Então, é importante cuidar da manutenção das matas ciliares, das águas dos rios, dos açudes, das cisternas, das vertentes. Temos de recuperar tudo isso. Esta é realidade com que temos de conviver: armazenar água, fazer mais irrigação, abrir poços artesianos. Mas, enfim, entendemos que todos esses projetos precisam ser tratados por um grupo de trabalho, e que, no máximo em 30 ou 40 dias, produza-se uma proposta que possa ser discutida e aprovada no Congresso Nacional, na Câmara Federal e no Governo Federal. E devemos nos preparar, não para o ano que vem, quando começar a nova estiagem, mas desde agora, já, para daqui a 30/60 dias, com medidas estruturais para convivermos com esta realidade.

Semana que vem, estaremos em Brasília negociando com os Ministérios, e, em Porto Alegre, estaremos negociando com a Governadora Yeda Crusius. É fundamental somarmos as forças. Não podemos continuar indo a Brasília em comissões distintas, como numa comissão de Parlamentares estaduais, numa comissão de Parlamentares federais, numa Comissão de Prefeitos, numa comissão de entidades etc. Este momento exige inteligência política e unidade de todos para que possamos agilizar a liberação de recursos e implantar políticas emergenciais.

Muito obrigado. Continuaremos nesta caminhada, que é o nosso desafio de vida. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Sr. Altemir Tortelli.

Cito algumas autoridades presentes: Luis Zanela Piccinin, Diretor-Geral do Foro de Erechim; Sr. Deoclécio Corradi, Presidente da ACCIE; Sr. Henrique Cervi, Presidente da CDL de Erechim; Sr. Claudionor José Mores, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai; Sr. Adelino Collet, Diretor Executivo da Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai; Sr. Alderi do Prado, Presidente da CRERAL/Erechim; Sr. Carlos Vando Cuperccini, Presidente da CRESOL/Erechim; Sr. Ari Pertuzatti, Presidente do SUTRAF/Alto Uruguai, além da representação de entidades, como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP), o AGRICOOP, o COOPSUL, o Nossa Terra, o COTREL, o COOPERFLORA, o COOPERAL, a EMATER, como também representação da Caixa Econômica Federal.

Recebemos agora a presença — peço que aplaudam — do Deputado Ruy Pauletti, pelo PSDB do Rio Grande do Sul, ex-reitor da nossa Universidade de Caxias do Sul. *(Palmas.)*

Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Ricardo, representante da Via Campesina e do MPA.

O SR. RICARDO - Inicialmente, saudando o Deputado Federal Marco Maia, quero saudar todos os Deputados Federais e estaduais e estender esta saudação aos componentes da Mesa, aos Prefeitos presentes, aos Vereadores, aos representantes dos movimentos sociais, aos sindicatos, às federações, aos agricultores que nos prestigiam neste momento muito importante para a categoria, aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Esta é uma importante oportunidade para darmos mais um passo, fazermos mais um ato, numa mobilização que começamos no início de 2009, no sentido de debater a problemática da situação da estiagem que afeta a vida de muitos pequenos agricultores desta região. Nos dias 17 e 18 de fevereiro, realizamos atividades para sensibilizar a sociedade e as autoridades acerca da gravidade da situação que vem afetando a agricultura tanto nesta região como nas regiões norte, nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul. Então, não é de hoje que estamos aqui reivindicando, pleiteando uma necessidade urgente. Essa é uma providência que precisa ser tomada quanto antes, pois diz respeito à perda da produção na agricultura.

Nos dias 17 e 18 de fevereiro, houve a primeira mobilização no Rio Grande do Sul; e fizemos outra, no dia 10 de março, durante a qual foram presos 6 companheiros e 1 companheira. Pessoas foram detidas por denunciarem a situação precária dos pequenos agricultores na região. Mas tratou-se isso como caso de polícia.

Essa denúncia é importante. Aproveitamos esta audiência pública para dizer que não é mais o momento de sensibilizar, mas de ação. A sensibilização já vinha sendo feita há um bom tempo. Já participamos de audiências públicas na Câmara de Vereadores de Erechim; em Palmeiras das Missões; na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, semana passada; hoje, em Erval Seco, na parte da manhã; e, agora, em Erechim.

Esta é uma caminhada que nós, dos movimentos sociais, estamos fazendo há algum tempo, chamando a atenção para a necessidade urgente de medidas para minimizar os problemas que os pequenos agricultores vêm passando com o efeito da estiagem, que muito se agravou agora.

O Prefeito Paulo Polis, de Erechim, já denunciava essa situação, e hoje conclama e alerta a todos para a necessidade de se tomarem medidas imediatas para que se resolva o problema da população. A situação é grave, porque afeta a vida. Há um problema de abastecimento de água e comida. Não adianta acumularmos dinheiro, capital, se não temos nem água nem comida. Esta é a realidade. Hoje estamos vivendo as consequências disso, principalmente nos últimos dias. E não há perspectiva de que seja amenizada a situação climática a curto prazo, porque o déficit de água no solo é grande. Os animais não têm mais o que comer porque não há pasto. Não sou técnico, mas sou agricultor. Sei que em 60 dias não se ameniza o problema de comida para os animais ligados à produção de leite. Os agricultores vêm acumulando dívidas devido às políticas econômicas e agrícolas, que os impedem de acumular capital, renda. E, muito mais agora, o agricultor é mais uma vez prejudicado, agora pelo fator climático.

Neste momento, o desafio de todos nós, dos Parlamentares estaduais e federais, e dos Governos, é que seja feito, de fato, aquilo que precisa ser feito. E nós, da Via Campesina

do Rio Grande do Sul, solidários com os companheiros da FETAG e da FETRAF, achamos que não há rótulo para bebida. Existe, sim, a necessidade da unidade, para que essa bebida seja transformada em medida para que os agricultores e as agricultoras possam permanecer na roça. Este é o nosso desafio, a nossa conclamação a todas as entidades.

Esta Comissão está de parabéns! A Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul tomaram a iniciativa de conhecer esta realidade. Conhecemos, minimamente, o que é o Brasil; conhecemos, minimamente, como funciona o institucional. Sei que, às vezes, essa é uma necessidade, porque já participamos de comissões criadas por outros órgãos. Mas quando as autoridades vão até as regiões, os municípios, para conhecerem de perto a realidade, eles têm um testemunho, veem a realidade concreta, para que possam depois apresentar e articular políticas e medidas capazes de amenizar ou resolver os problemas. Então, é importantíssima a vinda desta Comissão à região para ouvir não só os agricultores da região do Alto Uruguai, mas também de outras partes do Rio Grande do Sul que estão sendo afetadas pela estiagem.

Rapidamente, vou comentar alguns pontos da nossa proposta, que, certamente, já foi apresentada, hoje pela manhã, em Erval Seco. Trata-se da dívida dos agricultores. Pedimos que haja um subsídio de até 10.000 reais para os pequenos agricultores. Ou seja, que seja de até 10.000 reais o crédito para pagamento de dívida, seja de custeio, de investimento ou de financiamento, que o agricultor tenha adquirido.

E mais. Pedimos a retirada dos nomes de todos os agricultores e assentados do SERASA; a abertura de acesso a novos financiamentos; que seja revista a portaria que impede a contratação de novas operações de quem tem dívidas prorrogadas; e seguro agrícola. Não se pode deixar de garantir financiamento aos agricultores e assentados e que em 5 anos tiveram 3 PROAGROS para a mesma cultura. Para consentimento do PROAGRO não se deve somente se basear no índice de produtividade do IBGE, mas, sim, na média dos últimos 10 anos, que é a realidade da produção da colheita, que é feita anualmente.

Pede-se também bolsa-estiagem: 1 salário mínimo por família, durante 12 meses (70% do Governo Federal e 30% do Governo Estadual). Observação: que esses recursos sejam administrados pelas prefeituras, através de conselhos municipais, organizações sociais e a Defesa Civil.

Também queremos água para as propriedades; patrulhas agrícolas vinculadas às prefeituras, numa concessão do Estado e da União; fontes de água; poços artesianos; bebedouros; cisternas; irrigação; liberação emergencial da exigência de outorga dos poços artesianos. Ou seja, licença para construção de poços artesianos nos municípios que tenham decretado estado de emergência. E mais: sementes; anistia total do pagamento no Programa Troca-Troca de Sementes; liberação imediata de sementes de pastagem de inverno; energia elétrica — isenção mensal do pagamento da energia elétrica consumida no período de 12 meses para os agricultores assentados nos municípios que decretaram estado de emergência; fundo de reserva para serviço ambiental a todos os agricultores assentados que fazem ou que se propuserem a fazer preservação, recuperação ambiental nas suas propriedades — então,

que recebam por esse serviço prestado 1 salário mínimo. Esse fundo deve ser composto pela arrecadação de impostos sobre empresas que geram poluição e degradação ambiental e pelas multas ambientais.

Essa é a proposta da Via Campesina que queremos entregar ao Deputado que coordena esta missão, Marco Maia. E entregamos algumas cópias aos integrantes da Mesa.

Com isso, companheiros e companheiras; Deputados Federais e Estaduais; Prefeitos; Vereadores; representantes de cooperativas e organizações sociais, este é o nosso desafio, repito: não mais sensibilizar para que tomem apenas conhecimento dos fatos, mas ir à ação. E ação é esforço de cada um de nós.

Nós continuamos mobilizados. Nossa mobilização não vai parar até que se obtenha uma medida concreta que amenize essa situação de gravidade por que passam os agricultores dos municípios que estão sendo afetados pela estiagem, e também a população urbana, que também está sofrendo as consequências da estiagem.

Nosso muito obrigado! Um abraço a todos e a todas!

Continuaremos na luta até que venha uma solução para todos esses problemas!
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, companheiro Ricardo.

Antes de passar a palavra ao Sr. Nestor Bonfanti, da FETAG, devo dizer que a Mesa está sendo um tanto complacente com o tempo, porque nossa intenção principal é ouvi-los. Mas de agora isto significa que os Deputados e Parlamentares deverão falar um pouco menos.

Comunico a presença de representantes da Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Erechim; de Barão do Cotegipe, o Prefeito Vladimir Luiz Farina; de Barra do Rio Azul, o Prefeito Ivonei Márcio Caovila; de Benjamin Constant, o Vice-Prefeito Itacir Hochmann; de Campinas do Sul, o Prefeito Neri Montepó; de Carlos Gomes, o Prefeito Egídio Moretto; de Centenário, o Prefeito Luiz Polon; de Cruzaltense, o Vice-Prefeito Carlos Santa Catarina; de Erebango, o Prefeito Valmor José Tomelero; de Erechim, o Prefeito Paulo Polis — que já está conosco na Mesa; de Erval Grande, o Prefeito Amélio Francisco e o Vice-Prefeito Marcelo Fanticelli; de Floriano Peixoto, o Vice-Prefeito Everaldo Salvador; de Getúlio Vargas, o Prefeito Pedro Paulo Prezzotto; de Itatiba do Sul, o Vice-Prefeito Waldemar Cibulski, o “Polaco”; de Jacutinga, o Vice-Prefeito Gelsi Lodé; de Mariano Moro, o Prefeito Ivan Marcos Devensi; de Paulo Bento, o Vice-Prefeito Ademir Lira; de Ponte Preta, o Prefeito Luís Carlos Parise; de São Valentin, o Prefeito Antonio Zanandrea; de Severiano de Almeida, o Prefeito Ademar Basso e a Vice-Prefeita, Sandra Bonafin; de Três Arroios, o Vice-Prefeito Ademir Ecco; de Viadutos, o Prefeito Celso Demarco; de Marcelino Ramos, o Prefeito Paulo Tapia; e de Jacutinga, o Prefeito Edegar Menin.

Esta é a lista de presença, conforme organizaram.

Tem a palavra o Sr. Nestor Bonfanti.

O SR. NESTOR BONFANTI - Boa tarde, Deputado Marco Maia, em nome do qual cumprimento todos os Deputados Federais; Deputado Ivar Pavan, Presidente da Assembleia

Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em nome do qual cumprimento todos os Deputados Estaduais; Prefeito Polis, em nome do qual cumprimento os demais prefeitos.

Cumprimento, principalmente, os trabalhadores rurais; os colegas dos movimentos sociais: FETRAF/Sul, Via Campesina, FARSUL; e demais autoridades presentes.

Represento, neste ato, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul — FETAG-RS. Por um lado, isso é triste; mas, por outro, é gratificante. Nesses momentos de crise é que todas as entidades se unem, independente de cor partidária, religião etc.

A cada estiagem que chega é mais um capítulo que temos de ficar discutindo. Todos os anos vemos nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais empobrecendo pelo sistema, pelos preços, pelos mercados, e também pela natureza. A cada ano que passa, mais gente envelhecida fica no interior, mais gente com menos motivação permanece produzindo alimentos. Cabe a nós, principalmente — e sempre digo isto a quem está do lado de cá da Mesa —, dar apoio moral e estrutural.

Prega-se muito que a nossa região, desde São Borja até Francisco Beltrão, não consegue mais produzir certos grãos, conforme estudos do MDA. Então, pergunto: o que fazer com toda essa população, de São Borja a Francisco Beltrão? O que vamos produzir? Não podemos mais produzir milho, porque a cada 10 anos são 8 estiagens. Não podemos mais produzir feijão. Qual é a cultura que nós vamos plantar nessa região do Estado? Prega-se muito que o agricultor não cria nada de novo, não busca alternativas para sua produção. Mas pergunto: quais são as políticas que o Governo do Estado e o Governo Federal executam para uma nova cadeia produtiva nesta região do Estado?

O meu Município, Crissiumal, é um dos mais atingidos do Estado. É lá que eu tenho a minha terrinha. Lá está faltando água para os animais e para as pessoas, e também está faltando alimento. Hoje, um jornal de Três Passos, vizinho próximo a Crissiumal, mostrou, no horário do almoço, o sofrimento e a penúria de pessoas idosas, que têm de buscar água a 1.000 metros, 2.000 metros, muitas vezes usando o mesmo recipiente que é usado para tirar leite, de manhã, e que, depois de lavado, serve para buscar água, em carrinho de mão.

Uma das propostas da Federação, que desde o mês de fevereiro começou a ser discutida em Santo Ângelo, é a de tentar minimizar essa questão. Quero abrir um parêntese aqui. Na terça-feira vai haver uma mobilização em Três Passos. Pela primeira vez, na minha região, essa mobilização vai ser feita em conjunto — MPA, FETRAF, FETAG. Se nesta audiência pública há Deputados de vários partidos, por que, muitas vezes, nós lideranças não conseguimos nos unir no interior, nas nossas bases, buscando os mesmos caminhos, buscando as mesmas alternativas, buscando as mesmas soluções para os mesmos agricultores? Então, quem sabe, é um passo importante que se dá no início desta caminhada, de busca de alternativa, porque os objetivos são os mesmos.

Os que me antecederam já apresentaram as propostas das entidades. As da FETAG não são muito diferentes. No dia 29 de abril, foi entregue ao Presidente Lula uma pauta que basicamente se restringe à política nacional. Praticamente são as mesmas propostas, com

algumas mudanças, no jeito de apresentar. Entendemos que é necessária a anistia de 10 mil reais para aquelas famílias que estão endividadas, principalmente o público do PRONAF. Acreditamos que isso é o mínimo com que o Governo Federal pode contribuir. Afinal, contribui tanto para as empresas, para os bancos, para as montadoras. Acho que é o momento de o Governo olhar com carinho para quem ainda teima em produzir alimentos, porque isso está cada vez mais difícil.

Sobre a situação do produtor, algo também já foi comentado antes. Está faltando alimento. Entendemos que a questão passa pela CONAB, que disponibiliza milho e grãos para alimento dos animais. Até já temos algumas propostas, como a de que se pegue o mesmo público, esse do Estado que tem a vacina da aftosa gratuita — 50 animais por propriedade —, e lhe dê uma quantidade de milho para alimentação dos animais.

Entendemos também que é importante, neste momento, a anistia no caso da energia elétrica. Os agricultores, hoje, não têm mais recursos, não têm mais como fazer dinheiro. Se ainda lhe cortarem a energia elétrica — aqueles que ainda têm aqueles poços em profundidade —, não terão mais como bombear água para a caixa.

Entre tantas propostas relevantes que foram apresentadas, o mais importante, neste momento, é vermos a questão e resolvê-la agora. Se não a resolvermos agora, não vai ter o depois.

Aos Deputados que estão presentes digo que tenho plena confiança de que não estão aqui apenas para falar às pessoas, estão buscando ouvir as propostas que têm a fazer os agricultores não só dessa região, mas de todo o Estado.

Na quarta-feira tivemos uma reunião com o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Ivar Pavan. Não sei se isso é um conselho, mas é um indicativo meu, pessoal. Estou um pouco preocupado, com medo da seguinte situação: a cada semana vai uma comitiva de Prefeitos e de lideranças a Brasília. Acho que está na hora de o Rio Grande do Sul se unificar, num ato só. Se a cada dia uma pessoa recebe uma visita em sua casa, começa a não querer receber mais. É importante que a gente faça um ato forte, único, do Estado, com o Governo Federal. Se eles não puderem vir para cá, que a gente vá até lá. Mas que seja uma proposta única do Estado, porque os problemas são os mesmos.

Obrigado.

Coragem. Não desistam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Sr. Nestor Bonfanti.

Registro a presença do Prefeito de Tapejara, Seger Menegaz, e do seu Vice-Prefeito, Vilmar Merotto.

Se estiver presente alguma liderança ou representante de entidade que ainda não foi citado, por favor, procure o Lique, para que ele registre o nome e possamos citá-lo.

Concedo a palavra ao companheiro João Picoli, representante da FARSUL.

O SR. JOÃO PICOLI - Boa tarde a todos.

Senhoras, senhores, senhoritas, a Mesa é composta por representantes da Câmara Federal, da Assembleia Legislativa. Cito os Deputados Covatti, Perondi, Maia, Pauletti, Afonso, Busato. Desculpem-me os que deixei de citar, às vezes a memória não ajuda.

Somos praticamente estranhos no ninho. Representamos os demais produtores, aqueles que, quando chegam ao banco, têm um atendimento que não digo que é diferenciado, mas eles têm difícil de conseguir dinheiro. Estamos na mesma situação que os senhores, com o mesmo problema, a estiagem é igual, e estamos enfrentando a mesma dificuldade para pagar. Mas, há uma coisa, vemos 2003, 2004, 2005 da mesma forma que os senhores, e prorrogamos nossas contas, fizemos o famoso custeio alongado, chegamos a 9 anos. Para nós, 1 ano a mais não vai resolver, precisamos, aqueles que estão devendo e fizeram esse custeio alongado, de 15 anos de prazo, no mínimo, para pagar, para dizer que vamos ter condições de cumprir os compromissos. Muitos conseguiram colher algo, mas, para a maioria conseguir pagar suas contas, vai ser uma dificuldade.

Ouvimos o representante da FETAG dizer que temos que unir forças. Nessa reivindicação, temos que deixar de olhar as cores partidárias, as agremiações, as entidades, temos que encontrar um pedido só, ir a Brasília, à Assembleia e fazer nossas reivindicações. Caso contrário, vai ser difícil.

Venho, há 20, 30 anos, fazendo jornada, brigando em estrada, trancando estrada. O que conseguimos? A securitização, 25 anos para pagar nossas contas. Agora, estamos aqui de novo, com 9, vamos pedir 15. Ano que vem, quem sabe, no outro, já estaremos pedindo 25.

Onde está o agronegócio e a agricultura de sustentação, que tanto dinheiro trazem para este País? Hoje, existe dinheiro para dar para indústrias, fabricantes de automóveis, uma série de coisas, e o agricultor tem que mendigar? Pessoal, nós temos que pensar diferente.

Não gostaria de deixar passar esta oportunidade. Nossas observações vão ser aceitas. É lógico que a FARSUL vai fazer nossas reivindicações, nosso Presidente, mas temos que caminhar juntos. Essa caminhada é nossa, de todos os produtores, daqueles que tiram o sustento da terra. Vejo bastante gente aqui, meu amigo do Banco do Brasil, companheiros de Quatro Irmãos.

Deputado Covatti, não poderia deixar passar em branco, porque existia o Fundo de Sanidade Animal no Estado do Rio Grande do Sul, e víamos muitos agricultores enfrentando problemas, no caso da suinocultura, relacionados ao mal de Aujeszky, problemas no gado de leite. Aquele fundo de sanidade animal não andava. O que fizemos? A iniciativa privada se reuniu e criou o Fundo Estadual de Sanidade Animal — FUNDESA. Quem começou a pagar esse fundo foi a indústria e o produtor.

Para conseguirmos esse negócio, precisávamos da assinatura de um Governador de Estado que aceitasse deixar o FESA de lado e criasse o FUNDESA. Por sorte nossa, encontramos Covatti. Então, naquele dia, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, prontamente, mandou fazer a publicação no *Diário Oficial*. Aí nasceu o FUNDESA, o Fundo Estadual de Sanidade Animal. Os senhores guardem bem isso, que aí está a solução da sanidade, que vai trazer dinheiro e tudo o que precisamos para o agronegócio.

Tenho certeza de que os Deputados que aqui estão vão fazer o possível e o impossível para a agricultura.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Concedo a palavra agora ao Presidente da AMAU, o Sr. Neri Montepó, para falar em nome de todos os Prefeitos e Vice-Prefeitos presentes.

O SR. NERI MONTEPÓ - Quero, em nome da Associação dos Prefeitos do Alto Uruguai, cumprimentar o nosso Prefeito de Erechim, Paulo Polis, e o nosso Deputado Marco Maia. Ao fazer isso, cumprimento toda a Mesa, todas as entidades que aqui se encontram, os colegas Prefeitos, Vereadores e principalmente os nossos produtores.

Eu não gostaria de estar aqui discutindo estiagem. Os Prefeitos que estão aqui hoje gostariam de estar discutindo o desenvolvimento da região. E estamos discutindo a sobrevivência dos municípios, que se encontram em situação muito difícil, estão sem água, perdendo praticamente toda a produção do setor primário. Mais de 50% de toda a produção foi perdida. São municípios de porte como o nosso, que têm na agricultura a sua maior fonte de renda.

Hoje, Deputados, mais de 80% da arrecadação dos municípios vem do setor primário, exceto o caso de Erechim, município que tem indústria. Estamos lá sem água, sem estradas, sem recursos, porque o FPM e o ICM caíram. Os produtores rurais lá estão desanimados. Precisamos urgentemente que vocês nos ajudem, porque a crise não terminou. Se chover hoje, talvez solucionemos o problema da água, mas temos uma bacia leiteira muito forte, e os animais estão perdendo peso, o que diminui a produtividade, estão até morrendo de fome e sede.

Estamos num período de transição de alimentação, Deputados, em que a pastagem de verão acaba e começa a pastagem de inverno. Vai levar de 60 a 90 dias para podermos amenizar esse problema. Vejam que 70% a 80% dos produtores não têm mais comida, não se prepararam, por falta de recursos.

Precisamos urgentemente que vocês nos ajudem a salvar as Prefeituras, a salvar o produtor que está no meio rural. Em algumas localidades do interior, nem mais o salão da comunidade abre, porque não há mais gente no interior. As terras estão abandonadas; as comunidades, empobrecidas. O asilo está no interior — só temos gente de idade.

Precisamos que vocês urgentemente nos ajudem a fazer com que consigamos montar algumas patrulhas agrícolas para salvar o produtor e guardar alimentos no momento em que existem. Eu, em 4 anos e 4 meses como Prefeito, já decretei 6 situações de emergência, 4 por estiagem e 2 por granizo.

Isso faz com que tenhamos que ter patrulhas agrícolas eficientes, temos que guardar comida, no inverno e no verão, para poder amenizar esse problema, principalmente no caso da bacia leiteira.

Ajudem a comunidade, ajudem os nossos municípios e ajudem o nosso Estado, porque a situação está cada vez pior, e isso nos preocupa muito.

Em nome da AMAU, registramos essa preocupação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, meu companheiro, Prefeito Neri Montepó, Presidente da AMAU.

Registro a presença de Lírio Zarichta, que é da regional da EMATER Norte; de Maria Bazzan, da Associação dos Pescadores do Alto Uruguai; do Secretário da Agricultura de Barracão, que aqui representa o Prefeito Rogério Dutra; de representantes da Associação dos Aposentados de Passo Fundo, que vieram em 3 ônibus; de Natalino Padilha e de João Garcia, Presidente do Sindicato dos Ferroviários.

Uma salva de palmas para os nossos aposentados de Passo Fundo que vieram para cá junto com os de Erechim. (*Palmas.*)

Registro ainda a presença do Prefeito de Charrua, Franklin, que está junto com o Presidente da Câmara, Giacometti.

Com a palavra o Major Chiocheta, da Defesa Civil do Estado, que pediu para trazer algumas informações sobre a defesa civil no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. AURIVAN CHIOCHETA - Obrigado, Presidente.

Inicialmente gostaria de enviar um caloroso abraço a todos os senhores e senhoras que nos ouvem. Saúdo os integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Marco Maia e dos outros Deputados Federais, o Deputado Pavan, os Deputados Estaduais presentes. Saúdo também o Coronel D'Avila, que aqui representa a Defesa Civil nacional, acompanhando os Parlamentares que vieram de Brasília para, junto com as senhoras e senhores, debater os aspectos que envolvem questão crucial do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer também a todos os Parlamentares presentes, já saudados e referidos muitas vezes — serei breve, não vou repetir o nome de todos —, que é muito louvável que o Parlamento federal, junto com o Parlamento estadual, venha à nossa região, à nossa querida e amada Erechim — uma saudação especial ao Prefeito Polis, nosso anfitrião —, para debater os aspectos que envolvem a estiagem.

Senhoras e senhores, vou fazer um chamamento a todos. Por muitos e muitos anos, estamos enfrentando a estiagem. Nós que aqui representamos a Defesa Civil estadual, quando o Estado decreta emergência, vamos a campo e vistoriamos as comunidades e propriedades e sentimos na pele o que efetivamente acontece, presenciamos o drama que cada família passa no interior. Temos certeza, Srs. Deputados, de que hoje o nosso cenário já é outro. O cenário do Estado do Rio Grande do Sul já passa de um de estiagem para outro de seca.

Esse chamamento eu faço porque significa uma demonstração às autoridades constituídas de que o nosso cenário é efetivamente preocupante de maneira permanente. Nós gaúchos temos por hábito enfrentarmos os problemas, as adversidades de maneira pontual. Superadas, esquecemos o que passou.

Faço um apelo aos vários Prefeitos dessa maravilhosa região e também aos de fora daqui. Nas Prefeituras Municipais existe a Coordenaria Municipal de Defesa Civil — COMDEC, um ente constituído legalmente que atua e age. Srs. Prefeitos, Sras. Prefeitas, essa

coordenadoria tem que trabalhar, tem que fazer o seu papel. O nosso papel de defesa civil não deve ser cumprido somente quando acontecem os eventos adversos, mas também quando ocorrem os períodos de bonança. Nesses períodos temos que nos preparar para a adversidade.

É justamente esse chamamento que estamos fazendo. As políticas aqui apresentadas pelas entidades de classe, as políticas aqui debatidas, que certamente serão carreadas ao Parlamento federal, ao Parlamento estadual, todas estão sendo colocadas. A nossa missão é concitá-los a entender que temos de conviver com a escassez, com a seca. E conviver com a seca é mudar nossa cultura de ver o problema, de enfrentar o problema. É isso que está nos faltando, senhoras e senhores.

Já passamos do período de rezar a Deus e acender uma vela a São Pedro. Já passamos desse período. Temos que fazer como faz o Nordeste. O que o Nordeste faz com a seca? Eles convivem com a seca. O que nós fazemos com a estiagem? Nós rezamos para que chova. Errado! Parlamentares federais estão aqui justamente para encaminhar as propostas e nos inserirem, Coronel D'Ávila, em políticas permanentes do Governo Federal — permanentes —, para que enfrentemos a seca.

Senhoras e senhores, há quanto tempo não chove aqui? Já estamos em seca. Esse é um apontamento doutrinário na seara da defesa civil. Vai esse apelo. Nós temos elemento até mesmo doutrinário que nos habilita a verificar esse enquadramento jurídico possível, com certeza, para que também venhamos a ser contemplados até mesmo com um aporte de recursos federais e estaduais, como já está havendo, no sentido de colaborar, de contribuir de maneira permanente para que o agricultor tenha cisterna, tenha condições de realmente produzir e viver no meio rural.

Então, esse é o apelo que eu faço. É um apelo muito veemente, que demonstra que estamos em um período muito preocupante. Nem os mais avançados estudiosos imaginavam que os reflexos da mudança climática viriam tão rápidos como vieram. Eles chegaram a nossas portas muito antes do que nós próprios imaginávamos.

Srs. Parlamentares, nós temos que conhecer o Nordeste. O Nordeste o Coronel D'Ávila conhece muito bem. Nós não conhecemos. Temos que conhecer o Nordeste. Lá estão as políticas efetivas de auxílio. Nós temos que conhecer *in loco* o que eles fazem de bom — há muita coisa boa no Nordeste —, para, sim, aplicarmos no solo gaúcho também. Isso não significa que aqui vai virar o Nordeste. Muitas coisas boas que eles fazem lá nós, com certeza, teremos condições de implementar aqui em nosso solo pátrio.

Esse é o nosso apelo, é o nosso chamamento para que vocês entendam que o momento é crítico e que precisa de medidas importantes, até mesmo de uma mudança cultural nossa, dos cidadãos gaúchos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Major.

Passarei a palavra ao Deputado Busato, que vai sair daqui e irá a Lagoa Vermelha, onde tem um encontro com membros do seu partido, às 19h.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Boa tarde a todos.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Prefeito desta cidade a forma como nos recebeu.

Cumprimento o Deputado Pavan, o Deputado Sossella, bem como os Deputados Federais que estão nesta caravana.

Hoje pela manhã estive em Erval Seco. Agora à tarde estou aqui, em Erechim. Não sou um Deputado conhecedor das causas do campo, Deputado Pavan; não tenho o conhecimento e a experiência que o Deputado Covatti tem da região; não tenho a experiência que o Deputado Afonso Hamm tem na parte da agricultura. O Deputado Marco Maia trabalha muito por essa região. O Deputado Perondi também conhece Ijuí, sua região. Eu sou da Região Metropolitana de Porto Alegre. Eu sou arquiteto, entendo muito de infraestrutura urbana, entendo de verbas para turismo. Mas eu, nesta manhã, em Erval Seco e, agora à tarde, aqui, aprendi muito a respeito das coisas do campo. Aprendi que temos de ter aqui medidas emergenciais e que de nada adianta, meu amigo Chiocheta e Coronel D'Ávila, decretarmos emergência para cidades e demorarmos 3, 4, 5, 6 meses para liberar o dinheiro.

Lembro-me bem de que, quando era coordenador da bancada gaúcha, contando com o trabalho do Deputado Covatti e de todos os Deputados aqui, como o do Deputado Pauletti, conseguimos liberar 30 milhões para a cidade de Pelotas e toda a sua região, em função das cheias. Pois os 30 milhões ainda estão chegando, agora, e já há cidades com estiagem.

São situações emergenciais, Major Chiocheta, que temos de trabalhar. Temos que trabalhar em situações de médio prazo, como a questão das anistias, da suspensão das dívidas, que chegam a 4,5 bilhões, aqui na região, crédito de manutenção para as famílias, etc. Não vou aqui, com o perdão da frase, chover no molhado — essa frase nem deveria ser usada. Vocês conhecem bem os problemas da região. Mas nós temos, sim, e aí apoio o Chiocheta, que adotar também medidas a longo prazo.

Não sou um Deputado das lidas rurais, mas estou me integrando nesta Comissão para ajudar o campo. Os Deputados que conhecem a situação já trabalham por isso há muito tempo, mas é importante que os Deputados que não entendem do campo estejam aqui para aprender e trabalhar para vocês também nessas causas. É nesse sentido que eu me disponho a estar aqui.

Venho aqui e integro esta Comissão a pedido do meu amigo Deputado Iradir Pietroski, meu companheiro nesta região. Aqui vejo vários Prefeitos que chegam a Brasília por indicação do Deputado Pietroski; de lá eu indico recursos para esta região. Tenho indicado mais de 2 milhões e 300 mil reais em emendas para vários Prefeitos que aqui conheço.

Peço desculpas aos senhores, porque tenho que estar em Lagoa Vermelha às 19h, mas não poderia deixar de dar este recado: estou aqui para ajudá-los e integrar esta luta para melhorar as questões do campo.

Encerro citando uma frase que ouvi em Erval Seco, de que gostei muito, do Marcon. Ele diz o seguinte: *“Quando a cidade está destruída, o campo a construirá, mas, quando o campo está destruído, a cidade morrerá”*.

Muito obrigado.

Um grande abraço a todos.

Peço desculpas por ter de me retirar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Deputado Busato. Boa viagem até Lagoa Vermelha. Foi o Bogaski que disse essa frase lá. Mas o Marcon a referendou. *(Risos.)* Essa é uma frase de Roosevelt que vem de um ditado anterior ainda.

Registro a presença do Sr. Américo Aloisio Rorig, Vice-Prefeito de Faxinalzinho, que está acompanhado de uma delegação de Secretários.

Concedo a palavra ao nosso Deputado Ivar Pavan, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. IVAR PAVAN - Boa tarde a todos.

Quero saudar o Deputado Marco Maia, que preside esta Comissão, e, por seu intermédio, os demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Deputado Ivar, antes que V.Exa. comece a saudar todos — conhecemos todos aqui —, comunico-lhe que vai começar a fase de manifestação dos Deputados. Vamos estabelecer prazo de 3 minutinhos para cada Deputado, *o.k.?*

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado tem 3 minutos e meio.

O SR. IVAR PAVAN - Três minutos e meio. Está bem. Fiquei honrado aqui com a disputa dos Deputados Federais para definir quem me levava primeiro o microfone. *(Risos.)*

Quero, depois de saudar todos, dizer o seguinte: não vou falar dos problemas da seca porque todos nós, os da Mesa e os que estão ali, só respiramos seca nos últimos 20 ou 30 dias. Vou falar um pouco das alternativas que temos que buscar. Parece-me que é um tema importante. Mas é importante destacar esse trabalho que a Câmara dos Deputados veio fazer aqui. Veio visitar a região, ouvir a manifestação das pessoas, conhecer de perto a situação.

Tenho a impressão de que todos os dados já estão nas mãos dos Governos Federal e Estadual. A Via Campesina, a FETRAF, a FETAG, não sei se a FARSUL, as entidades já entregaram os dados aos Governos. Tenho a impressão de que nem o Governo do Estado, nem o Governo Federal se deram conta do tamanho do estrago que provocou esta seca. Vi o anúncio do Governo do Estado — 40% das sementes, gente, e 4 milhões, sem uma audiência pública na Assembleia, semana passada! Quatro milhões para socorrer. Isso é para um município. E o Governo Federal ainda não disse nada.

Diante disso, na quarta-feira passada nós fizemos uma reunião. Já começaram a pedir unidade aqui: Picoli, Via Campesina, os dois, um em cada ponta aqui. Fizemos uma reunião na Assembleia com a FARSUL, com a FETAG, com a Via Campesina, com a FETRAF, a OCERGS, a FECOERGS. Todos estavam lá. Depois de termos feito audiência pública, reunião

no interior, entregado os documentos para os Governos, pediram: *“Vamos chamar o Governo aqui para a Assembleia para ver se ele nos atende”*.

Ontem à tarde, eu liguei para o Ministro Guilherme Cassel, do MDA: *“Ministro, precisamos que o Governo Federal venha para cá para dizer o que vai fazer”*. E ele disse: *“Olhe, não posso ir, porque quarta ou quinta-feira o Governo Federal vai anunciar um pacote de medidas de socorro relacionadas à seca”*. Está bom. Vamos aguardar, então. Na quarta ou quinta-feira, que venha o anúncio das medidas atendendo os pedidos dos movimentos que foram para a rua, dos Deputados, dos Prefeitos, de centenas. E ele me disse: *“Eu já recebi dezenas de comitivas que vêm aqui fazer pedido com relação à seca. Então, estamos elaborando uma proposta. Vamos responder na quarta ou na quinta-feira”*.

Liguei, da mesma forma, para o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira. Coincidentemente, ele disse: *“Deputado, estou sobrevoando a região alagada”*. O problema também é este: nós aqui estamos virando pó, e outros, lá no Norte, estão virando sapo. Falta água aqui e sobra lá.

Então, nós íamos fazer isso na semana que vem. Desmarcamos porque vamos aguardar o anúncio. Honestamente, vamos aguardar o anúncio do Governo Federal, mas, se as medidas tiverem o mesmo conteúdo das do Governo do Estado, veremos que os Governos não se deram conta da importância que tem o investimento para socorrer os agricultores e esta região toda.

Se o mundo investiu trilhões para socorrer meia dúzia de banqueiros que faliram, tem que ter consciência da necessidade de investir dinheiro para produzir alimentos neste País.

A Assembleia tem um espaço que se chama Fórum Democrático. Do Fórum Democrático participam Prefeitos, via FAMURS, as universidades, por meio de suas representações, participam as entidades empresariais, as sindicais, os COREDs. É o fórum que articula a relação da Assembleia com a sociedade. Neste ano elegemos 3 prioridades, não necessariamente nesta ordem: transporte, considerando-se pedágio, ônibus, asfalto; discussão do orçamento; discussão do problema da seca. Nós precisamos agora, primeiro, resolver o problema emergencial, que é água, comida para as vacas, para os porcos. Trata-se de resolver o problema do pânico que está em toda esta região.

Enquanto a Comissão estava em Erval Seco, eu estava em Tenente Portela com os suinocultores da região, hoje de manhã, discutindo o mesmo problema daqui. É o mesmo problema de Erval Seco. Estávamos lá em Tenente Portela. Volto hoje à noite para Frederico e percorro outros municípios daquela região.

Nós da Assembleia vamos percorrer todas as regiões do Estado, quando a chuva vier, para discutir como é que vamos nos preparar para a próxima seca, porque, dizem os estudiosos, vamos ter que aprender a conviver com ela. Mas conviver com ela não é se sujeitar a ela. E não dá para pensarmos uma política de armazenagem de água na televisão. Tem que se armazenar água lá na propriedade do agricultor.

Nós precisamos estabelecer uma política de reequilíbrio ambiental, e isso só será possível se não repassarmos a conta só para o agricultor. Tem que ter muito dinheiro público

investido, dos Governos Municipais, que já estão fazendo, do Governo Estadual e do Governo Federal, que ainda não estão fazendo. Vamos ter que buscar um dinheiro para as próximas 3 ou 4 décadas, um dinheiro que seja investido permanentemente para garantir o reequilíbrio ambiental e compensar aqueles que estão preservando. Refiro-me a um fundo para compensação ambiental. Quem desequilibrou o meio ambiente não foram só os responsáveis pelo desmatamento. Os bilhões de litros de combustíveis que se queimam todos os anos são tão danosos e desequilibram tanto ou mais do que o próprio desmatamento. Então, a área urbana vai ter que ajudar a pagar essa conta do equilíbrio ambiental aqui.

Um seguro-renda para os agricultores. Ou os Governos pensam dessa forma, ou, se deixarem para o mercado resolver, o mercado resolve, e daqui a 2 décadas não vai haver mais problemas para os agricultores, porque não haverá mais juventude no campo, não haverá mais sucessor para o agricultor familiar. Os agricultores se aposentam, vão embora, e ficarão só os grandes proprietários. Aí o Governo vai buscar alimentos nas grandes fazendas. O mercado já provou que não resolve esses problemas. Ou os Governos decidem assumir esse problema — eu sou parceiro nesta luta —, ou não se resolvem os problemas. É com isso que nós vamos trabalhar neste próximo período aqui.

Não basta dar pau no Governo Federal. Vamos cobrar também da Governadora. Fazer anúncio de 40% das sementes não é reconhecer a seca no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Ivar Pavan, Presidente da Assembleia Legislativa.

Passo a palavra ao Deputado Vilson Covatti.

O SR. DEPUTADO VILSON COVATTI - Bom, eu quero ser breve, até porque o Presidente tem que voltar, e às 17h30min ele tem que sair daqui para o aeroporto, porque 18h é o horário máximo para que o avião decole, e ele tem mais compromissos em Porto Alegre.

Eu permaneço aqui na região. Eu entendo que o que vale de tudo isso, além de nós ouvirmos cada entidade — o bom seria ouvir cada um dos senhores agricultores que estão sofrendo —, é percebermos a unidade de todos, a convergência das entidades na busca de solução.

A Comissão Externa da Câmara, presidida Deputado Marco Maia, providenciará a degrevação da fita. Nós levaremos para o Congresso Nacional, para as autoridades competentes, já nesta semana, a situação real por que passa esta região do Brasil, do Rio Grande do Sul.

Nós estamos percorrendo a região, juntamente com os Deputados Perondi, Afonso Hamm, Pauletti, Busato, entre outros Deputados. O Governo do Estado estava em Três Passos agora ao meio-dia. Anunciou também um rebate total, de 100%, da Safrinha e 40% da safra no Troca-Troca. Medida emergencial também foi pedida lá: não se perfurem poços sem se estabelecer a água, o encanamento, a rede. Que se faça uma política como a do Presidente Lula no caso da energia elétrica, do Luz Para Todos. Que seja então água para todos. E que nós possamos fundamentalmente — estou resumindo, porque são muitos os assuntos que nos

passam pela cabeça neste momento — usar de maneira mais flexibilizada os recursos subterrâneos.

Deputado Pavan, Presidente da Assembleia, tu foste meu Vice-Presidente na Comissão do Aquífero Guarani, auxiliado pela URI, a Universidade Regional Integrada. É a maior riqueza de água potável subterrânea. No entanto, não temos condições técnicas para ir até lá. E existe aí uma questão de reserva econômica que está errada, meu Presidente Marco Maia. Estão burocratizando para que nós não possamos usar, para termos que pagar, como estamos pagando a água da CORSAN aqui. Na verdade, a CORSAN leva 1 milhão, 2 milhões de Erechim, e não investe em Erechim. Ora, é preciso haver a compensação, meus Presidentes.

Então, quero dizer que a mobilização é tudo. Vamos continuar mobilizados, porque vem aí a questão da reserva legal, e os senhores sabem que a nossa região, principalmente o minifúndio, será enormemente atingida.

Sou coordenador de agricultura familiar numa comissão da Câmara e do Senado. Nós precisamos estar juntos com as entidades, debatendo esse assunto, porque se agrava a crise financeira, agrava-se a seca, e vem aí o agravamento também das PPAs, da reserva legal, desse decreto que está aí para ser implementado.

Encerro para dar condições aos meus colegas de também apresentarem seu ponto de vista e não prejudicar a saída do nosso Presidente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, companheiro Deputado Covatti.

Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O tempo corre. Se não ficar atento, nosso Presidente não levanta voo.

Boa tarde a todos os senhores e senhoras, jovens mulheres e homens do campo. Quero dar-lhes um grande abraço neste tempo de sofrimento. Eu sou médico e, eventualmente, Deputado, e não sei se eu conseguiria ser agricultor. Vocês deitam e levantam olhando para o céu: ou muita chuva, ou nada de chuva. Um grande abraço a todos vocês.

Um grande abraço a todos os aposentados. Eu estou fechado com os 3 projetos do Paim. *(Palmas.)*

Eu ouvi nesta Mesa a palavra unidade. Veio lá MPA, Via Campesina, FETRAF, FETAG: unidade. Unidade dos partidos aqui. Nós estamos juntos, acima de partidos. Essa é que tem de ser a luta forte para nós conseguirmos os recursos de imediato. Há um grande projeto de cisternas e coisas estruturais para o futuro, mas de imediato é a unidade, que o nosso querido Deputado Marco Maia trouxe quando formou a Comissão Externa. A unidade de todos, juntos, abraçados. Eu não gosto de fechar rua, de fechar estradas, mas há gente aqui do meu lado que é doutor nessa questão. Se for preciso fazer isso, que se faça.

Ouvi aqui que não chegou lá em Brasília a verdadeira crise pela qual vocês estão passando. Agora vai chegar, pelo nosso intermédio. Mas é preciso muito mais. Aí é a unidade,

todos juntos, mobilização; até parar, se for preciso. Independente de partido. Não se trata de partidarizar.

Desde hoje de manhã estou vendo que ninguém está partidarizando essa luta, que é de todos. Se a Governadora deu 40% da safra, ela tem de dar os 100%, sim. E nós vamos para cima dela já na segunda-feira. Quem está mais próximo dela... E vocês com a mobilização. Ela deu rebate total para a Safrinha, mas tem de fazer o mesmo para a safra grande. Tem de participar.

Lá em Brasília, recursos existem, não vou me repetir. Graças à gestão segura de Henrique Meirelles, Dilma Rousseff, comandada por Lula. O Governo tem muitas reservas, Lula é generoso, mas temos que nos mobilizar.

Eu já coloquei 2 mil pessoas à noite, no Palácio do Planalto, para liberar 2 bilhões para o SUS do Brasil inteiro. De noite! Tive sorte, porque naquele dia Lula estava em Brasília. É pressão! É pressão, pressão, pressão para tirar essa renda mensal de 6 meses ou de 1 ano e esse subsídio. Recursos há, no Estado tem, em Brasília tem bastante. Somos nós todos, juntos. Eu estou junto e vou mobilizar, sim.

Para fechar, uma pequena explicação por dever de justiça e de informação, Covatti: a CORSAN pode arrecadar 1 milhão ou mais em Erechim. Há pequenos municípios ao redor. O lucro de Erechim ajuda municípios pequenos, da CORSAN, a não darem prejuízo. Isso se chama ajuda cruzada.

Agora, eu sou parceiro, Prefeito. Eu sou parceiro, Prefeito Paulo, que foi a outra reunião, para que haja investimentos imediatos do PAC ou da CORSAN na barragem, mas o subsídio cruzado é fundamental — os municípios grandes ajudarem os pequenos da CORSAN.

Pessoal: unidade, união, todos juntos. Nós vamos vencer e, acima de tudo, manter sentimento que, para mim, é o maior de todos, maior que o do amor: o sentimento da esperança. Esperança, esperança, esperança em que nós vamos vencer.

Um abraço.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Perondi.

Passo imediatamente a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, boa-tarde a todos.

Nosso tempo é curto, mas nós estamos aqui fazendo o nosso papel. Eu gostei muito, porque eu estava angustiado, Deputado Marco Maia, quando a cada dia mais municípios entravam em situação de emergência. Só os municípios falavam, e eu não via nenhum gesto — além da Defesa Civil, é claro, de quem é a competência — político, com profundidade, de preocupação profunda nas 2 instâncias: Governo Estadual e Governo Federal.

Quando conversei com o Deputado Marco Maia, S.Exa. nos falou da iniciativa. Porque eu já havia pensado em percorrer, como estou percorrendo, os municípios. Mas nós precisávamos fazer uma ação efetiva, uma ação que pudesse sensibilizar o Governo e dizer em todas as instâncias do sofrimento que vocês e nós estamos passando.

Fiz um discurso no plenário, na terça-feira, que já está até ultrapassado. Aqui se fala em 165 municípios em situação de emergência, mas hoje já ultrapassam 200. Nesta semana, mais de 50% do Rio Grande do Sul se encontra nessa calamidade. Nós fizemos esse voo e vimos de cima a situação em que se encontra o Rio Grande do Sul e a situação de vocês, como produtores.

Eu sou um produtor e, como produtor, como agricultor e como engenheiro agrônomo na EMATER, cheguei a Deputado Federal. Nós estamos aqui numa missão de absoluta responsabilidade. Vou dar um exemplo. Quando houve a enchente em janeiro, em Pelotas, na zona sul, eu tomei a iniciativa de liderar o movimento, e conseguimos, com ajuda da Defesa Civil, com os projetos, com competência, com organização, aliviar o sofrimento com 30 milhões.

Deputado Perondi, Deputado Covatti, Deputado Busato, que nos acompanham, nós, que estamos aqui, fizemos a opção de ouvi-los e de fazer eco em Brasília, no Governo do Estado e nas instâncias em que for necessário. Porque é absurdo que neste País, neste momento, se financiem fábricas de automóveis. Neste momento se financiam fabricantes de geladeira e de eletrodomésticos com isenção de IPI. É bom para todos. Mas, por quê, de forma definitiva, não se financia, não se dá suporte para quem está sofrendo na dimensão que a agricultura está sofrendo neste momento? *(Palmas.)*

E tenho essa responsabilidade de agricultor. Podia falar aqui, do meu lado, o Prefeito Neri Montepó, que eu conheço. Talvez poucos saibam, mas estou como Deputado Federal porque o norte do Estado me deu 1 terço dos meus votos, mais de 24 mil votos. E a forma de retribuir é trabalhar, trabalhar como Prefeito de Jacutinga e como qualquer um dos Prefeitos, como Farina, de Barão. E, se eu olhar, vou identificar uma a uma das lideranças que estão aqui e das entidades de classe que estão aqui representadas, FARSUL, FETAG, FETRAF, MPA, de todos os movimentos — desculpe, não pude citar todos, mas estão todos.

Será que o Governo do Estado não vai ser sensível? Será que o Governo Federal está surdo e não vai dar-nos sustentação? Eu acredito que dá sim. E é por isso nós viemos aqui. Por isso, Presidente Marco Maia, meus colegas Deputados, acreditamos na força de quem produz alimentos, que — pararam de dizer — estão escassos e em falta e vão faltar muito mais se nós abandonarmos o campo. Estamos em defesa de quem produz, estamos em defesa do Rio Grande e estamos em defesa de quem merece essa sustentação.

Contem conosco, vamos levar adiante, vamos tirar sim os recursos.

Para finalizar, sou Relator de projeto importantíssimo, que cria o Plano Nacional de Irrigação, de sustentação para uma política definitiva, junto com os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, no Ministério da Integração Nacional. É uma política definitiva, acumular água, reservar água e fazer agricultura com tecnologia, porque isso nós soubemos fazer. Mas há muita conversa e pouca ação. Já há ações como a questão da safrinha, mas tem que fazer muito mais. O drama de todos nós é um drama que só vocês podem contar.

Muito obrigado. Contem conosco, e é a grande oportunidade que nós temos aqui para reverter esse quadro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Afonso Hamm.

Passo a palavra para o último orador inscrito, o Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa. Para ganhar tempo, não vou citar todas essas figuras importantes que estão aqui, nem todos os Prefeitos.

Eu sou professor. Eu sou professor rural. Professor que conviveu há 40 anos com os pequenos proprietários. Professor do ensino rural. Fiz minha vida, iniciada em Três Passos, no interior. Portanto, conheço os problemas dos pequenos proprietários.

Eu gostaria de dizer — e não vou fazer um discurso inflamado porque esse não é o meu jeito — que uma seca é muito pior que uma enchente. Uma enchente destroi uma safra e alguns bens materiais. A seca destroi o ânimo, a esperança e muitas safras. E o déficit de água no solo vem acumulando-se há muitos anos. Não vai ser com uma chuva que nós vamos resolver o problema das águas. Vai ser com muita chuva. E esperamos que chova logo.

Quando eu era criança, ainda estava morando em Caxias, o problema da água na cidade era muito grave, e o Prefeito — era o Triches, que depois foi Governador de Estado — disse: a minha meta é chuva para Caxias, água para Caxias. E caiu uma chuva abundante. Eu esperei que hoje chovesse aqui também.

Eu não vou falar dos problemas aqui muito bem levantados pelos oradores. Eu vou falar de problema que é um pouco mais profundo, no meu entender. O problema da agricultura do Brasil é que não existem políticas públicas para ela. Não existem. Existe alguma política pública para a produção de *commodities*, mas não existe nenhuma política pública para a pequena propriedade. Se não existem políticas públicas, quando se escolhem — e aqui faço uma ressalva à EMATER, que faz um bom trabalho na agricultura familiar — os Ministros da área, quando se escolhe o Secretário, escolhem-se pessoas bem-intencionadas visando às *commodities*, às grandes culturas, às culturas empresariais, de que nós precisamos. Elas têm nosso apoio, mas não há políticas, não entendem de políticas públicas para a pequena propriedade. O Brasil não sabe o que é pequena propriedade. Lula não sabe o que é agricultura familiar.

Os grandes pesquisadores pesquisam produtos para a grande produção. E esse é um dos problemas. Quem está pesquisando o que é melhor produzir numa pequena propriedade? Disse-me aqui o coordenador da FETAG: *“Vamos plantar o quê, se não dá para plantar feijão? Se não dá para plantar milho, vamos plantar o quê?”* No resto, na minha região, a uva a 10 centavos o quilo, uma cultura permanente. Não há um programa de radicação para a agricultura. Isso é uma política. Se não dá um produto, tem que apresentar soluções para plantar outra coisa.

Não há a política do seguro, que outros Estados têm. O Estado de São Paulo paga o prêmio do seguro, mas é o Estado, não é uma política nacional. Enfim, não existem, portanto, políticas públicas. Estou vendo lá uma faixa. Nós temos um maravilhoso Estatuto do Idoso, um belíssimo estatuto, de exemplo internacional, só que o segmento mais desprotegido deste País

é o do idoso. Está se decretando a morte do idoso aos 70 anos. *(Palmas.)* Não é mais possível! Então, não adianta ter boas leis se não há estatuto e não há política pública.

Agora, estamos votando aquilo que pode salvar o aposentado e o idoso, que é o fator previdenciário, Deputado Maia. Tem que cair o fator previdenciário. Tem que dar sustentação aos agricultores aposentados, para que continuem, para que tenham qualidade de vida, para que os jovens permaneçam. Tem que pesquisar aquilo que se trata. Voltando para a agricultura, falando do problema da irrigação, do problema dos pivôs, do problema das sementes melhores. Tem que haver um programa de radicação de cultura pago pelo Governo. Deixem de plantar uva e vão plantar outra coisa. O Governo tem que dizer: vão plantar alho. E dessa política vai dizer: não pode importar alho na época da safra.

Então, há tantas políticas públicas. É disto que nós precisamos, meus caros Deputados: trabalhar para conseguir políticas públicas, para que, todos os anos, não tenhamos que pedir bexiga aos bancos, que são os maiores exploradores, inclusive o Banco do Brasil, os outros bancos e a Caixa Federal também, que exploram, que vivem à custa dos pequenos proprietários, que tiram o couro do povo. E o idoso não tem mais direito. Quando tiver 60 anos, 65 anos, ele tem 5 anos de empréstimo. Porque, aos 70 anos aqui, neste Brasil, o aposentado, o velho é um estorvo. Para o Governo parece que é melhor que os idosos morram. É com essa política que nós temos que acabar.

Primeiro, políticas públicas para a agricultura familiar. Segundo, condições de vida para que se permaneça no interior. E é nesse sentido que, quando eu era Reitor, eu criei 2 núcleos de jovens, para prepará-los para a radicação de cultura naquela região. E eu gostaria de fazer lá, na nossa região de Três Passos, onde vi começar a cultura da soja e as outras culturas, como a do feijão, e a criação de suínos. Eu estou aí para trabalhar, fazendo aquilo que eu posso, humildemente como um Deputado que não vê, não tem outra ambição a não ser fazer um bom trabalho.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Professor Ruy Pauletti.

Para concluir, vou passar a palavra ao companheiro Eloir, que vai entregar de forma oficial as reivindicações escritas e planejadas pelas entidades, prefeituras e associações da região.

O SR. ELOIR GRISELI - Muito bem. Eu só quero dizer que é bom que os Deputados que estão aqui saibam que o agricultor, quando perde a produção, perde o salário. Ele perde o salário do ano inteiro.

Quando nós tivermos uma seca de 6 meses, eu quero sugerir aos Deputados Federais a questão da emenda de bancada. É uma sugestão, porque aí podem vir os recursos. Isso é mais para a frente, isso não é urgente, mas olhando para a frente também vêm alguns recursos.

Aqui várias questões foram levantadas, demandas qualificadas que os municípios da região da AMAU, as Secretarias de Agricultura fizeram: demandas qualificadas de água, de

maquinários, de equipamentos necessários. São coisas urgentes, não são coisas para daqui a 3 meses.

Quero fazer a entrega oficial para o Presidente e os Deputados. *(Palmas.)* E nós vamos ter que fazer a liberação imediata disso. Aqui está a questão de projetos que estão inclusive cadastrados no SINCOV e precisam ser liberados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Eloir.

Há uma comissão de aposentados que quer entregar-nos também um documento. Nós vamos aproveitar oficialmente aqui para receber.

O SR. NATALINO JOSÉ RIBEIRO PADILHA - É um documento da Associação dos Aposentados de Passo Fundo. Estamos entregando documento a respeito dos projetos do Senador Paulo Paim. Inclusive tem os metalúrgicos e o veto do Presidente Lula no dia 13. Nós queremos que os Deputados deem uma mão e derrubem o veto do Presidente, que são aqueles 16. São os 11,67.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Está bom. Muito obrigado.

Feito isso, deixando nosso compromisso com os aposentados brasileiros, eu agradeço a presença aos senhores e às senhoras, e temos a certeza de que todas as exposições feitas aqui ajudarão esta Comissão Externa a encaminhar soluções para o drama que hoje vivem nossos irmãos com a estiagem.

Agradeço aos Parlamentares presentes e às demais autoridades, às pessoas que acompanharam esta reunião.

E, nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes anunciando que teremos, na semana que vem, em Brasília, reuniões com os Ministros, para discutir o tema da estiagem.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta reunião. *(Palmas.)*

6.3. Notas taquigráficas da audiência pública na Câmara dos Deputados

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0930/09	DATA: 24/06/2009
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 18h21min	DURAÇÃO: 03h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h34min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA INEZ RESENDE CUNHA – Assessora do Departamento de Articulação e Gestão da

Secretaria Nacional de Defesa Civil.
 EGON KRAKHECKE – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.
 ROGÉRIO ORTIZ PORTO – Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul.
 MARY CÉLIA GUIRADO – Assessora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.
 DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Gerente de Conservação de Água e Solo da Agência Nacional de Águas – ANA.
 DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY – Pesquisadora da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS.
 JOSÉ CARLOS ZUKOWSKI – Coordenador-Geral do Seguro da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
 VITOR KOCHHANN REISDORFER – Professor da Universidade Regional Integrada – URI.
 CARLOS ANTONIO LOPES – Representante da Universidade Regional Integrada – URI.
 JOEHL GHISO – Vice-Presidente da FAMURS e Prefeito do Município de Mariana Pimentel.
 MOACIR VAZ DE SOUSA – Representante da EMBRAPA.
 SEBASTIÃO CARNEIRO – Assessor Parlamentar da Agência Nacional de Águas – ANA.
 LUCIANO MARCOS DE CARVALHO – Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

SUMÁRIO: Elaboração de políticas públicas permanentes que visem a mitigar os efeitos da seca no Estado do Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
 Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública.

Boa tarde a todos. É uma satisfação tê-los aqui conosco.

Esta audiência pública foi aprovada por requerimento deste Deputado, com as sugestões oferecidas pelo Deputado Luis Carlos Heinze, com o objetivo de se elaborar políticas públicas permanentes que visem a mitigar os efeitos da seca no Estado do Rio Grande do Sul.

Temos na Câmara dos Deputados uma Comissão Externa que está debatendo o tema da seca e da estiagem no Estado do Rio Grande do Sul, que já realizou diligências ao Estado, verificando *in loco* a situação da seca. Ao mesmo tempo, depois da visita feita ao Estado do Rio Grande do Sul, realizamos, aqui em Brasília, um conjunto de audiências e reuniões com os Ministérios, para tratar do tema da seca e da estiagem, o que acabou proporcionando ao Governo Federal a possibilidade de apresentar um conjunto de ações relacionadas principalmente ao tema da seca e da estiagem no Rio Grande do Sul e aos temas emergenciais.

Tivemos a renegociação das dívidas dos agricultores, o abatimento dessas dívidas, com critérios utilizados pelos Ministérios para cada caso específico de financiamento feito pelos agricultores. Houve a liberação de 40 milhões de reais para os municípios, feita diretamente pelo Ministério da Integração Nacional. Enfim, tivemos um conjunto de ações e medidas apresentadas pelo Governo Federal .

A intenção desta audiência pública não é a de tratar única e exclusivamente das medidas que já foram tomadas de forma emergencial, mas poderemos ouvir as nossas autoridades na área do meio ambiente, na área da seca, para, a partir disso, poder ir pensando, elaborando ações para o futuro da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, relacionadas ao tema da estiagem, da seca, tema que tem sido muito caro ao Estado como um todo.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença nesta reunião do Secretário Rogério Ortiz Porto, da Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água no Estado do Rio Grande do Sul.

A seca no Estado do Rio Grande do Sul vem há vários anos comprometendo de forma alarmante a economia estadual. Se pensarmos que a cada ano temos uma perda de no mínimo 20% da lavoura plantada no Estado do Rio Grande do Sul, isso nos dá conta de que a cada 5 anos perdemos 1 ano da lavoura plantada, da produção dos nossos agricultores, o que causa impactos diretos na economia, na sustentabilidade dos municípios.

Por isso é que estamos nesse esforço concentrado na Câmara dos Deputados, visando acumular informações e, a partir daí, poder produzir ações que possam concretamente redimensionar, retribuir a cultura, a produção, a organização da economia no Estado do Rio Grande do Sul. É com essa visão que nós resolvemos realizar esta audiência pública, para tratar e debater esse tema.

Nós convidamos para participar desta audiência pública um conjunto de autoridades representantes de secretarias e de programas que vêm sendo realizados, e o intuito é debater o tema da seca no Estado do Rio Grande do Sul.

Vou convidar nossas autoridades para tomarem assento à mesa. Não sei se haverá espaço para todos, mas vamos nos reorganizar.

Convido para compor a Mesa o Dr. Joehl Ghisio, Vice-Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul — FAMURS e Prefeito de Mariana Pimentel.

A FAMURS tem sido parceira no trabalho que temos realizado aqui nesta Casa. Joehl é o Vice-Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

Convido o Sr. José Alcides Fonseca (*Pausa.*) Ele não veio. Sofreu um acidente e não pôde estar aqui.

Convido o Sr. José Carlos Zukowski, Coordenador-Geral do Seguro da Agricultura Familiar — SEAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Está presente? (*Pausa.*)

Convido a Sra. Maria Inez Resende Cunha, Assessora do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil; a Sra. Mary Célia Guirado, Assessora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS; o Sr. Rogério Ortiz Porto, Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente — MMA; e o Sr. João Carlos Fagundes Machado, Secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul. Está presente? (*Pausa.*) Não.

Convido o Sr. Luciano Marcos de Carvalho, Técnico do Departamento de Economia Rural do Ministério da Agricultura — MAPA.

Temos representante da EMBRAPA presente? *(Pausa.)* Está lá.

Temos representante da EMATER do Rio Grande do Sul? *(Pausa.)* Não?

Por favor, passem o nome, para chamarmos a fim de registrar a presença.

Convido a Sra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, pesquisadora da UFRGS, do Estado do Rio Grande do Sul.

Registramos a presença conosco do Prof. Carlos Antonio Lopes, da Universidade Regional Integrada — URI, e também do Prof. Vitor Kochhann Reisdorfer, da Universidade Regional Integrada — URI.

Bom, a ideia é fazermos algumas considerações sobre os trabalhos, os estudos que já vêm sendo realizados nessa área. E vamos, então, imediatamente, iniciar.

Vamos conceder 15 minutos para as apresentações. Está de bom tamanho? Precisando de um pouquinho mais, não há problema.

Concedo a palavra ao Dr. José Carlos Zukowski, Coordenador-Geral do Seguro da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA. *(Pausa.)* S.Sa. não está presente.

Quero registrar ainda a presença do representante da Agência Nacional de Águas — ANA, o Engenheiro Devanir Garcia dos Santos. Nós já o chamaremos para compor a Mesa.

Então, vamos passar a palavra, imediatamente, à Sra. Maria Inez Resende Cunha. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA INEZ RESENDE CUNHA - Boa tarde aos técnicos e às autoridades aqui da Mesa.

Eu falo em nome do Ministério, especialmente, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, sobre essa questão hoje em debate acerca da estiagem, muito particularmente da situação do Rio Grande do Sul.

Antes, porém, caberiam aqui algumas considerações muito rápidas sobre certos aspectos a considerar de uma política pública de defesa civil, voltado para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Um momento, por favor. Vamos organizar melhor. Peço às pessoas que estão aí atrás que se sentem aqui mais à frente para ouvirem a explanação da Dr. Maria Inez. Os senhores sabem que aqui na Câmara dos Deputados realizamos “poucas” audiências públicas. Por isso, acontecem essas coisas. Deve haver umas 30 audiências públicas por dia.

A SRA. MARIA INEZ RESENDE CUNHA - Para ser breve, vou colocar aqui alguns aspectos para discutirmos política pública de defesa civil. Vamos analisar as diretrizes para o enfrentamento da estiagem e questões relacionadas ao plano preventivo e plano de contingência.

Vamos mostrar também como está estruturado o Sistema Nacional de Defesa Civil, composto nos 3 âmbitos do Governo. E esse sistema é tanto para a atuação preventiva como para resposta a desastres e, dentro desses desastres, a estiagem.

Então, não há uma estrutura específica para cada desastre. Está acontecendo inundação, ou estiagem, ou deslizamento, ou qualquer outro desastre, esse sistema é único. E, aí sim, o que muda são os órgãos envolvidos. A Secretaria Nacional de Defesa Civil é o órgão central desse sistema.

Então, nessa qualidade, pensamos que muitas ações, na atuação no problema, podem ser enfrentadas nos 3 níveis de forma articulada.

Nós trouxemos aqui um pouco da realidade brasileira.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse primeiro mapa mostra o número de coordenações municipais de defesa civil. Está com a sigla COMDEC naquele primeiro mapa.

Vimos que o Rio Grande do Sul está 100% organizado. Isso já é um indicativo de que é possível uma intervenção local efetiva.

Colocamos também alguns órgãos de resposta. E o órgão mais conhecido seria o dos bombeiros, ainda que eles não tenham atuado muito diretamente na estiagem, mas é um órgão de resposta. Vemos o quanto ainda é pequena a representação dessa instituição no espaço brasileiro.

Depois vem capacitação. Estamos nos referindo à capacitação promovida pelo Ministério da Integração Nacional para o enfrentamento de desastres. E mais: como preveni-los. Vimos também que o Rio Grande do Sul está atendido, mas a necessidade ainda é muito maior do que somos capazes de oferecer.

Colocamos também alguns desafios que temos que enfrentar. Essas 2 siglas, COMDEC e NUDECs, referem-se ao nível local no município. Se há alguma estrutura capaz de dar resposta imediata e fazer diferença é o município. Lá estão as Coordenações Municipais de Defesa Civil e os Núcleos Comunitários de Defesa Civil, que são os NUDECs.

Quanto à percepção e à consciência do risco, estamos percebendo que os Estados do Sul têm se preocupado cada vez mais com estiagem. Ela deixou de ser um fenômeno esporádico, pois estamos todos os anos convivendo com esse desastre.

No mapeamento de risco vimos que a estiagem afeta todo o município e, às vezes, até todo o Estado, mas de forma diferenciada. É isso que precisamos identificar. Como dizemos lá, conhecer bem o problema já é a metade da solução. E aqui, no que se refere ao chamamento das pessoas, vimos que há universidades, EMBRAPA e centros de pesquisa envolvidos.

Planos de contingência, que ainda é uma novidade para muitos municípios. Se acontecer estiagem, como está acontecendo, como vamos atuar, quem vai atuar? Isso ainda não está muito claro no âmbito do município. Percebemos que os Prefeitos ainda vêm muito a Brasília. Como é que vamos encaminhar esse problema? Então, esse planejamento de contingência é um chamamento dos órgãos que têm alguma atribuição e como vão articular essa solução. E a convivência com o risco.

Em defesa civil no Brasil nós temos 2 instrumentos que são importantes para qualquer assunto de desastre: a Política Nacional de Defesa Civil, de 1994, e o Decreto nº 5.376, de 2005, que foi atualizado. O Decreto vem dizendo que a Defesa Civil deve acontecer nos 3

âmbitos. Ela é uma preocupação dos 3 âmbitos do Governo, cabendo ao Governo Federal ação supletiva para apoiar Estados e Municípios. Mas, muitas vezes, vimos que, pela fragilidade da estrutura municipal, isso está invertido. O Governo Federal tem que dar apoio quase integral e o município não tem condições de arcar com esse enfrentamento.

Redução dos desastres, que é o objetivo geral. Se em desastres como a estiagem, a inundação, há uma causa que foge totalmente à governabilidade dos órgãos, das instituições, porque está aí na origem climática, essa redução é possível só atuando na vulnerabilidade, porque na ameaça do fenômeno é praticamente impossível. Daí a importância de se construir essas parcerias nos 3 âmbitos de Governo, nesse ambiente técnico, e decisão política para chegarmos a soluções que realmente minimizem o desastre.

Então, temos 2 grandes vertentes na minimização do desastre: a prevenção e a preparação. E se ocorre um desastre não tem como fugir de responder a esse desastre e reconstruir.

Aqui está bem objetivamente a prevenção: identificar estudar e reduzir os riscos. Muitas vezes nós dizemos: *"Meu Deus do céu, mas a estiagem está aí! Já conhecemos e não precisamos mais identificar"*. Enganamo-nos, porque ela se apresenta de uma maneira muito diferenciada em cada município. Esses desastres que têm origem ou são provocados ou agravados por condições climáticas — a questão da água, pelo excesso ou pela falta — têm que ser considerados numa unidade que se chama bacia hidrográfica. Eu imagino que os representantes da agricultura e do meio ambiente também vão enfocar essa questão. Se tivermos intervenções pontuais de poços, cisternas, como temos visto em muitos lugares, corremos o risco de estar às vezes até agravando, comprometendo essas reservas subterrâneas e outras mais. Então, essa questão da solução tem que ser debatida no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas, porque, afinal, é a reserva da água, é a distribuição dela. Então, a gente tem que levar esse aspecto em consideração.

Aí vem no socorro e a assistência, a resposta ao desastre, e depois a reconstrução. Talvez a sociedade tenha mais visibilidade dessa ação de socorro e assistência. Mas quando estamos atuando nessa fase ou nessas ações pouco podemos fazer para reduzir o cenário próximo aos desastres.

Temos na Secretaria Nacional de Defesa Civil um Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Muitos dos senhores têm conhecimento dos alertas da Defesa Civil na mídia nacional. O que vem a ser isso? É um pouco do trabalho que a gente vem fazendo de monitorar os parâmetros desses eventos, difundir o alerta e o alarme com orientações preventivas e consolidar as informações de riscos e desastres — temos o registro de todos os desastres que ocorrem no País — e coordenar as ações de resposta ao desastres, inclusive, e principalmente, com ajuda humanitária, que tem sido proporcionada pelo Governo Federal. Depois, mobilizar os recursos para pronta resposta a esses desastres.

Bem, eu trouxe o Orçamento da Defesa Civil. É importante apresentá-lo aqui para vermos a realidade do Orçamento Federal para o enfrentamento dos desastres. E não só estiagem. Atualmente no PPA, temos 2 programas: o 1027, esse de prevenção; e o 1029, de

resposta. Em 2009 não tem um recurso orçamentário para resposta ao desastre, com exceção de ajuda humanitária internacional, o que não vem ao caso. Então, o que se conclui disso? Que o Governo Federal só poderá apoiar ações de resposta se lançar mão das medidas provisórias, tanto para socorro e assistência quanto para o restabelecimento do cenário. Então, é muito importante o que a gente vê ali. Desse valor que vocês estão vendo aí — para quem puder enxergar —, hoje estamos somando 2 bilhões de reais, para arredondar, sendo que o Orçamento de prevenção e respostas soma a 164 milhões de reais, e em medidas provisórias, entre a de reabertura e as 2 outras medidas provisórias, já estamos com 1,8 bilhão de reais. Isso fica muito claro para dizer que para atuar nesses desastres temos que lançar mão das medidas provisórias. Não tem outro jeito.

Outra inovação, é que essas medidas provisórias já estão vindo com uma ação de prevenção, que não existia antes. Então, isso já é um indicativo do Governo Federal para dizer que estamos reforçando a prevenção até com medidas provisórias.

Vou deixar o Orçamento à parte. Depois, se os senhores quiserem detalhes, estou à disposição.

Nós trazemos um panorama muito simplificado, para dizer que esse mapa já está desatualizado, porque com certeza a estiagem ali na Região Sul passará a constar. Esse é um cenário que mostramos nos cursos de capacitação. Com certeza a estiagem estará na Região Sul. Inclusive Santa Catarina também está sofrendo esse desastre.

Aqui, como a audiência trata de políticas públicas, nós trazemos alguns pontos que entendemos muito importantes para uma política pública para atuação na estiagem. O primeiro ponto é que há que se pensar num plano amplo e preventivo de longo prazo. Com esse histórico de recorrência de estiagem na região, não dá mais para pensarmos que é uma coisa esporádica. Temos que pensar que esse problema existe, ele é recorrente, e temos que estar preparado para o futuro. Então, o cenário e as condições têm demonstrado que temos que estar preparados para enfrentar. Daí falarmos nesse plano preventivo de longo prazo. No entanto, há que se pensar nesse plano de contingência. Aconteceu a estiagem? O que vamos fazer? E aí é que a gente traz essa questão da forma articulada e coordenada, porque são várias áreas de Governo atuando.

Nos cursos de capacitação, costumamos dizer que tem desastre para todos os órgãos. Não precisa achar que é só Defesa Civil que vai fazer tudo. Definitivamente não é. E talvez um ponto muito importante em que entendemos que a Região Sul pode avançar, é na questão de trazer o conhecimento técnico-científico para apontar soluções mais adequadas e ajustadas à realidade da região, e não só transpor ações que vêm acontecendo no Nordeste. As condições climáticas são diferentes, o sol, a atividade econômica e os aspectos culturais são diferentes. Então, entendemos que é uma estiagem diferente. Exige, então, trazer esse conhecimento da pesquisa para apontar soluções mais adequadas para a realidade daquela região.

Esses 2 planos, com certeza são complementares, e eles devem ser avaliados para ajustes de ações que contribuem para minimizar esses efeitos.

Outra questão importante: ainda que a decisão de atuar passe pelo entendimento político de resolver um problema que está afetando a economia e a população da região, há que ter critérios técnicos para projetos estruturantes. Por exemplo, um poço seria estruturante? Eu diria que sim. Essa é a minha visão de engenharia. Só que se a fizermos um poço sem um estudo antes, corremos o risco de fazer um tabuleiro de pirulito, como se fala, de poços e prejudicar o nível do lençol freático. E aí a voltamos à questão da bacia hidrográfica. Eu visitei uma região na Venezuela onde o lençol freático foi comprometido e, ao invés de solucionar, agravou-se o problema. Não tínhamos nem a fonte do armazenamento de água superficial, muito menos de água subterrânea.

Outro ponto também é a articulação nos 3 níveis de Governo para assegurar a complementariedade das ações. Imagino que os outros técnicos vão falar sobre a questão da ação supletiva e da ação de várias Ministérios na solução do problema.

Outro ponto que também trazemos aqui para reflexão é a parceria e cooperação entre os Municípios afetados. Inclusive tem a Associação dos Municípios do Rio Grande, que eu vi aqui. É interessante perceber que o que afeta o município 1, vai afetar o município 2, e o que podemos estar pensando para um município, em termos de estudo e de custo do encaminhamento, pode servir para todos esses municípios afetados, e não cada um tratar o problema de forma isolada.

Outra questão importante é a participação das pessoas afetadas no acompanhamento das ações priorizadas. Isso não é segredo para nenhum de nós. Temos visto que a mídia, a população tem cobrado mais transparência, mais efetividade nas ações. Então é bom trazer a população para esse controle, para dizer o que é prioritário para aquele município. É claro que a população só vai ter condição de julgar isso se esse conhecimento técnico for proporcionado às pessoas

Não adianta contar com estudo de altíssimo nível da universidade, e a população afetada não ter acesso àquele conhecimento. Então, também vai aí uma reflexão. Como é que vamos passar isso para a população poder julgar? Isso é interessante.

Todas as ações emergenciais e preventivas não terão êxito sem a participação efetiva do Governo Estadual e principalmente dos Governos Municipais. Problema que é resolvido aqui em Brasília, nos Ministérios, dificilmente alcançarão êxito se o Governo Municipal não estiver envolvido.

Costumo dizer, quando chegamos a um município e perguntamos qual o problema maior que ele tem? Ele diz: *"Inundação"*, para não dizer estiagem. Aí pergunta. E aí a pergunta: *"Por favor, no orçamento do município quanto de recursos vocês têm para atender a esse problema?"* *"Não temos nenhum centavo"*. Então, me desculpe, esse problema não é o mais grave do município.

É claro que a gente sabe que a contabilidade do município vem sofrendo, sempre os recursos são menos que as necessidades, mas se o problema é grave ele tem que estar refletido no seu orçamento.

Plano preventivo para estiagem. traçamos algumas coisas aqui. A Defesa Civil e o Ministério da Integração Nacional, têm estado atentos a essa questão dos desastres. Este ano e 2008 foram 2 anos com grandes desastres. Tivemos cerca de 500 mil pessoas afetadas, então, é realmente um problema com o qual o Governo Federal está preocupado.

O Ministro Geddel Vieira Lima convocou o Conselho Nacional de Defesa Civil, para definir uma política pública para a Defesa Civil reativar o fundo para calamidades públicas. Trouxe também uma preocupação, e isso vai ser debatido nesse conselho, sobre a atuação preventiva — e aí com certeza entraria a questão da estiagem na Região Sul.

Trouxe também algumas ações permanentes que não podemos deixá-las de lado e pensar somente na questão emergencial. Falo do estudo científico das características climatológicas, meteorológicas, hidrológicas, para subsidiar o planejamento dessas ações.

Qual a contribuição que os centros de pesquisas, as universidades federais podem dar para o encaminhamento das melhores soluções nesses municípios? Eu costumo dizer que os acadêmicos às vezes têm sede de problemas para desenvolver nos mestrados, nas especializações. Estão precisando de questões? Demandam isso: *"Como posso, ao lado da minha formação acadêmica, contribuir para a população?"* Está aí um grande elenco de projetos que poderiam ser pensados.

O monitoramento das condições climáticas, e particularmente dos fenômenos que vem influenciando, o que está agravando, o que tem contribuído para essas mudanças que temos verificado.

Planejamento da infraestrutura hídrica de longo prazo, com indicativo — e esse aqui é muito próprio Deputado, para priorização das emendas parlamentares. Qual Parlamentar que não gostaria de ser autor de uma emenda que viesse realmente contribuir para um plano que foi pensado, que foi estruturado para resolver de forma permanente esses problemas.

Discussão dos planos no âmbito do comitê das bacias hidrográficas. Esse tem que ser um fórum que tem que ser muito utilizado, para reforçar o armazenamento. O próprio Ministério da Integração Nacional tem uma Secretaria de Infraestrutura Hídrica que também vai atuar nesse sentido. Tem a Secretaria de Programas Regionais que tem os arranjos produtivos locais, os APLs podem também estar inseridos nesse planejamento macro.

Enfim, a elaboração de projetos estruturantes com a parceria e cooperação de todos os Municípios, e não resolver projetos para um Município específico.

Plano de contingência para minimização dos efeitos da estiagem. Entendemos que tem o objetivo primeiro de ativar a economia local dos municípios afetados — e aí essas ações vão muito além da atuação setorial do Ministério da Integração Nacional — e assistir as populações vulneráveis a estiagem.

Aqui, com certeza, a Secretária Nacional de Defesa Civil, Dra. Ivone Maria Valente, afirmou que qualquer necessidade de ajuda humanitária à população afetada por estiagem no Sul, será garantida, assim como vem sendo para outras populações no Nordeste por outros desastres.

As ações de curto prazo. Abastecimento de água potável, como nós sabemos no Nordeste isso é feito através do comando do Exército, isso está sendo negociado para ser possível atender à Região Sul, ainda que lá seja um pouco mais complexo, porque nem sempre tem tantos pipeiros como tem no Nordeste. E depois, a promoção social com assistências às famílias atingidas.

Além disso, as ações complementares de projetos geradores de emprego e renda. Temos percebido no histórico dos desastres que a recuperação dos municípios é proporcional à medida que a economia local é apoiada. Daí a importância da geração de emprego e renda.

E obras pontuais de captação e armazenamento. Até porque tem algumas comunidades que não têm outras alternativas.

Aqui é só para trazer uma posição de onde estamos atualmente. Em 2009, o Ministério da Integração Nacional já está mobilizada para atender tanto às questões emergenciais, com distribuição de água e alimentos, quanto a questões preventivas e de restabelecimento, com a autorização do Ministro de 20 milhões para Santa Catarina e 40 milhões para o Rio Grande do Sul.

Aqui cabe uma explicação. No Portal de Convênios então esses recursos vão gerar enee convênios, com cada município ou com o Governo do Estado. O Ministério não faz nenhuma restrição. Mas tem um código no Portal de Convênios que, se for para ação preventiva, o Programa é o de nº 53.000/2009-0015, e se for para restabelecimento da normalidade é no Programa 53.000/2009-0016. O município entra com a proposta e aí ela será analisada, e a soma desses municípios identificados estarão contemplados com esses 40 milhões.

De maneira rápida é essa situação que trazemos para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado à Sra. Maria Inez Resende Cunha. Foram muito esclarecedoras as questões trazidas nesta audiência pública.

Continuando com as exposições, informo que, ao final, se alguém tiver algum questionamento, alguma pergunta, abriremos para essa troca de informações.

Concedo a palavra o Sr. Egon Krakhecke. Pedimos que falem ao microfone, porque esta audiência, como é uma audiência oficial da Comissão, está sendo toda gravada, depois será transcrita e vai fazer parte do relatório final desta Comissão Externa.

O SR. EGON KRAKHECKE - Quero saudar todos os participantes desta audiência pública; cumprimentar o Deputado Marco Maia, felicitando-o pela iniciativa desta audiência pública sobre tema absolutamente relevante. Cumprimento os demais componentes da Mesa, em nome do Sr. Rogério Porto, Secretário de Irrigação do Rio Grande do Sul. Eu o conheço há pouco tempo, só há 42 anos. Militamos, politicamente, muito próximos no passado. Hoje, não mais tão próximos. Mas a agenda institucional nos aproxima. Ele já esteve comigo, no Ministério do Meio Ambiente, tratando desse problema da seca no Rio Grande do Sul. Saúdo os companheiros e companheiras do Governo Federal que aqui se fazem presentes e demais convidados presentes.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, reporto-me, rapidamente, Deputado Marco Maia, que a Secretaria que coordeno trata da agenda do combate à desertificação, ou seja, da agenda do semiárido brasileiro: os 9 Estados do Nordeste, mais o norte de Minas, e 1 porção do Estado do Espírito Santo. Estamos recebendo agora uma demanda forte para incluir o Rio Grande do Sul também no semiárido brasileiro, lamentavelmente. Essa é uma situação que preocupa. Eu sou, também, representando o Governo brasileiro, o ponto focal junto à Convenção de Combate à Desertificação da ONU. Então, essa agenda da seca é um pouco familiar à Secretaria a qual coordeno. A despeito de que não sou nordestino. O meu fenótipo, provavelmente, denuncia a origem do Sul. Mas na época em que lá vivi não convivía ainda com esse fenômeno. Essa é uma questão absolutamente preocupante, que precisaria, realmente, na linha do que foi proposto pela Sra. Maria Inez, uma investigação para identificar claramente as causas desse fenômeno. O que tem isso a ver com as mudanças climáticas? Até que ponto também não tem a influência do uso da terra que se faz hoje? Acho que seria uma providência de fundo importante para subsidiar, inclusive, todas as ações que forem desenvolvidas, para dar um pouco mais de segurança a todos dos órgãos públicos e da sociedade civil para pisar em terreno um pouco mais firme em relação às providências.

Achei interessante a apresentação feita pela Sra. Maria Inez. Ela traz um roteiro interessante, diretrizes e algumas ações que podem ser implementadas. Mas eu vou focar em 2 sugestões, e serei bem rápido na minha intervenção: a primeira, é que não sei exatamente em que ponto está essa questão da montagem ou da existência de um sistema de alerta precoce de eventos climáticos extremos, particularmente da seca no Sul do País. No âmbito do semiárido brasileiro, estamos terminando agora de montar um sistema de alerta precoce de seca. É um trabalho de parceria, no âmbito do Governo Federal, entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o INPE, com a participação de outras instituições, entre elas a EMBRAPA — particularmente, a EMBRAPA de Petrolina, que participa ativamente dessa agenda. De repente, poderia ser alguma coisa que também pudesse ser cogitada para o Rio Grande do Sul no sentido de subsidiar, inclusive, todas essas políticas que eventualmente possam ser implementadas, sobretudo se prevenir mais, consistentemente, em relação a esses eventos extremos.

A segunda sugestão que faço aqui reporta-se mais à eventual participação do Governo Federal nas ações que possam ser desenvolvidas lá, na perspectiva de articularmos um pouco a participação do Governo Federal naquele Estado. A minha sugestão vem no sentido de que possamos definir um ponto focal no Governo Federal para que articule o conjunto das instituições do Governo, a fim de dialogar com o Governo do Estado, com os municípios, com a associação de municípios, e com a sociedade civil, e examinarmos, em conjunto, as medidas que possam ser adotadas, tanto as de caráter emergencial, que estão muito diretamente ligadas com a atuação da Defesa Civil e de outras instituições também, quanto as de caráter mais estruturante. Ou seja, o que podemos fazer no sentido de, em se caracterizando uma tendência, lá, fazer na linha da convivência com o novo fenômeno que lá se apresenta; o que podemos fazer na linha da mitigação, da adaptação, a essa situação.

No caso do semiárido do Nordeste, em particular, há um conjunto de ações que trabalham nessa linha da convivência com o fenômeno. E aí envolve tanto as ações do Governo Federal, um conjunto muito amplo de instituições do Governo Federal, dos Governos Estaduais, da sociedade civil, dos municípios etc. Entre elas, menciono, aqui — e talvez a Sra. Mary Célia faça referência —, o Programa Um Milhão de Cisternas, do Ministério do Desenvolvimento Social, que já tem um complemento no outro programa, também desenvolvido, na prática, pela ASA — Articulação no Semiárido —, que, repito, é complemento ao Programa Um Milhão de Cisternas, para uso doméstico, para consumo humano, com a cisterna para uso de horta, pequenos animais e pequenas criações. Ou seja, para ajudar na economia doméstica.

Outra iniciativa são as barragens subterrâneas, que visam captar um pouco as águas do lençol freático e disponibilizá-las para uso das famílias. Mas isso é para a realidade do Nordeste, do semiárido. Eu não sei o que seria, eventualmente, pertinente, mas só para referir algumas ações, em curso no Nordeste, que dialogam com isso. Acho que a EMBRAPA, especialmente através da unidade do semiárido de Petrolina, poderia, eventualmente, contribuir bastante com essas iniciativas, com esse diálogo para se encontrar o caminho, para enfrentar essa situação. Então, as minhas palavras são um pouco nessa linha.

No âmbito do Governo Federal, a minha sugestão é que o Ministério da Integração possa, eventualmente, coordenar as ações do Governo Federal. Eu tinha cogitado, inicialmente, junto à Secretaria de Programas Regionais, cujo titular é a Secretária Márcia Adamo, no sentido de, eventualmente, liderar isso, mas essa é uma questão talvez interna do Ministério da Integração Nacional, para ver quem é que faz a coordenação. De repente, a Defesa Civil. Sei lá, mas é minha sugestão. Talvez a Sra. Maristela, que representa o Governo Federal, possa abordar. Estão aqui presentes alguns representantes do Governo Federal que podem, eventualmente, oferecer algum tipo de sugestão nesse sentido. Mas a minha sugestão é que, da parte do Governo Federal, definamos alguém que possa coordenar a atuação do Governo Federal em relação a esse tema.

De qualquer forma, adianto que da parte do Ministério do Meio Ambiente nós nos colocamos à disposição para contribuir a encontrar o melhor caminho, a fim de enfrentarmos essa situação que se afigura no Rio Grande do Sul e que aflige muito os meus conterrâneos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Agradeço ao Sr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Tanto o Sr. Egon Krakhecke, quanto a Sra. Maria Inez, já trouxeram à baila um tema: todos que olham para o Estado do Rio Grande do Sul não acreditam que, neste momento, o Estado, a Região Sul está sofrendo com uma seca, e agora essa é a realidade, Dr. Egon. Há lá uma condição já muito ruim, relacionada a esse tema da seca, que vem atingindo quase que permanentemente o Estado do Rio Grande do Sul.

Alguns anos atrás, talvez não imaginássemos que pudesse haver enchentes no Norte e no Nordeste e seca no Sul e no Sudeste, mas atualmente isso está efetivamente acontecendo.

E uma, talvez, das questões que estão colocadas para nós, para pensarmos ações para o futuro, é exatamente a sensibilização dos órgãos públicos, das nossas instituições públicas sobre essa realidade vivida na Região Sul. Já começa por aí, eu acho muito boa a reflexão sobre esse aspecto de que temos que gradativamente nos sensibilizarmos sobre essa matéria.

Eu pedirei para fazer uso da palavra o Sr. Rogério Ortiz Porto. Não estou seguindo uma lógica muito de primeiro falar o especialista, o técnico, o político. Estamos meio que fazendo um pingue-pongue, para ouvir todas as posições sobre essa matéria.

Então, chamo para fazer uso da palavra o Sr. Rogério Ortiz Porto, nosso Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Rio Grande do Sul, até para já vermos o que está sendo pensado e feito pelo nosso Estado.

O SR. ROGÉRIO ORTIZ PORTO - Boa tarde a todos. Quero agradecer à Comissão pelo convite que me fez para comparecer a esta sessão, e o faço com muito prazer. Acredito que seja uma oportunidade ímpar para levantarmos os problemas que afligem o Rio Grande do Sul e que levaram inclusive a Governadora Yeda Crusius a criar a Secretaria de Irrigação.

O Egon estava se referindo ao nosso passado. Nós estamos muito mais próximos do que você imagina, Egon. Nós continuamos preocupados com os problemas sociais e continuamos preocupados em resolvê-los.

Uma informação que o Egon pediu: há, sim, no Rio Grande do Sul, um centro de estudos agroclimatológicos, que tem feito previsões, com alguma antecipação, dos eventos que ocorrem. A margem de erro tem sido muito pequena, porque desse grupo faz parte o núcleo de climatologia da FEPAGRO, o núcleo de climatologia da EMBRAPA e também o INPE e a Universidade de Pelotas.

Então, tem uma consistência bastante grande e eu acho que tem dado uma contribuição muito boa para o Estado, inclusive para a compreensão dos fenômenos que têm ocorrido. Os fenômenos são recorrentes e históricos. Eles não têm a ver assim com uma mudança recente. São fenômenos que se repetem sistematicamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em 1975 eu fiz um estudo para o Ministério da Agricultura, para o Sistema de Planejamento Agrícola, na época, em que eu tomava os 20 anos anteriores. O Rio Grande do Sul deixava de produzir em torno de 1 bilhão de dólares, somente com milho e soja, em função das estiagens.

Recentemente, eu fiz dos últimos 37 anos, de 2007 para trás, e concluí que o Rio Grande do Sul deixou de produzir, aos preços médios, 1,24 bilhões de dólares, e aos preços de janeiro de 2008, 2,42 bilhões de dólares, em milho e soja, anualmente.

Quando trabalhamos, principalmente com agricultura familiar, estamos habituados a fazer referência ao ciclo vicioso da pobreza. Como se dá o ciclo vicioso da pobreza? Há um ano bom, e se projeta para o ano seguinte um aumento de produção; enfrenta-se uma super oferta no mercado, os preços caem, e esse ciclo vai-se repetindo e provocando uma pobreza progressiva.

No caso específico do Rio Grande do Sul, incide outro fator, a estiagem. E aí, deixa de haver renda. Não é que não haja renda menor do que o esforço produtivo; não há renda nenhuma. E aí o desastre é completo.

O problema central não é de falta de água. Não há nenhuma bacia hidrográfica no Rio Grande do Sul que, irrigada em 100% da sua área, não tenha sobra de água. O nosso problema é estritamente climático.

O Egon tem a característica de prever as coisas. A adesão do Rio Grande do Sul ao semiárido climaticamente já ocorreu. Isso aqui é a média dos 10 últimos anos, de um trabalho feito pelo INPE: quanto mais marrom, pior; quanto mais verde, melhor. Essa é a estratégia aqui.

Isso aqui é dezembro, janeiro, fevereiro e março. Vejam bem o seguinte: no Rio Grande do Sul, chove menos em dezembro e janeiro do que em grande parte do semiárido e em todo o norte de Minas Gerais, que foi incluído no semiárido, por ser seco. No Rio Grande do Sul, em dezembro e janeiro, chove menos. Em dezembro chove menos e em janeiro chove menos. Agora, em fevereiro e março, chove mais ou menos igual, porque melhora a situação dos demais Estados. Não é que piore a do Rio Grande do Sul. Melhora a dos demais. Então, fica parelho. Desculpem-me: piora mais a situação do Rio Grande do Sul. Então, fica parelho.

O Rio Grande do Sul tem uma característica: é a única região importante em produção de grãos do Brasil que produz sequeiro no seco. Vocês vejam bem: essa ausência de chuva incide numa parte do oeste de Mato Grosso do Sul, um pouquinho no Paraná. No resto, está chovendo. Onde se produz grão, está chovendo. E especialmente no Centro-Oeste.

Então, nós não temos chuva no verão, que é quando produzimos as culturas de sequeiro. Quer dizer, tanto o milho, como o sorgo, como a soja são produzidos nesse período. Onde o Rio Grande do Sul avança no mercado, partindo de 33% para, atualmente, 63% do mercado brasileiro? No arroz irrigado.

E aí, qual é a situação? Quando se compara um ano úmido, que é a barra escura, com um ano seco, que é a barra azul, vê-se que em milho e soja a produtividade no Rio Grande do Sul é 5 vezes menor num ano seco do que num ano úmido. Cinco vezes menor.

Em qualquer outro Estado que se analise, Mato Grosso, qualquer um, a produtividade quebra em 40%, 35%. No Rio Grande do Sul, a diferença é de 5 vezes. Soja, 525 quilos em 2005 e, no ano de 2007, 2.600 quilos; milho, no ano de 2003, 3.800 quilos, praticamente 4 mil quilos, a média do Estado, e, no ano de 2005, mil quilos. Nenhum Estado resiste a essa situação.

E aí, quando se compara, do ponto de vista macroeconômico, o Rio Grande do Sul com outras regiões produtoras, o Estado teve produtividade maior em milho do que Santa Catarina em 1 ano em 31. Teve produtividade maior do que a do Paraná em soja em 1 ano em 31. Pasmem: a soja surgiu no Rio Grande do Sul e o Estado teve 1 ano com produtividade maior do que a média brasileira. Isso é um escândalo, porque há vários Estados marginais na produção de soja que baixam a média. Pois bem, o Rio Grande do Sul teve 1 ano.

E quando é maior, é 2%, 1,2% maior. Quando é menor, é 30%, 40%, 50%, 60% menor a produtividade. É um escândalo.

Calculando a preços de janeiro de 2008, nós deixamos de produzir 32 bilhões de dólares em milho e deixamos de produzir 57 bilhões de dólares em soja em apenas 37 anos, o que dá os 2,42 bilhões de dólares que deixamos de produzir anualmente.

Eu fiz um exercício: pegando o ano de 2005, o que se colheu, em comparação com o que se plantou? Nós plantamos 1 milhão, 280 mil hectares de milho e colhemos o equivalente a 372 mil hectares se a produtividade tivesse sido ótima.

Então, foi tão baixa a produtividade, que equivaleu a ter plantado 372 mil hectares, e não 1 milhão, 280 mil. O esforço produtivo, que resultou em zero de receita, foi 3 vezes maior do que o que se colheu. Foram 900 mil hectares que se deixaram de colher.

Na soja, a mesma coisa. Plantamos 4 milhões e 100 mil hectares e colhemos o equivalente a 867 mil hectares. Ora, isso resulta numa receita não gerada, só nesses 2 produtos, nesse ano, de 4 bilhões e 700 milhões de dólares.

O que se retira da economia em termos de circulante são 9,5 bilhões de dólares. Retira-se da economia, não entra na economia. Isso provoca um efeito de desemprego da ordem de 123 mil pessoas. Como a economia é, em grande parte, familiar, isso não desemprega, mas provoca a miserabilidade da família rural.

Aí, fiz outro exercício. O PRONAF ajuda? O PRONAF resolve e tal, mas num ano ruim, como 2005, para que o agricultor alcançasse o nível E do PRONAF, teria de ter produzido 301 hectares de milho ou 357 hectares de soja. Ou seja, se tivesse feito o PRONAF, ele estaria muito mal, obrigado, porque o PRONAF está limitado a 50 hectares. E para ele alcançar o nível previsto de renda teria de plantar mais de 300 hectares. Com irrigação, ele teria de plantar 31,40, estaria dentro do PRONAF. Sem irrigação, ele está fora.

No entanto, temos um Estado com um potencial absolutamente extraordinário. Só a metade sul tem 7 milhões de hectares a serem utilizados em agricultura. E não são utilizados por um único motivo: não tem chuva de verão.

Só em várzeas, o Rio Grande do Sul tem o equivalente a 4 milhões e 800 mil hectares. Em coxilhas de contorno das várzeas, temos em torno de 5 milhões de hectares. Vamos reduzir esse número para 7,5 milhões, porque muitas dessas áreas são solos arenosos que não propiciam um bom rendimento.

Agora, você não tem nenhuma limitação séria. As limitações que estão sendo impostas ao Rio Grande do Sul são através de resoluções que não têm muito suporte científico. Então, o que projetamos? Na região da metade sul, onde eu tenho condições de armazenar volumes de água em áreas de baixa densidade de capacidade de produção, que são as zonas mais dobradas da metade sul, proponho que se construam barragens de uma certa envergadura, que acumulem no mínimo em torno de 10 milhões de metros cúbicos de água.

Em toda a região do minifúndio e essa região da serra, a nossa proposta é a construção de cisternas para acumular 120 metros cúbicos de água, evitando que os mananciais que estão secos sejam fonte de água para lavar pocilgas, tambos de leite e áreas

de avicultura. Não posso usar água tratada com cloro para a população para lavar ambiente. Então, se usaria água da cisterna. A cisterna tem intrinsecamente uma contradição, porque ela é uma forma de acumular água da chuva. Se eu não tenho chuva, como vou acumulá-la? Quer dizer, ela tem uma contradição intrínseca, mas é uma estrutura adequada, em presença de chuvas esporádicas, para evitar o uso da água de mananciais.

Depois, para fins de irrigação, estamos trabalhando com o conceito da barraginha, que chamamos de microaçude. O microaçude, por resolução do CONAMA, está limitado a uma área de inundação de 5 hectares. Mas 5 hectares são 50 mil metros quadrados. Então, se eu tenho um açude com a profundidade média de 2 metros, isso me dá 100 mil metros cúbicos de água acumulada a um custo médio de 15 mil reais. A cisterna tem um custo médio de 5.700 reais, a nossa cisterna.

Em cisterna, nós começamos com 15 mil reais e estamos com 5.700 mil. Em açude, começamos com 28 mil e já estamos com 15 mil, com a mesma capacidade de acumulação.

Depois, nessa região do antigo planalto médio sul-rio-grandense, estamos trabalhando com o conceito de açudes que sirvam de pulmões complementares ao sistema de microaçudes. Aí, são açudes para uma capacidade de acumulação de 500 mil metros cúbicos a 50 milhões de metros cúbicos.

Qual o potencial produtivo do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando exclusivamente o filé mignon de solos, pegando só latossolos profundos, argissolos, luvisolos, nitossolos, etc., só solos que normalmente são utilizados para a agricultura? Podemos produzir 92 milhões de toneladas de grãos só com arroz, milho e soja. Noventa e dois milhões de toneladas de grãos era o que o Brasil produzia no primeiro Governo do FHC. Já tivemos 2 Governos do FHC, 1 Governo do Lula e mais 1 Governo do Lula, que se está concluindo. Quer dizer, há 16 anos o Brasil produzia 92 milhões toneladas de grãos. O Rio Grande do Sul tem esse potencial utilizando só o seu filé mignon de solos. Mas para isso temos que necessariamente apoiar uma política de acumulação de água, abundante no inverno e ausente ou escassa no verão.

Qual a situação do Rio Grande do Sul? No período de que eu tinha dados, de 2003 a 2008, o Rio Grande do Sul recebeu o extraordinário investimento de 0,04% do total investido em irrigação no Brasil, embora o Estado tenha 37% da área irrigada do País. Toda essa área irrigada é basicamente fruto do esforço privado.

Temos no Rio Grande do Sul pouquíssimas barragens construídas pelo Poder Público, a Barragem do Chasqueiro, a Barragem do Arroio Duro e a Barragem do Capané, feita pelo IRGA, e 3 barragens que fizemos no Governo Simon, em convênio com o Governo Federal. Faz 20 anos. Agora, finalmente, estamos construindo mais 2 barragens, que estão dentro do PAC, as famosas Barragens do Jaguari e do Taquarembó.

Esse indicador deve melhorar significativamente, mas não vai jamais se aproximar do Tocantins, que está com 27% do investimento total nacional em irrigação. A Bahia está com 20,20; o Ceará está com 11; Goiás está com 5,3. São investimentos públicos federais. Nós precisamos mudar esse quadro, porque, se não acumularmos água, o Rio Grande do Sul não

tem nenhuma chance de competir com os demais produtores de grãos no País. E isso não é um problema econômico, é um problema estritamente social.

Para qualquer agricultor aderir ao programa de microaçude e de cisternas, ele preenche uma ficha extremamente complexa, com nome, endereço da propriedade, município, inscrição como produtor rural, CPF se tiver. Se não tiver, não precisa também. É só isso, e o Estado entra com 80% do investimento no microaçude e 50% do investimento na cisterna.

Este mês, a Governadora assinou um decreto reduzindo a taxa de juros durante o período de carência. Então, durante o período de carência, o PRONAF convencional até 16 mil reais fica zerado, assim como o Mais Alimentos fica zerado. O PRONAF convencional de 16 a 38 mil reais fica reduzido à metade. O PRONAF Eco fica reduzido em 40%, baixa de 5% para 3%. E o MODERINFRA baixa de 6,75% para 4,75% durante todo o período de carência.

O volume de recursos alocados para essa finalidade foi de 50 milhões, o que significa grosseiramente um financiamento à produção da ordem de 2,5 bilhões de reais.

Esse é um dado curioso que trago para analisarmos a questão do meio ambiente. Existem algumas coisas que ficaram como leis ambientais. Primeiro, desde o tempo do Código de Água, de 1934, a água utilizada em irrigação sempre foi considerada um inimigo do meio ambiente. Sempre, sempre. Aliás, o Brasil é o único país que tem essa política. No mundo inteiro, a produção de alimentos vem imediatamente após a dessedentação dos seres vivos. Ou seja, deu água para os seres humanos e os animais, logo em seguida vem a produção de alimentos. No Brasil, não. É preciso pegar uma lupa e procurar na lista de prioridades onde está a água em irrigação. Está lá embaixo, no fundo. Tem tudo antes, tudo é dificuldade para usar a água. Se você pegar água contra tonelada... Do que se trata? Se você tem 36% do total da água disponível como umidade do solo e retira essa umidade através de uma planta de sequeiro, está destruindo a flora e a fauna do solo, porque está retirando o resíduo de umidade que o solo conservava até então. A planta retira para sobreviver. Agora, quando estamos num ano seco, o que se usa de água por tonelada produzida? Muito mais do que irrigando por tonelada produzida. Consequentemente, para um mesmo volume de produção, estaremos provocando um acidente ecológico muito mais grave não irrigando do que irrigando. Portanto, o uso da água é ambientalmente favorável quando para a produção de alimentos.

Vejam que, no caso da soja, utilizo mais de 6.300 metros cúbicos por tonelada produzida num ano seco. Num ano úmido, em que a produtividade sobe, utilizo menos por tonelada produzida, mas utilizo muito menos quando irriego. E, no caso do milho, chega a ser escandaloso, porque utilizo um décimo praticamente do que eu utilizo num ano seco. No caso do arroz, não. Por quê? Porque grande parte do nosso arroz é irrigado.

Esse quadro mostra o que estava dizendo antes. Se eu tenho umidade do solo com 38% — não é 36% — da água disponível, então, tenho de tratar essa umidade do solo com extraordinário cuidado. Esse conceito desenvolvido da barragem subterrânea, que é o que retém a umidade do solo, é extremamente adequado. Nós temos um problema no Rio Grande do Sul, tecnicamente, para fazer isso: no Estado não chove do ponto de vista da planta — aí a falta de chuva é letal —, mas chove demais na média. Se nós fizermos a mesma estrutura que

se faz no semiárido, corremos o risco de provocar o encharcamento do solo no inverno, criando um problema mais sério. Mas em alguns lugares, como na costa do Rio Uruguai, já se está construindo barragem subterrânea, por iniciativa da EMATER.

Isso é o que nós desejamos. Hortaliças, pastagens para gado leiteiro, pastagens para gado de corte, uma grande propriedade, uma pequena propriedade. Não nos interessa o tamanho da propriedade, mas provocar um impacto social de grande envergadura e salvar economicamente o agronegócio do Rio Grande do Sul.

Nós estamos enfrentando essa situação há décadas. A solução é muito fácil, muito simples. Eu não posso fazer um microaçudefe para fins de irrigação que seja um bebedor de água. Nós temos 164 mil microaçudefes feitos no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 18 mil, mais ou menos, poderiam se prestar para irrigação, porque os outros são bebedores de água, para criar peixe. Isso não adianta. Eu preciso ter um açude mínimo de meio hectare, porque senão ele não suporta a falta de chuva. Se houver um ano com 42 ou 45 dias sem chuva, não tem açude que resista.

Outra coisa. Eu sei que é proibido, mas, tecnicamente, por que não se deve inundar uma fonte? Qual é o problema de inundar uma fonte? Eu sei que é proibido e não vou fazer, porque não quero ser preso por crime hediondo, crime inafiançável, pois se trata de crime contra o meio ambiente. Mas, tecnicamente, por que não se pode inundar uma fonte? O que é uma fonte? Uma fonte é o aforramento da água subterrânea, que é interrompida pela topografia. Se inundar a fonte, o que se faz? Eleva-se ou satura-se o freático. Significa que o freático vai demorar muito mais para baixar até o ponto em que a fonte secar. Outra coisa: a taipa de terra, por princípio, é permeável. Consequentemente, se se perenizar uma fonte, pereniza-se a drenagem a jusante. Isso ambientalmente é muito favorável e não desfavorável.

Por que não se pode inundar uma fonte? O que é uma drenagem? O que é um rio perene? Aquele alimentado por fontes perenes. Se se perenizar a fonte, transforma-se as drenagens intermitentes em perenes. Isso é ruim? Não vejo por que não inundar fonte. Por que, então, é proibido inundar uma fonte? Uma vez o IPT de São Paulo fez um estudo no Nordeste e descobriu que faziam um algibe de concreto ou de alvenaria e usavam a água para vender aos vizinhos. Então, proíbe-se e não se dá fonte. Espera aí! É diferente o cristalino do Nordeste. O cristalino do Rio Grande do Sul é restrito e também não se deve inundar fonte.

Cabe mencionar que sou geólogo e economista. Trabalho as duas variáveis. Não há por que não inundar fonte. O único motivo é o fato de ser proibido. Mas, tecnicamente, não há nenhum motivo.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade, mais uma vez. Posso garantir, pela minha exposição e preocupação com o social, que estou mais próximo do Egon do que ele imaginava.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Dr. Rogério Ortiz Porto, Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul.

Está difícil de acreditar que os 2 se conhecem há 42 anos. Parecem uns guris. Eu ia dar 42 anos de idade para os 2.

Agradeço ao Rogério a explanação muito precisa sobre a situação no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ROGÉRIO ORTIZ PORTO - Esse também é o período que trabalhei com barragens de irrigação: 42 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Bastante experiência.

Passo a palavra à Sra. Mary Célia Guirado, Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS. Estabelecemos o prazo de 15 minutos, e estou controlando. Na verdade, cada um utilizou 20 minutos. Estamos mais ou menos dentro da média. Não que a senhora esteja autorizada a usar 20 minutos também.

A SRA. MARY CÉLIA GUIRADO - Já há prerrogativa, não é?

Cumprimento o Deputado Marco Maia e agradeço a S.Exa. a oportunidade de participar desta audiência pública. Colocamos todos os nossos estudos à disposição da Comissão. Nós realizamos vários estudos para chegar a um investimento que estamos fazendo agora. Refiro-me às 14 milhões e 500 cisternas e à revitalização de 180 postos aquíferos no Rio Grande do Sul.

Na verdade, fizemos esse estudo para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porque passa pelo território, por bacia e por todas essas questões já abordadas muito bem pela Sra. Maria Inez, do Ministério da Integração Nacional. Um estudo conjunto com a CPRM e o Ministério das Minas e Energia.

Só para os senhores terem ideia, no Estado do Rio Grande do Sul, há 3 mil poços, nesse tabuleiro de pirulito, perfurados e inativos. Desses 3 mil, temos como revitalizar 180 somente. Ou seja, 180 com condições ambientais, que realmente vai ter água para produção e não vai beneficiar uma família. Cada poço ou cisterna que será construído, beneficiará 6 mil famílias do Programa da Agricultura Familiar. Isso no PAA, que os senhores conhecem.

Trata-se de um estudo que visa beneficiar maior número possível de famílias. Cada poço, cada cisterna, está sendo estudado dentro de uma ótica social. Por quê? Porque, quando a Defesa Civil sai de uma situação dessa, passa o acidente e a Defesa vai embora, o saldo social é muito grande. O CRAS — Centro de Referência de Assistência Social, é como o posto de saúde para o SUS, é como a escola para a educação. Nele, recebemos a família e identificamos os problemas de vulnerabilidade social.

O CRAS fica numa situação muito pesada, depois da saída da Defesa Civil, em função do saldo de vulnerabilidade social das famílias. No caso do Rio Grande do Sul, o estudo que temos demonstra uma vulnerabilidade na zona rural; é a pobreza rural que fica mais gritante. Com isso, acabam sendo acarretados outros problemas que também identificamos como o trabalho infantil, que é comum na agricultura familiar. Conseguimos trabalhar na agricultura familiar, num certo período, mas nesses períodos em que a família está mais fragilizada ela acaba deixando a criança trabalhar novamente. Para nós, a prioridade é a criança na escola em cumprimento das condicionalidades.

Com relação ao Bolsa-Família, conseguimos fazer uma flexibilização desse programa no Rio Grande do Sul, durante todo esse período identificado como de emergência, no que concerne à flexibilização tanto no pagamento — adiantamos o pagamento do Bolsa-Família para todas as famílias — quanto nos Municípios onde as famílias não tinham condições de cumprir todas as condicionalidades. Esse período foi entendido pelos gestores do Bolsa-Família e da Assistência Social como de emergência em que poderíamos flexibilizar as condicionalidades do programa.

Como foi citado, temos 2 programas de cisternas voltados ao semiárido. Toda vez que o Ministério do Desenvolvimento Social abria um local para a cisterna, esse edital voltava-se, exclusivamente, para a região do semiárido brasileiro.

Há 2 tipos de cisterna: a primeira água e a segunda água. A primeira água é a de beber; a segunda é a de comer. Essa segunda água é imprópria para o consumo humano, mas própria para ser utilizada no cultivo da pequena horta, na criação de pequenos animais, enfim, são duas cisternas diferentes.

Tendo em vista que o trabalho das 500 cisternas e dos 180 poços aquíferos que vão ser construídos e revitalizados, no Rio Grande do Sul, foi muito bem elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ele ficará à disposição dos senhores, da Comissão, de todos os pesquisadores, das universidades, dos outros Ministérios. Esse trabalho está voltado, principalmente, para a agricultura familiar e envolve as entidades da agricultura, os pequenos agricultores, a sociedade civil, os Governos Municipais e sofre controle social. Como os senhores já conhecem o programa, não me vou estender sobre essa questão.

Para o pagamento das emendas empenhadas para o Estado do Rio Grande do Sul, o Ministro Patrus Ananias pediu prioridade, assim que acabar o estado de emergência. Imagino que os Deputados estejam preocupados com as suas emendas. Há uma força-tarefa no Ministério em trabalho, para que todas as emendas sejam, corretamente, instruídas pelos Municípios e que o prazo delas seja acelerado.

Tenho duas sugestões. Uma, com relação aos consórcios públicos, muito importante para a Associação dos Municípios. Por fazer a assessoria federativa do Ministério, percebo que, muitas vezes, quando a ação dos entes federados é pensada de uma forma conjunta, principalmente em se tratando da bacia hidrográfica desses acidentes, um consórcio público temático, num território estipulado pelos Municípios, ajuda muito na construção de uma política, porque, numa situação de contingenciamento de orçamento, o consórcio consegue levar muito mais coisa para uma região e para os Municípios. É importante que os Municípios se inteirem sobre o consórcio público. O consórcio público é uma nova modalidade aprovada e uma política que está sendo bastante fortalecida pelo Governo.

Após o acidente, percebemos a ausência de uma política da Defesa Civil. Percebemos muitas pessoas bem-intencionadas — era o que acontecia na assistência social, antes de termos o SUAS, implementado por profissionais da área capacitados em todos os Municípios —, todavia falta um sistema que realmente prepare os Municípios para o momento do acidente. São 11 anos e 9 secas.

Por isso, o Ministério, hoje, não está transportando uma política do semiárido para o Rio Grande do Sul. Dado o número de secas que ocorreram nos últimos anos, foi pensada e elaborada cientificamente essa política para o Rio Grande do Sul, considerando todas as especificidades da região. Sabemos que lá não é uma seca de levar o caminhão-pipa, mas é uma seca diferenciada; é da pequena agricultura, da agricultura familiar e da pobreza rural.

Com relação aos Deputados — aí vamos vender o nosso peixe —, temos as emendas parlamentares. Se os senhores pensarem numa política estruturante, como estamos pensando hoje, vamos colocar 500 cisternas. Os Deputados também podem pensar em colocar mais cisternas, porque essa escolha não será nossa. Não é uma escolha em que determinaremos qual o Município, qual a localidade. Está-se pensando em todo o território, no caso dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Então, caso os Deputados queiram, reforcem as emendas para a construção de cisterna e para o apoio à inclusão produtiva.

Esses são os programas que podemos desenvolver no CRAS. No pós-desastre, o CRAS consegue trabalhar com as famílias a ação de inclusão produtiva. São duas formas de emenda parlamentar com que os senhores podem trabalhar. Do nosso lado, daremos o maior apoio, principalmente para essa região, considerando a especificidade.

A nossa boa notícia: poços aquíferos, cisternas e todos os estudos feitos para essa política, com as especificidades consideradas para o Rio Grande do Sul, estão à disposição dos senhores.

A sugestão do colega do meio ambiente é que a integração seja o ponto focal desse trabalho. Apresentamos algumas questões à Casa Civil, que fez um trabalho conjunto. Fico feliz de ter uma mulher na Defesa Civil. Sei que eles estão com um olhar muito carinhoso e técnico sobre o Rio Grande do Sul.

No mais, coloco à disposição da Comissão e da Câmara todos esses trabalhos. Para este ano, conseguimos 14 milhões, isto é, 500 cisternas.

A região do semiárido, vou confessar, ficou um pouco brava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Quatorze milhões?

A SRA. MARY CÉLIA GUIRADO - Quatorze milhões, 500 cisternas e 180 revitalizações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - São 14 milhões a mais do que aqueles 40 que já havia?

A SRA. MARY CÉLIA GUIRADO - Exatamente. Para a revitalização dos poços dentro do estudo do que é viável ambientalmente. Esse é o investimento que o Ministério está fazendo a mais. Fora todos os outros investimentos feitos no Rio Grande do Sul, esse é o investimento extraordinário que conseguimos para este momento.

Muitos Deputados nos procuraram para solicitar que fosse feito um pagamento extraordinário do Bolsa-Família nesse período. Vou tentar explicar. Primeiro, não há dotação orçamentária. Os senhores conhecem o orçamento do Bolsa-Família melhor do que nós, porque ele é público e transparente. Segundo, porque não cabe na normativa legal do

programa uma ação extraordinária. Por isso, conseguimos apenas flexibilizar as condicionalidades e antecipar os pagamentos do Programa Bolsa-Família.

Com isso, os Municípios já conseguiram revitalizar a economia local da população de baixa renda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Prefeito, é uma boa notícia. Acho que não tínhamos registrado essa ainda. Temos 14,1 milhões de reais à disposição no MDS para a aquisição de 500 cisternas e a revitalização de 180 poços aquíferos. Essa boa notícia precisa ser trabalhada com os nossos Prefeitos e com o próprio MDS para que esses 14 milhões cheguem efetivamente na ponta.

Muito obrigado, Sra. Mary Célia, pela contribuição, que foi muito importante. A senhora foi portadora de boas notícias.

Quero chamar o Sr. Devanir Garcia dos Santos, Secretário de Gestão Econômica do Meio Ambiente e Gerente de Conservação de Água e Solo da Agência Nacional de Águas — ANA.

O senhor já pode responder, inclusive, por que não dá para inundar as fontes.

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS - Sim, senhor.

Deputado Marco Maia, companheiro Rogério Porto, Secretário da Irrigação, temos nos encontrado bastante e discutido essas questões. Na verdade, não vou fazer uma apresentação. Trouxe algumas lâminas para embasar alguns pontos que precisam ser investigados e aprofundados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Esta audiência está sendo gravado pela TV Câmara e deverá ser veiculada hoje à noite ou durante esta semana.

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS - Para quem não conhece, a Agência Nacional de Águas é responsável pela gestão dos recursos hídricos, principalmente dos rios de domínio da União os quais fazem fronteira entre Estados ou passam de um Estado para outro.

Apresentarei algumas lâminas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta é uma visão da precipitação acumulada no Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2008.

O de 2009 ainda não está completo, mas em andamento; 2008, completo.

O que ocorre? Da mesma forma que o Dr. Rogério Porto disse, quanto mais verde, mais água. À medida que caminhamos para o vermelho, vamos modificando um pouco essa situação.

Observem que nos anos de 2001, 2002, 2003 tínhamos uma situação bastante confortável. A partir de 2004 começamos a ter alguns problemas que se repetiram em 2005. O ano de 2006, até então, foi o mais grave; 2007 foi um ano hidrológico, de razoável para bom; e 2009 está caminhando mais ou menos para ser como foi 2008.

Um outro dado, só para embasar o que vamos dizer. Aqui temos 2 quadros. Esse do lado representa a precipitação acumulada no ano hidrológico de 2000 a 2001. A cor azul

representa, nesse nível da escala, acima de 1.100 milímetros de chuva no ano hidrológico. Esse quadro do lado mostra o déficit ou o superávit. A escala funciona da mesma forma. O branco é neutro. Está-se, praticamente, equilibrado, e à medida que se caminha para o azul, há o excesso; quando se caminha para o vermelho, está havendo déficits, mostra que se estabeleceu, por questões de facilidade, um excesso máximo de 200 milímetros e uma perda máxima, ou seja, um déficit máximo de 250.

Isso aqui é a comparação do ano hidrológico com a média de longo prazo. Observem o que aconteceu nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005.

Agora, observem o ano de 2006. Quando se compara com a média, houve um ano muito ruim, mas os déficits se situaram na faixa de 300 milímetros, 350 milímetros abaixo da média de longo prazo.

Observem 2008. O ano de 2009 está com uma tendência de repetir o que aconteceu em 2008. A parte central no Rio Grande do Sul com uma precipitação razoável e as regiões do entorno com um déficit apurado.

Na região de Erechim. Cito a estação de Erechim para poder focar melhor. Estamos falando em média. Vamos pegar agora um ponto específico. Erechim chegou a ser abastecida por caminhão-pipa. Houve problemas sérios nesse Município.

O que acontece? Nós temos de observar a precipitação nessa estação, próxima de Erechim, ano a ano, desde 1944 até 2007, último dado que consegui. Infelizmente, não tenho o de 2009. Mas mostrei essa lâmina principalmente para chamar atenção do seguinte. Observem o que aconteceu nos anos de 1948 a 1956. Tivemos uma série de anos com precipitações em torno de 600 milímetros, enquanto a grande média da região ou na maioria dos anos houve precipitações de 1.500 a 1.600 milímetros, que é normal chover na região.

O que quero dizer com isso? Está havendo uma variação na precipitação? Está, em alguns anos, até intensa, mas quando saio de 1.700 milímetros e chego a 1.400 milímetros, uma variação de 300 de um ano para o outro, não pode ser um desespero. Não posso chegar a abastecer uma cidade com caminhão-pipa porque choveu 300 milímetros a menos numa região que chove 1.700. Então, esse é um ponto que temos de discutir e nos preocupar. Não é só a redução da chuva que está provocando o problema.

O Dr. Rogério Porto enfocou muito bem. Nós temos que armazenar essa água. É claro que a distribuição temporal também influi muito nisso, principalmente para a agricultura, porque se essa chuva se concentra em alguns meses, o prejuízo para agricultura é muito maior. Se chover 1.500 milímetros em 2 meses e não chover no resto do ano, certamente não haverá agricultura de sequeiro.

Então, a distribuição também é importante. Estamos falando de 2 coisas: de volume e de distribuição. Do que precisamos? Como temos excesso em determinados meses do ano, precisamos trabalhar no armazenamento dessa água. Uma opção muito bem abordada é a questão de construção de barramentos para que se armazene esse excesso. Mas existe outro ponto, que gostaria de discutir para que aprofundemos o conhecimento dessa questão: a impermeabilização do solo. Se observarmos bem, é uma região que tem sido agricultável há

muitos anos, o solo tem sido trabalhado, e migramos de um plantio convencional para um plantio direto, com manutenção de matéria orgânica na superfície com pouco revolvimento de terra. É possível que, na migração desse processo, não tenhamos feito uma parte do dever de casa: a quebra do chamado famoso pé de grade, uma região impermeabilizada a 30, 40 centímetros da superfície do solo, em função do trânsito intenso de máquinas.

Então, isso pode ser um problema — já está sendo constatada, principalmente pela Universidade de Santa Maria, a existência desse problema em algumas regiões. Então, observem que, mesmo que chova bastante, os macroporos do solo estão muito reduzidos — só temos microporos — e, com isso, não conseguimos alimentar adequadamente o lençol freático. É onde os rios vão ter vazão menor e os próprios poços, se não forem profundos, vão sofrer com a falta de água em determinadas épocas.

O que se está propondo é um estudo disso. A solução de um problema como esse é muito simples. O plantio direto ainda veio com um agravamento. É uma prática excelente. Eu não estou dizendo que não seja. É uma das melhores práticas que surgiram viabilizando o uso das áreas, principalmente do cerrado. Só que ela tem de ser associada com outras práticas. Nós abandonamos o terraço em muitas regiões onde fizemos o plantio direto, com isso reduzimos a erosão, mas não aumentamos a captação de água. Ou seja, não criamos estruturas para aumentar o tempo de essa água se infiltrar no solo. Então, uma solução que se está pensando e sendo trabalhada na universidade é exatamente a intervenção mecânica vertical com preenchimento de matéria orgânica. Isso possibilita o rompimento dessa camada impermeável que, nas regiões em que há plantio direto e não há terraços, teria um espaçamento de 5 a 10 metros e permitiria captar de 70% a 80% da água da chuva. Com isso, eu teria uma intensificação na alimentação do meu lençol freático. Essa questão precisa ser estudada e as políticas públicas que viabilizam a execução de ações desse tipo precisam ser trabalhadas.

Observem que já temos algum maquinário testado. Essas valetadeiras, no passado, eram utilizadas para fazer drenagem e hoje se prestam muito bem ao trabalho de recuperação. São valetas de 10 centímetros que não atrapalham em nada o plantio direto, não removem a matéria orgânica da superfície; possibilitam que se tenham boas possibilidades de aumentar a capacidade de infiltração.

Esse trabalho tem sido feito pela Universidade de Santa Maria, em barba trigo, que é semeado por parte de equipamentos.

Por último, quando chove em uma região há 2 destinos para essa água. Primeiro, essa água se infiltra, vai alimentar o fluxo não saturado e o fluxo saturado. O fluxo não saturado permite uma redistribuição interna no solo, fazendo com que as plantas possam utilizar essa água que se infiltrou, o fluxo saturado promove uma percolação que vai alimentar o lençol freático e água subterrânea, ou permite os afloramentos.

Respondendo o questionamento do Dr. Rogério, acho que ele está perfeitamente correto. Quando se cria um obstáculo para que uma nascente aflore em determinado ponto, o que se promove é maior recarga do lençol. Quer dizer, essa água vai se acumular e certamente

haverá uma nascente em um ponto superior, principalmente se se impedir a região a jusante. Entre solos em que há uma capacidade de infiltração muito grande ou há fraturas, isso pode ocorrer o inverso. Se estiver em um ponto muito alto da encosta, essa nascente pode passar a aflorar em um ponto mais baixo.

Quando à geologia, ele é geólogo e pode explicar muito bem o funcionamento disso.

Esse é o caminho natural. Se a água não fizer isso, não entra no ciclo virtuoso. Ou seja, não vai estar disponível, não se transformará em um recurso hídrico, que é uma água aplicada às atividades econômicas. O que ocorre com a água? Vai passar por mais um escoamento superficial, rapidamente vai chegar aos rios e lagos e, a partir daí, para o oceano. Nesse ciclo, o que a água promove? Promove erosão, enchente e nunca vai poder ser utilizada para atividade econômica nenhuma.

Só para completar o que estou dizendo, existem sim, Dr. Egon, regiões de desertificação, infelizmente, no Rio Grande do Sul, em região que chove 1.700 milímetros. É um problema semelhante como esse aqui. Com a impermeabilização, estamos tendo uma inversão do fluxo: em vez de haver drenagem, a água está indo para a superfície, e o sódio existente nessa água está promovendo a dispersão da pouca argila que há, o que promove uma impermeabilização da camada superficial.

Nesse caso, não há água nem mesmo para as plantas. É o agravamento máximo do processo.

Penso que essa questão precisa ser investigada.

Era o que tinha a dizer aos senhores.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, engenheiro e agrônomo, Dr. Devanir Garcia dos Santos, pela contribuição. A sua fala também nos deixou a sensação de que o problema não é tão simples quanto parece. Há outros detalhes e elementos que precisam ser levados em consideração.

Chamo para fazer uso da palavra a Sra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

Na sequência, vamos chamar o Dr. José Carlos Zukowski, Coordenador-Geral do Seguro da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA.

A SRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUEARTEGARAY - Boa tarde a todos.

Agradeço ao Presidente o convite para participar deste debate e a todos os presentes por se disporem a me ouvir e, se der tempo, debatermos sobre essa questão.

(Segue-se exibição de imagens.)

A proposta que trago como tema é *Reconstituição Ambiental, Inferências Climáticas*. Por que na região do Pampa chegou a mim a perspectiva de discutir os problemas de seca no Rio Grande do Sul?

Particularmente, estudo a campanha gaúcha, ou o bioma Pampa, a partir de uma questão colocada como relativa à deficiência de água, que se difundiu como os desertos do Rio Grande do Sul. Desde 1983, estudo e atribuo à formação, à gênese desses areais, que os

senhores veem nesse primeiro *slide*, não necessariamente a falta, no Rio Grande do Sul, mas o excesso ou a abundância de água. Não vou tratar desse assunto.

De antemão, diria que essa imagem que os senhores veem do processo de arenização no Estado do Rio Grande do Sul, muito difundida no País, como de desertificação do ponto de vista climático, trata-se, na verdade, de um processo de degradação da terra por excesso de umidade superficial e subsuperficial. Mas não vou entrar nessa questão agora.

A segunda questão que quero abordar é, como se trata de pensar em clima ambiente, escassez de água em um território como o Brasil. Vamos fazer uma rápida comparação, a partir de estudo sobre arenização feito por mim, no Rio Grande do Sul, e por um orientando meu, no Cariri da Paraíba, uma das regiões mais secas daquele Estado, para mostrar rapidamente as grandes diferenças entre as duas áreas.

Com relação aos tipos climáticos, temos no Cariri paraibano e, por extensão, em grande parte do Nordeste um clima semiárido com cerca de 500 milímetros anuais.

No Rio Grande do Sul, temos um clima úmido com 1,4 milhão de milímetros anuais. No embasamento do solo, como já foi dito, na região do semiárido nordestino e, no caso específico do Cariri, há rochas cristalinas. São formações superficiais rasas, solos argilosos. Portanto, de muito fácil escoamento superficial e muita dificuldade de infiltração.

Em nosso caso, e aqui não estou me referindo ao Rio Grande do Sul, mas à região onde ocorre o processo de arenização ou parte do bioma Pampa, vamos ter rochas sedimentares, formações superficiais profundas, solos arenosos, os chamados neossolos quartzarênicos órticos.

Os processos erosivos dominantes na região do Cariri não hídricos, por incrível que pareça, com a presença de ravinas.

Os processos de arenização do sudoeste do Rio Grande do Sul são hídricos na origem, associados, a partir do momento em que formam os areais, aos processos eólicos com presença de ravinas e voçorocas.

O tipo de cobertura vegetal de uma região é a caatinga, especificamente em nossa região, onde estudo os campos.

Voçorocas ou boçorocas. Atividade econômica na região é predominantemente econômica de criação de caprinos no Cariri. Em nossa região a pecuária extensiva de bovinos é dominante.

A situação econômica e política no passado e atualmente. O Cariri foi e continua sendo uma região marginal. A nossa região foi central e hoje é marginal não só em relação ao Estado, mas em relação ao Brasil.

A estrutura fundiária dominante no Cariri compreende pequenas e médias propriedades, e em nossa região são grandes e médias propriedades. A atividade econômica em expansão, no Cariri, é a caprinocultura. Em nossa região, principalmente na Metade Sul, o que está proposto, recentemente, é a silvicultura.

Agricultura. A agricultura comercial, principalmente na região da campanha, é o arroz, porque soja não tem grande introdução.

Os sinais acentuados de superpastagem estão presentes no Cariri. Mais uma ausente, com interrogação, porque não temos estudos em grandes detalhes. Há controvérsia sobre esse tema.

Qualidade das águas. No Cariri, há muita presença de salinidade nas águas do semiárido, e as águas na região do Pampa ainda são de boa qualidade.

Situação geopolítica. No Cariri ela é importante porque temos as nascentes do Rio Paraíba, a segunda maior bacia hidrográfica da Paraíba, localizada na Barragem Epitácio Pessoa, principal abastecedora de água de Campina Grande. No caso da nossa região, é importante zona de fronteira internacional entre Uruguai e Argentina e ponto de recarga do Aquífero Guarani.

Este quadro é para apresentar um primeiro elemento de comparação. Quero dizer com isso que não dá para comparar as condições climáticas do Rio Grande do Sul com o semiárido nordestino.

Como professora universitária, a minha contribuição é do ponto de vista da investigação acadêmica, pois é isso o que faço.

Para auxiliar a discussão, trago o conhecimento que tenho do ponto de vista da reconstituição ambiental do Rio Grande do Sul e por extensão da América Latina.

O mapa a seguir demonstra como seriam os domínios naturais da América do Sul há 13 mil anos, quando estaríamos terminando um período glacial que corresponde a um período seco nas faixas intertropicais. O Rio Grande do Sul era dominado por vegetação de estepes, de ambientes semiáridos, sendo uma extensão da cobertura vegetal da Patagônia, e os nossos climas eram mais frios e mais secos.

A cobertura vegetal no Rio Grande do Sul, principalmente a vegetal de campo, é produto de uma dispersão da flora xérica latino-americana, principalmente do monte argentino, que é uma região semiárida. Isso significa dizer que os campos do Rio Grande do Sul são relíquias de um clima seco do passado.

Recentemente, resgatamos, através daquelas janelas arenosas, os nossos areais, uma explicação do que são esses areais. A conclusão a que estamos chegando é que esses areais são na verdade ambientes antigos que estão sendo retrabalhados no presente e os indicadores disso são os bioindicadores ambientais.

O gafanhoto dos areais foi recentemente estudado por um orientando meu, um biólogo que vê nessa camuflagem a presença de um animal que dificilmente teria se camuflado em 30 anos de soja ou em 50 anos de outra atividade agrícola, porque, para que um organismo vivo se camufle, é preciso uma história muito mais antiga.

Além dele, trabalhamos também com outros indicadores ambientais, como a presença das cactáceas, derivadas do monte argentino, como já disse, e os cereus, outro tipo de cactácea também característico dessas regiões. São indicadores paleoclimáticos de que essa região foi seca em passado recente.

A seguir, um quadro também construído por um aluno que orientei. Nele se faz a comparação entre os indicadores da geografia, particularmente da geomorfologia, da geologia

e da arqueologia. Ele demonstra que, nos últimos 10 mil anos, a nossa região passou por um processo de umidificação, no início até os 3 mil e 500, e teve nessa faixa intermediária um período seco e adentramos num clima úmido de 2 mil e 400 anos para cá. Portanto, a nossa umidificação é recente, do ponto de vista de reconstituição ambiental.

O clima do Estado se umidificou, como de resto o território brasileiro, nos últimos 2 mil anos. Às condições atuais, vários colegas e representantes da Mesa já se referiram.

Fiz uma comparação entre o Pampa, a região que mais estudo, o sudeste e o nordeste do Rio Grande do Sul, onde a preocupação com a seca está mais explícita.

Esses dados mostram a média dos totais pluviométricos mensais no período de 1970 a 2004. É um gráfico simples, no qual se observa o Pampa, em linha em azul, e o nordeste do Rio Grande do Sul, em linha amarela. Em relação às médias, no nordeste chove mais no período de maio a setembro, e, no Pampa, os dados nos mostram muito aquilo que a realidade parece nos desmentir, ou seja, que chove no verão. Chove mais entre janeiro, fevereiro e março, porque temos basicamente 2 picos de chuva no Estado, um em torno de abril e outro em torno de setembro, outubro. Fica uma questão a ser estudada com mais detalhe.

O que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, como já dito aqui, é que mais do que as médias, importa entender a variabilidade das chuvas, e o que se observa é que a média dos dias de chuva, nesse período de 1970 a 2000, se distribui dessa maneira. Então, o que temos? No Pampa, os dias de chuva são em menor quantidade no verão, e na região nordeste do Rio Grande do Sul há maior número de dias de chuva. Qual é o significado disso? Não é que não chova no verão, e os dados médios dizem que nessa época chove mais inclusive do que no inverno — isso, claro, nos períodos normais. Então, o que ocorre? Ocorre que as chuvas no verão do Pampa são s torrenciais; em menos dias, chove uma grande quantidade de água, e essa água ou escorre ou infiltra no lençol subterrâneo. Então, a água é superficial, e o solo fica prejudicado.

Essa é uma questão que, do ponto de vista técnico, tem de ser levada em conta, até por causa das propostas com as quais concordo, como as de cisterna. A cisterna é construída para, quando chove, armazenar água para quando não chove. Então, é possível armazenar água, sim, no verão, porque as chuvas são torrenciais, e as cisternas ficariam cheias rapidamente.

Trouxe uma outra comparação entre as médias do período e os anos de La Niña, porque costumamos verificar que — e é isso que se coloca como estudo —, quando temos um evento de El Niño, chove no Rio Grande do Sul e há seca no Nordeste. Quando temos um evento de La Niña, faz seca no Rio Grande do Sul e chove no Nordeste. Foi o que aconteceu no ano passado. E os nordestinos não aguentam a quantidade de água que cai e ao mesmo tempo escoa, porque tudo é cristalino, e nada é retido, toda a água se esvai.

Eu própria fiquei surpresa com a diferença entre a média da chuva. Se observarmos 3 anos de La Niña registrados, 2000, 2001 e 2007, há muito pouca variação média de chuva; então, aparentemente, a deficiência de água é muito pequena. O que quero dizer com isso é que parece que La Niña não tem tanta influência no Estado. Mas é claro que, do ponto de vista

agronômico ou de uma perspectiva de produção ou cultivo, o clima tem de ser pensado de outra forma, tem que ser pensado em termos de variabilidade.

O gráfico a seguir também foi produzido por um colega de equipe, o Professor Verdun, que faz um levantamento da precipitação de área e mostra exatamente que temos uma grande variabilidade de precipitação de área no Estado, que temos aqueles picos, sim, em abril e em maio. Mas, considerando o procedimento que adota — e ele fez doutorado na França —, segundo o qual o período seco é a relação entre precipitação inferior 4 vezes à temperatura, vamos ter um registro de ambiente seco no verão, exatamente porque as chuvas são esporádicas e torrenciais e as temperaturas são mais elevadas. Então, do ponto de vista agrônomo, registra-se, sim, um período seco.

Esse é um hidrograma do Arroio Miracatu na interface entre o planalto e a depressão, na região de São Francisco de Assis. Nesse balanço entre a precipitação e a vazão fluvial, o estudo nessa bacia demonstra que os picos de vazão coincidem exatamente com os picos de precipitação. Há uma precipitação e imediatamente isso é respondido na vazão. A curva que está mais retilínea corresponde à média. Então, podemos observar que fica difícil trabalhar com a média, porque a variabilidade da vazão, seja de área, seja a cada 10 dias como está representado aí, tem muito a ver com aquelas colunas superiores que são relativas à precipitação. Então, precipitação eventual e esporádica acarreta vazões rápidas e, consequentemente, um possível armazenamento de água, mas um escoamento significativo.

Aqui, rapidamente, uma vez que estamos falando em água, trago um outro estudo relativo à qualidade da água nessa região. Esse é um estudo sobre duas bacias naquela região do São Francisco — estou correndo para ficar no meu tempo, porque seu falar de todos os detalhes, a coisa vai longe. Esse estudo mostra, do ponto de vista da qualidade, as águas em algumas bacias dessa região ainda estão classificadas como classe 1; portanto, são de muito boa qualidade para uso humano e para outros fins de consumo, proteção de comunidades aquáticas, enfim. Porém, existem também bacias, como a Sanga da Esquina, numa área próxima à cidade São Francisco de Assis, onde as águas superficiais já estão contaminadas com sulfato, o que indica provavelmente o despejo de fertilizantes.

Isso tudo para chegar ao que eu quero dizer: do meu ponto de vista e a partir dos dados dos estudos que temos na região, o Rio Grande do Sul é um Estado de clima com precipitações abundantes, e essas precipitações em média são significativas, em torno de 1.500 milímetros, não se pode dizer que há escassez de água. A variabilidade das chuvas é a grande questão. Por outro lado, a questão que apresento para finalizar é relativa ao fato de que para uma gestão pública, no meu entendimento, há de se pensar no uso agrícola dos espaços. Só para os senhores terem um exemplo — e eu não tenho o mapeamento do Rio Grande do Sul —, trouxe o último mapa que fizemos com o diagnóstico da Bacia Ibicuí, no qual se comparou o uso do solo em áreas suscetíveis à arenização. Tudo o que está em branco são áreas suscetíveis a processo de arenização na Bacia do Ibicuí.

Em 2000, nós tínhamos aquela distribuição agrícolas, em 2007 nós temos aquela. Em vermelho, a área de ocorrência dos areais; em amarelo, soja; a silvicultura em roxo, e o arroz

num tom meio amarronzado, ao longo dos rios. Então, é possível observar a grande intensificação da atividade agrícola nessa região e, inclusive, numa área suscetível ao processo de arenização. E que implicações podem ter essas questões? Poderá haver implicações de uso em grande escala e a poluição da água também em grande escala.

A partir dos estudos que fizemos em alguns anos, particularmente no Pampa, verificamos que aquela é uma região naturalmente mais seca do que outras do Estado. E, se o nordeste do Rio Grande do Sul está reclamando de falta d'água, estamos numa complicação generalizada, porque o nordeste gaúcho é a região mais úmida do Estado, a de maiores índices de precipitação, acima de 1.500 milímetros anuais. Eu não trouxe esses mapas, mas os tenho em casa. Como diz o meu colega, não chover 300 milímetros não é nada. Agora no nordeste, onde chove 500 milímetros, não chover 300 milímetros é complicado.

Não estou defendendo que as cisternas se encaminhem para o Pampa. Não é isso. Mesmo sendo o Pampa a região menos úmida do Estado, recebe 1.400 milímetros anuais. Portanto, não existe *déficit* de água do ponto de vista das médias. Os dados ambientais registrados por meio de bioindicadores demonstram sua característica de área seca no passado geológico, ou seja, na verdade, há apenas 2 mil anos nós somos úmidos. Antes disso, era semiárido. Os dados de precipitação demonstram que essa é a área mais seca comparativamente às outras áreas do Estado, como já disse. O ressecamento não é significativo, conforme os dados de precipitação em eventos de La Niña, em média. Então, fica questão: de onde provém o ressecamento em termos de diminuição do fluxo de água superficial e a falta de umidade do solo? Acho que, do ponto de vista da dinâmica da natureza, provém da variabilidade das condições de clima no Rio Grande do Sul. Esse é um dado climático que deve ser aprofundado do ponto de vista das políticas públicas.

Há de se pensar também — e algum colega da Mesa já fez referência a isso — que é necessário ampliar os estudos sobre a questão do uso do solo e as políticas de estímulo às atividades econômicas no Estado. Vivemos hoje num Estado que praticamente cultua a monocultura da soja, do arroz e, mais recentemente, a silvicultura, que está proposta para a metade sul, numa região em que há maior escassez de água e as condições de solo, principalmente nas áreas que estão sendo projetadas no sudoeste e que são arenosas, de fácil infiltração e com grandes dificuldades para a manutenção desse processo.

Então, apenas queria deixar esses dados, dizendo que a minha participação aqui é acadêmica e o que trago são dados de sistematização daquilo que conhecemos, a partir do Pampa, sobre o Rio Grande do Sul. Mas acho, sim, porque preciso me posicionar em relação ao debate, que é muito interessante a construção de políticas públicas voltadas para os problemas de estiagem no Estado. E não podemos negar que eles ocorrem e tem ocorrido com mais frequência nos últimos anos.

Deixo a minha simples contribuição, dizendo que eu sou partidária da manutenção da biodiversidade, portanto sou partidária da diversificação da atividade agrícola e dos projetos efetivos de — quem sabe? — construção de cisternas ou outras formas de retenção de água para o desenvolvimento de uma atividade agrícola, digamos, mais diversificada.

Acho que o Rio Grande do Sul deveria pensar nessa perspectiva.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado à Profa. Dirce Maria Antunes Suertegaray, pesquisadora da URGs pela sua contribuição.

Anotei uma coisa do que V.Sa. disse, Dra. Dirce, que me chamou a atenção — e várias delas me chamaram a atenção, mas esta em especial. Refiro-me à afirmação de que o pico pluviométrico da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul se dá nos meses de abril e maio.

A SRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY - Um pico em abril e outro em setembro e outubro, segundo os dados médios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Certo.

A SRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY - Aqueles dados que o colega apresentou também demonstram isso. Mas a variabilidade é muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - O.k. Esse dado me chamou atenção porque, neste ano especificamente, tivemos falta de chuva exatamente nos meses de abril e maio. Quer dizer, antes, até tínhamos seca ali em setembro, outubro, novembro, dezembro, quando chovia pouco no Estado, e as secas que tivemos estavam relacionadas a isso. Neste ano, porém, não choveu em abril e maio. Foram meses de poucas chuvas no Estado.

A SRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY - Mas pode ocorrer. O normal é o pico. Mas há possibilidade, não existe um padrão. Então, existe uma variabilidade muito grande. Então, nos anos em que temos problemas, esse pico pode não ocorrer, como aconteceu em abril. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Exato.

A SRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY - Pode ocorrer seca, e o pico acontecer em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Vamos aguardar que seja, então, em agosto.

Muito obrigado, Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Chamo agora para fazer o uso da palavra o Dr. José Carlos Zukowski, Coordenador-Geral do Seguro da Agricultura Familiar, e lembro que ainda falarão o Prof. Carlos Antônio Lopes e o Prof. Vitor Kochhann Reisdorfer, da Universidade Regional Integrada — URI, que tem um estudo sobre esse tema e o que seria possível se diversificar ou se alterar na cultura da produção agrícola do Estado do Rio Grande do Sul.

Antes de passar a palavra ao Dr. José Carlos Zukowski, porém, convido o Dr. Luciano Marcos de Carvalho, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a tomar assento à mesa, e compartilho a presidência dos trabalhos com o Deputado Luis Carlos Heinze, que é também um ativista, um lutador nessa área da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul.

Peço, então, a S.Exa. que assuma o comando desta reunião, enquanto vou cumprir uma agenda a pedido do Presidente Michel Temer — e, se tudo correr bem, retornarei antes do final dos trabalhos.

Com a palavra o Dr. José Carlos Zukowski.

O SR. JOSÉ CARLOS ZUKOWSKI - Obrigado, Presidente, Deputado Marco Maia, pelo convite.

Também vou colocar-me aqui do lado para ficar mais fácil.

Quero cumprimentar os membros da Mesa e demais presentes.

Vou tratar de algumas questões relacionadas à estiagem na Região Sul, que são bastante relevantes no que diz respeito à agricultura familiar e também de alguns problemas do sistema Ministério do Desenvolvimento Agrário. Outros aspectos já foram tratados em outras palestras. Por isso, vou destacar apenas alguns pontos que são bastante importantes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Temos tratado essas questões da seca com várias ações, entre elas, uma das principais foi a criação do Seguro da Agricultura Familiar. E, como é sabido no mundo inteiro, o seguro agrícola é um instrumento muito importante para a gestão de riscos na agricultura e trabalhar com ferramentas e mecanismos indutores de mitigação de risco, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Sr. José Carlos, peço licença para interrompê-lo por um minuto, uma vez que o Dr. Egon precisa sair.

O SR. JOSÉ CARLOS ZUKOWSKI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Quero aproveitar a oportunidade para dizer ao representante do Ministro Minc e também aos representantes da ANA que uma das questões importantes aqui abordadas pelo Secretário Rogério Porto foi relativa ao que precisamos fazer — e seguramente todos fizeram ou farão menção a isso, o Prof. da URGS e o pessoal da URI —, porque a legislação é extremamente complicada. Por isso é que, antes de o senhor sair, gostaria de poder fazer essa observação.

O Secretário Rogério Porto teve uma reunião com a Governadora do Rio Grande para tratar sobre isso, e se verificou que a própria legislação não permitia uma mudança. Só para os senhores terem uma idéia, ressalto que, para licenciarmos um açude no Estado, levam-se de 2 a 3 anos. Foram, então, empreendidas algumas ações, juntamente com a FEPAM, o órgão responsável pelo meio ambiente no Estado, e fizeram com que a EMATER ficasse como responsável e que a fundação pudesse resolver as questões relativas a áreas de até 5 hectares. Dessa forma, é possível decidir em 2 ou 3 meses aquilo que levaria 2 ou 3 anos.

Hoje o problema da seca não é sentido apenas só no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina, no Paraná e no Mato Grosso do Sul. Os Estados do Sul e Mato Grosso do Sul sofrem praticamente do mesmo problema.

Portanto, há essa questão de legislação.

Depois, devemos conversar com o Ministério do Meio Ambiente e também com o pessoal da ANA sobre como nós devemos fazer. Como disse alguém aqui, temos de encontrar um jeito de acumular a água no inverno, porque ela vai embora, e falta no verão. Agora,

começa um período de chuvas em nosso Estado. Então, o que nós precisamos fazer? Ver na legislação de que forma podemos acumular essa água. Já temos experiência na metade sul do Estado com as barragens para o arroz. Agora, precisamos encontrar uma maneira para facilitar o acúmulo d'água nessas outras regiões deprimidas.

Vamos, portanto, fazer uma reunião específica sobre esse tema. Poderíamos chamar alguém do Ministério do Meio Ambiente, mais alguém da ANA e também dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Para essa discussão, não será necessário que o pessoal do Estado venha; o Deputado Marco Maia, eu e algum outro Parlamentar que tenha interesse no tema poderemos conversar especificamente sobre a legislação. E, como também estamos discutindo o Código Florestal brasileiro — e é ali que esse assunto está, digamos assim, trancado —podemos ver como fazer para agilizar esse processo.

Então, Dr. Egon, era o recado que queria dar antes da sua saída.

Agradeço a V.Sa. a presença.

Devolvo a palavra o Sr. José Carlos Zukowski.

O SR. JOSÉ CARLOS ZUKOWSKI - O.k. Muito bem.

Como dizia, senhores, o seguro foi criado na safra 2004/2005, começando com R\$2,5 bilhões de valores segurados. Nesta safra, estamos com R\$5 bilhões de valores segurados. É uma política de dimensão muito grande, voltada para atender o agricultor atingido por um evento climático. E o principal evento tem sido justamente a seca, a estiagem.

O que aconteceu? No primeiro ano do seguro, 2004/2005, tivemos mais de 245 mil pagamentos de cobertura. Mais da metade disso foi no Rio Grande do Sul. Aqui se falou em R\$14 milhões para as cisternas e outras cifras expressivas. No primeiro ano, pagamos — pasmem — R\$800 milhões. Esses R\$800 milhões, praticamente foram aplicados todos na Região Sul, mais da metade no Rio Grande do Sul. E, no segundo ano, teremos um pouco mais de aplicação.

Em razão disso, o que começamos a fazer? Iniciamos a realização de diagnósticos para conhecer melhor a causa dos problemas e o que poderia ser feito. Iniciamos um trabalho de monitoramento da operacionalização do seguro, monitoramento das lavouras, para ver onde estava o problema. E encontramos vários problemas. Uma parte disso foi de pagamentos indevidos, mas a grande maioria dos pagamentos foram de fato devido à seca. De fato, o agricultor perdeu. Agora, por que o agricultor perdeu? Identificamos situações em que, no mesmo município, um agricultor colheu e outro perdeu. Em alguns casos, um não estava tão longe do outro. Não eram vizinhos, mas não estavam tão distantes. Por que um colheu e outro perdeu? Verificamos que isso se deu por vários fatores. Pode ser a data de plantio, mas grande parte foi por questões de manejo, como uso de solo, plantio direto, cobertura vegetal etc.

Um outro aspecto importante é a comparação da variabilidade com médias. No Rio Grande do Sul, temos uma boa precipitação, quando se olha as médias.

Em azul, vemos um gráfico de precipitação da Região Centro-Oeste. Esse outro azul é de Alto Garças, em Mato Grosso. O que ele diz? Está bem claro o período em que chove e está bem claro o período em que não chove. O risco agrícola é bem menor. Sabe-se quando

chove e sabe-se quando não chove. No Rio Grande do Sul, este verde, por exemplo, é a cidade de Alegrete. Chove o ano inteiro, e não chove mal, chove o ano inteiro, mas há um problema: não um é algo certo, em que todo ano vai chover naquela época. O risco envolvido na precipitação é muito alto. Aqui, há um ponto importante: os senhores veem o mapa do Rio Grande do Sul. Em alguns lugares chove mais, noutros chove menos, mas em todos os lugares chove bem, na média do ano. Agora, se analisarmos o risco de ocorrer um veranico, uma pequena estiagem — aqui, em amarelo claro — ele é baixo, mas há um risco. Em amarelo escuro, um risco mais alto, e, em verde, o risco mais alto ainda. O senhores vêem que em todo o Estado do Rio Grande do Sul, há um risco de ocorrer veranico nos principais meses das safras de verão. E um risco considerável. Isso significa dizer o seguinte: chove bastante, mas o agricultor não tem segurança de que vai chover na época que é preciso.

Esse é um dos principais motivos: o risco climático, mas, no monitoramento que fizemos identificamos também outros fatores de perda na agricultura. Quanto ao uso de solo, solos declivosos, solos arenosos, problemas de degradação da mata ciliar, plantio muito perto dos rios, enfim, uma série de problemas de uso e manejo do solo foram identificados, bem como a falta de medidas preventivas, que explicam por que um agricultor colheu e outro perdeu, ambos no mesmo município. Então, são fatores de manejo. E, na análise desses fatores, começamos a adotar algumas medidas. Verificamos também, por exemplo, que o sistema de produção com manejo inadequado gera uma série de consequências — não vou entrar em detalhes. Muitos aqui são agrônomos e já sabem disso. Mas entre elas, estão perda de água por evaporação e escoamento, redução do armazenamento de água no solo, perda de material orgânico e nutrientes, poluição da água, compactação de solo, erosão de solo, acidificação e assim por diante, por problemas de manejo.

O objetivo do seguro não é simplesmente o de cobrir perdas, não é pagar indenização. Não foi para isso que foi criado o seguro. Se fosse o objetivo, poderia haver montanhas e montanhas de dinheiro, que nunca seria suficiente. O objetivo do seguro, em primeiro lugar, é trabalhar mecanismos para que o agricultor tenha segurança quando produzir, ou seja, diminuir a exposição do agricultor a riscos.

Nosso seguro oferece uma garantia de renda. Ele não é um seguro de custo, nem de produtividade. É bem mais do que isso: é um seguro que oferece uma garantia de renda, mas a renda do agricultor, em primeiro lugar, tem de vir de um bom trabalho de produção. Dessa forma, trabalhamos com políticas estruturantes, indicativos e estímulos para melhores práticas de plantio. O seguro tem de trabalhar sustentabilidade, porque não há Governo que consegue pagar R\$800 milhões de indenizações todos os anos. Então, temos de trabalhar esta questão — a gestão de riscos.

E o principal objetivo de tudo isso é o fortalecimento da agricultura familiar.

O que queremos é uma agricultura que recebe o seguro e está feliz porque recebe esse seguro? Não. Nenhum de nós quer isso. Queremos uma agricultura que planta e colhe. Agora, um ano ou outro em que acontece uma situação inesperada, em que o agricultor faz tudo o que é possível — trabalhou o programa de irrigação como sendo proposto, trabalhou o

programa de sistema tal como devia, trabalhou as questões de manejo como tinham de ser trabalhadas — e mesmo assim perdeu, então, o seguro cobre.

A partir do segundo ano do seguro, iniciamos um trabalho integrado com assistência técnica e com pesquisa científica. Há uma rede nacional de pesquisas agropecuárias. No Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para Agricultura, com várias universidades, coordenadas pela EMBRAPA Informática Agropecuária e pela UNICAMP, começamos um trabalho de monitorar, dar orientação e assistência técnica ao segurado. Infelizmente, não para todos, porque não havia recurso. Mas, pelo menos, alguns. Criamos unidades de referência, melhoramos o zoneamento agrícola e começamos a fazer trabalhos de eventos agroclimáticos e de rendimentos, para que houvesse melhores ferramentas de gestão de risco.

Este é o gráfico do pagamento de cobertura do seguro. No primeiro ano, 2005, pagamos R\$800 milhões. No segundo ano — e os senhores viram pelo mapa mostrado pelo representante da ANA, que, em 2006, a seca no Rio Grande do Sul foi pior do que em 2005 —, pagamos a metade do outro ano. Por que isso, se houve seca? São vários os fatores, mas um deles é que o trabalho de monitoramento, assistência técnica e reformulação de algumas características do seguro evitou perdas que podiam ser evitadas e também pagamentos indevidos. Ainda assim, foi muito grande.

Agora vejam 2006/2007 e 2007/2008. As perdas foram muito menores. É claro que foram anos muito bons, houve recorde de safra agrícola.

Se o seguro tivesse sido feito por uma seguradora privada — o seguro era de Governo —, com o subsídio, a subvenção ou prêmio que o Ministério da Agricultura e Pecuária oferece, nesses 2 anos, o agricultor teria rachado de ganhar dinheiro. Teria ganho muito dinheiro. O índice foi de 2% de sinistralidade em relação ao valor segurado. Em seguro agrícola, um índice de até 7% ou mesmo 10% está muito bom. Em relação ao valor segurado, não em relação ao prêmio. Em relação ao prêmio, o índice é menos de 1%.

Este ano, de fato, houve seca. A situação de seca foi pior do que nos anos passados. Nós já pagamos mais de R\$120 milhões e vamos chegar a mais de R\$300 milhões. Há muitos processos em análise. De fato, houve situação de seca. E, este ano, a seca foi maior no Paraná do que no Rio Grande do Sul, o que não aconteceu nos anos anteriores, mas, mesmo assim, foi muito forte ali também.

Além dos programas que tínhamos iniciado no passado, temos alguns programas para este ano e para os próximos. Um deles tem a ver com a capacitação dos agricultores. Em primeiro lugar, estamos montando um curso de capacitação de técnicos, e eles vão trabalhar com os agricultores em uso, manejo e conservação de solo e água. Há várias ações, não vou entrar em detalhes. É preciso analisar a região. Não posso criar uma solução que vale para todas. Capacitar os técnicos para que capacitem os agricultores, assistência técnica *in loco* nas propriedades. Há uma série de ações que podem ser feitas.

Um outro programa no qual estamos trabalhando diz respeito aos agricultores que têm perdas recorrentes. O agricultor perdeu no primeiro ano, perdeu no segundo, perdeu no

terceiro ano? Há uma antiga regra que diz que ele precisa rever a situação. Se perdeu 3 anos plantando soja, precisa investir em outra cultura. Essa regra está no Conselho Monetário Nacional já há muitos anos. Para esse pessoal, estamos trabalhando um programa de reconversão.

Então, é preciso verificar e divulgar o programa para o produtor procurar a EMATER e articular com os bancos. Também é preciso identificar esses agricultores, fazer um diagnóstico das causas, analisar o que é viável, o que é possível e explicitar as recomendações técnicas. Para determinados agricultores, mudar o manejo talvez já resolva; para outros, pode-se construir uma cisterna, um açude, ou irrigar. Para tanto, existe o PRONAF, com linhas de financiamento. Foi criado o PRONAF Mais Alimentos, que, num primeiro momento, foi associado à aquisição de trator, mas ele não financia apenas trator, financia qualquer coisa, e com uma taxa de juro muito baixa. No Rio Grande do Sul, o Governo ainda dá subsídios, e com taxa zero. Então existe um excelente programa para esse trabalho.

Existe também uma metodologia com a qual estamos trabalhando, inicialmente chamada Crédito Sistêmico e agora se chama PRONAF Sustentável, que prevê assistência técnica integral para todas as atividades da propriedade.

Em síntese, são esses os pontos que eu queria trazer para subsidiar as discussões e para reforçar que é importante que esse conjunto de ações esteja integrado. É importante trabalhar cisterna e irrigação, mas o que temos visto no monitoramento de campo, principalmente para o agricultor familiar, o mais crítico é o manejo. É preciso que o agricultor seja orientado a fazer um bom manejo de solo, para que possa ter os benefícios que virão da cisterna e de outras medidas e programas do Governo.

Agradeço a todos a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Agradeço a contribuição ao Dr. Zukowski.

Informo que o Prof. Carlos Lopes e o Prof. Reisdorfer, em nome na URI, estão desenvolvendo um trabalho em 118 municípios do Rio Grande do Sul, basicamente nessa região da seca, justamente procurando um sistema de reconversão. É um recurso que conseguimos junto ao SESCOOP — e rendo aqui minhas homenagens ao Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas; ao Presidente da OCERGS, Virgílio Peres, do Rio Grande do Sul, e agora à URI, por intermédio dos Profs. Reisdorfer e Carlos Lopes, com todos os técnicos das cooperativas, da EMATER e das empresas privadas —, e estão desenhando um plano de reconversão, no qual a irrigação também é um dos pontos fortes do projeto.

Com a palavra o Prof. Vitor Kochhann Reisdorfer.

O SR. VITOR KOCHHANN REISDORFER - Boa tarde a todos.

É uma grande satisfação estar presente nesta oportunidade.

Sou da região que está sendo discutida agora, vivo lá, e sou da atividade do agronegócio. Evidentemente, quando nós, produtores, recebemos essa excelente notícia, vibramos de alegria. E não somente nós, porque vimos aqui falar em nome também das cooperativas e da nossa região. Está de parabéns a Comissão pela ideia de discutir esse

aspecto tão importante para aquela região, que se converteu em um problema por causa da falta de chuvas em determinados períodos.

Mas, como muito aqui já se falou sobre chuva, não vamos chover no molhado. Acreditamos que podemos fazer chover nos períodos em que não está chovendo, que é possível administrar os recursos e, como temos uma visão de resultados, é isso o que queremos para a nossa região, é isso o que queremos para o País. Queremos produção, portanto temos de administrar os nossos recursos, inclusive os hídricos, para transformá-los em recursos econômicos.

Portanto, se tiver de evaporar água, que evapore na nossa região com a criação de níveis e barragens que possam contribuir para o processo de evaporação, enfim, para as finalidades a que se destinam.

Quero mostrar rapidamente algumas questões que estão acontecendo na região e que nos preocupam sobremaneira.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta é a região em que vivemos e que aqui estamos discutindo neste momento em que analisamos o projeto gestado pelo Deputado Heinze.

Uma vez que a Profa. Dirce falou mais sobre a metade sul, trataremos dessa outra parte do Estado do Rio Grande do Sul que está sendo assolada pelos efeitos climáticos.

Temos alguns problemas na produção de carne, de leite e de grãos, como a falta de chuva em determinados períodos. Também temos problemas com os produtores que trabalham com silagem, para a produção de leite — há um percentual pequeno que ainda tem usado esse recurso, em virtude da falta de chuva em determinados períodos, na produção justamente do alimento para o gado de leite. Desde o início do ano, na região houve redução de 33% na produção de leite. Há também redução prevista para o trigo. Na região das Missões, há uma quebra prevista de 102% na produção de milho em relação à expectativa inicial.

Como eu disse, está aqui o indicativo de um município que reflete a realidade. A falta de chuva em determinados períodos, mesmo que curtos, tem efeito devastador.

A seguir, vemos a fotografia de uma lavoura de milho, em 2009, cuja fonte é a Cooperativa COTRISA, de Santo Ângelo. Numa safra normal, tivemos perda média de 40%; no milho safrinha, em torno de 80%, o que dá média de perda de 62%. Isso também está registrado no *Correio do Povo*, jornal do Estado do Rio Grande do Sul.

Esse é o exemplo de uma pesquisa realizada este ano na lavoura irrigada no Município de São Luiz Gonzaga, próximo a Santo Ângelo, onde foram testadas 61 variedades de soja, dentre as quais, 21 transgênicas e 40 não-transgênicas. A variedade não-transgênica teve produtividade média de 9% a mais por hectare. Uma dessas variedades apresentou resultado de 6 mil e 500 quilos por hectare irrigado. Precisamos de tecnologia genética, de sementes de boa qualidade adaptadas para a região. Aí entra um dos pleitos que a região sempre está propondo, qual seja a pesquisa em termos de genética e de cultivo de variedades, corroborando o que já vinha sendo dito pelo Porto.

A grande proposta é transformar o Estado do Rio Grande do Sul em um imenso canteiro irrigado. Aí, sim, teremos condições de produzir tudo aquilo que nos disseram possível, conforme dados apresentados.

Evidentemente, não chegaremos a esse nível de detalhamento, mas podemos mostrar que se pode chegar a resultados invejáveis e surpreendentes se conseguirmos fazer a gestão desses recursos, aplicando-os de forma correta na região.

Cenários da seca começam de fato a ser comuns na região, assim como açudes completamente secos e animais abatidos e com sede.

Vamos mostrar alguns dados pluviométricos um pouco diferentes da metodologia apresentada, de 1995 a 2009, na região das Missões. Observem que o que está marcado em vermelho representa o volume de chuvas que ocorreu nos meses de 2004, 2005 e 2006.

Dizia eu há pouco do porquê da nossa frustração justamente nos períodos de verão, que não foram muito longos, mas o suficiente para promover todo esse resultado preocupante. Da mesma forma, acontece em determinados períodos ao longo dos demais meses desses anos. Em todos esses períodos sinalizados em vermelho houve chuvas mensais abaixo da média, o que produziu dificuldades de cultivo, especialmente em ciclos curtos, como é o caso das lavouras de verão, as mais afetadas.

O ano de 2004 foi um dos piores para a nossa região. Todos esses municípios que fazem parte da região das Missões, no Rio Grande do Sul, tiveram precipitações pluviométricas abaixo da média, realmente caracterizando um ano terrível. As fotos logo adiante vão demonstrar os efeitos desses períodos quando tivemos baixo nível de chuvas.

O ano de 2005 já foi um pouco menos acentuado, mas com problemáticas terríveis concentradas em janeiro, fevereiro e março. Podemos perceber claramente que, mesmo numa região de 25 municípios, alguns sofrem sobremaneira com esse efeito. O nível de chuvas naquela região ainda é menor. Ele não se repete, mas acontece de forma cíclica. Entendemos que é possível gerenciar melhor a administração desses recursos por meio de investimentos na atividade de irrigação para a região.

Em 2006, também temos alguns efeitos sofríveis, especialmente no período crítico. O alto índice de seguro agrícola pago no mês de fevereiro se deu porque esse é o período crítico do cultivo da soja e do milho.

Março e abril de 2009 — período de precipitações na nossa região. Os senhores podem observar que a média do mês de abril não passou de 12 milímetros ao mês. Esse realmente foi um período com muito baixa precipitação e que produziu as perdas que estamos tendo neste ano no leite.

Vemos aqui, somente a título de ilustração, as perdas em reais ocorridas na região das Missões no ano de 2007. Foram 106 milhões na produção de soja e 7,3 milhões na do milho.

No ano de 2009, vemos o quanto significaria se tivéssemos apenas chegado ao nível médio, ou seja, ao nível esperado de colheita. Então, temos, no ano de 2009, uma expectativa de perda que já aconteceu, na verdade, de aproximadamente 50 milhões em soja e 62 milhões

no milho. São recursos importantes que não podemos mais deixar de fazer girar dentro dos nossos municípios. São recursos que precisamos utilizar para reinvestir na cadeia produtiva.

Na produção do leite, temos também aqui uma perda muito grande. A região das Missões, a noroeste, tem uma bacia leiteira forte e que precisa também de investimentos em irrigação. Precisamos construir de fato reservatórios para que consigamos fazer, nesses períodos praticamente sem precipitação pluviométrica, a compensação hídrica. Esse é um aspecto importante para nós.

A seguir, vemos algumas fotos que demonstram o que acabamos de verificar nos quadros que mostram as precipitações: uma lavoura de soja; nas Missões, um rio e uma pastagem completamente deteriorada; uma pastagem da atividade leiteira. Todas as fotos são de 2009.

De 2004 a 2005, vemos o que se chegou a produzir, inclusive com árvores que morreram em regiões um pouco mais rochosas, efeito a que não estamos de fato habituados e que não pensávamos ver no Rio Grande do Sul, apesar dessa precipitação de aproximadamente 1.800 a 2.000 milímetros médios anuais.

Vemos uma lavoura de milho de 2009 completamente perdida, um exemplo do que o Secretário de Irrigação dizia. Não podemos ter apenas bebedouros, porque eles não servem para atividades econômicas mais importantes. Temos de construir reservatórios de água que consigam fazer essa compensação hídrica. Esse, então, é um desses pequenos reservatórios, que está praticamente seco este ano.

Podemos observar essa foto, tirada este ano, de uma região bastante afetada pela seca. Na região das Missões, praticamente não houve condições de produção de milho. Em Passo Fundo, açudes completamente secos. Nessa outra foto, vemos uma senhora puxando a vaquinha de leite num reservatório em que deveria haver água. Em Horizontina, também podemos ver o nível da água que ficou nesse reservatório, nesse bebedouro.

Casualmente, temos foto de uma verificação sendo feita pelo nosso Presidente da EMATER em uma lavoura de milho que chegou a um bom desenvolvimento, mas infelizmente não houve produtividade, em virtude justamente de no período crítico do ciclo não ter tido chuvas. Essa é outra lavoura de milho que não chegou àquele nível. Esse tipo de lavoura, por exemplo, não serve nem para silagem, não chega a produzir massa suficiente.

Essa é a demonstração de uma lavoura de soja. Vemos na outra foto como ficou uma das paisagens da nossa região nesse período.

Do que precisamos, então? O que, para a região, é importante? Que se busque de fato esse consenso, no sentido de que o Rio Grande do Sul é diferente da Região Nordeste. Precisamos fazer esse complemento de aporte hídrico nesse período. Para isso, precisamos dessa gestão de irrigação, por meio de um processo amplo de desoneração, porque também temos uma questão que se refere à sustentabilidade econômica: precisamos produzir carne. E para produzir carne, precisamos produzir grãos. De toda forma, precisamos de recursos hídricos.

Precisamos também modificar a vocação de produção da região. E para modificarmos a vocação de produção, por exemplo, para diversificados, pegamos o feijão, o milho pipoca ou outros tipos de produtos e grãos que podemos produzir, temos solo para isso, mas temos também que fazer com que haja precipitação pluviométrica suficiente para a produção dessas culturas que têm ciclos curtos. Então, também precisamos de água para isso. E não é muita água. Essa água e esse investimento darão, sim, um resultado fantástico em termos de números na atividade econômica do Estado do Rio Grande do Sul.

Precisamos de tecnologia em melhoramento genético — já comentávamos sobre isso. A EMBRAPA é uma parceira importante nesse processo, e esperamos contar cada vez mais com ela. Precisamos do melhoramento de processos de gestão de recursos, inclusive os financeiros e econômicos, pelos produtores. Precisamos envolver cada vez mais as universidades nesse auxílio e contribuição para atingir os objetivos a que todos nos propomos, a fim de obter resultados econômicos. Esse é o nosso foco. A região precisa efetivamente que se destine parte desses grandes volumes de recursos que são hoje pagos com o seguro agrícola; esses recursos não devem mais ser gastos. Precisamos investir, gastar menos e investir mais em atividades que possam ser, de fato, políticas permanentes para a compensação desse aspecto hídrico, que trará o resultado econômico diferenciado.

Senhores, da nossa parte, era o que tínhamos a apresentar.

Agradecemos a todos a oportunidade.

Colocamo-nos à disposição.

Já estamos fazendo, Deputado Luis Carlos Heinze, aquele estudo, aquela pesquisa na região, que nos trará, a curtíssimo prazo, alguns norteadores importantes, e poderemos, sim, aplicá-los no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Na sequência, para concluir a parte da URI, concedo a palavra ao Sr. Carlos Antonio Lopes.

O SR. CARLOS ANTONIO LOPES - Boa tarde a todos.

Agradeço ao Deputado Luis Carlos Heinze o convite desta Comissão para estar aqui nesta tarde debatendo um tema que está dentro de um outro contexto: a estiagem dentro do contexto de efeitos climáticos.

Na qualidade de economista, o nosso enfoque se dá em cima da situação do produtor rural e da sua renda. Portanto, quando se inicia na região um trabalho como esse que está sendo feito, de avaliação de alternativas produtivas, buscamos, sob alguns enfoques dados de modelo de fomento agropecuário, um pouco mais de especialização, um pouco mais de profissionalização, um pouco mais de tratamento mais adequado do tema.

O Dr. José Carlos mencionou os componentes que afetam a produtividade agrícola extra: os efeitos climáticos.

Dr. José Carlos, conseguimos dimensionar alguns levantamentos de cultura de soja na região das Missões, a noroeste. Identificamos que 40% do problema da produtividade está no

efeito climático, e o restante, naturalmente, numa série de outras variáveis: problemas de correção de uso do solo, de gestão, etc.

Nesse sentido, quando se aborda a questão da matriz produtiva, da revisão da matriz produtiva, das alternativas, enfim, da viabilização, associa-se muito à situação do produtor rural naquela região enquanto comparativo da eficiência produtiva das culturas que lá são produzidas, seja cultura comparada com ela mesma em outros Estados da Federação, seja com outras culturas produzidas em outros Estados da Federação.

Nesse sentido, observamos uma perda substancial da produtividade agrícola e pecuária daquela região sob esse enfoque: os efeitos climáticos é uma parte e, naturalmente, outras questões precisam ser avaliadas.

Com relação a esse estudo da região, que ainda não está concluído, pretendemos justamente fazer um levantamento da viabilidade técnica e econômica, das alternativas produtivas recomendadas, orientadas para os produtores rurais. Naturalmente, há uma série de outras recomendações — o próprio zoneamento o faz —, mas há uma questão de ordem técnica que precisa ser revista.

Do ponto de vista dos recursos financeiros, da fonte de financiamento, dos programas emergenciais, ficou bem claro, nesta tarde, que de certa forma temos fontes para trabalhar melhor essa questão. Não há, necessariamente, um problema de recursos, mas um problema de orientação política, de orientação técnica, que não é o problema mais grave.

Recomendamos, a partir do levantamento desses estudos, alternativas que deem ao produtor rural condição de renda. Um elemento importante que identificamos é a orientação do produtor rural em cima do sistema de produção e comercialização. O que tem acontecido na prática? Os produtores estão orientados para o mercado. E mercado é uma questão de preço e competitividade. Preços para algumas culturas naquela região podem até atingir níveis adequados, mas, naturalmente, o problema mercadológico é o principal problema de instrução ou de orientação de alguma alternativa.

Ora, quem procura preço não tem rentabilidade; quem procura segurança procura alguns sistemas, como o Sistema Integrado de Produção. Os Sistemas Integrados de Produção foram ampliados consideravelmente naquela região, mas há um problema bastante sério que precisa ser trabalhado: a regulação dos contratos. Não observamos no Sistema Integrado de Produção uma forma de proteção que se adapte às condições de mudança de matriz ou mudança de infraestrutura, para que o produtor rural possa aderir a um sistema integrado, seja na produção de leite, seja na de frango, seja na de suíno, enfim, em atividades que estão avançando para a região oeste do Rio Grande do Sul. Poderíamos, de certa forma, contribuir para que essa regulação fosse pensada.

Outro aspecto observado nesse estudo é que o modelo de fomento alternativo precisa levar em conta uma mudança na gestão. Essa mudança de gestão leva em conta o que entendemos por vocação.

Na avaliação de alternativas produtivas se comenta muito a questão da vocação regional, da vocação situacional. Isso também precisa de uma revisão. A reconversão

vocacional é de atitude. O produtor está interessado em mudança? O produtor responde a essas orientações com a mesma vontade que entendemos ser possível orientar? Então, o que está acontecendo na região, de fato, é uma desmotivação, uma perda da capacidade empreendedora, da capacidade de assumir riscos. E o risco é inerente a qualquer negócio.

Portanto, nosso enfoque de modelo alternativo sendo estudado não é um enfoque de fomento público puro e simplesmente. É preciso a bandeja, é preciso também o chapéu.

Começamos a observar, nos 4 quadrantes do Rio Grande do Sul, o que acontece com algumas culturas que de fato têm ganhos de eficiência, de produtividade, e têm sido inclusive culturas de maior nível de avanço no Brasil. O arroz, como uma cultura privada de irrigação, conforme disse o Dr. Porto, e que representa de fato os melhores avanços nesse sentido, é uma das poucas culturas que tem um CDO. Isso representa pesquisa, investimento, desenvolvimento de variedades, aperfeiçoamento.

O que acontece com outras culturas que não têm CD? Elas não estão com a boa prática da bandeja e do chapéu equilibrada.

Entendemos que o modelo de fomento tem de ser buscado, sim; políticas públicas, o objetivo desta Comissão, mas, evidentemente, temos de também trazer um programa de parceria público-privada para a agricultura que contemple essencialmente um comparativo entre o atual modelo convencional de programas, como a política agrícola e pecuária do Governo Federal, os programas estruturantes do Estado do Rio Grande do Sul, as leis de incentivo municipais, que atualmente estão extremamente desarmonizadas.

Cada município tem sua proposta individual. Se é eficiente ou não, isso precisa ser avaliado. No nosso estudo, pretendemos fazer uma avaliação desses 118 municípios que estão sendo trabalhados e apresentar uma proposta de harmonização.

Está em andamento, no Estado do Rio Grande do Sul, a implantação da Lei Geral de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas. Apenas 8 municípios, até agora, dos 496, conseguiram implantar sua lei de incentivo.

Ora, programas de irrigação são de empresas de irrigação, e naturalmente que na construção das leis de incentivo municipais micro e pequenas empresas de suporte e irrigação poderiam sobremaneira participar.

Outro aspecto importante que estamos tentando levantar nesse estudo diz respeito à concepção do produtor rural da viabilidade técnica e econômica de projetos, capacidade de pagamento, risco da própria cultura ou risco de integração da sua unidade produtiva, o que é muito importante na avaliação.

Não adianta uma cultura ter ou apresentar viabilidade econômica, e a unidade como um todo não conseguir de fato avançar nesse sentido. Exemplo disso foi visto recentemente com o problema do frango. Os produtores fizeram investimentos pesados na expansão da avicultura, e uma empresa atrasava os pagamentos. Isso inviabiliza totalmente uma atividade que não tem custo de transação assim tão pequeno. A mudança de alternativa de avicultura, com todo investimento que se tem de fazer em estrutura física naturalmente é um problema muito sério.

Portanto, esperamos a fase inicial conclusiva desse estudo nesta semana. Combinamos com a Secretaria da Comissão que passaremos esse material tão logo seja feita a entrega para o SISCOOP, que se dará nesta semana, um relatório ainda que parcial, e isso poderá integrar, então, os trabalhos da Comissão.

Por último, comentarei um pouco sobre alguns aspectos que entendemos muito importantes nesse esboço do modelo, além do que já falei. O primeiro deles é essa necessidade urgente de reconversão vocacional. De fato, a agricultura do Rio Grande do Sul, para mudar sua estrutura, precisa de uma orientação profissional, e isso não faz parte da vocação atual.

A governança regionalizada também é um fator importante. Hoje, espera-se muito que as ações de planejamento sejam executadas pelos outros. Espera-se naturalmente que o Governo Federal o faça, assim como as outras instituições de fomento. Entendemos que a região precisa atrair um pouco as ações enquanto governança desse processo.

A seca não é simplesmente um evento, ela faz parte de um contexto. Por isso precisa ser tratada com governança regionalizada. A regulação produtiva gerencial e comercial é um processo que, se o produtor desejar um preço menor, mas uma garantia por meio do sistema de integração, precisa de um modelo de fomento que de fato abarque algumas iniciativas nesse sentido.

Outro ponto que também julgamos de extrema importância é a regulação incentivada do uso dos recursos hídricos. Todos sabem que o avanço na implantação de equipamentos de irrigação no Brasil é ínfimo. A orientação dada nesse sentido demonstra problemas de ordem de legislação ambiental e de financiamento. Sabemos que, com a governança regionalizada, a possibilidade de regulação incentivada com a participação dos municípios, por meio da combinação de leis municipais, estaduais e federais que contemplem inclusive a instalação de uma agência de irrigação nos mesmos modelos de uma agência reguladora, na parceria público-privada, atrai incentivo para a irrigação.

Outra questão é a parte da desoneração. Entendemos que a água, da forma como está sendo tratada, ainda é vista como insumo de responsabilidade exclusiva de quem a usa. Por certo, o tratamento da água como infraestrutura a coloca inclusive em situação semelhante à que ocorre nas estradas, na armazenagem, no aproveitamento de oportunidades externas. Tudo isso faz parte do fomento, e, a rigor, não é dado o mesmo tratamento para a água, inclusive na própria possibilidade da cobrança.

Portanto, esperamos que a avaliação desses graus de risco dos empreendimentos, a análise da viabilidade técnica e econômica dos projetos levantados, a recomendação dessas alternativas produtivas no nível de minifúndio, da pequena, da média e da grande propriedade, que também é importante, possam ter os componentes básicos de um modelo alternativo de fomento.

Agradeço à Comissão a oportunidade.

Colocamo-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O pessoal está indo embora, a nossa plateia está diminuindo. O Prefeito de Mariana Pimentel, que também é Vice-Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, mora longe; o companheiro da EMBRAPA, o Luciano, que é do Ministério, o pessoal da defesa civil, da ANA e os demais são daqui. Vamos dar lugar para quem tem de viajar. Depois, passaremos a palavra ao Ghisio, que hoje representa a FAMURS.

Há 267 municípios hoje em situação de emergência no Rio Grande do Sul. Ontem, eu falava com o Ministro Geddel Vieira Lima, que comentava: “Vocês têm seca”? Pessoal, imaginem a seca no Nordeste — lá não dá nada.”

Produzimos e deixamos de produzir, conforme os números mostrados aqui. Não se trata da seca, porque lá eles nem têm condições de plantar. Nós plantamos. Agora, precisamos de políticas públicas, e isso vai depender do Ministério da Agricultura, do MDA, da EMBRAPA, da FEPAG. Precisar de um conjunto de ações.

Por isso, agradecemos, Ghisio, a presença da FAMURS, que está representando, em nome do nosso Vice-Presidente, os 267 municípios hoje em situação de emergência no Estado. É importante a participação da FAMURS nesse processo, porque, afinal, é no município que as coisas acontecem, é ao Prefeito que o povo, quando tem problema, pergunta: “Decretou emergência? Não decretou? Leva água? Não leva água?” Enfim, nessa questão, o Prefeito é o primeiro a ser atingido. Ou melhor, é o produtor, mas o anteparo é o Prefeito, para que venha reivindicar ao Governo do Estado ou, então, ao Governo Federal.

Portanto, agradecemos a todos a presença.

Concedo a palavra ao Sr. Joehl Ghisio, para sua exposição.

O SR. JOEHL GHISIO - Obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze. Quero parabenizá-lo, em nome da nossa federação, representando agora o nosso Presidente, que está no Rio Grande do Sul, numa outra pauta, nos municípios.

Parabenizo a Comissão, na presença de V.Exa., Sr. Presidente e do Deputado Marco Maia, pelo excelente trabalho aqui desenvolvido pelas áreas técnicas trazidas para os nossos Prefeitos e para as outras áreas também convergirem.

No Estado, dos 456 municípios, 266 estão em situação de emergência. Não estamos em situação de emergência, mas somos muitos solidários àqueles que estão, porque a vivenciamos nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Na quarta-feira da semana passada, aprovamos moção interna de apoio à Comissão de Agricultura, depois de ouvir todos os aspectos técnicos mencionados, para que os 40 milhões de reais destinados pelo Governo Federal à Defesa Civil — temos a nossa representante — sejam utilizados também em máquinas, em barragens suficientes para fazer um armazenamento de água nos nossos municípios. E não nos esqueçamos das questões estruturantes e preventivas de materiais e equipamentos para irrigação de poços artesianos e de cisternas. Precisamos reverter o recurso para a compra do equipamento, a fim de que o próprio município tenha o poder de gerenciamento da sua máquina, para fazer a sua barragem, e não precisar contratar por hora, que sai muito mais caro.

O pequeno município pode trabalhar muito mais com a máquina comprada, sob sua jurisdição do que contratando e terceirizando o serviço, a mão de obra para a construção de açudes, por exemplo.

Esse foi um dos pleitos dos Prefeitos gaúchos na quarta-feira passada: que a Defesa Civil, os Ministérios, a Comissão de Agricultura, aqui representada pelo nosso Deputado, se sensibilizassem para transformar a funcional programática também para aquisição de máquinas para a construção de barragens no Estado do Rio Grande do Sul, porque nos assola há bastante tempo a questão da seca.

Também levanto situação mencionada aqui pela nossa companheira da Defesa Civil e por outros Ministérios com relação à capacitação dos nossos agentes da Defesa Civil, não só do Governo Federal, como do Governo Municipal e do Governo Estadual, a fim de prepararmos nossas pequenas comunidades, os organismos da Defesa Civil. Precisamos de reservas financeiras também no município, para que possamos fazer o enfrentamento de eventos desastrosos, como chuvas ou secas, como granizos ou vendavais. É necessário que isso se faça de maneira federativa, e não somente por meio de um único órgão. Esse trabalho deve conjugar os 3 entes federados.

Uma questão bastante me preocupou ao ouvir todas as áreas técnicas. Todas as lâminas trazidas aqui, com exceção das do Secretário de Irrigação, em um determinado momento apenas, trouxeram dados históricos.

Eu gostaria de salientar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Integrada, que está aqui presente, e outros órgãos de pesquisa, como EMBRAPA, EMATER, FEPAGRO, Defesa Civil, Ministério da Integração Nacional, a questão da previsibilidade do advento de uma nova seca ou enchente no Rio Grande do Sul, que pode ocorrer em 2009 e 2010. Temos trabalhado em cima da previsibilidade. Chamo a atenção dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, ganhando forças na parte técnica e de pesquisa, para que possamos conjugar esses esforços.

Agradeço aos Deputados e aos Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Sim, pode falar.

A SRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY - A situação do Rio Grande do Sul é muito delicada. Há uma experiência de alunos nossos que trabalham com climatologia. Não estamos conseguindo acesso aos dados meteorológicos do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, da FEPAGRO, a não ser pagando.

Cito experiência que tive com uma orientanda — inclusive enviei carta à FEPAGRO — que precisava de dados do Rio Grande do Sul e, para complementar, dados da Argentina e do Uruguai. Quanto aos dados desses países, a orientanda acessou a Internet. O que precisou ser complementado, a Argentina enviou em menos de um mês.

Agora, a FEPAGRO cobrou — para uma série de 30 anos, dados diários, para fazer o levantamento climático do Estado — cerca de 25 mil reais pelos dados. Ou seja, 30 centavos por cada dado. Essa é a situação.

Além disso, outra questão muito importante, que esqueci de fazer referência, é a necessidade de ampliar a rede meteorológica do Estado, que, em vez de se expandir, está se retraindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Sra. Dirce, esse ponto é importante e irá fazer parte do nosso relatório. Essa rede precisa ser feita. A EMBRAPA também tem alguma coisa na rede da FEPAGRO. É preciso integrar todas as informações.

Próximo à Barragem do Salto do Jacuí, os produtores possuem muita informação. Ali não há nenhum órgão do Estado nem do Governo Federal; há um produtor que está ali há mais 40 anos, que registra sistematicamente os dados. É esse tipo de informação que o produtor ou uma cooperativa tem de buscar. São dados de grande valia, uma série histórica que precisamos ter.

A informação de V.Sa. está anotada.

O SR. MOACIR JOSÉ VAZ DE SOUSA - Eu conversava com a professora sobre os dados de 2004. Todas as previsões indicavam a incidência do *El Niño* no começo do ano, no verão. Na verdade, aconteceu *La Niña* e houve a crise de 2005. No Rio Grande do Sul, hoje temos apenas 68 estações credenciadas na rede, sendo que a maior parte delas é de coleta manual. Elas não estão informatizadas, ligadas em rede, e isso dificulta muito o processo. No Rio Grande do Sul, que já foi um dos Estados mais avançados nessa área de monitoramento de dados, hoje a situação está complicada. Sem os dados, a situação torna-se mais complicada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Há alguma outra informação?

O SR. MOACIR JOSÉ VAZ DE SOUSA - Sim, existem outras informações da EMBRAPA. Não sei se há tempo, podemos encaminhar por escrito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - A colaboração que os senhores podem nos passar é sobre a rede. Podemos trabalhar com o Ministro Reinhold Stephanes, pois que o temo é afeto ao Ministério, e com a bancada do Rio Grande do Sul, que pode colaborar nesse aspecto. A Profa. Dirce pode nos dar uma ideia da demanda e analisaremos a rede existente. Já trabalhei por 3 ou 4 dessas estações, cujos recursos para a instalação em alguns pontos do Rio Grande do Sul foram conseguidos no Ministério. Podemos ver com a FEPAGRO, com a EMBRAPA, com o Estado, com o Ministério e com as universidades, como a URGs, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, URI, se têm alguma coisa, a fim de integrarmos essa rede de cooperativas, enfim, de todos os privados. Essa informação é fundamental para pegarmos o passado, que existe, e as previsões de futuro. Assim nos integraremos com o INPE. O próprio Ministério tem um serviço relativo a isso. Essa é uma questão que precisamos de ajustar.

Penso que esta Comissão, Cristina, tem esse tipo de informações e os senhores poderiam nos ajudar no processo, porque aí com o Ministério da Integração, com o Ministério da Agricultura e com a EMBRAPA, além do Estado do Rio Grande do Sul, nós poderemos trabalhar na montagem rede, porque isso representa futuro para nós.

O que precisamos fazer? Esta seca está nos deixando algumas lições. Vamos também deixar alguma coisa. Com isso, estaremos sempre trabalhando para frente.

Tem a palavra o Sr. Moacir.

O SR. MOACIR JOSÉ VAZ DE SOUSA - Sr. Presidente, depois, se for possível, solicitarei 5 minutos para complementar as informações que passamos em termos de política pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luís Carlos Heinze) - Pode falar agora.

O SR. SEBASTIÃO CARNEIRO - Também na questão da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luís Carlos Heinze) - Só 1 minutinho, porque o pessoal da ANA também tem que sair.

Eu tinha um compromisso na Defesa Civil a respeito de projetos que vieram do Rio Grande do Sul, mas vamos chegar mais tarde lá.

O Sr. Sebastião vai fazer uma argumentação e, depois, falará o Sr. Moacir, para arrematarmos. E, finalmente, falará o Sr. Luciano.

O SR. SEBASTIÃO CARNEIRO - Sr. Deputado Luís Carlos Heinze, Representante do Rio Grande Sul, de São Borja, sou Sebastião Carneiro, Assessor Parlamentar da Agência Nacional de Águas — ANA.

Gostaria de abordar 3 pontos. O primeiro é o seguinte. A ANA realizou reunião com alguns Senadores que participaram do Fórum Internacional das Águas em Istambul. Desse encontro surgiu uma proposta de realizar em 5 cidades, representando 5 regiões, uma série de audiências — ou diligências, como se denomina isso no Senado — sobre gestão integrada dos recursos hídricos. A próxima reunião será 9 de julho, em Fortaleza. Cheguei ontem à noite de Fortaleza, onde providenciamos tudo para realização da audiência pública.

Depois, estão programada as seguintes audiências públicas: em Vitória, nos dias 20 e 21 de agosto; em Porto Alegre, nos dias 24 e 25 de setembro — reunião que seria importante para V.Exa., Sr. Deputado — na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; em Manaus, nos dias 22 e 23 de outubro; em Campo Grande, no dia 26 de novembro; em Brasília, no dia 8 de dezembro.

Essas audiências públicas terão o objetivo de fazer uma integração dos parlamentares — e gostaria que a professora falasse sobre isso, mas ela tem de sair — com os agentes públicos responsáveis pelas áreas dos recursos hídricos. No caso, integrar os Deputados da Assembleia Legislativa, principalmente aqueles ligados às Comissões de Meio Ambiente ou às de Recursos Hídricos. No Ceará, por exemplo, há Comissão de Meio Ambiente e há Comissão de Agricultura e Recursos Hídricos, que estão intimamente ligadas à questão.

Então, o objetivo desses encontros é buscar experiências em função do que a ANA tem feito. Por exemplo, recentemente, estive no Brasil uma Comissão da União Européia, e entre seus componentes estava o Presidente do Instituto de Águas de Portugal, Dr. Orlando Borges, que veio mostrar, em audiência pública no Senado, a Diretiva Quadro da União Européia, que estabelece a qualidade da água nos 27 países que falam línguas diferentes. A ideia é que no

Brasil venhamos a ter também alguma coisa semelhante, ou seja, que possamos ter uma lei que faça com que os Estados cumpram algumas determinações relativas à qualidade da água.

Para isso é fundamental ter essa articulação. Hoje, a grande questão é a dificuldade na gestão dos recursos hídricos.

Estamos começando o trabalho pelo Ceará não é à toa. Hoje, o Ceará seria, vamos dizer assim, um paradigma, ou seja, um modelo a ser trabalhado, embora haja dificuldades. É aquela coisa, o Estado que não tem água vai cuidar melhor dessa questão do que o Amazonas que tem muita água, mas a contaminação é muito maior. É uma questão a ser pensada.

No caso do Rio Grande do Sul, Deputado, já há uma proposta do Deputado Mendes Filho, do Rio Grande do Sul, para fazer um plano para a Lagoa dos Patos. Alguns gaúchos chamam a Lagoa dos Patos de mar de dentro. Então, a proposta é fazer um plano semelhante ao que a ANA já fez: o Plano de Desenvolvimento de Recursos Hídricos da Bacia do Araguaia e do Tocantins, que foi apresentado no Senado, e que espero que possamos viabilizar uma apresentação aqui na Câmara também.

Ontem eu estava em Fortaleza e houve um debate com o Ministro Mangabeira Unger, que apresentou, dentre as 11 propostas, a de implementar um novo modelo institucional de irrigação. Então, isso aqui seria interessante ser discutido.

Então, todas as questões são no sentido de fazer com que a irrigação possa ser melhor trabalhada e adequada, para que não venha a faltar água nas propriedades rurais, para que não aconteçam tragédias como já ocorreram em vários lugares, a exemplo do Rio Grande do Sul, onde um agricultor se suicidou porque não teve condições de fazer com que a sua propriedade produzisse adequadamente.

Então, gostaria só de levantar esses aspectos para dizer que estamos à disposição para viabilizar esse debate quando for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Dando seqüência, concedo a palavra ao Moacir, para sua complementação. Em seguida, o Luciano arremata.

O SR. MOACIR JOSÉ VAZ DE SOUSA - Serei rápido. Só quero dizer que essa discussão já apareceu em 2005, quando fomos procurar a Coordenadora da bancada, que era a hoje Governadora Yeda Crusius. Então, desde 2005 estamos trabalhando intensamente.

Mas queria dizer o seguinte: as contribuições que a EMBRAPA pode dar são na questão do monitoramento e modelagem, no desenvolvimento de novos cenários. Ela pode avaliar como é que vai ser impactado o Rio Grande do Sul pelas possíveis mudanças climáticas. Isso vai implicar possibilidades de mudanças de matriz produtiva, de matriz tecnológica. Ou seja, há todo um cenário que tem que ser trabalhado, e nós precisamos investir fortemente nisso.

A questão da medicação, dos efeitos é consequência de tudo isso. E logicamente estamos trabalhando na parte agrônômica e em desenvolvimento de materiais adaptados ao Rio Grande do Sul, que é um parêntese importante a ser feito, Heinze. Uma boa parte das sementes que hoje são plantadas no Rio Grande do Sul não são adaptadas, ou seja, isso traz um risco climático intenso. Se pegarmos os últimos 15 anos vamos ver que houve 11

veranicos. Então, há uma situação de risco climático extremamente intenso. Se se trabalha com materiais não adaptados, corre-se um risco enorme, como aconteceu lá em 2005, 2006.

Um outro ponto que precisa ser levantado é o do envolvimento direto do Estado. O MDA tem feito um esforço muito grande — o Argileu trabalha com isso lá, e o Adoniran também —, mas sem a assistência técnica de extensão rural, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Esse não é um problema só do Rio Grande do Sul, mas é uma peça fundamental da equação.

A outra questão, a título de informação, é do Atlas Meteorológico. Temos trabalhado a questão do zoneamento, fundamental sistema conservacionista de manejo de solo, o melhoramento genético vegetal e essa questão da diversificação.

Estamos, inclusive, querendo fazer uma proposta mais concreta, nos envolvendo. A EMBRAPA é uma rede, nós temos 4 unidades no Rio Grande do Sul, mas temos mais 40 unidades no País, temos toda interlocução com o sistema nacional de pesquisa agropecuária. Na verdade, queremos participar da construção de políticas públicas, oferecendo alternativas e logicamente levantando essas demandas.

Era isso, Heinze. O documento fica contigo. Sobre a questão do monitoramento, eu vou solicitar ao Eduardo Assad, que é o chefe da EMBRAPA, em informática, que ele dê uma nota técnica, para dar uma balizada na bancada, a fim de que possamos trabalhar para apresentar talvez uma emenda, para debatermos, enfim, essa questão com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Para concluir, então, concedo a palavra ao Luciano, que vai falar onde está o dinheiro. *(Risos.)* Acho que o primo pobre é o Ministério da Agricultura, que agora fica com toda a fatura para pagar.

Bem, o objetivo do grupo e do trabalho que já estamos fazendo com a URI é justamente encontrar um meio para reverter esse quadro. E teremos que ter políticas do Ministério da Agricultura, do MDA, da EMBRAPA, da ANA, de outros Ministérios, como o da Integração Nacional, e, quem sabe, o da Indústria e Comércio em algumas situações de reconversão. É fundamentalmente este o intuito desse pessoal com a representação dos Prefeitos — e o Guiso está aqui. O desejo é concluir esse trabalho e fazer uma sugestão. Não se vai resolver isso em 1 ano, mas se começarmos o trabalho — não interessa que leve cinco, 10, 15 anos —, vamos fazer o que tem que ser feito, caso contrário, vamos ficar eternamente chorando: *"Ah, a perda foi de 1 bilhão, a perda foi de 2 bilhões, o Ministério liberou 40 bilhões"*. Isso nunca vai resolver.

Então, o que queremos fazer é uma ação — e eu conversava sobre esse assunto com o Deputado Marco Maia. Vamos iniciar o processo que o próprio Secretário Rogério Porto já começou. Estamos começando e não sei quando é que vamos terminar, mas pelo menos terá um norte, e a própria bancada do Rio Grande do Sul poderá fazer aporte todos os anos em um programa sequencial que um dia chegará ao fim.

O próprio Governo Federal dirigindo políticas! Acho que o ponto importante da abordagem do Rogério é sobre quanto é investido em outros Estados e o investimento que estamos levando para o Rio Grande do Sul, para podermos, como bancada, depois, nos

articularmos. Então, é uma série de linhas, uma série de idéias, e é extremamente importante a participação do Ministério da Agricultura.

Com a palavra o Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO MARCOS DE CARVALHO - Deputado, a hora já está adiantada, mas queremos agradecer a oportunidade. Foi muito bom participar desse evento e dessa discussão.

Vou resumir bastante o que tinha a falar. Basicamente, um primeiro instrumento que temos, Deputado, é a questão do zoneamento. Precisamos trabalhar melhor o zoneamento. Ele é fundamental. Já avançamos bastante com relação às janelas de plantio, às variedades. Enfim, a seleção é uma preparação para o risco muito interessante.

Eu acho que podemos mitigar bastante, podemos não repetir muitos erros cometidos no passado. É claro que há alguns problemas econômicos, por exemplo, eliminar soja de uma reunião clássica, mas então temos que pensar em alguma coisa relativa à reconversão também simultânea. Eu acho que devíamos investir bastante nessa questão do zoneamento e que lá o Ministério já está bem aparelhado e fundamentado para isso.

O segundo elemento, que também e ficou um pouco de fora, são as questões do seguro rural e da subvenção, Deputado. Em relação ao seguro rural de produtividade, as experiências do Sul estão pequenas. Eu acho que pode ser uma sustentação à política que já existe. A subvenção existe e agora está se desenhando já o novo fundo garantidor do seguro para dar todo esse lastro. Então, eu acho que temos que aprimorar e readequar bem essa questão.

Não podia faltar também um crédito, Deputado. O MODERINFRA e o MODERAGRO eu acho que podem ser muito bem reconvertidos para essas atividades de recuperação e de irrigação, adaptando subprogramas para a Região Sul, criando prioridades e definindo orçamento. Também a parte de apoio à comercialização em função de a seca ter perda de milho. Eu acho que tem que se pensar alguma coisa para apoiar a avicultura e a suinocultura da região. Enfim, são medidas políticas que já existem e que precisam ser talvez reconvertidas e adaptadas para atender a esse momento.

Eu acredito que, no delineamento, esqueceu-se sempre de um ente chamado INMET, Instituto Nacional de Meteorologia, que é notório com relação à análise climática, aos avisos de estação. Ele tem uma boa estrutura — pena que a professora não está aqui — e tem feito algumas modelagens interessantes de avaliação de risco e de previsão de estação.

E a própria EMBRAPA acho que pode ser instigada, porque é um órgão vinculado ao Ministério, então pode ser estimulada ao desenvolvimento de variedades resistentes à seca, enfim, a todo um elenco.

Quero falar também, Deputado, de um assunto que precisa ser desenterrado. Eu vejo nesses últimos 10 anos a questão do endividamento, que ainda é óbice para essa questão. Então, nessas medidas política, a recuperação do produto passa necessariamente por isso. Não adianta só recuperá-lo para á frente se nós temos ainda um passivo. Nas últimas semanas saíram 2 resoluções do Conselho Monetário só sobre esse assunto. Uma, disparando o custeio automático, vamos assim dizer, para a pessoa criar o mínimo de alimentação para o gado, e

também medida de prorrogação. Mas são medidas bem leves que acho que não acompanham talvez a intensidade do fenômeno.

Era essa a contribuição que tínhamos, de uma maneira bem rápida, para não avançar mais. Muito obrigado pela oportunidade e estamos à disposição para continuar a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Quero agradecer ao Luciano. Voltando a essa questão, para que o pessoal tenha melhor noção, no trabalho que já encomendamos e a URI está realizando pelo SESCOOP, nos desenhos de atividades, nós falamos "suinocultura". Eu vou dar um exemplo: nós temos em São Luiz Gonzaga um frigorífico da cooperativa COTRIJUI junto com a COOPATRIGO.

Nesse frigorífico, 90% dos suínos são comprados de fora. Imaginem, poderíamos colocar 100 produtores integrados nesse frigorífico. Mas a COTRIJUI e a COOPATRIGO não têm capacidade de tomar crédito junto ao sistema financeiro — Banco do Brasil, BNDES —, em função do endividamento. Imaginem, eu tenho, digamos, 100 produtores, 150 produtores com matrizeiros e com terminação que poderiam estar plantando mais milho, mais irrigação para aquele sistema. Ali eu tenho um sistema. Dou um exemplo.

Vamos mais adiante: Santa Rosa, Frigorífico Prenda. Lá de 60 a 705 dos suínos são comprados de fora também, e ali também naquele frigorífico, que é privado, não é cooperativa, é particular. Esses são desenhos que precisam ser mostrados, na linha do que o Luciano falou, ou seja, do destravamento da questão. Não só o produtor precisa acessar o crédito, mas as empresas que já existem. Ali, não preciso levar um frigorífico, eu já tenho um lá. Eu estou dando um exemplo de 2 casos que eu conheço. Assim é com o leite, com aves. Tantas coisas já existem; é só intensificar, porque o que temos dito é que trigo e soja, a grande maioria da pequena propriedade terá que sair fora. Não adianta, ele não vai viver com 20, 30 hectare de trigo e soja. Esse, portanto, tem que ter frango, tem que ter suíno, tem que ter fruta, tem que ter leite, tem que ter outro tipo de atividade para poder sobreviver. A miséria na região é justamente nesse sentido.

Então, já estamos trabalhando e o pessoal da URI também, nos 118 municípios que eles encaixam entre fronteira, Campanha, Missões e região noroeste, todo aquele eixo que o Prof. Reisdorfer mostrou no quadro, nós já estamos focados nesta linha e seguramente o endividamento é um problema sério. O produtor não cessam o crédito, assim como as empresas também não acessam o crédito. Então, se nós não fizermos nada, nunca nós vamos reconverter a região. Então, precisamos ter políticas públicas e estamos trabalhando nesta direção.

Quero agradecer aos expositores e a vocês que ficaram aqui até esta hora, aos presentes que trouxeram subsídios para o nosso relatório.

Está encerrada a presente reunião.

6.4. Notas taquigráficas da audiência pública no Município de São Pedro do Sul

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1533/09	DATA: 12/09/2009
INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h34min	DURAÇÃO: 02h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h33min	PÁGINAS: 46	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCOS ERNANI SENGHER – Prefeito do Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
 ROGÉRIO PORTO – Secretário de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul.
 GILMAR LUIZ PASTORIO – Representante da FETRAF-SUL.
 PEDRO PEREIRA – Deputado Estadual.
 WALDYR STUMPF – Chefe-Geral da EMBRAPA.
 IZABEL MINUSSI – Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de São Francisco de Assis.
 ALTAMIRO D'ÁVILA – Secretário Municipal de Agricultura de São Pedro do Sul, Rio Grande do Sul.
 JOÃO VESPENHA – Prefeito de Júlio de Castilho.
 CAMASSETO – Vereador, Engenheiro e Presidente da Associação Institucional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Maria, Rio Grande do Sul.
 LUÍS ADOLFO – Prefeito de Tupanciretã, Rio Grande do Sul.
 SÉRGIO RENATO ROSSI DE FREITAS – Conselheiro do Instituto Rio Grandense do ARROZ – IRGA, Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Debate sobre meios para se combater os efeitos de estiagens prolongadas no Estado do Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
 Houve exibição de vídeo.
 Houve intervenções paralelas ininteligíveis.
 Houve exibição de imagens.

A SRA. APRESENTADORA - Enquanto aguardamos o Deputado Federal Marco Maia, convidamos o Sr. Francisco, aqui representando a EMATER-ASCAR do Rio Grande do Sul, Chefe do escritório local. Convidamos também o Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro do Sul, Sr. Walter Renato Menezes; o Deputado Federal Luis Carlos Heinze, do PT, que também integra a Comissão; o Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de São Pedro do Sul, Altamir Ávila Dias; o representante do Governo no Estado Sr. Rogério Porto, Secretário Estadual de Irrigação; e o Sr. Waldyr Stumpf Júnior, Representando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA (*Palmas*.)

Saudamos e registramos a presença de Deputados e Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, Presidentes de entidades, associações, sindicatos e cooperativas ligadas ao meio rural, produtores e comunidade em geral.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

A SRA. APRESENTADORA - Convidamos, para seu pronunciamento, o anfitrião deste evento, Prefeito de São Pedro do Sul, Sr. Marcos Ernani Senger.

O SR. MARCOS ERNANI SENGER - Exmo. Sr. Vereador Walter Renato Menezes, Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro do Sul, Exmo. Sr. Secretário Estadual da Irrigação, Rogério Porto, Exmo. Sr. Deputado Federal Luis Carlos Heinze, nas pessoas de quem cumprimento todos os Vereadores, Prefeitos e Secretários presentes.

Este evento do dia de hoje é de suma importância para o setor primário do Estado do Rio Grande do Sul. Quando eu era novo, um guri, ouvíamos falar da seca no Nordeste do País. Com o tempo, nos habituamos a vivenciar quase que anualmente períodos prolongados de estiagem, verdadeiras secas no Estado do Rio Grande do Sul.

Não estamos preparados para isso, mas temos de encontrar alternativas, formas de combater esses efeitos da seca. Os recursos, quando vêm, vêm atrasados, e para remediar. Nosso município também enfrenta grandes períodos de estiagem, e não temos nem um mecanismo para amenizar os efeitos.

A Câmara dos Deputados, sentindo a necessidade de combatermos os efeitos da seca, criou esta Comissão. O Deputado Federal Marco Maia, juntamente com outros 8 Deputados Federais pelo Rio Grande do Sul, fazem parte desta Comissão.

Ao Deputado Luis Carlos Heinze, sempre presente na nossa região, agradecemos a presença. Houve um atraso no voo do Deputado Federal Marco Maia, Presidente desta Comissão, mas S.Exa. logo estará chegando e deverá estar aqui presente em poucos minutos. Então temos a agradecer aos Deputados que estão preocupados em encontrar mecanismos de combate à seca e também em conduzir este debate para a Câmara dos Deputados, porque lá ainda não se conhece a verdadeira seca, a estiagem no Rio Grande do Sul.

Não devemos apenas reclamar após a ocorrência desses fatos. Temos de planejar alternativas para que os efeitos sejam menores.

Como anfitriões deste evento, queremos agradecer a todos a presença. Espero que o dia de hoje contribua para a solução desse problema do Rio Grande do Sul.

A seguir, exibiremos um pequeno trecho de uma gravação feita em São Pedro, há poucos dias, quando ainda havia estiagem.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Exibição de vídeo.)

A SRA. APRESENTADORA - Agradecemos à Câmara de Vereadores de Santa Maria, está aqui representada pelo Vereador Sérgio Cechin.

A Câmara de Vereadores de Santa Maria está fazendo a cobertura do evento, cujas imagens serão veiculadas pela *TV Câmara* de Santa Maria e também pela *TV Câmara Federal*.

Neste momento, convidamos, para seu pronunciamento, o representante do Governo do Estado, Sr. Rogério Porto, Secretário Estadual de Irrigação.

O SR. ROGÉRIO PORTO - Bom dia a todos. É uma satisfação enorme estar aqui presente nesta reunião, principalmente porque estou nessa história de combater a estiagem há 30 anos. Então este é um tema que faz parte já da minha vida.

Eu queria colocar algumas questões pontuais sobre o Rio Grande do Sul que acho que são muito importantes a fim de que a gente tenha uma figura mais ou menos exata sobre o que acontece aqui.

Uma coisa surpreendente e que vocês ouvem sistematicamente é que nós temos muito pouca água doce no globo terrestre e que, portanto, temos que evitar o seu desperdício. O uso da água tem que ser preservado para as gerações futuras.

Outro dia, estávamos assistindo a uma palestra de um pesquisador que há 19 anos faz pesquisas na Alemanha. O tema da palestra: “Aquecimento Global — Mito ou Realidade”. E eu disse a ele o seguinte: *“Olha, os chatos normalmente ficam 1 hora e meia falando no assunto para depois tirar conclusão. Eu já vou dizer para vocês de cara: isso é um mito”*. E aí ele começou a palestra dele.

Eu vou fazer a mesma coisa.

No Rio Grande do Sul chove menos do que mais da metade do semiárido nordestino brasileiro. No entanto, desde D. João VI se faz política de combate à seca no Nordeste, mas não se faz política de combate à estiagem no Rio Grande do Sul. Esse negócio de que a água doce não tem que ser utilizada é uma bobagem. Isso é uma bobagem. Só vai faltar água doce no dia em que os oceanos secarem, porque a principal fonte de água doce não são nem os rios, nem o Aquífero Guarani nem os lagos; são os oceanos, de onde evapora a água. O Sol dessaliniza a água e nos entrega a domicílio a chuva. Então, isso é uma bobagem. O que não podemos é contaminar os rios ou fazer uso predatório da água. Agora, usar a água nós temos de usar, e a única maneira de usar é acumulando previamente.

Vocês não fazem um investimento sem acumular previamente, ou sem que alguém tenha acumulado por vocês. Se alguém acumulou, vocês vão lá, pedem um financiamento e fazem um investimento. Com água é a mesma coisa: tem que acumular. A Assembleia Legislativa do Estado aprovou por unanimidade uma proposta do Governo Yeda Crusius sobre isso. Nós conseguimos aprovar uma legislação em que a acumulação de água do Rio Grande do Sul é considerada de interesse público ou de interesse social. Isso é extremamente importante para facilitar os mecanismos de licenciamento de obras de armazenamento de água.

O Estado do Rio Grande do Sul tem 3 grandes estruturas de acumulação de água: grandes e médias barragens, microaçudes e cisternas.

Aqui, no Rio Toropi, nós estamos analisando 4 alternativas de barramento para resolver seus problemas de estiagem. No rio vizinho, o Jaguari, estamos fazendo a mesma coisa. Também estamos estudando 15 alternativas no Rio Santa Maria, 4 alternativas no Quaraí e 5 alternativas no Rio dos Sinos. E vamos continuar fazendo esses estudos pelo Rio Grande do Sul, mesmo porque nós já temos 62 projetos básicos, feitos por mim há 22 anos.

Microaçudes.

A Câmara dos Deputados vai se integrar ao programa e vamos conseguir recursos lá para povoar o Rio Grande do Sul de microaçudes para irrigação. Mas nós já temos 162 mil microaçudes construídos no Rio Grande do Sul. No entanto, eles não são cadastrados, não são licenciados e não têm outorga de uso da água. O que estamos fazendo, junto com o Deputado Berfran Rosado, hoje Secretário de Meio Ambiente? Estamos construindo uma portaria que flexibilize e facilite o cadastro desses microaçudes. Aí vamos liberar 162.800 microaçudes para uso efetivo da água. Além disso, nós temos 26 mil microaçudes novos, já licenciados pela FEPAM, o que permite não só construir o microaçude, mas também fazer o sistema de irrigação em áreas de 50 hectares. Isso já está licenciado. Nós somos o único Estado brasileiro que tem essa legislação e esse licenciamento. Portanto, nós estamos muito à frente de Estados brasileiros em termos de estrutura legal — de decretos, portarias etc. — para poder instalar isso.

Nós rasgamos entre 1,5 e 2 bilhões de dólares por ano com perdas agrícolas. Nós rasgamos tudo isso e, depois, ficamos reclamando que falta dinheiro para educação, para saúde, para estradas, para a EMATER, para não sei o quê. Claro, nós rasgamos 2 bilhões por ano — de dólares!

Vejam bem isso. É uma coisa muito importante. Em 31 anos, o Rio Grande do Sul tem produtividade maior que Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, maior que a média brasileira, em milho e soja e em apenas um ano. Em 31 anos, em apenas 1 ano, nós tivemos produtividade maior. E aí, Luis Carlos, quando é maior, é 1,2%, 2% maior; quando é menor, é 40% menor, é 50% menor.

Como nós vamos competir, minha gente? Se nós pegarmos a estrutura produtiva de sequeiro... Porque o Rio Grande do Sul é o único Estado brasileiro que produz sequeiro no seco. Nos outros Estados, quando se está produzindo sequeiro, não raro está chovendo. E aqui chove bem 3 anos, enquanto em outros 7 chove mal. Aí vocês vão me dizer: “Ah bom! Então, em 30 anos nós vamos ter 9 anos com produtividade alta.” Não exatamente. Porque, quando aqui chove bem, é porque nos outros Estados brasileiros chove melhor e, consequentemente, a produtividade deles continua melhor do que a nossa.

Então, estamos em uma situação de absoluta impossibilidade de competir. E daí se diz que o agricultor do Rio Grande do Sul é um caloteiro. Tu vistes quantas mil vezes isso, Luis Carlos, quando tu vais negociar lá!

Pois olha, eu fiz o seguinte ensaio: quanto que em um ano seco, como 2005, um agricultor precisa produzir, digamos de soja, para chegar ao nível do PRONAF, a um nível de renda? Ele precisa produzir 258 hectares. Ora, o PRONAF está limitado em 50. E o que significa isso? Independentemente de ele ser honesto ou desonesto, ele jamais vai pagar aquela dívida. Porque no ano seco pode até fazer juro negativo, que ele não paga o principal. Ele teria que produzir 258, e está limitado a 50. Então, ele não pode pagar. Então essa é uma situação de penúria.

No entanto, você vai em Doutor Maurício Cardoso e vê um colono com lágrimas nos olhos porque a família dele já estava na cidade, a mulher dele já estava trabalhando como

faxineira. Ele produzia 12 hectares de soja e, graças a um trabalho espetacular que a EMATER vem fazendo conosco, ele hoje produz 13 hectares de hortaliça e supre rede de supermercados de hortaliças de Frederico Westphalen a Santa Rosa. Hoje a mulher dele tem 1 empregada e ele tem 3 empregados. A filha, o filho, a mulher e ele trabalham produzindo hortaliças, produzindo riqueza.

Você via um coitado de um colono que mandou o filho arrumar emprego na cidade porque não tinha como se sustentar; e ele tinha 14 vacas. Hoje ele tem 20 vacas e o filho tem 24 vacas. Por quê? Porque colocaram pastagem irrigada. Ele agora está feliz. O filho tem casa. Agora o filho vai casar e trazer a mulher para trabalhar com eles porque agora todos eles têm água.

Essa é a grande vantagem estratégica que nós temos: termos água em abundância. Não temos chuva em dezembro, janeiro, fevereiro, mas temos água em abundância.

Não é possível. A chuva média da Espanha é 380 milímetros. A nossa chuva média é 1.500 milímetros, minha gente. Falar que no Rio Grande do Sul não tem água é um absurdo! Nós temos água para irrigar o Uruguai, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sem mexer no Aquífero Guarani. Deixem o Aquífero Guarani para a geração futura. Vamos acumular água da chuva, que é uma recomendação de todas as organizações do mundo. A ONU recomenda isso, a Organização Meteorológica Mundial também, a Organização da Agricultura e Alimentação, onde trabalhei 8 anos, também. Todo mundo recomenda. Por que nós não fazemos? É simples e é barato.

Um microaçude, em média, está nos custando 12 mil reais. O Estado do Rio Grande do Sul entra com 80% do investimento; o agricultor, com 20%. Vamos fazer. Não tem pedido algum de microaçude nessa região. E este ano não me peçam mais porque eu não tenho mais dinheiro. Agora é só em 2010.

Mas temos as barragens do Toropi, do Jaguari. E nós, com o esforço da Câmara dos Deputados, vamos acabar construindo.

Então, trago esta mensagem para vocês. Este é um Estado seco no verão, mas é um Estado riquíssimo em água. E, no instante em que mudarmos a matriz produtiva de sequeiro para irrigado, nós passamos a ter vantagens absolutas porque nós temos rios pequenos, perenes, um agricultor fantástico, um solo de boa qualidade e uma condição climática extremamente vantajosa para produzir com irrigação.

O nosso período de estiagem é letal para a planta mas é curto quando se muda a matriz produtiva. É isso que temos de encarar. Vamos aproveitar essa vantagem e parar com essa bobagem de estar rasgando 2 bilhões de dólares a cada ano. Vamos produzir alguns bilhões de dólares a mais e enriquecer este Rio Grande do Sul na base da sua agricultura

Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Dando continuidade a esta solenidade, passamos a palavra ao Sr. Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom dia a todos. Saudando aqui o Prefeito Marcos Senger, saúdo também todos os prefeitos que aqui vieram. Meus

cumprimentos ao Walter, que representa a Câmara de Vereadores, em nome de quem quero saudar todos os Vereadores que aqui presentes.

Saúdo o Sr. Secretário Rogério Porto, que conhece tudo sobre água. Vocês viram a “palhinha” que ele nos deu aqui. É um estudioso dedicado há muitos anos a essa área. Portanto, tem muito a contribuir. Já fez muito, e poderá fazer muito mais para que possamos armazenar águas no Rio Grande do Sul.

Saúdo o Deputado Pedro, que representa aqui a nossa Assembléia Legislativa; o Secretário da Agricultura, Altamir, em nome de quem saúdo todos os secretários da agricultura. Também saúdo o representante da EMATER.

Acho que é importante esta reunião — e aqui também saúdo o Waldyr Stumpf, que é chefe do escritório da unidade da EMBRAPA de Pelotas — para que possamos depois fazer uma discussão sobre este tema com os prefeitos, com os sindicatos, com as cooperativas, com os secretários, com os produtores, com as lideranças que nós temos aqui, para que possamos trazer mais luz sobre o assunto.

O Rogério fala dessa questão da estiagem, o Prefeito também comentava isso aqui. Esta é a realidade. Sabemos, conhecemos, vivemos na região. Nessa região aqui, Rogério, chove mais que em outras regiões do Estado. Se pegarmos as fronteiras, a Região das Missões, a região noroeste, mais aquela região costeira do Rio Uruguai, subindo para Santa Catarina, para o Paraná, para o Mato Grosso do Sul, vemos que isso tem se repetido ao longo dos últimos anos. Nessas regiões é onde temos mais problemas. Mas aqui estamos falando do Rio Grande do Sul.

O Deputado Marco Maia propôs a Comissão, e eu faço parte dessa Comissão ele preside, para que a Câmara dos Deputados pudesse fazer um trabalho específico com relação à estiagem.

Quero colocar aqui primeiro aos prefeitos desses tantos municípios que decretaram situação de emergência — não sei quais os municípios. São Pedro estava, Marcos? Quais os municípios? Adolfo? Quem mais? Júlio?

Quanto a esse trabalho que a bancada gaúcha fez, eu me empenhei bastante nesse tema, o Deputado Marco Maia também, e já se acertou, com relação ao Ministério da Integração Nacional, do Ministro Geddel Vieira Lima, os 40 milhões.

E digo que foi ligeiro. Dia 1º de setembro, conseguiu-se liberar o dinheiro. Então aquele trabalho de alguns meses, desde março, abril, maio, quando nos empenhamos a respeito desse assunto... e no dia 1º foi liberado aqui para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Já está aberto o processo de licitação.

O teu é retroescavadeira, Adolfo?

(Intervenções paralelas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Retro.

Sobre a rede, é o seguinte. Para quem pediu rede, o projeto está sendo encaminhado ao Secretário Marco Alba. As prefeituras devem ter encaminhado ao Secretário um plano de trabalho, dos 143 mil reais, que já está pronto hoje para conveniar. E sobre aquele que é retro,

para evitar que cada prefeitura compre, vão ser feitas 213 redes. Isso quem coordenou foi a FAMURS. Não sei como foi o esquema, como se colocou aqui ou ali, no contato com os prefeitos.

Então, sobre as retroescavadeiras, sei que já abriram o processo licitatório. Eu perguntava aqui para o Rogério, para o Secretário de Infraestrutura, Daniel Haddad, e ouvi que a Secretaria já está fazendo a licitação. O dinheiro já está aí, e, neste momento, já está correndo o prazo. Não sei se são 45 dias ou 60 dias. Mas daí deverá aparecer a empresa ganhadora, e daí serão distribuídos.

Temos dito, para começar no nosso assunto, que esse é o início de um programa que a Câmara dos Deputados, além do trabalho que o Rogério tem feito, enfim, que o Governo do Estado está fazendo com a EMATER e que envolve as Prefeituras. A nossa idéia é de que já iniciem um programa não só para fazer as redes de água, mas também para já armazenar água.

Temos conversado sobre isso com o Deputado Marco Maia, que é também objetivo desta reunião. Conversamos com o Deputado Beto Albuquerque ontem. Ele coordena a bancada gaúcha. Já conversamos e acertamos para que o Rogério vá um dia lá discutir com os Deputados Federais a colocação de uma emenda para alocar recursos. Queremos que todos os anos a bancada federal possa colocar uma emenda para distribuir recursos, a fim de iniciarmos um programa de açudagem no Rio Grande do Sul, enfim, de armazenamento de água. Temos em torno de 430 mil propriedades no Rio Grande do Sul, e nem todas têm condições de fazer 1 ou 2 açudes na sua propriedade, seja pequena, média ou grande. Mas muitas já têm, como o Rogério colocou. A maior área irrigada do Brasil está no Rio Grande do Sul. Trata-se da lavoura de arroz. E aí aparecem a área de coxilha, o hortigranjeiro, a pastagem irrigada etc. Temos um campo infinito em que podemos trabalhar para armazenar água.

Esse é um ponto sobre o qual a bancada quer trabalhar. É importante que os Prefeitos, Vereadores, todos os Secretários e entidades de classe nos ajudem a fazer uma pressão para que possamos ter, lá em Brasília, Rogério, um recurso junto ao Ministério da Integração, que é uma das áreas ligadas à irrigação, para que possamos conseguir uma linha de crédito — linha de crédito existe —, ou melhor, uma linha de recursos a fundo perdido. Esse é um trabalho que vamos ter que fazer.

Tenho dados daquela região de São Borja, Santiago, Missões. São dados da EMBRAPA, lá de Passo Fundo. Quando o Benami ainda era chefe da EMBRAPA, há 6 ou 7 anos, começamos uma mobilização em cima daquele processo. Pelos dados dos últimos 62 anos, a cada 10 anos temos 6 a 7 secas, sendo que 2 ou 3 são menos intensas, umas 5 mais fortes; portanto, a cada 10 anos somente 2 a 3 anos são considerados bons.

Nos anos 1970 e no início dos anos 1980, quando tínhamos renda na agricultura — fala-se hoje só de endividamento — não tinha problema. Dava seca, dava enchente, havia problemas com arroz, com trigo, com soja, e ainda assim o produtor pagava as contas, tirava financiamento e continuava plantando.

Só para dar uma ideia a vocês, pelos dados atualizados do Banco Central, em 1980, sabem qual era o volume emprestado naquele ano comparado ao volume de hoje? Pois bem, 147 bilhões de reais. Quantas toneladas produzíamos? Cerca de 45. Agora vai a 140 milhões. É isso que o Governo vem aumentando, nesses últimos 6 anos do Lula. Chegam a anunciar 107 bilhões este ano. Quanto é que produzimos? Em torno de 140 milhões de toneladas. Aumentamos em 3 vezes a produção, o custo aumentou, e o volume de recursos é menor que em 1980. Lá tinha preço, tinha garantia de renda, fazia-se um EGF, Sérgio; e, se o preço no mercado não compensasse, transformavam isso em AGF e o Governo ficava bem. Acabou isso! Hoje é o tal de livre mercado: planta quem quiser, do jeito que puder e enfrenta o tal de mercado. Aliás, vocês viram que a GM norte-americana quebrou no mercado. E a GM não é um agricultorzinho aqui de São Pedro, Wilson, não é um pequeno agricultor lá de São Francisco, Prefeito Ernani. E um agricultor do Rio Grande ou de qualquer parte enfrenta as multinacionais do adubo, dos defensivos, das máquinas agrícolas.

A carga tributária aumentou. De 1980 para 2009 aumentou de 20% para 36% E quem paga por esses 16%? Se eu, produtor, não consigo colocar isso no meu preço, imaginem como fica para o consumidor.

Então, pesam defensivos, fertilizantes, máquinas, carga tributária, *diesel*...

A PETROBRAS hoje é orgulho nacional. Agora, peguem o preço do *diesel* que nós estamos pagando hoje. Baixou para pouco mais de 2 reais. Lá no Centro-Oeste custa 2,15 reais. Eu moro em São Borja. Experimente atravessar o Rio Uruguai, Deputado Pedro Pereira, e ir a São Tomé, na Argentina, para abastecer o veículo de *diesel*. O senhor vai pagar 1,20 reais por litro. Ou seja, custa 80 centavos mais barato do que aqui.

Quem paga por essas coisas? Parte disso, Rogério, é imposto. Em torno de 50% de 1 litro de *diesel* são de impostos; e o federal é menor, o estadual é maior. A maior fatia é o imposto estadual. Em seguida vem o imposto federal. Então, acabou-se aquele momento, aquela renda. Então nós tínhamos financiamento e tínhamos preço.

Delfim Netto foi Deputado comigo, e eu lhe disse que estava me penitenciando. Eu me recorde de que naquela época, 1981, 1982... O apelido dele era "Lagartão da Soja", porque ele havia colocado um confisco na soja. Sabem quanto custava o saco de soja naquele ano? Cerca de 110 ou 120 reais ao dinheiro de hoje. E ainda achávamos que estava mal, porque queriam tirar 10% ou 20% de confisco. Um saco de arroz custava em torno de 80 reais, e 1 quilo de carne bovina, em torno de 5 reais. E então já achávamos que estava mal. Mas podiam confiscar porque nós tínhamos dinheiro, gordura para queimar, havia financiamento, havia preço. Mas hoje estamos nessa situação.

Então, a situação da política em si faz o produtor... E ainda por cima vem a seca. É por isso que, àquela época, havia frustração. Mas o produtor, mesmo com frustração, continuava plantando. Porque então não ocorriam os problemas que há hoje.

Nossa dívida agrícola era, em 1995, de 23 bilhões de reais. Em 2009, nossa dívida agrícola chega a 131 bilhões de reais. O que houve? Alguma coisa tem de estar errada. Se

aumentamos a produção para 140 milhões de toneladas, não é o produtor que ficou ineficiente, mas o sistema, que, ao longo desses últimos anos, deixou nossa produção desse jeito.

Então, pessoal, uma das coisas extremamente importantes é nós fazermos um trabalho de mobilização de prefeitos, vereadores, secretários, sindicatos, cooperativas, no sentido de criar programas de incentivo à irrigação. É como no exemplo dado pelo Rogério, aquele de um produtor cuja mulher e filho tiveram de ir para a cidade, mas que depois, com a irrigação, puderam retornar à terra.

Aqui está o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia. Ele não é só o Presidente desta Comissão, mas o Presidente da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

O Prefeito Marcos Senger e os demais prefeitos e vereadores aqui hoje presentes estão recebendo... Não sei se alguma vez já estive aqui um Presidente da Câmara dos Deputados em São Pedro. Talvez o Marchezan ou o Ibsen. Mas hoje temos o Marco Maia aqui. Ele é o nosso Presidente da Câmara!

Eu dizia, Marco, que é importante uma conjugação de esforços para buscar recursos. O importante é termos uma linha de crédito, talvez até a juro zero. Linha de crédito, portanto, é uma coisa que podemos buscar, e com prazo maior. Recursos a fundo perdido é outra coisa. Claro que, se tudo fosse a fundo perdido... Mas o Brasil não tem condições de sustentar isso.

O importante é que nossa bancada gaúcha, com o apoio do Marco na Mesa, como Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, excepcionalmente Presidente, como está hoje, consiga os recursos para capacitar nossos municípios para armazenar água.

Quando da seca de 2005, o Odacir Klein era Secretário da Agricultura, o Mauro Sparta era Secretário do Meio Ambiente e o Roberto Rodrigues era Ministro. Ele andou revoando pela Região das Missões, de São Miguel Arcanjo. Lembro-me de que almoçamos em São Miguel das Missões. Eu dizia ao Odacir: *“Temos que achar um jeito”*. Era uma conversa com o Roberto, com o Odacir e com o Mauro Sparta. E perguntava: *“Como é que podemos fazer açude? A tranqueira, hoje, em São Paulo, da FERPAN, não libera nada, deixa o pessoal do jeito que está; o cara quer fazer, pode fazer e não consegue fazer.”* O que disseram o Ministro e o Secretário do Meio Ambiente? Que chegássemos lá; que os burocratas não conseguem porque a lei não permite que faça.

E aqui, à Governadora Yeda e ao Secretário João Carlos Machado — eu estava em uma reunião — o Rogério disse: *“Olha, a tranqueira é essa. Não consigo fazer por ‘a’, por ‘b’, por ‘c’”*. A Governadora determinou aquilo que o Rogério pediu e hoje a EMATER está autorizada — não é o produtor procurar não sei quem para levar para não sei para onde. A EMATER de São Pedro e de qualquer outro município está autorizada, até o limite de 5 hectares de alague, a fazer o levantamento e licenciar.

Isso foi um avanço, e já temos isso aqui.

Esse é o primeiro passo. Porque não adiantava ter financiamento, ter dinheiro de graça e não se conseguir fazer porque a FERPAN não permitia. Então hoje a EMATER está fazendo, e parece que há também a possibilidade de a EMATER firmar convênio com cooperativas para

que possa ajudar a fazer esse levantamento. É uma forma de trazer o açude licenciado. Portanto, esse é um ponto possível de ser resolvido.

Começamos, Isabel, naquela região de Jaguari, de fronteira. Lembra-se quantas reuniões fizemos para construir açudes naqueles municípios? Foram 3 anos trabalhando sobre esse assunto. Mas está começando a dar frutos. Esse é o futuro. Contudo, nem todas as propriedades do Rio Grande ou da região da seca terão condições de fazê-lo. Em Turupi, naqueles morros, não há como armazenar água. Mas, onde houver condições, a pessoa terá que fazer isso. Se puder, destinam-se 2, 3, 10 hectares, quantos forem para se conseguir alagar, segurar a água, que vai embora no verão. Então vemos essas várzeas todas tampadas com água em função de que, se nesse instante chove, é o instante de armazenar água. E aí, no verão, quando há seca, poderemos usar essa água.

O primeiro passo, no Estado, está sendo licenciado. O segundo passo, o Rossi me perguntava sobre a lei ambiental. Sobre essa lei, temos que acertar um detalhe. Temos uma ideia, e a discutimos na Comissão de Agricultura. É o seguinte. Hoje, para implantar uma hidrelétrica no Estado, uma grande barragem, é preciso alegar função social. Nesse caso, é possível alagar uma parte da APP, compensando-se não sei de que forma. Mas, se alguém quiser alagar 10, 20, 30 hectares para fazer uma barragem, digo que está barrado esse processo. Deve haver 2, 3, 4 mil projetos parados. Só na Regional de Alegrete tem quase 300 projetos parados há 6, 7, 8, 10 anos, e não se consegue destravar isso.

O que queremos é o seguinte. Queremos alterar a lei federal. Queremos que qualquer produtor possa fazer isso com recurso próprio, ou, quem sabe, com uma linha de crédito a fundo perdido, ou mesmo com uma linha de crédito com juro zero. Então, são 3 formas: recurso a fundo perdido, linha de longo prazo para financiamento de equipamento e recursos próprios. Mas que haja facilidade de encaminhar um projeto e legalizá-lo, senão estaremos todos enrolados, porque não adianta falar e falar e a coisa não acontecer.

Eu acho que esse é o ponto, Marco, que temos hoje para poder acertar nesta nova lei ambiental que estamos discutindo há algum tempo na Câmara. Espero que seja possível destravar esse processo e fazer dessa forma linhas para poder fazer isso. Quer dizer, que a barragem esteja regularizada.

Hoje, nós não temos isso. A tranqueira é muito grande. Existe financiamento no Banco do Brasil. Há quem tenha crédito no banco, o projeto está parado há 2, 3, 4 anos e não consegue destravar o licenciamento ambiental. Assim não adianta falarmos em seca e em não sei o quê, pois nunca vamos resolver esse assunto.

Então, essa lei é fundamental.

Vilmar, estamos trabalhando para apresentar uma proposta maior. É o seguinte: o Rogério fez uma observação aqui, só no PROAGRO Mais de 2005, Marco, sabe quanto foi gasto pelo MDA só com os pequenos? Em torno de 1 bilhão e 100 milhões de reais de indenização. Na seca deste ano de 2009 estão previstos mais de 300 milhões.

O que nós estamos conversando não é para hoje. Quanto a esse projeto sobre o qual estamos conversando hoje, não interessa que levem 5 anos, 10 anos, mas nós temos que

saber onde queremos chegar — viu, Prefeito Senger? Daqui a 10 anos eu vou ter 200 mil açudes no Rio Grande.

Quantos açudes existem hoje no Rio Grande do Sul, Rogério?

O SR. ROGÉRIO PORTO - Cento e sessenta e três mil.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Cento e sessenta e três mil. Nem eu sabia do número. Mas não vão chegar a 300 mil, uma meta, não sei. A propriedade que tiver condições de armazenar x hectares de água tem que armazenar. Essa é uma meta que nós temos que estabelecer.

Então, esse é o ponto. Que a nossa conversa hoje, no início desta nossa Comissão, chegue nisto: uma meta para um prazo x. E aí, cada Prefeitura, Luís Adolfo... Qual é a ideia? Eu sou lavoureiro. Se uma Prefeitura... Eu tenho na minha propriedade um trator e duas *scrapers*. Na hora que está parado, eu consigo ir tirando terra e fazendo açude. Imaginem se cada Prefeitura tivesse uma equipe para poder fazer isso ou recurso para contratar uma empresa para poder fazer isso, imaginem o quanto vamos poder fazer em cima disso aqui.

Então, essa é uma ideia. A partir de uma reunião desta Comissão que estamos fazendo, conseguirmos um apoio, por exemplo, de uma EMATER, das Secretarias Municipais de Agricultura, da Secretaria de Irrigação; conciliar esses interesses e recursos que possamos conseguir, seja da bancada gaúcha, seja de um programa oficial. Se nós fizermos um programa...

Hoje existem juros a 2%, 3%, 6%, 8%. Se fosse negativo, juro zero e prazo para a pessoa pagar, quantos poderiam fazer um financiamento? Imaginem armazenarmos água e evitarmos os prejuízos! Naquela seca de 2005, nós perdemos 7% do PIB dentro da agricultura — 7% do PIB apenas na agricultura. Se eu tiver o efeito multiplicador de 2%, 2,5%, o Rio Grande do Sul, naquele instante, perdeu de 15% a 18%. O Estado perdeu. O que representa 18% da riqueza do Rio Grande do Sul só com a seca?

Então, isso é um investimento, não é gasto. É um investimento para podermos fazer o Estado ser diferente. Esse é o objetivo.

O Marco vai falar e depois vocês também poderão interagir conosco, para que possam nos dizer as suas ideias. A nossa ideia é essa.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Neste momento, passamos a palavra e a condução dos trabalhos desta audiência pública ao Presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados a fim de acompanhar a situação da estiagem no Rio Grande do Sul, Deputado Federal Marco Maia,.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado. Bom dia a todos. É uma satisfação enorme estar aqui em São Pedro.

De antemão, eu queria pedir desculpas pelo atraso. Nós nos programamos para sair hoje pela manhã da Base de Área de Canoas. Infelizmente, tínhamos teto para sair, mas não tínhamos para chegar aqui em Santa Maria, e acabamos optando por vir de carro. Mas também

estava difícil de chegar em função da chuva. Aqui até que não está chovendo tanto, mas na estrada há uma chuva razoável.

Aproveito esta oportunidade para saudar o Prefeito Marcos Senger e dizer da honra e da satisfação de estar aqui em São Pedro; saúdo o Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Walter Menezes, que deu uma saída; o Secretário Estadual da Irrigação, Rogério Porto, agradecendo-lhe a atenção e o carinho que tem tido com o nosso trabalho nesta Comissão Externa da Câmara dos Deputados que tem discutido esse tema da seca; saúdo também o Deputado Estadual Pedro Pereira, que está aqui conosco; o nosso Chefe-Geral da EMBRAPA, Waldyr Stumpf, que também está aqui; o Secretário Municipal da Agricultura, Altamir D'Ávila — é uma satisfação estar aqui contigo; o Chefe do escritório local da EMATER, Francisco Traese; e o Deputado Federal Luis Carlos Heinze, a quem agradeço a presença.

O Deputado Heinze tem sido presença constante nas ações e atividades que temos realizado nesta Comissão que discute a seca aqui na Região Sul. S.Exa. participa ativamente de todas as nossas atividades. O Deputado Heinze é também um dos mais ativos no tema da agricultura aqui do Estado. Tem acúmulo de conhecimento, conhece bem essa área, conhece o setor e tem trabalhado efetivamente para buscar soluções e caminhos que possam amenizar os efeitos da seca e da estiagem no Estado. E também nos outros temas relacionados à agricultura atua na construção de caminhos e de ações que possam melhorar cada vez mais o trabalho e as ações desenvolvidas pelos nossos agricultores.

Agradeço também a presença aos Prefeitos: João Mário, de Jaguari; Paulo Huffel, de Dilermando de Aguiar; Adair, de Toropi; João Vespena, de Júlio de Castilhos; Luís Adolfo, de Tupanciretã; e Ernani, de São Francisco de Assis.

Agradecemos também a presença à Elaine, Vice-Prefeita de São Pedro do Sul; Jaime da Silva, Vice-Prefeito de Dilermando; e o Vandir, Vice-Prefeito de Toropi.

Agradeço, ainda, aos subprefeitos presentes: Renê, de Santa Maria; Diógenes Menezes e Elias, de São Pedro do Sul.

O Deputado Luis Carlos Heinze já os informou de que estamos numa jornada, desde a última estiagem, com esta Comissão Externa que foi criada pela Câmara dos Deputados para contribuir com o debate sobre a seca e a estiagem na região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Já realizamos algumas diligências aqui no Estado, algumas audiências públicas de caráter mais geral. Em Brasília, realizamos duas audiências públicas, uma na qual reunimos Prefeitos, Vereadores e lideranças políticas; noutra, reunimos técnicos, especialistas e pessoas que já têm estudos sobre a seca na Região Sul e no Rio Grande do Sul.

Nessas audiências acabamos percebendo, de forma mais clara, que o tema da seca e da estiagem, principalmente aqui no Estado, não é uma questão passageira. Nos últimos 12 anos, 10 anos foram de estiagem, de seca no Rio Grande do Sul, algumas mais fortes e outras com menor intensidade.

Todos temos certeza de que esta questão da seca no Rio Grande do Sul não se esgotará, não terminará. Vamos conviver nos próximos anos com situações cada vez mais alarmantes no que diz respeito às estiagens aqui no Estado.

Em que pese haver avaliações diferenciadas de um técnico ou de um especialista para outro, de um para outro estudioso sobre o tema em relação aos efeitos da seca e da estiagem nas mais variadas áreas da Região Sul e no Estado do Rio Grande do Sul, há o consenso de que ainda vamos conviver nos próximos anos com situações de seca e estiagem muito fortes no Estado e na Região Sul como um todo. Há efeitos diferenciados, é verdade, de uma microrregião para outra, mas com a existência da seca e da estiagem.

Isso nos levou a esta compreensão de que não podemos mais esperar as secas acontecerem para, a partir da existência da seca, a cada ano exigir ou buscar medidas que possam amenizar ou compensar os seus efeitos. Estamos em uma situação de perder uma lavoura a cada 5 anos. É esse o cálculo que se faz — não é Porto? Estamos perdendo uma lavoura a cada 5 anos no Estado do Rio Grande do Sul com as quebras que estamos tendo todos os anos.

É necessário constituir e buscar alternativas que possam evitar que as secas no Rio Grande do Sul tragam tantos prejuízos ao nosso Estado e à Região Sul como um todo. E é sobre isso que nós, neste momento, estamos debruçados. Quais são as ações que devem ser constituídas pelo Poder Público Municipal, Estadual e Federal que possam evitar ou minimizar os efeitos das próximas estiagens na vida das pessoas no Estado. Não só olhando do ponto de vista da agricultura, mas olhando também do ponto de vista das comunidades, das cidades, dos municípios que vivem da agricultura e que sofrem com a perda de arrecadação, com a situação econômica gerada pelas secas e estiagens. E também, em algumas regiões, começamos a enfrentar a falta de água para o consumo das pessoas. Como a região sul de Bagé, a região do Alto Uruguai, em Erechim, por exemplo, na seca que tivemos neste ano ficaram completamente sem água. Eram 14 dias de racionamento por 14 dias de água nas comunidades daquela região de Erechim e do Alto Uruguai.

Estamos, neste momento, debruçados exatamente em construir propostas e alternativas capazes de pensar e planejar o futuro, sejam elas do ponto de vista da construção de políticas públicas permanentes para o Estado do Rio Grande do Sul e para a Região Sul, sejam elas na construção de programas e projetos que possam, gradativamente, evitar que os efeitos da seca tenham os contornos que estão tendo até este momento.

Uma das questões que temos levantado é que o Rio Grande do Sul, em algumas regiões, precisa ser incluído nos mesmos programas e nas mesmas políticas que hoje estão à disposição do semiárido nordestino, como, por exemplo, construção de cisternas de forma permanente, construção de barragens subterrâneas para o acúmulo de água, programas de transposição de rios para levar água até regiões em que não existe água ou que sofrem com as secas, políticas de armazenamento de água.

Estamos vivendo nesta semana ou nestes últimos 30 dias uma situação peculiar. Estamos discutindo a seca em um momento de chuva, de muita chuva, de muita água.

Percorrendo as estradas, percebe-se a quantidade de água acumulada neste momento em nossos rios, acumulada nas várzeas; a quantidade de água que está à nossa disposição. Mas também nos damos conta da nossa incapacidade de acumular essa água, de guardar essa água hoje para poder utilizá-la ali na frente, quando sabemos e temos quase certeza absoluta de que vamos ter uma nova situação de seca e de estiagem aqui no Rio Grande do Sul, na Região Sul, que vai prejudicar os nossos agricultores.

Então, eu diria que este é o desafio que está apresentado para nós neste momento aqui no Estado: pensar e produzir essas políticas permanentes de reconversão quem sabe até mesmo da nossa matriz produtiva no campo, de reorganização dos nossos municípios, de aposta em investimentos novos, em políticas de irrigação para o Estado do Rio Grande do Sul que sejam capazes de efetivamente amenizar os efeitos dessa estiagem.

Conforme disse muito bem o Deputado Heinze, temos que produzir mudanças na legislação, temos que pensar quais são os programas prioritários que iremos viabilizar a partir do Orçamento da União. Estamos chegando quase a uma condição insustentável. Se todo ano o seguro da agricultura familiar, o PRONAF ou as ações implementadas pelo Governo Federal tiverem que produzir pagamentos na ordem que está sendo paga hoje, o programa ali na frente ficará inviabilizado.

No ano passado, foi 1 bilhão de reais; neste ano já chegamos a quase 300 milhões de reais sendo pagos pelo seguro da agricultura familiar. Foram disponibilizados recursos da ordem de outros 300, quase 400 milhões de reais, que chegarão neste programa de liberação de 2 mil reais por família de agricultor familiar, com outros recursos que chegaram a outros programas.

Todos eles são recursos importantes, é verdade, que têm impacto na economia dos municípios, que ajudam os nossos agricultores, mas são insuficientes. São muitos recursos, se olharmos do ponto de vista do Governo, mas é pouco se considerarmos as necessidades e as dificuldades enfrentadas pelos nossos agricultores.

Então, essa é a intenção desta Comissão, deste trabalho que estamos realizando, que é exatamente poder pensar e planejar o futuro.

Dito isto, meus companheiros, tínhamos pensado, Deputado Luis Carlos Heinze, se V.Exa. permitir, em nosso assessor da Vice-Presidência fazer uma breve apresentação do relatório do trabalho que já realizamos até agora e das propostas que já foram levantadas e acumuladas nos debates e nas audiências públicas que realizamos. Logo depois de o Gilmar fazer a apresentação aqui, abríamos para que as nossas lideranças, os Prefeitos e os Vereadores pudessem falar, sugerir, propor, apresentar questionamentos, fazer perguntas e dizer como estão encarando esta situação da seca a partir do seu município, da sua região ou da sua própria realidade. Pode ser assim?

Então, mais uma vez, obrigado pela presença de todos vocês.

Passo imediatamente a palavra ao Gilmar, para que possa fazer a sua apresentação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. GILMAR LUIZ PASTORIO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar, em seu nome, o Deputado Luis Carlos Heinze e, em nome do nosso Prefeito de São Pedro do Sul, todas as lideranças.

A Comissão Externa, além do Deputado Marco Maia, que é o Presidente, e do Deputado Luis Carlos Heinze, que está aqui presente, também tem como membros os Deputados Afonso Hamm, Darcísio Perondi, Vilson Covatti, Luiz Carlos Busato e Cláudio Diaz, ou seja, são 7 Deputados.

Como esta audiência seria realizada no dia de ontem, S.Exas. acabaram não podendo vir porque já tinham compromissos em suas agendas.

Esta Comissão, como já falou o Deputado Luis Carlos Heinze e o nosso Presidente, já fez várias diligências. De 7 a 9 de maio houve audiências, diligências na região de Erval Seco e Erechim, onde foram realizadas reuniões com agricultores, lideranças, prefeituras e movimentos sociais e foram colhidas informações. Procurou-se ficar à disposição para buscar auxílio junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal para socorrer os municípios e, em especial, os agricultores familiares, que naquele momento, em maio, sofriam com o evento da estiagem.

Dos dias 12 a 14, a Comissão ficou em estado permanente, em Brasília, onde, juntamente com outros Deputados, vários Deputados da bancada gaúcha e do Sul, como o Deputado Vignatti e outros, buscou audiências junto ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério da Justiça, ao Ministério de Desenvolvimento Social, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Agricultura e à Casa Civil. Várias audiências foram produzidas no intuito de buscar recursos para auxiliar as Prefeituras e, em especial, os agricultores familiares.

No dia 24 de julho, foi realizada uma audiência pública na Câmara, como falou o Deputado Marco Maia, Presidente da Comissão, e se buscou trazer especialistas de várias áreas. O Dr. Rogério Porto, aqui presente, esteve lá fazendo uma brilhante palestra, levando os dados do que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem feito.

Levamos também as universidades, a URI e a UFRGS, junto com um conjunto de especialistas de vários Ministérios e órgãos como, por exemplo, a Agência Nacional das Águas — ANA.

Levamos o Dr. Moacir Vaz de Sousa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; a Dra. Mary Célia Guirado, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Maria Inez Resende Cunha, da Secretaria Nacional da Defesa Civil; Luciano Marcos de Carvalho, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento — MAPA; José Zukowski, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; representando os Prefeitos, o Prefeito Joehl Ghisio, Vice-Presidente da FAMURS; Egon Krakheche, do Ministério do Meio Ambiente; e a Dra. Dirce Suertegaray, da UFRGS.

Esta Comissão reuniu-se em audiência pública para tentar levantar muito mais do que elementos históricos — vários desses elementos estão neste relatório completo que entregamos; não tínhamos para todo mundo, fizemos 100, mas depois os senhores podem

reproduzir —, tentamos levantar elementos no sentido de buscar não só os efeitos nocivos dessa estiagem, mas tentar buscar um conjunto de elementos históricos, trazidos principalmente pela Dra. Dirce, de muitos milhões de anos e a partir disso podermos chegar a uma política de enfrentamento das estiagens e das secas no Rio Grande do Sul.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui está o mapa da estiagem. A área amarela é a que não foi atingida pela estiagem este ano. Então, toda a área branca foi atingida pela estiagem. Praticamente toda a metade sul do Rio Grande do Sul até a metade central, puxando a região fronteira e um pedaço do qual o Deputado falava, a região de Bagé, que tem sido recorrente, ano após ano. Isso nos dá um mapa de fato.

Poderíamos colocar aqui vários mapas dos 12 anos e veremos que ao longo destes 12 anos a seca atinge o Estado inteiro em algumas regiões, principalmente a região do Pampa, ao redor de Bagé, e a região lá em cima, perto de Erechim e Erval Seco. Em todos esses anos essas regiões têm atravessado secas dramáticas e estiagens menores.

A EMBRAPA escreveu um documento que repassou para a Comissão. Esse documento está na íntegra no relatório. A empresa faz algumas recomendações. Nós levantamos aqui os 4 elementos principais que estabelecem, em convivência com esse evento no Rio Grande do Sul.

A EMBRAPA destaca a possibilidade concreta de que nós temos que repensar o zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul — temos que repensar o processo de zoneamento agrícola. A EMBRAPA afirma que nós precisamos de sistemas conservacionais de manejo do solo. Temos que rediscutir isso, voltar a discutir o processo de manejo. Precisamos ter um processo de melhoramento genético e vegetal. Hoje, boa parte do nosso solo está completamente descoberta, em boa parte do ano. E precisamos rediscutir a matriz produtiva do Estado do Rio Grande do Sul a partir de um processo de sair das monoculturas, das tantas monoculturas existentes hoje no Estado, e refazer o processo da diversificação de culturas.

Programas que o Governo apresentou nessas audiências públicas. Há uma série de programas, dos quais hoje os Deputados já falaram e imagino que várias pessoas que nos antecederam aqui também já falaram.

O Programa Safra Mais Alimentos, da agricultura familiar, lançado agora pelo Presidente Lula, no mês de julho, em que são destinados 15 bilhões para a agricultura familiar; o Programa Garantia Safra, já abordado aqui pelo nosso Deputado Federal Luis Carlos Heinze; o Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda — PROGER; o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem; o Programa Produtor de Água; o PRONAF convencional, o PRONAF Eco; Seguro da Agricultura Familiar; Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; Sistema Nacional de Defesa Civil e o Fundo Especial de Calamidades Públicas — FUNCAP.

Todos esses programas ou pelo menos a maioria deles acabam socorrendo quando um evento acontece. Nós não temos ainda, em âmbito nacional, nenhum programa estruturante que possa, de fato, preparar o Estado, exceto na Região Nordeste, no semiárido

brasileiro, os 11 Estados do semiárido brasileiro que têm hoje políticas especiais de captação e distribuição de água. Nos demais Estados brasileiros, ainda não temos.

O Deputado Marco Maia apresentou um projeto, chamado de FUNAIRGA, que estabelece uma relação, e tem feito todos os movimentos para dentro do Governo, porque esse projeto precisa ter a chancela do Executivo, porque ele gera despesa e subsídio, como abordava aqui o Deputado Luis Carlos Heinze. Para isso, vamos precisar juntar forças, de fato, para que o Governo Federal mande junto esse projeto. É um projeto para garantir a possibilidade de estabelecer duas linhas de financiamento: uma linha que vá ao encontro de captação da água e uma outra linha que possa estabelecer, com juros subsidiados, a possibilidade concreta de os agricultores financiarem um instrumento de distribuição dessa água.

Então, esse é um programa que não existe e esta Comissão deverá, no final, levar com toda a força, com os 7 Deputados, com a chancela do Presidente Michel Temer, com a chancela das Comissões da Casa e, com certeza, com a chancela do Congresso Nacional, para a criação de um programa dessa envergadura para todo o Brasil.

Quais as conquistas estabelecidas por esta Comissão? Esta Comissão acabou sendo intermediária, juntamente com os movimentos sociais, com o movimento dos Prefeitos, com o Secretário da Agricultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Procurou-se corrigir e buscar recursos, que foram da ordem de 1,1 bilhão de reais; vieram parte desses recursos, que serão de mais de 1,1 bilhão de reais.

Com os 40 milhões de reais já liberados pelo Governo Federal, a FAMURS, juntamente com os Prefeitos e demais movimentos, decidiu que iriam comprar retroescavadeiras. Esse dinheiro já está no Estado. Conversei ontem com o Presidente da FAMURS, o Prefeito Marcus Vinícius, e S.Exa. me disse que o Estado já está em processo de licitação e que no máximo em 2 meses serão entregues aos municípios as retroescavadeiras, que irão abrir poços artesianos.

Essas dívidas, que venceriam em maio e junho, vão vencer apenas no dia 15 de outubro. Até sexta-feira da semana passada, o Banco do Brasil, no Rio Grande do Sul, já tinha liberado 50 mil operações, totalizando 100 milhões de reais. Fizemos um levantamento junto à FETRAF, aos movimentos da Via Campesina e à FETAG do Rio Grande do Sul e a informação é de que vamos chegar a 200 mil contratos no Cred Emergência, ultrapassando, apenas no Rio Grande do Sul, os 400 milhões.

Então, teríamos 380 milhões para todo o Brasil e teremos agora 400 milhões só para o Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja, o Governo Federal está, nessa linha, ampliando os recursos além do que havia prometido para o Brasil inteiro apenas para o Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre o pagamento do seguro o Deputado Luis Carlos Heinze já falou. Foram pagos mais de 300 milhões de seguro.

Temos mais 14,1 milhões para a construção e recuperação de cisternas e poços — são 300 poços. Ontem, conversei com a Dra. Mary e S.Sa. me disse que dentro de, no máximo, 15 dias... porque esse recurso será executado diretamente pelo Ministério do Desenvolvimento

Social com as Prefeituras atingidas pela estiagem, que decretaram e tiveram sua situação reconhecida pela Defesa Civil do Estado.

Existem outras medidas. Restos a pagar, medida levantada pela Comissão. Execução das emendas. Os Deputados Marco Maia e Luis Carlos Heinze têm travado, todos os dias, uma luta incessante dentro da Câmara para liberar todas as emendas dos Deputados de todos os partidos que colocam como prioridade todos os municípios que foram atingidos pela estiagem, para podermos destinar novos recursos para os municípios que perderam em abundância água e produção, especialmente os produtores da agricultura familiar do Rio Grande do Sul.

Há algumas recomendações, mas eu já falei da maioria.

O interessante é dizer que esta Comissão se propôs a realizar 4 audiências públicas. Esta é a primeira. Elas ocorrerão em 4 regiões distantes para dar oportunidade a todo o Rio Grande do Sul — agricultores, lideranças, movimentos sociais, Prefeituras. A Comissão, preocupada em ouvir a sociedade, estabeleceu a realização de 4 audiências públicas. Com isso, no final do mês de outubro, teremos a possibilidade concreta de construirmos definitivamente uma política pública no Brasil para não mais socorrer, mas para estabelecer um processo de irrigação, de guardar e irrigar as nossas lavouras, de termos água para consumo humano e animal para os próximos anos.

A meteorologia, Deputado Marco Maia, já nos informa que, em fevereiro do próximo ano, teremos uma nova estiagem. Não sabemos se será da forma tão violenta como foi este ano ou de menor intensidade, mas todos os dados já mostram que teremos uma outra.

Por isso, estamos aqui, esta Comissão da Câmara está aqui, porque muitas vezes, quando chove, nos esquecemos da seca. Então, é o momento agora, sim, de fazermos uma grande debate com a sociedade gaúcha para começarmos a estabelecer práticas em cima das recomendações técnicas que estão sendo dadas e, a partir disso, quando a estiagem vier, podermos certamente estar muito mais preparados do que estávamos no final do ano passado e início deste ano.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Gilmar.

Vamos passar a palavra ao Deputado Estadual Pedro Pereira, que se encontra na Mesa conosco.

Em seguida, concederemos a palavra para quem quiser questionar, sugerir, enfim, tratar do tema.

Tem a palavra o Deputado Pedro Pereira.

O SR. PEDRO PEREIRA - Obrigado, Deputado Marco Maia.

Quero começar saudando nosso Prefeito Marcos Senger; o Secretário Estadual de Irrigação, Sr. Rogério Porto; nosso 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia; o Deputado Federal Luis Carlos Heinze; representantes da EMBRAPA e da EMATER; Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários, Vereadores, imprensa, enfim, todas os presentes.

Sou da região de Canguçu, Deputado Marco Maia, e lá também a seca tem atingido, e muito, a nossa região. Eu conversava agora com o Prefeito Marcos que ouvíamos falar em cisternas e seca no Nordeste, e a seca chegou em nosso Estado. Há levantamentos, dizia o Secretário, que mostram que, a cada 10 anos, pelo menos em torno de 6 a 7 anos são de seca.

Então, não podemos esperar mais, Deputados, que São Pedro resolva o problema. Tem que haver a união da Federação, do Estado e dos Municípios em parceria — e hoje esse termo parceria é fundamental. Tem que haver a união de Municípios, Estado e Governo Federal para que se possa resolver esse problema que é crucial, é terrível, já que o nosso Estado é agrícola, é produtor de alimentos e, sem água, não se produz alimento.

Dizia o Deputado Marco Maia que agora chove e vemos chuva até demais, mas, certamente, quando chegar novembro, dezembro e janeiro, estaremos reclamando e pedindo água, pedindo chuva. Se soubermos acumular, guardar, reservar essa água, ela não faltará.

Então, parabenizo o Prefeito Marcos e toda a região. Mesmo não sendo dessa região, é a quarta vez que venho a São Pedro do Sul. Tenho uma parceria na minha região com o Deputado Cláudio Diaz, que faz parte desta Comissão. S.Exa. está-se recuperando de uma cirurgia. Inclusive, Deputado Marco Maia, mandou um abraço para V.Exa. Falei com S.Exa. ontem à noite. S.Exa. está em Rio Grande se recuperando de uma cirurgia delicada que fez de obstrução intestinal. Graças a Deus, S.Exa. está fora de perigo. Em seguida, voltará à ativa. E o Deputado me dizia: *“Transmita um abraço aos Deputados da nossa Comissão, ao Prefeito Marco e ao pessoal da região de São Pedro”*.

É importante, é fundamental. Vi agora passando o trabalho que os senhores já conseguiram. Então, parabéns a esta Comissão. Contem conosco na Assembleia Legislativa para ajudar em tudo o que for possível. Parabéns ao Governo Federal e parabéns ao Governo Estadual pelo trabalho da criação da Secretaria de Irrigação; parabéns à mobilização dos municípios. Juntos venceremos a seca, para que os nossos agricultores não tenham que ir ao Governo do Estado ou ir a Brasília pedir recursos, pedir seguro, enfim, pedir para que tenham amenizados os efeitos da estiagem.

Parabéns a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Waldyr Stumpf, chefe da EMBRAPA.

O SR. WALDYR STUMPF JÚNIOR - Obrigado, Deputado. Gostaria de cumprimentar a todos, de saudar os presentes e ressaltar a importância desta audiência pública por tratar de tema relativo à agricultura brasileira, que é essencial pelo que representa hoje na balança de pagamentos e na balança comercial brasileira em virtude da geração de emprego e renda.

Cumprimento o Prefeito de São Pedro, Marcos Senger, o Deputado Marco Maia e os demais componentes da Mesa.

Quero apenas lembrar alguns números. A EMBRAPA é uma empresa do Estado brasileiro, uma empresa que trabalha na geração de tecnologias para o setor produtivo, para a agricultura brasileira.

O nosso País, em 1970, em 40 milhões de hectares produzia 50 milhões de toneladas de grãos. Em 2009, em 54 milhões de hectares produzimos 140 milhões de toneladas de grãos. Tivemos um ganho de produtividade significativo praticamente com a mesma área. Quase quadruplicamos a produção na mesma área.

Isso é resultado de um crescimento, de uma agregação de tecnologia que permitiu hoje ao Brasil ter uma balança comercial extremamente positiva, calcada em cima da agricultura brasileira.

O Brasil tem hoje 90 milhões de hectares para serem incorporados ao processo produtivo sem destruir, sem derrubar árvores. E isso representa para o mundo uma ameaça muito grande em termos de competitividade.

Somos hoje, no mundo, em torno de 6,5 bilhões de pessoas. Em 2050 vamos ser de 10 a 12 bilhões de pessoas, que precisam ser alimentadas. Estrategicamente, o Brasil passa a ter uma importância fundamental nesse processo global como um grande produtor de alimentos.

Hoje, produzimos alimentos para a manutenção da sociedade brasileira e para alavancar nossa balança comercial, fruto da agricultura brasileira que mostrou esse resultado em termos de eficiência, de produtividade.

E aí a questão da água passa a ser fundamental, como destacou o Secretário Rogério Porto. Temos abundância de água, mas, de repente, usamos mal a água que temos.

Lembro-me que há 40 anos, quando fazíamos palestra para os agricultores que produziam leite, como estamos num clima temperado, fomentávamos a produção de silagem. Por quê? Porque temos comida num período e num outro período não temos comida. E a vaca come o ano todo.

Como estamos num clima temperado, em que deveria haver uma distribuição homogênea de água, hoje começamos a observar uma má distribuição de água, principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. E quando não chove no inverno, não temos reserva de água para o verão, principalmente na lavoura de arroz. Hoje irrigamos 1 milhão de hectares de arroz em 3 milhões de área de produção.

Então, a água passou a ser um insumo extremamente estratégico para manter, e não só manter, mas aumentar nossos níveis de produtividade e nossos níveis em termos de fronteira agrícola.

Onde entra a EMBRAPA nessa questão? A EMBRAPA como uma empresa que gera tecnologia para a agricultura brasileira?

Hoje, num mundo competitivo, cada vez mais a agricultura brasileira precisa de competitividade para disputar espaço com a União Europeia, com os Estados Unidos, com a América Latina, com os países que têm uma agricultura de ponta. Somos extremamente eficientes em níveis de produtividade e custo de produção. É por isso que hoje o Brasil comercializa os seus produtos para 180 países, produtos da agricultura brasileira, fruto do sucesso da agricultura brasileira.

Temos problemas? Temos. Hoje, especificamente no Rio Grande do Sul, a questão da estiagem passa a ser fundamental para melhorar nossos indicadores de produtividade, para melhorar a nossa renda, para que possamos ter um resultado mais positivo.

De acordo com alguns dados que temos, nos últimos 9 anos, houve municípios que tiveram 9 anos de estiagem, acentuada nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, o que chegou a baixar a nossa produtividade de soja para 800, 900, 1.000 quilos por hectare. Como vamos competir principalmente com o Paraná e com a soja do Centro-Oeste com esses níveis de produtividade?

Essa é uma questão importante. E aí cabe à pesquisa agropecuária, junto com os agricultores, buscar alternativas.

Estamos enxergando um cenário um pouco mais complexo do que apenas a questão da água. A água é somente um dos insumos dentro da cadeia produtiva. O que nós temos que melhorar são as reservas e a sua utilização, seja via captação, a questão das barragens, mas também por sistemas de irrigação, seja com pivô central, seja por gotejamento na horticultura. Precisamos buscar alternativas que nos possam fornecer índices de produtividade razoáveis, de acordo com os custos de produção que temos.

Então, existe um conjunto — não é apenas a questão da água — que foca esse problema.

Uma questão que talvez fosse simples seria ter uma coordenação dos dados meteorológicos disponíveis. Hoje há o INMET, com dados meteorológicos; a ANA, com dados meteorológicos; a FEPAGRI, no Rio Grande do Sul; a EMBRAPA, com dados meteorológicos. E muitas vezes esses dados não conversam. Para a segurança do agricultor, quanto maior a precisão, quantos mais pontos de informação tivermos para qualificar a informação e minimizar o risco do agricultor, melhor.

Dessa forma, precisaríamos de uma coordenação nacional ou regional para buscar e analisar esses dados de informação de 300 estações meteorológicas existentes no Rio Grande do Sul para melhorar a informação para o agricultor, porque muitas delas não conversam umas com as outras.

Hoje o zoneamento agroclimático passou a ser instrumento de política pública poderoso. E não só o zoneamento agroclimático, mas também o zoneamento de solos, para sabermos qual a capacidade de uso dos solos com que trabalhamos. E a pesquisa agropecuária disponibiliza esta ferramenta para o agricultor: zoneamento climático, zoneamento de solo.

É necessária a busca de cultivares mais adaptadas às diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul; a busca de cultivares precoces, para que escapemos do período de seca, cultivares que produzam com um período vegetativo menor. Então, estamos trabalhando nesse sentido.

É preciso melhorar a estrutura de solo, modernizar os sistemas de plantio — já não mais sistema convencional, mas plantio direto, cultivo mínimo, plantio na palha; sistemas que

nos permitam acumular água no solo. Precisamos aumentar o teor de matéria orgânica no solo, porque o solo é instituição viva e não apenas um substrato para as plantas.

Como analisamos isso no nosso sistema de produção? Nós precisamos diversificar nossa matriz de produção e não apenas investir todos os nossos recursos apenas em uma cultura, porque isso não é sustentável, e estamos falando de uma agricultura sustentável. Então, precisamos de outras culturas, de rotação de culturas, de consorciação de culturas. É assim que funciona a natureza.

Existe uma série de elementos que compõem todo o sistema de produção agrícola e toda a cadeia agrícola de produção.

A pesquisa vem trabalhando na busca de resultados que possam minimizar esses riscos para os agricultores, seja via estações climatológicas, zoneamento agroclimático, zoneamento de solo, novas cultivares em diversos ciclos, cultivares mais tolerantes à seca, cultivares mais tolerantes à salinidade. Para os senhores terem uma ideia, na EMBRAPA de Pelotas, temos uma estação agroclimatológica que coleta dados 3 vezes por dia desde 1888. É a segunda estação agroclimatológica mais antiga do Brasil.

De 1888 até hoje, houve um aumento, conforme mostram os dados coletados, de 1,8 grau centígrado na média das temperaturas mínimas. Isso tem reflexo direto no desempenho dos sistemas de produção, na produção de pragas e insetos. Como vamos resolver ou encaminhar essa questão para o sistema produtivo? Como o melhoramento genético pode entregar novas cultivares mais tolerantes ao calor? O processo de aquecimento global é real e o estamos acompanhando. A pesquisa tem como objetivo buscar alternativas para essas questões.

A EMBRAPA, na condição de empresa do Estado, está junto com a agricultura brasileira, com a FEPAGRO, que faz parte da estrutura do Estado, com a EMATER e com as universidades. Às vezes, esse trabalho não aparece. Só o enxergamos quando uma nova cultivar é entregue no mercado — uma nova variedade de milho, soja, trigo, sorgo, feijão. No entanto, existe uma série de tecnologias geradas para minimizar essas questões.

Estamos à disposição e colocamos a estrutura da empresa à disposição dos agricultores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Vamos abrir a palavra para quem quiser se inscrever. Como tudo está sendo gravado para posterior transcrição, a fim de que as falas façam parte dos relatórios da Comissão, peço aos que forem se pronunciar que falem ao microfone e se apresentem.

A SRA. IZABEL MINUSSI - Meu nome é Izabel Minussi. Sou Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de São Francisco de Assis.

Primeiramente, quero cumprimentar os componentes da Mesa e dizer que o pronunciamento do Secretário Porto, para mim, já valeu o sábado. É esse o entendimento que temos de ter. No Rio Grande do Sul não falta água. Apenas temos um período de escassez de água — dezembro, janeiro e fevereiro.

Estou Secretária, mas sou engenheira agrônoma e produtora rural. Então, acompanho essa discussão com relação à estiagem há muito anos. Sempre que nos reunimos para discutir a estiagem, ressalto que precisamos de um grande programa de irrigação. Temos várias ferramentas hoje à disposição dos municípios, a exemplo do Sistema de Gestão Integrado, disponibilizada pelo Governo do Estado — e este é um dos poucos Estados do País que têm esse mecanismo de gestão integrada do meio ambiente. E tenho o orgulho de dizer que, em São Francisco de Assis, já estamos no quarto ano de licenciamento municipal. Outra grande ferramenta é o programa de irrigação, também colocado à disposição pelo Governo do Estado.

Entretanto, temos também alguns entraves — e gostaria de fazer algumas sugestões a respeito — na questão das reservas hídricas. Entendo que esse entrave não se deve à legislação do DRH, mas, sim, à falta de recursos humanos. Conheço a Regiane, sei do seu empenho, mas conheço também a limitação de pessoal no DRH. Portanto, a limitação dos pedidos de reserva hídrica é mais em razão dos recursos humanos do que da falta de legislação, no meu entendimento.

Quanto à questão das barragens, afirmou o Deputado Luís Carlos que há vários processos travados na FEPAM. Também acredito que um dos motivos para tanto é a falta de recursos humanos. A sugestão que apresento para a Comissão é a de que se ampliam os convênios com os municípios e que os municípios já habilitados por licenciamento não tenham atreladas apenas a Resolução nº 102, mas algum poder a mais de licenciamento, no qual entrariam essas barragens. Há vários exemplos no Município de São Francisco de barragens acima de 5 hectares de áreas alagada cujos processos estão parados na FEPAM. No momento em que se passar isso para os Municípios, acredito, haverá mais agilidade, e resolveremos o problema. Então, a sugestão que deixo é no sentido da ampliação dos convênios de licenciamento com os municípios.

Outro problema muito sério que São Francisco enfrenta é a estiagem, e já há bastante tempo. Neste último ano não foi decretada situação de emergência, até porque a estiagem chegou um pouquinho mais tarde e não afetou tanto a produção. Mas, nos últimos anos — e está aqui o Prefeito da Cidade — foi investido pesadamente na construção de microaçudes no Município. No momento em que obtivemos a ferramenta e habilitamos o Município para o licenciamento, começamos a investir muito na construção de microaçudes.

Hoje, esbarramos em outro problema muito sério: energia elétrica. Esse é outro ponto que gostaria de abordar para a Comissão. Os municípios da extensão de São Francisco de Assis, por exemplo, enfrentam um problema sério, apesar do grande avanço do Programa Luz para Todos, do Governo Federal. Procuramos investir em irrigação as verbas que recebemos, como as oriundas das emendas parlamentares — a propósito, ressalto que 90% das emendas parlamentares para o Município são do Deputado Luís Carlos Heinze. E, hoje, estamos com um problema: não temos como instalar os *kits* de irrigação e as bombas submersas em poços artesianos devido à falta de energia elétrica. Esse é outro ponto que tem de ser discutido.

O programa estadual e as ferramentas colocadas à disposição dos Municípios são muito importantes. E estamos usufruindo de todas elas, mas, hoje, estamos com problema: não

conseguimos colocar em prática uma série de coisas relativas à irrigação por causa da falta de energia.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado.

Com a palavra o Secretário Municipal de Agricultura de São Pedro, Sr. Altamiro D'Ávila.

O SR. ALTAMIRO D'ÁVILA - Temos de levar políticas públicas para armanezar conhecimento, para que, aí, sim, o produtor se sinta capacitado a usar bem a água na sua propriedade.

Aproveito a oportunidade, uma vez que autoridades estão aqui — a exemplo do Deputado Federal Luís Carlos Heinze e do nosso Deputado Estadual —, para solicitar que estudem a possibilidade de incluir nas modificações da lei mencionada a destinação de uma pequena percentagem dos recursos da irrigação para a capacitação do agricultor, a fim de que ele possa usar bem a água na sua propriedade. É importante ter água na propriedade, mas é importante também usá-la bem. Temos de seguir, não ao pé da letra, claro, o exemplo dos japoneses, que trabalham a questão da educação. Por isso seu país se desenvolve.

As políticas públicas têm de ser voltadas também para a capacitação rural.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Sr. Altamiro.

Tem a palavra o Prefeito de Júlio de Castilho, João Vespina, a quem peço que se apresente para gravação.

O SR. JOÃO VESPINA - Bom dia a todos.

Parabenizo os Srs. Deputado Marco Maia e Luís Carlos Heinze, o Prefeito Marcos, o Secretário Rogério Porto, os demais componentes da Mesa, Prefeitos e Secretários presentes.

Estamos aqui com o Secretário de Agricultura e Vereador Ildo Trevisan.

Parabenizo a Comissão por esta primeira audiência.

Estamos em processo de conscientização sobre a irrigação do nosso Estado. E esse é um patrimônio já permanente e consistente.

O que há de problemático nos Municípios dos quais somos gestores? O fato de pequenos agricultores, trabalhadores da agricultura familiar e outros tantos agricultores que não terem capacidade financeira alguma para fazer qualquer procedimento de concentração de reserva de água. Então, essa questão de acúmulo de água que o Secretário Rogério suscitou deve ser objeto de política pública dos nossos Municípios, do Estado e da União, fazendo com que o conhecimento de V.Exas., o conhecimento dos nossos Secretários, a informação que temos passe adiante, porque não adianta o aluno ir para a aula, é preciso que ele aprenda. Isso é salutar e permanente. Precisamos também de linha de crédito. Muitos agricultores não têm capacidade de fazer um microaçude. Para produzirem e sobrar alguma coisa no seu pequeno espaço de terra, de 10 a 20 hectares, precisam de linha de crédito totalmente subsidiada. E essa instrumentalização União, Estado e Municípios deve fazer com que se viabilizem os pequenos projetos. Com isso, com certeza, haverá a permanência do agricultor na sua instância, a permanência do filho, da família e assim por diante.

Então, essa política que está sendo construída por V.Exas. é respaldada na instância dos Municípios pelos Prefeitos e Secretários e pela Câmara de Vereadores. E é uma política acertada, necessária, urgente e, com certeza, trará resultados fantásticos para o nosso Estado, o Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Prefeito João.

Tem a palavra o Vereador Engenheiro Comasseto, Presidente da Associação Institucional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Maria.

O SR. COMASSETO - Cumprimento o Sr. Deputado Marco Maia, o Secretário Rogério e demais presentes.

Sr. Secretário, V.Sa. suscitou hoje na sua explanação que estaria resolvido o problema com a EMATER e com a FEPAM. Preocupa a mim e a nossa região o problema com o IBAMA, uma vez que é uma região rica em fósforo, como foi visto no vídeo apresentado, e de pequenos agricultores, proprietários de 15 a 25 hectares. Isso, hoje, é um grande complicador para nós.

Santa Maria, por exemplo, tem vários microaçudes abertos, e muitos agricultores foram multados e/ou estão respondendo processo por meio do IBAMA.

Essa é a questão que pretendia suscitar, pedindo aos senhores que a incluam na sua demanda.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Sr. Comasseto.

Tema a palavra o Prefeito Luis Adolfo.

O SR. LUIS ADOLFO - Sou Prefeito de Tupanciretã, vizinha cidade de São Pedro do Sul.

Saúdo o Prefeito de São Pedro do Sul, nosso anfitrião, o Deputado Marco Maia, o Deputado Luís Carlos Heinze e demais autoridades presentes.

Devo dizer que, em 30 anos de vida pública, é a primeira vez que vejo uma comissão externa da Câmara dos Deputados discutindo estiagem no Rio Grande do Sul. Isso é muito importante para nós, os gaúchos, e para o Estado.

O Secretário Rogério Porto faz excelente trabalho. E quero endossar as palavras da Secretária de São Francisco de Assis. Realmente, com esse discurso, o senhor convence, Secretário. Esse discurso sobre a situação da água tem de ser levado para todo o Rio Grande do Sul e para o Brasil inteiro. Temos água, mas temos de saber distribuí-la e armazená-la.

Faço uma pergunta ao Deputado Luiz Carlos Heinze ou ao Deputado Marco Maia. Não vou tratar aqui da estiagem preventiva, vou falar sobre a profilaxia. Quero saber do dinheiro da estiagem passada. Parece que o Rio Grande do Sul vive de paradoxo: estamos em plena inundação, em plena enchente, discutindo estiagem — e quero discutir a estiagem passada. Isso porque o Governo Federal anunciou a destinação de 80 milhões de reais para os municípios, mas repassou ao Governo de Estado — e assinamos o documento na EXPOINTER, junto com a Governadora — 40 milhões de reais. Tupanciretã foi o Município mais atingido no Estado do Rio Grande do Sul: perdemos 100 milhões de reais. E são dados

levantados pela Fundação de Economia e Estatística. O Município mais prejudicado no Rio Grande do Sul com a estiagem de 2009 foi Tupanciretã. O segundo mais prejudicado foi São Borja. Posso dizer porque foram elencados os municípios mais prejudicados. E disseram que o Governo, quando anunciou os 80 milhões de reais, teria afirmado que os municípios que tivessem perda superior a 80 milhões de reais receberiam 300 mil reais. Muito bem. Estou com uma dúvida agora sobre se os 40 milhões são parte dos 80 milhões anunciados ou os 40 milhões são definitivos. Se forem os 40 milhões em definitivo, devo receber 150 mil reais. Quero saber.

Houve uma confusão, acho que não é questão de decreto, entre a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul — FAMURS com a Defesa Civil. Por exemplo, fiz os pedidos de 300 mil reais para expansão de rede d'água e rede d'água, porque na minha cidade há 17 assentamentos e 750 famílias de assentados. Então, preciso de expansão de rede. Agora, estão me prometendo uma retroescavadeira no valor de 150 mil reais. Não quero retroescavadeira, Deputado Marco Maia. Já fiz o serviço que tinha para fazer com retroescavadeira. Eu, Prefeito, com os meus recursos. Não quero saber de retroescavadeira; outros municípios querem. E, agora? Como fica a minha situação? Tenho de perguntar ao Deputado Luis Carlos Heinze como vai ficar a situação dos municípios. Se eu tenho direito a 300 mil, posso perder 150 mil para ficar com os 294 municípios, mas quero a expansão de rede, não retroescavadeira. Quem vai fazer essas licitações? É o Governo Federal? É o Governo Estadual? Como vai ser?

Gostaria que o Deputado Luis Carlos Heinze ou o Deputado Marco Maia me respondessem essas indagações, porque elas estão na cabeça dos Prefeitos também.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - São 12h40min. Vamos ouvir mais 2 ou 3 oradores e, depois, vamos passar a palavra para o Secretário Rogério Porto, que ainda quer fazer uma explanação e responder a alguns questionamentos. Em seguida, o Deputado Luis Carlos Heinze e eu vamos falar um pouquinho sobre o que foi levantado e encerrar esta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Sérgio Rossi de Freitas.

O SR. SÉRGIO RENATO ROSSI DE FREITAS - Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa e a parabenizo pela iniciativa grandiosa e extraordinária para nossa região.

Sou Sérgio Renato Rossi de Freitas, Conselheiro do Instituto Rio Grandense do Arroz — IRGA, por Dilermando de Aguiar, e sou 2º Vice-Presidente do Sindicato Rural de Santa Maria.

Na condição de representante do IRGA, entendo que a irrigação tem uma grandiosidade imensa. Basta ver que o Rio Grande do Sul produzia, em 1955, quando nasci, 2.400 quilos de arroz por hectare, hoje produzimos 7.200 quilos, uma média comparável à de muitos países de alta produtividade — temos uma produtividade extraordinária de arroz no Rio Grande do Sul.

Temos muito a aprender com os técnicos do IRGA, com a estação experimental. O Secretário Rogério Porto, inclusive, foi Presidente do IRGA, e muito me honra, como produtor rural, Secretário, ter participado da sua passagem pelo IRGA, que incentivou grandemente a irrigação.

Para irrigar a lavoura do seco, como chamamos no Estado, precisamos desburocratizar as leis existentes. Passar a maior parte para o município — concordo plenamente com a Secretária. O município vive o nosso dia a dia: temos o IBAMA, a FEPAM e, em muitos casos, o município. Portanto, são 3 entes nos mandando, o que nos inibe bastante. Nós, produtores rurais, às vezes, temos vontade de fazer uma barragem, de construir um açude na nossa propriedade, mas os entraves burocráticos são tantos, que ficamos inibidos em começar uma barragem no Estado. Temos de definir quem é quem na lei, quem manda, se é o Estado, se é o IBAMA ou se é o município. Mas entendo que passa pelo município.

Quero fazer uma pergunta ao ilustre Diretor da EMBRAPA, a catedral da agricultura. Como agricultores, entendemos que devemos tudo, o arrozeiro ao IRGA e o produtor, de modo geral, à EMBRAPA. Se tivéssemos esfriado em 1,8 a temperatura da Terra, a média agrícola teria diminuído ou teria aumentado?

Na qualidade de produtor rural, entendo que para a agricultura o aquecimento global é interessante até 2 pontos, e, com o esfriamento, já teríamos passado fome.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Mais alguém quer fazer uso da palavra?

Quer responder à pergunta, Waldyr?

O SR. WALDYR STUMPF JÚNIOR - Esses são dados de observação real. De 1888 até hoje, a média das mínimas aumentou em 1,8 grau nos últimos 120 anos em Pelotas, segundo foi apurado em nossa estação.

Imaginem os desarranjos fisiológicos e metabólicos que ocorrem em nosso corpo quando a temperatura passa de 36 para 37,5, ou de 37 para 38,9, e o que acontece com a reprodução dos insetos quando aumentamos a temperatura em 1,8 graus. Todos os processos e todas as gerações aceleram.

Então, em anos muito quentes e úmidos, o descontrole em relação aos insetos aumenta, a fisiologia das plantas também aumenta. Se continuar aumentando a temperatura de algumas projeções, como vem acontecendo, em 3 graus centígrados, plantaremos café no Rio Grande do Sul e não mais soja. É esse o cenário que enxergamos. Para o arroz, em relação à tolerância ao frio, um problema principalmente na época da floração, é um bom negócio. Mas como ficam as outras culturas?

Temos de colocar esta questão nos programas de melhoramento genético: Plantas mais tolerantes ao calor, mais tolerantes à seca, mais tolerantes à salinidade, às pragas e às doenças. E isso muda o que estamos realizando hoje.

Então, como a pesquisa trabalha com um cenário de 30, 40, 50 anos, já estamos incorporando isso nas novas cultivares que estamos lançando, no manejo, na irrigação, no manejo do solo. Não podemos mais perder água do solo. Temos de aumentar o teor de matéria

orgânica no solo por causa da oxidação. Muda completamente o que vem acontecendo. Melhorará para algumas culturas tropicais, que descerão, mas, para as temperadas, haverá problema. O pessegueiro precisa de mais de 250 horas de frio abaixo de 7,2 graus centígrados para florescer e frutificar. Se diminuir, não produziremos mais pêssego aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Agradeço ao Sérgio o questionamento, e, ao Waldyr, a resposta.

Passamos a palavra ao Secretário Rogério Porto para fazer suas considerações finais.

O SR. ROGÉRIO PORTO - Quero informar à Secretária de São Francisco de Assis que estão sendo incorporados, neste momento, 10 novos técnicos ao Departamento de Recursos Hídricos — DRH. Então, a equipe de campo da FEPAM dobrou em número. E isso é uma vantagem.

A política do Sr. Berfran Rosado, Secretário de Meio Ambiente, seguindo a política do Otaviano, é aumentar em 100 municípios, imediatamente, a autorização para licenciamento municipal e, como política, criar condições para que todos os Municípios do Rio Grande do Sul façam licenciamento de impacto local.

Quando o município é muito pequeno, não suporta a estrutura mínima exigida, reúne-se 4, 5 municípios de pequeno porte e cria-se uma estrutura para atendê-los. Essa é política do Governo que o Dr. Berfran Rosado está implementando.

Quanto à questão de energia, pelo amor de Deus! Nós precisamos unir forças para resolver esse problema. É possível incorporar 60 mil hectares de pivô central só na fronteira oeste se for resolvido o problema de energia. São produtores que têm financiamento. Estamos com 300 pivôs centrais licenciados e com financiamento aprovado, mas que não conseguimos implantar em razão da falta de energia.

Então, a sugestão que faço à Comissão é no sentido de que, em lugar de haver só o Programa Luz para Todos, crie, em âmbito nacional, um programa de energia para todos. Isso porque as concessionárias, sejam públicas, sejam privadas, sejam cooperativas, não têm o menor interesse em atender o agricultor. Elas consideram o agricultor um péssimo usuário de energia, porque é estacional, porque isso, porque aquilo. No entanto, a produção brasileira precisa desse agricultor.

Quanto à capacitação de agricultores, já capacitamos 25 mil por intermédio da EMATER, de cooperativas e de São Vicente do Sul, onde temos um programa que tem sido muito bom. O Centro Tecnológico de São Vicente é um dos 2 especializados em irrigação no Brasil e está fazendo um trabalho magnífico conosco.

Sobre a questão da legislação, quero chamar a atenção dos Prefeitos que estão com esse problema de rede, de recurso para rede, para o fato de que existe uma restrição na legislação federal: a impossibilidade de fazer investimento público, de aplicar recurso público em propriedades privadas, uma limitação extraordinariamente forte, que nós também precisaríamos dar um jeito de superar. Então, por exemplo, se vamos estender uma rede, temos de desapropriar o local por onde passa essa rede. Isso é um absurdo, porque a desapropriação sai mais cara do que a rede.

Na questão dos microaçudes e dos recursos estaduais, aprovamos na Lei Pró-Irrigação autorização para que o Estado possa aplicar recurso público em propriedade privada. Mas, se o recurso é de origem federal, ainda há esse impedimento. É necessária alguma ação federal para estabelecer regras mais flexíveis e permitir que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Secretário Rogério Porto.

Com a palavra o Deputado Heinze, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quero cumprimentar os que ficaram aqui até a essa hora.

Ressaltou o Prefeito Luis Adolfo a importância de se debater esse tema. Afinal, todo mundo sabe que precisamos da irrigação. Não estou tão preocupado assim com essa questão do clima. Isso vai acontecer, mas tem muito de balela em cima desse assunto. Essa é uma questão que, infelizmente, a grande mídia não mostra. E vou procurar passar para todos aqueles que recebem o nosso *e-mail* artigo do ex-Reitor da Universidade Federal de Brasília, um físico, Dr. José Carlos Azevedo, no qual faz várias indagações sobre esse tema. A propósito, ouvi recentemente uma palestra do Divino, do INMET, em São Paulo, na qual fez algumas observações a esse respeito.

Sobre a questão levantada pelo Comasseto, acerca das multas cobradas pelo IBAMA e pela FEPAM, quero dizer que estamos fechando uma proposta em relação ao prazo do decreto do Presidente Lula relativo a essa questão da lei ambiental. Há um problema sério no Rio Grande do Sul, que é diferente dos Estados centrais: nunca tivemos reserva legal no Estado. Isso veio do Zequinha Sarney, quando Ministro do Fernando Henrique, em 2001. A partir daí, passou a haver reserva legal aqui. Temos 28 milhões de hectares no Estado. Vinte por cento dessa área, somam pouco mais de 5 milhões de hectares de terra. Como o Prefeito vai fazer uma lei aqui no Município determinando que vai pegar 20% desse salão maravilhoso que a proprietária fez? Como vai chegar ao posto e dizer: *“Olha, 20% deste posto vai ficar para o município”*? Ele não pode fazer isso. Mas foi feita uma lei assim lá em Brasília. E essa lei nós não votamos. A medida foi reeditada 67 vezes, e acabou não sendo votada. E, agora, estamos nessa enrascada aqui. Não são só os pequenos. E não é questão de resolver 4 módulos. Quatro módulos são 80, 90, 100 hectares. E quem tem 110 hectares? Vai ter de entregar 20 hectares?

Isso quer dizer que, além das APPs — e APPs eu concordo em preservar, bem como as áreas de beira de rio, beira de sanga, morro, banhado, pedra. Não há problema. Nenhum produtor é contra isso aqui. Agora, além disso, ainda ter de entregar 20% da propriedade de graça para alguém fazer preservação ambiental? Ah! Não tem graça.

Então, o que estamos discutindo neste processo aqui? A manutenção de todas as áreas consolidadas. Queremos fazer uma reunião com a bancada gaúcha — e falei com o Deputado Beto a respeito — para apresentar essa linha que estamos desenvolvendo para discutir na Comissão de Meio Ambiente.

O Presidente Michel Temer, ainda esta semana, criará uma Comissão Especial para discutir, junto com o projeto do Deputado Colatto e de vários outros Deputados — eu também assinei — uma nova lei ambiental.

Então, há a frente dessa lei, a frente de um outro projeto que estamos discutindo lá, para fazer esses ajustes. E temos de fazê-lo até 11 de dezembro.

Caro Prefeito de Jaguari, imagine o que aconteceria se pegassem as lavouras de fumo de Jaguari, de Turupi, de Quevedos e de São Pedro e determinassem que ali não se planta mais fumo. Três hectares, 4 hectares, é a lavoura média.

Então, queremos fazer com que as áreas consolidadas sejam mantidas — com o fumo, com uva, com arroz, com soja, com milho, com suíno, com frango, com boi, com leite, com o que tiver. Esse é um ponto em que estamos trabalhando.

Um outro ponto importante é o pagamento por serviços ambientais. É preciso haver um pagamento para aquele que preservar. Essa é uma das questões.

Para que os senhores tenham uma ideia, ressalto que, no Rio Grande do Sul, já há 6 milhões de hectares de mato, banhado, açude, sanga, rio e arroio. Fora 1,4 milhão de hectares da Lagoa Mirim e da Lagoa dos Patos. Só aí, são 6 milhões de hectares preservados, em que o produtor não ganha nada, e ainda é multado pelas PATRAMs da vida — e não é culpa do brigadiano que vai multar, mas da lei.

Hoje, deve haver milhares de multas no Rio Grande do Sul porque alguém derrubou uma árvore, fez um vale ou botou fogo em um pedacinho de chirca.

Então, temos de acertar isso nessa lei.

Diz o Secretário Rogério que temos de facilitar também a construção de açudes. Se estamos dizendo que a água é a solução — a água que está indo embora neste momento em que chove demais em todo o Estado —, temos de barrar e segurar nas propriedades que pudermos. E também temos de facilitar essa legislação.

Um outro ponto importante, só para dar um exemplo, Prefeito: se o Prefeito de Turupi não tem condições de fazer uma Secretaria de Meio Ambiente, com um engenheiro ambiental, um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola, sei lá o quê, para montar uma estrutura lá; se os Prefeitos de Quevedos, de Jari e de Dilermando de Aguiar não têm condições, quem sabe, juntos — São Pedro, Dilermando, Jari, Turupi e Quevedos podem criar essa estrutura? Não vamos esperar que o IBAMA, a FEPAM e o DRH venham. A maioria das coisas os senhores resolvem aqui. Os municípios maiores criam suas estruturas. E os municípios menores se juntam em 2 ou 3 para poder fazer isso aqui.

Fui informado — e isso é importante — de que, até o fim do ano que vem, mais de 100 municípios instalarão suas Secretarias.

Essa ideia já existe na Lei Maior, que dá essa função para os Municípios. E, aí, por meio de uma Secretaria de Agricultura ou Meio Ambiente — sei lá, chamem como quiserem —, os senhores fazem essa estrutura para resolver a maioria dos problemas pequenos que têm. Então, essa é uma questão.

Informo ao Prefeito Luis Adolfo que eram de 20 milhões os recursos que o Ministro Geddel havia colocado. Depois, por pressão dos Prefeitos e da bancada federal, o Ministro concedeu mais 20 milhões. Portanto, são 40 milhões.

Quanto à questão da distribuição, um técnico da Defesa Civil Nacional, que a Secretária Ivone disponibilizou, foi a Porto Alegre e se reuniu na FAMURS com a Secretaria de Defesa Civil do Estado, e a decisão foi a de que se fizesse para os 260. Realmente, existia aquela distribuição maior, na qual os municípios com perda tal receberiam tanto. Naquele momento, o Deputado Vieira da Cunha era o Coordenador da bancada, e chegou as nossas mãos a proposta de se dividir de tal forma. Essa foi uma decisão tomada aqui, nem o Vieira participou, mas o pessoal da Defesa Civil Nacional, da Defesa Civil do Estado e da FAMURS, numa reunião — não sei que Prefeitos estavam lá. Recordo-me até de que eu fui à Defesa Civil, e o Deputado Vieira também, para dizer que a proposta era dividir irramente para todos os Municípios. Então, ficou em torno de 143 mil reais por Prefeitura, seja para retroescavadeira, seja para rede d'água. E quem disse que ia ser retroescavadeira ou rede d'água foi a FAMURS, que encaminhou esse assunto aqui. Quer dizer, recebemos o prato feito.

Entendemos que os recursos que conseguimos são poucos perto do que os municípios precisam em razão das perdas que tiveram, mas o que conseguimos foi isso. É o início de um processo. Talvez, Prefeito Luis Adolfo, seja possível discutir algumas trocas, mas eles já estão licitando as 213 retroescavadeiras. Se for possível, talvez dos 66 que estão na rede d'água algum queira trocar. Vamos conversar com o Marcos, da FAMURS, e com o Coronel Prates, que estão tratando desse assunto e mais com as Secretarias que estão fazendo a licitação. Se for possível, o Prefeito poderá resolver o assunto, mas a divisão — repito — não fomos nós que tomamos.

Se tiverem alguma dúvida, estamos à disposição.

Obrigado aos senhores pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Deputado Luis Carlos Heinze.

Vamos nos encaminhando para o final. Antes, porém, quero reforçar aqui algumas questões abordadas. Primeiro, registro que concordo com essa visão de que precisamos gradativamente constituir políticas mais permanentes para enfrentar a seca e a estiagem. E, se olharmos bem a fundo, veremos que outros temas dialogam com essa questão e com essa situação, como, por exemplo, alguns já aqui levantados, como a falta de energia elétrica.

Começamos a construir açudes, montar cisternas, fazer redes de distribuição de água e, ali na frente, vamos nos dá conta que nos falta energia elétrica para movimentar toda essa estrutura. Então, está aqui registrado: esse é outro tema sobre o qual vamos ter de nos debruçar.

Uma outra questão levantada aqui que acho importante ressaltar é a de que não vamos resolver esse problema da seca ou da estiagem se não mexermos também na cultura dos agricultores. Portanto, o tema da qualificação também é muito importante, a formação dos

agricultores para essa cultura do armazenamento, do manejo mais adequado da água, dessa transformação que precisa ser realizada na matriz produtiva do nosso Estado.

Então, quero reafirmar que o tema da qualificação, da formação é importantíssimo e deve ser trabalhado.

Um outro tema levantado aqui pelo Prefeito de Júlio de Castilhos que me parece também muito concreto é a falta de capacidade financeira dos agricultores. Precisamos de um programa e fazer com que o combate à seca seja objeto de política pública, que inclua a construção das cisternas, redes de água. Precisamos de um programa que tenha como objetivo proporcionar água para todos — e todo o tempo. E isso tem de ser uma política pública com recursos federais e estaduais que cheguem à ponta.

Lembro-me — e todos os senhores devem se recordar também — de que, até há pouco tempo, para levar uma rede de energia elétrica para uma propriedade mais distante, havia um custo quase que impossível de se arcar. Gastava-se 20 mil, 25 mil reais, ou seja, o preço de um carro ou de um trator, para levar a luz elétrica até essa propriedade. Esse problema vem sendo resolvido com o Programa Luz para Todos, que leva energia elétrica até a casa, com 3 bicos de luz e duas tomadas de graça. Essa é uma política pública com recursos federais e estaduais que chegam até o cidadão, até os agricultores.

No caso específico da água, vamos ter de propor ao Governo Federal um programa semelhante a esse, para levar a água ou levar o sistema, levar a rede de água até a propriedade do agricultor, com programas que podem ser de cisternas, enfim, com as ações todas já desenvolvidas nessa área.

Agora, é preciso levar em consideração a falta de capacidade financeira dos agricultores, principalmente os menores, de investir na acumulação e na distribuição de água. E não acho que seja só um problema de linha de crédito, porque os agricultores já estão saturados dessa história de tomar dinheiro emprestado dos bancos. Boa parte dos nossos agricultores já estão endividados quase que para o resto da vida em razão dessa situação de a cada ano irem tomando dinheiro emprestado, prorrogando as dívidas anteriores e tomando novos recursos emprestados.

Então, eu acho que não é só uma questão de linha de crédito. Vamos ter de pensar um fundo, um programa com política pública e tal para esse tema da água.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Podemos destinar parte dos recursos do pré-sal para fazer um fundo para a água. Vão tirar o pré-sal do fundo do mar, do fundo da água, então, vamos botar parte do pré-sal para fazer um fundo de irrigação para o Brasil. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - A outra questão que quero abordar é sobre o que disse o Comasseto em relação ao IBAMA e à FEPAM. Concordo com o que disseram o Deputado Heinze e a Secretária quanto à necessidade que temos de descentralizar e ampliar os convênios de licenciamento. Ou seja, precisamos consorciar os municípios menores, que como disse o Heinze, juntos, podem contratar um agrônomo, um engenheiro ambiental, técnicos que façam e agilizem os processos de licenciamento.

Se esperarmos pelo IBAMA e pela FEPAM, vamos continuar convivendo com essa dificuldade presente em quase todos os nossos municípios. Então, essa também é uma medida para a qual temos de migrar, alterando, é óbvio, a legislação, dando condições legais para que se possa efetivar isso. Aliás, isso já é permitido, é possível trabalhar isso, mas precisamos aprofundar esse processo para efetivamente enfrentarmos a incapacidade que o IBAMA e a FEPAM têm de responder às demandas e às necessidades dos municípios.

Com relação à pergunta que o Prefeito Luis Adolfo fez sobre os recursos, acho que o Deputado Heinze respondeu adequadamente. Temos a compreensão de que não alcançamos tudo o que era possível ou tudo o que era necessário para o Rio Grande do Sul em relação à última estiagem. Pessoalmente, também acho que o critério utilizado para a distribuição dos recursos, que já eram poucos, também não foi o mais adequado, porque há municípios que tiveram perdas maiores, municípios que tiveram perdas menores, municípios que entraram antes em estado de emergência e de calamidade, e municípios que entraram depois, e nós acabamos dando um tratamento igual para todos eles.

Em algumas situações, poderíamos ter produzido uma diferenciação entre aqueles municípios mais atingidos pela estiagem, com mais dificuldade e que, por isso, necessitam de investimentos maiores na distribuição dos recursos disponibilizados.

É verdade: foi uma negociação feita entre o Ministério da Integração, a Defesa Civil Nacional, a Defesa Civil Estadual e a FAMURS que pilotou essa negociação e esses procedimentos, inclusive, dando oportunidade para que os municípios dissessem se queriam rede de água ou uma retroescavadeira. Então, houve essa opção, essa opção foi dada aos municípios. Então, Prefeito Luis, é preciso ver o que o município colocou. Porque, se o município colocou que o pedido foi rede de água, tem de ser rede de água e não retroescavadeira.

Mas acho que, para situações posteriores, vamos ter de discutir com os Prefeitos e Secretários de Agricultura uma fórmula melhor para fazer a distribuição dos recursos federais que chegam dessa forma e desse jeito ao Estado do Rio Grande do Sul.

E, por fim, quero fazer um comentário com relação ao tema da reserva legal. É óbvio — e está claro para todos nós — que o problema do meio ambiente não é um problema dos agricultores. Se há alguém que protege o meio ambiente são os agricultores, que têm responsabilidades. Também é óbvio que nós, agricultores da cidade e do campo, trabalhadores do campo e da cidade, Prefeitos e Vereadores, todos nós, enfim, temos falado muito sobre as preocupações com o meio ambiente. E todos nós queremos pensar o Brasil para o futuro ou pensar o mundo para o futuro, olhando para as questões ambientais também. Queremos produzir de forma sustentável e que essa produção seja capaz de gerar alimentos, de aumentar a nossa capacidade produtiva, de gerar renda, de distribuir essa renda entre todos, mas, ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente, para que as gerações futuras não venham a sofrer ou ter de enfrentar consequências maiores em relação ao meio ambiente.

Agora, é óbvio que tudo isso, essa preocupação toda não pode significar a inviabilização dos agricultores, sejam eles familiares, sejam eles médios produtores ou sejam

eles os agricultores ditos do agronegócio brasileiro, porque quer queira quer não, hoje, a balança comercial brasileira — e isso foi colocado muito bem pelo Waldyr — está em alguma medida calcada ou sustentada pelo agronegócio, que hoje tem uma parcela significativa do nosso PIB.

Então, vamos ter de, ainda durante este mês, trabalhar fortemente com a banca gaúcha em Brasília, para conseguirmos um acordo efetivo que permita inclusive — quem sabe? — a prorrogação desse prazo do dia 11 de dezembro para a efetivação do decreto do Ministério do Meio Ambiente. Então, vamos precisar trabalhar isso.

É obvio que já existe um acordo, os pequenos agricultores, as federações nacionais e estaduais, os sindicatos ligados à agricultura familiar já fecharam alguns acordos, já concordaram com algumas ações, mas vamos precisar trabalhar ainda mais, fazer mais movimentos para que consigamos achar uma equação que seja a melhor para todos. E tenho defendido o seguinte: não podemos ter um modelo de proteção do meio ambiente responsável pela precarização das relações de trabalho ou pela falta de rentabilidade dos agricultores no campo. Temos de equilibrar essas questões, ter um campo rentável, que produza com eficiência e com eficácia, mas que, ao mesmo tempo seja capaz de proteger o meio ambiente.

É isso o que estamos defendendo, é isso o que queremos e é isso o que temos de construir, na condição de lideranças políticas que têm responsabilidade com o presente e com futuro e querem olhar para o futuro protegendo o nosso meio ambiente e garantindo essa sustentabilidade.

Então, eram essas as questões que queria aqui deixar para os senhores, agradecendo mais uma vez a presença de todos.

Ao encerrar esta audiência pública, ressalto que vamos realizar mais 3 audiências como esta no Estado: no dia 25 de setembro em Constantina; no dia 9 de outubro, em Santo Ângelo ou São Pedro do Butiá — vamos informar o local dessa audiência — e, no dia 23 de outubro em Bagé. Então, serão mais 3 audiências públicas que vamos realizar para colher informações, propostas e questões como as que os senhores trouxeram hoje.

Muito obrigado aos senhores pela presença.

Retorno a palavra ao Cerimonial, ao Marcos, para fazer o encerramento. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (Marcos) - Em nome da Administração Municipal, gostaríamos de agradecer a todos a presença — o Deputado Marco Maia; o Deputado Luis Carlos Heinze; o Secretário Rogério Porto; o Waldyr, da EMBRAPA, e o Francisco, da EMATER, entidade que presta um excelente serviço em nossa cidade.

Gostaríamos também de agradecer aos Vereadores a presença — e todos os Vereadores de São Pedro do Sul estiveram aqui hoje. Então, agradecemos ao Poder Legislativo de São Pedro do Sul o apoio.

Agradecemos também aos produtores rurais, aos Presidentes das Associações dos produtores rurais, ao Banco do Brasil, ao Sr. Jorge Clayton e a todos que aqui vieram em um dia que começou feio e que melhorou e engrandeceu o Município de São Pedro do Sul.

Então, mais uma vez, muito obrigado a todos pela presença.

Muito obrigado ao Deputado Marco Maia e também à Câmara dos Deputados por ter escolhido São Pedro do Sul para sediar este grande evento.

Muito obrigado. (Palmas.)

6.5. Notas taquigráficas da audiência pública no Município de Constantina

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1605/09	DATA: 25/09/2009
INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h55min	DURAÇÃO: 02h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h56min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BRAULIO ZATTI – Prefeito do Município de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.
 GILMAR LESCHEWITZ – Prefeito do Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.
 MARIO SOARES DA SILVA – Representante do Secretário Rogério Porto, da Secretaria Especial Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul.
 JOÃO LEONARDO PIRES – Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA Trigo.
 ALTEMIR TORTELLI – Representante da FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
 OLIVAR LAZZARETTI – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.
 ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA – Participante.
 ADEMAR BIANCHI – Representante da Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
 FLÁVIO SMANIOTTO – Presidente da Associação de Municípios da Zona da Mata AMZOP.
 JOÃO PEDROSO – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.
 PAULO ALENCAR RUGERI – Representante do Presidente da EMATER do Rio Grande do Sul.
 CLAUDINEI TOMAZELI – Presidente da CRESOL Constantina, Rio Grande do Sul.
 João Leonardo, da EMBRAPA.
 LUIS WEBER – Vereador do Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Coleta de subsídios para elaboração de propostas de políticas públicas permanentes que combatam os efeitos nocivos das estiagens do Rio Grande do Sul, a exemplo da Região Nordeste.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada no Município de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.
 Houve exibição de imagens.
 Há falhas na gravação.

O SR. APRESENTADOR - Sejam bem-vindos nesta tarde de sexta-feira ao Município de Constantina, onde realizamos a presente audiência pública com a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que debaterá e colherá subsídios à elaboração de propostas de políticas públicas permanentes que combatam os efeitos nocivos das estiagens do Rio Grande do Sul, a exemplo da Região Nordeste.

Antes de iniciarmos propriamente a atividade, gostaria de pedir às pessoas que estão mais atrás que fiquem mais próximas da Mesa diretora dos trabalhos, porque assim ficará mais fácil nossa comunicação.

A Comissão Externa, presidida pelo Deputado Federal Marco Maia, soma-se ao esforço de interlocução junto ao Governo Federal em busca de soluções concretas e urgentes para minorar os efeitos da seca que afetou o Rio Grande do Sul.

Para darmos início às atividades desta tarde, vamos fazer a composição da Mesa dos trabalhos, convidando o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Constantina, Braulio Zatti, para que faça parte da Mesa. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Constantina, Vereador João Alberto Mafessoni. *(Palmas.)*

Convidamos o Vice-Prefeito municipal, Aluisio Valle. *(Palmas.)*

Convidamos o Deputado Federal Marco Maia, Presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Convidamos o Deputado Federal Luis Carlos Heinze, que, se ainda não estiver presente, deverá se fazer presente no dia de hoje, pois já confirmou sua presença aqui. *(Pausa.)*

Convidamos, representando a FETRAFSUL, Sr. Altemir Tortelli. *(Palmas.)*

Convidamos, representando o Presidente da EMATER do Rio Grande do Sul, Dr. Mário Ribas do Nascimento, o Sr. Paulo Alencar Rugeri. *(Palmas.)*

Convidamos para que faça parte da Mesa o Dr. João Leonardo Pires, Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA Trigo. *(Palmas.)*

Convidamos o Assessor de Gabinete da Secretaria Estadual de Irrigação, Sr. Mário Soares da Silva. *(Palmas.)*

Convidamos, se estiver presente, um representante da FETAG. *(Pausa.)*

Convidamos o representante da Via Campesina. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Associação dos Municípios da Zona da Produção — AMZOP, Prefeito Flávio Smaniotto. *(Palmas.)*

Convidamos o Prefeito do Município de Novo Xingu, Gelcio Martinelli. *(Palmas.)*

Convidamos o Prefeito do Município de Engenho Velho, Bianor Santin. *(Palmas.)*

Saudamos todos os Vice-Prefeitos, Vereadores e autoridades presentes, que nos dão a honra de estar nesta tarde discutindo junto com a Comissão da Câmara dos Deputados.

Queremos também, em nome das cooperativas de produção, dizer que no dia 23 de outubro acontecerá no Município de Constantina o importante Encontro Nacional das

UNICAFES, chamado Caravana do Cooperativismo, que é organizado pelas cooperativas de agricultura familiar e solidária. Acontecerá em 23 de outubro no Município de Constantina.

Queremos registrar ofícios enviados ao Deputado Marco Maia. O Deputado Federal Afonso Hamm envia o Sr. Carlos Alberto Bordin como seu representante. Registramos, então, a sua presença nesta reunião. O Deputado Federal Vilson Covatti enviou ofício informando que o suplente de Vereador Bruno Casarotto é seu representante na reunião de hoje. O Deputado Estadual Dionísio Marcon enviou ofício designando o Vereador Renato Sabadini para que o representasse. Registramos a presença de todos eles.

Convidamos todos a ocuparem seus lugares na Mesa oficial e passamos a palavra ao Prefeito Municipal de Constantina, Braulio Zatti, para que faça a abertura dos pronunciamentos e a saudação aos participantes da audiência.

O SR. BRAULIO ZATTI - Primeiramente, a nossa saudação, o nosso abraço a todos que aqui se encontram, autoridades, entidades aqui presentes. Com certeza, neste importantíssimo evento, estamos comemorando um conjunto de avanços e também pautando um debate pós-seca.

Quero fazer uma saudação especial a esta Mesa, na pessoa do primeiro Vice-Presidente, Deputado Marco Maia. Saúdo todos os Deputados que, se não estão aqui, mandaram seus representantes. Com os Deputados criamos um conjunto de medidas: do Flávio com a associação dos Prefeitos; do Tortelli com as organizações sociais, com Prefeitos, Vereadores. Todos que aqui se encontram têm importância. Sabemos também da importância de tudo aquilo que foi construído na época da seca. Sejam muito bem-vindos a este município, que com certeza se orgulha, e muito, de tê-los aqui e de estar sediando esta importante atividade.

Por que eu digo importante? Nós sabemos o quanto é sofrido, o quanto é difícil enfrentar uma seca. Sabemos também — queiramos nós ou não — que ela tem vindo. Tivemos momentos muito difíceis na época da seca, mas conjuntamente tivemos a grandeza e a ousadia de encontrar saídas com todas as esferas políticas, sociais e — por que não? — econômicas. Com certeza, Deputado, avançamos bastante. Construímos um conjunto de mudanças e de alternativas, mas nem tudo o que reivindicamos nós conseguimos obter.

Então, Marco Maia, quero parabenizar você e toda a sua equipe por ter tido esta iniciativa. Eu diria que talvez este seja um fato marcante e inédito: após a seca, irmos aos municípios e às regiões discutir com toda a sociedade alternativas e saídas.

Sabemos, Tortelli, que o movimento sindical tem avançado muito nas conquistas, nas buscas por melhoria. Temos programas excelentes, que construímos ao longo desses anos, como o PRONAF, o PROAGRO, alguns de habitação e tantos outros sobre os quais poderíamos falar aqui. Mas sabemos que isso ainda não é o suficiente.

Por isso, então, quero dizer que, com grandeza e ousadia, nós estamos aqui para melhorar esses programas cada vez mais e construir outras alternativas, outras saídas, para que a agricultura familiar possa se sustentar cada vez mais com solidez e organização.

Também sabemos, Deputado, que precisamos incluir em nossa pauta o debate e as reivindicações da nossa indústria e do nosso comércio. Os nossos municípios são essencialmente agrícolas, mas, quando há uma seca ou qualquer outro fator que gere perda na agricultura, a nossa indústria e o nosso comércio também perdem — e perdem bastante. Então, nós queremos trazer também esta pauta no dia de hoje para que possamos olhar com carinho e com solidariedade também os nossos companheiros do meio urbano, que sempre encontram dificuldades num conjunto de questões para avançar no seu debate e na sua organização.

Eu não quero me alongar muito, porque sei que há um conjunto de atividades e toda uma rotina para cumprirmos ainda hoje.

Quero desejar a todos um bom debate. Que a gente saia daqui com um conjunto de questões e de encaminhamentos para discutir, a fim de melhorar o futuro da agricultura familiar, o futuro dos municípios pequenos.

Quero, antes de encerrar, apresentar um vídeo para quem não conhece o Município de Constantina, em 3 ou 4 minutos. Farei uma apresentação bem rápida sobre o nosso município.

(Segue-se a exibição de imagens.)

Constantina está de parabéns este ano. No dia 14 de abril, comemoramos 50 anos.

Constantina, no Rio Grande do Sul, foi emancipada em 14 de abril de 1959. Possui 10.191 habitantes. A sua área territorial é de 203 quilômetros quadrados e é distante 365 quilômetros da Capital do Estado, Porto Alegre.

A sua economia é baseada na agricultura e na pecuária. Um dos importantes fatores da nossa economia é a agricultura. Dentro dela, há diversidade.

A citricultura tem sido uma das atividades que vem crescendo não só em Constantina, Deputado, mas em toda a região. Prefeito Flávio, temos, junto com toda a Associação de Municípios da Zona da Mata — AMZOP, planos para instalação de um futuro viveiro. Essa é uma foto do Viveiro Pratinha, em Paranaíba. Vamos instalar um aqui em Constantina. A terraplanagem está para ser iniciada agora em novembro, com a vinda do viveiro.

Sem dúvida, temos compromisso com a associação de Prefeitos, entidades, organizações e também com as EMATERs, com o objetivo de ampliar e qualificar ainda mais a produção de citros e, quem sabe, no ano que vem trazer uma indústria de sucos de laranja para a nossa região.

Temos aqui a vitivinicultura, que é uma atividade importante no nosso município e vem crescendo cada vez mais. Vamos começar este ano a industrializar aqui em Constantina. É uma parceria que estamos construindo para industrializar a uva com vinagres e vinhos da nossa terra.

Temos a suinocultura, uma das importantes atividades, que passa, Deputado e colegas da Mesa, por um momento difícil, mas já estamos encontrando saídas e alternativas. Inclusive, houve debate nacional e estadual para que, juntos, achássemos saídas e alternativas. A maioria dos suinocultores são integrados, mas há muitos aqui em Constantina que têm sua

atividade própria, que fazem todo o processo, a cadeia, desde a criação até a engorda. Esses é que estão passando por um momento muito difícil agora.

Temos o nosso abatedouro municipal. Estamos aí numa briga pela questão da vindo do SUASA. Sabemos que não está fácil. Aqui no Rio Grande do Sul temos apenas um município que se credenciou, e nós estamos aí na briga também, mas acabamos esbarrando na questão sanidade e na necessidade de recursos para ampliarmos o nosso abatedouro, que está funcionando apenas com a inspeção municipal.

Aqui um pouco das nossas agroindústrias. Nós temos uma diversidade, 21 agroindústrias que produzem salame, queijos, cachaça, açúcar, enfim, uma infinidade de produtos que são comercializados aqui em Constantina e nas feiras da região.

Eu estava falando com o Olivar hoje pela manhã e vou mandando agora, na semana que vem, produtos para uma feira lá em Brasília. Então temos todo um processo de produção.

Esse é o nosso quiosque da agricultura familiar, onde são vendidos os nossos produtos das agroindústrias aqui nesse espaço.

Aqui também uma outra importante atividade, a pecuária leiteira, que vem avançando, que vem crescendo. A produção de leite é uma das atividades mais estáveis que temos hoje no nosso Município. Por que digo mais estável? Porque ela consegue garantir uma renda mensal para os nossos agricultores. Nós temos hoje duas cooperativas, a COOPAC e a COTRISAL, que atuam muito fortemente no tratamento do leite não só em Constantina, mas em toda a região, implantando aí um conjunto de tecnologia, de inovação no processo de industrialização do leite e, sem dúvida, se preparando para que, no futuro, os nossos agricultores possam, em um processo de diversificação, ampliar ainda mais a produção leiteira. Então é uma importante atividade aqui no nosso Município.

Temos aqui também então algumas atividades de assistência social. Temos um projeto chamado ASEMA, em que são assistidas crianças de um bairro que temos. Em um turno inverso da aula, elas têm oportunidade de fazerem um conjunto de atividades como artesanato, dança, coral, fazendo apresentações. Enfim, é um trabalho belíssimo que temos aqui no turno inverso. Assim, tiramos essas crianças da rua, as quais muitas vezes estavam mendigando ou até furtando. Então, vão a uma escola, que mantemos em parceria com o Governo Federal, para estudar e se qualificar no turno inverso.

O programa Fome Zero, que vocês conhecem, aqui em Constantina tem uma história muito bonita e muito importante.

Esse programa aqui, ele funciona com um diálogo entre consumidores e produtores.

Temos aqui também a questão da ... *(falha na gravação)* ...cultura e o desporto, que também são um conjunto de atividades, de ações, as nossas escolas reformadas e inovadas, o Projeto Fazendo Arte.

Aqui o esporte também, que tem sido um dos grandes atrativos do nosso Município. Iniciamos um novo campeonato agora no sábado passado.

Temos também uma escola agrotécnica e a UAB, importante ferramenta e parceria com o Governo Federal.

Com relação à saúde — está aí o nosso Prefeito, que é Secretário também — há a unidade central de saúde, em nosso centro de Constantina; o posto de saúde do bairro São Roque. Temos aqui os nossos profissionais atuando, qualificando e melhorando cada vez mais a questão da saúde. Temos 3 PSFs que fazem o atendimento direto aos nossos munícipes.

Aqui temos a nossa área urbana, a nossa infraestrutura, as nossas indústrias. Temos parcerias com empresas de calçados e um importante programa que o Governo Federal introduziu e está cada vez mais forte. Nos referimos a isso pela manhã, Marco, e precisamos avançar mais ainda. Já avançamos bastante.

Está aqui a habitação popular, que tem trazido muita felicidade àquelas pessoas que nunca tiveram acesso ao crédito para construir suas casas. Foi uma briga enorme que tivemos ao longo desses anos com a FETRAF, a COPERAF, enfim, os movimentos sociais juntamente com as entidades têm brigado para que esses programas sejam cada vez mais fortalecidos.

Aqui são colocados alguns projetos que temos em execução: reforma do ginásio de esporte — temos 250 mil para reformar o ginásio, com a contrapartida do município; construção de galpão para o parque de máquinas, que já está quase finalizando, e o calçamento em andamento. Temos também outros projetos em andamento já licitados e outros que vão ser licitados agora: a segunda etapa do alojamento da Escola Agrotécnica em Barra Curta Alta, 106 mil reais; reforma da Praça Getúlio Vargas, 217 mil; construção de uma nova sede para o Fórum da Comarca de Constantina, já temos o projeto aprovado, 2 milhões e 600 mil, vai ser construído no novo espaço. Construção de uma escola de educação infantil, uma creche; só falta a questão do terreno, da área, mas politicamente essa negociação já está bem avançada; instalação de uma agência do INSS, que vai atender a toda uma região; construção de 27 unidades habitacionais, que é o PAC, que também já vai ser licitada nos próximos dias, e essa construção de 70 unidades habitacionais, o Governo Federal colocando 6 mil e o Governo do Estado, representante Secretário, também está colocando uma contrapartida de 1.500 reais. Aqui temos outras emendas.

Temos obras de melhoria do espaço esportivo nas comunidades, projetos para os pavilhões das comunidades, 110 mil. Também vão ser entregues as cartas convites na semana que vem. Aqui temos outras emendas, de pavimentação asfáltica, de emenda, 108 mil; obras na questão de calçamento, asfalto e obras de melhoria de espaços esportivos nas comunidades, são várias comunidades, mais 206 mil. Temos vários outros projetos em andamento.

Hoje pela manhã entregamos algumas das reivindicações da nossa comunidade ao nosso Deputado.

Fiz uma abordagem bem rápida sobre o nosso Município, enfim, de tudo aquilo que pretendemos.

Não poderia também deixar passar em branco esta semana em que temos um projeto da região, que é a vinda de uma subestação da RGE em Constantina. Está aqui presente o pessoal da RGE. Na terça-feira assinamos as escrituras de aquisição do terreno. Eles

acreditam que já no início do próximo ano vão começar a instalar a subestação da RGE em Constantina no nosso distrito industrial.

Aqui aproveitamos para fazer a propaganda da nossa FECOMER, que é tradicional, de 2 em 2 anos. Nos dias 23, 24 e 25 queremos ver todos vocês e, com certeza, muito mais gente aqui em Constantina.

O nosso muito obrigado e tenho certeza de que o debate vai prevalecer e que possamos sair daqui fortalecidos. Nosso muito obrigado, nosso carinho. Desejo que todos sejam muito bem-vindos a este município. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR - Queremos convidar para que faça parte da Mesa o Sr. Ademair Bianchi, do Ministério da Agricultura *(palmas)*; o Sr. Rudimar Banaletti, Vice-Prefeito de Pontão, para que faça parte da Mesa; o Prefeito Valmor Decarli, de Cerro Grande *(palmas)* e o Prefeito Gilmar Leschewitz, do Município de Erval Seco. *(Palmas.) (Pausa.)*

Neste instante, passamos a palavra ao Deputado Federal Marco Maia, que irá conduzir os trabalhos desta reunião da Comissão Externa da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Boa tarde a todos e a todas.

De antemão, agradeço a todos vocês pela presença nesta nossa reunião da Comissão Externa que trata sobre a seca e a estiagem na Região Sul do nosso País. Aproveito para saudar todos os integrantes da Mesa. Vou pular o vocativo, Zatti, senão vamos perder muito tempo aqui só citando os nossos nomes mais uma vez, mas queria agradecer a todos pela presença e dizer da honra e da satisfação de tê-los aqui conosco.

Agradeço, Zatti, à Prefeitura de Constantina, que colocou à disposição toda a sua estrutura; ajudou na convocação, no convite aos nossos Prefeitos, Vereadores, às nossas lideranças da região. Agradeço à cidade de Constantina o carinho e a atenção dispensados para a realização deste encontro.

Primeiro, quero lhes dizer que este encontro faz parte de um esforço que nós estamos fazendo, a partir da Câmara dos Deputados, neste momento, para debater, discutir e aprofundar o tema da seca no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando criamos esta Comissão para tratar da estiagem, em fevereiro, março deste ano, nós o fizemos olhando para a situação peculiar que estávamos vivendo o Rio Grande do Sul com o prolongamento da seca, que chegou até o mês de maio e trouxe prejuízos incalculáveis para a economia do Estado. Naquela oportunidade, a nossa intenção era buscar as medidas emergenciais e nos somarmos aos esforços que vinham sendo feitos pelos Prefeitos, pelos Vereadores, pelas Câmaras, pelas lideranças políticas, pelos movimentos sociais, pelas entidades ligadas ao campo, ligadas à agricultura, familiar ou não, do nosso Estado, para enfrentar aquele momento de seca, de estiagem que estava, de fato, trazendo prejuízos à economia do Rio Grande do Sul. A ideia da Câmara dos Deputados naquele momento era exatamente a de somar esforços e auxiliar na construção e na viabilização das medidas emergenciais que pudessem amenizar os efeitos daquela seca.

Em alguma medida, naquele momento nós fomos felizes. A articulação, o movimento todo que foi realizado, a participação das nossas Prefeituras, dos movimentos sociais, a

organização da sociedade da Região Sul como um todo produziu vitórias. Nós tivemos cerca de 40 milhões de reais disponibilizados para o Estado do Rio Grande do Sul, que estarão agora à disposição das nossas Prefeituras; outros 14 milhões de reais do MDS estão chegando ao Estado para construção de poços artesianos e cisternas. Nós tivemos avanços na área da renegociação das dívidas dos nossos agricultores, abertura de novas linhas de crédito, disponibilização do milho para os nossos agricultores, para que pudessem tratar os animais e adiantar o plantio do milho em função daquela estiagem. Enfim, nós tivemos um conjunto de ações e de medidas emergenciais que, se é verdade que nem todas elas chegaram, para aquele momento elas responderam minimamente às ações e reivindicações que estavam sendo propostas e apresentadas naquele momento.

Nós poderíamos, com o anúncio das medidas, ter concluído os trabalhos desta Comissão Especial, produzido o relatório e dado por encerrado o nosso trabalho. Depois de realizar em Brasília uma audiência pública com especialistas na área de clima, que nos deram o quadro da situação que teremos daqui para frente aqui na Região Sul, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, optamos por manter os trabalhos desta Comissão Externa e realizar um conjunto de audiências públicas, primeiro, para apresentar o relatório produzido até agora e, segundo, para pensar e colher informações, propostas, sugestões das nossas lideranças para enfrentar as próximas secas que teremos aqui na Região Sul.

Todos os dados técnicos, todas as informações que nos são passadas, todas as análises passadas a nós, em Brasília, nas audiências públicas que realizamos na Câmara dos Deputados, são no sentido de que iremos enfrentar, nos próximos anos, aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e na Região Sul do País, a incidência de secas senão piores, iguais à que enfrentamos neste ano. Portanto, o Rio Grande do Sul principalmente precisa pensar medidas que possam, preventivamente, amenizar os efeitos dessas secas e dessas estiagens.

Todos nós estamos cansados de, a cada ano, ter que sair a campo, tomar conta das estradas, reivindicar, lutar para tentar conseguir medidas compensatórias para o tema da seca e da estiagem. Nós precisamos pensar ações que efetivamente nos ajudem a amenizar os efeitos das próximas estiagens aqui no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do País.

Alguns chegam a dizer inclusive que o Rio Grande do Sul precisa ser inserido, nos próximos anos ou já a partir de agora, nas mesmas políticas que são implementadas e que são efetivadas para o Semi-Árido nordestino. As mesmas ações que são desenvolvidas lá, no Nordeste, precisam e devem ser articuladas e implementadas também aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

Então, nós resolvemos manter a Comissão Externa viva, atuante e realizar reuniões como esta que estamos realizando aqui em Constantina. Nós vamos fazer outras no Estado do Rio Grande do Sul. Já temos marcadas reuniões para Santo Ângelo e para Bagé, e estivemos há cerca de 10 dias em São Pedro do Sul, porque nós queremos, a partir disso, colher as impressões, as propostas, as sugestões, as visões que as nossas autoridades municipais, sejam na área sindical, seja na área política, têm em relação ao tema da estiagem para, a partir

disso, prevenir e realizar ações que possam amenizar os efeitos das estiagens e das secas nos próximos anos.

A nossa ideia, companheiros e companheiras, é que até o final de outubro, início de novembro, seja finalizado um bom relatório, consistente, com um bom diagnóstico sobre o tema da seca e da estiagem na Região Sul. Ao mesmo tempo, que esse diagnóstico venha acompanhado de um conjunto de propostas, encaminhamentos, sugestões e ações que devam ser adotadas pelo Poderes Públicos Estadual e Municipal e também pelas Prefeituras no sentido de amenizar os efeitos das próximas estiagens e secas que teremos no Estado do Rio Grande do Sul. A partir disso queremos, a Câmara dos Deputados, fiscalizar e acompanhar a execução dessas políticas e propostas que serão encaminhadas a esses órgãos públicos do Executivo nacional e estadual.

Por que estou afirmando isso? Porque não estamos brincando, companheiro Tortelli, de fazer audiência pública. Esta Comissão Externa foi criada e aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados — não foi iniciativa de uma Comissão “a”, “b” ou “c” — para que pudesse produzir, apresentar propostas e sugestões e cobrar, depois, dos órgãos públicos a efetivação dessas medidas. Esse é um papel constitucional do Parlamento e das Comissões criadas pelo Parlamento. Portanto, ao mesmo tempo em que vamos sugerir, apresentar propostas e propor encaminhamentos, também queremos acompanhar, fiscalizar a execução daquilo que foi proposto por esta Comissão a todos os Ministérios. Por isso estamos aqui hoje.

Às vezes alguns nos perguntam, a imprensa gosta de perguntar se discutir seca agora, com toda essa chuva no Estado do Rio Grande do Sul, não é fora de época pois estamos praticamente precisando criar uma comissão para discutir as enchentes no Estado. Eu tenho dito que, ao contrário, este é um bom momento para discutirmos esse tema da seca, é um bom momento para olharmos para a nossa situação.

O problema do Rio Grande do Sul — depois o nosso representante, companheiro Mário Soares da Silva, poderá falar a respeito — não é a falta de água. Ocorre que está chovendo muito em uma época e está havendo seca em outra. Portanto, há muita água em determinado momento e pouca água em outro momento, aquele em que mais precisamos dela. Então, como organizar nossas ações, nosso trabalho, exatamente para fazer com que a abundância de água neste momento possa ser utilizada logo à frente, quando tanto precisamos dela para as nossas lavouras, para os nossos animais, para o nosso consumo diário? Por isso resolvemos manter esse trabalho, ainda que esteja chovendo, para discutirmos e trabalharmos esse tema da seca. Tudo indica que logo à frente vamos ter outras secas de igual ou maior teor do que a que tivemos durante este ano.

Feita esta observação preliminar, companheiros e companheiras, gostaria de organizar o nosso trabalho. Geralmente abrimos a palavra antes para intervenções das lideranças, mas quero propor algo diferente hoje. Como a nossa ideia é ouvi-los, eu queria propor que o Gilmar, assessor do Gabinete da Vice-Presidência que está nos assessorando na Comissão da Estiagem, apresentasse um breve relatório do que foi produzido até agora pela Comissão. Depois, eu gostaria de conceder a palavra ao Mário, da Secretaria Extraordinária da Irrigação

do Estado do Rio Grande do Sul — cujo Secretário, Rogério Porto, é um parceiro que tem acompanhado todas as nossas audiências públicas e sempre se colocado muito à disposição do trabalho — para colocar um pouco o trabalho que está sendo realizado pela Secretaria, bem como a análise da Secretaria sobre este tema neste momento. Logo depois eu passaria a palavra ao representante da EMBRAPA, João Leonardo Pires, para uma exposição sobre como a EMBRAPA vê esse tema. Em seguida, a palavra seria aberta aos Membros da Mesa, às autoridades, ao Plenário, para quem quisesse falar, trazer propostas e sugestões, e comentar o que foi apresentado por esses três expositores.

Sabemos que é mais fácil discutir a seca quando ela está acontecendo, pois as pessoas participam mais, mas este é um momento muito especial para construirmos políticas que possam amenizar o efeito de futuras estiagens.

Concedo a palavra o Sr. Gilmar Leschewitz, Prefeito de Erval Seco, onde houve a primeira audiência pública da Comissão da Estiagem, devido à boa representação dos municípios e dos agricultores daquela região.

O SR. GILMAR Pastorio - Deputado Marco Maia, Presidente da Comissão Externa e Vice-Presidente da Câmara, em nome de quem cumprimento toda a Comissão, gostaria de saudar em especial os agricultores desta região importante do nosso Estado, onde a agricultura familiar produz alimento de qualidade.

Na composição desta Comissão há 7 Deputados gaúchos: o Deputado Marco Maia, coordenador desta Comissão; o Deputado Afonso Hamm, o Deputado Darcísio Perondi, o Deputado Luis Carlos Heinze, o Deputado Vilson Covatti, muito próximo da região; o Deputado Luiz Carlos Busato e o Deputado Cláudio Diaz. Portanto é uma Comissão de vários partidos com representação na Câmara e composta de Deputados todos gaúchos, porque no momento da sua instalação o Rio Grande do Sul era o Estado que de fato mais sofria com a estiagem.

Esta Comissão foi instalada em abril e tiveram início as diligências em Erval Seco e Erechim nos dias 7 e 9 de maio. Ontem reuniram-se lideranças do movimento sindical e representantes das Prefeituras. Enfim, toda a sociedade gaúcha, desta região principalmente, que sofreu muito os efeitos da estiagem, participou de diversas audiências públicas e do encaminhamento de propostas dos movimentos sociais, das lideranças e dos Prefeitos.

Foram realizadas audiências com representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Agricultura e da Casa Civil, juntamente com as lideranças organizadas pelos agricultores e com representantes das Prefeituras, das cooperativas e de outras organizações, que juntavam naquele momento todo o anseio da sociedade gaúcha, em especial da região norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Depois disso, houve um anúncio por parte do Governo em 3 momentos — o Governo foi anunciando medidas. Primeiro, anunciou 20 milhões, e aí a Comissão, juntamente com os movimentos sociais, disse que era muito pouco. O Governo acabou dobrando esses recursos para 40 milhões. Posteriormente, ampliaram esses recursos com mais 14,1 milhões e mais

recursos que vieram e que hoje já somam mais de 100 milhões de reais emprestados, um recurso de 2 mil reais...

Chegou um membro da Comissão, Deputado Luis Carlos Heinze. Deputado, Luis Carlos Heinze, por favor.

Depois desse momento, essa Comissão começou a trabalhar nisso a que o Deputado Marco Maia se referia. Pensou-se que não se pode, a cada ano, criar uma Comissão, discutir a estiagem, buscar alguns recursos e depois cessar. É preciso criar políticas permanentes que possam interagir e estar à disposição deste Estado, que sofreu, nos últimos 15 anos, 12 estiagens em diversas regiões. Tanto esta tem sido uma região que tem sofrido muito que nos últimos 15 anos, 10 vezes, como a região sul, o Pampa gaúcho, que tem se arrastado, praticamente em todos os anos; nos últimos anos houve até falta de água inclusive para a sobrevivência humana, como em Bagé, por exemplo, que é um dos locais onde vamos realizar a próxima audiência pública no dia 23 de outubro.

Com isso, Deputado Marco Maia e demais Deputados, decidiu-se construir uma audiência pública com técnicos. Temos uma nominata de técnicos de várias áreas, não só da área técnica do Governo. Não foi uma audiência pública produzida com as áreas políticas, mas apenas com as áreas técnicas dos Ministérios, para se buscar subsídios para o que se pode fazer de fato para construir políticas permanentes de enfrentamento às estiagens no Rio Grande do Sul.

Então há toda uma nominata aqui, que não vou ler agora, mas que está nesse relatório que entregamos em mãos quando os senhores fizeram a inscrição lá em cima. Ele é uma pequena síntese de um relatório maior que está sendo construído, que hoje já tem em torno de 400 páginas, a partir de um amplo debate com a sociedade, colhendo e todas as informações.

Todo esse debate que vamos fazer hoje aqui está sendo gravado e será reproduzido em sua amplitude nesse relatório final que vamos apresentar para a sociedade gaúcha e para o Governo, tanto para o Governo do Estado como para os municípios e, para o Governo Federal, dentre uma série de iniciativas que esta Comissão, junto com a sociedade gaúcha, produzirá em ações e proposições.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para entendermos a seca. Aí está o mapa da seca. Estamos com nossos pés agora cravados exatamente onde ela ocorreu com muita força. Toda essa região em rosa — deveria ser vermelho, mas está em rosa — é a área dos quase 300 municípios que foram atacados, digamos assim, por esse processo. Se cruzássemos aqui...

A Dra. Dirce Maria Antunes, que é uma das técnicas mais renomadas no mundo hoje, uma estudiosa na área de climatologia, ela nos apresentou uma série de 20 mapas, que não trouxemos para cá, mas que estão inseridos no relatório final.

Se analisarmos esses 20 mapas dos últimos 20 anos, vamos ver que a sobreposição mostra uma diferença de poucos municípios que atravessam essas estiagens nos últimos 15 anos, o que acontece, em especial, daqui até a barranca do Rio Uruguai, onde ela tem sido extremamente incidente.

Temos a presença, nesta reunião, de um dos técnicos da EMBRAPA que coordena este tema e que vai nos falar, daqui a pouco, com muito mais clareza. Vamos ouvi-lo ansiosamente, porque a EMBRAPA tem feito um trabalho fantástico nessa área. Existem algumas recomendações, sobre as quais não vou falar, porque o especialista poderá, depois, nos falar delas com propriedade, baseando-se nesse documento que está inserido na íntegra nesse relatório final.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quanto aos programas governamentais, o Governo Federal tem hoje cerca de 12 programas que interagem com esse tema da estiagem. No entanto, não existe nenhum projeto, nenhum programa específico para a nossa região. Todos os programas governamentais que temos interagem com a região do semiárido brasileiro, que engloba 8 Estados do Nordeste mais alguns Estados do Sudeste: Espírito Santo e Minas Gerais. Então, são 11 Estados brasileiros que têm alguns programas que interagem.

Nós precisamos evoluir, e esta Comissão tem, como um de seus objetivos, ao chegar ao final de todas essas caravanas produzidas, propor ao Governo saídas, propor ao Governo políticas permanentes para convivermos com esses eventos que acontecem no Rio Grande do Sul.

O Deputado Marco Maia já falou sobre as conquistas, e eu vou apenas mencionar rapidamente como está cada uma.

Quanto à questão dos 40 milhões, o Governo do Estado — o seu representante aqui está e poderá falar sobre isso — já iniciou o processo de licitação das 167 retroescavadeiras. Quanto à questão da água, também já se encontra em processo de compra das tubulações de todos os processos para equipar os poços artesianos.

Eu conversei com o Marcos Vinícius, Presidente da FAMURS, e ele me falou que em 15, 20 dias já teremos o resultado da licitação e que, no máximo, em um mês, um mês e meio, 40 dias, estaremos entregando as retroescavadeiras. Ou seja, é uma compra extremamente rápida, com várias dispensas, por ser de fato um processo emergencial. Portanto, temos a possibilidade de entregar essas retroescavadeiras, que vão servir muito para esses municípios que estão trabalhando.

Em relação às linhas de crédito do MDA e do MAPA, o Governo Federal colocou 380 milhões de reais para 190 mil contratos de 2 mil reais. E hoje nós estamos com um problema, porque era para ter 180 milhões para o Estado do Rio Grande do Sul. O Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, já pagou 200 milhões de reais no Rio Grande do Sul e temos na carteira mais 120 milhões de reais.

Tem que ser uma reivindicação da Comissão, Deputado Heinze, a ser negociada em Brasília a partir de agora, o aumento em 120 milhões, porque existem 60 mil contratos pedidos nas agências espalhadas pelo Rio Grande do Sul, em mais de 200 municípios que sofrem com a estiagem. Precisamos buscar a suplementação desses recursos para que todos os agricultores possam ser atendidos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ontem à tarde foram aprovados 100 milhões. Já podemos comemorar.

O SR. GILMAR LECHEWITZ - Ontem? Estava viajando e não soube disso. Então, já podemos comemorar mais 100 milhões. São mais 100 milhões de reais, que praticamente resolvem o problema do Estado do Rio Grande do Sul. Esse recurso foi aprovado ontem, e, no prazo de 2 semanas, deverá estar na conta dos bancos, que vão começar a distribuí-lo.

No tocante à questão do milho da CONAB, o milho custou a chegar. Aqui mesmo em Constantina, os agricultores pagaram e só chegou depois de 30 dias. Mas a informação do Presidente do Sindicato é que chegou nesta semana e que, aos poucos, vão se ajustando.

Com relação aos 14,1 milhões de reais do MDS, conversei esta semana com a Dra. Mary Guirado, que é a técnica responsável por esse recurso, e ela me afirmou que, no início do mês que vem, eles vão começar a entrar em contato com os municípios atingidos e vão operar. E vai ser uma operação direta do MDS com as prefeituras, na área de construção de cisternas, açudes e equipamentos para os poços artesianos que estão perfurados. Então, nos próximos dias, o MDS entrará em contato com as prefeituras para iniciar o processo de plano de trabalho para operação.

Há algumas questões importantes tratadas pela Comissão, que foi buscar — junto ao Governo, em todos aqueles municípios que decretaram estado de emergência — soluções no tocante à priorização na elaboração de emendas parlamentares. Isso para que todos os Parlamentares que destinarem as emendas nesta região possam ter prioridade.

Há um acordo produzido na Câmara dos Deputados, no mês passado, pelo qual vamos ter mais de 1 bilhão de reais por mês de emendas para o Estado do Rio Grande do Sul. Há um acordo feito pela Comissão com a Mesa Diretora de que serão priorizadas as emendas para os municípios que foram atingidos seriamente pela estiagem.

Para encerrar, como falei no início, a ideia principal é chegarmos ao final com um relatório que, de fato, produza, e que não seja apenas um relatório com um monte de páginas com os relatos das reuniões, como afirmou aqui o Presidente desta Comissão, Deputado Marco Maia, mas que tenhamos um relatório que faça diagnóstico e apontamentos de construção de políticas públicas permanentes. E que na Comissão Geral — que é o encerramento que vamos construir na Câmara, uma audiência pública no Plenário da Câmara, com todos os 513 Deputados —, possamos ter um compromisso não só com a bancada gaúcha mas com o conjunto de todas as bancadas de construir políticas permanentes de convivência da estiagem, a estilo do que existe no Nordeste, para os 3 Estados do Sul, Mato Grosso do Sul e a região sudoeste de São Paulo e as regiões do nosso Brasil, que, juntamente com o semiárido nordestino, têm atravessado por constantes momentos de estiagem e grandes frustrações de safra e de seca, como foi essa última no nosso Estado.

Obrigado, Deputado Marco Maia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro Gilmar.

De imediato, passamos a palavra ao Dr. de Mário Soares da Silva, que representa o Secretário Rogério Porto, da Secretaria Especial Irrigação, que falará aqui em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MÁRIO SOARES DA SILVA - Gostaria de cumprimentar os gestores públicos aqui presentes, os Deputados e Prefeitos aqui presentes, e aproveitar para apresentar diretamente alguns itens da Secretaria.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em linguagem jornalística, existe uma expressão chamada “furor”. Uma das coisas que estou trazendo e que vai abrir, praticamente, essa abordagem — o Deputado se encarregou de apresentar e nosso amigo agora também apresentou — é exatamente o fato de achamos absolutamente fundamental incluir parte do Rio Grande do Sul no semiárido, tanto quanto é já colocado parte do Estado de Minas Gerais. Ou seja, o Rio Grande do Sul possui uma realidade climática que está sendo mascarada há muito tempo.

É difícil afirmarmos que o Rio Grande do Sul tem problemas na sua produção em função da falta de água. Sempre consideramos uma situação excepcional, uma estiagem excepcional. Temos hoje dados suficientes para dizer que não temos nenhuma estiagem excepcional, só temos de excepcionalidade alguns anos em que temos chuvas razoáveis nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março. A regra, no Rio Grande do Sul, é basicamente, ou em quase todo o Rio Grande do Sul, a estiagem. A cada 10 anos, temos uma realidade de cerca de 6,5 para 7 anos de estiagem.

Então, o que se constata não é um fato que ocorreu em 2005, ou que nos atingiu nesse início de ano, mas é um fato que vai ser permanente. Ou mudamos algumas condutas, ou alteramos alguns processos, ou vamos entrar em um processo de perda considerável.

A Secretaria do Estado, que foi criada com essa finalidade, na verdade, não nasceu para combater a estiagem, e sim para tentar criar um modelo na área produtiva, fundamentalmente. Porque, na verdade, combater São Pedro é uma situação muito complicada, muito difícil. O que precisamos, na realidade, é criar situações, trabalhar junto com os agricultores, em todos os sentidos, em todas suas escalas para mudar um paradigma, uma linha de conduta.

Então, basicamente, algumas coisas já foram abordadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

A figura em destaque mostra um ano normal, que foi o exemplo de 2004. Se excluirmos os dados em verde veremos como isso tem nos atingido permanentemente.

Aqui, se considerarmos o mês de janeiro de 2005, repetimos o procedimento: o ano normal e o ano crítico. À direita, dados de um ano quase normal.

O ano de 2005 é o nosso ano crítico, quando ocorreu a mais violenta de todas as últimas estiagens históricas. Contaminamos o Estado inteiro. Naquela ocasião, aquelas áreas que tradicionalmente são deprimidas foram muito mais do que deprimidas, entraram em absoluta catástrofe.

Em abril, outras situações também começam a se manifestar, como as precipitações, de janeiro de 2004 a fevereiro de 2005.

Nesse caso, começamos a examinar o que estamos perdendo. Há um estudo, assustador sob alguns aspectos, dos últimos 31 anos da história do milho e da soja no Rio Grande do Sul. E comparamos a produção do Rio Grande do Sul com a dos demais Estados brasileiros e, muito particularmente, com a dos Estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná, que são altamente competitivos.

Começamos a observar que perdemos, pela falta de uma solução adequada, 1 bilhão de dólares por ano em milho e 1 bilhão de dólares por ano em soja. Poderíamos produzir e não estamos produzindo. Competitivamente, nos últimos 31 anos, o Rio Grande do Sul só conseguiu superar seus vizinhos em um ano, tanto em soja quanto em milho.

Então, precisamos olhar, primeiramente, para este processo que existe aqui. Como estamos produzindo? Muito mal. Como estamos competindo? Pior ainda.

Se nós não criarmos uma situação nova, se não mexermos com o agricultor, se não conseguirmos que o Governo, de uma forma geral, tanto Federal quanto Estadual, consiga perceber esse processo e comece a investir na agricultura irrigada, só vamos perder. E não é nem o clima que nos atrapalha, é toda a situação.

Os próximos gráficos são referentes à soja: área produtiva, perdas que vamos ter, períodos de perdas. Nós só perdemos. Essa é uma história de perdas. Não há história alguma de vitória. Temos de encarar isso de frente.

O que propusemos em relação ao Rio Grande do Sul? A política do Secretário Rogério Porto é a mais simples do mundo. No Rio Grande do Sul há falta de chuva? Não. O Rio Grande do Sul tem uma precipitação pluviométrica ótima. Não ocorre essa precipitação adequadamente em dezembro, janeiro, fevereiro e março, exatamente quando plantamos soja e milho, produtos de alta competição no Rio Grande do Sul. Precisamos criar uma política de armazenar água. E essa água não será retirada de manancial algum. Essa água vem pelo ciclo hidrológico, que vem e volta. Todas as pessoas da região vão receber essa água sempre, só que permitimos que essa água retorne permanentemente aos oceanos. O ciclo hidrológico entrega água de graça, dessalinizada, na propriedade de cada um dos senhores. Mas nós a deixamos ir embora. O que acontece? Quando tivermos necessidade da água, que será em dezembro, janeiro, fevereiro e março, não vamos ter água, e aí virá a crise. Então, a política da Secretaria é de “reservamento” da chuva, que não causa nenhum tipo de dano.

Para fazer isso, precisávamos de instrumentos legais. Aliás, quero lhes informar que o único Estado do Brasil que tem instrumentos legais e adequados é o Rio Grande do Sul. Estivemos recentemente num encontro nacional em Montes Claros, Minas Gerais, sobre irrigação, e o pessoal ficou estupefato pelo fato de ele ser o único Estado brasileiro que já tem uma legislação que se adequa ao processo. Ou seja, conseguimos, primeiro, que a Assembléia Legislativa do Estado votasse em 14 de novembro do ano passado uma lei que para nós é absolutamente fundamental, que assegura ao Estado o direito de poder construir, com seu dinheiro, em propriedade privada. Até 14 de novembro de 2008 não podíamos construir

nenhum açude em propriedade privada. O único Estado do Brasil que tem isso é o Rio Grande do Sul. E sabe-se também que o próprio Governo Federal não tem essa disponibilidade.

Precisaríamos, ainda, de uma flexibilização na área ambiental. Conseguimos isso. A FEPLAN nos autorizou 26 mil microaçudefes, com uma área de alagado de 5 hectares, com aprovação direta e coletiva, agilizando o processo. Conseguimos também o procedimento de outorga da água e liberação para o uso e irrigação. Assim é que desenvolvemos o projeto.

(Segue-se exibição de imagens.)

O nosso programa se distribui por 4 áreas.

Capacitações, que a EMATER realiza. A EMATER é o braço operacional e fundamental da Secretaria de Irrigação.

Depois, na metade sul do Rio Grande do Sul, temos construções de grandes barragens — lá se permite isso —, especialmente na bacia do Rio Santa Maria. Nós temos 16 projetos de barragens e 2 já em execução. Essas 2 barragens, Taquarembó e Jaguari, vão conseguir o “reservamento” de água para suprir 80 mil hectares em irrigação. Essas obras estão em desenvolvimento e ficarão prontas no ano que vem. Há canais de 42 quilômetros que carregam essa água.

Mas, na metade norte do Estado não existe possibilidade dessas obras, e ali temos que trabalhar basicamente em cima de microaçude.

Essa imagem faz uma consideração sobre as perdas que temos e os seus reflexos, como falava um prefeito há pouco sobre o efeito no comércio. A seca de 2005 desmanchou toda uma indústria de maquinário do Rio Grande do Sul. Foi só uma seca, mas ela terminou com a indústria de maquinário. Estamos tentando reconstruir. Se tivermos outra seca, mandamos todo mundo embora. Não houve mais desempregado no Rio Grande do Sul em 2005, porque a agricultura familiar não permite que o marido, ao descobrir que ficou falido, mande embora o filho e a mulher. Ele não pode desempregar nem o filho nem a mulher. Se ele o fizesse, o número de desempregados do Rio Grande do Sul seria absolutamente assustador. A agricultura familiar é obrigada a absorver a sua própria crise.

Essa imagem mostra as barragens que temos. Preservação de 300 milhões de metros cúbicos. Nós já temos 3 barragens em andamento direto. Provavelmente, vão ingressar no PAC. São obras do Governo Federal, associado ao Governo Estadual, sem os quais não poderiam ocorrer.

Há também uma área de barragens, que é referencial, e que está em desenvolvimento com projetos. Quase todas elas pegam a metade sul, que é uma zona muito deprimida, mas que permite esse tipo de obra.

Este seria o mapa das barragens que estão programadas no Rio Grande do Sul.

As próximas imagens mostram como está sendo desenvolvido o trabalho: uma fase inicial ainda da barragem de Jaguari, nos Municípios de Lavras e São Gabriel; uma área enorme; estágios da obra; o eixo da barragem.

No Rio Grande do Sul, que é o Estado mais irrigado do Brasil, em função, obviamente, do arroz, o uso da irrigação ainda ocorre em condições muito precárias. Se tirarmos o arroz do

processo, o Rio Grande do Sul não existe, sob esse aspecto. Nós temos realmente um “reservamento” de metros cúbicos alto, mas nós não temos ainda a utilização de irrigação.

Aqui está um outro procedimento que adotamos: os microaçudes.

Os microaçudes que estão em desenvolvimento nessa região encontram-se em Taquaruçu, Pinhal, Rodeio Bonito, Boa Vista das Missões. Há vários açudes já construídos.

O Estado constrói esses açudes com 80% de recursos próprios. Só que o açude tem um compromisso absoluto do produtor. O produtor recebe e, depois de ter o açude na sua propriedade, tem 1 ano para se equipar em irrigação. O açude é feito para irrigação, senão nós não estaríamos irrigando nada, apenas estaríamos construindo açude.

Essas imagens a seguir mostram alguns exemplos de açudes que foram feitos. A área da bacia leiteira é a mais sensível, porque há um projeto da Secretaria, o projeto de leite, carne e pasto irrigado, que sensibiliza de forma substancial.

Na região, sobre a questão da suinocultura colocada aqui, nós temos um projeto de cisterna — aliás, o prefeito já nos procurou em várias ocasiões para tratar desse tema — especificamente para atender a avicultura e suinocultura.

Este é o modelo da cisterna. Normalmente, trabalhamos com cisternas de 120 mil litros. Ela tem cobertura, permite água limpa e é natural.

O Estado ingressa com 50% dos custos, já que não haverá nenhuma necessidade de irrigação, porque a cisterna não é feita para irrigação.

Essa imagem mostra as exposições que tivemos ao longo de 2007 e 2008. Nós também desenvolvemos trabalhos como estas audiências que o Deputado está a realizar neste momento.

Capacitações. Irrigação como um todo. O grande mal é que as pessoas acham que sempre que se fala em irrigação tem que se falar em pivô. Pivô é a figura máxima. Nós estamos falando de aspersor mesmo, figuras realmente menores.

Deputado, eu agradeço muito a oportunidade. O grande pedido que nós temos aos Deputados é a inclusão de parte do Rio Grande do Sul no semiárido, que já é, parece-me, uma decisão a que vocês estão quase chegando.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Mário.

Passo, de imediato, a palavra ao João Leonardo, da EMBRAPA.

O SR. JOÃO LEONARDO PIRES - Como já foi colocado na apresentação, a EMBRAPA pontuou algumas coisas que são importantes. E aí eu entro mais na área técnica, de pesquisa ligada à agropecuária e que tem focado muito nessa questão de seca. Nós já encaramos isso com muita seriedade há muito tempo, com diversos trabalhos, e já temos bem mapeada essa questão, com dados históricos tanto da condição de clima quanto da condição dos resultados agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul. É importante que se diga e confirme isso, que é uma constante, mas que nós temos variações no Estado. Acho que não dá para tratarmos o Estado como um todo. Há situações no Estado que, de 10 anos, temos seca em 3 anos; e, em outras, de 10, nós temos seca em 7. Então, temos que agir de forma diferenciada

para essas realidades. Começa por aí, um gradiente de situações, mas, de forma geral, como já foi bem colocado aqui, é um problema sério e que causa bastante dano ao Estado.

Em termos de tecnologia, vou ser bem objetivo. O que temos hoje? Zoneamento agrícola, época de semeadura, redução de riscos. Isso está pronto, foi desenvolvido pelas entidades de pesquisa, pelos parceiros, e está bem posicionado para as grandes culturas agrícolas, de interesse econômico, qual o melhor momento de semeadura. O que falta muitas vezes é refinar esse processo, é fazer chegar de uma forma mais rápida essas mudanças para o técnico ou mesmo para o produtor. Isso está pronto e é um papel da pesquisa refinar. Temos competência no Estado para fazer isso nas unidades da EMBRAPA e nas outras instituições, como FEPAGRO, como Secretaria, que têm ajudado nisso.

Outro ponto que gostaríamos de destacar e que também é papel da pesquisa é na parte de genética, para combater, para minimizar as perdas ocasionadas pela deficiência hídrica, pela estiagem ou pela seca.

Há um trabalho constante nesse sentido. Claro que é um problema bastante complexo. Muitas vezes os avanços da ciência no mundo inteiro são lentos. O que nós chamamos, muitas vezes, de melhoramento clássico ou de avanços clássicos, as técnicas tradicionais têm dificuldades de superar ou de melhorar o comportamento das nossas culturas em relação a isso.

Então, hoje, nós estamos buscando agregar a isso técnicas modernas, técnicas de biologia avançada, transgenia, para tentar detectar genes em outras espécies, em outras plantas e, assim, incluir nas nossas espécies cultivadas e tentar avançar mais rapidamente. Isso está sendo feito dentro da EMBRAPA, mas há várias outras empresas que fazem isso. A curto prazo, Deputado, nós não teremos ainda essa solução, isso está num nível bastante avançado de desenvolvimento.

Vamos falar em soja tolerante à seca, está nos laboratórios, está sendo testada, mas ainda a curto prazo não vai chegar à mão do produtor; vai a médio prazo, porque é necessário bastante teste e seguir toda a normativa do Ministério. Sem água não existe, não vamos esperar soja faquir, mas uma soja que tolere melhor esse período de estiagem. Então, são ganhos — um vem da genética e depois entra a questão do manejo — que vão, somados, melhorar a condição das principais culturas para esse nosso ambiente inóspito. Esse é o papel da pesquisa.

Outra questão que pontuaria é a diversificação da produção. Vimos muito a questão da monocultura da soja. Hoje há várias possibilidades de melhorar, de diversificar com culturas de grãos, com a parte animal, a integração com a pecuária, a integração de pecuária, de lavoura e de floresta, outras culturas agroenergéticas colocadas à disposição, com tecnologias desenvolvidas para elas. São opções para minimização dos riscos com estiagem.

Há muita tecnologia, mas é preciso chegar mais fortemente. Aí entram os técnicos e produtores na aceitação dessas tecnologias, na modificação do seu sistema produtivo para que isso possa ser feito.

A principal questão que gostaria de abordar é uma sugestão para o Estado inteiro de melhoria do nosso solo, de melhoria da capacidade de armazenamento de água no nosso solo, das condições físicas, microbiológicas. Essa é uma preocupação que a EMBRAPA tem tido. Represento aqui uma unidade que esteve muito à frente do Sistema Plantio Direto, desenvolvido com muitos parceiros e que hoje é exemplo para o mundo inteiro. Contudo, temos visto uma degradação desse sistema. Quem percorre o Estado vê o plantio de materiais mais precoces, com menos inserção de massa seca nos nossos solos, o plantio morro abaixo, a retirada dos terraços, como falei, o monocultivo da soja e de outras culturas. Isso tudo, somado, tem diminuído, e muito, a capacidade de sustentação.

Isso é muito importante quando se fala de água. É preciso que mudemos essa cultura. Para isso é necessário um programa forte, que tenha impacto na área de produção, para que possamos melhorar a matéria seca dos nossos solos, a inserção de matéria seca, a própria estrutura e a manutenção de água por conseguinte.

Quanto à questão animal, muitas vezes vemos o produtor raspando o solo até o fim, depois planta soja em cima com pisoteio, sem palha. É preciso um trabalho como foi feito no passado de retomarmos conceitos que já conhecemos, e que isso possa chegar ao setor produtivo e ajudar o produtor a diminuir esses riscos.

Ouvi a apresentação sobre irrigação. Não quero polemizar muito sobre isso, mas é uma das ferramentas que temos. Contudo, é preciso olhar com cautela. Não é uma solução para todos, e sim para uma boa parte que vai se encaixar nessa forma. Não acreditamos que se possa replicar isso em 4 milhões de hectares de soja mais 1,5 milhão de milho, e que isso seja maciçamente empregado. Temos uma experiência muito boa no cerrado com o trigo. O cerrado, hoje, trabalha muito com irrigação, mas chegou a um limite. Há alguns problemas: a outorga da água, questões ambientais, a necessidade de culturas com retorno econômico muito forte para pagar, falhas nas contas. Para se ter uma ideia, para pagarmos 2 mil quilos de trigo, temos que produzir 6 ou 7 mil quilos.

Então, é mais uma ferramenta importante, como disse no início, que deve ser somada a outras estratégias, mas para um determinado público.

Encerro essa primeira intervenção, reforçando a questão da conservação do solo e de um programa de melhoria da capacidade dos nossos solos em termos de retenção de água. Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, João Leonardo. Há um comentário que acho importante fazermos aqui a partir das exposições que vimos. O grau de complexidade do tema, do assunto e das variações que aqui estão expostas, inclusive as alternativas que teremos que propor não são iguais para todas as regiões, todos os setores nem para os produtores. São alternativas que deverão ser pensadas de forma diferente e que precisamos levar em consideração ao montar uma proposta e um projeto para a superação dos entraves da seca no Estado do Rio Grande do Sul. A região sul do Estado não é igual à região norte. Nem na região norte do Estado são iguais as condições e as situações para implementar algumas políticas.

A partir de agora, vou conceder a palavra por 3 minutos a quem desejar se inscrever. A intenção é termos de 10 a 12 intervenções. E até às 16 horas encerraremos os nossos trabalhos, porque o Zatti nos convidou para a inauguração de um Centro de Diagnóstico por Imagem no hospital da cidade.

Estão abertas as inscrições. A ideia é que possamos ouvir não o diagnóstico da seca, porque já o ouvimos nas intervenções, mas propostas, sugestões, ações para que possamos superar o tema da seca no próximo período.

Pedimos para quem for se pronunciar falar o nome e a entidade que representa, porque esta reunião está sendo gravada e fará parte do relatório.

Com a palavra o Sr. Tortelli.

O SR. ALTEMIR TORTELLI - Obrigado, Deputado. Parabéns pela iniciativa do Parlamento de criar a comissão externa e de fazer essa interação com os agricultores e entidades das nossas regiões.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Prefeitos e Vice-Prefeitos, Srs. Secretários, liderança da FETRAF, cooperativas e demais entidades presentes, órgãos de pesquisa, entidades do Governo do Estado, EMBRAPA, quero ressaltar 2 ou 3 questões que acho importantes.

Primeiro que, talvez, deveríamos estar fazendo debates como este há 10 anos. Quem sabe se, há 10 anos, tivéssemos tido momentos de reflexão, juntar pesquisas, alternativas e, especialmente, levado em consideração o sofrimento que vivemos com a estiagem, estaríamos com programas e políticas públicas nacionais, estaduais em outro patamar, porque só quem vive a perda de uma safra sabe da dor que sentem os agricultores familiares, a depressão, o desânimo e o que significou, nesses 10, 15 anos, a perda de famílias que foram embora porque não sentiram segurança em continuar produzindo alimentos para o povo brasileiro.

Então, parabéns pela iniciativa! Mas temos que ser rápidos, temos que agilizar os passos que vamos dar para frente.

A segunda questão é que temos que considerar que com essas crises todas que vivemos tivemos um avanço importante que precisamos destacar, uma luta de quase 20 anos para termos uma pequena segurança. Conquistamos, há 5 anos, na seca de 2005, o seguro para a agricultura familiar para nos dar pelo menos um alento, uma pequena segurança. Mas, se formos avaliar, hoje, é insuficiente também. Mas temos que reconhecer que na caminhada, nas lutas que fizemos em um Governo que teve a sensibilidade de compreender que tinha que tomar alguma ação mais concreta, demos um passo importante com o seguro. Agora temos que aperfeiçoá-lo, como fizemos com o PRONAF.

A terceira questão, é que mais uma vez este ano tivemos que nos juntar, as Prefeituras, os movimentos sociais, a bancada de Deputados em Brasília, para negociar questões emergenciais. Acho importante destacar que conquistamos 40 milhões de reais, agora mais 14 milhões de reais, do MDS para cisternas, poços artesianos e encanamentos. É importante reconhecermos os 2 mil reais do crédito de emergência. É importante nós

reconhecemos o rebate dos 30% no custeio pecuário, mas ainda não saiu o decreto. Ainda não saiu o decreto, Presidente.

Hoje, falamos com Brasília e há a promessa de que o decreto do rebate dos 30% no custeio pecuário saia semana que vem. Depois, são mais 30 dias para regulamentar o decreto. Então, entre a decisão e o anúncio do Ministro, em maio... Estamos praticamente em outubro e não se encaminhou a solução definitiva. Uma grande parte dos agricultores já pagou o seu financiamento. É uma dificuldade grande, há lentidão nos encaminhamentos.

A quarta questão que vou colocar é com relação às ações estruturais que precisamos construir e não só emergenciais, como rebate em financiamento, crédito emergencial ou retroescavadeiras quando temos estiagens.

Temos de fazer um grande acordo entre todos nós. Não haverá solução só com a luta do movimento social, do sindicato, da FETRAF, da FETAG, da Liga Campesina. Não haverá solução só com o empenho do Prefeito Zatti, da AMZOP, aqui da região. Não haverá solução estrutural apenas com o programa do Governo do Estado e não haverá solução só pela ação do Governo Federal. Eu acho que o grande desafio que está colocado em nossas mãos e a responsabilidade importante desta Comissão é fazer um grande pacto pelo Rio Grande, pela Região Sul, para nós enfrentarmos os próximos 10 anos de forma articulada, combinados os esforços das várias entidades, dos vários setores.

Não é possível que nós tenhamos um programa de irrigação do Governo do Estado e um programa de irrigação do Governo Federal. É inaceitável que isso continue acontecendo. Que nós tenhamos cisternas do Governo do Estado e cisternas do Governo Federal. Isso é irracional. Eu acho que, acima das nossas diferenças políticas, partidárias, de governos, estão os nossos agricultores, que estão sofrendo. Por isso, nós precisamos de ações articuladas e integradas em torno das questões de pesquisa, das questões tecnológicas quanto à água, inclusive para tomar, para vivermos, para as famílias viverem. Em algumas regiões, as famílias não tinham água potável para beber.

Esta é a questão mais emergencial de todas: que as famílias tenham acesso à água para viver, para garantir sua subsistência. E, depois, que haja minimamente uma estrutura para manter seus animais, suas vacas. A grande parte dos agricultores produzem leite. Nós precisaríamos ter uma estrutura mínima de água para irrigação e para produção de leite em nossas propriedades.

Algumas ações são fundamentais, como articular a produção animal com a produção vegetal, integrada e articulada com as novas tecnologias colocadas, com água preservada — quando se tem bastante água, como neste período —, para vivermos os meses de falta de água.

E por fim, caro Deputado, nós saímos das mobilizações com o compromisso do Governo Federal de, além de ouvir as construções que os senhores estão fazendo, que nós formulamos, das comissões externas, criar um grupo de trabalho que teria a responsabilidade de produzir ações, de trazer para dentro do Governo Federal a coordenação de uma equipe técnica e política que, em 6, 7 meses pudesse produzir as grandes resoluções, os grandes

acordos e as grandes alianças para, efetivamente, enfrentarmos, de forma estrutural e permanente, essas políticas. Estamos aguardando ainda a criação desse grupo de trabalho, que deveria ter sido criado em julho. Julho, agosto, setembro... Estamos aguardando.

Então, queremos que os senhores possam usar a força que têm da mesma forma que a usaram nas mesas de negociação, junto conosco, em Brasília, durante os meses de maio, junho, julho, para que efetivamente possamos ter soluções estruturais para a crise da seca, e não mais estiagem, no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul.

Acho que existe inteligência, existe ciência, existe pesquisa, existem propostas; falta articularmos e transformarmos isso em planos estratégicos para, de fato, termos mais segurança.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro Altemir Tortelli, aqui representando a FETRAF, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Está inscrito para usar a palavra o Sr. Olivar Lazzaretti, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina.

O SR. OLIVAR LAZZARETTI - Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e dizer, Deputado Marco Maia, que deveríamos ter mais apoio dos Deputados, como V.Exa. está fazendo, e da nossa Comissão, que foi instalada na época da estiagem.

Quando os nossos agricultores vão votar, eles vão pensando em pessoas que vão defender os agricultores no campo. Há uma pesquisa informando que grande parte dos agricultores irá embora do interior para a cidade. Se nós não fizermos algo que realmente ataque isso e que venha ao encontro do agricultor, acho que não vai adiantar criarmos mais meios de trabalho. Depois que o agricultor for para a cidade, será mais um problema para os nossos governos. Lá, vão ter de dar comida. É muito mais barato sustentar uma família na agricultura, dar apoio para esse agricultor produzir e viabilizar-se na propriedade do que sustentá-lo na cidade.

Quero fazer um breve relato do que nós tínhamos acordado lá. Depois, vou entregar a pauta. Não seria este o momento, mas eu vou aproveitar para entregar a pauta das reivindicações que não foram atendidas. Precisamos de soluções mais imediatas para os nossos agricultores, porque se vem uma questão de necessidade, uma questão de estiagem, precisamos que isso realmente chegue na ponta o mais brevemente possível.

Vamos falar da questão dos 2 mil reais. Estávamos reivindicando, na época, 2.500 reais a fundo perdido. Vieram 2 mil reais financiados. Se perguntarem para os nossos sindicalistas presentes quantos por cento dos agricultores receberam lá na ponta... Sei que um resultado bem expressivo de dinheiro chegou lá na ponta, mas vários e vários sindicatos resolveram ou deram solução para somente meia dúzia de agricultores, talvez dez ou doze agricultores por Município. Isso é uma vergonha para nós, que ficamos quatro, cinco dias na estrada, depois de ter puxado água com balde para os animais, depois de ter sofrido. Saímos da roça para reivindicar e não somos atendidos.

Refiro-me à questão do milho da CONAB. Foi uma política pública até importante do Governo, mas não adianta só haver a política. Os nossos animais estavam com fome em maio, como V.Exa. estava dizendo. Não é agora que eles estão com fome, eles estavam com fome lá em maio. Agora já têm pastagem à vontade. Se foi uma política do Governo, como o milho não chegou na ponta, se houve decisões de cima? Acho que nós precisamos de que não somente os Governos tomem providências, mas que setores lá na ponta venham a atender realmente as nossas necessidades.

Quanto ao setor de habitação, saiu da negociação junto ao Governo que houvesse três grupos, G1, G2 e G3. Até hoje só há o G1. Há conversa de que vão abrir o G2 e o G3 mais para frente. Mas quando? Os nossos agricultores precisam de incentivo na propriedade. A moradia é, com certeza, um incentivo bastante expressivo para os nossos agricultores.

Precisamos olhar mais a questão do crédito para a pecuária. Eu estava olhando as pautas e verifiquei que há propostas de custeio que não seriam amparada pelo PROAGRO. Haveria 30% de desconto, caso se resolvesse pagar no primeiro ano, ou 20% ou 15%. Contudo, como o Altemir Tortelli disse, o dia 15 de outubro será daqui a 20 dias. Esse seria o prazo para pagar os pecuários.

Há uma decisão do Governo de que se teria prorrogado essa questão para o dia 15 de outubro, mas essa resolução não chegou lá na ponta, não chegou aos bancos. A maioria dos nossos agricultores já pagaram esses 30%, já pagaram essa questão da agropecuária. Como eles vão ser ressarcidos desses 30% e quando vai ser implementada essa nova política?

Há também a questão do crédito fundiário. Sei que havia uma forte pauta no sentido de que precisamos viabilizar a produção no meio rural, porque as nossas propriedades no Município de Constantina e nos arredores são de 12,5 hectares de terra e nós sabemos que, para se enquadrar, para comprar mais pedaço de terra, o agricultor não tem que ter nada. Como essa política ajudará ou virá ao alcance desse agricultor que tem 12 hectares ou 13 hectares, para que ele pelo menos consiga ter um módulo fiscal, enquadrar-se no módulo fiscal? Assim nós vamos realmente atender ao agricultor. Será que um pequeno agricultor que não tem nada e vai comprar 5 hectares de terra vai conseguir manter a sua família e pagar o crédito fundiário? Essa é uma pergunta que temos que deixar na mesa, para depois debatermos um pouco mais.

Em relação ao meio ambiente, há várias questões, desde a água até à legislação. Sabemos que são necessários 20% de reserva legal, mais a questão da APP. Precisamos que seja esclarecida um pouco mais essa questão ao agricultor, porque acho que há muita gente levando os pequenos agricultores na conversa ou se beneficiando dos pequenos agricultores, dizendo que a questão do meio ambiente vai ser muito prejudicial aos pequenos agricultores. Sabemos que esse não é o intuito. Trata-se de uma questão de política, de grandes produtores jogando para cima dos pequenos agricultores.

Há a questão da energia elétrica, que nós colocamos na pauta também. Se compararmos a situação atual com a de 10 anos atrás, verificaremos que o agricultor consome muito mais energia elétrica. Portanto, é preciso que seja melhorada a energia elétrica no

campo, porque vários dos nossos agricultores têm apenas um gerador para três ou quatro famílias. Quase é preciso marcar horário para se tirar leite na propriedade. É preciso melhorar a questão da energia elétrica também!

Em relação à pesquisa do IBGE, os dados de produção estão realmente muito baixos. Ouvi um senhor do nosso Estado dizer que realmente os dados do IBGE estão muito baixos. Se não fizermos nada para subir esses dados, não adiantará ao agricultor investir e plantar. Sabemos que vários dos nossos agricultores, ou praticamente todos, investem, e investem bem. Contudo, investem para colher de 150 a 180 sacos de milho por hectare. Os dados são muito baixos. Por isso, o nosso agricultor não consegue ter seguro e renda lá na colheita. É preciso rever essa questão de dados, ou o agricultor realmente vai pegar os milhos que vêm lá do Estado, vai colocá-lo na terra e não vai colocar um pingão de adubo. Daí, sim, ele vai ser amparado pelo PROAGRO! Portanto, é preciso rever essa política.

Quando falamos que temos que manter o agricultor no campo, temos que lhe dar incentivo. Uma forma de viabilizar o agricultor no campo é dar-lhe condições, e uma das condições é esta: o agricultor tem que produzir, sim, mas tem que também industrializar, para depois vender. Nós precisamos de um incentivo mais forte, a fundo perdido, às agroindústrias. Daí, sim, ele vai produzir, industrializar, vender e obter um lucro maior, o que o agricultor merece.

Acho que a questão do seguro tem que ser mais bem debatida. Nós sabemos que o Município incentiva vários agricultores na questão do seguro da fruticultura. Contudo, já terminou o dinheiro do seguro das parreiras. É preciso resolver isso o quanto antes, porque as parreiras já estão brotando. Eu estava falando com um agricultor na semana passada e ele me disse que um vendaval pegou quase meio parreirão. Ele teve que rezar para que não desse pedra. Ele dizia: *“A minha fonte de renda é a uva. De onde eu obteria renda, se tudo tivesse sido destruído? Que garantia eu teria?”* Portanto, a solução tem que ser mais imediata. Não devemos esperar primeiro acontecer, para depois remediar. Acho que se deve prever um pouco mais.

Além das agroindústrias, não adianta apenas incentivarmos a produção. Em Constantina — o Zatti fez uma explanação sobre os Municípios — já existem várias agroindústrias. Contudo, resta a questão do SUASA: quando se vai viabilizá-la. Já começou a haver produção suficiente no Município. Há até sobra! O agricultor tem o incentivo para produzir, industrializar e depois vender na ponta, mas, se ele sair de Constantina e parar logo ali no trevo, em Sarandi, porque a polícia o pegou, ele vai estar lascado de outras maneiras.

Nós somos de Município pequeno. É preciso haver uma linha de crédito mais específica para o pequeno comércio. Quando ocorre uma seca ou uma estiagem no nosso município, o comércio sente, e sente muito. Portanto, é preciso haver uma linha mais direta para os comerciantes.

Também é preciso haver linha de crédito para os suinocultores. O Zatti já falou um pouco sobre isso. Vários pequenos agricultores que têm suinocultura hoje estão levando ferro,

de certa maneira, há praticamente um ano. Como se cria uma política pública para atender a esses agricultores, que são agricultores familiares, de certa maneira?

Quero pedir desculpas porque levei muito tempo. Sei que eram 3 minutos.

Quero deixar a pauta, para que V.Exa. realmente a leve para a Assembleia.

Parabenizo os dois Deputados presentes e digo a S.Exas. que a agricultura familiar, com certeza, tem muito a contribuir com o nosso País, mas precisamos que os nossos governantes olhem para a agricultura familiar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Sr. Olivar, que nos entrega agora a pauta. *(Pausa.)*

Está inscrito o Sr. Antônio Rodrigues de Almeida.

Peço aos nossos oradores que utilizem 3 minutos.

Além do Sr. Antônio Rodrigues de Almeida, querem prestar a sua contribuição o Sr. Ademair Bianchi, do Ministério da Agricultura; o Sr. Flávio Smaniotto, da AMZOP; o Gilmar Leschewitz, Prefeito de Erval Seco; e o Sr. João Pedrosa, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fontoura Xavier. Há, ainda, mais uma inscrição.

O SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA - Dirijo uma saudação à Mesa, à audiência dos Deputados que vieram prestigiar o povo sofrido da agricultura familiar de Constantina, e às agricultoras e aos agricultores familiares que estão prestigiando este ato, que é muito importante.

Apesar de não estarmos agora na seca, ainda estamos sofrendo os efeitos da estiagem que ocorreu há tão pouco tempo.

Tenho alguns questionamentos sobre a questão do dinheiro. O Governo Federal larga o dinheiro lá, mas ele entrava no Município, na região. Não sei o que ocorre. V.Exas. precisam solucionar isso.

Falo sobre a questão do milho da CONAB. Por que, se perdemos tantas cabeças de gado, que morreram de fome, demorou até agora para vir milho da CONAB? Faz um mês que paguei o milho, mas ele não chegou à ponta ainda! Tive que pegar dinheiro emprestado para pagar o milho. Onde está o milho? Como isso pode acontecer? Nós já perdemos muitas cabeças de gado este ano na agricultura familiar. Vários agricultores venderam as vacas e foram morar na cidade, devido ao desânimo. Falta aos agricultores entrarem na Justiça, porque isso é vergonhoso!

Há outra questão: aqueles 2 mil reais. Eu não sei o que acontece nessas agências dos bancos. A gente assina os contratos, vai lá um mês depois, e o dinheiro não está lá. A gente vai lá bravo, enlouquece com eles, e eles reviram os papéis e conseguem achar! O Governo Federal tem que saber o que está acontecendo com essa gente! Se eles não querem trabalhar, que se coloque essas pessoas para carpirem conosco. Que se coloquem lá outras pessoas. Se eles não têm vontade de atender ao povo, por que estão ganhando? Para ficarem sentados? Isso é uma vergonha! Se são funcionários do Governo Federal, ou de quem quer que seja, têm que fazer justiça ao que ganham. Para ganhar algum salário é preciso trabalhar. Nós não ganhamos quase nada e trabalhamos de sol a sol na agricultura familiar. Eles precisam ter

mais respeito pelos pequenos. Não é possível perder três ou quatro tardes para ir ao banco verificar o que está acontecendo, e eles só nos enrolarem. Sabemos que temos pouco estudo, mas isso não precisa ser tão enrolado assim. Eles precisam ter mais respeito pela nossa classe.

Também falo da questão da energia elétrica. Houve um vento e ficamos quatro dias sem luz elétrica!

Dizem aos agricultores que têm que elevar a produção. Esse caso aconteceu comigo. Eu produzia pouco leite na minha propriedade, mas agora ampliei, estou com uma boa produção. Contudo, é preciso tirar, à mão, 100 mil litros de leite por dia e ficar quatro dias sem luz. Temos que entrar na Justiça contra a RGE, contra essas empresas, porque isso não é possível! Querem que o povo fique na roça, trabalhe, organiza-se e lute, mas, na hora em que tem uma produção, tem que se quebrar tudo para poder viver.

Os nobres Deputados que façam alguma coisa! Verifiquem o que há de errado, porque desse jeito vai sair mais gente da roça. E o lugar bom para viver é na agricultura. Eu sei disso porque moro lá. Apesar de ser sofrido, apesar de se ter que caminhar muitos passos por dia atrás de bicharedo, aquele é um lugar descansado. Chega a noite e não há perigo de nada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Sr. Antônio Rodrigues de Almeida.

Estamos registrando todas as preocupações apresentadas.

Concedo a palavra ao Sr. Ademar Bianchi, companheiro do Ministério da Agricultura.

O SR. ADEMAR BIANCHI - Deputado Marco Maia, Deputado Luiz Carlos, Sr. Prefeito Municipal, em nome da Superintendência do Ministério da Agricultura quero trazer o nosso apoio e renovar a nossa parceria, para encontrarmos soluções para esses problemas que foram levantados.

O Ministério da Agricultura, além das suas atividades na área de inspeção de sanidade animal e as atividades de política agrícola no âmbito do Brasil, desenvolve um trabalho chamado fomento ao desenvolvimento rural e ao cooperativismo. Temos realizado diversas ações nessa região nos últimos quatro ou cinco anos.

Esse trabalho é desenvolvido por meio de parcerias e convênios, pelos quais é liberado recurso para as instituições, face aos pleitos encaminhados pelas entidades ou emendas parlamentares, as quais os Deputados conhecem muito bem.

A palavra importante neste momento — e vou ser breve, apesar de não ter acompanhado as sessões anteriores — é parceria. O trabalho de educação e capacitação cooperativista que nós fizemos — como o da COOPAC, que desenvolve um trabalho muito bom de capacitação leiteira — só se realiza por meio da parceria. Por isso, é importante continuarmos unidos e formarmos forças via parcerias na região, no Município: cooperativas, sindicatos, Prefeituras, representações dessas entidades no âmbito estadual — no caso, a nossa OCERGS, no cooperativismo —, as federações da agricultura aqui representadas, as Assembléias, a Câmara dos Deputados, o Senado. Deve-se estabelecer uma parceria forte.

Sem deixar cair a peteca, como nós falamos no Rio Grande do Sul, as coisas vão-se estruturando e se viabilizando.

O cooperativismo tem uma força muito grande para dar — lembrei disso durante o pronunciamento do companheiro do Estado — na viabilização e estruturação desse trabalho de irrigação. E a intercooperação ainda está muito fraca em nosso Estado. Temos muito a contribuir, muito a desenvolver nessa parte de intercooperação entre as cooperativas, formando força, não só o cooperativismo agropecuário mas todo o cooperativismo na área de crédito, na área de trabalho, na área de insumos. Há uma força muito grande a se desenvolver.

Contudo, temos perdido espaço. Estados que foram filhos do Rio Grande, como o caso do Paraná, estão bem mais desenvolvidos no aspecto da intercooperação. Nós temos muito a desenvolver.

Estamos às ordens em Passo Fundo, e no âmbito do Rio Grande do Sul, para somar forças.

Quero parabenizar mais uma vez a COOPAC pelo trabalho que vem desenvolvendo na parte de capacitação e educação cooperativista. Este é o caminho, via capacitação, via formação do homem. Assim conseguiremos realizar todos os problemas e alcançar os nossos objetivos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Sr. Ademar Bianchi, que representa o MAPA nesta ocasião.

Com a palavra o Sr. Flávio Smaniotto, Presidente da AMZOP.

O SR. FLÁVIO SMANIOTTO - Muito obrigado, Deputado Marco Maia. Quero fazer um registro em nome de V.Exa. e do Deputado Luis Carlos Heinze.

Também nos visitam o Vereador Bruno e os Deputados Vilson Covatti e Afonso Hamm. Cumprimento os demais membros da Mesa, entre eles o Sr. Mário, que representa a Secretaria de Irrigação, o pessoal da EMATER e da EMBRAPA, os colegas Prefeitos e o nosso Prefeito Braulio Zatti, que hoje realiza esta audiência pública, além de inaugurações na área da saúde.

Em 3 minutos, rapidamente, quero falar sobre o trabalho que está sendo coordenado pelo Deputado Marco Maia. Fazemos parte da Comissão. O Sr. Tortelli era o coordenador da nossa comissão que fizemos em Amuceleiro. Eu o acompanhei como Vice-Coordenador.

Acompanhamos, em Brasília, o atendimento dos nossos Deputados. Nós podemos dizer aos produtores presentes que se orgulhem dos nossos Deputados. Às vezes vêm somente as coisas ruins dos Deputados, mas nós, graças a Deus, temos bons Deputados, que trabalham. E S.Exas. têm muito mais a fazer.

Gostaríamos de parabenizar V.Exas. pelo trabalho que estão realizando!

Nós precisamos democratizar algumas coisas. Na irrigação, acho que nós podemos agilizar mais se nós fizermos convênio diretamente com as Prefeituras. Se nós pudermos contratar as máquinas da nossa região, dos nossos Municípios, a parceria será mais rápido.

A fiscalizadora é a EMATER. Nenhum prefeito vai fazer convênio com o Estado e não

vai fazer o açude, porque a EMATER é uma entidade responsável e fiscalizadora. Temos que agilizar esse trabalho.

Também temos que democratizar a perfuração de poços. Nós temos hoje agilizar esse trabalho e desburocratizar. Às vezes demoramos quatro ou cinco meses para conseguir perfurar os nossos poços, e gastamos em torno de 4 mil reais. Os Municípios estão passando pela maior dificuldade. Hoje nós temos problemas de água e estamos gastando 4 mil reais. Às vezes demora para vir um biólogo para marcar o lugar. Enfim, temos que ser mais ágeis, mais rápidos.

Esses são pequenos trabalhos que temos que realizar, que darão resultado lá na ponta.

Quando à diversificação — dirijo-me ao pessoal da EMBRAPA que está aqui —, a diversificação é a nossa saída. Constantina mostrou que já está no caminho. No meu Município de Novo Barreiro estamos fazendo isso. Juntamente com a EMBRAPA e a EMATER, estamos trabalhando também a erva mate. Temos 350 pessoas que vivem somente da erva mate, mas estão, vamos dizer assim, abandonadas. Estamos em contato com a EMBRAPA e a EMATER. Fizemos um trabalho essa semana. Na quarta-feira toda a equipe estava reunida no Município. Diversificação é a saída!

E, sem dúvida alguma, para a pequena propriedade e a agricultura familiar nós temos que trabalhar a irrigação, que é muito importante.

Nós perdemos 50% do leite, que caiu. Se não tivesse caído, nós estaríamos bem mais à frente. O valor adicionado despenca lá embaixo, e estamos passando por uma das maiores dificuldades da história do municipalismo.

Mais uma vez, Deputado Marco Maia, parabênz V.Exa. e toda a sua equipe. V.Exa. está coordenando tudo isso.

Quero dizer também que nós estamos juntos.

Ao Sr. Tortelli, nosso coordenador, peço que continue trabalhando. Esse trabalho foi oportuno e mostrou que nós, organizados, sem partidos políticos, encaramos isso realmente como um pacto para defender o nosso Rio Grande do Sul, para defender a nossa ala norte, que enfrenta grandes dificuldades. O nosso povo saiu para os grandes centros. Nós construímos e temos que continuar esse trabalho em conjunto, porque sem dúvida alguma vamos desenvolver a nossa região e o povo não vai mais precisar deixá-la.

Obrigado pela oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Sr. Flávio.

Passo a palavra ao Prefeito Gilmar Leschewitz, de Erval Seco.

O SR. GILMAR LESCHEWITZ - Deputado Marco Maia, em seu nome, se V.Exa. permitir, quero cumprimentar toda a Mesa e demais autoridades presentes.

Quero fazer uma homenagem, neste momento especial, às entidades que estão somando-se a essa empreitada que, como diz o Sr. Tortelli, é árdua, difícil, e não deveria estar iniciando-se agora. Há muitos e muitos anos já deveria ter sido iniciada.

Prefeito Zatti, em seu nome cumprimento os demais Prefeitos presentes e os representantes dos demais Deputados.

Faço uma saudação especial ao pessoal do comércio — com certeza deve haver alguém de lá em meio a esta platéia —, pois, se tratamos de estiagem e de seca, não trataremos apenas de propriedade e de agricultura mas também da renda dos Municípios e, portanto, da vida e do comércio local.

Faço também uma saudação especial aos agricultores e agricultoras presentes. Depois de tanta chuva no mês de setembro, parece estranho falarmos de estiagem. Mas, num dia bonito como o de hoje, que coisa boa é estarmos em nossas propriedades fazendo a lida, plantando o milho, que se atrasou, cuidando do bicharedo, que ficou meio parado! Agradecemos a presença dos senhores!

Este debate tem que se perpetuar; ele não pode parar. Quem achou que ele se encerraria naquelas duas primeiras audiências públicas, realizadas em Erval Seco e em Erechim, enganou-se redondamente. V.Exas., Deputado Marco Maia e demais Deputados, deram continuidade ao debate, por saber que, ano que vem, ninguém estará livre de nova estiagem, já que em sete dos últimos dez anos enfrentamos essa dificuldade.

Muito nós já avançamos. Como os senhores relataram aqui, talvez anos atrás não tivéssemos conseguido enfrentar essa situação toda, como a enfrentamos agora. Mas ainda temos muitas dificuldades.

Só quero deixar aqui registrado que emergência é emergência. Historicamente, no Brasil, emergência tem significado resolver problemas com dois anos de atraso. Sei que os senhores estão empenhados em que isso mude. Então, que mude de fato! Emergência é emergência! Nós temos que continuar trabalhando para que isso de fato se concretize.

Eu fiquei surpreso, Deputados, membros Comissão Externa, quando há poucos dias fomos citados no Município para apresentarmos o projeto que surgiu através dos debates. Refiro-me ao encaminhamento de projetos de redes de água, com recursos de cerca de 40 milhões do Ministério da Integração Nacional. Parte dos Municípios apresentou projetos para retroescavadeira, mas cerca de 60 Municípios apresentaram proposta manifestando interesse em redes de água.

Fiquei surpreso ao constatar que as regras e critérios que nos foram apresentados diziam que não era permitida a perfuração de poços artesianos com os recursos, que deveriam ser utilizados apenas para equipamentos como canos, bombas e reservatórios. Pergunto o que faz a comunidade de meu Município, bem como a de outros Municípios, que é de água que mais precisa numa situação de emergência, pois é uma comunidade que não tem poço artesiano e que não tem uma fonte forte para a implantação do sistema de abastecimento de água? O que faço? Devolvo os 143 mil reais ao Governo Federal ou ao Governo do Estado?

Eu tenho que brigar. Eu acho injusta essa regra, que não sei de onde veio. É verdade que também não sei quem pode mudá-la, mas acho que tenho de deixar registrado o problema.

A briga por recursos para abastecimento de água em situação de emergência deve ser completa: se não há o poço perfurado, que se perfure, que o recurso seja também para esse fim. Se já há o poço perfurado, que o recurso seja utilizado para a aquisição de equipamentos. Eu acho que nossa solicitação é importante e procedente. Ela já foi registrada na AMZOP e também na própria FAMURS. Que se dê encaminhamento a ela.

Temos até o final deste mês para apresentar o projeto. Eu preciso perfurar o poço artesiano. Os municípios estão todos numa grande pindaíba, não só em função da situação de emergência mas também em função de toda a crise — e nós arriscando devolver dinheiro, sendo que fomos para a BR e tudo mais.

Deputados, talvez V.Exas. não estejam sabendo disso que está acontecendo. É um detalhe pequeno, mas, para a comunidade que teve de puxar água de poça com balde, que gastou muito dinheiro para levar água em caminhão de tanque de leite, isso conta muito.

Se me permitir o Presidente da AMZOP, vou defender os Municípios, lugar onde as coisas acontecem. Vemos muitos programas federais, muitos programas estaduais, mas não vemos um fundo de reserva para os Municípios, onde de fato as coisas acontecem, repito, e onde conseguimos resolver mais rapidamente as emergências.

Portanto, que consigamos trabalhar para que, em vez de haver apenas repasses normais aos Municípios, como fazem os Governos Federal e Estaduais, haja também um fundo de reserva, recursos vinculados a um programa que nos permita trabalhar dentro dos próprios Municípios.

Por fim, ouvi o Sr. Antônio citar um problema seriíssimo, que tem de ser levantado em toda a nossa região: reforço de rede elétrica. Os agricultores estão sendo intimados a produzir mais com menos, mas nós não temos potencial elétrico nas propriedades. Acontece, por exemplo, de alguém ligar uma ordenhadeira e cair a chave, porque o vizinho está com o chuveiro ligado.

Em Erval Seco estamos chamando para uma audiência pública o Ministério Público, a RGE e o Luz para Todos. Vamos fazer um grande debate, porque não podemos admitir essa situação, temos que melhorá-la. Estão-nos cobrando energia elétrica, então queremos energia elétrica de qualidade.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Agradecemos ao Prefeito Gilmar Leschewitz, de Erval Seco.

Chamamos o Sr. João Pedroso, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fontoura Xavier, companheiro que veio de longe.

V.Sa. dispõe de 3 minutos.

O SR. JOÃO PEDROSO - Boa tarde a todos.

Quero saudar o Deputado Marco Maia, o Deputado Luis Carlos Heinze, o nosso amigo Tortelli, da FETRAF, e as demais autoridades que compõem esse palanque.

Quero saudar o meu Vice-Presidente do Sindicato, Sr. Evandro, o Secretário, Sr. Adilar Gradaschi, e todos os secretários e representantes de sindicatos que se encontram presentes.

Eu achei necessário trazer a mensagem de Fontoura Xavier aos nossos companheiros. Que bom que está acontecendo esta audiência hoje! Teria sido bem melhor se tivesse acontecido há 10 anos, porque, com esta audiência de hoje, certamente vão ser resolvidos, senão todos, grande parte dos problemas das estiagens que fatalmente ocorrerão daqui para frente.

O que estará pensando nosso agricultor familiar que já está iniciando sua plantação ou se organizando para isso? Será que ele tem um seguro? Será que ele está pensando que há um seguro que realmente garanta receita aos agricultores familiares? Ele sabe que tem gastos, ele também que ter uma garantia de receita.

Esperamos que esta audiência traga bons resultados e que não aconteça como no caso do PROAGRO. Sabemos que o PROAGRO foi uma grande conquista, mas só durou três anos — e a seca continua, Sras. e Srs. Deputados! Nós precisamos de um política agrícola, de um seguro agrícola que de fato garanta renda ao agricultor que realmente planta.

Quanto ao milho que estamos conseguindo da CONAB, por meio do sindicato o Município de Fontoura Xavier comprou um grande montante, que infelizmente ainda não chegou. E nós estamos preocupados, porque o milho está sendo depositado na cooperativa de Soledade, a COAGRISOL, para ser ensacado, e está chegando a safra do trigo. O diretor falou-me que, se em poucos dias não chegar o milho, eles não vão mais ter como recebê-lo, porque eles terão de armazenar o trigo.

Essa é uma grande preocupação para nós, e acho que as autoridades precisam achar uma maneira de agilizar a entrega do milho, para que não tenhamos mais esse transtorno em nosso município.

Quanto aos 2 mil reais, infelizmente Fontoura Xavier parou. Nós fizemos várias e várias operações, muitas famílias receberam aqueles 2 mil reais de crédito emergencial, mas agora, segundo o gerente do banco, não há dinheiro!

Como dizem, nós do sindicato sempre puxamos a corda da frente, trancamos as estradas da BR. A acho que os Deputados Luiz Carlos Heinze e Marco Maia estavam em Fontoura Xavier quando daquela grande mobilização em que foi trancada a BR-386. E nós cobramos: *“Mas, Sr. Presidente, nós fomos lá com frio, com chuva, fizemos a nossa parte, e cadê os nossos 2 mil reais?”* Ficamos numa situação um pouco difícil. Nos nossos próximos eventos talvez não tenhamos tanta credibilidade! Temos também essa preocupação.

E pedimos às autoridades que olhem um pouco esse lado para que as entidades, os sindicatos e outras instituições não sofram desgaste. Se em pouco tempo tivermos necessidade de fazer um novo movimento, talvez não consigamos o público para fazê-lo. Está vencendo o tempo!

Quero agradecer esta oportunidade e dizer ao nosso povo que cada vez mais temos de nos organizar com esse trabalho e com esta audiência.

Parabenizo os organizadores deste evento, porque é assim que conseguimos as conquistas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro João Pedroso, de Fontoura Xavier.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Heinze, que está inscrito. Depois passarei a palavra aos Srs. Alencar, Claudinei e Luís, e encerrarei a nossa audiência pública.

O Deputado terá um tempo maior, obviamente, mas peço que respeitem rigorosamente o tempo, porque temos ainda a inauguração do Centro de Diagnóstico e Imagem de Constantina.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Boa tarde a todos!

Saudando o Prefeito Zatti, saúdo os demais Prefeitos presentes, o representante do nosso Secretário da Irrigação e os representantes da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura e da EMATER. Saúdo o Sr. Tortelli, em nome da FETRAF e do Sindicato dos Trabalhadores, que já se manifestaram.

Acho que o ponto importante já foi relatado. O Deputado Marco Maia está presidindo esta Comissão, da qual faço parte, que visa a discutir essa questão da seca. Sou de São Borja, sou agrônomo e produtor rural. Lá, temos dados de 60 anos. Nesse período, a cada 10 anos ocorrem 7 secas. Existem regiões com situação diferente, mas o clima não muda. Se o clima não muda, nós é que temos de nos adaptar a ele.

Temos discutido na Comissão que o que se vai buscar é uma linha. O Governo do Estado, Sr. Mário e Sr. Rogério, já está trabalhando nessa direção com a EMATER, para elaborar um programa de açudagem ou de irrigação. Esse é um dos pontos que precisamos trabalhar. Temos conversado ainda com o Deputado e com o Sr. Tortelli. Isso não vai acontecer este ano. Esses primeiros 40 milhões são destinados para 213 retroescavadeiras que a bancada federal conseguiu e para 66 Municípios que têm redes de água.

Vou verificar, Sr. Gilmar, essa questão da perfuração, que não pode ocorrer assim. Esse recurso não é para complementar poço, mas para fazer poço, para fazer rede, e mais não-sei-quê. Se é para complementar, que se complemente, mas temos de ver isso para quem precisa fazer poço. São 66 Municípios que pediram redes de água e 213 que pediram retroescavadeiras.

Esse é o início do programa que vamos realizar. Vai resolver pouco? Vai, mas é o início de um processo.

E o que queremos — falo agora aos Prefeitos — é que todos os anos a bancada federal possa disponibilizar recurso para os Municípios começarem a construir açudes. Somos 430 mil propriedades no Rio Grande do Sul, em torno de 230 mil ficam nessa região da seca, pegando a fronteira, o noroeste, o Município de Missões, a zona da produção, enfim, todas as regiões que sofreram com o problema.

O Secretário disse que estão construindo vinte e poucos mil açudes. Como agrônomo e produtor, vejo nos morros que nem todas as 230 mil propriedades dessa região têm condições de armazenar água. Temos de fazer com que todas as regiões que têm condições façam isso.

Sr. Alencar, já falei com o Presidente Mário e digo que hoje a EMATER tem realizado os levantamentos. Naquela seca de 2005, quando Odacir Klein era Secretário da Agricultura e

trouxemos o Ministro Roberto Rodrigues, eu disse a ele: “*Secretário, nós temos de achar um jeito de facilitar a elaboração do projeto*”. Não se conseguia fazê-lo, devido à burocracia. Eram dois ou três anos para aprovar projeto na FEPAM, para se construir um açudezinho de dois, três, quatro, cinco ou dez hectares. Agora, contudo, com o Secretário Rogério e com a própria Governadora — estive presente em uma das reuniões, quando o Rogério falava e a Governadora determinava que assim fosse feito —, hoje a EMATER está autorizada, até determinada área, a fazer o projeto e liberar o açude. Esse é o primeiro passo importante que já temos para o Rio Grande do Sul.

Mais do que isso: com essa lei ambiental que estamos discutindo neste instante no Congresso, que é a tal reserva legal ou lei ambiental, vamos destravar o resto. Muita gente quer fazer, pode fazer, tem recurso para fazer ou pode financiar no banco, mas não consegue a liberação do projeto junto à FEPAM. Isso levava dois ou três anos, Deputado Marco Maia Marco. A pessoa tinha o dinheiro aprovado, tinha o próprio dinheiro ou o dinheiro do financiamento, mas não conseguia a aprovação do projeto.

A EMATER já resolveu parte do problema nessa lei estadual. Vamos ter de trabalhar a outra parte na lei federal, para acertar isso, porque quem quiser fazer e puder fazer que o faça! Esse é o primeiro passo.

Estamos trabalhando, Sr. Tortelli, para colocar recursos todos os anos. A bancada federal coloca recursos, que devem ser distribuídos aos Municípios. Aos poucos o Prefeito pode comprar um trator e ele mesmo ir fazendo o que precisa. O Prefeito tem duzentos açudes para fazer; se ele fizer este ano dez açudes e no que vem mais vinte açudes, um dia ele terminará os duzentos açudes. Tem de haver um programa com recursos federais, com recursos do Estado, com a Prefeitura e os produtores que tiverem condições de ajudar. Assim, vamos combater a seca.

Outro ponto importante, sobre o qual eu perguntava ao Prefeito, é a diversificação. Precisamos fazer isso. Não dá para apostar, principalmente na zona de pequena propriedade. Sei que aqui a maior atividade é a soja, o trigo e outras, mas poderia haver diversificação com a laranja que os senhores têm, com os suínos, com o leite, com as aves. Enfim, precisamos fazer a diversificação, que facilita e favorece nos anos de seca, pois nem todas as atividades sofrem da mesma forma. Irrigação é um ponto, mas diversificação é fundamental.

Portanto, acho que temos de usar a EMATER, a EMBRAPA, a FEPAGRO, as Secretarias Municipais de Agricultura, juntamente com as entidades de classe, e elaborarmos um programa para, nele alinhados, colocar aos senhores a diversificação necessária. Se conseguirmos isso, seguramente as coisas vão andar melhor, porque a questão da seca é essa.

Temos de fazer linhas e programas a longo prazo. Uma das ideias que temos conversado com o Deputado Marco Maia é a seguinte: por exemplo, para aqueles que podem financiar, uma linha de crédito hoje com dez ou doze anos de prazo com juro zero resolve o caso. Para que eles precisam pagar 6,75 ou 2 ou 3, se é possível dar para se fazer a irrigação? Só o gasto com o seguro da seca de 2005, mais o da seca de 2007, e agora o da seca de

2009, isso resulta 1,3 bilhão ou 1,4 bilhão, e isso só com o pagamento do seguro, da indenização do seguro! Se eu pegar esse valor para investir em segurança da lavoura, quanto resolveríamos do problema?

Esse tipo de ação pode significar juro zero, o Governo pode subsidiar esse juro, que ainda é barato, para aquele que tiver um programa de proteção.

Tenho conversado com o Prefeito e tenho trabalhado. E algo inspirou a mim e ao próprio Rogério Porto: em Fortaleza dos Valos, um produtor de 350 hectares de soja que me disse que tinha doze ou treze hectares de pastagem irrigada e, com esses treze hectares, numa região marginal da lavoura dele que não dava para plantar soja, ele estava tirando o talo dos anos de seca dos 350 hectares de soja, com doze ou treze hectares de pastagem irrigada. Portanto, há o que fazer!

Portanto, precisamos de uma linha, de uma direção, com o auxílio da Secretaria Municipal da Agricultura e os técnicos da EMATER, mais a tecnologia que a EMBRAPA, enfim, os órgãos de pesquisa possam nos mostrar. Com isso, vamos resolvendo os problemas da nossa agricultura.

Então, contem conosco! A bancada já trabalhou para liberar esse recurso.

Quando nós estivemos a primeira vez lá, em março ou abril, disse: *“Vamos fazer isso pelo Governo do Estado”*.

O dinheiro já foi liberado para o Estado, no início de setembro. As retroescavadeiras já estão sendo licitadas. As Prefeituras vão receber 213 retroescavadeiras.

As Prefeituras encaminham os projetos para redes de água e, em duas ou 3 semanas, pode-se liberar o recurso.

Estou lutando por alguns Municípios que sofreram com o granizo, em 2007. Há 24 Municípios que até hoje não receberam o dinheiro do grão, em 2007!

O companheiro se queixava dos 2 mil reais que está esperando receber há 2 meses. Vejam! Santo Antônio das Missões: aquilo pareceu uma destruição! Vejam como é esse negócio! É um problema que até hoje acontece. Eles não receberam o recurso; o Prefeito não recebeu 600 e poucos mil reais. Esse tipo de ação foi importante. É pouco dinheiro, mas pelo menos vai ajudar.

Para arrematar, quero dizer que temos trabalhado lá. Vai chegar a vez do Marco. É muito importante a pessoa do Marco, porque hoje é o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Está aqui com os Prefeitos a segunda maior autoridade da Câmara Federal. É isso o que temos de valorizar. Vamos trabalhar juntos, primeiro, essa questão da seca.

Outra questão. Ouvi o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais falar sobre a lei ambiental. É muito sério esse problema! Já foi anunciado ali, Tortelli...

Sou contra àquela ponderação do Ministro Carlos Minc, porque eles querem, por exemplo, resolver problema de reserva legal em até 4 módulos. Para que entendam o que isso significa, no Rio Grande do Sul, hoje, há 28,5 milhões de hectares — 1,5 milhão basicamente é formado de lagoas, como a dos Patos e o Estuário do Guaíba. Há 27 milhões de hectares de terra. Desses 27 milhões, 6 milhões de hectares são de matas, rios, sangas e banhados nas

propriedades. Essas áreas têm declividade acima de 45 graus. Esses 6 milhões de hectares estão na pequena, na média ou na grande propriedade, e ninguém ganha nada por essa terra. Esse é o primeiro passo. As terras são nossas. Sou proprietário em São Borja, como muitos dos senhores, e ninguém ganha nada por essas terras. Inclusive, Prefeito, muitos estão sendo multados pela PATRAM. Quando derrubam uma árvore, queimam alguma coisa ou fazem um vale, a PATRAM está em cima, por conta da lei. É a lei que temos de mudar lá, Marco. Então, vamos trabalhar nessa direção.

Acho correta a preservação das matas ciliares. O que é mata ciliar? Na beira do rio, na beira da sanga, fazem isso aqui, não na distância que estão preconizando: 30 metros, 50 metros, 100 metros, 200 metros. Quem tem condições?

Quando vinha para cá passei por uma lagoa. Podem-se até pegar 100 metros na beira daquela lagoa, mas para fazer o quê? Tira toda a terra do freguês. Então, é isso que temos de mudar nessa lei.

Por isso, é importante juntarmos forças. Aqui não há partido político nem ideologia. Aqui há interesse do Rio Grande do Sul.

Imagino que, para preservar todos os nossos rios, todas as nossas sangas, todas as nascentes, os morros que ainda temos, teremos de incluir mais 2 milhões de hectares. Se fizer a lei que Santa Catarina elaborou, com 10 metros, 20 metros, 30 metros, é a ciência que vai determinar. São 8 milhões de hectares. Nós vamos entregá-los? Será que é de graça?

Querem tirar mais 20% de cada propriedade para reserva legal. Ora, 20% de 27 milhões são 5,4 milhões. Oito mais 5 dá 13. E 13 é metade do Rio Grande do Sul! Será justo isso?

Sou agricultor e muitos aqui também. Somos 400 mil agricultores no Rio Grande do Sul e 6 milhões no Brasil! Será que só esses têm de pagar a conta ou os 190 milhões de brasileiros também têm que comparecer e pagar? Aí é outra coisa que queremos fazer. O Brasil que pague! O mais importante, além de o Brasil, o cara da cidade e o agricultor pagarem a parte deles, Marco, é cobrarmos um imposto internacional, porque essa lei é pressão de fora para dentro. Os europeus, os norte-americanos, os japoneses e os chineses não fizeram nos seus países o dever de casa e estão mandando essas ONGs para dentro do Brasil dizer o que nós, brasileiros, temos de fazer. Isso em Copenhague se discute em dezembro.

O que eu vejo? Nós temos que cobrar um imposto internacional dos países ricos. Quem poluiu? Quem causou desequilíbrio ambiental? Foi um agricultor de Constantina? Foi um agricultor de Sarandi ou de Engenho Velho? Não! Foi a China, foi o Japão, foram os Estados Unidos, foi a Europa. Os países ricos é que poluíram, desequilibraram o meio ambiente.

O Sr. George Bush ficou 8 anos e não quis acatar o Protocolo de Kyoto. O Presidente Barack Obama está dizendo que quer 80 anos para se adaptar. Oitenta anos! E os trouxas aqui já estão sendo multados! Já há até promotor instigando Prefeitos a assinarem o TAC, mandando os caras reforçarem as beiras dos rios.

O que queremos é que o mundo desenvolvido aplique dinheiro. O Brasil tem 850 milhões de hectares de terra. Nós hoje cultivamos, plantamos e criamos em 260 milhões. Eu

ainda acho, na condição de agrônomo, que há terra neste Brasil que dá para avançar em mais 90 milhões, no cerrado, sem tocar na floresta amazônica e sem desmanchar esses matos que ainda existem aqui. Com isso, nós chegamos a 350. Sobra o quê? Sobram 500 milhões de hectares de terra. E nós vamos deixar esses 500 milhões sem ganhar nada? Para arrumar o meio ambiente do brasileiro, mas também do americano, do europeu e do japonês? Eles que venham nos pagar. Quinhentos milhões de hectares de terra! Não há país com essa cobertura florestal!

É isso, Tortelli. Aqui não há ideologia. Nós temos que juntar todo o mundo — Prefeito de qualquer partido, Vereador de qualquer partido, sindicato de qualquer partido — para mudar a lei e o mundo venha nos pagar.

Talvez, Marco, o mais importante ou tão importante quanto o pré-sal seja fazermos valer essa riqueza. A maior reserva de água doce do mundo está no Brasil. A maior cobertura florestal está no Brasil. Podem alguns países da América do Norte ou da Europa ter floresta, mas lá eles têm de 6 a 8 meses de neve, e nada funciona. Nós temos aqui uma floresta que respira 365 dias por ano.

Portanto, a nossa mobilização, neste instante — peço aos senhores atenção —, é para essa lei ambiental. Nós temos que cerrar fileira, como brasileiros, para defender o Brasil. Se não nos cuidarmos, Marco, estaremos rifando esse potencial e o entregando ao Sr. Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos, na legislatura anterior. Hoje ele anda peregrinando pela Amazônia. Sabem o que quer patrocinando ONGs? Ele tem hoje uma grande empresa de venda de crédito de carbono. Os trouxas aqui não vão ganhar nada, e eles lá de fora vão, amanhã, lotear este País. Tudo aqui ficará para eles.

A luta é essa. Vamos nos preparar porque temos de acertar!

Sou agrônomo, técnico agrícola, produtor rural. Por formação, desde que meu trisavô chegou da Alemanha, toda a minha família trabalhou com roça, com agricultura. Acho que nós temos de preservar. Eu sou a favor. Mas alguém terá que nos pagar. Quero preservação, sim, mas não dessa forma, porque só os ambientalistas estão mandando nesse processo. A lei tem que ser ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Se não se conseguir conciliar essas 3 vertentes, não adianta. A lei, como está hoje, só está olhando os aspectos ambientais. Segundo dados da FETARG e da FARSUL, podemos fechar as porteiras de 100 mil propriedades hoje se se aplicar essa lei que está aí. Isso não é justo. É importante que não só o pessoal ligado à agricultura tenha consciência disso, mas também o pessoal ligado ao comércio e aos serviços. Que todo mundo se ligue nisso, inclusive os funcionários públicos. Se aplicarmos essa lei hoje, a arrecadação dos Municípios vai cair. Quem será premiado? Tem que premiar o Brasil!

É esse o recado que venho deixar. Parabéns por estarem aqui!

Deputado Marco, é a nossa empreitada nesta Comissão com relação a um programa que vamos fazer a longo prazo. Não interessa se levará 5 anos ou 10 anos, mas temos de fazer isso aqui. Um dia, resolveremos essa questão da seca, porque chove durante o ano; só

não chove durante alguns meses. Sabemos que a seca é cíclica. Ela vem de novo. Então, temos que estar preparados porque amanhã ela voltará.

Por isso, o objetivo desta nossa Comissão é trabalharmos nessa linha para resolver os problemas dos agricultores, que, agoniadamente, estão a cada ano, a cada 2 ou 3 anos, sofrendo novamente com a estiagem.

Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze. V.Exa. já quer ir ou ficará mais um pouquinho? Como vai fazer? *(Pausa.)* Tem que andar. Tem compromisso em Sarandi. Então, o Prefeito Zatti quer te passar uma recordação. *(Pausa.) (Palmas.)*

Vamos passar a palavra ao companheiro Alencar, da EMATER. E vamos nos encaminhando para o final.

O SR. PAULO ALENCAR RUGERI - Cumprimento e parabenizo o Deputado Marco Maia, o Prefeito Zatti e o Deputado Luis Carlos Heinze.

Trago uma mensagem do nosso Presidente Mário, que gostaria de estar presente, mas por conta de um evento não pôde comparecer. A EMATER *(falha na gravação)* nem o trabalho incansável que o Deputado Luis Carlos Heinze fez, que nós acompanhamos, no zoneamento da cana. Hoje se avançou nessa questão, mas o que temos de culturas de produção é soja e milho, basicamente.

Temos culturas zoneadas, como a canola, o trigo, a cevada, a mandioca, a mamona, o girassol, enfim, uma gama de culturas que nos possibilita produzir com uma condição extremamente vantajosa, como, por exemplo, o girassol, que tem condição de plantio antecipado. Não haverá ações de estiagem, que ocorrem sistematicamente em dezembro, janeiro e fevereiro. Já se está colhendo.

O que precisamos é difundir o trabalho que a EMBRAPA e a EMATER fazem. O mercado é garantido. Temos hoje as indústrias de *biodiesel* instaladas na região, de forma a garantir esse mercado.

Então, o que precisamos é somar esforços para apresentar essas alternativas que estão postas e avançar nesses modelos que a Câmara dos Deputados está trazendo, de buscar novas opções.

Parabenizo o Dr. Mário, por ter colocado o tema da irrigação no Estado, mecanismo fantástico de desenvolvimento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, companheiro Alencar.

Convido para compor a Mesa o Prefeito de Pinheirinho do Vale, Peri da Costa. Peça-lhe desculpas pela falha do nosso protocolo. S.Exa. está acompanhado dos Vereadores do Município. *(Palmas.)*

Com a palavra o Sr. Claudinei Tomazeli, presidente da CRESOL de Constantina. Depois concederei a palavra ao Luís.

O SR. CLAUDINEI TOMAZELI - Inicialmente, minha saudação ao Deputado Marco Maia, e em nome dele aos demais membros da Mesa.

Com certeza, parabênz por essa atitude de debater não só no momento de estiagem. Agora é o momento oportuno para debater e criar esses mecanismos e essas políticas públicas para, em momentos eventuais, podermos ficar mais tranquilos.

Teria várias questões, os que me antecederam já falaram sobre elas, mas uma me deixou preocupado, intrigado: a possibilidade de o Rio Grande do Sul estar incluído, ou parte do Rio Grande do Sul, como semi-árido. Isso, com certeza, poderá ser para nós, agricultores familiares, uma tragédia se se concretizar a curto prazo. Por quê? Porque, na verdade, todos os nossos agricultores dependem de financiamentos, seja para o grão, seja para a agroindústria, seja para qualquer atividade. Sabemos que isso tem de estar amparado num zoneamento agrícola. Então, se for efetivado, com certeza, nenhum agricultor mais poderá plantar ou sobreviver aos seus financiamentos, porque as culturas não estarão amparadas pelo zoneamento agrícola. Hoje, com toda nossa história de luta, já vimos nos adaptando à produção de grãos — soja, milho — e inclusive aos próprios financiamentos, como é o Programa Mais Alimentos, que vem trabalhando a reestruturação das propriedades. Talvez, agora, a curto prazo, isso vá por água abaixo.

Acredito que nos deveríamos preocupar em criar formas alternativas e discutir propostas para que o nosso agricultor possa ser indenizado, para preservar o meio ambiente, até porque são todas pequenas propriedades, e fazer a preservação. De outra forma, que sejam criados esses mecanismos para, numa eventual frustração de safra, estarmos amparados por recursos públicos, para que possamos sobreviver.

Inclusive, a readequação de alternativas de produção seja em agroindústria, seja em culturas... Neste momento acho muito complicada essa inclusão de parte do Rio Grande do Sul como semi-árido.

Essa é a preocupação que deixo registrado. Que ela possa ser levada a debate mais profundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Claudinei.

Passamos a palavra ao Luís Weber, Vereador de São Lourenço do Sul e também agricultor familiar.

O SR. LUÍS WEBER - Boa tarde, nobre Deputado Marco Maia, em nome de quem cumprimento os Prefeitos, os Parlamentares, o Prefeito de Constantina e o Tortelli. Tive referência do Tortelli como uma das maiores lideranças do Rio Grande do Sul, o que, hoje, posso reconhecer. Parabéns, Tortelli, pelo trabalho. Estamos sempre acompanhando a FETRAF-Sul e sabemos do compromisso dela com os órgãos governamentais. Estamos, dia a dia, pleiteando o reconhecimento da agricultura familiar.

Sou de São Lourenço do Sul, no sul do Estado do Rio Grande do Sul. Assisti pela mídia a situação da estiagem.

Também me tocou bastante a fala do companheiro Tortelli. Quero reforçar minha solidariedade e dizer que devemos buscar todos os mecanismos possíveis, dentro do Estado, para agilizar os processos e fazer com que essas políticas, ou questões da estiagem a serem resolvidas saiam realmente do papel.

Nessa época, alguns políticos diziam que a região norte do Estado estava fazendo balela e queria mais dinheiro do Governo Federal.

Eu vim aqui e presenciei árvore seca. Disse ao pessoal que a coisa é séria. Temos que ser solidários a eles, porque em outro ano poderemos estar embaixo.

Então, quero reforçar a posição de ser solidário e colocar a região sul também — quem sabe? — num espaço de debate, para construirmos juntos. Temos de ser ágeis.

Há ainda a questão de o Governo do Estado construir açudes. No nosso Município, tivemos sorte de não ter havido estiagem. Há quase 2 anos existe uma marcação nas propriedades dos agricultores. A EMATER foi lá, mas até hoje não saiu nenhum açude na nossa região. Então, preocupa-me a questão da agilidade e o fato de as políticas públicas chegarem ao nosso agricultor.

Quanto à questão do meio ambiente — nosso companheiro Deputado foi embora —, gostaria de perguntar-lhe se estava defendendo o agronegócio ou a agricultura familiar. Acho que há um acordo entre a CONTAG, a FETRAF, o MPA e o MST no sentido de que 22 itens da nova lei contemplariam a agricultura familiar.

Então, queria fazer-lhe essa pergunta porque acho que ele não está bem ciente do lado que está. Pena que ele foi embora.

Para finalizar, quero também ser solidário ao Prefeito e aos outros companheiros na questão da energia elétrica. Se há estiagem, se há seca, há mais consumo de energia elétrica, e o agricultor familiar não tem energia elétrica de qualidade. Nós sofremos muito com essa questão na região sul. Por isso, somos solidários à busca de políticas públicas para essa ação.

Desejo sucesso ao Deputado, à FETRAF-Sul e a todas as entidades envolvidas nessa discussão. Que tenhamos êxito nas políticas públicas para o nosso agricultor tão sofrido e que merece ser reconhecido por toda a sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Vereador Luís, de São Lourenço do Sul.

Estava aqui um companheiro que tinha pedido a palavra. Ainda quer usar a palavra, companheiro? (*Pausa.*) Obrigado.

Com essa intervenção, chegamos ao final da audiência pública da Comissão Externa.

As contribuições foram muito concretas. O problema está colocado com a devida dimensão que temos pela frente: enfrentar de forma preventiva a seca, a estiagem.

A nossa audiência foi muito boa. As questões foram muito concretas e vão, sem dúvida nenhuma, auxiliar e muito para que possamos produzir um bom relatório. Mas queria, de novo, dizer que o relatório que vamos produzir para esse tema não será apenas um que irá para a gaveta dos burocratas nos Ministérios e nas Secretarias Estaduais. Queremos produzir um

relatório concreto e que sirva de instrumento para, efetivamente, produzir ações afirmativas e preventivas em relação à seca no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do País.

Todos tenham certeza de que o nosso empenho será no sentido de que esse relatório esteja, no mês de novembro, na mão de todos os Ministros e Secretários que atuam na área.

A Câmara dos Deputados vai cobrar, permanentemente, e exigir que essas medidas sejam de fato implementadas.

Dito isso, agradeço, mais uma vez, a presença a todos os senhores e as senhoras. Vamos continuar com esse trabalho.

Informo que as próximas audiências públicas serão realizadas nos Municípios de Santo Ângelo, dia 26 de outubro, e Bagé, dia 23 de outubro.

Como costumamos dizer na Câmara dos Deputados, quando estamos coordenando as reuniões, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

6.6. Notas taquigráficas da audiência pública no Município de Bagé

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1950/09	DATA: 23/10/2009
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 16h27min	DURAÇÃO: 1h57min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h57min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SILVIO NUNES MACHADO - Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.
 LUÍS EDUARDO COLOMBO - Prefeito Municipal de Bagé-RS.
 GILMAR LUIZ PASTÓRIO - Assessor da Primeira-Vice-Presidência da Câmara dos Deputados.
 ROGÉRIO PORTO - Secretário Extraordinário de Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul.
 RODRIGO BORBA MÓGLIA - Vice-Presidente da Associação Rural de Bagé.
 LUIZ CARLOS FOLADOR - Prefeito de Candiota-RS e membro do Fórum Regional de Desenvolvimento, Manejo das Águas e Combate aos Efeitos da Estiaagem.
 EMÍLIO CAETANO MARTINS - Representante da União Bageense de Associações de Moradores de Bagé-RS.
 NAYLOR PERES - Pesquisador da EMBRAPA Pecuária Sul.
 ROMEU LACERDA - Presidente da Associação dos Moradores dos Olhos D'Água.

SUMÁRIO: Exposições e debates sobre problemas decorrentes da estiagem no Estado do Rio Grande do Sul e elaboração de políticas públicas permanentes de prevenção e combate à seca.
--

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Câmara de Vereadores da cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Houve exibição de imagens.
--

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Boa tarde. Em instantes o Presidente da Câmara de Vereadores dará início à audiência pública, que tem o objetivo de discutir o tema da estiagem no Rio Grande do Sul.

Convidamos os Vereadores presentes para ocuparem seus lugares. Solicitamos a todos que ocupem lugares na assistência, para que possamos dar início aos trabalhos.

Passamos à formação da Mesa que irá coordenar esta audiência.

Chamamos o Vereador Silvio Machado, Presidente da Câmara de Vereadores, para ocupar a Presidência dos trabalhos. *(Palmas.)*

Solicitamos a presença, na Mesa, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Luís Eduardo Colombo. *(Palmas.)*

Ocupará também a Mesa o Exmo. Sr. Deputado Federal Afonso Hamm. *(Palmas.)*

Convidamos para integrar a Mesa o Exmo. Sr. Deputado Federal Marco Maia, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e integrante da Comissão Externa que acompanha a situação da estiagem no Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

Convidamos também para integrar a Mesa o Sr. Rogério Ortiz Porto, Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água. *(Palmas.)*

Também fará parte da Mesa a Sra. Isabel Aydos, Diretora do Departamento de Águas e Esgotos de Bagé. *(Palmas.)*

Completando a Mesa que irá coordenar esta audiência pública chamamos o Sr. Lindonor Peruzzo, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Bagé. *(Palmas.)*

Queremos fazer o registro da presença de integrantes da equipe do Governo Municipal: o Major Adriano Bochi, que representa o General Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, e o Professor João Paulo Lunelli, que representa nesta oportunidade o Reitor da URCAMP, Francisco Arno Vaz da Cunha.

Antes do início dos trabalhos, pedimos a todos que fiquem de pé para a execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR (Silvio Machado) - Saúdo o Prefeito Municipal Luís Eduardo Colombo, os Deputados Afonso Hamm e Marco Maia, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Quero dizer aos dois Parlamentares que ficamos honrados com a presença de S.Exas., que manifestaram preocupação com esse tema tão importante, que nos causa

bastante prejuízo. A Câmara dos Deputados, pela primeira vez, constituiu uma Comissão Externa para tratar da estiagem no Rio Grande do Sul. V.Exas. estão de parabéns!

Agradecemos a todos a presença.

Dr. Rogério Ortiz Porto, Secretário Extraordinário de Irrigação e Usos Múltiplos da Água, V.Sa. nos honra com a sua presença, preocupado também com esse tema.

Saúdo a Diretora do DAEB, Isabel Aydos, que também manifesta preocupação com o tema, vive essa situação com toda a comunidade e sabe das dificuldades relacionadas à irrigação em nossa região; e o Sr. Lindonor Peruzzo, Presidente da ACIBA, que tem sido parceira em todos os eventos, como também o SINDILOJAS. Todas as instituições têm sido parceiras em todos os momentos e em todas as situações difíceis pelas quais passam a nossa comunidade.

Cumprimento os nossos colegas Vereadores e Vereadoras. Agradeço a V.Exas. o convite que foi feito a todos que estão aqui — quase a maioria — prestigiando este evento.

Saúdo também os Srs. Secretários, Vereadores de outros Municípios, Prefeitos e associações de bairros. Agradecemos a toda sociedade da nossa cidade, que está aqui representada, a presença, pois entendeu que o tema é muito importância. Estamos aqui para discutir o caminho a tomar quando a estiagem chegar mais uma vez à nossa região.

Neste momento, declaro aberta esta audiência pública.

Passo a palavra, de imediato, ao Deputado Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Boa tarde a todos e a todas.

O Prefeito estava comentando, há pouco, que esta Mesa é um pouco menor do que a da Câmara dos Deputados, mas não menos importante — não é, Vereador Silvio? —, resguardadas as proporções. É uma honra para nós, Vereador Silvio Machado, estarmos aqui em mais uma trincheira do Legislativo brasileiro, um dos Poderes da República.

Ao dar boa tarde a todos e a todas, saúdo o Vereador Silvio Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé; o Prefeito Municipal Luís Eduardo Colombo; o Deputado Federal Afonso Hamm, um parceiro que tem trabalhado conosco nesta Comissão Externa da Câmara dos Deputados, com a tarefa de discutir e debater os temas da seca e da estiagem na Região Sul; o Secretário Extraordinário de Irrigação e Usos Múltiplos da Água, Secretário Rogério Ortiz Porto, que também tem sido um parceiro e tem acompanhado todas as nossas audiências públicas, contribuindo com o debate; a Sra. Isabel Aydos, Diretora do DAEB, Departamento de Águas e Esgoto de Bagé; e o Sr. Lindonor Peruzzo, Presidente da ACIBA, Associação Comercial e Industrial de Bagé.

Agradeço a todos a presença, que só vem a engrandecer esta atividade.

Aproveito a oportunidade para saudar também o Major Adriano Bochi, que representa o General Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, que aqui se encontra; o Professor João Paulo Lunelli, que representa o Reitor da URCAMP; todos os integrantes do Governo Municipal e os representantes do Instituto Federal de Educação.

Senhoras e senhores, agora há pouco nós acabamos de testemunhar a assinatura de um importante convênio entre a Prefeitura do Município de Bagé e o nosso Instituto Federal de

Educação, ou seja, as Escolas Técnicas Federais com a Escola Técnica Federal de Bagé. Trata-se de um importante convênio, que prevê a utilização de algumas salas de aula da Escola São Pedro, a partir de agora, para que o novo Instituto Federal de Educação, a Escola Técnica Federal de Bagé, possa entrar em funcionamento a partir de março do próximo ano: um importante ato que dá conta do compromisso da Prefeitura de Bagé e do Governo Federal de fazer com que as Escolas Técnicas Federais do País efetivamente aconteçam e se transformem em realidade. E, sem dúvida nenhuma, Secretário Rogério Porto, uma das principais obras do Governo do Presidente Lula, nesses últimos 5 anos, é a construção das universidades e a efetivação das novas Escolas Técnicas Federais.

A Câmara dos Deputados aprovou e o Presidente Lula sancionou, há cerca de 30 dias, a criação da décima primeira universidade do Governo do Presidente Lula nesses últimos oito anos. É a décima primeira nova universidade! O Rio Grande do Sul já recebeu duas: a nossa UNIPAMPA e essa que foi sancionada pelo Presidente Lula, a Universidade Federal da Fronteira Sul, que eu carinhosamente chamo de Universidade Federal do Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Há dois dados importantes, para que os senhores tenham a dimensão das universidades novas que estão sendo constituídas. O Rio Grande do Sul tinha universidade federal no sul, em Pelotas; tinha universidade federal na região da campanha; tinha universidade federal no centro do Estado, em Santa Maria; tinha a URGs, em Porto Alegre, e não tinha nenhuma universidade federal no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Municípios como Cerro Largo, Erechim, Santo Ângelo, Ijuí e tantos outros do norte, uma parte importante do Estado do Rio Grande do Sul, em pleno século XXI, não tinham nenhuma universidade federal. Pois agora vão ter, com essa proposta apresentada e aprovada pela Câmara e sancionada pelo Presidente Lula.

Mais do que isso, por incrível que pareça, o Estado de Santa Catarina não tinha nenhuma universidade federal fora de Florianópolis. A única universidade federal que existia em Santa Catarina era em Florianópolis. Agora vai ter uma universidade federal com sede em Chapecó, ou seja, a primeira universidade federal fora de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. Só isso já dá a dimensão e a importância desse projeto.

E refiro-me também às Escolas Técnicas Federais. O Presidente Lula vai deixar prontas, concluídas nos seus oito anos de governo, 214 novas Escolas Técnicas Federais. Em 100 anos de ensino profissionalizante no País foram construídas 110 Escolas Técnicas Federais. O Presidente Lula, em oito anos, vai construir 214 Escolas Técnicas Federais: Bagé, Charqueadas, Restinga, em Porto Alegre, Passo Fundo, Erechim, Canoas. São exemplos de alguns Municípios gaúchos que estão recebendo novas Escolas Técnicas Federais neste ano e no próximo ano.

Quero ressaltar isso porque acho um fato importante. Talvez a maior contribuição que o Governo do Presidente Lula esteja dando ao País seja esse investimento na educação. Aliás, o Presidente Lula diz o seguinte: *“Educação não é custo, educação é investimento.”* Nós estamos investindo no Brasil, investindo no País.

Dito isso, vou dar início à nossa audiência pública sobre estiagem no Rio Grande do Sul, sobre a seca no Rio Grande do Sul. Quero, em 1 minuto, explicar a todos os senhores o porquê desta audiência pública.

Alguns podem perguntar: *“Mas por que estamos discutindo seca e estiagem neste momento? O Rio Grande do Sul talvez não tenha tido tanta chuva como teve nesses últimos meses!”* Nós criamos esta Comissão Externa da Estiagem na Câmara dos Deputados durante os meses de abril e maio, quando tivemos a incidência de uma das maiores secas ou estiagens dos últimos anos, porque ela se estendeu, ultrapassou as fronteiras dos meses de fevereiro e março e chegou até o mês de maio. Nós criamos a Comissão para acompanhar e ajudar as mobilizações que os Estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná realizaram para amenizar os efeitos daquela seca.

Eu diria que fomos, naquela oportunidade, extremamente vitoriosos e felizes, porque houve uma bela mobilização: os movimentos sociais saíram às ruas, a agricultura se movimentou, assim como as Prefeituras e os nossos Vereadores. Houve um profundo processo de mobilização, que, acompanhado pela Comissão e pelo nosso Secretário Rogério Porto, conseguiu produzir avanços. São 40 milhões de reais de recursos que vieram para o Estado do Rio Grande do Sul, outros 10 milhões de reais do MDS. Nós conseguimos o rebote das dívidas dos agricultores e nós abrimos uma linha de crédito nova de 2 mil reais por família de agricultor para ajudar na sobrevivência das famílias, em função da estiagem. Enfim, um conjunto de medidas foi aprovado e deliberado naquela oportunidade.

Mas em vez de encerrarmos os trabalhos quando foram obtidos esses recursos, essas soluções, resolvemos manter a Comissão. Por quê? Porque os nossos agricultores, as próprias comunidades, os cidadãos que moram nas cidades em alguma medida estão cansados de conviver com a seca e a estiagem e, ao mesmo tempo, só receberem recursos de forma emergencial ou só enfrentarem o tema quando ele acontece.

Os agricultores, por exemplo, já não suportam mais a quantidade de dívidas que têm acumuladas, jogadas para a frente. É bom às vezes jogarmos uma dívida para pagar dali a um ano, dali a dois anos, mas a dívida não deixa de existir, ela continua lá, continua atormentando a vida dos nossos agricultores.

Portanto, resolvemos manter esta Comissão exatamente para pensar medidas alternativas preventivas para as futuras secas que nós ainda teremos de enfrentar na Região Sul do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul.

Nós fizemos uma audiência pública em Brasília com especialistas, e todos foram categóricos em afirmar que continuaremos convivendo com períodos de muita chuva no Estado do Rio Grande do Sul, mas também com períodos de muita seca. E a seca virá exatamente naquele momento em que as comunidades, em que os nossos agricultores mais precisam, mais necessitam. Mais do que isso, em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, a seca já ultrapassou o limite de prejudicar apenas a agricultura: ela começa a interferir na vida das pessoas. Em Bagé, os senhores têm exemplos disso. Outros municípios do norte, como Erechim, por exemplo, passaram a conviver também com a falta de água para o consumo das

peessoas durante o período da estiagem. Erechim, neste ano, em abril e maio, conviveu, por quase 30 dias, com racionamento de água de 14 horas por dia, ou seja, durante 10 horas tinha água e durante 14 horas não tinha água na cidade de Erechim.

Por isso, resolvemos manter esta Comissão em funcionamento.

O objetivo destas audiências públicas é exatamente recolher ideias, ações, propostas, recolher das lideranças políticas, comunitárias e sindicais informações que possam subsidiar o relatório que nós queremos concluir até a segunda quinzena de dezembro.

A partir de então, Rogério, nós vamos querer a sua presença lá em Brasília, porque, de posse desse relatório, vamos entregá-lo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Vamos entregá-lo também à Casa Civil e ao Presidente Lula, com as sugestões e as ações que a sociedade envolvida com o tema da seca e da estiagem tem para oferecer ao Governo Federal, objetivando evitar e amenizar os efeitos das estiagens no futuro. É óbvio que, antes disso, nós vamos entregar a V.Sa., Secretário Rogério, o fruto desse relatório que nós vamos produzir.

Assim, aqui nós queremos colher as informações, colher as ações que os senhores venham a nos apresentar como propostas e sugestões para esse tema, para combater os efeitos das estiagens sobre o nosso povo e a nossa vida.

Dito isso, quero explicar aos senhores como vai funcionar esta audiência pública.

Primeiro, vamos ouvir o nosso Prefeito Dudu Colombo. Depois disso, se o Secretário Rogério permitir, nós vamos fazer, em cinco minutos, uma pequena apresentação do trabalho até agora realizado pela Comissão — o nosso companheiro Gilmar fará isso. Imediatamente depois, nós passaremos a palavra ao Deputado Afonso Hamm e, na sequência, ao Secretário Rogério, que vai explicar como a Secretaria está pensando esse tema e passar as informações e os dados que tem sobre o tema da seca e da estiagem. Logo após, vamos abrir a palavra para a comunidade, para todos que quiserem usar a palavra. O Gilmar, depois que usar a palavra, fará a inscrição daqueles que quiserem falar.

Indago se podemos proceder dessa forma. *(Pausa.)*

Vou passar a palavra imediatamente ao Prefeito de Bagé, Sr. Luís Eduardo Colombo, conhecido como Dudu Colombo.

O SR. LUÍS EDUARDO COLOMBO - Em primeiro lugar, em nome da Prefeitura Municipal de Bagé, quero saudar a todos e cumprimentar o Presidente da Câmara, Silvio Machado, e os demais Vereadores e Vereadoras.

Saúdo os nossos Deputados Federais Afonso Hamm e Marco Maia, que participam dessa importante Comissão Externa da Câmara dos Deputados.

Cumprimento o Dr. Rogério Porto, Secretário de Estado da Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água; a nossa companheira do Governo municipal, Isabel Aydos, Diretora do DAEB; e o Sr. Lindonor Peruzzo, Presidente da ACIBA.

Cumprimento também pessoas e autoridades que estamos vendo, que vieram participar do evento e que não são de Bagé.

Quero cumprimentar cada cidadão, cada cidadã, cada autoridade do Município, e fazer uma saudação muito especial à imprensa local, que mais uma vez acompanha este importante evento.

Registro, muito rapidamente, manifestação que fizemos hoje pela manhã numa das emissoras de rádio de Bagé. Esta audiência trata centralmente da estiagem. Se observamos aquilo que é a essência do assunto, a água, podemos dizer que cada vez que debatemos o tema estamos debatendo um tema fundamental do passado, de onde viemos, um tema fundamental do presente e um tema fundamental do futuro da humanidade.

Hoje, na emissora, eu dizia que este é um tema atinente à área urbana, à cidade, e à área rural, ao campo. Nós, aqui em Bagé, de uma forma muito destacada, estamos avançando — e temos avançado principalmente nos últimos dias — para resolver pelos próximos 30 anos, no mínimo, o tema do abastecimento de água para a população urbana, por meio da construção da Barragem da Arvorezinha, obra esta já colocada no Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. Isso será feito para resolver o problema da cidade.

Todos nós sabemos, do ponto de vista da saúde pública, qual é o preço que todos nós pagamos pela falta de água. O mesmo raciocínio vale quando pensamos nos prejuízos que temos com a falta de água na área rural, no campo, porque a falta de água na cidade atinge diretamente todos os cidadãos; a falta de água no campo atinge diretamente a economia do nosso Município, que se encontra acentuadamente calcada na produção primária. E para qualquer modalidade que venhamos a pensar de agropecuária é indispensável o elemento água.

Portanto, quero, com isso, registrar a importância que tem a Câmara Federal ao dar um mote diferente para este problema da estiagem, um mote diferenciado do que temos feito até agora, que é nos depararmos com a estiagem como um elemento da natureza, regular, cíclico. Nós, Municípios em geral, declaramos situação de emergência — alguns, situação de calamidade pública — e então corremos em busca dos recursos para resolver este problema.

Quero parabenizar a Comissão Externa da Câmara dos Deputados por estar exatamente percorrendo o Rio Grande do Sul, e hoje a nossa região, para que venhamos a ter efetivas políticas públicas rurais principalmente, para superarmos os efeitos das estiagens que já ocorreram e daquelas estiagens que — sabemos pelos mecanismos científicos — ocorrerão em nossa região, em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso País.

Quero desejar a todos uma boa reunião e agradecer a presença a cada um e a cada uma. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Agradeço ao nosso Prefeito Dudu Colombo.

Quero citar a presença do Prefeito Luiz Carlos Folador, de Candiota, a quem convido para vir compor a Mesa.

Passamos a palavra ao Sr. Gilmar, que fará uma breve apresentação dos trabalhos que foram realizados até agora.

O SR. GILMAR LUIZ PASTÓRIO - Boa tarde, Sr. Presidente. Quero saudar todos os presentes.

Não sei se as pessoas vão conseguir enxergar as apresentações que preparamos. Infelizmente não trouxemos as cópias da nossa apresentação, o que poderia ajudar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta Comissão, além de ser presidida pelo Deputado Federal Marco Maia e composta pelo nosso Deputado de Bagé, Afonso Hamm, também é composta pelos Deputados Darcísio Perondi, Luis Carlos Heinze, Vilson Covatti, Luiz Carlos Busato e Cláudio Diaz, que por motivos de agenda acabaram não tendo possibilidade de estar aqui no dia de hoje.

Nessas imagens estão as reuniões e diligências que ocorreram durante esse processo de discussão que o Deputado Marco Maia apresentou inicialmente.

Dos dias 7 a 9 de maio foram feitas diligências nos Municípios de Erval Seco e Erechim, às quais esses sete Deputados compareceram, para ver, *in loco*, aquele momento crítico que o Estado do Rio Grande do Sul sofria com a longa estiagem que vinha desde o mês de outubro naquela região. Nessa região, receberam várias reivindicações de vários movimentos sociais, em especial da região Amuceleiro, região dos Prefeitos da grande região norte.

Dos dias 12 a 14 de maio construíram, juntos, várias audiências públicas de âmbito nacional. Primeiro os Deputados foram, *in loco*, ver a situação; depois construíram, dentro do Governo, várias audiências públicas: Ministérios da Integração Nacional, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, da Agricultura e Casa Civil. Nessas audiências, levantou-se toda aquela pauta que foi extremamente comentada.

Logo adiante vamos citar algumas conquistas.

No dia 24 de junho, houve na Câmara dos Deputados uma audiência pública com grandes estudiosos — o Sr. Porto estava entre os presentes: Dr. Carlos Antônio Lopes, da Universidade Regional Integrada — URI; Sr. Devanir Garcia dos Santos, da Agência Nacional das Águas — ANA; Sra. Dirce Maria Antunes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Sr. Egon Krakhecke, do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Joel Ghisio, Vice-Presidente da FAMURS, que representa todos os Prefeitos do Rio Grande do Sul; Sr. José Carlos Zukowaki, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sr. Luciano Carvalho, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA; Sra. Maria Inez Resende Cunha, da Secretaria Nacional de Defesa Civil; Sra. Mary Célia Guirado, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS; Sr. Moacyr José Vaz de Souza, da EMBRAPA; Sr. Rogério Ortiz Porto, da Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Sebastião Carneiro, da ANA; Sr. Vitor Kochhann, da URI.

Este mapa está completamente prejudicado. Mostra, nos últimos 15 anos, os locais de maior intensidade das secas. Aquelas partes que deveriam ser vermelhas, mas que estão levemente rosadas, indicam os locais onde as secas têm-se multiplicado ano após ano.

Existem vários programas de âmbito nacional. Vou falar sobre o Programa do Produtor de Água, coordenado pela ANA. Precisamos que esse programa seja integrado nacionalmente.

Vários programas não aparecem, infelizmente, e não vou ter tempo de falar sobre todos, mas eles foram detalhados. Depois poderemos, por *e-mail*, repassar a todos o mote com todo o arcabouço técnico que possuímos na Comissão, para que todos possam ler e fazer as suas observações. Todos poderão enviar contribuições até o final do prazo final desta Comissão, que se dará em novembro deste ano.

Conseguimos algumas conquistas, das quais esta Comissão foi protagonista. Esta Comissão buscou informações e conseguiu obter algumas conquistas. Uma delas, importante, foi a liberação de 40 milhões de reais para os Municípios que tinham decretado estado de emergência. Esse dinheiro já foi repassado para o Governo do Estado. Temos a informação que já está em fase final de licitação, e as 203 retroescavadeiras devem ser entregues até o final deste ano às Prefeituras que serão beneficiadas com esses implementos.

Houve a prorrogação de parcelas do PRONAF, inclusive as relativas à cobertura do seguro.

Com relação à linha de crédito emergencial do MAPA e da MDA, relativa àqueles 2 mil reais, já foram liberados 87 mil contratos, em torno de 174 milhões de reais no Estado do Rio Grande do Sul. E ainda há, na carteira do Banco do Brasil, 27,5 mil contratos, em torno de 55 milhões de reais. Nesta semana recebemos, na Primeira Vice, o Presidente da AFETAG do Rio Grande do Sul, que solicitou à Comissão que dê andamento ao pedido de mais 55 milhões de reais, junto ao Governo, para que a totalidade dos agricultores que foram ao banco, que buscaram a possibilidade de pegar esse dinheiro emprestado do Governo Federal pudessem estar dentro da sua totalidade.

Quanto à venda de milho, a CONAB colocou milho para os animais ao preço de R\$ 16,50, bem abaixo do preço de mercado naquele momento. Já houve o pagamento de 300 milhões do seguro do SIAFI/PRONAF. Até o mês passado foi pago todo esse valor. Quarenta milhões foram para obras e reserva do Ministério de Integração Regional, mais 14,1 milhões — esse dinheiro ainda não saiu. Estão em processo de construção os planos de trabalho para água, açude e cisternas. São 14, 1 milhões junto ao Ministério de Desenvolvimento Social. Esse dinheiro deve sair até o final do ano. Há várias outras medidas emergenciais, vamos enviar depois as informações.

Uma das questões importantes desse processo é que estamos com um relatório em torno de mil páginas, com contribuições. Até chegarmos a Bagé, todas as exposições estão sendo gravadas. É importante que as pessoas se apresentem, pois seus nomes vão ficar registrados nos Anais da Câmara dos Deputados. Todas as contribuições estão sendo degavadas. Vamos fazer um grande relatório e um relatório menor. Nesse relatório menor, vamos trabalhar a possibilidade concreta de alguns dos sete Deputados da Comissão apresentarem projetos, que serão apresentados ao final, para negociarmos com o Governo.

Imaginamos que teremos, por parte do Governo, medida provisória ou projeto de lei. Uma das ideias é que se trabalhe a criação de um fundo nacional de apoio à irrigação. Para isso, o Governo Federal terá que mandar para a Câmara dos Deputados, por meio de medida

provisória ou projeto de lei, a criação desse fundo, para que a Câmara dos Deputados possa trabalhá-lo e transformá-lo num local de apoio a produtos e a serviços necessários à irrigação.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Gilmar. Fez uma brevíssima apresentação do que já foi realizado pela Comissão até agora.

Passamos a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas.

Quero dizer do orgulho, pois a minha trajetória política iniciou exatamente nesta Casa, Deputado Marco Maia, quando Vereador. Também fazíamos a nossa manifestação, quando oportuno, nesta tribuna.

Quero cumprimentar inicialmente o Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé, Silvio Machado; a Vereadora Sonia Leite, que esteve em Brasília e pertence ao meu partido, o Partido Progressista; o Vereador Gustavo Moraes, que é especialista e foi quem, aliás, levantou há muito tempo a relevância e a necessidade da discussão política desse tema, motivo pelo qual quero fazer jus a essa liderança, um Vereador qualificado; o Vereador Ivan Casartelli, que estava conosco; a Vereadora Cláudia Souza, que esteve conosco em Brasília, em nosso Gabinete, no qual a recebemos juntamente com o Prefeito; a Vereadora Téia; e a Vereadora Carmen Vargas.

Os demais Vereadores que não se encontram, quero cumprimentá-los. Faço questão de fazê-lo, até pelo que representa esta Câmara de Vereadores e a presença de todas as Vereadoras e de todos os Vereadores em dois momentos, pois também participaram das discussões lá na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Aliás, Deputado Afonso Hamm, uma das características da Câmara de Vereadores de Bagé é a presença das mulheres, que são a maioria. Elas decidem. Meus parabéns.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - São 6 Vereadoras. Elas decidem. A Vereadora Sônia tem dito isso muito. Queria, fazendo essa saudação, e ainda antes de cumprimentar a Mesa, de uma forma rápida e sucinta, parabenizar a presença das entidades, das representações e de cada um que está aqui colaborando. Por isso, inclusive, não vou me estender, porque o grande objetivo é ouvi-los e procurarmos conhecimento do nosso relatório.

O nosso Presidente, Deputado e colega Marco Maia, nos propiciou, em maio — no auge da estiagem — percorrermos os momentos críticos, inclusive quando se agravava a situação aqui em Bagé, Prefeito Dudu. E há um relato hoje da Defesa Civil extremamente preocupante. O Estado do Rio Grande do Sul tem 281 municípios em situação de emergência reconhecida, com prejuízos de milhões. Isso significa que providências são necessárias. Está aqui o Dr. Rogério Porto. Cumprimento o Governo do Estado por já ter uma política estabelecida para a irrigação e por ter criado, inclusive, a Secretaria. Claro que, pela escassez de recursos, os trâmites e o andamento são muito lentos, mas começam a acontecer.

Olhei alguns dados e queria compartilhá-los apenas para reflexão, até para os demais que vão se manifestar depois. Um dado fala das precipitações. Em Bagé, em 2007, choveu

1.568 milímetros. Em 2008, 1.497 milímetros. Até outubro de 2009, 1.184 milímetros. Nós temos chuvas. O que nós não temos é uma regularidade. E é exatamente isto que ocorre também, a exemplo, de forma mais grave, de forma mais acentuada, nas mais diversas regiões do Rio Grande do Sul.

Agora, isso em um Estado como o nosso, que perde uma safra a cada 5 safras, porque em um ano perde 30%; no outro ano perde 50%. Já perdemos 90% do milho há 3 anos, Prefeito Folador.

E aqui queria ressaltar a presença dos produtores rurais, do Rodrigo Moglia, do Dr. Madeira, do Copette, também de Lavras, e de tantos outros. Não interessa aqui somente quem produz. Interessa o abastecimento de água. Está aqui a Diretora do DAEB. Há um projeto da barragem para 18 milhões de metros cúbicos que amplia em 5 vezes a totalidade da capacidade de armazenagem dinâmica, com a nossa barragem chamada emergencial, a que salva.

E quando nós trabalhamos as políticas relacionadas à água, e dentro do conceito do múltiplo uso das águas, temos que equilibrar o uso e criar as condições de armazenar essa água. Isso vale para a agricultura, isso vale efetivamente aqui para o nosso Município. E os prejuízos pessoais, os prejuízos de investimentos de empreendedores? Está aqui o Presidente Peruzzo. Quantas empresas veem as manchetes negativas de Bagé todos os anos, nos últimos 15 anos, e quando as pessoas perguntam se somos de Bagé, já falam da seca e da estiagem, já falam com pena, lamentando e se solidarizando conosco.

Felizmente, essa página vamos ter que necessariamente virar. Queria dizer também, com toda responsabilidade, quando fomos a Erechim, quando vimos aquela crise, quando fomos a Erval Seco, quando andamos em todo esse Rio Grande, percebemos que há carência de uma política nacional e de uma política também efetiva dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

E para não chover no molhado, para ser prático, eu, durante os primeiros 9 meses como Deputado Federal — ainda não tenho 3 anos de Deputado —, dediquei-me à Relatoria da Lei Nacional de Irrigação. Percorri, em 8 audiências públicas, todo o Brasil. Uma delas foi aqui no nosso Estado do Rio Grande do Sul, realizada com a EMATER, com a presença de vários Prefeitos e de várias entidades. Este Projeto de Lei nº 6.381, que tem um último substitutivo e que não foi alterado, está agora pronto, e é de minha autoria. Fico feliz porque praticamente o primeiro ano de dedicação do Deputado Afonso Hamm foi para constituir uma política para o Brasil e trabalhar nesse tema.

Deputado Marco Maia, meu colega, estamos com o Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, pronto para ir à pauta. Eu fiz o pedido aos Líderes e estamos finalizando para ver até o final do ano quais são os projetos essenciais, possíveis e necessários de serem ainda apreciados. A nossa Comissão já realizou o Fórum das Águas e vários debates, e nós mesmos estamos precisando dessa política nacional de irrigação. Esse projeto, que disciplina a irrigação na agricultura, é de 1979. São 30 anos. Mudou muito a legislação. Inclusive, houve mudança na

Constituição, e hoje nós temos outro tipo de interpretação desses recursos naturais e de quem são as competências. Houve alterações muito grandes.

Então, nós estamos com a proposta absolutamente modernizada, preparando o País para os próximos 20, 30 anos, sem sermos pretensiosos, mas é este o grande objetivo. Eu queria que este projeto, nesta audiência de hoje, de Bagé, e peço ao nosso companheiro Gilmar, fosse incluído, depois que apreciado por todos, porque é um projeto que vai dar solidez à política e às políticas necessárias, em especial à nossa, aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

Ontem, quando retornei de Brasília, fui a Iraí. Estive exatamente naquela região onde já há o projeto e onde estarão, nos próximos dias, chegando os equipamentos que conseguimos, junto ao Ministério da Integração Nacional, para todos os municípios que se habilitaram, de maneira que vai amenizar o sofrimento e estabelecer obras que são necessárias para, conseqüentemente, preparar os municípios para o futuro.

Queria dizer que a Câmara tem 513 Deputados, e nós estarmos aqui em Bagé, com a presença do Deputado Marco Maia e de um conjunto de 6 Parlamentares, é uma satisfação. Fazer parte desta discussão de tamanha importância para o País e de tamanha relevância e preponderância, em especial aqui para Bagé, na condição de Deputado Federal, nos permite exercer, participar e influenciar na construção de políticas. E nesta construção de políticas necessárias, tenho certeza de que este Fórum haverá de trazer contribuições, que nós haveremos de torná-las práticas e colocá-las para gerar as devidas respostas e as devidas melhorias, porque é este o sentido do nosso trabalho.

Por isso, parabeno a todos. Cumprimento os companheiros de Mesa, cumprimento as representações. E o importante, nesta audiência, é o encaminhamento de questionamentos, fundamentalmente, de ideias e de referências, pois é assim que estabelecemos políticas de caráter nacional, que são de nossa competência, da Câmara Federal e, conseqüentemente, políticas também de necessidade, constituídas aqui, na célula, que é o Município, por isso a Câmara de Vereadores e, conseqüentemente, as políticas estaduais. Para isso está aqui o Secretário Porto, que, conseqüentemente, haverá também de fazer as reflexões. Eu tenho mais um compromisso, mas a minha assessoria seguirá aqui.

Estou junto com o nosso Presidente Marco Maia e quero parabenizá-lo, porque nós estamos, sim, constituindo ferramentas para estabelecer, Vereadora Sônia Leite, uma política que não permita mais que o Estado do Rio Grande do Sul perca uma safra cheia, que traz prejuízos não só para os agricultores, produtores, mas para todo o Estado e para o País. Aliás, o País se sustentou nessa crise econômica graças a esta política econômica, que tem como lastro a força da agricultura e da pecuária brasileira e, em especial, da nossa pecuária e agricultura local e do nosso Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Afonso Hamm, por sua contribuição e participação brilhantes mais uma vez.

Passamos, imediatamente, a palavra ao Secretário Rogério Porto, para que possa fazer a sua apresentação.

O SR. ROGÉRIO PORTO - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Prefeito e agradecer a sua acolhida aqui nesta Casa. Não é a primeira vez que eu venho a Bagé, mas é a primeira vez que eu tenho a oportunidade de compartilhar aqui da Câmara de Vereadores.

Quero cumprimentar também o Vereador Sílvio Machado, Presidente da Casa; o Deputado Afonso Hamm, do qual fui, inclusive, colega de trabalho uma certa época, na Comissão Estadual de Planejamento Agrícola; o Deputado Marco Maia, que teve, acho, pela primeira vez, na história do Rio Grande do Sul, a iniciativa de criar uma comissão para discutir um problema que é eterno no Estado. Quando nos reportamos, por exemplo, à cidade de Bagé, um dos motivos pelos quais os espanhóis ou os portugueses perdiam Bagé é porque ficavam cercados. Faltava água e, daí, o que cercava tomava e, quem estava dentro, perdia. Então, é uma história que já vem há alguns séculos e que temos que recordá-la aqui.

Quero cumprimentar a Diretora do DAEB, Isabel Aydos. Inclusive, quero me comprometer publicamente, já na terça-feira, em tentar acelerar o licenciamento ambiental da Barragem da Arvorezinha. Eu já estive lá e coloquei ali o meu dedinho (*Palmas.*). Num determinado momento, a FEPAM discutia se aceitava ou não a metodologia do Estudo do Impacto Ambiental e eu disse: *“Olha, assim como não vivemos para licitar, mas, sim, para construir, não vivemos aqui para estabelecer metodologia, mas, sim, para licenciar, então, vamos licenciar. Isso é uma obra essencial para o município, para a cidade. E vamos deixar de frescura”*.

Quero cumprimentar também o Lindonor Peruzzo, Presidente da ACIBA, o Major Adriano Roque, com quem eu já tive a oportunidade de compartilhar algumas palavras antes desta sessão, e o Professor João Paulo Lunelli.

Vocês devem perceber também, como aconteceu anteriormente, que a exposição fica muito prejudicada pelo fato de haver excesso de luz aqui neste ambiente. Mas quero chamar a atenção de vocês: essas imagens, que são muito pouco nítidas, retratam o quê? Peixes mortos, açudes secos, rios secos, falta de oxigênio na água, denotam um fenômeno que é universal no Rio Grande do Sul, agricultor perdendo safra. É uma sequência que vem repetindo-se ano após ano.

Fala-se muito em aquecimento global e tal, mas esse problema não é de agora, não é fruto sequer da intervenção do homem na natureza. É um fenômeno climático universal. Inclusive existem inúmeros pesquisadores que reivindicam a ideia de que o clima que formou o Pampa gaúcho era mais seco que o clima atual. Portanto, nós estamos, em termos tendenciais de macroclima, melhorando a situação. Ainda assim, é uma situação muito séria, muito problemática.

Há manchetes sistemáticas: *“Seca atinge 80% dos municípios do Rio Grande do Sul (2005)”*; *“Seca deixa 253 cidades do Sul em estado de emergência (2007)”*; *“Rio Grande do Sul. Devido à seca, moradores de Bagé racionam água”*; *“Rio Grande do Sul tem o abril mais seco desde o século XIX”*; *“Seca deixa cidades do Rio Grande do Sul em estado de emergência”*; *“Racionamento recomeça amanhã em Bagé”*; *“Decretada emergência em Bagé”*; *“Municípios do Rio Grande têm pior seca em 80 anos”*.

Vejam só! Essas são as manchetes que sistematicamente a imprensa nos apresenta.

Por que isso acontece? Porque o Estado do Rio Grande do Sul é o mais meridional do Brasil. Consequentemente, ele não recebe a influência do trópico úmido nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março. Então, quando no resto do Brasil está chovendo, aqui está seco. O Rio Grande do Sul é o único produtor importante de grãos do Brasil, que produz cultura de sequeiro no seco. Os outros produzem cultura de sequeiro com chuva! Essa a grande diferença.

Os senhores não podem perceber, porque a imagem não permite, mas, no Rio Grande do Sul, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, chove menos do que no semiárido nordestino. No entanto, lá existe política de combate à seca desde Dom João VI, quando veio de Portugal para cá, fugindo de Napoleão. Aqui temos uma situação pior nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e não temos política específica, mas precisamos começar a batalhar por isso. Acredito que esta Comissão cumpre com essa tarefa.

Quais são os efeitos da seca? Incrível! O primeiro grande impacto é o ambiental. Imaginem que 38% do total da água disponível no globo terrestre, na parte continental da Terra, é de umidade do solo. Aí, implanta-se uma cultura intensiva em cima de um solo que não tem reposição de umidade, porque não há chuva no verão. O que se está fazendo? Está se retirando completamente a umidade do solo, secando o solo a um ponto que é impossível a sobrevivência da microfauna e da microflora. Isso tudo destroi, compacta o solo.

Há alguns agrônomos que ainda dizem que a irrigação promove compactação. Desafio todos os senhores a tentar fazer penetrar uma enxada num solo seco. No entanto, num solo úmido, a enxada penetra — uma enxada, uma pá, uma picareta, enfim, o instrumento que se quer usar. Mas num solo seco nada penetra. É como se fosse madeira; não penetra nada. Então, não é umidade que provoca compactação, mas a ausência dela.

Por outro lado, se existe uma situação de seca, há ausência de produção. Aí, há perdas macroeconômicas fantásticas.

Volto à questão do meio ambiente. O incrível é que por tonelada produzida usa-se mais água com cultura de sequeiro do que com a irrigada. Isso é surpreendente! A planta tem necessidades mínimas. Se tu utilizaste a água, mataste a natureza, estiolaste o solo e não tens produção, nem renda, nem alimento por causa da seca, então, tu só ofendeste o meio ambiente. Tu não conseguiste nenhum benefício em ofender o meio ambiente. Aí, tem-se perdas que, em média, no Rio Grande do Sul, vão a 2,42 bilhões de dólares por ano — e são médias dos últimos 37 anos e não dos últimos 5 anos, 3 anos ou do último ano. São dos últimos 37 anos! Nós perdemos 2,4 bilhões de dólares. Imaginem o que isso significa em termos de arrecadação, de bem-estar, de benefício se não tivéssemos tido essa perda!

No ano de 2005, deixaram de circular na economia do Rio Grande do Sul, por perdas em milho e soja, 9 bilhões de dólares. Isso gerou uma situação que poderia ter criado 123 mil desempregos, mas 90% das nossas propriedades se apoiam no trabalho familiar. Não se pode mandar a mulher e os filhos ou a mulher não pode mandar o marido e os filhos embora, porque

não colheu! Significa o quê? Que a família inteira empobrece. Tu não geras o desemprego direto, mas a miséria.

Só o setor metal-mecânico da região de Passo Fundo, Marau, Panambi, Não-Me-Toque gerou 16 mil desempregados por causa da seca de 2005.

Depois, pega-se um agricultor do PRONAF e diz: *“Olha, eu vou te dar um financiamento com juros subsidiados. Então, tu não precisas te preocupar! Tu estás com juros subsidiados”*. Aí o cara planta soja e vem a estiagem. Ele não colhe. O que interessa se os juros são 2% ou 1% se ele não teve renda nenhuma? Ele teria que produzir 300 hectares de soja para pagar um financiamento que vai no máximo a 50 hectares. Então, o que significa? Miséria, pobreza, desesperança. É isso o que significa.

E ele? Se ele tivesse irrigado, ele precisaria produzir 35 hectares. Consequentemente, ele estaria dentro dos limites do PRONAF.

Muito bem. Do ponto de vista microeconômico, um agricultor que produz o sequeiro só tem lucro quando aplica uma tecnologia avançada de sequeiro e quando tem preços máximos incidentes no mercado. Mas em 362 meses de que temos controle de custos e preços, por meio da EMATER, em apenas 14 meses houve preços máximos. Então, ele, em 362 meses, teve 14 meses de lucro e 348 meses de prejuízo, porque, quando o preço é médio ou mínimo, tem-se prejuízo. Com irrigação, tem-se lucro sempre.

Além disso, temos de soja e milho, em ano úmido, uma produtividade 5 vezes maior do que em ano seco, na média do Rio Grande do Sul.

Por fim, em 31 anos de que a CONAB tem controle, o Rio Grande do Sul teve produtividade maior em milho e soja do que os demais Estados produtores, do que a média brasileira, em apenas 1 ano.

Não se esqueçam: o Rio Grande do Sul foi quem introduziu a soja no Brasil e na América Latina. No entanto, nós, em 31 anos, tivemos uma produtividade maior do que a média brasileira em apenas 1 ano. E quando ela é maior, Deputado, é apenas 2% maior; quando ela é menor, é 30%, 40%, 50% menor.

Certa ocasião, o Ministro da Agricultura disse-me: *“Deixem de produzir grãos. Vocês não têm condições de produzir grãos”*. Argumentei: *“Ministro, nós não temos condições de produzir grãos com a tecnologia de sequeiro. Crie uma política de irrigação para o Rio Grande do Sul com recursos federais e estaduais que o Estado vai dar um banho de produção no Brasil; vai encher este País de grãos de novo, de leite, de verduras e frutas”*.

Do ponto de vista de desigualdades regionais. Meu Deus, o Rio Grande do Sul tem duas das 6 regiões deprimidas do País: a metade sul e a fronteira do MERCOSUL. As 14 regiões menos desenvolvidas do Rio Grande do Sul têm um produto *per capita* 50% menor do que as 10 regiões mais desenvolvidas. Se pegássemos a estrutura produtiva das 10 regiões mais desenvolvidas e a colocássemos dentro das 14 menos desenvolvidas, essa diferença baixava para 5%. Mas das 14 regiões menos desenvolvidas 13 têm violento déficit hídrico de verão. Então, não dá para fazê-lo, a não ser que mudemos a matriz.

Muito bem. O que temos de considerar? Primeiro, a condição climática especial do Rio Grande do Sul. Não chove quando estamos produzindo — 95% da nossa agricultura é de verão. A única agricultura que cresce e progride é a do arroz, porque é a única irrigada. O Rio Grande do Sul é especial. A curva de chuva penetra mal e mal em Vacaria e Bom Jesus e vai embora nos meses de verão.

Possuímos duas regiões consideradas deprimidas. Então, que se faça uma política específica para tirá-las do buraco.

Temos abundância de água. A nossa chuva média é de 1.500 milímetros. A média da Espanha é de 600 milímetros. No entanto, nesse país tudo que se produz é irrigado e não se considera que falta água. Aqui falta água? Que bobagem é essa!

Temos extraordinário potencial de crescimento e a irrigação deve ser uma política de Estado e não de governo. Ela tem que ser uma política de Estado. Consequentemente, temos que começar a aplicar recursos federais e estaduais do Rio Grande do Sul, considerando que irrigação é um programa estruturante para o Estado.

Ora, por preceito constitucional, temos que aplicar um mínimo de 50% no Nordeste em irrigação e 20% no Centro-Oeste. Sobram 30%, Deputado, para o Sul e o Sudeste, pois não vamos querer aplicar irrigação na Amazônia. A Amazônia precisa ser preservada. Há um núcleo de Roraima onde os agricultores disputam com os índios o local que mereceria irrigação. Mas é só. O resto, não. É úmido.

Então, Deputado, sobram 30%, mas se aplica no Rio Grande do Sul apenas 0,04%.

A nossa proposta é considerar o Estado como área problemática do ponto de vista climático para a produção de sequeiro. O País tem que considerar isso. Temos de garantir 30% desses recursos federais para Sul e Sudeste e 20% para o Sul, porque os grandes produtores de grãos do Brasil são Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São 20% de verbas para irrigação e dessas 10% têm que vir para o Rio Grande do Sul, onde o problema climático é mais grave.

Uma proposta concreta: estabelecer também um mínimo constitucional. Não temos o mínimo constitucional para a saúde, para a educação? Por que não termos um mínimo constitucional para a produção de alimento? Ou não comemos?

Outro dia alguém me dizia que a produção de energia é importante. A humanidade viveu milênios sem energia elétrica, mas sem alimento não viveu nem 1 dia. Então, vamos priorizar as coisas, como fez a Espanha. Na Espanha, 80% da energia produzida era hidroeleticidade, e hoje corresponde a apenas 18%, porque o resto da água foi destinada à produção de alimentos. Esse país considerou a produção de alimentos mais importante.

Vamos zerar o IPI dos equipamentos de irrigação. Isso é uma decisão federal. Não significa absolutamente nada na arrecadação federal o IPI para equipamentos de irrigação. Mas para o irrigante significa. Vamos criar linhas preferenciais de financiamento para a irrigação.

Estamos fazendo aqui propostas muito objetivas. Qual é o resultado? A água é um fluxo, a principal fonte de água doce são os oceanos. Vai faltar água no dia em que os oceanos secarem. Vamos deixar dessa história de que não se pode usá-la porque vai faltar. Não faltará água. Isso é bobagem, é para nos impedir de desenvolver e crescer. Vamos à água, sim, mas para usá-la temos de fazer uma acumulação.

Temos que considerar de benefício social ou de utilidade pública toda forma de acumulação de água, especialmente no caso do Rio Grande do Sul.

Vamos aproveitar o nosso potencial do uso do solo. Podemos chegar a níveis de produtividade extraordinários. Toda a água que existe na superfície da terra representa apenas 36% do que chove sobre o continente. O que quero fazer? Aproveitar os outros 64% da chuva. Não quero tirar uma gota de água da natureza, não quero tirar uma gota de água dos animais, não quero tirar uma gota de água de Bagé ou de qualquer ser humano. Apenas quero aproveitar a água da chuva. É isso o que precisamos fazer.

Temos um Estado maravilhoso que não tem praticamente um terreno que não seja utilizável. Temos condições de produzir 92 milhões de toneladas de grãos. Os senhores se lembram de quando o Brasil produziu isso? Quando o Turra era Ministro. Isso faz mais de uma década. Pois só o Rio Grande do Sul pode produzir o que o Brasil produzia há 12 anos sem afetar o leite, sem afetar a silvicultura, sem afetar a fruticultura e as demais atividades. Temos potencial para isso e podemos ensinar o Brasil a como prosperar de novo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Agradeço, mais uma vez, ao Secretário de Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul, Rogério Porto.

Dando continuidade, registro a presença do Rodrigo Rocha, do Sindicato Rural de Bagé; do Antônio Carlos, Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense; do Ivan Rodrigues de Almeida, da EMBRAPA; do Rodolfo César, da EMATER do Rio Grande do Sul; da Pâmela Ieda Muniz, da Cáritas Diocesana; do Auri Copetti, Secretário de Agricultura de Lavras do Sul; de Edmundo Pickler, da Câmara de Vereadores de Aceguá; da Carla Rosani Silva Fiori, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, *campus* de Bagé; do Luiz Sérgio Parodes, Secretário de Administração de Bagé; do Clécio Rodrigues, da Comissão de Relações Internacionais; da Luiza Valéria Rodrigues, Secretária de Saúde de Bagé; do Tirso Soares, Secretário Municipal da Fazenda; da Lélia Lemos de Quadros, Coordenadora Municipal da Mulher; e da Magda Flores, Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Bagé.

Vamos dispensar o Secretário Rogério Porto, que tem outra agenda. Rogério, tu vais voltar para Porto Alegre, mas tem compromisso comigo em Santo Ângelo, na segunda-feira.

Obrigado pela presença.

Passamos às intervenções do Plenário. Chamamos para fazer uso da palavra o Sr. Rodrigo Mógli, Vice-Presidente da Associação Rural de Bagé.

O SR. RODRIGO BORBA MÓGLIA - Boa tarde a todos.

Sou engenheiro agrônomo, produtor rural, Vice-Presidente da Associação Rural de Bagé. Inicialmente, esclareço que o nosso Presidente Eduardo Suné não pôde aqui

comparecer porque, na semana passada, esteve extremamente envolvido com a nossa EXPOFEIRA e, esta semana, teve que cuidar de seus afazeres particulares.

Inicialmente, cumprimento o Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Presidente desta Comissão, o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, os demais senhoras e senhores e os Srs. Vereadores. É com satisfação que o nosso sindicato vê a realização desta audiência pública. Debateremos internamente qual posicionamento traríamos para esta reunião. Inicialmente, Sr. Presidente, entendemos que toda e qualquer ação relativa à estiagem se insere em uma política agrícola de longo prazo. É inexistente, pode-se dizer, no nosso País, política agrícola de longo prazo, similar à que existe em países, digamos, sérios e que encaram a atividade agropecuária como uma questão de segurança alimentar e não como uma bandeira política momentânea, o que muitas vezes se tem visto por aí.

Também, em qualquer política relacionada à estiagem, se deve levar em conta — vou me virar para o Secretário de Irrigação — a legislação ambiental. O que acontece atualmente é que a legislação ambiental é extremamente restritiva a qualquer projeto de irrigação. Se qualquer produtor rural quiser fazer um açude, uma barragem, dentro da legislação, tem que passar por 4 secretarias estaduais, 2 órgãos federais e mais alguns órgãos municipais.

O que acontece? Ou se faz dentro da lei, e aí leva 3 anos, 4 anos, e acaba não fazendo, ou se faz à revelia. Essa é a realidade, e nós temos a responsabilidade de trazer aos senhores, que são os legisladores.

Dentro desse mesmo tema da legislação ambiental, Sr. Presidente, vivemos uma situação em que podemos dizer que 99% das propriedades rurais do Brasil encontram-se fora da lei. Foi tema, nesta Casa, proposto pela Vereadora Sônia Leite, da Comissão de Agropecuária, uma audiência pública sobre reserva legal. O que aconteceu? Empurrou-se o tema com a barriga.

As propriedades rurais, é sabido, não possuem suas reservas legais, digamos, averbadas na sua escritura, e isso, segundo legislação aprovada em 2002, pelo então ambientalista Sarney Filho, que fez uma mistura de Amazônia com Rio Grande do Sul, sendo que lá era 50% reserva legal, e resolveu, da noite para o dia, pôr 20% para o Rio Grande do Sul.

E aí, Sr. Presidente, mais uma vez, volta a recorrência de um dos problemas do Brasil: as coisas são decididas por políticos, sem que se ouçam os técnicos.

Vejo técnicos da EMBRAPA, da EMATER, da FEPAGRO. Onde estão esses técnicos? Quem os consultou, para que se faça políticas de irrigação, política agrícola e ambiental? Os técnicos não são consultados. Nós temos uma das instituições de pesquisas mais respeitadas do Brasil, a EMBRAPA. Essa entidade não é ouvida para se formar as políticas.

Não podemos tratar temas sérios de maneira irresponsável. É importante que os legisladores, com responsabilidade, tenham essa visão e que ouçam os técnicos. Por exemplo, no caso da reserva legal, um estudo da EMBRAPA, no Mato Grosso, diz que poderemos perder cerca de 15 bilhões por ano, apenas no Rio Grande do Sul. Apenas no Rio Grande do Sul!

Recentemente, realizamos um evento na EXPOFEIRA, em que foi tratado esse assunto, que é de extrema importância para nós, e está ligado ao tema estiagem.

Igualmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Secretário de Irrigação: irrigação se faz, é possível, temos tecnologia, meios e ambiente. Está aí. Vejam a iluminação de hoje. O Rio Grande do Sul é um dos Estados mais propícios à irrigação. Qual é o problema? A burocracia, para que se faça a captação e a distribuição da água; o custo, para que se faça a captação e a distribuição da água.

E não me refiro apenas ao custo de equipamento, mas também ao da distribuição. Para se distribuir água, necessita-se de energia — ou elétrica ou movida a *diesel*.

Então, dentro de uma política agrícola, essas questões poderiam e deveriam estar contempladas, no nosso entendimento.

Era isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, agradecemos a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Rodrigo Mógli, Vice-Presidente da Associação Rural de Bagé, pela contribuição a esta Comissão.

Chamamos agora o Prefeito Luiz Carlos Folador, de Candiota, que também faz parte do Fórum Regional de Desenvolvimento, Manejo das Águas e Combate aos Efeitos da Estiagem da região.

O SR. LUIZ CARLOS FOLADOR - Inicialmente, cumprimento e saúdo de maneira muito especial o Deputado Marco Maia e toda sua equipe, que estão em nossa região; o Gilmar, do Alto Uruguai, que vem nos ajudar, porque no Alto Uruguai também estão enfrentando o mesmo problema das estiagens.

Cumprimento também o Deputado Afonso Hamm, que por outro compromisso teve de ausentar-se; o Prefeito Dudu e os demais funcionários da Prefeitura Municipal de Bagé, assessores, secretários, o Presidente Sílvio Machado, cumprimento que estendo aos Vereadores, especialmente às Vereadoras de Bagé, que vieram de uma missão muito grande a Brasília, nesta semana.

Estão conosco, Deputado, representantes do nosso Fórum Regional de Desenvolvimento, Manejo das Águas e Combate aos Efeitos da Estiagem, os Vereadores Guilherme Barão Cogo, Reovaldo Rodrigues e Edmundo Pickler, dos municípios vizinhos que nos acompanham. Fazem parte desse Fórum os Municípios de Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Pedras Altas e Pinheiro Machado. Recentemente, deliberamos pela criação de um consórcio público para atuar de forma conjunta.

Então, temos aqui, Deputado, 2 documentos para entregá-lo. Estamos trabalhando um deles no Ministério da Integração Nacional. Trata-se de solicitação de recursos para fazermos um estudo da Bacia do Rio Jaguarão, por meio do Ministério da Integração Nacional, a fim de, através desse levantamento técnico, identificarmos quais são as intervenções a serem feitas, para convivemos de forma racional com o problema das estiagens, mas de maneira técnica:

se é construção de barragem, de poços artesianos, enfim, toda a parte técnica a ser desenvolvida no âmbito da Bacia do Rio Jaguarão.

O Secretário Rogério Porto, que fez essa bela apresentação, já nos disse que no inverno chove muito bem e no período do verão há as estiagens. Então, na semana passada, estivemos conversando com o Ministério da Integração Nacional; fomos deixar o documento.

Se possível, Deputado, encaminhar um ofício ao Ministro Geddel Vieira Lima para identificar nessa proposta uma das prioridades, porque nós não fomos lá para pedir recursos para construir poço artesiano, pequenos açudes, mas sim recursos para que se façam estudos técnicos e depois a maneira correta de investir o recurso público.

Fora isso, temos outro documento, que encaminhamos por intermédio do Deputado Beto Albuquerque, coordenador da bancada gaúcha, solicitando recursos dos Deputados Federais, em apoio a esse consórcio dos 5 municípios, para investirmos na bacia leiteira. São todos municípios com produção primária; assentamento da reforma agrária, com potencial muito grande na produção leiteira.

Por isso, essa solicitação no valor de 250 mil reais que estamos fazendo a cada um dos Deputados Federais, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Se possível — sabemos que os Deputados têm seus compromissos de emendas parlamentares e não conseguem atender a todos os compromissos — uma gestão junto ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para que possa apoiar o projeto sobre aquisição de equipamentos e fortalecimento da bacia leiteira.

O que é bacia leiteira? É a carteira assinada do agricultor, porque quem trabalha na cidade tem carteira assinada e recebe todos os meses. Para o produtor rural, a bacia leiteira significa que todo mês, fruto da produção, ele tenha uma receita. Esse é um projeto que irá, com certeza, dar sustentabilidade à produção primária.

Os municípios já estão fazendo a sua parte, colocando patrulhas agrícolas, equipamentos, para melhorar a bacia leiteira e a produção primária.

Meu muito obrigado.

Agradeço a presença a todos que estão nesta tão importante audiência pública.

Tenho certeza, Presidente, de que é a primeira vez que se faz, em nossa região, um debate tão correto, técnico, com propostas que, com certeza, vão viabilizar a nossa região. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Pois não. Muito obrigado ao Prefeito Folador, de Candiota, pela contribuição.

Com a palavra o próximo inscrito, Sr. Emílio Caetano Martins, da União Bageense de Associações de Moradores.

O SR. EMÍLIO CAETANO MARTINS - Boa tarde às senhoras, aos senhores, à Mesa, às autoridades, aos Presidentes das Associações Comunitárias de Bagé. Naturalmente, eu, como Presidente da União Bageense de Associações de Moradores, vim também compartilhar desta urgência pública.

Queremos dizer às senhoras e aos senhores que é de suma importância o tema da água, fundamental na vida do cidadão brasileiro. Nós, que somos dos bairros de Bagé e responsáveis por 75 bairros da nossa cidade, viemos dizer aos senhores e às senhoras que é uma calamidade pública, muitas vezes, enfrentarmos a falta da água por causa da estiagem. Mas também temos algumas ideias para dizer aos amigos e trazer a esta comissão dos Srs. Deputados que estão trabalhando.

Acredito que no Brasil inteiro, senhoras e senhores, teremos de fazer as cisternas, como se faz em conjuntos habitacionais, escolas, creches, postos de saúde e outros edifícios. Para que isso, senhores? Para apartarmos água da chuva. Essa água é fundamental. Alguém vai dizer: *“Mas não dá para beber essa água”*. Mas para limpeza ela serve e poupa a água tratada, a água que o DAEB e outros órgãos, como a CORSAN, também tratam. Isso serve para economizar, e economizar muito, porque cada casa que tiver uma cisterna, ou até na campanha, os senhores podem ter certeza de que muito se economizará. Tenho uma experiência muito grande nisso, na prática, porque o meu pai era açudeiro. Fizemos muitos açudes no Brasil e no Uruguai. Hoje o meu pai está com 85 anos, e nós conversamos muito sobre essa questão. Naturalmente, hoje, com a tecnologia avançada, usa-se muito a retroescavadeira, usa-se muito o trator, mas, antigamente, usávamos a mariposa, e era feito com boi — 4, 5, 6 juntas de boi trabalhando. Isso, nas estâncias. Na campanha nós fazíamos muito isso. E não me arrependo de nada que fiz.

Hoje estou aposentado e moro na cidade. Mas dou a minha contribuição dentro da área comunitária para os bairros e também na campanha, porque sou um homem da campanha, criei-me no meio rural e entendo um pouco dessa questão.

Mas venho aqui trazer toda a nossa contribuição e dizer que, daqui para frente, quando forem construir, não deixem de fazer a cisterna, por mais humilde que seja. Faça a cisterna para apartar água para a limpeza da sua casa e poupar a água tratada.

Era esta a minha contribuição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Sr. Emílio Caetano Martins, da União Bageense das Associações de Moradores.

Não temos mais nenhuma inscrição. Eu pergunto se no plenário há mais alguém que gostaria de fazer uso da palavra.

Pois não, companheiro.

O SR. NAYLOR PEREZ - Boa tarde, componentes da Mesa, Vereadores, todos os presentes. Sou pesquisador da EMBRAPA Pecuária Sul, neste momento represento nosso Diretor, Roberto Collares, que, por agenda prévia, não pôde estar presente.

Algumas observações técnicas foram feitas com relação a essa peculiaridade do nosso clima. Reforço que estamos vindo numa evolução, porque o clima passado determinou, em grande parte, a nossa vegetação, mais seco e mais frio do que na atualidade. Com os modelos de aquecimento global, tenderão a agravar ainda mais essa situação de estiagem durante o período de verão. Ao passo que há um excedente de água, não pela distribuição de chuva

durante o inverno, mas sim pela menor evaporação, que é passível de ser armazenada e trabalhada para isso, dadas as condições técnicas e de financiamento aos produtores.

Por outro lado, ressalto que na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em Bagé, desenvolvemos justamente um centro de pesquisa temático que utiliza essa vegetação natural, que está adaptada a essa situação climática, que evoluiu durante muitos anos sob esse regime climático e que, por sua vez, integrada à agricultura, a chamada integração lavoura/pecuária, mostra que é possível ao agricultor, adotando essas práticas, poder superar esses períodos de adversidade com maior tranquilidade do que quando só trabalhando em uma atividade. Então, isso responde à seguinte questão: uma pessoa que hoje planta soja na região, que abaixo de 20 sacos está tendo prejuízo, que tem de pagar para trabalhar — é com 32 a nossa média de trabalho —, ao se integrar com uma atividade estável, com a pecuária bem planejada, consegue ter o resultado positivo, até colhendo menos de 10 sacos por hectare? Então, essas estratégias a EMBRAPA vem trabalhando.

Gostaria de colocar a necessidade de se fomentarem, além das práticas de irrigação, tão bem abordadas aqui pelo Secretário Rogério, as atividades de integração entre lavoura e pecuária. Então, é preciso criar os mecanismos fundamentais que hoje impedem que seja exercido esse tipo de sistema, em função da dicotomia que se criou entre o produtor, o lavoureiro e o pecuarista. Então, são 2 atores convivendo na mesma propriedade que não têm o benefício mútuo do sistema. Como elaborar? Aqui, a EMBRAPA se coloca à disposição para ajudar no fomento de uma política que se traduza num financiamento agrícola em que o benefício desse casamento entre a lavoura, uma atividade de risco, porém mais rentável, e uma atividade mais estável, que é a pecuária e que garante uma estabilidade melhor nesses períodos de crise, possa ser efetivado e possa ser levado para o produtor.

A partir disso, temos trabalhado na questão de cultivares mais adaptadas à seca. Isso, dentro de poucos anos para a nossa região. A EMBRAPA Pecuária Sul, que tradicionalmente trabalha com pecuária, vem agora se ocupando desses temas, justamente para buscar essas variedades mais adaptadas para esse nosso período de déficit hídrico. Então, colocamo-nos à disposição, como já disse o Vice-Presidente do Sindicato Rural, para colaborar no que pudermos na elaboração de políticas públicas que viabilizem a integração lavoura e pecuária na sua plenitude, o que traria grandes benefícios, com custo bastante baixo.

Era a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Sr. Naylor Perez pela contribuição. Aliás, a EMBRAPA e a EMATER têm sido nossas parceiras no Estado, participando das atividades e audiências públicas que realizamos tanto aqui quanto em Brasília. Aqui, em todas as audiências, a EMBRAPA e a EMATER têm estado presentes, acompanhado o nosso trabalho e dele participando.

Com a palavra o Vereador Luiz Augusto, o último orador inscrito.

O SR. LUIZ AUGUSTO - Deputado Marco Maia, Prefeito Dudu Colombo, Prefeito Luiz Carlos Folador, de Candiota, é uma satisfação enorme poder usar esta tribuna. Embora já

estejamos nos encaminhando para o final e todos já estejam loucos para ir embora — aliás, nesse caso, às vezes, as pessoas que estão falando não recebem a tenção que deveriam — quero dizer ao Prefeito de Bagé que, hoje, ouvindo a *Rádio Cultura*, verifiquei que V.Exa. recebeu uma crítica por ter visitado o gabinete do Deputado Afonso Hamm. Quero dizer a V.Exa., Prefeito, que seria descortês da sua parte ir a todos os gabinetes e deixar de visitar o gabinete do Deputado Afonso que até há pouco aqui estava. Não concordo com esse tipo de crítica destrutiva.

Quero também dizer ao Deputado Maia que lembrar das duas vezes em que estive em seu gabinete acompanhado do Vereador Silvio me traz muita saudade dos pãezinhos de queijo. Enquanto o aguardávamos, o seu assessor, o Gilmar, nos fez a explanação do projeto que a Comissão está desenvolvendo. É belíssimo. Está de parabéns esta Comissão.

Tenho dito que não temos seca, o que há é falta de vergonha dos nossos administradores. Essa seca, essa falta d'água que estamos passando ocorre simplesmente porque não temos barragem, não temos armazenamento. Temos várias coxilhas e rios, como o Arroio do Tigre, que nasce no Banhado Grande, com enorme quantidade de água, com enorme vazão. A qualquer chuva, o Arroio do Tigre cresce barbaramente e tem condições de abastecer a cidade e até mesmo de irrigar lavouras e aguar o município vizinho.

Por esse projeto em que estão trabalhando para combater a seca no Rio Grande do Sul, os senhores estão de parabéns. Continuem. Quero, porém, pedir aos Deputados Maia e Afonso Hamm, cuja assessoria continua aqui, que encaminhem esse nosso pedido e fiscalizem os projetos. Entreguem 24 milhões ao produtor rural da nossa região para verem se ele não faz 4 barragens. Não podemos nos descuidar do dinheiro público, Deputado Maia. As obras do Governo Federal são todas superfaturadas. E isso é dinheiro do nosso povo! Temos de fiscalizar. Por que para a iniciativa privada sai por menos da metade e para o órgão público extrapolam?

Então, quero pedir a V.Exa. esse carinho e esse cuidado para com o dinheiro do nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado, Vereador Luiz Gustavo — e já vou reservar os pãezinhos de queijo para a próxima vez que V.Exa. for a Brasília.

Aproveito a deixa que me foi dada por suas palavras para dizer da importância de os nossos Vereadores e Prefeitos irem a Brasília levar bons projetos. O Presidente Lula, em todas as oportunidades, reafirma que o Governo Federal tem recursos, a União possui recursos, não falta dinheiro para a saúde, para a infraestrutura, para o transporte, para a educação. Muitas vezes, o que falta são bons projetos e pessoas que tenham vontade política de implementar boas ações e bons projetos.

Por isso é tão importante que os Prefeitos e Vereadores estejam mais presentes em Brasília. Sei que às vezes isso é motivo de crise nos municípios, nas cidades; a própria Câmara de Vereadores não compreende a importância de os Vereadores estarem em Brasília. O bom Vereador, porém, não é aquele que fica apenas encastelado no seu gabinete ou na

Câmara de Vereadores 24 horas discutindo os problemas. Não! É preciso sair, é preciso ir a Brasília, participar, apresentar bons projetos e acompanhar a execução desses projetos, bem como a liberação dos recursos.

É verdade que nós, em Brasília, ajudamos, mas as nossas demandas são muito grandes. Vejam que, só no Rio Grande do Sul, são 497 municípios. Imaginem se tirássemos meio dia para atender à demanda de cada município gaúcho. Ultrapassaríamos o ano e não conseguiríamos atender a todos. Por isso é importante, Prefeitos Dudu e Folador, sua presença em Brasília, discutindo, apresentando e acompanhando os projetos. Como diz o ditado, “*é o olho do dono que engorda o boi*”.

Aliás, o Prefeito Luiz Carlos Folador, que trabalhou muitos anos em Brasília, já no Governo do Presidente Lula, no Ministério da Agricultura, ajudando e assessorando, sabe que muitas vezes, daquela lista de projetos apresentados, os que são encaminhados mais rapidamente são aqueles que o Prefeito acompanha, que leva o Deputado para dar apoio. Esses são liberados com maior rapidez. Por isso a importância de os senhores estarem sempre lá, acompanhados dos Vereadores, fazendo com que os bons projetos sejam encaminhados e liberados.

Agradeço, em nome desta Comissão Externa da Câmara dos Deputados responsável por acompanhar a seca e a estiagem no Rio Grande do Sul, a toda a Mesa, em especial ao Prefeito Dudu Colombo pelo carinho e pela atenção que nos dedicou durante todo o dia de hoje — e, de manhã, estivemos aqui entregando uma placa à Escola Sepet Araju em comemoração ao fato de que Sepet Araju foi considerado, este ano, herói da Pátria brasileira.

Portanto, agradeço a S.Exa. o carinho de nos ter acompanhado durante esta nossa audiência.

Agradeço também à Câmara de Vereadores de Bagé, na figura de seu Presidente, o Vereador Silvio Machado, que nos cedeu o espaço e nos ajudou na convocação, na organização, enfim, em todo o trabalho de articulação desta audiência pública.

Quero dizer ainda que tudo o que foi dito aqui fará parte do relatório final desta Comissão. Os senhores podem ter certeza de que não vamos produzir mais um relatório para ir para cima de uma mesa ou para alguma gaveta ou mesmo apenas para ficar nos Anais da história do nosso País. Vamos produzir um relatório que será entregue a todos os órgãos governamentais e que será um instrumento de cobrança e de fiscalização, para que as ações que propusermos se transformem em realidade, e o povo trabalhador deste Estado e da Região Sul do Brasil não sofra mais com as intempéries e com as secas que têm castigado e diminuído enormemente a capacidade produtiva da nossa agricultura, principalmente a do Estado do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez, obrigado, Vereador Silvio, pelo seu trabalho, obrigado a todas as lideranças presentes.

Antes de encerrar os trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Romeu Lacerda, que, pelo que estou percebendo, deseja se manifestar.

O SR. ROMEU LACERDA - Sr. Presidente da Casa, Vereador Silvio Machado; Exmo. Sr. Prefeito; Sr. Deputado; Sras. e Srs. Vereadores, demais presentes, começo me identificando: meu nome é Romeu Marrero Lacerda; sou Presidente da Associação dos Moradores dos Olhos D'Água e delegado do Plano Diretor.

Aqui estou para fazer um apelo ao Sr. Deputado e ao Sr. Prefeito, em nome da nossa comunidade da zona rural, porque me pediram e eu disse que vinha.

O apelo que faço para os senhores é no sentido de uma revisão nos preços cobrados pelos serviços prestados pela Prefeitura Municipal pelos seus maquinários da patrulha agrícola. Aqui estamos falando em água. Como nós, na zona rural, vamos poder fazer uma horta, plantar uns pés de alface, se não tivermos água?

A nossa Prefeitura, sempre atenta, nos manda um maquinário, mas, vejam bem os senhores, um aposentado que ganha um salário mínimo não pode sequer fazer um açudezinho de poucos metros. Prefeito, o senhor sabe quanto custa uma hora de retroescavadeira ou uma hora de uma caçamba? E, em 5 ou 6 horas, o que se faz? Em 5 ou 6 horas o que faz uma retroescavadeira ou uma caçamba? E para onde vai o dinheiro desse aposentado que tem de pagar adiantado para a Prefeitura para que esse serviço seja feito? Pergunto para o senhor: como ele põe comida na mesa dos seus filhos, da sua família? É verdade ou não é?

Está acontecendo isso. Dinheiro para assentamentos tem à vontade, rola dinheiro, mas, na realidade, a produção em alguns assentamentos... Vejam bem: não sou contra os assentamentos, mas não existe fiscalização, vêm caminhões de dinheiro para os assentamentos, mas a produção é pouquíssima.

Disse agora há pouco um companheiro que o milho está a 16 reais, onde existe milho a 16 reais? Onde se pode comprar uma saca de milho de 60 quilos a 16 reais? Não existe isso. Não é verdade. É um engano.

Então, eu gostaria, Sr. Deputado, Sr. Prefeito, demais senhores, que se fizesse uma revisão nesses cálculos, pois assim não é possível. Como vamos criar os nossos bichos? Como vamos fazer uma lavoura, se não temos água? Acabaram de dizer que, sem água, não se produz nada — e é verdade.

É muito fácil dizer aqui “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”, mas tem de existir uma melhor distribuição de recursos, não é verdade? Beneficiar também o pobre, esse do PRONAF. Será que não existe lá em Brasília um meio de conseguir uma verba para esse cidadão que se enquadra no PRONAF, assim como é feito com outros cidadãos que recebem até 50 cabeças de gado, vacina contra aftosa etc. e tal?

Vejam bem: agora mesmo, para os produtores vacinarem as terneiras contra a brucelose — e essa campanha de vacinação tem de acontecer no Brasil todo e no mundo — têm de pagar pela vacina. Isso é um absurdo! Pois se eles se enquadram no PRONAF, por que não se faz como no caso da febre aftosa, gratuitamente, não é verdade? Não sei para quê, não sei para onde vai esse dinheiro, os 2 ou 3 reais que cobram pela vacina conta a brucelose. Não sei se o Governo não consegue de forma gratuita, como no caso da vacina contra a febre aftosa, para até 50 cabeças.

Então, eu vim aqui fazer um apelo. Não vim aqui para machucar ou criticar ninguém. Estou sendo bem claro: peço, em nome da comunidade rural e de toda a nossa região rural, que se faça uma revisão nisso, porque não é possível. Nós não podemos aguentar isso. Se quisermos fazer um açudezinho, um bebedouro para os nossos animais, o nosso dinheiro vai todo ali, e temos de pagar adiantado à Prefeitura pela retroescavadeira, porque, se não, as máquinas não vão lá.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Sr. Lacerda pela contribuição. Fica para o Prefeito o registro dessa reivindicação.

Agradecendo, mais uma vez, ao Vereador Silvio e ao Prefeito Dudu a atenção e o carinho, damos por encerrada esta audiência da Comissão Externa da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

6.7. Notas taquigráficas da audiência pública no Município de Santo Ângelo

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1951/09	DATA: 26/10/2009
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 16h32min	DURAÇÃO: 2h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h02min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ADOLAR QUEIROZ - Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito do Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul. GILMAR LUIZ PASTÓRIO - Assessor da Comissão. MÁRIO SOARES SILVA - Representante da Secretaria Extraordinária de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul. ADROALDO LOUREIRO - Deputado Estadual/RS. DIOMAR FORMENTON - Secretário Municipal da Agricultura de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul. PEDRO REUS NARDES - Presidente da Associação de Produtores de Soja — APROSOJA. MARIOVANE WEIS - Prefeito de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. ARDI JAEGER - Prefeito de Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul. GILBERTO CORAZZA - Vereador de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul. DIRCEU DORNELLES - Presidente do Sindicato Rural de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. VICTOR REISDORFER - Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões — URI.

SUMÁRIO: Debate sobre problemas decorrentes de estiagem no Estado do Rio Grande do Sul e a elaboração de políticas públicas permanentes de prevenção e combate à seca.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Câmara de Vereadores da cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do

Sul.

O SR. APRESENTADOR - Agradecemos às ilustres autoridades e aos convidados especiais a presença.

Damos início a esta audiência pública da Comissão Externa da Câmara dos Deputados criada para acompanhar a situação da estiagem no Estado do Rio Grande do Sul e buscar soluções concretas e urgentes junto ao Governo Federal.

O objetivo desta audiência pública é debater a situação da estiagem no Estado, colher subsídios para a elaboração de políticas públicas permanentes de prevenção e combate à seca.

Convidamos para integrar a Mesa as seguintes autoridades: Sr. Adolar Queiroz, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Santo Ângelo; Sr. Gilberto Corazza, que representa neste ato a Presidência da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo; Sr. Marco Maia, Deputado Federal, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão Externa sobre a Estiagem no Rio Grande do Sul; Sr. Deputado Estadual Adroaldo Loureiro; Sr. Pedro Nardes, Presidente da APROSOJA-RS; Sr. Diomar Lino Formenton, Secretário Municipal de Agricultura e Presidente do Conselho Regional de Secretários Municipais de Agricultura das Missões; Sr. Mariovane Weis, Prefeito do Município de São Borja.

Registramos a presença de representações dos COREDEs de Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Celeiro, Vale do Jaguari, Médio e Alto Uruguai; Srs. Prefeitos da região que integram a Associação dos Municípios das Missões; Srs. Vereadores; Secretários Municipais; senhores produtores rurais; representantes de cooperativas; comunidade e imprensa; demais integrantes de entidades governamentais e não-governamentais.

Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública.

Neste momento, ouviremos o pronunciamento do Sr. Adolar Queiroz, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Santo Ângelo.

O SR. ADOLAR QUEIROZ - Boa tarde a todos.

Cumprimento as autoridades que compõe a Mesa. É uma honra receber aqui o Vice-Presidente da Câmara Federal, nosso Deputado Marco Maia, para tratar de tema superimportante.

Aproveito a oportunidade para agradecer a Marcos Maia, pois hoje tive a oportunidade de receber de suas mãos um decreto que torna Sepé Tiaraju, nosso herói missioneiro, herói rio-grandense, oficialmente herói nacional. Esse é um momento de alegria, de satisfação, pela valorização desse grande herói, que deixou sua marca na região das Missões.

Quero também cumprimentar o nosso Deputado Adroaldo Loureiro, Líder da nossa bancada, Vice-Presidente do nosso partido, representante de toda essa região e produtor rural. É também autor da importante Lei nº 344, denominada Lei Sepé Tiaraju, valorizando esse grande guerreiro.

Cumprimento ainda o Presidente da Câmara Municipal de Santo Ângelo, representada pelo Vereador Gilberto Corazza; o nosso Prefeito de São Borja, Mariovane Weis, grande amigo, por intermédio de quem cumprimento os demais Prefeitos aqui presentes; o nosso Secretário da Agricultura, Diomar Formenton; o Sr. Reus Nardes, representante da APROSOJA, uma associação importante que está envolvida neste debate; e os senhores e as senhoras que estão debatendo nesta, parece-me, quinta reunião realizada no Estado do Rio Grande do Sul, uma iniciativa do nobre Deputado Marco Maia, que visa minimizar os problemas sérios de estiagem e seca no Estado do Rio Grande do Sul.

Nós, particularmente, aproveitamos este momento para fazer um pedido ao Deputado e a todas as autoridades que tratam do assunto. Evidentemente, temos que buscar no Governo Federal, no Governo Estadual soluções para esse grande problema da estiagem. Mas nós temos também que — isto é fundamental, é o eixo do debate — buscar a prevenção, visto que, com certeza em 7 anos, 8 anos, se dará a seca no Estado do Rio Grande do Sul. Então, temos que nos prevenir, para que não ocorram problemas mais sérios em decorrência da estiagem.

Desejo a todos uma boa estada, em nome do Prefeito Eduardo Loureiro, que está em viagem para o exterior, por isso não pode estar aqui. A Prefeitura de Santo Ângelo e a nossa universidade, a URI, estão envolvidos nesse projeto tão importante, através do nosso Secretário Estevão Moor e de Victor Reisdorfer, que representa a nossa universidade e pertence à nossa administração. Todos nós, no solo gaúcho, temos nos últimos anos, infelizmente, sofrido cada vez mais com o problema da estiagem.

Um bom encontro a todos é o que desejo em nome da nossa administração municipal. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR - Este cerimonial convida a integrar a Mesa o Sr. Mário Soares Silva, Subsecretário da Secretaria de Irrigação e Usos Múltiplos da Água do Estado do Rio Grande do Sul.

Fará uso da palavra o Sr. Marco Maia, Deputado Federal, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão Externa sobre a Estiagem no Rio Grande do Sul, que, a partir deste momento, conduzirá esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Boa tarde a todos.

Faço uma saudação a toda a Mesa, na figura do nosso Vice-Prefeito Adolar Queiroz, que está no exercício do cargo de Prefeito de Santo Ângelo.

Não vou fazer aqui nenhum discurso sobre o tema da seca e da estiagem, porque não é essa a nossa intenção no dia de hoje. Ao contrário, a nossa intenção é ouvir acerca desse tema todas as nossas lideranças, a nossa comunidade.

Nós constituímos, em maio deste ano, Comissão Externa da Câmara dos Deputados com o intuito de acompanhar todas as ações que foram desenvolvidas, naquela oportunidade, sobre o tema da seca e da estiagem na Região Sul.

Todos devem se recordar de que aconteceu neste ano um fato peculiar: a seca se estendeu mais do que aquilo que tradicionalmente ocorre em nosso Estado. Realizamos uma luta junto com as entidades, os nossos Prefeitos, Vereadores, com as lideranças ligadas à área

de agricultura, luta que surtiu efeitos emergenciais. Ações foram desencadeadas a partir daquele momento, mas, logo depois de passada a estiagem, após as medidas anunciadas, continuamos o trabalho e sentimos a necessidade de manter esta Comissão Externa da Câmara dos Deputados atuando, exatamente porque todas as previsões e análises feitas pelos nossos especialistas de tempo, por aquelas pessoas que se dedicam a estudar o clima, pelas nossas universidades, pela EMBRAPA, pela EMATER e pelos técnicos e especialistas nessa área dão conta de que nós teremos no futuro a incidência de secas tão fortes ou iguais às que assistimos durante este ano no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do País.

Fizemos a opção de manter acesa a Comissão Externa exatamente com o intuito de discutir e debater não ações emergenciais, mas ações, medidas e propostas que possam servir de subsídios ao Governo Federal, ao Governo Estadual e aos Prefeitos para amenizar os efeitos das próximas secas que, sem dúvida nenhuma, teremos que enfrentar nos próximos anos.

Alguns até me perguntam lá em Brasília, quando digo que estou vindo aqui para o Rio Grande do Sul para tratar do tema da estiagem, se não estamos fazendo chover no molhado. De um lado, costumam dizer: *“Olha, Marco, isto vai acontecer sempre”*. De outro, costumam estranhar, porque o Estado do Rio Grande do Sul neste momento vive uma situação de muita chuva — algumas regiões, inclusive, com enchentes. Mas o que eu tenho afirmado é que exatamente neste momento, em que temos a incidência de chuvas, em que temos a situação de não seca, devemos nos debruçar e debater as futuras secas que teremos que enfrentar. A composição, a articulação de medidas preventivas precisam se dar neste momento. É agora que precisamos estar alertas, atentos. É neste momento que precisamos discutir as medidas necessárias para, posteriormente, enfrentarmos o tema da estiagem.

Comunico que está chegando aqui o nosso Deputado Luis Carlos Heinze, que é membro desta Comissão Externa. Solicito a S.Exa. que venha aqui à frente, para fazer parte da Mesa. *(Palmas.)* S.Exa. tem sido um parceiro, um articulador permanente nas audiências públicas. Esta é a sexta audiência pública que realizamos para tratar do tema da estiagem na Região Sul do País.

Dito isso de forma introdutória, Adolar, vou organizar a nossa reunião da seguinte forma: o Gilmar, que assessora a Comissão, fará uma breve apresentação sobre os passos que demos até hoje na Comissão Externa, as ações que já foram desenvolvidas e o que já temos de levantamento, de propostas e de ações; logo após a apresentação do Gilmar, será a vez do Mário, que é o nosso subsecretário — assim podemos chamá-lo. Aliás, faço elogio ao Secretário Rogério Porto, da Secretaria de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul, que tem sido um parceiro, tem estado presente à maioria das audiências públicas — quando não está presente o Gilmar, está o Mário —, que tem disponibilizado a sua assessoria, os técnicos, especialistas da Secretaria para ajudarem a contribuir com esse debate, com esse tema. O Rogério esteve conosco em Bagé, na sexta-feira, mas hoje não pôde estar presente, e está aqui o Mário. Depois do Gilmar, o Mário fará uma apresentação sobre as análises que a Secretaria de Irrigação já tem sobre este tema. Logo depois, abriremos a palavra para as

lideranças que aqui estão, os Deputados que quiserem falar, quem quiser expressar a sua posição, levantar propostas e ações que possam ser incorporadas pela Comissão Externa para serem apresentadas no relatório final.

A nossa intenção é de que, até o final do mês, até a segunda quinzena de novembro, estejamos com o relatório pronto. Depois vamos chamar os Srs. Prefeitos e Vereadores, todos os Ministros relacionados a essa área e os Secretários do Governo do Estado para entregar-lhes o relatório. Depois disso vamos acompanhar o trabalho do Governo Federal e do Governo Estadual, porque não queremos só produzir mais um relatório daqueles que vão para debaixo da mesa, para dentro da gaveta, onde ficam com outros relatórios. Queremos produzir um relatório que possa depois ser cobrada efetivamente dos órgãos públicos a sua execução e a sua efetivação. Esse é o nosso trabalho como Parlamentares, como Deputados que representam a Região Sul, o Estado do Rio Grande do Sul. Queremos produzir um bom relatório, que tenha a característica de depois não ir para debaixo da mesa ou para dentro de uma gaveta e não seja efetivamente executado aquilo que está sendo proposto. Pode ser isso? *(Pausa.)* Podemos trabalhar desta forma? *(Pausa.)*

Passo imediatamente a palavra ao Gilmar, que vai fazer uma breve apresentação em relação ao que já foi realizado pela Comissão até agora. Depois o Mário vai dar continuidade, fazendo a análise a partir do Governo do Estado.

O SR. GILMAR LUIZ PASTÓRIO - Obrigado, Presidente Marco Maia. Em seu nome, saúdo toda a Mesa já constituída. Boa tarde a todos, às mulheres e homens desta terra que estão aqui buscando ajudar esta Comissão e todos nós, discutindo esse tema, que é extremamente importante. Deixem-me eu me colocar num lugar que não atrapalhe a visão da tela.

Esta Comissão é composta de 7 Deputados Federais gaúchos. Além do Deputado Marco Maia, que é o Presidente, e o Deputado Luis Carlos Heinze, que está aqui, ainda são membros desta Comissão os Deputados Afonso Hamm, de Bagé, Darcísio Perondi, Vilson Covatti, Luiz Carlos Busato e Cláudio Diaz. Os 7 Deputados gaúchos que fazem parte da Comissão participaram assiduamente das 6 audiências públicas já realizadas e estarão presentes a outros momentos em que vamos trabalhar aqui.

Esta Comissão, como falou aqui o Presidente Maia, foi instalada no início do mês de maio. Entre os dias 7 e 9 de maio, realizou as duas primeiras audiências públicas. A primeira em Erval Seco, e a segunda no Município de Erechim. Lá ela recebeu muitos documentos, certificou-se de mobilizações dos movimentos sociais e de ocorrências nos municípios. Houve uma série de reivindicações relacionadas àquele momento crítico por que passou essa grande região norte do Estado, com falta de água em alguns municípios, com perdas totais nas lavouras de agricultores familiares. Enfim, uma série de encaminhamentos foram recebidos pela Comissão naquele momento.

A Comissão foi ao interior e visitou *in loco* os lugares mais secos do Estado. Voltando a Brasília, esta Comissão procurou levar aquilo que viu, principalmente na região norte do Estado, para dentro do Governo. Então, do dia 12 ao dia 14, foi realizada uma ampla caravana

de sindicalistas da FETAG, da FETRAF, da Via Campesina, de Prefeitos de todas as regiões dos mais de 200 municípios onde estava decretada a situação de emergência. Naquela época, já eram 176 municípios nessa condição. Depois, até o final da estiagem, já eram duzentos e poucos municípios.

Naquele momento, esta Comissão conseguiu levar essa caravana do Rio Grande para os Ministérios da Integração Nacional, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Social e para a Casa Civil, construindo uma agenda política no sentido de buscar alternativa para aqueles agricultores que estavam sofrendo a estiagem no Rio Grande do Sul naqueles meses de maio e junho.

No dia 24 de junho já tinha começado a chover. Esta Comissão decidiu, então, fazer uma audiência pública em Brasília com os técnicos dos Ministérios. Lá estiveram vários técnicos de universidades. Aqui estão dois técnicos da URI, o Carlos e o Vítor. Eles estiveram lá, junto com o Carlos Antônio Lopes, o Devanir Garcia, da Agência Nacional das Águas — ANA; a Dra. Dirce Maria Antunes, da URGs; o Egon Krakhecke, do Ministério do Meio Ambiente. Além da representação de todos os Prefeitos, estiveram presentes Joel Ghizio, do Município de Mariana Pimentel, que é Presidente da FAMURGS; José Carlos Ziulkoski, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Luciano Marcos de Carvalho, do MAPA; Maria Inez Resende Cunha, da Secretaria Nacional de Defesa Civil; Mary Guirado, do Ministério do Desenvolvimento Social; Moacir Vaz de Souza, da EMBRAPA; Rogério Ortiz Porto, Secretário de Irrigação e Uso Múltiplo de Águas do Rio Grande do Sul; Sebastião Carneiro, da ANA, e Victor Reisdorfer, da URI. Enfim, estiveram presentes estudiosos de 3 universidades do Rio Grande do Sul e o conjunto de membros do Governo que discute a questão do uso da água. Isso nos beneficiou muito.

Então, esta Comissão, os Deputados decidiram vir para cá, a fim de realizar mais 4 audiências públicas no Rio Grande do Sul para buscar todas as informações e, a partir disso, conseguirmos um documento que possa respeitar as diferenças que temos no nosso Estado grandioso. Há diferenças na forma de como a seca interage em cada uma das grandes regiões. Aqui, por exemplo, nas Missões, é muito diferente de onde estávamos na semana passada, nos Pampas Gaúchos. Há diferenças, e precisávamos entendê-las. Esperamos levar hoje para a Comissão, para a elaboração do relatório final, as diferenças existentes e qual a intensidade da estiagem que acontece nessa região das Missões.

Este é um mapa da Defesa Civil. Por incrível que pareça, se colocarmos esse mapa em cima de outro de 15 anos atrás, não vamos ver muita diferença entre os municípios que têm sofrido com a seca nos últimos 15 anos. Esta área rosada inclui Bagé e Aceguá. Se colocássemos 12 mapas, um em cima do outro, pintaríamos poucos municípios a mais do que está pintado neste mapa. Então, as nossas estatísticas mostram, de fato, os locais que a seca tem assolado nos últimos 15 anos.

Ouvimos várias entidades. Já temos um relatório de aproximadamente 1.200 páginas, com sugestões e alternativas. Com essas últimas 3 audiências, juntando toda a documentação, serão em torno de 1.500 a 2.000 páginas. A partir desse documento grande, vamos pincelar,

de lá, como falava aqui o Presidente Marco Maia, todas as alternativas que foram apresentadas pelos técnicos — e aqui estão 2 técnicos que participaram e nos ajudaram muito a compreender a diversidade de como se instalam esses eventos no Estado do Rio Grande do Sul. Queremos construir um documento que apresente projetos nacionais que possam dar vazão às necessidades que temos hoje no Sul ou em qualquer lugar do Brasil.

Temos aqui algumas sugestões feitas, por exemplo, pela EMBRAPA, que inclui questões importantíssimas que precisamos debater: o zoneamento agrícola, os sistemas de conservação e manejo do solo, o processo de melhoramento genético e vegetal. Isso é importante, e o Deputado Luis Carlos Heinze trará o assunto na sua fala. Haverá também o debate sobre a diversificação da matriz produtiva. Enfim, faremos muitos debates. Sei que vocês têm feito isso, principalmente agora, quando essa questão climática torna-se ainda mais premente e precisamos ampliar a discussão.

O Governo Federal tem um conjunto de programas que trabalham em cima da questão da seca no Norte e no Nordeste, principalmente nos 11 Estados que formam o Semiárido nordestino. Não vou falar sobre todos os programas, mas um deles, coordenado pela ANA, é muito importante e se chama Programa Produtor de Água.

Precisamos fazer com que esses programas, que são nacionais e que hoje já têm operacionalidade técnica, possam, como falou aqui o Presidente, incluir essas regiões, principalmente aquela região do mapa gaúcho que apresentamos numa lâmina anterior. Há uma série de programas que já existem para combater a seca e que podem ser realizados de forma permanente.

Acreditamos também que, pelo relatório, não há possibilidade de enfrentarmos esse evento das estiagens sem novos projetos. Precisamos trabalhar novos projetos com a especificidade da nossa Região Sul, em especial do Rio Grande do Sul.

Portanto, queremos chegar ao final desta fase apresentando ao Governo projetos legislativos. A Comissão vai apresentar uma série de projetos no sentido de que se tornem leis, em cima daquilo que se pode legislar, em cima desses eventos que vêm acontecendo nos últimos anos.

Esta Comissão ajudou, juntamente com os Prefeitos e com os movimentos sociais, a obter algumas conquistas. Algumas já foram materializadas; outras estão em processo de materialização. Conseguimos, a partir da intervenção desta Comissão, 40 milhões de reais via medida provisória, que foi dinheiro vindo do Ministério da Integração Nacional; a prorrogação das parcelas do PRONAF, inclusive não cobertas por seguros, que foi importante; 2 linhas de crédito emergencial, uma junto ao MAPA, que era de 5 mil reais para médios produtores, e uma para pequenos agricultores familiares. Até agora já foram liberados em torno de 87,5 mil contratos, algo em torno de 170 milhões de reais. Recebemos esta semana, da FETAG-RS, informações de que ainda precisamos liberar mais 27 mil e 500 contratos que estão na carteira agrícola e a que vamos ter que fazer menção.

A FETAG-RS tem trabalhado muito em cima disso. Estiveram em Brasília o seu Presidente, juntamente com os representantes aqui da região, com o objetivo de que todos os

agricultores que forem em busca de créditos possam ser atendidos. A carteira consta 27 mil e 500 produtores que ainda estão esperando aqueles 2 mil reais de empréstimo.

Quanto aos pagamentos, já foram mais de 300 milhões de reais do SEAF e do PROAGRO Mais, e mais 14,1 milhões de reais na construção e recuperação de cisternas e poços artesianos, que é um dinheiro que as Prefeituras ainda vão acessar junto ao MDS.

Houve outras medidas emergenciais, que são os restos a pagar, além das emendas de bancada. A bancada gaúcha assinou duas emendas, inclusive sancionadas pelo Deputado Vilson Covatti, que foram importantes no sentido de buscar atingir os duzentos e poucos municípios que decretaram estado de emergência.

Há outras alternativas também. Vocês receberam um relatório, e não vou falar sobre todas as que foram apresentadas.

É importante dizer, em cima disso tudo, que esse relatório é muito grande. Depois vamos mandar a íntegra a vocês, para que distribuam tudo aquilo que produzimos. É um relatório de mil e poucas páginas. Obviamente, fica meio difícil de se ler tudo, mas vamos fazer um resumo dele. Talvez, Deputado Marco Maia, seria mais viável fazer uma publicação do resumo de todas aquelas contribuições que vamos condensar a partir do término desta audiência pública. Talvez seja interessante a Comissão produzir um caderno, não com todo o relatório de 1.500 páginas, mas um resumo identificando o problema, que a partir de agora, a partir dessas visitas que fizemos ao longos dos trabalhos, torna-se muito mais identificado. Vamos colocar todas as proposições e alternativas que foram propostas por quase 5 mil agricultores, por Prefeitos, lideranças, Vereadores e cooperativistas, enfim, por todos aqueles que participaram dessas 6 audiências públicas e mais da audiência pública que produzimos em Brasília.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Pois não.

Muito obrigado ao Gilmar, que deu um quadro daquilo que já discutimos até o momento.

Passo a palavra agora ao Dr. Mário, para que possa fazer uma apresentação sobre o tema da estiagem aqui no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da nossa Secretaria Estadual de Irrigação.

O SR. MÁRIO SOARES SILVA - Agradeço-lhe muito, Deputado. Gostaria de saudar o Prefeito Municipal em exercício, os Deputados Adroaldo Loureiro e Luis Carlos Heinze, os demais Secretários e gestores públicos da região. Em nome do Secretário Rogério Porto, que ficou impossibilitado de fazer essa viagem hoje pela manhã, gostaria de também de saudar, muito particularmente, quem está comandando este trabalho da Câmara Federal, que é o Deputado Marco Maia.

Vamos apresentar rapidamente algumas lembranças. Não sei se atrapalho. Vou ficar na mesma posição que o Gilmar ficou, porque assim atrapalho menos.

Vamos começar rapidamente por situações que vocês conhecem e com as quais estamos convivendo há algum tempo.

Com o que estamos convivendo aqui? Segundo o Secretário Rogério, esses dois peixes que estão aí, os dois primeiros, devem ter sido colocados pelo fotógrafo. É muito difícil colocar os peixes nessa posição.

Mas o fato é o seguinte: essa é uma realidade com a qual já estamos nos acostumando. Com o que não estamos acostumados, no Rio Grande do Sul, é reconhecer efetivamente que vivemos num Estado que tem problemas que não são passageiros, são definitivos. Mas não gostamos muito de falar que temos um problema de estiagem. Nós temos, e permanentemente.

Esses tipos de cena, que são fotos extraídas de diversas regiões do Rio Grande do Sul, são verdadeiras. Há pouco tempo, em abril deste ano, tínhamos situações iguais. Em 2005, vivemos uma situação em vez pior. Sabemos, por estudos, que a cada 10 anos temos cerca de 7 anos de estiagem. A regra no Rio Grande do Sul é a estiagem. Quando? Dezembro, janeiro, fevereiro e março — este ano, inclusive, com o acréscimo de abril.

A grande questão é um tipo de manchete com que nos acostumamos: *“Há 253 municípios em emergência.” “Bagé sem água.” “Municípios têm a pior seca em 80 anos.”* Essas manchetes poderiam ser somadas a outras manchetes mais que vamos ter que incorporar ao patrimônio hídrico do Rio Grande do Sul.

A primeira medida do produtor e do gestor público do Rio Grande do Sul é a conscientização de que efetivamente temos problemas com água. Não temos problema com falta d'água. Temos uma falta d'água na época inoportuna. O Rio Grande do Sul tem uma precipitação média de 1.500 milímetros, o que é invejável para grande parte dos países do mundo, só que não tem essa precipitação na hora certa.

Aqui temos um mapa que mostra essa zona, onde se vê um amarelo quase laranja. Se pegarmos fevereiro, março e aquilo que está um pouco perdido aqui, vamos ver que se repete sempre essa situação. Essa parte está permanentemente prejudicada.

Quando olhamos esses mapas e os comparamos, por exemplo, com o mapa nordestino, com o Semiárido nordestino, constatamos que o Rio Grande do Sul tem exatamente uma situação em dezembro, janeiro e fevereiro igual ou pior do que essa região nordestina. E não é de agora. Isso acontece há muitos anos. O Estado está apenas conservando essa condição.

O que essas secas têm produzido? Com o que vocês estão convivendo? Temos um grande impacto ambiental. Notem bem, existe um problema que depois vamos mostrar rapidamente num mapa. Estamos simplesmente tirando toda a umidade do solo. No momento em que deixamos sair toda a umidade do solo, que corresponde a 36% da água que temos, simplesmente liquidamos com tudo na área ambiental. No momento em que suportamos uma seca e tiramos os 36% de umidade, estamos liquidando tudo: plantas, animais, fauna, etc. Temos grandes perdas macroeconômicas.

A região aqui sabe disso. Próximo daqui, no Noroeste Colonial, sabe-se muito bem disso. O ano de 2005 deixou um déficit fantástico na indústria metal-mecânica, deixou 16 mil desempregados só no primeiro momento. Temos insolvência da produção familiar. Só não

tivemos maior desemprego no Rio Grande do Sul nesses momentos de grandes estiagem porque estivemos calcados na agricultura familiar, e não há possibilidade de o marido dispensar a mulher e o filho do trabalho: *“Olha, a partir de agora vocês estão desempregados, estou demitindo vocês.”* Se pudesse ter feito isso, o número de desempregados no Rio Grande do Sul seria absolutamente fantástico.

O que temos mais? O círculo vicioso da pobreza, ou seja, redução de produtividade e perda de competitividade.

Vamos mostrar a vocês muito rapidamente neste gráfico que, nos últimos 31 anos de história do Rio Grande do Sul, nós, em 2 produtos que somos realmente importantíssimos, a soja e o milho, só conseguimos superar os nossos vizinhos Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso em 1 ano, em 31 anos. Se isso não é perda de competitividade, não sabemos o que é. Nós perdemos sempre. Quando perdemos, realmente perdemos com baixa produção; quando ganhamos — e ganhamos um ano só —, ganhamos com um mínimo acima. Nós sofremos a pressão das desigualdades regionais e uma crise generalizada.

Há uma situação sobre a qual já falei: 38% da água fresca disponível vem da umidade do solo. Daí a fantástica importância, por exemplo, de um trabalho pioneiro nessa região: o plantio direto. Mas, mesmo assim, se chegarmos ao estado de absoluta insalubridade, de depressão absoluta, nós perdemos tudo, porque teremos que recuperar aquilo que aparenta e que não estamos vendo.

Vemos aqui as perdas do Rio Grande do Sul. Quando falamos desses números, sempre há um ar de dúvidas. Nós deixamos de produzir 1 bilhão de dólares por ano de soja e 1 bilhão de dólares por ano de milho. Somando-se isso — os Deputados que trabalham muito com isso sabem —, o que seriam 2 bilhões de dólares a mais em nossa economia? Mudaria muita coisa. E temos esse constante problema. Essa é a condição.

Pegamos o milho como referência. Existem os anos úmidos e os anos secos. Como é que a produção de milho e de soja se comporta nas regiões brasileiras, nas nossas regiões? Na verdade, quando estamos bem, não estamos tão bem assim. A mesma coisa aqui com relação à produtividade média do Rio Grande do Sul — citei há pouco a do Brasil. Vejam bem, quando o Rio Grande do Sul está abaixo, está hiperabaixo.

O Ministro da Agricultura, num encontro que teve com o Secretário Rogério Porto, fez uma observação que causou revolta num primeiro momento, mas depois muita reflexão. Ele disse o seguinte: *“Olha, vocês não estão produzindo mais nada, vocês saíram do mercado. O que vocês estão produzindo de milho, o que vocês estão produzindo de soja, não é mais o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul desapareceu.”* É claro que a nossa reação foi imediatamente dizer: *“Olha, se nós conseguirmos irrigar a plantação, vamos mudar esse quadro”*. Mas o fato é que, da raiva, do impacto inicial da frase em relação à nossa produção, nasceu, na verdade, a reflexão.

O que gostaríamos de trazer especialmente aos Deputados que compõem esta Comissão? Gostaríamos de mostrar o seguinte. Existe uma situação que estamos admitindo: o Rio Grande do Sul é realmente um Estado que tem boa parte da sua geografia com problemas

concretos. Nós desejamos ser incluídos no Semiárido. É possível? O norte de Minas já está com uma área no Semiárido. Por que o Rio Grande do Sul não tem? Qual a razão pela qual existe uma resistência de alguns técnicos em Brasília de considerar a estiagem do Rio Grande do Sul? A estiagem do Rio Grande do Sul não é ocasional, é permanente. É isso que tem que ser fixado. Não sei por que nós, gestores públicos, também não gostamos de dizer isso. Mas precisamos dizer isso. Nós temos isso marcado.

E mais, quais são as regiões? O Rio Grande do Sul tem 2 áreas importantes: a fronteira do MERCOSUL e a Metade Sul. Centro do quê? Dos grandes problemas. Isso exclui as Missões? Absolutamente. Isso exclui o Noroeste Colonial? Absolutamente. Isso exclui o norte do Estado? Absolutamente. Mas são mais marcadas. Como é que nós podemos desenvolver o Estado? Irrigando as terras.

Por exemplo, no âmbito da Secretaria, as propostas que estamos juntando não são para absolutamente tirar água de A, B ou C. Nós só queremos reservar água, água que vem da chuva. É a única coisa que se desejamos.

Estudo feito sobre o Rio Grande do Sul concluiu que, irrigando só o filé *mignon*, as melhores terras, não o total, chegaríamos a 92 milhões de toneladas de produção, o que o Brasil produzia no final da era do Presidente Fernando Henrique Cardoso — essa era a produção brasileira. O Rio Grande do Sul tem condições, usando irrigação, de produzir isso. Agora, tem que mudar, precisa mudar.

Bom, sobre a abundância de água já sabemos. São 1.500 milímetros em alguns lugares, até mais; falta chuva ali. O potencial de crescimento do Rio Grande do Sul, nós não podemos negar, é o melhor possível. E aqui pedimos uma coisa: que a irrigação seja uma política de estado e não uma política de governo. Queremos mais para a irrigação, porque 50% dos recursos federais para promover a irrigação vão para o Nordeste; 20% para o Centro-Oeste. Só queremos uma parte disso.

Deputado, diretamente, quais seriam as nossas propostas? O Rio Grande do Sul, que produz sequeiro na época da seca, produtos de sequeiro, quer, então, integrar o Semiárido; garantir 30% dos recursos federais destinados à irrigação para o Sul e para o Sudeste — 20% dos Estados, de preferência, do Cone Sul, e a metade desses recursos em condições especiais —; estabelecer um mínimo constitucional para a agricultura irrigada. Acho que é o mínimo que nós precisamos. Temos absoluta convicção de que mudamos o quadro com a agricultura irrigada.

Gostaria de fazer um parêntese sobre uma área extremamente desenvolvida na região. Nós temos um programa conhecido como programa de produção de leite e carne em pasto irrigado. A maior convicção do produtor de leite é que, se ele não tiver irrigação de pastagem, estará condenado, não vai passar da fronteira da sua porteira. Então, estamos vendo que é um caminho que se abre, especialmente no momento em que o Rio Grande do Sul torna-se um polo lácteo importante, um ponto de referência de irrigação. Precisávamos de financiamento interno, sem prejuízo do abastecimento interno. Sobre a experiência governamental de zerar o IPI dos automóveis, em função da própria crise que ameaça o mundo, a experiência que tem

sido feita com a linha branca e a experiência que o Governo já faz com tratores e alimentos, por que não podemos ter uma experiência de IPI zero sobre equipamentos de irrigação? Não alteraria nada, ao contrário, seria um investimento fantástico do Governo, mas absolutamente fantástico, porque o retorno seria excepcional.

Outras medidas são criar linhas de preferência para financiamento; considerar a água como um fluxo; aproveitar excedentes de chuva.

O que pretendemos, pessoal? Sempre é bom mostrar isso, especialmente para alguns apressados, alguns ambientalistas excessivamente preocupados. A Secretaria não tem política danosa. Ninguém pretende mexer nos mananciais hídricos existentes no Rio Grande do Sul, ninguém pretende fazer isso. O que se pretende fazer é apenas pegar a água que chega todos os dias, que chegou neste fim de semana em Santo Ângelo, que estamos devolvendo lentamente para o mar. O que nós temos? Temos um serviço gratuito entregue em todas as regiões do mundo, muito particularmente no Rio Grande do Sul. De onde vem a água? Dos oceanos. O que faz o sol? Evapora e dessaliniza a água. Põe nas nuvens e traz para cá. O que fazemos? Deixamos ir embora, permanentemente. O que queremos? Reservar a água. De que forma? Ou sob a forma de barramento ou sob a forma de microaçudagem. Ou seja, nós não queremos devolver parte da água que nós estamos recebendo graciosamente. Então, pode ser na área de suinocultura e avicultura, sob a forma de cisternas; pode ser na área de produção agrícola, sob a forma de açudagem.

É mais ou menos isto: 36% da água que temos na superfície, tirando toda a área, vem por escoamento superficial, está aí, foi colocada aí.

Esse é o mapa do Rio Grande do Sul em que vamos ver o trabalho que estamos desenvolvendo. Na Metade Sul, a área de várzeas, estamos trabalhando muitos barramentos em algumas áreas, como a Bacia do Rio Santa Maria, onde já temos 2 barramentos em andamento e 2 barragens. Temos mais 14 barragens em andamento. Dividindo-se esse mapa, dessa metade para cá não podemos ter intervenção dessa natureza, não temos escala, não temos recursos para isso, não temos espaço, até porque o preço da terra é outro. E temos que trabalhar aqui.

Para aqueles que gostam de números, vamos mostrar o que se utiliza para se produzirem 92 milhões de toneladas com 3 produtos: o arroz, o milho e a soja. Vocês podem mais ou menos ter uma ideia dos solos utilizados, os solos disponíveis no Rio Grande do Sul, que utiliza 12% deles, mas tem disponibilidade de 16,70% e realmente poderia produzir infinitamente mais.

Pessoal, aqui está o destino das verbas federais para irrigação. Ou seja, o Rio Grande do Sul — é bom que sempre se lembre disso — é o Estado que irriga mais no Brasil em função de um elemento que todos vocês conhecem, que é o arroz. Mas, na verdade, o que nós recebemos — e é isso que pleiteamos, estamos tentando — é 0,04% da verba federal destinada à irrigação. Com essas barragens concluídas, isso vai sofrer uma alteração.

O que propomos, Deputado, Prefeito, é exatamente que comecemos a fazer uma mudança de paradigmas. Nós precisamos mudar, porque senão vamos começar a estagnar. E

o pior: vamos nos acostumar às queixas, a estar sempre nos queixando, sem conseguirmos soluções aos problemas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado ao Dr. Mário pela sua explanação e pela sua contribuição precisa, como sempre.

Terminada sua exposição, Dr. Mário, vamos abrir a palavra para os integrantes da Mesa, para as lideranças que queiram fazer uso da palavra e falar sobre este tema.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual Adroaldo Loureiro.

O SR. ADROALDO LOUREIRO - Cumprimento o Deputado Federal Marco Maia — é uma alegria recebê-lo aqui em Santo Ângelo —, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional e Presidente desta Comissão Externa, que acompanha as questões da estiagem aqui no Rio Grande do Sul. É uma satisfação tê-lo conosco.

Saúdo o Deputado Federal Luiz Carlos Heinze, nosso parceiro de tantas lutas do agronegócio aqui do Rio Grande.

Cumprimento o Queiroz, nosso Prefeito em exercício, que representa aqui o Prefeito Eduardo, que está numa viagem, está no exterior brigando por melhorias para o nosso Município.

Cumprimento o Mário, Subsecretário de Irrigação, nosso parceiro — estivemos juntos em São Luiz Gonzaga há poucos dias tratando de irrigação —, e o Rogério Porto, que esteve aqui em Santo Ângelo durante a FENAMILHO e tem sido nosso parceiro permanente.

Cumprimento aqui o Reus Nardes, o Prefeito Mariovane Weis, de São Borja. Vejo muitos Prefeitos aqui, o Meneghini, o Bigode. Enfim, a nossa região está representada por Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais. Está aqui o Diomar Formenton, Secretário de Santo Ângelo.

Cumprimento o pessoal da URI, nossa universidade, o Victor Reisdorfer, a Câmara, o Corazza está aqui, enfim, dizer da importância que tem um encontro como este que estamos vivenciando hoje aqui para reavivar a memória da nossa realidade, esse diagnóstico perfeito que foi traçado aqui sobre o que vivenciamos em termos de clima na nossa região. Às vezes a gente até esquece. Nós tivemos uma seca de dezembro até abril, uma das maiores que tivemos na nossa região. Agora começou a chover, mas daqui a pouco a gente vai esquecer desse problema, que é permanente. Não se trata de uma coisa que acontece de vez em quando. O Rogério dizia aqui que, a cada 10 safras de verão, nós temos 7 ou 8 estiagens. Essa é a nossa realidade e nós vivemos esse ciclo vicioso. A gente passa por isso, depois esquece; no ano que vem a safra é mais ou menos, e o problema está aí, empobrecendo, cada vez mais, o nosso produtor rural, que perde renda, perde competitividade, fica desestimulado. Muitas vezes, o produtor não sai da sua atividade, Deputado Marco Maia, porque não tem o que fazer; está endividado no banco, está comprometido e tem que continuar fazendo a sua safra, cumprindo a sua sina de produzir os alimentos e as riquezas para o nosso Estado e o nosso País.

Chegou o momento de a gente tomar algumas atitudes que sejam permanentes. Eu acho que nós temos que aproveitar, Deputado Marco Maia, a sua presença aqui, a do Luis Carlos, enfim, das nossas lideranças, para, definitivamente, chamar a atenção do Governo Federal, que tem que olhar com um olhar especial para a nossa região, que tem tanta história, da qual nos orgulhamos, da nossa gente trabalhadora, dos nossos líderes do passado.

V.Exa. teve a sensibilidade de reconhecer o Sepé Tiaraju como um dos heróis brasileiros. Isso é importante, e nos orgulhamos disso aqui. Isso faz a gente sempre repetir o Sepé: essa terra tem dono, tem muita história, tem muito passado. Nós queremos resolver os nossos problemas do presente para construir o nosso futuro.

Precisamos que o Governo olhe para nós, que a Câmara dos Deputados nos ajude a fazer com que esses programas que existem para o Norte, para o Nordeste, o Sul também tenha, como crédito para irrigação, crédito até mesmo subsidiado. Eu ouvi o Rogério falando ali que nós temos impostos nos equipamentos de irrigação. Se o Presidente Lula teve a sensibilidade de tirar o IPI dos veículos — e foi bom, foi importante, ativou a nossa economia, manteve os índices de empregos —, por que não tirar dos equipamentos para irrigação, a fim de baratear o seu custo, ter um financiamento mais longo para que a gente possa adquirir o equipamento e pagar com a produção? Em prazo curto não há como. O nosso produtor está descapitalizado. A gente tem que ter políticas que atendam essa demanda, a questão da seca.

Nós temos outros problemas para discutir, como o do crédito para os pequenos produtores. Há poucos dias entregamos à FETAG, junto com o Diomar... Vinte e sete mil produtores ainda não receberam o crédito emergencial. Aqui na nossa região são em torno de 4 mil. Nós temos a questão do Código Florestal, cujo prazo expira agora em dezembro; a questão das APPs, da reserva legal, que também é uma espada de Dâmocles que está sobre a nossa cabeça. Tem que haver uma solução para esses problemas. O Governo tem de nos ajudar nisso.

Deputado Marco Maia, eu quero aqui me somar aos nossos produtores. Também sou produtor rural, também sou soffredor. A gente vem judiado aí, Mariovane, há muitos anos. Está na hora de sensibilizarmos o Governo.

O Estado está fazendo a sua parte. O Mário veio aqui e mostrou os imensos prejuízos por não termos uma política de irrigação que nos permita conviver com a nossa realidade. Não adianta querermos mudar a realidade. Nós vamos continuar tendo estiagem, seca no verão; vamos ter o mesmo volume de chuvas que nós temos durante o ano. Nós temos o mesmo volume de água caindo, só que nós precisamos guardar quando temos para usar quando for preciso. Para fazer isso, não adianta querermos que o produtor faça um investimento para adquirir equipamento de irrigação, porque ele não tem condições. O Governo tem que ajudar; tem que ter um olhar especial para a nossa região; tem que ter as medidas emergenciais para estiagem, porque ainda está faltando muita coisa que foi encaminhada ao Governo.

Fizemos discussões, debates com Prefeitos, com lideranças da nossa região; fizemos diversas reuniões para tratar dessa questão. É preciso que haja políticas permanentes, que o

Governo nos ajude a continuar sendo a região produtora que sempre fomos, celeiros do Rio Grande, construindo a nossa história do presente, a nossa história do futuro.

Era isso, Deputado Marco Maia. Obrigada pela sua presença e conte com a gente. Aqui na Assembleia Legislativa nós somos parceiros das iniciativas que vêm a beneficiar a nossa região, especialmente a produção primária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Obrigado ao Deputado Estadual Adroaldo Loureiro.

Passamos imediatamente a palavra ao Sr. Diomar Formenton, Secretário Municipal da Agricultura de Santo Ângelo.

O SR. DIOMAR FORMENTON - Nós cumprimentamos o Deputado Marco Maia, a quem agradecemos pela presença. Nós queremos cumprimentar nosso Prefeito em exercício, o Vice-Prefeito Adolar Queiroz; os colegas Estevam, o João Batista, que articularam a vinda do nosso Deputado, juntamente com o Deputado Estadual Adroaldo Loureiro, que representa a nossa região. Cumprimento também o Deputado Luis Carlos Heinze, o Deputado Estadual Adroaldo Loureiro, que trouxe em parte, eu acredito, Deputado, o que nós temos no documento, na entrega da conferência que o senhor participou no dia 16 de outubro; a Prefeitura Municipal, a administração, representantes da Câmara de Vereadores, Gilberto Corazza; representantes da APROSOJA, Sr. Reus Nardes; Secretaria Extraordinária de Irrigação, Dr. Mário — várias vezes já conversamos, já participamos de eventos; Prefeito de São Borja, Sr. Mariosane Weis, a quem cumprimentamos. S.Exa. está com uma equipe aqui, participou também no dia 16, com uma caravana de 12 pessoas de São Borja. Nós cumprimentamos a todos pelo esforço e participação.

Nós estivemos na 2ª FEAGRI, em Missões. Nós estamos neste momento representando o Conselho Regional dos Secretários Municipais da Agricultura. Realizamos a 1ª Conferência Regional da Agricultura Familiar. Vários municípios realizaram as suas conferências municipais, trazendo as propostas, as discussões, envolvendo sindicatos dos trabalhadores rurais, as agricultoras, os agricultores, as lideranças aqui presentes, cooperativas, EMATER, universidades — URI, IESA, UERGS — participaram da discussão. O que nós estamos trazendo aqui, Deputado Marco Maia, é um documento que foi discutido desde 26 de junho deste ano, com conferências municipais, em que tivemos a efetiva participação das nossas agricultoras e dos nossos agricultores. Veio da discussão das famílias rurais, trazendo as propostas. No dia 16, Dia Mundial da Alimentação, um dia muito sugestivo, nós tivemos mais de 250 representantes de lideranças rurais, conselhos agropecuários, as agricultoras, os sindicatos, assistência técnica, todas entidades ligadas ao meio rural, construindo, durante todo o dia, com a presença do Ministro do MDA, Guilherme Cassel, estivemos discutindo. Eu tenho que lembrar aqui o nome do Secretário Adjunto de Agricultura, Sr. Gilmar Tietbohl, que representou o Sr. João Carlos Machado naquela oportunidade. Nós contamos aqui com a presença de duas autoridades da esfera estadual e federal, junto com representantes dos 24 municípios que estavam presentes aqui nessa conferência. Faltou o

representante de um município da nossa região que não teve representação naquele instante. Acredito que foi muito importante.

Em linhas gerais, é solicitação de pesquisa em nossa região. Em relação a todas as questões que foram levantadas aqui, se não houver pesquisas, certamente nós não chegaremos ao que queremos.

Estávamos observando — nós temos a nossa equipe técnica — que, depois de 5, 6 dias de sol, mesmo com toda essa chuva que caiu, o solo, em sua camada superficial já estava muito compactada. Então, temos que ter pesquisas, análises para trazer tecnologias para uso também, além do adubo químico que nós temos, uma doação orgânica que venha a recompor a estrutura desse solo, buscando também a questão de cisternas, que já tem no Governo do Estado, mas que amplie essas propostas.

Preservação ambiental com incentivo do Governo Federal, onde deveremos, sim, preservar o meio ambiente, um compromisso que nós temos, pois não teremos uma agricultura, não teremos alimento se nós não o preservarmos, mas é necessário que os nossos agricultores sejam recompensados pelo trabalho que fazem de preservação do meio ambiente.

Questões de turismo rural, questão do SUASA, questões normativas do SUASA que venham mais ao encontro das possibilidades da agricultura familiar. A ideia é excelente, mas em relação às normativas, eu acredito que nós temos de avançar mais nas discussões para chegarmos realmente nas possibilidades, nas condições de nossos agricultores.

Eu sei que já temos, eu sou da EMATER, que já existem alguns pilotos para o PRONAF Sistêmico, onde os créditos sejam não para culturas, mas para as propriedades, que sejam analisados. Também nessa proposta há cada vez mais a necessidade da assistência técnica presente, muito mais presente do que hoje. E políticas, evidentemente, específicas aqui para a nossa região — o senhor já falou de outras regiões do País de onde devemos trazer propostas para cá. E também o nosso jovem rural. Com as perdas que estamos tendo durante todos esses anos, o jovem, os nossos técnicos estão, cada vez mais, se formando e partindo para outras regiões. Eles são elementos fundamentais para o nosso desenvolvimento, onde são potenciais de conhecimento e, ao invés de produzir em nossa região, estão saindo. É evidente que o êxodo nós sabemos que é geral, mas na nossa região ele está se agravando cada vez mais.

Em linhas gerais, é esse documento que eu lhe entrego. Nós fizemos toda a ata da nossa conferência. Entregamos para o Deputado o trabalho e agradecemos a todos os Secretários de Agricultura da região das Missões, da qual fazem parte. Nós temos alguns presentes aqui, Entre-Ijuís e de outros municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Está entregue.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Pedro Reus Nardes, da APROSOJA.

O SR. PEDRO REUS NARDES - Inicialmente, boa a tarde a todos. Quero parabenizar o Deputado Marcos Maia pela realização desta audiência pública.

Eu acho que a nossa região, realmente, Deputado, juntamente com o Luis Carlos, que é nosso amigo há muitos anos, não tinha acordado para o problema que nós temos.

Praticamente faz 50 anos que nós produzimos soja, milho na nossa região e desbravamos quase todo esse País — muitos saíram daqui e foram para o Centro-Oeste e outras Regiões do Brasil — e esquecemos que nós temos problemas aqui.

Realmente, Deputado, eu fico impressionado, como Presidente da Associação dos Produtores de Soja, com os custos de produção que nós temos aqui. Os prefeitos, como o Prefeito de São Borja e de outros municípios aqui representados, estávamos lá com o Luis Carlos esses dias em Santiago, numa reunião de prefeitos. Os prefeitos se queixavam de questões como a arrecadação e nós, produtores rurais, estamos enfrentado esse problema há mais de 15, 20 anos, agravado agora porque o nosso custo de produção aumentou muito.

Se nós analisarmos os anos 70, 80, quando o nosso custo de produção era em torno de 7, 8, 10 sacas, nós produzíamos naquela época 15, 20 sacos e tínhamos rentabilidade. Hoje a coisa mudou. Nós temos um levantamento aqui de que, no ano 2000, o nosso custo de produção era algo em torno de 13 a 14 sacas e nessa última safra, a soja principalmente, custou em torno de 33 a 34 sacas por hectare, sendo que a média na nossa região não foi essa. Algumas regiões produziram mais. Estou falando somente da cultura da soja, mas temos o problema do milho e de outras atividades.

Acho que nós precisamos acordar, Deputado Marco Maia, para o fato de que o Rio Grande do Sul realmente poderá chegar, como o Mário colocou, por meio da irrigação, a 90 milhões de toneladas. Realmente, nós temos investir na agricultura, porque, do ano 2004 até 2009, Deputado, só a soja teve um aumento de custo de produção... Aumentou o preço da soja em torno de 4% em reais, mas o custo de produção chegou a 56%. São dados que comprovam que o nosso custo de produção tem aumentado muito, e isso não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil inteiro.

O agronegócio brasileiro está indo mal. Quando há 15, 20 dias estávamos na CNA discutindo sobre endividamento, nós verificamos que todas as atividades agrícolas estão indo mal no País.

Eu acho que está faltando neste País uma política agrícola e nós, em nome da associação, queremos deixar aqui uma contribuição para esta audiência pública, deixar com o Deputado uma sugestão da associação, onde falamos em irrigação; em alterar e desburocratizar a questão da irrigação — porque existe uma burocracia muito grande no Rio Grande do Sul; implementar o seguro agrícola, que não existe de fato nesse País; que seja também executada uma política de comercialização que venha a dar rentabilidade ao produtor, além de vários itens, Deputado. Nós queremos deixar essas sugestões para esta audiência pública, em nome da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul, em suas mãos — o Deputado Luis Carlos Heinze já é conhecedor de algumas atividades que estamos fazendo.

Nós já entramos com uma ação contra uma multinacional — não sei se o senhor é conhecedor, contra a Monsanto. Entramos com uma ação contra essa empresa que vem extorquindo o agricultor gaúcho brasileiro, que nos cobra 2% de *royalties*, o que causa um

impacto final na rentabilidade do produtor de em torno de 17, 18%; há um impacto de 2% sobre o bruto do que nós produzimos.

São várias coisas que, realmente, têm que melhorar para a agricultura brasileira. Nós vamos deixar aqui, com o senhor Deputado, em suas mãos, em nome da Associação dos Produtores de Soja, esse documento para o conhecimento de todos.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

Agradecemos esta oportunidade e gostaríamos que houvesse mais audiências públicas para que tenhamos uma agricultura mais forte nesse País, uma agricultura que realmente valorize o produtor, porque o agricultor está descapitalizado, assim como todos os setores agrícolas. Não podemos falar somente dos produtores de soja, milho, trigo, enfim, mas de todos os setores, porque não existe uma política agrícola neste País condizente com aquele trabalhador. Estão matando a galinha dos ovos de ouro, que são os produtores brasileiros. Não tendo renda, muitos estão abandonando o campo e vão abandonar muito mais. E isso eu acho que nós temos que acordar e realmente valorizar o agricultor.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Pois não. Muito obrigado ao Pedro. É uma satisfação enorme receber esta contribuição nesta audiência.

Passo a palavra ao Prefeito de São Borja, Mariovane Weis.

O SR. MARIOVANE WEIS - Meus cumprimentos aos integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Marco Maia e na do Deputado Adroaldo Loureiro; meus cumprimentos a todos os senhores que fazem parte desta Mesa Diretora dos trabalhos; meus cumprimentos aos participantes. Minha saudação especial aos representantes e à delegação de São Borja.

Para conhecimento de todos, nós viemos de São Borja, a 200 quilômetros de distância, uma delegação de 10 pessoas, composta por Secretários do Município, técnicos, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Presidente do Sindicato Rural, também diretores do Sindicato Rural.

É uma satisfação estarmos aqui, Deputado Marco Maia, para tratarmos desse assunto.

Eu posso falar — depois, o Presidente do Sindicato Rural poderá completar o que estou afirmando — que São Borja, ao invés de outros municípios que tiveram, Dr. Mário, de 3 a 4 meses de seca este ano, teve 7 meses de seca, que começou em outubro e terminou em abril, com uma chuvinha ou outra no mês de março, mas que serviu apenas para apagar o pó. Então, nós consideramos 7 meses de seca. Foi o município que teve o maior prejuízo em função da estiagem no ano de 2009, contabilizado pela Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

Então, o Município de São Borja tem sido atingido com frequência por estiagens muito prolongadas. Porém, a característica do município também favorece outros aspectos. Deputado, São Borja é o Município, ou um dos, que mais possui luminosidade na mesma época do ano em que acontece a estiagem. Então, se nós tivéssemos irrigação, iríamos ter condições de produzir a soja, o milho, qualquer outro produto de lavoura de verão em menor tempo. Eu sei de produtores que têm a intenção de implantar em São Borja empresas, que lá

estão se instalando, justamente para ter o produto mais cedo do que em outras regiões e comercializarem esse produto com preço melhor no início da safra. Por conta da luminosidade maior, o produto se desenvolve em menor espaço de tempo. Porém, precisamos do quê? Precisamos de irrigação.

Outro dado importante com relação à São Borja é que, há 20 anos, nós tínhamos cerca de 3 mil produtores rurais na atividade e 4 cooperativas trabalhando no setor. Hoje, possuímos 2 cooperativas, sendo que uma em estágio de pré-liquidação, em estágio avançado de muitas dívidas, em estágio de fechamento de portas, sendo que, de 4, vai ficar uma em razoável condição financeira, porém sem ainda a sua indústria, que possuía antes muito forte, uma cooperativa do setor do arroz.

Não vimos outra solução a não ser aumentar a irrigação também no setor da coxilha, plantio de soja e de milho irrigado, para voltarmos a ter um maior número de produtores envolvidos na atividade, que hoje chegam a 500. De 3 mil, baixamos para 500 produtores. Com isso, o município perdeu arrecadação, perdeu importância na atividade econômica e não estamos vendo outras alternativas no setor para alavancar a agropecuária a não ser termos mais crédito, mais incentivos para o médio e o grande produtor.

Também esta é uma característica de São Borja e da região: o pequeno produtor já não existe mais, ou existe muito pouco. Restaram aqueles dos assentamentos. O médio e o grande ainda estão lutando, patinando. Muitos produtores quebraram, como o meu pai mesmo — hoje já falecido, que chegou a produzir 3 mil hectares de soja e trigo, faliu na atividade. Todos estão indo para esse caminho se não encontrarmos uma solução rápida para estancarmos este problema.

Não adianta mais empurrar o problema com a barriga ou as dívidas para pagar daqui a 10 ou 20 anos. Um dia vamos ter que pagar. O produtor tem que enxergar a solução dessa dificuldade de pagar as dívidas no médio e no longo prazo. Caso contrário, é mais um outro produtor quebrado, o município, mais uma vez, perde com isso e gerando êxodo rural para os grandes centros urbanos.

Então, essa é a minha contribuição. Creio que o Presidente do Sindicato ou alguns Secretários do Município poderão complementar no decorrer desse debate. Muito obrigado pela oportunidade. O senhor está convidado para ir a São Borja se reunir com a classe produtora e com as entidades do setor para também colher a contribuição do nosso Município.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, Prefeito Mariovane, de São Borja. Já estamos compromissados com V.Exa. de irmos lá ainda durante o mês de novembro para realizarmos uma audiência como esta em São Borja.

Há mais alguém inscrito aqui? *(Pausa.)*

O companheiro lá está levantando o braço. É o Prefeito de Bossoroca. Depois está inscrito também o nosso Vereador Gilberto.

Apresente-se, diga o nome.

O SR. ARDI JAEGER - Boa tarde a todos. Meu nome é Ardi Jaeger, Prefeito de Bossoroca, agropecuarista.

Primeiramente, saúdo o Deputado Marco Maia e os Deputados Luis Carlos, Loureiro, Secretários. Em nome do Prefeito Adolar Queiroz, que não está presente, saúdo a todos os Prefeitos e Secretários.

Estive prestando muita atenção. Eu vou começar pelo Dr. Mário.

Dr. Mário, o senhor falou umas coisas fundamentais. Nós temos 1.500 milímetros/ano, temos 12% da água doce do mundo no Brasil, sendo que ela é só 3%. Se eu não estiver errado, 2% estão nas geleiras, 0,64% no subterrâneo e 0,36% em cima do solo.

Veja bem, o senhor falou algo que eu, como agropecuarista... Há 40 anos, eu migrei para a *buena* terra missioneira de Bossoroca como trabalhador rural. O Luis Carlos Heinze é meu grande amigo e me conhece. Nós não temos grandes produtores, mas sou um dos maiores produtores e sou agropecuarista. Cheguei lá trabalhando dia e noite.

Mas digo o seguinte, Dr. Mário: quanto seria gratificante se nós chegássemos lá, onde o senhor disse, se irrigássemos nossas terras, a 92 milhões de toneladas! Tudo bem. Creio eu que nós temos tecnologia, solos. Nós, gaúchos, temos coragem e vontade de fazer, mas digo-lhe do fundo do coração: ao preço que hoje está uma terra irrigada... Porque eu estou partindo para aquilo, porque ainda tenho os pés no chão. Mas, vejam bem, para cada 1 real financiado, me pediram 2 de garantia de terra de área maior e que estivesse livre. Era 6 mil, está em 5 mil o preço de 1 hectare de área irrigada. Então, é um absurdo. Este é um dos grandes fatores. Em segundo lugar, dos maiores fatores que nós temos hoje não são da porteira para dentro, são da porteira para fora. Porque eu estou colhendo o trigo, meus senhores! Eu sou um entusiasta e nem se quiser querem receber, ficam com 81, 82 de pH a 20, 21 reais.

Será que nós construímos um país ou nós nos conservamos no meio rural — estamos longe, meu caro Dr. Maia e Deputados, que nem rato na gaiola?

No ano passado, eu paguei 17 reais o litro de glifosato e esta semana eu comprei por 6 e 500. Por quê? Porque a América do Sul, com a seca, colheu em torno de 40 milhões de toneladas de grãos a menos. Se eles não nos dessem um melhora para nós curarmos nossa gripe, não seríamos mais produtores e cabaia para ter mercado internacional. O saldo da balança do nosso suor está ali, meus caros Deputados!

Não me levem a mal, mas eu estou falando do fundo do coração e da minha alma, do que eu sinto na pele, do que estou enfrentando. Porque eu não tenho grandes problemas, eu tenho os pés nos chãos, eu faço as coisas com seriedade. Eu tenho produzido 90 sacos ao ano, sem irrigação, com a benção de Deus. Então, digo: o nosso maior problema é a estiagem, mas é da porteira para fora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao nosso Prefeito de Bossoroca.

Com a palavra o Gilberto, Vereador de Santo Ângelo.

O SR. GILBERTO CORAZZA - Saúdo todas as lideranças já nominadas aqui presentes. Pedi para falar porque, daqui a pouquinho, preciso me retirar tendo em vista que haverá sessão do Poder Legislativo.

Deputado Marco Maia, estamos de acordo com a diretriz traçada por esta Comissão Externa de se fixar políticas permanentes para enfrentarmos a estiagem. De fato, o histórico da macrorregião noroeste, especialmente a região missioneira, reiteradas vezes, é do conhecimento de todos nós, urge que se tomem encaminhamentos mais efetivos por parte dos Governos Federal, estadual e, por que não dizer, do municipal.

Não vou entrar no debate de viés mais ideológico, mas ele existe. Evidentemente, chegamos a um patamar hoje de degradação ambiental que é inegável, e isso não é por acaso. Quem não enxerga que degradamos o meio ambiente em consequência do modelo da revolução verde, de desmatarmos as matas ciliares? Só quem não quiser ver. Há pouco conversava com o Vereador Jordão, de Entre-Ijuís, que está presente com sua delegação, o qual me dizia da iniciativa daquele município. Degradamos as matas ciliares de quase toda a nossa região, o que é inaceitável. Não há fiscalização na legislação em vigor. Estamos desmatando no entorno das fontes naturais. Infelizmente também, por equívocos, envalamos banhados vitais para manter o volume de água dos rios e riachos. No meio urbano há muitos problemas por falta de planejamento, Secretário Estevão. Deve haver planejamento conjunto para as áreas urbana e rural.

Deputado Marco Maia, lideranças aqui presentes, acho que temos responsabilidade coletiva nesse tema. O Governo Federal tem políticas importantes, e só não as enxerga quem não quer, seja para o agronegócio, seja para a agricultura familiar. Na região missioneira, em que pese particularidades, 90% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar. Qualquer política pública para gerar impacto efetivo tem de dar prioridade à agricultura familiar em nossa região. Eu acho isso fundamental, e tenho levantado este debate no nosso Poder Legislativo e o pautamos na Conferência Regional. Nos sentimos muito contemplados com o documento que recebemos há pouco das mãos do Secretário Diomar, que sintetiza o debate importante ocorrido no dia 16 aqui no Município de Santo Ângelo.

Eu acho que, da parte dos municípios, enfatizo, que pudéssemos contemplar inclusive nesta audiência um indicativo sobre a necessidade de haver um termo de cooperação conjunta em cada associação regional dos municípios que estabeleça diretrizes e patamares mínimos, seja nos planos diretores de desenvolvimento sustentável, seja nos códigos de obra, em que necessariamente temos de reger, estabelecer que reforma de casa, construção de novas habitações tem de ter reservatório de água através de cisternas ou outros mecanismos. Temos de definir diretrizes claras e efetivas, apontar para o futuro, recompor as matas ciliares, nossos rios e riachos. Esse é nosso dever de casa. Como eu disse, essa competência é dos Governo Federal, Estadual e também Municipal. Os atores devem ter consciência ambiental.

A partir desse termo de cooperação conjunta, que envolve todos os entes, numa política articulada e integrada em cada uma dessas regiões — e eu proponho que conste isso na região das Missões, onde já temos pautado o tema, começaremos a projetar para daqui a

10, 20 anos e iremos nos preparar para nos reconciliar com a natureza, com o meio ambiente enquanto se atacam as medidas de emergência.

Nós temos de pensar o futuro e, repito, nos reconciliar com a natureza; pensar inclusive em outro modelo de agricultura, que aponte a transição do modelo da revolução verde para os princípios da agroecologia; uma agricultura sustentável, que respeite a natureza, que recomponha a fertilidade do solo, diminua a poluição do ar, enfim, todos esses fatores que estão levando a uma verdadeira tragédia, trazendo doenças. Só não vê quem não quer a consequência do uso demasiado dos agrotóxicos, dos venenos, que afeta metade da população. Essa responsabilidade é coletiva. Temos de pensar conjuntamente todos esses compromissos.

Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Mais alguém gostaria de usar a palavra?

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato Rural de São Borja. Por favor, peço que se identifique junto ao microfone.

O SR. DIRCEU DORNELLES - Sou Dirceu Dornelles, Presidente do Sindicato Rural de São Borja.

Saúdo os Deputados Marco Maia e Luis Carlos Heinze, originário da minha cidade de São Borja; o Prefeito Mariovanne Weis e demais componentes da Mesa. Na qualidade de Presidente do Sindicato Rural de São Borja, represento os médios e grandes produtores rurais do Município.

Gostaria que esta Comissão Externa sobre a estiagem, ao mesmo tempo em que contemple medidas para os nossos irmãos pequenos produtores rurais e da agricultura familiar, também contemple médios e grandes produtores rurais, que são geradores de impostos, de empregos, de riquezas e de divisas para nosso País.

É importante que medidas sejam tomadas para que os médios e grandes produtores também sejam contemplados com atividades que façam com que enfrentem todas as dificuldades causadas pelas permanentes estiagens no Rio Grande do Sul. Essas pessoas que aqui estão, como o Deputado Luis Carlos Heinze, o nosso Prefeito, e toda a comitiva de São Borja, mostram que a nossa região tem sido severamente atingida pela estiagem. Então, os médios e grandes produtores rurais pedem que não possamos mais uma vez cair naquela tentativa de excluir os grandes brasileiros produtores de riquezas dessas medidas; que elas possam contemplar a todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado meu companheiro.

Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? Pois não Prof. Victor Reisdorfer, da URI. Depois do professor, vamos passar a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze e vamos nos encaminhar para o final desta audiência.

O SR. VICTOR REISDORFER - Muito obrigado. Boa tarde a todos os presentes, especialmente à Mesa, às nossas autoridades que estão hoje aqui.

Fico muito contente de ver que temos um público realmente interessado em participar dessas discussões sobre um problema que tanto vem atingindo a nossa região no últimos anos.

Queremos dizer que, da parte da universidade, no últimos meses, vimos trabalhando intensamente em um projeto que está sendo desenvolvido numa parceria do SESCOOP com a OCERGS, projeto mentalizado em 2002 pelo nosso Deputado Heinze, que nos trouxe algumas ideias para que pudéssemos ampliar a discussão buscando indicadores fortes e consistentes o suficiente para que pudéssemos redirecionar as nossas atividades produtivas, principalmente considerando essas nossas questões que estão sendo afetadas pela estiagem.

Dentro dos estudos que foram desenvolvidos nos últimos meses, informamos que os diagnósticos levantados muitos vêm ao encontro das afirmações aqui já feitas. Quero dizer também que, como resumo desses estudos, dessas análises que, como disse, são feitas e foram levantadas com a parceria da EMATER, das cooperativas, dos sindicatos, das prefeituras de todas as nossas regiões de 119 municípios de abrangência, de São Borja até Erechim, fizemos um breve resumo de algumas questões que, neste momento, em virtude desta importante audiência que aqui hoje se realiza, acreditamos que seja oportuno o momento para nos manifestar. Gostaria de fazer a sua leitura, com a licença de todos os senhores, para que tomassem conhecimento desses pontos que consideramos importantes e que deveremos levar, sim, em consideração.

Então, primeiro, encaminhamos a V.Exa. — fazendo já a leitura do documento —, na qualidade de coordenador da Comissão Externa a fim de acompanhar a situação da estiagem do Rio Grande do Sul, da Câmara Federal... Então, por ocasião desta audiência pública, realizada aqui na cidade de Santo Ângelo, as seguintes considerações a pleito regional fizemos:

“Considerando que a incidência da estiagem é um fator fundamental na definição do desempenho da economia da região oeste do Estado do Rio Grande do Sul; considerando que o problema é que a estiagem se trata de um evento exógeno e aleatório e, portanto, exige esforço no sentido de minimizar seus efeitos; que os sensíveis efeitos da estiagem sobre a economia da região oeste do Estado, cujos impactos diretos sobre a produção e produtividade no setor primário e nos reflexos imediatos dos demais setores de atividade econômica tem promovido o seguinte: aumento do fluxo migratório para outras regiões do Estado e do País, correspondendo a uma proporção média da população na ordem de 0,5% ao ano, gerando perdas gradativas ao índice de participação do FPM de todos esses nosso Municípios; temos uma taxa de envelhecimento da população 20% maior do que outras regiões do Estado e do País, gerando aumento de

inatividade e perda da capacidade empreendedora; temos também o aumento do êxodo rural a uma taxa superior à média estadual e à média nacional.

Considerando também a perda gradativa de participação da produção regional no PIB do Estado do Rio Grande do Sul, da ordem de 225 milhões a cada ano, gerando perdas gradativas no índice de retorno do ICMS, principal fonte de financiamento dos serviços públicos municipais; considerando a redução de 7% ao ano no número de contratos de financiamento para os produtores rurais e as cooperativas da região; considerando a redução de 12% ano no valor dos contratos de financiamento para os produtores rurais essa proporção corresponde a uma perda anual de concessão de crédito na ordem de 164 milhões de reais.

Enfim, o empobrecimento da população é geral, aumento da depressão regional e, sobretudo, perda da capacidade da reconversão autônoma. Diante disso, encaminha-se o seguinte pleito: a inclusão de emenda constitucional do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluindo as regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul como regiões de clima semiárido, estabelecendo que a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação, 30% nas regiões Sul e Sudeste e 10% destes, pelo menos, para o Rio Grande do Sul, preferencialmente nas regiões mais afetadas pelos efeitos climáticos adversos da estiagem, a exemplo do semiárido nordestino.”

Esse é um dos pontos principais.

“Aprovação urgente e implantação da política nacional de irrigação de acordo com o Projeto de Lei 6.381, de 2005, em tramitação na Câmara Federal.

Criação de um programa regional de irrigação e correção de solo através da gestão de uma medida provisória e/ou encaminhamento de projeto de lei que visa integrar os programas federal, estadual e regional e municipal na difusão das seguintes práticas: ampliação da capacidade de armazenamento de água na zona rural, cisternas, açudes e barragens e ampliação da agricultura irrigada com a água armazenada e manejo de solo que aumente a infiltração e reduza o escoamento superficial de água, especialmente para

as culturas estratégicas regionais, sejam elas consolidadas ou em desenvolvimento ou ainda em expansão em fase inicial de implantação, incluindo, a exemplo, grãos para a produção de biodiesel, atividade leiteira, cana-de-açúcar em produção de etanol e outras.

Criação no âmbito da PNATER e PRONATER, Projeto de Lei 5.665, de 2009, de programa regional de assistência técnica produtiva e de gestão integrada à propriedade, visando o aperfeiçoamento do planejamento da atividade agrícola para adaptação ou reconversão vocacional em função das estiagens recorrentes.

O objetivo é o atendimento aos produtores rurais que atuam especialmente nas culturas estratégicas voltadas à produção de leite e biocombustíveis com o acompanhamento direto e integrado a instituições especializadas na assistência técnica e extensão rural, incluindo as universidades que atuam no ensino, pesquisa e extensão.

Instalação de unidade da EMBRAPA na região oeste do Estado do Rio Grande do Sul. E por proposição daqui se sugere a região de Santo Ângelo, visando a apoiar diretamente a ampliação da pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as atividades relacionadas à produção primária regional como, por exemplo, aperfeiçoamento do zoneamento agrícola, adequação dos sistemas conservacionistas e manejo de solo, melhoramento genético ou vegetal, diversificação da matriz produtiva, desenvolvimento de sistemas agrosilvapastoris adaptados à região oeste do Rio Grande do Sul, desenvolvimento do sistema de produção para culturas produtoras de matéria-prima para agroenergia e biocombustíveis, incluindo mamona, cana-de-açúcar, tungue, sorgo sacarino, pinhão manso, que tem maior tolerância à seca, mandioca, batata doce e girassol, fortalecendo e ampliando as linhas de pesquisa relacionadas ao desenvolvimento de germoplasma com tolerância à seca.

E a criação de programa especial de financiamento para investimento, custeio e comercialização das atividades produtivas primárias e agroindustriais da região oeste do Estado do Rio Grande do Sul, em especial nas culturas estratégicas voltadas à produção de leite e biocombustíveis

com prazo de 20 anos, 3 anos de carência e juros de 2% ao ano.”

Acreditamos que o trabalho desta Comissão, criada no Congresso Nacional, tem sido importantíssimo como interlocutora e de representação junto ao Governo Federal dos anseios e reivindicações da população do Rio Grande do Sul.

Com essa expectativa e com essa ideia em mente de que nós não mais queremos tantos gastos na nossa região, queremos investimentos na nossa região.

Temos mais de 300 milhões por ano apenas do PROAGRO. Temos muitas rolagens de dívida. Acreditamos sinceramente que temos condições de fazer um melhor gerenciamento de recursos na nossa região, sim, para produzir muito mais.

Sabemos que a atividade produtiva, o produto que sai da lavoura é apenas uma parte da estrutura, da cadeia que movimenta a economia do País. Se esta não for forte, todas as demais perecem.

Entendemos que não é somente pelo produto da produção agrícola que é importante que essas medidas sejam tomadas. É importante também que essas medidas sejam tomadas para dar sustentação e desenvolvimento a toda cadeia produtiva que envolve o agronegócio e as demais entidades e setores da economia do País.

Aproveitamos o momento e passamos às suas mãos, Deputado Marco Maia, o pleito da nossa região.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado, professor, pela contribuição e propostas aqui apresentadas.

Passo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze. Com isso, vamos nos encaminhando para o final da nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Saúdo o Deputado Loureiro — o Loureiro Filho, que é nosso prefeito, está ausente —, os demais prefeitos aqui presentes, o Sr. Mário, que representa a Secretaria de Irrigação, e o Marco, Presidente desta nossa Comissão Externa.

Vamos diretamente ao assunto. Aquela mobilização que fizemos no trevo procurou dar recado aos prefeitos — ao Ardi, que ainda aqui está, e ao Bigode.

Os 40 milhões já saíram. Dos 273 municípios ajustados, são 214 com retroescavadeiras e 69 com rede d'água. O dinheiro já foi liberado e a licitação está em andamento. Até a metade do mês de novembro, deverá estar saindo o restante. São 45 dias da licitação. Então, deve estar saindo agora, para as retroescavadeiras.

Na maioria dos municípios, acho que todas as Missões pediram retroescavadeiras, já está saindo. Esse é o início de um programa de açudagem. Vamos fazer um projeto de modo que possa ajudar as prefeituras a começarem a construir o programa de açudes. O Deputado Marco Maia e nós, da Comissão, estamos querendo ouvir a demanda das lideranças, dos prefeitos, sindicatos, cooperativas, a fim de que possamos dar andamento ao processo.

Não vejo mais o pessoal da COTRISA. O Marchetti sabe do projeto que a URI vem fazendo, como o Prof. Reisdorfer disse aqui, com recursos da OCB, do SESCOOP e da OCERGS.

Nosso presidente Vergílio conseguiu junto ao Márcio. O Marchetti tem trabalhado esse tema, em nome do SICREDI, e agora o Reisdorfer fez uma síntese.

Estamos buscando tudo isso há algum tempo — havíamos começado com o Carlos. A URI está fazendo essa ponte que vai se somar ao que o Deputado Marco e nós estamos fazendo nesta Comissão Especial.

As diretrizes, a demanda e a necessidade estão saindo ali. Acho que precisamos trabalhar, Dirceu, para a produção. Não é para pequeno, médio ou grande. É para qualquer tipo de produtor.

Aqui estava o Odilon. Não o estou vendo mais.

Naquela época, fazíamos projetos no Banco do Brasil. O produtor queria fazer um açude, qualquer um podia fazer 5, 10, 20. Havia recursos. E não havia essa complicação da lei ambiental.

Precisamos retomar isso. Estará incluída nesse processo a construção de açudes.

No ano 2000, Pratini era Ministro. Matzembacker há de lembrar que, em São Luís, quantas vezes a COOPATRIGO, o Paulinho fazia reuniões para debater a seca e renegociação de dívida. Faz 500 anos que fizemos isso. Então, tem de ter uma saída.

Buscamos nesta Comissão Especial e no trabalho que a URI está fazendo um programa de reconversão de atividades e processos. Não vamos abandonar a soja da região. Jamais. Mas temos de trazer outras culturas além da soja, do milho e do trigo, que já temos aqui. Além do leite, do boi. Como podemos fomentar a suinocultura e outras culturas alternativas?

Essa é uma das melhores regiões para o plantio de cana-de-açúcar. E o zoneamento já está aprovado. Então, é uma alternativa viável, pois se trata de uma cultura perene, não é anual como a soja, Loureiro. Por isso vamos buscar esse tipo de atividade, que são culturas perenes. O gado de corte, o gado leiteiro, a suinocultura, a avicultura são culturas que têm mais estabilidade e não estão tão sujeitas ao risco do clima.

Sem sombra de dúvida, a irrigação será o carro-chefe desse processo.

Ouvi o Ardi falando. No ano 2000, o Ministro Pratini — propusemos em São Borja, Mariovan — colocou ali equipamentos para irrigação. Hoje há financiamento.

O equipamento de irrigação é muito caro. Esse é o primeiro problema. Temos de baratear o equipamento. O prazo é de 8 anos, e 6,75% de juros é caro. Primeiro, o equipamento é caro e o prazo é curto. Então, o custo deve ser menor e o prazo maior. Para a agricultura familiar são 2% de juros e 10 anos de prazo para pagar. Precisamos, para qualquer tipo de agricultura, prazo maior do que 10 anos, caso queiramos fazer um plano de irrigação.

Então, primeiro, construção de açudes.

O Secretário Rogério — o Mário tem também — tem um estudo de barragens da metade norte. Nós tínhamos de barragens da metade sul. Não vai ao encontro do que

precisamos. Há o estudo das principais barragens que podem ser feitas na metade norte. São barragens grandes.

Estimo que há 200 mil propriedades no canto oeste do Estado, talvez nem seja isso, pega a fronteira, Missões, a região noroeste e vai subindo, e é a pior região hoje. Aqui, seguramente, são 40, 50 ou 60 mil açudes de propriedades que têm condições de fazer. Nem toda propriedade tem condição de fazer um açude. Para quem tiver condições, vamos ter de dar um jeito e facilitar para fazer.

Têm méritos o Secretário Rogério Porto e a Governadora Yeda, que já desburocratizaram um pouco a questão de fazer o açude, mas não o todo.

Estamos trabalhando na nova lei ambiental. Hoje, a maior restrição é que a APP é considerada uma zona intocável. Marco, precisamos acertar isso nas APPs que tenham condições de armazenar água, que vai embora no inverno. Temos de segurar essa água para usar no verão.

Portanto, são 2 situações. É o projeto da URI, que já está na fase final. É o trabalho desta Comissão externa e o projeto da nova lei ambiental. Talvez, na quarta-feira poderemos dar novidades a vocês. É um plano B. Talvez consigamos votar na Comissão do Meio Ambiente um relatório que praticamente sacramenta essa questão. Pode ser votado na quarta-feira.

Há também a prorrogação, que está sendo anunciada, do 11 de dezembro.

Sei que o Deputado Loureiro já trabalha esse assunto com a Comissão da Assembleia Legislativa, que está se dedicando a esse tema, já se adiantando àquilo que, em Brasília, nós vamos fazer. Daremos poderes para os Estados e para os Municípios.

O que queremos fazer? Estabelecer nessa lei que o Estado e o Município façam isso. A recomposição da mata ciliar, por exemplo, hoje é o produtor que tem de fazer.

Em mais de 50 municípios do Estado os Promotores estão intimando os Prefeitos a entregar a relação de produtores na beira da sanga, na beira do rio, e é para eles fazerem a recomposição.

O que estamos buscando é que a sociedade pague e não o produtor. Esse trabalho seria feito nos municípios, nas prefeituras de São Borja, de Santo Ângelo, Caibaté, Bossoroca, por exemplo. O prefeito terá 10 anos para recompor a mata ciliar. Vem o recurso. Ele tem de fazer 3 mil hectares em Caibaté. O prefeito, com a Secretaria Municipal da Agricultura, com a EMATER, o sindicato, a cooperativa vai se organizar e vai fazer a recomposição, mas com o dinheiro do Estado e não do produtor.

Se nossa gente não tem acesso a crédito, Meneghini, como vai ter a responsabilidade de reflorestar 2, 3, 5, 10, 20 hectares na propriedade dele? Se não tem dinheiro para plantar um hectare de soja porque não tem acesso ao banco, tem dificuldade para isso, como vai fazer por conta dele? É o que estamos buscando nesta lei ambiental.

Acho que o ponto importante é que estamos somando a força desta Comissão a esse trabalho da URI. Nós temos de mobilizar, Loureiro, todos os Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores para fazer uma grande pressão, já que o Ministro do Desenvolvimento Agrário,

Guilherme Cassel, concorda com que façamos um plano de reconversão, da mesma forma que o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. É ali que temos que trabalhar.

Precisamos de dados. Aqui está uma entidade confiável, uma universidade — não um sindicato aqui, outro ali — que ouviu as cooperativas, os sindicatos, os empresários, enfim. Hoje há uma radiografia, à qual precisamos somar esforços. Tenho certeza de que isso vai dar o rumo. Esta nossa Comissão vai fortalecer e ampliar, digamos assim, a pressão que temos que fazer nos Ministérios para que essa região tenha uma política diferenciada.

Foram colocados, só naquela seca de 2005, mais de 1 bilhão de reais para indenização. No ano passado, mais de 300 milhões, na última safra. Quer dizer, quanto eu poderia fazer em investimento para evitar isso? Esse é o nosso objetivo, mas com políticas que possam dar ao produtor garantia, tranquilidade para que faça irrigação.

O Ardi sabe que existe produtor na Bossoroca colhendo cento e poucos sacos de milho, e não paga a conta. Cento e poucos sacos de milho, lá na Bossoroca! Uma pessoa que tem irrigação! O que é que adianta, então, fazer irrigação, Marco, se no sistema de hoje, por exemplo, ele não está pagando? Se estou preconizando isso e já sei que ele está ralado, como é que vou mandar um produtor fazer isso? É essa política que temos que acertar. Estamos tentando afinar isso.

Aí, Loureiro, é pressão política de Deputados Estaduais, que vão ajudar os Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores de qualquer partido, para podermos chegar a um rumo, senão vamos ficar eternamente renegociando dívida. O valor hoje está insustentável.

Odilon há de se lembrar. Nos anos 80, quando fazíamos projetos, não havia renegociação de dívida, porque havia renda. Dos anos 90 para cá partimos do zero e estamos devendo 130 bilhões. Alguma coisa está errada. E a produção saiu de 30, 40 milhões, e estamos em 140 milhões de toneladas. Como é que estou devendo, se antes eu colhia e pagava, e nem financiamento havia? Fazíamos financiamento, dava frustração de trigo, de soja, dava enchente, granizo, e o produtor, no outro ano, comprava campo. Havia negócio, a pessoa ia para a frente. Ali existia renda, que não temos mais hoje. Renda! Temos que buscar uma política que possa compensar isso.

O Ardi falou bem sobre a questão do trigo. Para ver uma coisa, só no ano passado o Rio Grande do Sul colheu 27 milhões de sacos de trigo. O tufo deles foi em torno de 270 milhões de reais. O Prefeito de Entre-Ijuís, Meneghine, esteve comigo na semana passada e disse que tem trigo do ano passado que ainda não vendeu, tchê! Como é que fica? Este ano tem pressão da Rússia, França, Canada, países que querem colocar trigo aqui dentro. E a indústria está comprando!

O Ministro Stephanes quer, e vamos batalhar para quarta-feira tentar colocar uma TEC de 35%. O dólar, lá embaixo, está convidando a importar. As indústrias de massa, biscoito, pão estão comprando farinha para concorrer com nosso trigo, tchê! Nós estamos colhendo trigo no Paraná, que já está com quase todo o trigo colhido. O Rio Grande do Sul tem 1 milhão de toneladas de trigo do ano passado, e todo santo dia importam farinha! Essa é a política que nós não temos, e que temos que acertar.

Então, vamos trabalhar ações contra a seca, mas vamos trabalhar também ações desse tipo que possam dar sustentação ao produtor, senão vamos resolver um problema de um lado, mas criando de outro, incentivando o produtor a fazer uma diversificação de atividades, que daqui a pouco não são rentáveis.

Parabéns aos senhores que vieram. É importante esta participação e também a mobilização e pressão que possam nos ajudar a reverter a Lei Ambiental, que talvez se consiga acertar nos próximos dias, e principalmente um programa de reconversão que a URI está desenhando para nós.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marco Maia) - Muito obrigado ao Deputado Luis Carlos Heinze, que fez aqui também uma explanação das ações que estão sendo pensadas para a frente no que diz respeito à nossa agricultura no Rio Grande do Sul.

Quero informar a todos que todas as intervenções aqui feitas foram gravadas e vão fazer parte, na íntegra, do relatório desta Comissão, e nós iremos tratar todos esses temas com o carinho necessário para que possamos encontrar os caminhos que orientem as nossas ações e a nossa atuação daqui para frente.

No mais, queria agradecer a presença de todos vocês, aqui, nesta nossa audiência pública. Gostaria de agradecer à Prefeitura de Santo Ângelo, na figura do nosso secretário Estevão, que ajudou e contribuiu muito para a realização desta audiência pública, a todos os funcionários e a todas as nossas Lideranças que estiveram contribuindo para este debate.

Quero reafirmar aqui que o relatório que nós iremos produzir não irá para a gaveta. Nós vamos produzir um relatório para servir de referência e de proposição ao Governo Federal, ao Governo do Estado, aos Governos Municipais de ações e medidas que vão ajudar e contribuir para superar os entraves que estão colocados para a nossa agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, principalmente os relacionados à seca e à estiagem.

Então, não será um relatório para estar na gaveta. Será um relatório para estar em cima da mesa para ser orientador das ações que deverão ser implementadas nos próximos anos, aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul, como um todo, no que diz respeito a esse tema da seca, da estiagem e das ações para viabilizar a nossa agricultura, seja para os pequenos, seja para os médios ou seja para os grandes produtores desta região do Estado do Rio Grande do Sul.

No mais, muito obrigado pela presença de vocês. Bom retorno àqueles que vieram de outros Municípios, e saibam que a bancada federal estará lutando sempre articulada, organizada e firme na defesa dos interesses dos nossos agricultores, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Está encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

6.8. Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR , usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art 1º Fica instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), como um dos instrumentos de execução do programa previsto no artigo 8º, item XII, da Constituição Federal.

Art 2º Constituem recursos do FUNCAP:

- a) as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- b) os auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações atingidas em caso de calamidade pública;
- c) os saldos dos créditos extraordinários abertos para calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;
- d) outros recursos eventuais.

Art 3º Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. A rede de bancos oficiais e privados poderá, ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, que serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art 4º Incumbe a uma Junta Deliberativa, composta por representantes do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, presidida pelo primeiro e indicados pelos respectivos Ministros, programar a aplicação dos recursos financeiros, segundo o Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas e aprovar a proposta do orçamento anual do FUNCAP.

Art 5º O Poder Executivo estabelecerá, através do Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades, as diretrizes para aplicação do FUNCAP, especialmente para:

- a) assistência imediata às populações atingidas por calamidades públicas, cujo estado venha a ser declarado em decreto pelo Governo Federal;
- b) reembolso de despesas de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros realizados nos termos deste diploma legal.

Art 6º O regulamento do presente Decreto-lei, disciplinando o mecanismo e condições de sua utilização, será expedido dentro do prazo de noventa dias.

Art 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER

GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

José Costa Cavalcanti

6.9. Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994

Regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, o Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, e a Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º O Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, e ratificado, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, tem por finalidade financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas.

Parágrafo único. As aplicações de recursos do Funcap destinam-se ao:

- a) suprimento de:
 - 1. alimentos;
 - 2. água potável;
 - 3. medicamentos, material de penso, material de primeiros socorros e artigos de higiene individual e asseio corporal;
 - 4. roupas e agasalhos;
 - 5. material de estacionamento ou de abrigo, utensílios domésticos e outros;
 - 6. material necessário à instalação e operacionalização e higienização de abrigos emergenciais;
 - 7. combustível, óleos e lubrificantes;
 - 8. equipamentos para resgate;
 - 9. material de limpeza, desinfecção e saneamento básico emergencial;
 - 10. apoio logístico às equipes empenhadas nas operações;
 - 11. material de sepultamento.
- b) pagamento de serviços relacionados com:
 - 1. desobstrução, desmonte de estruturas definitivamente danificadas e remoção de escombros;
 - 2. restabelecimento emergencial dos serviços básicos essenciais;
 - 3. outros serviços de terceiros;
 - 4. transportes.
- c) reembolso de despesas efetuadas por entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros.

Art. 2º A condição para a aplicação dos recursos previstos nas ações estabelecidas no art. 10 deste Decreto é o reconhecimento do estado de calamidade pública ou da situação de emergência pelo Governo Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 5.376, de 2005)

§ 1º O reconhecimento do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional, é condição para ter efeito jurídico no âmbito da administração federal, e ocorrerá quando solicitado pelo Governo Estadual ou do Distrito Federal, que declarará as medidas e ações estaduais em curso, sua capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados e não suficientes para o restabelecimento da normalidade dos Municípios. (Redação dada pelo Decreto nº 5.376, de 2005)

§ 2º Em casos excepcionais, o Governo Federal poderá emitir o reconhecimento, à vista do decreto municipal antes da homologação estadual. (Incluído pelo Decreto nº 5.376, de 2005)

Art. 3º Constituem recursos do Funcap:

- I - as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações de áreas em estado de calamidade pública;
- III - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos para calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;
- IV - outros recursos eventuais.

Art. 4º Os recursos a que se referem os incisos II e IV do artigo anterior serão movimentados pela Secretaria de Administração Geral do Ministério da Integração Regional, destacados em Fonte de Recursos específica do Funcap, com observância das normas de execução orçamentária, financeira e contábil aplicáveis à Administração Pública Federal.

Parágrafo único. A rede bancária poderá receber auxílios e doações, que serão transferidos para a conta específica do Funcap, no Banco do Brasil S.A., nos mesmos prazos de recolhimento das receitas tributárias federais.

Art. 5º Os recursos do Funcap serão administrados por uma Junta Deliberativa, presidida pelo Secretário de Defesa Civil do Ministério da Integração Regional, e integrada por representantes do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

1º Os representantes a que se refere este artigo serão designados pelo Ministro de Estado da Integração Regional, mediante indicação dos respectivos titulares dos Ministérios e Secretaria.

2º A participação dos representantes na Junta Deliberativa do Funcap é considerada serviço público de natureza relevante e não implicará prejuízo nas funções que já exerçam, nem dará ensejo à percepção de remuneração ou gratificação adicional.

3º A Secretaria de Defesa Civil (Sedec) prestará apoio administrativo à Junta Deliberativa.

Art. 6º Compete à Junta Deliberativa do Fun cap:

I - deliberar sobre as aplicações dos recursos;

II - fixar prioridades para a utilização dos recursos;

III - submeter à aprovação do Ministro de Estado da Integração Regional proposta do orçamento anual.

Art. 7º Compete ao presidente da Junta Deliberativa do Fun cap:

I - presidir as reuniões;

II - convocar as reuniões ordinárias e as extraordinárias;

III - definir a pauta das reuniões.

Art. 8º No caso de aplicação urgente de recursos financeiros para área em estado de calamidade pública ou situação de emergência, poderá o presidente da Junta Deliberativa autorizar despesas ad referendum da Junta, as quais serão justificadas no prazo máximo de setenta e duas horas. (Redação dada pelo Decreto nº 5.376, de 2005)

Art. 9º Ficam revogados os Decretos nº 66.2 04, de 13 de fevereiro de 1970, nº 68.718, de 7 de junho de 1971, e nº 91.198, de 16 de abril de 1985.

Art. 10 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO

Romildo Canhim

6.10. Decreto nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", e tendo em vista o disposto no art. 21, inciso XVIII, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as entidades privadas e a comunidade, responsáveis pelas ações de defesa civil em todo o território nacional, constituirão o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º As ações de defesa civil são articuladas pelos órgãos do SINDEC e objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres, que compreendem os seguintes aspectos globais:

I - a prevenção de desastres;

II - a preparação para emergências e desastres;

III - a resposta aos desastres;

IV - a reconstrução e a recuperação.

Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - defesa civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - situação de emergência: o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - estado de calamidade pública: o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 4º O SINDEC tem por finalidade:

I - planejar e promover a defesa permanente contra desastres naturais, antropogênicos e mistos, de maior prevalência no País;

II - realizar estudos, avaliar e reduzir riscos de desastres;

III - atuar na iminência e em circunstâncias de desastres;

IV - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, e reabilitar e recuperar os cenários dos desastres;

V - promover a articulação e coordenar os órgãos do SINDEC em todo o território nacional.

Art. 5º Integram o SINDEC:

I - órgão superior: o Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes do Sistema;

II - órgão central: a Secretaria Nacional de Defesa Civil, responsável pela articulação, coordenação e supervisão técnica do Sistema;

III - órgãos regionais: as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - CORDEC, ou órgãos correspondentes, localizadas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil e responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível regional;

IV - órgãos estaduais: Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil - CEDEC ou órgãos correspondentes, Coordenadoria de Defesa Civil do Distrito Federal ou órgão correspondente, inclusive as suas regionais, responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível estadual;

V - órgãos municipais: Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - COMDEC ou órgãos correspondentes e Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, ou entidades correspondentes, responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível municipal;

VI - órgãos setoriais: os órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, que se articulam com os órgãos de coordenação, com o objetivo de garantir atuação sistêmica;

VII - órgãos de apoio: órgãos públicos e entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não-governamentais e associações de classe e comunitárias, que apóiam os demais órgãos integrantes do Sistema.

Art. 6º O Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo integrante da estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional, tem por finalidade a formulação e deliberação de diretrizes governamentais em matéria de defesa civil, e por competência:

I - aprovar normas e procedimentos para articulação das ações federais com o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, bem como a cooperação de entidades privadas, tendo em vista a atuação coordenada das atividades de defesa civil;

II - aprovar e atualizar a política nacional de defesa civil e as diretrizes de ação governamental, referentes ao assunto;

III - recomendar aos diversos órgãos integrantes do SINDEC ações prioritárias que possam prevenir ou minimizar os desastres naturais ou provocados pelo homem;

IV - aprovar os critérios para a declaração, a homologação e o reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

V - aprovar os planos e programas globais e setoriais elaborados pelo SINDEC;

VI - deliberar sobre as ações de cooperação internacional ou estrangeira, de interesse do SINDEC, observadas as normas vigentes;

VII - aprovar a criação de comissões técnicas interinstitucionais para realização de estudos, pesquisas e trabalhos especializados, de interesse da defesa civil;

VIII - designar grupos de trabalhos emergenciais interinstitucionais com o objetivo de articular e agilizar as ações federais em situações de desastre de grande intensidade;

IX - aprovar critérios técnicos para análise e aprovação de obras e serviços, destinados a prevenir riscos, minimizar danos e recuperar áreas deterioradas por desastres;

X - elaborar o regimento interno, que disporá sobre seu funcionamento, bem como propor alterações;

XI - submeter o regimento interno para aprovação do Ministro de Estado da Integração Nacional.

Art. 7º O CONDEC compõe-se de:

I - Plenário;

II - Comitê Consultivo;

III - Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho.

Parágrafo único. Os Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho serão instituídos pelo Presidente do CONDEC, com o fim de promover estudos e elaboração de propostas sobre temas específicos, a serem submetidos à composição plenária do Conselho, que definirá no ato da sua criação os objetivos específicos, a composição e prazo para conclusão do trabalho.

Art. 8º O plenário do CONDEC será presidido pelo Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional e será composto por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Ministério da Justiça;

II - Ministério da Defesa;

- III - Ministério das Relações Exteriores;
- IV - Ministério da Fazenda;
- V - Ministério dos Transportes;
- VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - Ministério da Educação;
- VIII - Ministério da Cultura;
- IX - Ministério do Trabalho e Emprego;
- X - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- XI - Ministério da Saúde;
- XII - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- XIII - Ministério de Minas e Energia;
- XIV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- XV - Ministério das Comunicações;
- XVI - Ministério da Ciência e Tecnologia;
- XVII - Ministério do Meio Ambiente;
- XVIII - Ministério do Esporte;
- XIX - Ministério do Turismo;
- XX - Ministério da Integração Nacional;
- XXI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- XXII - Ministério das Cidades;
- XXIII - Ministério da Previdência Social;
- XXIV - Casa Civil da Presidência da República;
- XXV - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- XXVI - Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;
- XXVII - Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;
- XXVIII - Comando da Marinha;
- XXIX - Comando do Exército;
- XXX - Comando da Aeronáutica.

§ 1º Os membros do CONDEC, titulares e suplentes, serão designados pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, mediante indicação dos órgãos representados.

§ 2º O CONDEC reunir-se-á em caráter ordinário no mínimo uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço de seus membros.

§ 3º Em caráter de urgência, o Presidente do CONDEC poderá deliberar ad referendum do colegiado.

Art. 9º O Comitê Consultivo, unidade de assessoramento ao CONDEC, será integrado por titulares:

- I - dos órgãos de defesa civil regionais;
- II - dos órgãos de defesa civil estaduais;
- III - dos órgãos de defesa civil do Distrito Federal.

Art. 10. À Secretaria Nacional de Defesa Civil, na qualidade de órgão central do SINDEC, compete:

I - promover e coordenar as ações de defesa civil, articulando e integrando os órgãos do SINDEC em todos os níveis;

II - normatizar, acompanhar e orientar as ações desenvolvidas pelos órgãos integrantes do SINDEC;

III - promover, em articulação com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a organização e a implementação das COMDECs, ou órgãos correspondentes, e dos NUDECs, ou entidades correspondentes;

IV - definir as áreas prioritárias para investimentos que contribuam para minimizar as vulnerabilidades dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e das macrorregiões geográficas do País;

V - promover estudos referentes às causas e possibilidades de ocorrência de desastre de qualquer origem, sua incidência, extensão e consequência;

VI - sistematizar e integrar informações no âmbito do SINDEC;

VII - elaborar, atualizar e propor ao CONDEC a política nacional de defesa civil e as diretrizes da ação governamental na área de defesa civil, bem como promover a sua implementação;

VIII - consolidar e compatibilizar planos e programas globais, regionais e setoriais, observadas as políticas e as diretrizes da ação governamental de defesa civil;

IX - manter o Grupo de Apoio a Desastres, formado por equipe técnica multidisciplinar, mobilizável a qualquer tempo, para atuar em situações críticas, por solicitação expressa de Estados, Municípios e do Distrito Federal;

X - elaborar e implementar planos de contingência de defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto, na sua esfera de atuação;

XI - executar programa de capacitação de recursos em defesa civil e apoiar os Estados, Distrito Federal e Municípios nessas atividades;

XII - incentivar, em nível nacional, as atividades de desenvolvimento de recursos humanos em defesa civil;

XIII - incentivar a implantação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres - CEPED ou núcleos multidisciplinares destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos com vistas ao gerenciamento e à execução de atividades de defesa civil;

XIV - criar grupos de trabalho com o objetivo de prestar o apoio técnico necessário à atuação de órgãos ou entidades na área de defesa civil;

XV - propor ao CONDEC critérios para a declaração, a homologação e o reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

XVI - emitir parecer sobre relatórios e pleitos relativos ao reconhecimento da situação de emergência e do estado de calamidade pública;

XVII - propor ao Ministro de Estado da Integração Nacional o reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CONDEC;

XVIII - prestar apoio técnico e administrativo ao CONDEC e à Junta Deliberativa do Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP, criado pelo Decreto-Lei no 950, de 13 de outubro de 1969;

XIX - participar do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON, na forma do Decreto-Lei no 1.809, de 7 de outubro de 1980, e legislação complementar;

XX - implantar e operacionalizar o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, e promover a consolidação e a interligação das informações de riscos e desastres no âmbito do SINDEC;

XXI - promover e orientar tecnicamente os Municípios, em articulação com os Estados e o Distrito Federal, a organização e a implementação de comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais, em circunstâncias de desastres;

XXII - implantar e implementar os Sistemas de Informações sobre Desastres no Brasil - SINDESB, o Sistema de Monitorização de Desastres, o Sistema de Alerta e Alarme de Desastres, o Sistema de Resposta aos Desastres, o Sistema de Auxílio e Atendimento à População e o Sistema de Prevenção e de Reconstrução, no âmbito do SINDEC, e incentivar a criação e interligação de centros de operações nos seus três níveis;

XXIII - propor critérios técnicos para análise e aprovação de obras e serviços destinados a prevenir riscos, minimizar danos e recuperar áreas deterioradas por desastres;

XXIV - dar prioridade ao apoio às ações preventivas e às demais relacionadas com a minimização de desastres;

XXV - participar de órgãos colegiados que tratem da execução de medidas relacionadas com a proteção da população, preventivas e em caso de desastres, inclusive acidente nuclear;

XXVI - promover o intercâmbio técnico entre organismos governamentais internacionais de proteção e defesa civil, participando como membro representante da Defesa Civil Brasileira.

Parágrafo único. À Secretaria Nacional de Defesa Civil caberá prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do CONDEC e seus comitês e grupos de trabalho.

Art. 11. Aos órgãos regionais compete:

I - coordenar, orientar e avaliar, em nível regional, as ações desenvolvidas pelos órgãos integrantes do SINDEC;

II - realizar estudos sobre a possibilidade de ocorrência de desastre de qualquer origem, sua incidência, extensão e consequência;

III - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à defesa civil;

IV - coordenar a elaboração e implementação de planos diretores de defesa civil, planos de contingência e planos de operações, bem como projetos relacionados com o assunto;

V - facilitar e consolidar os planos e programas estaduais de defesa civil, para a elaboração de planos regionais;

VI - apoiar as atividades de capacitação de recursos humanos direcionadas às ações de defesa civil;

VII - apoiar a distribuição e o controle de suprimentos às populações atingidas por desastres, em articulação com órgãos assistenciais integrantes do SINDEC;

VIII - incentivar a implementação de COMDECs, ou órgãos correspondentes, e de NUDECs, ou entidades correspondentes;

IX - promover nos Municípios, em articulação com os Estados e o Distrito Federal, a organização e a implementação de comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais, em circunstâncias de desastres;

X - participar dos Sistemas de que trata o art. 22 e promover a criação e interligação de centros de operações;

XI - dar prioridade ao apoio às ações preventivas e às demais relacionadas com a minimização de desastres.

Art. 12. Aos órgãos estaduais e do Distrito Federal compete:

I - articular, coordenar e gerenciar as ações de defesa civil em nível estadual;

II - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas com a defesa civil;

III - elaborar e implementar planos diretores de defesa civil, planos de contingência e de operações, bem como programas e projetos relacionados com o assunto;

IV - prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais, de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

V - capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil;

VI - promover a inclusão dos princípios de defesa civil, nos currículos escolares da rede estadual e do Distrito Federal de ensino médio e fundamental, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;

VII - manter a SEDEC e a CORDEC, ou órgão correspondente, informados sobre as ocorrências de desastres e atividades de defesa civil;

VIII - propor à autoridade competente a homologação de situação de emergência e de estado de calamidade pública, de acordo com critérios estabelecidos pelo CONDEC e, em casos excepcionais, definidos pelo CONDEC, a sua decretação;

IX - apoiar a coleta, a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento da população atingida em situação de desastres;

X - promover e apoiar a implementação e o funcionamento das COMDECs, ou órgãos correspondentes, e dos NUDECs, ou entidades correspondentes;

XI - promover nos Municípios e no Distrito Federal, em articulação com as COMDECs, ou órgãos correspondentes, a organização e a implementação de comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais, em circunstâncias de desastres;

XII - capacitar e apoiar os Municípios e o Distrito Federal a procederem à avaliação de danos e prejuízos nas áreas atingidas por desastres;

XIII - participar dos Sistemas de que trata o art. 22 e promover a criação e a interligação de centros de operações;

XIV - orientar as vistorias de áreas de risco, intervir ou recomendar a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas e de edificações vulneráveis;

XV - realizar exercícios simulados para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

XVI - dar prioridade ao apoio às ações preventivas e às relacionadas com a minimização de desastres.

§ 1º O órgão estadual de defesa civil poderá criar as Regionais Estaduais de Defesa Civil - REDEC como parte integrante da sua estrutura e estabelecer suas atribuições com a finalidade de articular e coordenar as ações de defesa civil no conjunto dos Municípios que constituem suas áreas de atuação.

§ 2º Os Estados poderão exercer, na sua jurisdição, o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar desastres.

Art. 13. Às COMDECs, ou órgãos correspondentes, compete:

I - articular, coordenar e gerenciar ações de defesa civil em nível municipal;

II - promover a ampla participação da comunidade nas ações de defesa civil, especialmente nas atividades de planejamento e ações de respostas a desastres e reconstrução;

III - elaborar e implementar planos diretores, planos de contingências e planos de operações de defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;

IV - elaborar o plano de ação anual, objetivando o atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações emergenciais, com a garantia de recursos do orçamento municipal;

V - prover recursos orçamentários próprios necessários às ações relacionadas com a minimização de desastres e com o restabelecimento da situação de normalidade, para serem usados como contrapartida da transferência de recursos da União e dos Estados, de acordo com a legislação vigente;

VI - capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários, buscando articular, ao máximo, a atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

VII - promover a inclusão dos princípios de defesa civil, nos currículos escolares da rede municipal de ensino médio e fundamental, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;

VIII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;

IX - implantar bancos de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidades e mobiliamento do território, nível de riscos e sobre recursos relacionados com o equipamento do território e disponíveis para o apoio às operações;

X - analisar e recomendar a inclusão de áreas de riscos no plano diretor estabelecido pelo § 1o do art. 182 da Constituição;

XI - manter o órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de defesa civil;

XII - realizar exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres, e ao preenchimento dos formulários de Notificação Preliminar de Desastres - NOPRED e de Avaliação de Danos - AVADAN;

XIV - propor à autoridade competente a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CONDEC;

XV - vistoriar, periodicamente, locais e instalações adequadas a abrigos temporários, disponibilizando as informações relevantes à população;

XVI - executar a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;

XVII - planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres;

XVIII - participar dos Sistemas de que trata o art. 22, promover a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres;

XIX - promover a mobilização comunitária e a implantação de NUDECS, ou entidades correspondentes, especialmente nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de riscos intensificados e, ainda, implantar programas de treinamento de voluntários;

XX - implementar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XXI - articular-se com as Regionais Estaduais de Defesa Civil - REDEC, ou órgãos correspondentes, e participar ativamente dos Planos de Apoio Mútuo - PAM, em acordo com o princípio de auxílio mútuo entre os Municípios.

§ 1o O órgão municipal de defesa civil poderá criar Distritais de Defesa Civil, ou órgãos correspondentes, como parte integrante de sua estrutura e estabelecer suas atribuições, com a finalidade de articular e executar as ações de defesa civil nas áreas específicas em distritos, bairros ou localidades do Município.

§ 2º Os Municípios poderão exercer, na sua jurisdição, o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar desastres.

Art. 14. Os NUDECs, ou entidades correspondentes, funcionam como centros de reuniões e debates entre a COMDEC e as comunidades locais e planejam, promovem e coordenam atividades de defesa civil, com destaque para:

I - a avaliação de riscos de desastres e a preparação de mapas temáticos relacionados com as ameaças, as vulnerabilidades dos cenários e com as áreas de riscos intensificados;

II - a promoção de medidas preventivas estruturais e não-estruturais, com o objetivo de reduzir os riscos de desastres;

III - a elaboração de planos de contingência e de operações, objetivando a resposta aos desastres e de exercícios simulados, para aperfeiçoá-los;

IV - o treinamento de voluntários e de equipes técnicas para atuarem em circunstâncias de desastres;

V - a articulação com órgãos de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres; e

VI - a organização de planos de chamadas, com o objetivo de otimizar o estado de alerta na iminência de desastres.

Art. 15. Aos órgãos setoriais, em nível federal, por intermédio de suas secretarias, entidades e órgãos vinculados, e em articulação com o órgão central do SINDEC, além de outras atividades de acordo com as respectivas competências legais, caberá:

I - ao Ministério da Justiça, coordenar as ações do Sistema Nacional de Segurança Pública e a atuação das Polícias Federais, visando à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio nas áreas em situação de desastre;

II - ao Ministério da Defesa, coordenar as operações combinadas das Forças Singulares nas ações de defesa civil;

III - ao Ministério das Relações Exteriores, coordenar as ações que envolvam o relacionamento com outros países e com organismos internacionais e estrangeiros, quanto à cooperação logística, financeira, técnica e científica e participações conjuntas em atividade de defesa civil;

IV - ao Ministério da Fazenda, adotar medidas de caráter financeiro, fiscal e creditício, destinadas ao atendimento de populações em áreas em estado de calamidade pública ou em situação de emergência;

V - ao Ministério dos Transportes, adotar medidas de preservação e de recuperação dos sistemas viários e terminais de transportes terrestres, marítimos e fluviais, em áreas atingidas por desastres, bem como controlar o transporte de produtos perigosos;

VI - ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, promover ações preventivas relacionadas com desastres ocasionados especialmente por pragas vegetais e animais; adotar medidas para o atendimento das populações nas áreas atingidas por desastres, providenciando a distribuição de sementes, insumos e alimentos; fornecer dados e análises relativas a previsões meteorológicas e climáticas, com vistas às ações de defesa civil;

VII - ao Ministério da Educação, cooperar com o programa de desenvolvimento de recursos humanos e difundir, por intermédio das redes de ensino formal e informal, conteúdos didáticos relativos à prevenção de desastres e à defesa civil e, por intermédio das universidades federais, realizar e difundir pesquisas sismológicas de interesse do SINDEC;

VIII - ao Ministério da Cultura, promover o desenvolvimento do senso de percepção de risco na população brasileira e contribuir para o incremento de mudança cultural relacionada com a redução dos desastres;

IX - ao Ministério do Trabalho e Emprego, promover ações que visem a prevenir ou minimizar os acidentes de trabalho e danos aos trabalhadores em circunstâncias de desastres;

X - ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prestar assistência social às populações em situação de desastre e apoiá-las com suprimentos necessários à sobrevivência, especialmente alimentos;

XI - ao Ministério da Saúde, implementar e supervisionar ações de saúde pública, o suprimento de medicamentos, o controle de qualidade da água e dos alimentos e a promoção da saúde em circunstâncias de desastre; promover a implantação de atendimento pré-hospitalar e de unidades de emergência, supervisionar a elaboração de planos de mobilização e de segurança dos hospitais em circunstâncias de desastre; e difundir, em nível comunitário, técnicas de reanimação cardiopulmonar básica e de primeiros socorros;

XII - ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, propor medidas com o objetivo de minimizar prejuízos que situações de desastres possam provocar aos meios produtivos nacionais e participar ativamente da prevenção de desastres humanos de natureza tecnológica;

XIII - ao Ministério de Minas e Energia, planejar e promover a redução da degradação ambiental causada por mineração e garimpos, a monitorização das condições hidrológicas e dos deflúvios das barragens dos sistemas hidrelétricos e das bacias hidrográficas;

XIV - ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dar prioridade à alocação de recursos para assistência às populações e à realização de obras e serviços de prevenção e recuperação, nas áreas sujeitas a desastres e em estado de calamidade pública ou em situação de emergência;

XV - ao Ministério das Comunicações, adotar medidas objetivando garantir e dar prioridade aos serviços de telecomunicações nas áreas afetadas por desastres e estimular a participação dos órgãos de comunicação nas atividades de prevenção e preparação, bem como a mobilização de radioamadores, em situação de desastres;

XVI - ao Ministério da Ciência e Tecnologia, desenvolver estudos e pesquisas que permitam determinar áreas de riscos, bem como fornecer informações destinadas à orientação das ações de defesa civil e análises relativas às previsões meteorológicas;

XVII - ao Ministério do Meio Ambiente, estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à proteção do meio ambiente, ao uso racional de recursos naturais renováveis com o objetivo de reduzir desastres; fornecer dados e análises relativas à monitorização de rios e açudes, com vistas às ações de defesa civil e promover o controle de cheias e inundações;

XVIII - ao Ministério do Esporte, incrementar as práticas esportivas com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades aos desastres humanos de natureza social e os riscos relacionados com a juventude marginalizada;

XIX - ao Ministério do Turismo, propor medidas com o objetivo de reduzir os impactos negativos nas atividades turísticas, em circunstâncias de desastres;

XX - ao Ministério da Integração Nacional, promover e coordenar as ações do SINDEC, por intermédio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, e compatibilizar os planos de desenvolvimento regional com as ações de prevenção ou minimização de danos provocados em circunstâncias de desastre;

XXI - ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, contribuir para a redução dos desastres humanos em áreas relacionadas com suas atividades;

XXII - ao Ministério das Cidades, gerir a aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano voltadas para a recuperação e a reconstrução de moradias para a população de baixa renda afetada por desastres e em obras e serviços de saneamento em áreas de risco;

XXIII - ao Ministério da Previdência Social, apoiar as populações flageladas, no âmbito de suas atribuições;

XXIV - à Casa Civil da Presidência da República, o apoio com levantamentos realizados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM;

XXV - ao Gabinete de Segurança Institucional, apoiar o SINDEC com atividades de informações e outras relacionadas com suas atribuições;

XXVI - à Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, articular as ações dos diversos poderes e escalões governamentais em proveito do SINDEC;

XXVII - à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, apoiar o SINDEC em atividades de divulgação;

XXVIII - ao Comando do Exército, cooperar com as ações de resposta aos desastres e reconstrução e de busca e salvamento; participar de atividades de prevenção e de reconstrução; apoiar as ações de defesa civil com pessoal, material e meios de transporte;

XXIX - ao Comando da Marinha, coordenar as ações de redução de danos relacionados com sinistros marítimos e fluviais e participar das ações de salvamento de naufragos; apoiar as ações de resposta a desastres, com hospitais fluviais, ocorridos na Amazônia; apoiar as ações de defesa civil com pessoal, material e meios de transporte;

XXX - ao Comando da Aeronáutica, coordenar as ações de evacuações aeromédicas e missões de misericórdia, cooperar nas ações de busca e salvamento; apoiar as ações de defesa civil com pessoal, material e meios de transporte.

§ 1º Os órgãos federais localizados nos Estados e nos Municípios estão autorizados a participar do SINDEC em nível estadual e municipal e a se fazerem representar em seus respectivos Conselhos, caso sejam solicitados pela autoridade competente.

§ 2º Nos Estados e Municípios, os órgãos setoriais correspondem aos de nível federal e desempenharão atividades de defesa civil de acordo com suas atribuições legais, em articulação com os respectivos órgãos de defesa civil, nos âmbitos de suas jurisdições.

Art. 16. Aos órgãos de apoio compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas com suas atividades normais, mediante articulação prévia com os órgãos de coordenação do SINDEC.

Art. 17. O estado de calamidade pública e a situação de emergência, observados os critérios estabelecidos pelo CONDEC, serão declarados mediante decreto do Governador do Distrito Federal ou do Prefeito Municipal.

§ 1º A homologação do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante decreto do Governador do Estado, é condição para ter efeito jurídico no âmbito da administração estadual, e ocorrerá quando solicitado pelo Prefeito Municipal, que declarará as medidas e ações municipais já em curso, sua capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados e não suficientes para o restabelecimento da normalidade no Município.

§ 2º O Governador do Estado poderá praticar o ato de declaração atingindo um ou mais Municípios em circunstâncias de desastres que venham a exigir a ação imediata na esfera de sua administração.

§ 3º O reconhecimento do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional, é condição para ter efeito jurídico no âmbito da administração federal e ocorrerá quando solicitado pelo Governo do Estado ou do Distrito Federal, que declarará as medidas e ações estaduais já em curso, sua capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados e não suficientes para o restabelecimento da normalidade dos Municípios.

§ 4º Em casos excepcionais, o Governo Federal poderá emitir o reconhecimento, à vista do decreto municipal, antes da homologação estadual.

§ 5º Em qualquer caso, os atos de declaração, homologação e reconhecimento e suas prorrogações serão expedidas pelas autoridades competentes, até completarem, no máximo, cento e oitenta dias.

§ 6º Todos esses atos, obrigatoriamente, serão fundamentados tecnicamente pelo órgão de defesa civil competente, baseado na avaliação de danos que comprove a anormalidade ou agravamento da situação anterior, à luz dos critérios estabelecidos pelo CONDEC.

Art. 18. Em situações de desastre, as ações de resposta e de reconstrução e recuperação serão da responsabilidade do Prefeito Municipal ou do Distrito Federal.

§ 1º Quando a capacidade de atendimento da administração municipal estiver comprovadamente empregada, compete ao Governo, estadual ou federal, que confirmar o estado de calamidade pública ou a situação de emergência, a atuação complementar de resposta aos desastres e de recuperação e reconstrução, no âmbito de suas respectivas administrações.

§ 2º Caberá aos órgãos públicos localizados na área atingida a execução imediata das medidas que se fizerem necessárias.

§ 3º A atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais na área atingida far-se-á em regime de cooperação, cabendo à COMDEC, ou ao órgão correspondente, ativar imediatamente um comando operacional para administrar todas as ações e medidas de resposta ao desastre, estabelecendo, dependendo de suas características e complexidade, comando unificado acordado entre as entidades envolvidas com o atendimento do desastre.

Art. 19. Em casos de estado de calamidade pública, o Ministro de Estado da Integração Nacional poderá contratar pessoal técnico especializado para a prestação de serviços eventuais nas ações de defesa civil, observado o disposto na Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 20. Para o cumprimento das responsabilidades que lhes são atribuídas neste Decreto, os órgãos e entidades públicas federais integrantes do SINDEC utilizarão recursos próprios, objeto de dotações orçamentárias específicas, as quais poderão ser suplementadas por intermédio da abertura de crédito extraordinário, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição.

Art. 21. O CENAD a que se refere o art. 10, inciso XX, terá as seguintes competências:

- I - consolidar as informações de riscos e desastres;
- II - monitorar os parâmetros de eventos adversos;
- III - difundir alerta e alarme de desastres e prestar orientações preventivas à população;
- IV - coordenar as ações de respostas aos desastres; e
- V - mobilizar recursos para pronta resposta às ocorrências de desastres.

Parágrafo único. Os órgãos estaduais, distrital e municipais de defesa civil poderão criar, no âmbito de suas administrações, centros com as mesmas competências do CENAD, que serão interligados ao órgão central para integrarem rede de informações de defesa civil.

Art. 22. Constituem instrumentos do SINDEC:

I - Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil - SINDESB, que permitirá o conhecimento das ocorrências de maior prevalência no País, além de possibilitar o aprofundamento dos estudos epidemiológicos, orientar o planejamento e facilitar a tomada das decisões na busca pela redução dos desastres e das suas consequências;

II - Sistema de Monitorização de Desastres, que permitirá o compartilhamento de informações, a monitorização de parâmetros dos eventos adversos, em articulação com os órgãos de previsão e prognósticos da administração pública federal, estadual e municipal;

III - Sistema de Alerta e Alarma de Desastres, que possibilitará a emissão de boletins antecipados, resultando na tomada de decisão oportuna, na redução do tempo de resposta, na antecipação de medidas preventivas e na rápida mobilização de recursos para pronto atendimento emergencial;

IV - Sistema de Resposta aos Desastres, que permitirá a pronta mobilização dos grupos estaduais e federais de respostas aos desastres, além da alocação de recursos para pronta resposta ao atendimento emergencial de desastres;

V - Sistema de Auxílio e Atendimento à População, que orientará a população atingida pelo desastre sobre medidas de socorro e proteção, e coordenará os esforços para alocar recursos materiais para o auxílio dos desabrigados; e

VI - Sistema de Prevenção e de Reconstrução, que coordenará os estudos de ameaças, vulnerabilidades e riscos, e a implementação de medidas estruturais (obras de engenharia) tanto preventivas quanto as de reconstrução, especialmente a relocação de famílias de áreas de risco atingidas pelos desastres, dentre outras.

Art. 23. Os arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A condição para a aplicação dos recursos previstos nas ações estabelecidas no art. 1º deste Decreto é o reconhecimento do estado de calamidade pública ou da situação de emergência pelo Governo Federal.

§ 1º O reconhecimento do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional, é condição para ter efeito jurídico no âmbito da administração federal, e ocorrerá quando solicitado pelo Governo Estadual ou do Distrito Federal, que declarará as medidas e ações estaduais em curso, sua capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados e não suficientes para o restabelecimento da normalidade dos Municípios.

§ 2º Em casos excepcionais, o Governo Federal poderá emitir o reconhecimento, à vista do decreto municipal antes da homologação estadual." (NR)

"Art. 8º No caso de aplicação urgente de recursos financeiros para área em estado de calamidade pública ou situação de emergência, poderá o presidente da Junta Deliberativa autorizar despesas ad referendum da Junta, as quais serão justificadas no prazo máximo de setenta e duas horas." (NR)

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogados o Decreto no 895, de 16 de agosto de 1993, e o Decreto no 4.980, de 4 de fevereiro de 2004.

Brasília, 17 de fevereiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ciro Ferreira Gomes

6.11. Decreto nº 6.882, de 12 de junho de 2009

Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º, 4º, inciso II, e 5º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável, cujo objetivo é planejar, orientar, coordenar e monitorar a implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com enfoque sistêmico, no âmbito das

modalidades de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

§ 1º Considera-se enfoque sistêmico a capacidade de observar a propriedade rural como um todo, suas interfaces e potencialidades, permitindo que cada componente ou parte do conjunto que compõe o objetivo global do projeto de financiamento pelo Pronaf seja adequadamente definido, monitorado e avaliado, levando em conta fatores sociais, econômicos e ambientais.

§ 2º O Pronaf Sustentável será apoiado pelos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Art. 2º São princípios e diretrizes do Pronaf Sustentável:

I - melhoria da qualidade das ações e políticas de apoio ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar e assentados da reforma agrária;

II - melhor uso dos recursos naturais, especialmente o solo e a água;

III - diversificação produtiva e agregação de valor, com enfoque sistêmico;

IV - reconhecimento das relações humanas e de suas interações com o meio ambiente como foco central do desenvolvimento rural sustentável;

V - monitoramento e avaliação dos resultados e alcances sociais, ambientais e econômicos das políticas de apoio ao desenvolvimento rural; e

VI - aumento da produção e da produtividade das unidades da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária.

Art. 3º O Pronaf Sustentável assenta-se na estratégia da parceria entre os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações sociais, observando o disposto no art. 4º do Decreto no 3.991, de 30 de outubro de 2001.

Art. 4º Para os fins deste Decreto, e observados os princípios e diretrizes nele dispostos, serão utilizados as seguintes políticas e instrumentos:

I - informação, orientação e capacitação dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária para a aplicação da legislação ambiental;

II - ampliação dos conhecimentos e habilidades dos beneficiários do Pronaf Sustentável por meio da oferta de novos padrões tecnológicos e gerenciais para a condução das atividades e projetos financiados pelo Pronaf;

III - capacitação tecnológica e gerencial de agricultores familiares e assentados da reforma agrária que desejem efetuar a transição para sistemas produtivos agroecológicos e de agricultura orgânica;

IV - facilitação e supervisão para o acesso de agricultores familiares a políticas e instrumentos de financiamento e proteção da produção; e

V - levantamento e disponibilização de informações sobre as atividades desenvolvidas nas unidades familiares de produção, permitindo o planejamento de médio e longo prazo por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisa e extensão, agentes financeiros, organizações dos agricultores e de ensino e outras entidades voltadas ao desenvolvimento rural.

Art. 5º Serão beneficiários do Pronaf Sustentável todos os agricultores que se enquadrem na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 6º A coordenação do Pronaf Sustentável caberá ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que terá como atribuições:

I - estabelecer suas normas complementares;

II - promover estratégias de articulação de programas, projetos e atividades desenvolvidas no País, voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária;

III - propor diretrizes para o estabelecimento da capacitação, credenciamento, supervisão e avaliação dos técnicos que nele atuarão;

IV - estabelecer critérios para aprovação de projetos, aplicação de recursos e avaliação dos resultados;

V - propor mecanismos mais adequados à concessão de crédito aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária; e

VI - instituir e coordenar grupos de trabalho para elaborar as diretrizes e estratégias objetivando a regularização ambiental e fundiária dos imóveis explorados pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e a remuneração dos serviços efetuados no âmbito do Programa.

§ 1º Os grupos de trabalho serão instituídos em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º Os membros dos grupos de trabalho serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades neles representados e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Art. 7º Para a implantação do Pronaf Sustentável serão utilizados:

I - recursos orçamentários do Ministério do Desenvolvimento Agrário para as atividades de apoio, acompanhamento, assistência técnica e extensão rural;

II - fontes e recursos do crédito rural do Pronaf para a implantação dos projetos de financiamento rural; e

III - recursos de outras fontes orçamentárias e fundos cujos objetivos institucionais a ele se adequem.

§ 1º O repasse de recursos orçamentários será realizado conforme a legislação vigente.

§ 2º A transferência de recursos oriundos dos fundos mencionados no inciso III obedecerá à sistemática estabelecida pela legislação instituidora de cada fundo.

Art. 8º O Ministério do Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR, os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente - CMMA ou outros colegiados assemelhados com atuação e formalização no nível municipal, territorial ou estadual, para propor, promover, articular, avaliar e adequar as ações do Pronaf Sustentável.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

6.12. Licenciamento Ambiental de Açudes no Rio Grande do Sul

PORTARIA SEMA/FEPAM N º 94, de 16 de dezembro de 2008.

Dispõe sobre procedimentos para Programa de Regularização de Açudes para o Estado do Rio Grande do Sul - AÇUDES GAÚCHOS

O Secretário de Estado do Meio Ambiente Diretora-Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de regularização de atividades de açudagem pelos particulares, compatibilizando com a política estadual de utilização da água e seus usos múltiplos;

CONSIDERANDO a necessidade de agilizar e revisar os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) dos empreendimentos de irrigação e açudagem, visando à efetiva utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o Art. 12 da Resolução CONAMA 237/97, que diz que o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento, e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação;

CONSIDERANDO o expressivo número de açudes existentes os quais não possuem outorga do Departamento de Recursos Hídricos;

CONSIDERANDO a experiência da Resolução CONSEMA nº 036/2003, de 23 de julho de 2003, que determinou a elaboração do Plano Estadual de Regularização da Atividade de Irrigação para o Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO, a acessibilidade, agilidade e racionalização do licenciamento ambiental estabelecido pela Portaria nº 68/2006 e Portaria 35/2007, ambas da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM;

CONSIDERANDO o dever do Estado em gerir os recursos hídricos de modo a protegê-los qualitativamente e quantitativamente diante a finitude do mencionado recurso natural; e CONSIDERANDO o interesse do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios no desenvolvimento do Programa Estadual de Irrigação/RS – PRÓ-IRRIGAÇÃO, necessidade de regularização, licenciamento e outorga de atividades de açudagem,

RESOLVEM:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Todos os empreendimentos de edificação de açudes no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul submetem-se ao presente regramento o que proporcionará a melhor gestão dos

processos de acumulação de água e utilização racional para os usos consentidos na legislação.

§ 1º. Os açudes existentes e não licenciados poderão obter o licenciamento e outorga através do processo regular de licença ou mediante Termo de Ajuste de Conduta ou Termo de Compromisso Ambiental – TCA a ser firmado será firmado entre a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA, a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM e o interessado.

§ 2º. A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA e a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM poderão celebrar TERMO DE AJUSTA DE CONDUTA com instituições representativas de seguimento produtivo interessado, visando a otimizar os processos de licenciamento e estabelecendo cooperações técnicas para tanto.

DO LICENCIAMENTO

Art. 2º - Para a realização do processo de licenciamento ambiental relativo às atividades agropastoris com sistemas de novos açudes, de açudes existentes não licenciados, e renovação de licenças, serão obedecidos os seguintes critérios e procedimentos, de acordo com as áreas da propriedade, dimensões do açude:

I – As propriedades rurais cadastradas como propriedade e estabelecimento de agricultura familiar, e lotes rurais em assentamentos fundiários de reforma agrária até 50 has, e aqueles que correspondam ao módulo rural da região onde se localizem são isentos de licenciamento ambiental;

II – Os micro-açudes previsto nos termos da Lei nº 13.063 de 12 de novembro de 2008 que instituiu o Programa Estadual de Irrigação/RS são isentos de licenciamento ambiental;

III – As propriedades rurais cadastradas com área acima de 50 has (cinquenta hectares) a 100 has (cem hectares) e com açudes que a área seja de 5 has (cinco hectares) a 10 has (dez hectares), o licenciamento será realizado através de licença única, mediante apresentação de Avaliação de Impacto Ambiental;

IV – Para as propriedades rurais com áreas acima de 101 has (cento e um hectares) até 1000 has (mil hectares), com açudes com área superior entre 10 has (dez hectares) e não superior a 100 has (cem hectares), o licenciamento será realizado mediante a apresentação de relatório Ambiental Simplificado - RAS, de acordo com Termo de Referência a ser fornecido pela FEPAM;

V – Para as propriedades com áreas acima de 1000 has (mil hectares) e com açudes com áreas superiores a 100 has (cem hectares), o licenciamento será realizado mediante a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto Ambiental, em conformidade com Termo de Referência a ser fornecido pela FEPAM;

VI - Para o licenciamento de açudes em propriedades com áreas divergentes das previstas acima, será levada em consideração a área dimensionada dos açudes para exigência de estudo técnico.

§ 1º. Os açudes já consolidados poderão ser licenciados, ou renovadas suas licenças já existentes, independentemente de Estudo Prévio de Impacto de Impacto Ambiental e seu Relatório (EIA/RIMA) se cadastrados no Sistema Estadual do Meio Ambiente, nos limites parâmetros previstos neste artigo.

§ 2º. O licenciamento dos açudes que implicarem supressão de vegetação submeter-se-á à análise prévia do Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP, na forma da legislação pertinente.

§ 3º. Para aqueles empreendimentos que, potencialmente, poderão causar significativa degradação ambiental, independentemente das dimensões da área a ser ocupada pelo açude ou barramento deverá ser elaborado o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

§ 4º. Os pedidos poderão ser processados perante o Balcão de Licenciamento Ambiental Único da região do empreendimento.

DA REGULARIZAÇÃO

Art. 3º. A regularização das atividades previstas nesta Portaria será solicitada pelo interessado ao órgão ambiental mediante requerimento próprio.

§ 1º. Os empreendimentos isentos de licenciamentos deverão formalizar o pedido de isenção, cabendo ao interessado atender os requisitos previstos no art. 8º infra.

§ 2º. Os empreendedores das atividades previstas no art. 2º, inc. I e II, supra, utilizarão o modelo de requerimento a ser disponibilizado pela FEPAM.

§ 3º. Os demais empreendedores utilizarão o sistema tradicional de solicitação de licenciamento.

Art. 4º. Para fins de regularização ou licenciamento das atividades existentes poderão ser utilizados pelo empreendedor os dados cadastrais fornecidos para o Departamento de Recursos Hídricos – DRH da Secretaria do Meio Ambiente.

Parágrafo Único: Se houver ampliação da atividade, deverá ser atendida às regras do art. 2º supra, sem prejuízo do aproveitamento dos dados existentes no sistema.

Art. 5º - Serão renovados, por meio eletrônico, sem apresentação de documentos, todos os empreendimentos enquadrados no inc. I e III, do art. 2º supra.

§ 1º. Os documentos que forem utilizados para preenchimento do meio eletrônico, deverão ser guardados pelo período de 5 (cinco) anos, podendo a Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEPAM ou o Departamento Estadual de Recursos Hídricos - DRH, exigir sua apresentação a qualquer momento.

§ 2º. Para esta modalidade de renovação, deverão ser mantidas as características do empreendimento com relação à sua localização e classificação quanto às dimensões.

§ 3º. Nos casos em que houver ampliação do empreendimento, que resulte em mudança de sua área, poderá haver agregação somente de empreendimento regularizado, o procedimento para a renovação da Licença de Operação permanecerá o mesmo.

§ 4º - Quando a ampliação do empreendimento resultar em mudança para as dimensões previstas no inc. III e IV do art. 2º acima, ou agregação de empreendimento não regularizado junto ao órgão ambiental, o procedimento para a regularização será o licenciamento em suas três etapas.

Art. 6º - Toda obra nova, inclusive ampliação da área irrigada, submeter-se-á a processo de licenciamento prévio, de instalação e de operação.

DO LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS

Art. 7º. Os programas de açudagem do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios serão objetos de licenciamento único, atendidos os parâmetros estabelecidos no art. 2º supra. Art. 8º. Caberá ao ente público estadual ou municipal promover o requerimento de licenciamento, nos seguintes termos:

I - relação dos titulares (proprietários, parceiros, cessionários ou arrendatários) das áreas onde se localizam os açudes;

II - indicação individualizada da área de cada açude;

III - capacidade de acumulação de água;

IV - georreferenciamento do açude;

V - indicação dos usos para irrigação, dessedentação de animais ou desenvolvimento da piscicultura;

VI - área total da propriedade onde se localiza o açude;

VII – lâmina d'água estimada.

Parágrafo Único: O pedido de licenciamento e outorga deverá ser formalizado com a identificação do responsável técnico e competente emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Art. 9º. O pedido de licenciamento de programas deverá indicar os municípios onde será desenvolvido, e deverá individualizar por municípios os açudes a serem licenciados em conjunto.

Art. 10. Aplicam-se estas disciplinas aos programas públicos voltados à regularização dos açudes existentes nos municípios passíveis de licenciamento e outorga.

DA OUTORGA

Art. 11. Os empreendimentos de açudagem necessitarão outorga do Departamento de Recursos Hídricos nos termos da legislação vigente, especialmente o previsto no art. 12, da Lei nº 9.433/97.

Art. 12. A Secretaria do Meio Ambiente, através do Departamento de Recursos Hídricos – DRH promoverá a agilização dos pedidos de regularização e de programas públicos de regularização ou desenvolvimento de açudes.

Art. 13. A autorização e conseqüente outorga será formalizada por Portaria única do Departamento de Recursos Hídricos para cada programa examinado e para todos os empreendimentos de que tratam os Programas, ordenando por municípios.

DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

Art. 14. O Termo de Compromisso Ambiental - TCA, que visa à implementação do Programa de Regularização de Açudes no Estado do Rio Grande do Sul – AÇUDES GAÚCHOS e a garantir a execução de medidas, com condicionantes técnicas específicas de modo a cessar, adaptar, recompor ou corrigir eventual a atividade degradadora e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, observados rigorosamente os prazos e metas acordados, conterá:

- a) A delimitação georreferenciada do empreendimento na(s) propriedade(s) onde está inserido o empreendimento;
- b) Os empreendimentos, localizados até 10 Km ou em área de amortecimento de Unidade de Conservação, deverão obter o parecer do Gestor da Unidade de Conservação;
- c) A licença ambiental e a outorga que serão exigidas após a fluência dos prazos previstos no art. 17;

d) Penalidades pelo descumprimento do Termo de Compromisso Ambiental – TCA, dentre elas o desfazimento da obra.

§ 1º. Os empreendedores informarão no meio eletrônico colocado a disposição pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, a sua adesão ao Termo de Compromisso Ambiental - TCA.

§ 2º - O requerimento do licenciamento bem como os eventuais projetos de recuperação de áreas degradadas e mapas deverão vir assinados pelo Técnico Responsável, pelo(s) Empreendedor(es) e pelo(s) Proprietário(s).

Art. 15. A adesão ao Termo de Compromisso Ambiental - TCA implicará a emissão de autorização pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, e a licença competente será concedida atendidas as demais exigências ambientais e a adesão constará como primeiro item das condições e restrições da licença emitida.

Art. 16. O Departamento de Recursos Hídricos concederá a outorga necessária, mediante a adesão de que trata o art. 15, e atento as demais exigências constantes desta Portaria.

DOS PRAZOS

Art. 17. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para a regularização das atividades previstas nesta Portaria, cabendo aos proprietários, titulares de direitos ou arrendatários:

I – Até 6 (seis) meses para os imóveis indicados no art. 2º, inc. I, supra;

II – Até 12 (doze) meses para os imóveis previstos no art. 2º inc. II, retro.

III – Em prazo não superior a 18 (dezoito) meses para os imóveis referidos no art. 2º, inc. III e IV, acima;

IV – de imediatos para os imóveis apontados no art. 2º, inc. V, antes.

§ 1º. A fluência dos prazos previstos neste artigo dar-se-á após o trintídio da publicação da presente portaria.

§ 2º. Os prazos poderão ser prorrogados levando em consideração situações impeditivas de seus cumprimentos, sem a concorrência do empreendedor, mediante decisão fundamentada após análise de pedido a ser formulado pelo interessado ou situação excepcional reconhecida pelo órgão licenciador.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O atendimento às disciplinações previstas na presente Portaria não exime o Estado do Rio Grande do Sul, os municípios e empreendedores do cumprimento de outras exigências legais e regulamentares.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.13. Municípios afetados pela estiagem no Rio Grande do Sul

Município	Decreto situação de emergência	Data
Água Santa	sim	30/03/2009
Ajuricaba	sim	08/05/2009
Alecrim	sim	05/01/2009
	sim	31/03/2009
Alegrete	sim	04/02/2009
Alegria	sim	22/04/2009
Almirante Tamandaré Do Sul	sim	23/04/2009
Alpestre	sim	18/12/2008
Alpestre	sim	18/03/2009
Ametista Do Sul	sim	02/01/2009
Araricá	sim	06/05/2009
Aratiba	sim	22/12/2008
Arroio Do Tigre	sim	08/05/2009

Arvorezinha	sim	29/04/2009
Áurea	sim	09/01/2009
Barão De Cotegipe	sim	05/01/2009
Barra Do Guarita	sim	03/03/2009
Barra Do Rio Azul	sim	29/12/2008
Barra Funda	sim	12/12/2008
	sim	07/04/2009
Barracão	sim	15/04/2009
Barros Cassal	sim	06/05/2009
Benjamim Constant Do Sul	sim	12/01/2009
Boa Vista Das Missões	sim	12/12/2008
	sim	30/04/2009
Boa Vista Do Buricá	sim	25/04/2009
Boa Vista Do Cadeado	sim	14/04/2009
Boa Vista Do Incra	sim	07/05/2009
Bom Progresso	sim	03/04/2009
Boqueirão Do Leão	sim	08/05/2009
Bossoroca	sim	09/04/2009
Bozano	sim	11/05/2009
Braga	sim	03/04/2009
Cacique Double	sim	27/04/2009
Caibaté	sim	09/01/2009
Caiçara	sim	12/01/2009
Camargo	sim	06/05/2009
Campina Das Missões	sim	09/01/2009
Campinas Do Sul	sim	30/12/2008
	sim	07/05/2009
Campos Borges	sim	08/05/2009
Candido Godói	sim	23/01/2009
	sim	23/04/2009
Candiota	sim	29/04/2009
Capão Bonito Do Sul	sim	22/04/2009
Capão Do Cipó	sim	07/05/2009
Carazinho	sim	29/04/2009
Carlos Gomes	sim	20/04/2009
Caseiros	sim	22/04/2009
Catuípe	sim	04/05/2009
Centenário	sim	30/04/2009
Cerro Grande	sim	17/12/2008
Cerro Grande Do Sul	sim	30/04/2009
Cerro Largo	sim	30/12/2008
Chapada	sim	23/04/2009
Charqueadas	Sim	21/05/2009
Charrua	sim	13/04/2009
Chiapetta	sim	15/04/2009
Ciriaco	sim	15/04/2009
Colinas	não	15/05/2009
Condor	sim	30/04/2009

Constantina	sim	08/12/2008
	sim	04/05/2009
Coqueiros Do Sul	sim	20/04/2009
Coronel Bicacco	sim	29/12/2008
Coxilha	sim	30/04/2009
Crissiumal	sim	15/01/2009
Cristal Do Sul	sim	10/12/2008
Cruzaltense	sim	06/01/2009
Cruzeiro Do Sul	sim	08/05/2009
David Canabarro	sim	13/04/2009
Derrubadas	sim	23/03/2009
Dezesseis De Novembro	sim	09/01/2009
	sim	17/04/2009
Dois Irmãos Das Missões	sim	07/01/2009
Dom Pedrito	sim	23/01/2009
	não	23/04/2009
Doutor Mauricio Cardoso	sim	27/04/2009
Encruzilhada Do Sul	não	06/05/2009
Engenho Velho	sim	05/12/2008
Entre Ijuís	sim	05/05/2009
Entre Rios Do Sul	sim	09/01/2009
Erebango	sim	07/05/2009
Erechim	sim	26/03/2009
Ernestina	sim	11/05/2009
Erval Grande	sim	09/01/2009
Erval Seco	sim	06/01/2009
Esmeralda	sim	29/04/2009
Esperança Do Sul	sim	31/03/2009
Espumoso	sim	07/05/2009
Estrela Velha	sim	07/05/2009
Eugênio De Castro	sim	22/04/2009
Faxinalzinho	sim	07/05/2009
Florianópolis	sim	06/04/2009
Fontoura Xavier	não	29/04/2009
	sim	30/04/2009
Fortaleza Dos Valos	sim	28/12/2008
Frederico Westphalen	sim	30/03/2009
Garruchos	sim	13/01/2009
Gaurama	sim	06/01/2009
Gentil	sim	05/05/2009
Getúlio Vargas	sim	03/02/2009
Girua	sim	14/04/2009
Gramado Dos Loureiros	sim	09/12/2008
Gramado Xavier	sim	04/05/2009
Guabiju	sim	07/05/2009
Guarani Das Missões	sim	08/01/2009
Herveiras	sim	08/05/2009
Horizontina	sim	16/04/2009

Humaitá	sim	22/12/2008
Ibiaça	sim	22/04/2009
Ibiraíaras	sim	17/04/2009
Ibirapuitã	sim	27/04/2009
Ijuí	sim	06/05/2009
Independência	sim	27/04/2009
Inhacorá	sim	30/03/2009
Ipiranga Do Sul	sim	08/05/2009
Iraí	sim	10/12/2008
	sim	08/05/2009
Itacurubi	sim	06/01/2009
Itapuca	sim	29/04/2009
Itatiba Do Sul	sim	29/12/2008
	sim	16/02/2009
Jaboticaba	sim	22/12/2008
	sim	20/04/2009
Jacuizinho	sim	08/05/2009
Jacutinga	sim	16/01/2009
Jóia	sim	17/04/2009
Julio De Castilhos	sim	23/04/2009
Lagoa Bonita Do Sul	sim	04/05/2009
Lagoa Vermelha	sim	17/04/2009
Lagoão	sim	29/04/2009
Lajeado Do Bugre	sim	18/12/2008
	sim	27/04/2009
Liberato Salzano	sim	09/12/2008
Maçambará	sim	26/01/2009
Machadinho	sim	30/12/2008
Manoel Viana	sim	27/01/2009
Marau	sim	06/05/2009
Marcelino Ramos	sim	24/12/2008
	sim	05/05/2009
Mariano Moro	sim	29/12/2008
Mato Castelhana	sim	15/04/2009
Mato Leitão	sim	11/05/2009
Mato Queimado	sim	12/01/2009
Maximiliano De Almeida	sim	17/12/2008
Miraguaí	sim	19/01/2009
Montaurí	sim	11/05/2009
Monte Alegre Dos Campos	sim	12/05/2009
Mormaço	sim	30/04/2009
Muitos Capões	sim	04/05/2009
Muliterno	sim	30/04/2009
Nonoai	sim	10/12/2008
Nova Alvorada	sim	30/04/2009
Nova Boa Vista	sim	05/12/2008
	sim	28/04/2009
Nova Candelária	sim	20/04/2009

Nova Ramada	sim	05/05/2009
Novo Barreiro	sim	10/12/2008
	sim	04/05/2009
Novo Cabrais	Sim	18/05/2009
Novo Machado	sim	27/04/2009
Novo Tiradentes	sim	12/12/2008
	sim	05/05/2009
Novo Xingú	sim	05/12/2008
	sim	23/04/2009
Paim Filho	sim	20/04/2009
Palmeira Das Missões	não	14/04/2009
Palmitinho	sim	09/01/2009
Panambi	não	27/04/2009
Passa Sete	não	08/05/2009
Passo Fundo	não	27/04/2009
Paulo Bento	sim	15/01/2009
Pinhal	sim	15/12/2008
	sim	05/05/2009
Pinhal Da Serra	sim	29/04/2009
Pinheirinho Do Vale	sim	10/03/2009
Pirapó	sim	15/01/2009
Piratini	Sim	19/06/2009
Planalto	sim	18/12/2008
Pontão	sim	24/03/2009
Ponte Preta	sim	29/12/2008
Porto Lucena	sim	08/01/2009
Porto Mauá	sim	23/04/2009
Porto Vera Cruz	sim	08/01/2009
Porto Xavier	sim	29/01/2009
Putinga	não	20/04/2009
	sim	23/04/2009
Quatro Irmãos	sim	15/01/2009
Redentora	sim	08/01/2009
Rio Dos Índios	sim	11/12/2008
Rodeio Bonito	sim	12/12/2008
Rolador	sim	10/01/2009
	não	07/05/2009
Rondinha	sim	02/12/2008
Roque Gonzales	sim	30/12/2008
	sim	13/04/2009
Sagrada Família	sim	15/12/2008
	sim	28/04/2009
Saldanha Marinho	não	14/05/2009
Salto Do Jacui	sim	04/05/2009
Salvador Das Missões	sim	08/01/2009
Sananduva	sim	27/04/2009
Santa Bárbara Do Sul	sim	08/05/2009
Santa Cecília Do Sul	sim	15/04/2009

Santa Cruz Do Sul	sim	08/05/2009
Santa Rosa	sim	20/04/2009
Santiago	sim	30/04/2009
Santo Angelo	sim	30/04/2009
Santo Antonio Das Missões	sim	07/01/2009
Santo Antonio Do Palma	sim	29/04/2009
Santo Antonio Do Planalto	sim	28/04/2009
Santo Augusto	sim	20/04/2009
Santo Cristo	sim	15/01/2009
São Borja	sim	15/01/2009
São Domingos Do Sul	sim	04/05/2009
São João Da Urtiga	sim	20/04/2009
São Jorge	sim	05/05/2009
São José Das Missões	sim	08/12/2008
	sim	22/04/2009
São José Do Herval	sim	05/05/2009
São José Do Inhacorá	sim	27/04/2009
São José Do Ouro	sim	27/04/2009
São Luiz Gonzaga	sim	13/01/2009
	sim	13/05/2009
São Martinho	sim	20/04/2009
São Miguel Das Missões	sim	30/03/2009
São Nicolau	sim	07/01/2009
São Paulo Das Missões	sim	30/03/2009
São Pedro Das Missões	sim	15/12/2008
São Pedro Das Missões	sim	17/03/2009
São Pedro Do Butiá	sim	09/01/2009
São Valentim	sim	07/01/2009
São Valério Do Sul	sim	20/04/2009
Sarandi	sim	08/01/2009
Seberi	sim	12/12/2008
	sim	13/03/2009
Sede Nova	sim	27/04/2009
Segredo	sim	08/05/2009
Senador Salgado Filho	sim	14/01/2009
Sertão	sim	24/04/2009
Sete De Setembro	sim	22/12/2008
	sim	04/05/2009
Severiano De Almeida	sim	23/12/2008
Sinimbu	sim	12/05/2009
Sobradinho	sim	11/05/2009
Soledade	sim	27/04/2009
Tapejara	sim	03/03/2009
Taquaruçú Do Sul	sim	09/01/2009
Tenente Portela	sim	06/01/2009
Tio Hugo	sim	04/05/2009
Tiradentes Do Sul	sim	02/04/2009
Três Arroios	sim	05/01/2009

Três De Maio	sim	22/04/2009
Três Palmeiras	sim	12/12/2008
Três Passos	sim	12/01/2009
Trindade Do Sul	sim	08/12/2008
	não	01/04/2009
Tucunduva	sim	28/04/2009
Tunas	sim	04/05/2009
Tupanci Do Sul	sim	18/02/2009
Tupanciretã	sim	20/04/2009
Tuparendi	sim	13/04/2009
Ubiretama	sim	09/01/2009
Unistalda	sim	09/01/2009
Vacaria	não	10/05/2009
Vale Do Sol	sim	11/05/2009
Viadutos	sim	12/01/2009
Vicente Dutra	sim	20/04/2009
Vila Lângaro	sim	17/04/2009
Vila Maria	sim	13/05/2009
Vista Alegre	sim	12/01/2009
Vista Gaúcha	sim	20/03/2009
Vitória Das Missões	sim	08/05/2009

6.14. Execução Orçamentária 2009 - MAPA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - MAPA

Orçamento Fiscal, Seguridade Social e
Acumulad 11/05/20 Em R\$

EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁT ICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVI DADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Adão Pretto			PT RS								
189100 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	100.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
189100 02	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.800.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
189100 03	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.861 1.0043	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - No Estado do Rio Grande do	300.000	700.000		0 700.000	0	0	0	0,00
189100 04	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.128.1442.862 2.0043	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - No Estado do Rio	400.000	400.000		0 400.000	0	0	0	0,00
Total				2.600.000							
Afonso Hamm			PP RS								
209800 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.500.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
209800 04	22202 EMBRAPA	20.572.1156.467 0.0056	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal - Apoio a Projetos de Pesquisa e	100.000	100.000		0 100.000	0	0	0	0,00
209800 13	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.128.1442.862 2.0066	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - Apoio ao Instituto	100.000	200.000		0 200.000	0	0	0	0,00
209800 14	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.861 1.0043	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - No Estado do Rio Grande do	100.000	700.000		0 700.000	0	0	0	0,00
209800 16	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	150.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.950.000							
Bancada do Rio Grande do			S/PAR RS								
712200 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0682	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de	10.000.000	10.000.000		0 10.000.000	0	0	0	0,00
Total				10.000.000							
Cláudio Diaz			PSDB RS								
213300 02	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0132	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha	1.000.000	4.000.000		0 4.000.000	0	0	0	0,00
Total				1.000.000							
Darcísio Perondi			PMDB RS								
317300 02	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.000.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.000.000							
Eliseu Padilha			PMDB RS								
340300 07	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.200.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.200.000							
Enio Bacci			PDT RS								
319500 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	2.000.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
Total				2.000.000							
Germano Bonow			DEM RS								
256000 09	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.752.6003.591 4.0043	Energização Rural - No Estado do Rio Grande do Sul	100.000	100.000		0 100.000	0	0	0	0,00
256000 11	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	950.000	35.850.000		0 35.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.050.000							

EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁT ICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVI DADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Henrique Fontana											
366100 04	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.128.1442.862 2.0066	PT RS Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - Apoio ao Instituto	100.000	200.000	0	200.000	0	0	0	0,00
Total				100.000							
José Otávio Germano											
111700 02	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PP RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	300.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
Total				300.000							
Luciana Genro											
198200 07	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0942	PSOL RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Candiota - RS	200.000	200.000	0	200.000	0	0	0	0,00
Total				200.000							
Luis Carlos Heinze											
366200 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PP RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	2.850.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
366200 06	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	100.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
Total				2.950.000							
Luiz Carlos Busato											
240700 02	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PTB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.500.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.500.000							
Marco Maia											
207700 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PT RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	2.700.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
Total				2.700.000							
Maria do Rosário											
198300 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PT RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	800.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
Total				800.000							
Mendes Ribeiro Filho											
366400 01	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PMDB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.800.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
366400 07	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0808	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Segredo - RS	200.000	200.000	0	200.000	0	0	0	0,00
Total				2.000.000							
Onyx Lorenzoni											
198400 02	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0132	DEM RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha	3.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0,00
Total				3.000.000							
Osmar Terra											
904800 04	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PMDB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.500.000	35.850.000	0	35.850.000	0	0	0	0,00
904800 05	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0852	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Santa Maria - RS	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	0	0	0,00
Total				3.000.000							

EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁT ICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVI DADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Paulo Paim											
20230002	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PT RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	5.700.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
Total				5.700.000							
Paulo Pimenta											
19860004	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.861 1.0043	PT RS Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - No Estado do Rio Grande do	200.000	700.000		0700.000	0	0	0	0,00
19860013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	800.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.000.000							
Paulo Roberto											
25630001	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PTB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	1.000.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
Total				1.000.000							
Pepe Vargas											
24000005	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.128.1442.862 2.0078	PT RS Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - Bento Gonçalves - RS	100.000	100.000		0100.000	0	0	0	0,00
24000007	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.752.6003.591 4.0080	Energização Rural - Serafina Corrêa - RS	100.000	100.000		0100.000	0	0	0	0,00
Total				200.000							
Pompeo de Mattos											
36660013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PDT RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	800.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
Total				800.000							
Professor Ruy Pauletti											
25640001	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PSDB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	2.450.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
25640008	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.861 1.0182	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Chiapetta - RS	100.000	100.000		0100.000	0	0	0	0,00
Total				2.550.000							
Renato Molling											
25650001	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PP RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	3.750.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
25650002	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.861 1.0043	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - No Estado do Rio Grande do	100.000	700.000		0700.000	0	0	0	0,00
Total				3.850.000							
Sérgio Moraes											
25660001	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0970	PTB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas	3.000.000	3.000.000		03.000.000	0	0	0	0,00
Total				3.000.000							
Sérgio Zambiasi											
20240013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PTB RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	300.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
Total				300.000							
Wilson Covatti											
25680010	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	PP RS Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	100.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
25680014	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H 17.0043	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado do Rio	700.000	35.850.000		035.850.000	0	0	0	0,00
Total				800.000							
Total Geral				56.550.000							

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 22000 UO: Localidade: Função: Subfunção: Progra ma: ProjAtiv: Subtítulo: Catego ria:

Fonte: SIAFI/STN - Elaboração: Assessoria de Orçamento/CD e PRODASEN (001 RelDespesas por Autor/Funcional emenda já constava da proposta do Poder Executivo; b) foi aprovada mais de uma emenda com a mesma finalidade.

Fonte: SIAFI/STN/PRODASEN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD

(*) Nota explicativa: O valor da "lei após vetos", é superior ao saldo da emenda, em duas situações: a) a programação inserida pela

14/05/2009 17:50:29 Pág 4 de 4

6.15. Execução Orçamentária 2009 - MDA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - MDA

Orçamento Fiscal, Seguridade Social e											
Acumulad 11/05/20 Em R\$											
EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Adão Preto											
18910008	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	PT RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio	2.700.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
18910009	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.128.1427.444 8.0043	Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - No Estado do Rio	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
Total				2.800.000							
Afonso Hamm											
20980018	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0096	PP RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Construção da Casa	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
20980023	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0122	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Implantação de	250.000	250.000	0	250.000	0	0	0	0,00
Total				350.000							
Henrique Fontana											
36610013	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	PT RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio	900.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
Total				900.000							
Luiz Carlos Busato											
24070006	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0214	PTB RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Equipamento para Agroindustria no Distrito de General Cadorna	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
Total				100.000							
Luiz Roberto de											
90140002	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	PSB RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio	400.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
90140003	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio	600.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
Total				1.000.000							
Manuela Dávila											
25620007	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.606.1427.426 0.0064	PC do RS Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - Porto	120.000	120.000	0	120.000	0	0	0	0,00
Total				120.000							
Marco Maia											
20770015	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	PT RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio	530.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
Total				530.000							
Paulo Paim											
202300	49101 M. do	21.127.1334.899	PT RS Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços	100.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00

Desenvolvimento Agrário			1.0043	em Territórios Rurais - No Estado do Rio									
Total							100.000						
EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE		SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Paulo Pimenta							PT	RS					
19860014	49101	M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0186	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Taquaruçu do Sul -		100.000	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
Total							100.000						
Pepe Vargas							PT	RS					
24000008	49101	M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio		1.600.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
Total							1.600.000						
Pompeo de Mattos							PDT	RS					
36660002	49101	M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0190	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Antônio Prado - RS		180.000	180.000	0	180.000	0	0	0	0,00
Total							180.000						
Tarcísio Zimmermann							PT	RS					
90370014	49101	M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio		200.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
90370018	49101	M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0194	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - Novo Hamburgo - RS		300.000	300.000	0	300.000	0	0	0	0,00
Total							500.000						
Vilson Covatti							PP	RS					
25680001	49101	M. do Desenvolvimento Agrário	21.127.1334.899 1.0043	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado do Rio		300.000	7.330.000	0	7.330.000	0	0	0	0,00
Total							300.000						
Total Geral							8.580.000						
CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órg ão:	49000 U RS	U O: Localidade:	Funçã o:	Subfunção :	Progra ma:	ProjAtiv:	Subtítulo:					
	F:				Autor:		Parti do:	Catego ria:					

Fonte: SIAFI/STN - Elaboração: Assessoria de Orçamento/CD e PRODASEN (001 RelDespesas por Autor/Funcional emenda já (*) Nota explicativa: O valor da "lei após vetos", é superior ao saldo da emenda, em duas situações: a) a programação inserida pela constava da proposta do Poder Executivo; b) foi aprovada mais de uma emenda com a mesma finalidade.

6.16. Execução Orçamentária 2009 - MDS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - MDS											
Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Acumulad 11/05/20 Em R\$											
EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Eliseu Padilha											
34030001	55101 M.do Des.Social e Comb à Fome	08.244.1133.496 3.0002	PMDB RS Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado do Rio Grande do Sul	1.200.000	3.600.000		03.600.000	0	0	0	0,00
Total				1.200.000							
Germano Bonow											
256000	55901 FNAS	08.244.1384.2B	DEM RS Estruturação da Rede de Serviços de	900.000	5.150.000		05.150.000	0	0	0	0,00

03		30.0066	Proteção Social Básica - No Estado do Rio									
Total					900.000							
Ibsen Pinheiro				PMDB	RS							
25610001	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	1.250.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total					1.250.000							
EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA	
Marco Maia				PT	RS							
20770006	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	300.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total					300.000							
Maria do Rosário				PT	RS							
19830018	55101	M.do Des.Social e Comb à Fome	08.306.1049.8894.0058	Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias - No Estado do Rio Grande do	900.000	900.000	0	900.000	0	0	0	0,00
Total					900.000							
Mendes Ribeiro Filho				PMDB	RS							
36640008	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	250.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
36640009	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0404	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Candelária - RS	250.000	250.000	0	250.000	0	0	0	0,00
Total					500.000							
Nelson Proença				PPS	RS							
19010006	55101	M.do Des.Social e Comb à Fome	08.244.1133.4963.0002	Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado do Rio Grande do Sul	2.000.000	3.600.000	0	3.600.000	0	0	0	0,00
Total					2.000.000							
Onyx Lorenzoni				DEM	RS							
19840001	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	1.000.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total					1.000.000							
Paulo Paim				PT	RS							
20230007	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	800.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total					800.000							
Paulo Pimenta				PT	RS							
19860006	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	300.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total					300.000							
Paulo Roberto				PTB	RS							
25630002	55101	M.do Des.Social e Comb à Fome	08.244.1133.4963.0002	Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado do Rio Grande do Sul	400.000	3.600.000	0	3.600.000	0	0	0	0,00
Total					400.000							
Pepe Vargas				PT	RS							
24000010	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0410	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Caxias do Sul - RS	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
Total					100.000							
Professor Ruy Pauletti				PSDB	RS							
25640004	55901	FNAS	08.244.1385.2B31.0282	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Rio	50.000	450.000	0	450.000	0	0	0	0,00
25640009	55901	FNAS	08.244.1385.2B31.0282	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Rio	100.000	450.000	0	450.000	0	0	0	0,00
Total					150.000							
Renato Molling				PP	RS							
25650010	55901	FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	150.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total					150.000							

Sérgio Zambiasi		PTB	RS								
2024008	55901 FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	100.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total				100.000							
Tarcísio Zimmermann		PT	RS								
9037004	55901 FNAS	08.244.1385.2B31.0508	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - Novo Hamburgo -	250.000	250.000	0	250.000	0	0	0	0,00
90370010	55101 M.do Des.Social e Comb à Fome	08.244.1133.4963.0134	Promoção da Inclusão Produtiva - Novo Hamburgo - RS	250.000	250.000	0	250.000	0	0	0	0,00
90370023	55901 FNAS	08.244.1384.2B30.0158	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Novo Hamburgo -	300.000	300.000	0	300.000	0	0	0	0,00
Total				800.000							
EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Vieira da Cunha		PDT	RS								
2567001	55901 FNAS	08.244.1385.2B31.0282	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Rio	100.000	450.000	0	450.000	0	0	0	0,00
25670010	55901 FNAS	08.244.1384.2B30.0066	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio	100.000	5.150.000	0	5.150.000	0	0	0	0,00
Total				200.000							
Vilson Covatti		PP	RS								
25680013	55901 FNAS	08.244.1385.2B31.0282	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Rio	200.000	450.000	0	450.000	0	0	0	0,00
Total				200.000							
Total Geral				11.250.000							

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 55000 UO: Localidade: Função: Subfunção: Progra ma: ProjAtiv: Subtítulo: Catego ria:

Fonte: SIAFI/STN - Elaboração: Assessoria de Orçamento/CD e PRODASEN (001 RelDespesas por Autor/Funcional emenda já constava da proposta do Poder Executivo; b) foi aprovada mais de uma emenda com a mesma finalidade.

(*) Nota explicativa: O valor da "lei após vetos", é superior ao saldo da emenda, em duas situações: a) a programação inserida pela

6.17. Execução Orçamentária 2009 - MINTER

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - MINTER				Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Acumulad 11/05/20 Em R\$							
EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANEJAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
Adão Pretto		PT	RS								
1891007	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	100.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
Total				100.000							
Afonso Hamm		PP	RS								
20980022	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	500.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
Total				500.000							

Bancada do Rio Grande do

71220019	53101 M. da Integração Nacional	20.607.0379.7M16.0043	S/PAR RS	Expansão do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio	23.000.000	23.000.000	0	23.000.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	----------	--	------------	------------	---	------------	---	---	---	------

Total					23.000.000							
-------	--	--	--	--	------------	--	--	--	--	--	--	--

Cláudio Díaz

21330011	53101 M. da Integração Nacional	15.244.1025.6409.0043	PSDB RS	Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços	900.000	900.000	0	900.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	---------	---	---------	---------	---	---------	---	---	---	------

21330012	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0043		Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	1.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--	--	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					1.900.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Darcísio Perondi

31730005	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0043	PMDB RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	1.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	---------	--	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

31730013	53101 M. da Integração Nacional	22.333.1025.6424.0043		Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--	---	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					2.000.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

EMEN DA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	SALDO DA EMENDA	(*)LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial)	CRÉD.AD IC. ± REMANE JAM.	LEI + CRÉDITOS (Autorizado	EMPENHA DO (D)	LIQUIDA DO (E)	VALORE S PAGOS (F)	%VAL. PAGOS S/ AUTORIZA
---------	----------------------	------------------------	-----------------------------------	-----------------	-------------------------------------	---------------------------	----------------------------	----------------	----------------	--------------------	-------------------------

Enio Bacci

31950002	53101 M. da Integração Nacional	15.244.1025.6409.0152	PDT RS	Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--------	---	---------	---------	---	---------	---	---	---	------

Total					100.000							
-------	--	--	--	--	---------	--	--	--	--	--	--	--

Luis Carlos Heinze

36620008	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060	PP RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	850.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	-------	--	---------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					850.000							
-------	--	--	--	--	---------	--	--	--	--	--	--	--

Luiz Roberto de

90140005	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060	PSB RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	1.000.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--------	--	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					1.000.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Maria do Rosário

19830016	53101 M. da Integração Nacional	22.662.0120.6551.0056	PT RS	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira - em	600.000	600.000	0	600.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	-------	---	---------	---------	---	---------	---	---	---	------

19830017	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060		Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	400.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--	--	---------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					1.000.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Mendes Ribeiro Filho

36640011	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0043	PMDB RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	1.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	---------	--	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					1.000.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Osmar Terra

90480003	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060	PMDB RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	1.500.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	---------	--	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					1.500.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Paulo Pimenta

19860001	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0043	PT RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	1.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	-------	--	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					1.000.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Pompeo de Mattos

36660007	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0092	PDT RS	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	150.000	150.000	0	150.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--------	--	---------	---------	---	---------	---	---	---	------

36660014	53101 M. da Integração Nacional	06.182.1027.8348.0168		Apoio a Obras Preventivas de Desastres - No Estado do Rio Grande do Sul	2.500.000	2.500.000	0	2.500.000	0	0	0	0,00
----------	---------------------------------	-----------------------	--	---	-----------	-----------	---	-----------	---	---	---	------

Total					2.650.000							
-------	--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

Vilson Covatti

PP RS

25680012	53101 Nacional	M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0060	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa	700.000	5.050.000	0	5.050.000	0	0	0	0,00
25680016	53101 Nacional	M. da Integração Nacional	15.244.1025.6409.0144	Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - em Municípios - No Estado	800.000	800.000	0	800.000	0	0	0	0,00

Total					1.500.000							
Total Geral					38.100.000							
CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	53000	UO:	Função:	Subfunção:	Programa:	ProjAtiv:	Subtítulo:				
	U RS		Localidade:		Autor:		Partido:	Categoria:				

Fonte: SIAFI/STN - Elaboração: Assessoria de Orçamento/CD e PRODASEN (001 RelDespesas por Autor/Funcional emenda já constava da proposta do Poder Executivo; b) foi aprovada mais de uma emenda com a mesma finalidade. (*) Nota explicativa: O valor da "lei após vetos", é superior ao saldo da emenda, em duas situações: a) a programação inserida pela

6.18. Restos a Pagar 2008/2009 - MAPA

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - (VALORES INSCRITOS			EM 2008 E EXECUTADOS EM 2009)		
Acumulad			18/05/2					
PROJETO/ATIVIDA						Orçamento Fiscal e		
DE						- Em		
			RESTOS A	RP EXERC.	RESTOS A	RESTOS A	RESTOS A	
			PAGAR	ANTERIO	PAGAR	PAGAR	PAGAR	
			INSCRITOS	RES	ANULADO	PAGOS	A PAGAR	
					S			
U	2210	M. Ag., Pec. e Abastecimento						
005A	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO		78.000	162.805	0	48.653	192.153	
109D	Mecanização Agrícola		102.375	48.330	0	13.894	136.811	
5914	Energização Rural		100.000	3.138	0	0	103.138	
7H17	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário		27.149.446	0	0	100.000	27.049.446	
8611	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário		263.832	0	0	0	263.832	
8622	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo		0	0	0	0	0	
Total da UO:			27.693.653	214.273	0	162.546	27.745.380	
Total Geral			27.693.653	214.273	0	162.546	27.745.380	
Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de			Emiss 21/05/2009			17:34:32		
de 1			I:\OR2008\Dez2008.mdb - 029 RelRestos a Pagar por UO/ProjAtiv			Pá		

6.19. Restos a Pagar 2008/2009 - MDA

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS Acumulad			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - (VALORES INSCRITOS 18/05/2			EM 2008 E EXECUTADOS EM 2009)		
PROJETO/ATIVIDADE			RESTOS A PAGAR INSCRITOS			Orçamento Fiscal e - Em		
			RP EXERC. ANTERIORES			RESTOS A PAGAR ANULADOS		
U 4910 M. do Desenvolvimento Agrário						RESTOS A PAGAR PAGOS		
0620	Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais		0	396.334	0	40.000	356.334	
4260	Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares		300.000	0	0	0	300.000	

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - (VALORES INSCRITOS)
18/05/2

EM 2008 E EXECUTADOS EM 2009)

PROJETO/ATIVIDADE
DE

RESTOS A PAGAR

RP EXERC.
ANTERIO

RESTOS A PAGAR

RESTOS A PAGAR

RESTOS A PAGAR

U 5510 M.do Des.Social e Comb à Fome

001X	Apoio a Projeto de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias
8894	Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias

Total da UO:

U 5590 FNAS

0886	CONCESSAO DE BOLSA PARA JOVENS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE
09JB	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE
1481	ACOES SOCIAIS E COMUNITARIAS PARA POPULACOES CARENTES
2060	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de
20B8	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos
2383	Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e
2561	SERVICOS DE PROTECAO SOCIOASSISTENCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA
2A60	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias
2A61	Serviços Específicos de Proteção Social Básica
2A65	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias
2A69	Serviços Específicos de Proteção Social Especial
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica
2B31	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial
4963	Promoção da Inclusão Produtiva
5565	ACOES DE GERACAO DE RENDA PARA POPULACOES CARENTES
7972	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS PUBLICOS DE
8662	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho
8664	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social

Total da UO:

Total Geral

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de I:\OR2008\Dez2008.mdb - 029 RelRestos a Pagar por UO/ProjAtiv de 1

INSCRITOS	RES	ANULADO S	PAGOS	A PAGAR
0	229.013	0	0	229.013
100.000	0	0	0	100.000
100.000	229.013	0	0	329.013

0	56.015	0	0	56.015
290	0	0	0	290
432.702	0	0	0	432.702
0	16.100	0	0	16.100
20.100	0	0	20.100	0
100.000	0	0	0	100.000
50.005	0	0	0	50.005
30.600	3.565	0	30.600	3.565
16.981	0	0	16.981	0
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0
6.015.000	0	0	0	6.015.000
7.115.765	0	115.000	425.000	6.575.765
7.717.545	0	0	145.000	7.572.545
1.295.278	0	0	30.000	1.265.278
490.000	0	0	0	490.000
0	0	0	0	0
48.708	0	0	48.555	153
23.332.974	75.680	115.000	716.236	22.577.418
23.432.974	304.693	115.000	716.236	22.906.432

Emiss 21/05/2009 17:37:43 Pá 1

6.21. Restos a Pagar 2008/2009 - MINTER

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS Acumulad

PROJETO/ATIVIDA DE

U 5310 M. da Integração Nacional

004D	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de
005E	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
0678	Apoio a Obras Preventivas de Desastres
11OH	Construção da Barragem Sanga Maria Ulghin no Estado do Rio Grande do Sul
1160	Construção da Barragem Arroio Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul (Proágua
1161	Construção da Barragem Arroio Jaguarí no Estado do Rio Grande do Sul (Proágua Nacional)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - (VALORES INSCRITOS 18/05/2

EM 2008 E EXECUTADOS EM 2009)				
Orçamento Fiscal e - Em				
RESTOS A PAGAR INSCRITOS	RP EXERC. ANTERIO RES	RESTOS A PAGAR ANULADO S	RESTOS A PAGAR PAGOS	RESTOS A PAGAR A PAGAR

0	599.543	0	56.992	542.551
0	7.105	0	3.056	4.050
0	319.028	0	0	319.028
729.530	0	0	0	729.530
27.300.000	7.000.000	0	7.000.000	27.300.000
26.568.000	0	0	0	26.568.000

6409	Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços	400.000	0	0	100.000	300.000
6553	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de	3.100.000	0	100.000	0	3.000.000
6565	Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos na Faixa de Fronteira	3.300.000	0	0	150.000	3.150.000
7731	MOBILIZACAO DE COMUNIDADES MEDIANTE O ASSOCIATIVISMO EO COOPERATIVISMO NA MESORREGIAO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	48.900	0	0	0	48.900
7733	CAPACITACAO DE AGENTES PARA A GESTAO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO NA MESORREGIAO DA METADE SUL DO RIOGRANDE DO SUL	299.000	0	0	0	299.000
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.000.000	0	0	0	1.000.000
7M16	Expansão do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande	0	0	0	0	0
8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres	600.000	0	0	0	600.000
Total da UO:		63.345.430	7.925.676	100.000	7.310.048	63.861.058
Total Geral		63.345.430	7.925.676	100.000	7.310.048	63.861.058